

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**  
*Linha de pesquisa Mídias e Processos Socioculturais*

*Doutoranda Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro*

**TESE DE DOUTORADO**

**A MEDIAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DAS  
REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

*Orientador Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre*

Porto Alegre/RS

Março, 2007

Doutoranda Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro

**A MEDIAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DAS  
REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Ciências da Comunicação da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos,  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de *Doutor* em Ciências da Comunicação.

*Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre*

Porto Alegre/RS

Março, 2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

R484m Ribeiro, Neusa Maria Bongiovanni

**A mediação das mulheres na constituição das redes  
informais de comunicação / por Neusa Maria Bongio-  
vanni Ribeiro. -- 2007. 301 f. : il. ; 30cm.**

Tese (doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2007.

“Orientação: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de  
la Torre, Ciências da Comunicação”.

1. Rede informal de comunicação - Mulher. 2. Comunicação  
comunitária. 3. Mediação. I. Título.

CDU 659.3-055.2

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Doutoranda Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro

**A MEDIAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DAS  
REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Ciências da Comunicação da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos,  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de *Doutor* em Ciências da Comunicação.

Aprovado em 30 / 03 / 2007

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dra. Círcia Maria Krohling Peruzzo (UMESP)

Prof. Dra. Dóris Fagundes Haussen (PUC/RS)

Prof. Dra. Edla Eggert (UNISINOS/RS)

Prof. Dra. Jiani Bonin (UNISINOS/RS)

Às mulheres trabalhadoras que lutam diariamente para manter suas famílias, contribuindo para o crescimento, não só dos seus familiares, mas de todos que vão se tornando próximos, seja na vizinhança, na comunidade. E assim, realizando suas trocas através dos processos comunicacionais, vão alterando os modos de se relacionarem com as dificuldades enfrentadas num processo de desenvolvimento particular e comunitário.

## AGRADECIMENTOS

Quatro anos se passaram para que eu chegasse nesse momento de fazer um texto de agradecimentos na minha tese de doutorado. Quatro anos em que as minhas duas filhas deram um salto - de tamanho, de idade e de aprendizado - que vi pelas 'beiradas'... E que são tão importantes como todas as outras mulheres que estão na minha trajetória, pois acredito que são mulheres que podem dar uma boa contribuição para que o mundo seja melhor, com certeza. Quatro anos ... pouco tempo, se a gente for pensar nos dias atuais, e muito tempo se a gente for pensar em tantos segundos, minutos, horas e dias, de um processo de construção de uma série de coisas que a gente imagina para um Doutorado. Pra mim, essa história representa mais uma transição na minha vida, com muita alegria, muitos olhares diferentes para o mundo e o campo da Comunicação - incluindo as redes informais e as mediações das mulheres.

O mais importante agora é destacar que entre as pessoas com quem convivi para chegar aqui, muitas delas foram fundamentais, desde o meu nascimento. E é claro, mesmo que pareça *piegas*, não deixaria de lembrar da minha mãe *Amélia* e do meu pai *Bento*. Foi da convivência com ela e com outras mulheres da *Vila Maria Degolada* que cresci vendo as diferentes articulações e maneiras de tratarem as questões familiares, os jeitos e modos de resolverem situações cotidianas, ainda sem tanta intervenção midiática em nossas vidas. Naquela época, nas décadas de 1950, 1960, o jornal mais lido era o *Correio do Povo*. Quando a TV chegou, a gente ia assistir na casa da dona *Ercília*, e era uma visita especial que a gente fazia, de vez em quando, para assistir os programas que passavam de São Paulo e do Rio de Janeiro. Depois a gente comprou uma 'TV usada' para assistirmos em casa. Mas o rádio era o grande meio de comunicação. Eu lavava a louça do almoço, depois de chegar da aula, que era de manhã, ouvindo a novela das duas da tarde. Sob o patrocínio das empresas americanas, que inculcavam na população brasileira o consumo de seus produtos de limpeza. Bom, eu fui crescendo, virando gente, acompanhando as coisas da geração dos anos 50, do século XX, e trocando coisas, falas, procedimentos, saberes enfim, com vizinhas, professoras, amigas, irmã e irmãos, e outros parentes. Enfim, chego ao final do Doutorado, talvez trocando menos com as pessoas queridas, e lembrando da contribuição de cada um para o meu crescimento pessoal.

Entre pessoas tão importantes, destaco algumas a quem agradeço, especialmente:

Ao meu marido, *João Réus do Nascimento* - que foi tranquilo sempre, sem limites para contribuir; e o *Professor Doutor Efendy Maldonado*, que me orientou, com sabedoria e paciência, avaliando comigo as etapas e sempre passando uma energia positiva, para que eu fosse em frente, que não desistisse. Eles foram especiais, realmente.

Às mulheres dos dois grupos observados no trabalho, com quem tive o privilégio de conviver: a *Genecy*, a *Ionete*, a *Carmen*, a *Caroline*, a *Sabrina*, do bairro Restinga com um abraço especial também para a *Isabel Clavelin* e as coordenadoras da *Associação Cultural de Mulheres Negras*; a *Alice*, a *Janete de Jesus*, a *Janete Pacheco*, a *Ivanir*, a *Natalina*, a *Rosinha*, a *Vanilda*, a *Érica*, e a *Izabel*, da Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde Ltda., de Novo Hamburgo, que foram tranquilas e atenciosas sempre que estivemos juntas. E um abraço especial ao *Sérgio* e ao *Maurício* da Escola 8 de Março que me receberam com tranquilidade.

Eu agradeço de coração a outras duas pessoas - à *Noêmia*, que deu um suporte importante na organização da casa, com muito afeto - e à *Rosângela Costa*, que pelo menos, duas vezes por semana me agüentou, dando um outro suporte para que realmente eu organizasse melhor a vida para a realização da tese.

Às filhas *Ana Terra*, que contribuiu na revisão geral e à *Fabiana* por ter entendido melhor o que eu queria dizer sobre as mulheres, e por sempre me esperarem...

Agradeço aos professores do *Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação*, que me provocaram a procura dos novos caminhos da Ciência, aprofundando suas linhas de pensamento com outros teóricos, fazendo com que descobrisse, sempre, novas possibilidades e entendimento para as questões que nos vão sendo colocadas, empiricamente. Entre esses professores, a *Dra. Jiani Bonin*, a *Dra. Denise Cogo*, a *Dra. Suely Fragoso*, que foram marcantes com suas afetividades e atenção.

Agradeço às mulheres convidadas para a banca de avaliação, que certamente contribuem com seus saberes para que este trabalho seja aprimorado. Agradeço pela gentileza de aceitarem o convite para me acompanhar neste momento.

Agradeço também à direção do *Instituto de Ciências Sociais Aplicadas* e à *direção geral do Centro Universitário Feevale* que souberam valorizar o processo de construção desta tese, me oportunizando uma bolsa de auxílio-doutorado, e aos colegas que acompanharam minha trajetória.

Meu respeito e admiração a todos e todas!

## RESUMO

A tese *A mediação das mulheres na constituição das redes informais de comunicação* aborda a formulação de mediações pelas mulheres, através de seus discursos expressos e não expressos, e organizados na perspectiva dos grupos onde estão inseridas. Para tanto, foram observados dois grupos de mulheres - o grupo de trabalhadoras da Cooperativa dos Trabalhadores no Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde Ltda, de Novo Hamburgo e o grupo de trabalhadoras do bairro Restinga, de Porto Alegre. As relações comunicacionais realizadas pelas mulheres dos dois grupos são elementos que, mesmo atravessados pelos processos midiáticos, presentes hoje na vida delas, se processam ao longo da sua história, e são pertencentes apenas a sua realidade, sem serem representados pelos meios de comunicação, nos seus saberes cotidianos. Pressupondo-se que as atitudes e procedimentos adotados pelas mulheres normalmente são de contribuição para o desenvolvimento de outros processos de avanço daqueles grupos, inclusive na sua organização familiar, pode-se entender que há nesses elementos o reforço de valores como confiança, solidariedade e melhora da auto-estima, num refazer permanente de saberes, que interferem na vida das comunidades onde estão. Assim, as redes informais de comunicação se constituem e se desfazem de acordo com os interesses temporariamente coletivos presentes, com as mediações das mulheres. Mediações consideradas significativas para o estudo, sob o recorte dos conceitos de gênero, de trabalho, de etnia e de família. Os estudos das mediações e das redes de comunicação tratados por autores como Jesús Martín-Barbero, Nestor García Canclini, Eliseo Verón, Muniz Sodré, Maria Cristina Mata, Manuel Castells, Michel de Certeau, Octavio Ianni, Milton Santos, Maria Augusta Babo, Aníbal Ford, Niklas Luhmann, Zigmund Bauman, Pierre Bourdieu, David Harvey, Michele e Armand Mattelart, Tomás R. de Villasante, Efendy Maldonado, Euclides Mance, Carmen Diana Deere, Magdalena Leon, Cicília Maria K. Peruzzo, Alberto Melucci, Joan W. Scott, Michel Foucault, Muhammad Yunus, Amartya Sen, Jurema Brites, Cláudia Fonseca, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros do campo da Comunicação, da Sociologia, da Antropologia, da História e da Economia, dão a sustentação teórica para a elaboração de novos argumentos sobre as redes informais de comunicação. Na metodologia, incluem-se os métodos da pesquisa-participante e da pesquisa-ação, para o trabalho de campo, e o método da análise do Discurso do Sujeito Coletivo, que se centrou em entrevistas e depoimentos das mulheres observadas, dos dois grupos.

Palavras-chave: Redes Informais de Comunicação. Mulheres. Mediações. Comunicação Comunitária.



## ABSTRACT

The thesis *The mediation of the women in the constitution of the informal nets of communication* is on the idea of communication between women, through their speeches expressed and not expressed, and organized in the perspective of the groups where they are inserted. For that, at the group of workers of the Cooperative of Workers in the Footwear, of Boa Saúde quarter and Jardim Liberato, of Novo Hamburgo and the group of workers of the Restinga quarter had been observed two groups of women -, of Porto Alegre. The relations of communication carried through by the women of the two groups are elements that, exactly crossed for the communication processes, present today in their life, generate a process throughout their life histories, which pertains only to their reality, without being represented for the medias, in their daily knowledge. Estimating that the attitudes and procedures adopted for the women normally are of contribution for the development of other processes of advance of those groups, also in their familiar organization, it can be understood that it has in these elements the reinforcement of values as confidence, solidarity and improves of auto-esteem, in order to remake permanent knowledge, that intervenes in the life of the communities where they are. Thus, the informal nets of communication if constitute and if temporarily collective gifts undo the interests in accordance with, with the women's communication processes. Such processes are considered significant for the study, under the clipping of the family and ethnical aspects, work and gender concepts. The studies of the communication processes and the nets of communication treated by authors as Jesús Martín-Barbero, Nestor García Canclini, Eliseo Verón, Muniz Sodré, Maria Cristina Mata, Manuel Castells, Michel de Certeau, Octavio Ianni, Milton Santos, Maria Augusta Babo, Aníbal Ford, Niklas Luhmann, Zigmund Bauman, Pierre Bourdieu, Dominique Wolton, David Harvey, Michele and Armand Mattelart, Tomás R. of Villasante, Efendy Maldonado, Euclides Mance, Carmen Diana Deere, Magdalena Leon, Cicília Maria K. Peruzzo, Alberto Melucci, Joan W. Scott, Michel Foucault, Muhammad Yunus, Amartya Sen, Jurema Brites, Cláudia Fonseca, among others of the Communication Sciences, Sociology, Anthropology, History and Economic Sciences, gave the theoretical sustentation for the elaboration of new arguments on the informal nets of communication. The researcher has adopted the methods of the participant – research and the action- research, for the field work, and the method of the analysis of the Speech of the Collective Citizen, which is focused on the interviews and speeches of the women observed, of both groups.

Keywords: Informal nets of communication. Women. Communication processes. Communitarian Communication.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABICALÇADOS - Associação Brasileira da Indústria do Calçado

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRASCE - Associação Brasileira de Shoppings Centers

ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária

ACMUN - Associação Cultural de Mulheres Negras

ADJORI/RS - Associação dos Jornais do Interior

ALAI - Agência Latino-americana de Informação

ALAIC - Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação

AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

APC - Associação para o Progresso das Comunicações

CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil

CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos

COOPERUNIÃO - CooperUnião - Cooperativa dos Trabalhadores no Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde Ltda.

CRIS - Campanha dos Direitos de Comunicação na Sociedade da Informação

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DST/AIDS - Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

DSC - Discurso do Sujeito Coletivo

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

FERES - Fórum de Educação da Restinga e Extremo-Sul

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FEEVALE - Centro Universitário / Novo Hamburgo/RS

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços  
ICV - Índice de Condição de Vida  
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social  
OP - Orçamento Participativo de Porto Alegre  
Ong - Organização Não-governamental  
OURMEDIA/NUESTROS MEDIOS/NOSSOS MEIOS - Lista de Discussão da Internet  
PDT - Partido Democrático Brasileiro  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PIB - Produto Interno Bruto  
PL - Partido Liberal  
PLP's - Promotoras Legais Populares  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP - Pesquisa-participante  
PPS - Partido Popular Socialista  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PUC/RS - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul  
RMs - Regiões Metropolitanas  
RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre  
RBS - Rede Brasil Sul de Comunicação  
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão  
THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero  
TVCom - Canal de Televisão fechado da RBS TV conhecido como TV Comunitária  
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Programa Igualdade de Gênero e Raça  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
VHS - Sistema de Vídeo Caseiro  
WAAC - World Association for Christian Communication

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 A configuração inicial .....	16
1.2 Formulação da problemática da pesquisa.....	21
1.3 Objetivos.....	24
1.4 Delimitação do objeto de pesquisa .....	26
1.5 O quê o objeto demanda?.....	29
1.6 Fundamentações metodológicas.....	30
1.7 Procedimentos metodológicos .....	37
1.8 Estrutura da problemática (sinóptica).....	44
1.9 Configuração da tese.....	45
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIOCULTURAL E MUDIÁTICA</b> ....	47
2.1 Brechas históricas e socioculturais.....	53
2.2 Intervenções midiáticas.....	60
2.3 As tramas das Regiões Metropolitanas.....	67
2.3.1. A Região Metropolitana de Porto Alegre .....	70
2.3.1.1 A metrópole .....	72
2.3.1.1.1 O Bairro Restinga.....	74
2.3.1.2 Novo Hamburgo – a Capital Nacional do Calçado.....	81
2.3.1.2.1 O Bairro Boa Saúde.....	84
<b>3. MEDIAÇÕES CULTURAIS</b> .....	88
3.1 Gênero: feminino plural.....	103
3.2 Trabalho.....	118
3.2.1 O trabalho informal no Vale do Sinos .....	128
3.3 Etnia.....	132
3.4 Família.....	147
<b>4. PROCESSOS COMUNICACIONAIS</b> .....	156
4.1 Hegemonia midiática.....	170
4.2 Possibilidades alternativas de comunicação.....	181
<b>5. REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO</b> .....	203

5.1 Conceitos e derivações.....	203
5.2 Trocas, conexões, elaborações.....	225
5.3 Primeira interpretação a partir das narrativas contidas no Discurso do Sujeito Coletivo.....	226
5.4 A mulher como ser estruturador dos tecidos comunicacionais.....	263
<b>6. PERSPECTIVAS A CERCA DAS REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>276</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>287</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>303</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>367</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O que se destaca na escolha do tema dessa pesquisa - *A mediação das mulheres na constituição das Redes Informais de Comunicação* - são as diferentes estratégias adotadas através dos *processos comunicacionais ou midiáticos*, pela sociedade, em especial as estratégias constituídas pelas mulheres, consideradas *mediações* que atuam sob essas intervenções na constituição das *redes informais de comunicação*. Pressupôs-se que a relevância da mídia provoca intervenções na vida cotidiana das mulheres comunicadoras em foco, a partir da sua localização no universo da multiplicidade de organismos com diferentes realizações e objetivos. Da mesma forma, que está na base dos exercícios praticados por elas, nas atividades propostas de comunicação, assim como os diferentes processos midiáticos instaurados no tecido social em que estão inseridas. No entanto, pressupôs-se também, que as mulheres resistem a essas intervenções realizando as mesmas operações de comunicação carregando o acúmulo de sua história pessoal, o que está na memória e o que se acrescenta de conhecimento fora dos processos midiáticos, presentes nas relações intersubjetivas delas que se traduzem na constituição das *redes informais de comunicação*.

Esses são elementos que contribuíram na formulação da pesquisa e dos estudos que resultaram nesta tese do curso de Doutorado, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.

Uma boa parte dos estudos sobre as *redes informais de comunicação* no Brasil, ou em outros países latino-americanos e europeus hoje, além dos Estados Unidos, dá conta de relevantes pesquisas<sup>1</sup> que discutem os sistemas tecnológicos como instrumentos para a concretização dessas redes, no cotidiano das pessoas. De certa forma, aqueles avanços têm influenciado significativamente em mudanças de hábitos e atitudes para quem tem acesso a eles, diretamente, e para quem ainda não tem acesso, mas que recebe influências por outros meios e formas de comunicação, indiretamente.

Ao comentar sobre a ciberdemocracia e o uso das redes interplanetárias computadorizadas, Lévy afirma que:

---

<sup>1</sup> São inúmeros os trabalhos realizados sobre os sistemas tecnológicos e as redes de informação, contidos na própria Rede Mundial de Computadores e em artigos e livros publicados em diferentes partes do mundo.

A emergência da Internet a partir do final da década de 1980 e o surgimento da World Wide Web em 1994 prolongaram a precedente evolução da esfera pública, introduzindo ao mesmo tempo elementos radicalmente novos: a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos para todos. (LÉVY, 2003, p.369).

Já, Mattelart (Internet, 2005)<sup>2</sup>, considera a *globalização* como um processo geral, político - neoliberal - que se apodera dos termos utilizados pelos movimentos sociais de resistência, com início nos anos 80, como um processo de desregulação e privatização dos sistemas de telecomunicações. Para ele, é verdade que a partir daquele momento se poderia falar de uma desregulação também de todo o sistema, tanto dos conteúdos como das maneiras de vê-los.

MCChesney (2003, p.218/219), compreende que, se acontece uma desregulamentação da mídia comercial e dos mercados de comunicação, acontece para servir os interesses empresariais. Segundo este autor, “enquanto antigamente os sistemas de mídia eram primariamente nacionais, nos últimos anos surgiu um mercado global de mídia comercial”. Agora já se configuram conglomerados empresariais localizados em grandes megalópoles como Tóquio, Nova Iorque, Hong Kong, Sidney, Madri, São Paulo, Paris, Londres, Buenos Aires e Montevideú, entre outras, que vão se fundindo com outros grupos regionais e dominando os mercados. Assim, segundo MCChesney:

O consumismo, a desigualdade de classes e o chamado “individualismo” tendem a ser considerados naturais e mesmo benevolentes, enquanto a política, os valores cívicos e as atividades contra o mercado são marginalizados. O melhor jornalismo é afinado com a classe empresarial e adequado a suas necessidades e preconceitos; com algumas notáveis exceções, o jornalismo reservado às massas tende a ser o tipo de conversa fiada fornecida pelos gigantes da mídia em suas estações de TV, nos Estados Unidos.(MCCHESENEY, 2003, p.235).

Ao se pensar nas condições impostas pelo sistema hegemônico capitalista e as posições políticas nelas contidas para implementação do processo de *globalização* que acabam interferindo nas relações econômicas, de trabalho, socioculturais e intensificam ainda mais as diferenças entre os grupos que compõem o tecido social, pode-se chegar aos micro-espacos econômicos locais, como os *ateliêrs informais de calçados*<sup>3</sup> do pólo calçadista gaúcho<sup>4</sup>, que

---

2 Entrevista para o site especial do Fórum Social Mundial 2005 da *Revista do Terceiro Setor* - <http://fsm2005.rits.org.br/apc-aa-fsm2005/fsm2005/index.shtml> acessado em 20/04/2005

3 *Ateliêrs* de costura de calçados e bolsas são os locais de produção que executam algumas etapas do processo produtivo. A mão-de-obra é contratada de forma avulsa, portanto, informal, sem registros em carteira de trabalho. Os trabalhadores contratados são, em grande parte, mulheres, crianças e jovens. Esses *ateliêrs* são um novo arranjo do processo produtivo, onde a mão-de-obra demitida anteriormente é re-contratada de forma precária, muitas vezes. Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Calçado o resultado da crise que atinge o setor atualmente deve provocar em 2006 a demissão de 25 mil trabalhadores e reduzir a produção em 85 milhões de

sofrem na ponta dos negócios, as conseqüências da entrada, no mercado nacional, dos produtos chineses, principalmente.

No mínimo, nos últimos cinco anos, a produção coureiro-calçadista tem sofrido crises econômicas, uma vez que as ofertas dos produtos externos são de preços competitivos com o mercado interno, o que tem provocado aumento do desemprego local e significativo crescimento da mão-de-obra terceirizada informal<sup>5</sup> - com células de produção doméstica como os *ateliês* de calçados. Atividades essas que, de um lado, precarizam os avanços conquistados pelos trabalhadores formais das empresas, exploram a mão-de-obra de mulheres e crianças, em maior escala, e, de outro, favorecem os que não têm carteira de trabalho e nem a chance de trabalhar na indústria, diretamente. Elementos refletidos no cotidiano dos sujeitos produtores de comunicação, em especial das mulheres aqui observadas, pois em seu dia-a-dia o processo de trabalho se apresenta fundamental como modelo de geração de renda, necessária para a sua manutenção e de suas famílias. São esses mesmos elementos que alimentam as informações contidas nos processos midiáticos, e supõe-se que também atravessam as *mediações* realizadas pelas mulheres, diariamente. Vale ressaltar o posicionamento de Mattelart, que criticava esse tipo de *globalização* e falava de outro processo de resistência:

Mimetismo, adaptação, reapropriação que foi aparecendo na forma de respostas de sociedades singulares à proposta de reorganização das relações sociais, apresentada pelos novos dispositivos de comunicação transnacional, que, simultaneamente, desestruturam e reestruturam os espaços nacionais e locais, identificado pelo autor como mundialização. (MATTELART, 1996, p.264).

---

pares de calçados no mercado. (Notícias – site [www.abicalcados.com.br](http://www.abicalcados.com.br) - acessado em 28/02/2006) A palavra é adaptada do idioma francês.

4 As informações dos últimos cinco anos dão conta que a indústria coureiro-calçadista está localizada nos municípios gaúchos de Igrejinha, Parobé, Sapiranga, Campo Bom, Estância Velha e Novo Hamburgo; e os setores industrial metal-mecânico, alimentício e petroquímico, estão mais desenvolvidos nos municípios de São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio e Canoas.

5 Numa análise centrada nos processos hegemônicos capitalistas e neoliberais – segundo Montaña (2003, p.182) – *terceiro setor* é aquele que se compõe da sociedade civil e sua representatividade (através de todas as entidades organizadas) e contrapõe-se ao *primeiro setor* (Estado), e ao *segundo setor* (Mercado). *Terceirização* é um termo mais utilizado por segmentos do Terceiro Setor, embora outros setores também o façam. Sua principal característica é a contratação de mão-de-obra informal, já fazendo parte do vocabulário dos trabalhadores e empresários de maneira geral, uma vez que se realiza sem registros na carteira do trabalho, e apresenta uma remuneração diferenciada no mercado. Muitas vezes a remuneração – nem sempre compensa as diferenças em relação ao salário formal - mas na condição de prestadores de serviços os trabalhadores se submetem às condições oferecidas, que supostamente devem cobrir as despesas com taxas da previdência, etc.



Se entendermos que há elementos comunicacionais que fazem parte das relações sociais, em seus micro-espços – locais - construídos, que se entrecruzam, ou não, com os sistemas tecnológicos, podem-se alcançar aquelas *redes* que acontecem na informalidade das relações e que se concretizam através da comunicação, pois é por elas que se mantêm os vínculos de proximidade na convivência diária, num processo presente e constante, diferentemente daquele implementado através dos sistemas tecnológicos.

As relações de família, de vizinhança e de grupos sociais ainda se apresentam como elementos que sustentam as relações comunicacionais nesses micro-espços, em termos de experiências e trocas, onde se juntam as formalidades dos processos midiáticos gerais e a informalidade das conversas interpessoais, que vão regendo o dia-a-dia de cada sujeito. Nesse contexto, e observando-se a conjuntura sócio-econômica-cultural de grupos sociais que historicamente têm constituído a grande maioria da população de baixa renda no Brasil, destaca-se o papel das mulheres, no que se refere ao seu entendimento enquanto seres sociais e de comunicação, que realizam ações e promovem o estímulo a novos processos comunicacionais, em diferentes grupos em que vão se inserindo. Seja na organização familiar, no trabalho fora de casa, nos grupos de convivência comunitária como a igreja, os clubes de mães, as escolas, as associações e os sindicatos, as mulheres assumem papéis relevantes, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento local.

### **1.1 A configuração inicial**

E porquê *focar* as atenções nas ações realizadas pelas mulheres moradoras de bairros e vilas de baixo poder aquisitivo? Vale ressaltar que a opção de estudar a participação das mulheres – moradoras de bairros e vilas de baixo poder aquisitivo de Porto Alegre - *na constituição das redes informais de comunicação, com suas mediações*, vem da memória desta pesquisadora, das relações comunicacionais estabelecidas na família, com suas vizinhas durante a infância em bairro pobre de Porto Alegre, que foram juntadas aos registros da adolescência e o que se foi aprimorando ao longo dos anos de vida, das relações entre os seres humanos, e a presença forte das mulheres buscando saídas e realizações historicamente.

As inferências pessoais desta pesquisadora foram se fortalecendo a partir de leituras e constatações de experiências relatadas por lideranças comunitárias, que as dificuldades econômicas daquelas famílias, associadas às necessidades do aprendizado formal para elevação da escolaridade, e de outras formas de aquisição do conhecimento, além do reconhecimento

da força de trabalho, talvez fossem fatores estimulantes do desenvolvimento das ditas *redes informais*. Alguns fatores presentes nas relações de busca da manutenção e geração de renda para aquelas mulheres e suas famílias são promotores de diferentes tramas, aonde elas vão realizando *mediações* de comunicação que auxiliam no seu próprio desenvolvimento, no de suas famílias e de suas comunidades. Por sua vez, se supôs que os avanços da participação das mulheres na esfera pública têm sido dados por estímulos externos ao exercício cotidiano de suas tarefas e ao desempenho de competências que exigem maiores responsabilidades. E esses movimentos populares, que unificam coletivamente as vontades e os desejos, acabam representando a consolidação de propostas que traduzem, em muitos casos, as necessidades mais individuais, observadas em seu conjunto.

De outra forma, ao acompanhar as reuniões públicas da discussão do orçamento estadual, em 1999/2000, como jornalista, se pôde perceber – de acordo com pesquisa realizada pela *ong* CIDADE<sup>6</sup>, que apontou a presença feminina em maior número que a presença masculina nas reuniões e assembléias públicas - o quanto as mulheres são atuantes e comunicativas nas ações empreendidas, saindo dos espaços privados para ocupar espaços públicos, procurando melhorar a sua própria qualidade de vida e de pessoas que lhes estão próximas. Portanto, a observação científica e os estudos empreendidos contemporaneamente sobre o papel feminino na sociedade são significativos, na medida em que se podem abordar com mais profundidade os reflexos de situações de exclusão vivenciadas por grande parte delas, e as disputas de poder impregnadas nos processos sociais, que se disseminam também pela visibilidade dada pela mídia, ao mesmo tempo em que essa visibilidade pode estimular novos processos de avanço, discussão e transformação da realidade.

Muitas foram as observações feitas a partir dos estudos do Mestrado em Ciências da Comunicação, realizado em 1998-2000<sup>7</sup>, por esta autora, que percebeu na época o destaque para a constituição das *redes informais de comunicação*, nas quais a presença feminina era marcante. Em diferentes oportunidades apresentaram-se situações que provocaram na jorna-

---

<sup>6</sup> “Os dados referentes a sexo para o ano de 2002 confirmam o predomínio da participação das mulheres no OP, indicando uma certa estabilidade depois de vários anos de constante crescimento. É de se notar que elas figuram como grupo majoritário não apenas entre os participantes na plenária, mas também entre os entrevistados ocupantes de cargos de direção em Associações de Moradores (Dir. AMs) e eleitos em anos anteriores como delegados ou conselheiros. Chama a atenção o percentual de mulheres pesquisadas eleitas conselheiras em algum momento da história do OP, uma vez que as mulheres efetivamente nunca constituíram a maioria no Conselho do Orçamento Participativo (constituem aproximadamente 40% do Conselho na gestão 2002/2003)”. Texto contido na publicação “*Quem é o Público do Orçamento Participativo 2002*”, em janeiro, da *ong* CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, divulgado no site [http://www.ongcidade.org/site/arquivos/biblioteca/pesquisa\\_op\\_01.pdf](http://www.ongcidade.org/site/arquivos/biblioteca/pesquisa_op_01.pdf) acessado em 18/02/2003

<sup>7</sup> Dissertação apresentada em dezembro de 2000 sobre *As contra-estratégias de comunicação do Orçamento Participativo do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2000)*, desta autora.

lista e recém-mestre, naquele momento, o desejo de avançar na pesquisa sobre a participação das mulheres na retaguarda de diversos processos sociais, utilizando-se da comunicação para empreenderem melhoria da qualidade de vida dos grupos onde atuam e também, fora deles.

De outra forma, nas reuniões do Orçamento Participativo Estadual<sup>8</sup>, acompanhadas pela pesquisadora, em diferentes municípios gaúchos, as mulheres participavam porque entendiam que aquilo era preciso acontecer em suas regiões, a partir do anúncio do calendário mensal em programas de rádio. Ficavam atentas para as discussões de aplicação de verbas para a melhoria dos prédios escolares, das estradas, e dos sistemas de canalização dos esgotos em suas localidades. Também foi através do rádio que ficaram sabendo que o governo estadual estaria regularizando os títulos de produtoras rurais, num *Mutirão de Documentação do Programa de Documentação e Valorização da Mulher Trabalhadora Rural* realizado em agosto de 1999, no município de Sananduva. O evento reuniu mais de três mil mulheres do município e arredores. O inusitado da ocorrência teve repercussão em outros municípios do Estado, exatamente por serem as mulheres, os elementos mobilizadores das reivindicações, a partir da abertura de espaços nas rádios e jornais das comunidades atingidas, ou até mesmo através da chamada *comunicação boca-a-boca*, o que se podia identificar na época, como uma *rede informal de comunicação*.

Assim, para a elaboração do anteprojeto de doutorado, apresentado em 2003, que foi modificado posteriormente, se buscou informação<sup>9</sup> sobre as pesquisas já realizadas em diferentes programas de pós-graduação do Brasil e em outros países latino-americanos, verificando-se a pertinência e a relevância do tema, uma vez que ainda são pouco desenvolvidas as pesquisas sobre mulheres e comunicação e mulheres e processos midiáticos, entre outros.

Tomou-se como ponto de partida os grupos históricos de mulheres com participação nas reuniões do *Orçamento Participativo* de Porto Alegre, como o das *Promotoras Legais Populares (PLP's)* estimulado e constituído através do trabalho da THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero<sup>10</sup>.

---

8 Projeto do governo estadual, durante a administração da Frente Popular, no período de 1999-2002, que abria a discussão à população para melhor aplicar verbas públicas em ações executivas como melhoria das escolas, dos postos de saúde, de saneamento básico, de asfaltamento das estradas, etc. Processo esse que já fazia parte da história de Porto Alegre, durante gestão da Frente Popular, por 16 anos.

9 Num levantamento feito via Internet, de teses de doutorado e dissertações de mestrado, produzidas no período entre 1998 e 2005, no Brasil, em diferentes Programas de Pós-graduação de Comunicação os estudos de gênero estão presentes na Academia como qualquer outro tema de interesse social, mas numa escala restrita de um para dez. No entanto, percebe-se a preocupação na intensificação das pesquisas nos últimos anos. Há produções que se relacionam com os temas Mídia – Movimentos Sociais – Imaginário – Formação – Questões Políticas – Dicotomia Homem-Mulher – Políticas Públicas – Metodologia, entre outros.

10 Organização não-governamental fundada em 1993, com o objetivo de divulgar os direitos civis femininos, conforme o que está publicado nos Cadernos de Orientação, 1999.

Vale ressaltar, que durante os diferentes momentos de busca de outros esclarecimentos e de formulação da base para o trabalho foi-se verificando que atrás de um grupo social organizado encontra-se, na maioria das vezes, a atuação de um grupo de pessoas mais intelectualizadas que fundaram uma *Organização Não Governamental* (ong) – para trabalhar aqueles segmentos sociais. Isto significa que a busca de elementos da informalidade necessária para se caracterizar as *redes informais de comunicação* ocorreu através de organismos institucionalizados, e, portanto formais, para se poder desenvolver a pesquisa e se chegar às micro-relações de comunicação informais.

A partir de uma reunião com um grupo de cinco mulheres participantes da primeira turma de *Promotoras Legais Populares* formadas pela THEMIS em 1993 e de outros contatos posteriores com PLP's do bairro Restinga, de Porto Alegre, formada recentemente, se pode observar o envolvimento das mulheres na divulgação dos direitos civis femininos que estariam estimulando outras ações de comunicação. Também das conversas iniciais se procurou obter informações das relações estabelecidas pelas mulheres na prática de suas vidas – como a forma como orientam suas filhas em relação ao trabalho doméstico diferentemente dos filhos – presentes em discussões de um grupo de lideranças na *ong* CIDADE, por exemplo, em reuniões com representantes do grupo de mulheres que discutiam as questões de gênero.

Assim, pode-se chegar a lideranças do movimento social organizado da capital gaúcha, reconhecidas publicamente, como Marli Medeiros<sup>11</sup>, uma líder comunitária moradora da Vila Pinto, na zona Leste, responsável pela implantação, há dez anos, do *Centro de Educação Ambiental* e de um *Galpão de Triagem* de Lixo para a reciclagem, que ocupa a mão-de-obra de cerca de 80 trabalhadores, entre eles, 60 mulheres, localizado na própria Vila Pinto. A aproximação com aqueles trabalhadores, e em especial com as mulheres, a partir de setembro de 2004, levaram esta pesquisadora a estruturar o anteprojeto de doutorado focando melhor nas questões relacionadas ao entendimento que elas apresentavam sobre a comunicação e a sua importância para a sociedade.

No bairro Restinga, as *PLP's* organizadas como *informantes* dos direitos civis das mulheres às demais moradoras da região, explicaram que não era fácil para elas tratarem com

---

11 O projeto realizado por Marli Medeiros foi premiado em Milão e apresentado na Alemanha para empresários que trabalham com o material reciclável. Atualmente ele se mantém com verbas de convênio mantido com o Unibanco e algumas empresas do Pólo Petroquímico do RS como a *Braskem*. A coordenadora é constantemente chamada a dar palestras e a orientar grupos na formação de galpões de reciclagem do lixo. Em abril de 2005 a então doutoranda do Centro de Ciências da Comunicação, Jane Mazzarino, defendeu tese com o título “*A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-midiáticas do movimento socioambiental - um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto de Porto Alegre*”, tendo como referência o projeto coordenado por Marli Medeiros.

suas companheiras de temas como a violência doméstica, pois em muitos casos elas vivenciavam essa realidade na sua própria casa. Para essas mulheres, por exemplo, a formação que receberam da *organização não governamental* a que se vincularam – a THEMIS – significava um conhecimento até então inacessível, mas de fundamental importância na medida que iam se aprofundando nos temas propostos pela instituição, colocados em xeque no seu cotidiano.

Também, assim, a partir da aquisição do conhecimento dos direitos civis, ficaram mais atentas para o que a mídia divulga e isso as fez ter um domínio maior dos espaços oferecidos para entrevistas. Uma das representantes desse grupo chegou a participar de um programa da TV Bandeirantes, em São Paulo, como convidada para falar do trabalho realizado. Como haviam outros diferentes convidados, não teve tempo suficiente para explicar qual a sua atuação entre as moradoras do bairro Restinga. Ao voltar, comentou com o grupo a grande diferença entre o que acontece fora do vídeo – nos bastidores de um programa – e o que a população assiste. Não entendia muito bem para quê um aparato tão grande, se o principal objetivo de informar bem a população não era atingido. Isso as levou a pensar em criar um programa sobre o papel das mulheres na sociedade, na Rádio Comunitária local. O que não teve avanço, porque algum tempo depois a emissora foi fechada pela Agência Nacional de Telecomunicações<sup>12</sup> – ANATEL - sendo considerada *ilegal*.

Conjugando o que já estava se desenvolvendo de contatos com o grupo de trabalhadores da Vila Pinto, a partir de reuniões propostas pela a líder Marli Medeiros, o projeto desta pesquisa foi se construindo também através de contatos com a jornalista Isabel Clavelin, que realizava uma ação formativa em comunicação comunitária com um grupo de dez mulheres negras do mesmo bairro Restinga, citado anteriormente. Isabel foi propondo um acompanhamento como observadora, que se chegou a elas já que o objetivo do projeto da jornalista era a discussão sobre a mídia e a comunicação em geral, e os processos comunitários de usos dos meios, além de questões de etnia e gênero representados nos meios de comunicação. O projeto *Reaprendendo a Comunicar, a Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora*, vinculado à Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN, recebeu verba da Unesco, e foi realizado entre julho de 2004 e março de 2005 (ANEXO 1). Foi significativo o papel da jornalista negra, que entendia como um desafio trabalhar com as moradoras da Restinga, já que falava

---

12 Agência reguladora para questões de telecomunicações no Brasil, que, entre outras atribuições, denuncia para a Polícia Federal o descumprimento da lei 9.612 aprovada em fevereiro de 1998, nos casos de emissoras comunitárias que ainda não encaminharam a documentação para regulamentação ao Ministério das Comunicações. Em muitos casos de fechamento dessas emissoras, mesmo com a documentação encaminhada, a Polícia Federal capturou os equipamentos e até prendeu seus responsáveis, considerando assim o funcionamento dito *ilegal* como crime.

de processos de produção da informação nos meios de comunicação procurando despertar um olhar crítico nelas para temas que tratavam diretamente das suas realidades.

A partir dos contatos iniciais, e de diversas discussões em seminários realizados no próprio Doutorado, já com os indicativos orientados pelo professor Efendy Maldonado, se pôde verificar a pertinência do tema, com algumas mudanças. Mesmo com a participação em reuniões semanais para discutir com o grupo da Vila Pinto a preparação e implantação de uma rádio comunitária no local, - se efetivaram cerca de 20 encontros com aquele grupo - com início em abril, seguindo-se até novembro de 2005, tendo-se, inclusive feito visitas juntamente com o grupo, à Rádio da Universidade do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, e à Rádio Comunitária Ferrabraz, de Sapiranga, com a participação do jornalista Felipe Ewald, também interessado no projeto que se desenvolvia no Galpão de Reciclagem do Lixo, resolveu-se mudar a proposta como se explica a seguir.

Além das buscas para a localização de grupos de mulheres que melhor poderiam representar aquilo que se propunha, inicialmente, também foi se realizando uma pesquisa teórica, com a localização de autores e outros estudos nos campos da Comunicação Social, da Sociologia, da Antropologia, dos Estudos de Gênero, que pudessem contribuir para a base do trabalho, também em construção.

A perspectiva de formulação de conteúdos para a pesquisa, através das conversas e das relações que se estabeleceram com diferentes mulheres em diferentes situações, para se chegar aos dois grupos finalmente focados nos estudos exploratórios durante a realização do processo de construção do objeto, pressupunham que as mulheres realizam mediações significativas para o processo de desenvolvimento social, e a comunicação está na base, como um dos alicerces, como mola propulsora da constituição das *redes informais de comunicação*, onde aparecem os discursos ditos e não ditos, as experiências e as trocas, as disputas e os conflitos, de acordo com as hipóteses elaboradas por esta autora.

## **1.2 Formulação da problemática da pesquisa**

O processo de construção do objeto da pesquisa resultou na formulação da problemática para a elaboração da tese que se apresenta a partir da interconexão dos conceitos de *redes informais de comunicação*, de *processos comunicacionais* e de *mediações* entre as relações sociais que originam relações comunicacionais: *de gênero, de trabalho, de etnia e de família*. Esses elementos interagem tendo-se como campo de ação o tecido social, com os demais atra-

vessamentos da mídia, dos processos interculturais, das questões de territorialidade e espaço, além das intersubjetividades e das subjetividades sociais das mulheres que fazem suas *mediações*, em seus diferentes grupos de participação. Para a sustentação dos entrecruzamentos de idéias e possibilidades de articulações sobre os modos estratégicos da comunicação adotadas nos grupos de mulheres em foco no estudo, buscou-se uma base teórica que abarca o tema trabalhado, com os seguintes autores: Jesús Martín-Barbero, Nestor García Canclini, Eliseo Verón, Muniz Sodré, Maria Cristina Mata, Manuel Castells, Michel de Certeau, Octavio Ianni, Milton Santos, Maria Augusta Babo, Aníbal Ford, Roger Silverstone, Niklas Luhmann, Zigmund Bauman, Pierre Bourdieu, David Harvey, Michèle e Armand Mattelart, Clara Setkin, Tomás R. de Villasante, Efendy Maldonado, Euclides Mance, Carmen Diana Deere, Magdalena Leon, Cícilia Maria K. Peruzzo, Alberto Melucci, Joan W. Scott, Michel Foucault, Amartya Sen, Jurema Brites, Cláudia Fonseca, entre outros.

Para localizar-se melhor o problema, elaborou-se as seguintes perguntas básicas:

- 1) *As redes informais de comunicação existem na cotidianidade dos grupos sociais?*
- 2) *Se existem, qual o nível de organização dessas redes e qual o papel das mulheres?*
- 3) *São realmente elementos agregadores e produzem avanços na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde são organizadas?*
- 4) *São as redes informais de comunicação elementos que se constituem em alternativas de relações comunicacionais autônomas, ou elas são partes dos processos midiáticos vigentes, que também contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais e regionais?*
- 5) *Efetivamente, as mediações realizadas pelas mulheres são essenciais na constituição das redes informais de comunicação?*

A partir do exposto acima, têm-se alguns outros questionamentos complementares, relacionados aos *processos midiáticos* e às *mediações*, como segue, partindo-se da seguinte hipótese central: ***se, efetivamente, a participação das mulheres no processo de comunicação venha expressar uma necessidade de otimização das condições pessoais e comunitárias, então poder-se-ia analisar o discurso coletivo constituinte da estruturação das redes informais de comunicação.***

Mais do que averiguar os espaços adquiridos pelas mulheres na mídia e suas respectivas estratégias, se busca saber em que medida as mulheres promovem a *mediação* entre o seu conhecimento e o conhecimento adquirido na mídia, em seus nichos de relacionamento social, no cotidiano; quais outras estratégias se manifestam – entre elas as de poder e a geração de

outros micro-poderes – nessa construção do tecido social? Entrecruzar elementos da comunicação popular, comunitária, com os diferentes níveis de comunicação que acontecem entre as mulheres, sua família, seus vizinhos, seu bairro, sua cidade, são possibilidades que devem estar na pesquisa.

Em quais momentos as *redes informais de comunicação* se realizam, se de fato se realizam e como as mulheres intervêm mediando as informações recebidas de todo o universo situacional onde elas estão inseridas – e principalmente da mídia?

Quais as trocas presentes nas rodas de chimarrão, nos almoços familiares de domingo, nas reuniões do Orçamento Participativo, a partir da audiência das telenovelas, dos noticiários de TV e de rádio, da leitura dos jornais, da participação nas reuniões das escolas dos filhos, etc. que se traduzem em marcas da presença da mulher? Quais os modos de realizar ações comunicativas, decisivas para o seu desenvolvimento e aprimoramento, como cidadãs?

As mulheres, ao se perceberem como participantes do processo, adquirem maior acesso aos espaços comunicacionais e uma maior facilidade na expressão pública? Há possibilidades de se tornarem elementos construtores de *redes informais de comunicação*? No momento em que elas capturam a informação divulgada nos meios de comunicação, e a repassam, atuam diretamente sobre as ações da família e da comunidade, buscando visibilidade para os temas de interesse coletivo?

Assim, a busca de esclarecimentos a respeito da constituição de *redes informais de comunicação, com a mediação das mulheres, que podem resultar em melhoria das condições sociais*, reforça as hipóteses relacionadas à dinamicidade dos processos midiáticos, que se reinventam ao longo do tempo, com novas possibilidades comunicacionais.

Dessa forma, pressupõe-se que essas contribuições, nos dias atuais, são significativas nas trocas de informação de diferentes grupos, que buscam o desenvolvimento regional e local, num sentido de maior aperfeiçoamento onde os interesses coletivos se sobressaem.

No entanto, nas observações até aqui realizadas, o que se percebe da subjetividade nas *mediações*, é que as trocas permeiam todo o conhecimento adquirido dos sujeitos envolvidos, inclusive com as informações presentes nos meios de comunicação, diariamente. Um exemplo disso é a referência ao que as mulheres compreendem sobre o papel representado pela mídia, em diferentes situações – um deles, marcante, é a forma como o trabalho doméstico é relacionado a outros ambientes nas novelas. Para elas, há um certo ar de incompreensão para a realidade vivida das trabalhadoras, o que não é visto nos folhetins apresentados.



Em suma, com essa problematização, o que se está investigando é: estando os *processos midiáticos* presentes nas *redes informais de comunicação*, como acontecem as operações a partir das *mediações* das mulheres, integrantes dos grupos citados? Outro dado observado é que já que elas percebem a comunicação como um elemento forte nas suas relações, pois a praticam cotidianamente, como elas entendem isso? Isso é significativo em suas vidas ou não? Aqui se retorna para questões de abrangência maior: será que a mídia consegue capturar as *tramas comunicacionais* do cotidiano ou há escapes que fogem às estruturas ditas *formais* quando as mulheres resolvem exercer papéis de fomento e estímulo ao desenvolvimento de determinados grupos onde elas se inserem?

### 1.3 Objetivos

Este trabalho tem como *objetivo geral* compreender, registrar, sistematizar e interpretar como e em que medida são realizadas trocas de táticas e estratégias de comunicação na formulação das *mediações*, pelas mulheres, a partir das informações adquiridas através dos diferentes *processos comunicacionais* do tecido social, que são transformadas em novas táticas, estratégias e procedimentos comunicacionais, estimuladores da participação coletiva, criando-se assim um tipo de *rede informal de comunicação*. De outra forma, deve-se também verificar os elementos comuns e os que se distinguem entre um grupo e outro, e como essas informações podem contribuir para outros estudos mais avançados sobre o tema.

Para se alcançar este objetivo geral são definidos sete objetivos específicos com o propósito de responder como e por que as mulheres realizam *mediações* que vão constituir as *redes informais de comunicação*; como elas atuam, se relacionando com outros elementos de sua realidade, estabelecendo estratégias de comunicação, participando nos grupos e comunidades onde estão inseridas. E como estes elementos influenciam representações, expectativas, necessidades e interesses em outros sujeitos consumidores e produtores de comunicação, numa trajetória reflexa do tecido social. Também se deve analisar e refletir de que maneira este conjunto de elementos subsidia e auxilia o entendimento do fenômeno estudado, e, portanto, responde à questão principal deste estudo.

A seguir descrevem-se os propósitos de estudo associados a cada um dos objetivos específicos. Os propósitos de estudo deverão corresponder ao que se pretende investigar, buscando responder ao problema de pesquisa:

1. Identificar e compreender os aspectos comuns e os que se distinguem aos dois grupos – e por consequência – aqueles relacionados aos elementos característicos das questões de *gênero, etnia e família e trabalho*, entrecruzando com as categorias *midiatização, mediações e redes informais de comunicação*, não deixando de observar a história, subjetividade e formação.

Propósitos de estudo associados a este objetivo específico:

1.1 Descrição das situações vivenciadas pelas mulheres ao longo da sua história;

1.2 Descrição dos aspectos vinculados aos critérios adotados – entendendo-se a realidade vivenciada como um processo de comunicação dos sujeitos, complexo e independente destes sujeitos - experimentados nos grupos de mulheres observados.

1.3 Relatos de aspectos de consensos e de conflitos – definidos como reduções, divisões e separações dialéticas vividas no trabalho e no cotidiano das mulheres entrevistadas.

2. Verificar até que ponto as intervenções dos processos midiáticos instaurados pelos usos dos meios de comunicação e por outras vias alternativas – provocam nas mulheres observadas, competências e vínculos comunicacionais que, mediados, possam contribuir com a sua atuação e em novas possibilidades de relações de comunicação nos grupos onde elas se inserem;

Propósitos do estudo associados a este objetivo específico:

2.1 Relatos de processos de audiência para os meios de comunicação –rádio, televisão e jornal - empreendidos pelas mulheres entrevistadas;

2.2 Identificação de processos de apreensão da informação a partir da audiência das mulheres, com o relato do que pode estar na memória e fazendo parte do seu dia-a-dia;

2.3 Descrição de ações coletivas implementadas nas atividades das mulheres e como tais ações são valorizadas por elas;

3. Estabelecer entre os grupos pesquisados os nexos e as diferenças que possam influir nas relações sociais vigentes e em transformação, a partir do conhecimento adquirido pelas mulheres, em suas realidades;

Propósitos do estudo associados a este objetivo específico:

3.1 Constatar os limites do desempenho das mulheres em suas diferentes ações cotidianas e como elas processam suas atividades rotineiras;

3.2 Constatar os limites do desempenho relacionado às atividades de trabalho, onde estão envolvidos vários sujeitos do grupo com seus conhecimentos diversos, e as relações de poder ali apresentadas.

4. Registrar a partir de entrevistas em profundidade, a reinvenção do discurso das mulheres a partir das suas experiências, que provocam o desenvolvimento de novas posturas diante da sua realidade e o que pode estimular a sua família e a sua comunidade a obter avanços e melhoria da condição de vida local;

Propósitos do estudo associados a este objetivo específico:

4.1 Verificar como acontecem as trocas de informações adquiridas pelas mulheres nos grupos onde se inserem;

4.2 Verificar os elementos de intersubjetividade e subjetividade presentes no discurso expresso e no que não se expressa através das respostas e dos gestos manifestados e outros sinais registrados nas entrevistas.

5. Organizar os registros captados sobre a formulação das mediações realizadas pelas mulheres - se as realizam, incluindo o conteúdo das informações recebidas da mídia e a forma como as repassam.

Propósitos do estudo associados a este objetivo específico:

5.1 Preparar os dados levantados verificando os conteúdos teóricos dos autores que estão dialogando sobre o tema proposto no trabalho;

6. Analisar as associações feitas, construídas a partir dos processos midiáticos, pelas mulheres, para a consolidação do substrato das redes informais de comunicação;

Propósitos do estudo associados a este objetivo específico:

6.1 Observar os dados e ajustá-los ao método de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, escolhido para este fim.

7. Entrecruzar os dados da modificação do discurso que intervém no comportamento das mulheres, no âmbito da amostragem delimitada, juntamente com outras informações e documentos que constatem as hipóteses formuladas.

Propósitos do estudo associados a este objetivo específico:

7.1 Analisar os dados e os resultados obtidos procurando comprovar o que se questionou na localização do problema de pesquisa em relação às *mediações das mulheres na constituição das redes informais de comunicação*.

A articulação entre os dados coletados e os propósitos de estudo se dá através das teorias referidas neste projeto. De forma geral, o desenvolvimento do estudo e a sua finalização estão apoiadas no referencial teórico, sendo que se procura relacionar com o respectivo objetivo específico e os parâmetros de pesquisa utilizados para a elaboração do roteiro de entrevistas.

#### 1.4 Delimitação do objeto de pesquisa

As mudanças citadas anteriormente, em relação ao anteprojeto inicial apresentado, se referem exatamente à definição dos dois grupos para se desenvolver a pesquisa como *estudo de caso*, para este trabalho: um deles localizado pelas práticas de comunicação das mulheres que atuaram na Cooperativa de Trabalhadores do Calçado do Bairro Boa Saúde/Jardim Libertado, em Novo Hamburgo - durante o período de agosto de 2005 a agosto de 2006 - escolhido por estar numa região estrategicamente próxima ao Centro Universitário Feevale – ao qual esta autora tem vínculo de trabalho; e o outro, pelas práticas de comunicação entre as Mulheres Negras Multiplicadoras em Prevenção de DST/Aids do bairro Restinga, vinculado à Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN, em Porto Alegre.

Embora durante a trajetória de evolução do tema, se ter encontrado alguns nichos interessantes, a reformulação deve-se às observações feitas pela autora sobre a realidade apresentada pelas mulheres trabalhadoras nos *ateliês* de calçado em Novo Hamburgo, que operacionalizam algumas práticas de comunicação de maneira diversa das mulheres do grupo do bairro Restinga, consideradas relevantes para o estudo proposto.

Portanto, o que se apresenta nesta tese, é o que a autora tem pesquisado sobre as possibilidades de realização de *mediações* pelas mulheres dos dois grupos observados, através das práticas de comunicação que vão exercendo e a forma como realizam novos procedimentos a respeito de suas realidades vivenciadas. Na medida em que elas intervêm de forma contundente na esfera familiar, na vizinhança e na comunidade e através das *redes informais de comunicação*, se pressupõe uma perspectiva de mudanças e busca da melhoria da qualidade de vida delas e de pessoas que lhes estão próximas.

Ao se pensar no estudo das *redes informais de comunicação* constituídas pelas *mediações* das mulheres, e nas relações comunicacionais que se estabelecem na cooperativa do bairro Boa Saúde, de Novo Hamburgo, e entre as mulheres negras do bairro Restinga, de Porto Alegre, pretende-se localizar os elementos que estimulam essas mulheres a realizarem ações que desenvolvem suas potencialidades como cidadãs. Tem-se observado, entre outros aspectos, alguns mais direcionados ao papel das mulheres na *mediação* das intervenções de diferentes processos midiáticos.

Observações realizadas levam a pensar que elas atuam como estimuladoras de processos de desenvolvimento coletivo, através de ações comunicativas, com a tomada de consciên-

cia de seu potencial (também despertado pela mídia local), que alicerçam e contribuem para o fortalecimento do tecido social.

Para o grupo de oito trabalhadoras da Cooperativa do bairro Boa Saúde, se observam questões próprias do fazer feminino, onde o trabalho doméstico se alia ao trabalho da produção calçadista, muitas vezes localizados se não dentro, mas próximo aos espaços do lar. São mulheres que constituíram família, e vivem com seus maridos ou estão em situação de separação, na média dos 30 aos 50 anos, com suas origens localizadas em outras regiões gaúchas, ou mesmo em Novo Hamburgo e em São Leopoldo.

Ao se verificar questões próprias de um grupo de trabalho informal, no desenvolvimento do estudo, o que se quer é aprofundar a pesquisa também relacionando esse tipo de trabalho de mulheres que vão se organizando para operacionalizarem suas atividades através de uma cooperativa, fundada durante o primeiro semestre de 2003. A reformulação do estatuto, com o auxílio da Escola 8 de Março de Formação de Trabalhadores<sup>13</sup>, e a abertura a novas sócias propiciou a organização do grupo, para que assumisse a Cooperativa. Foram contratados *oficineiros* com verbas patrocinadas pela empresa brasileira Petrobras. Ao se tornarem cooperativadas elas ficam responsáveis pela sede, local esse onde se reúnem para trabalhar, com os cuidados pela instalação e funcionamento das máquinas de costura e do material para colagem e preparação de calçados e bolsas. No período de realização da pesquisa, discutiu-se com as trabalhadoras o estatuto da cooperativa e elas receberam instruções de uma costureira prática contratada, com experiência no setor há pelo menos dez anos.

Pressupôs-se, então, uma troca de práticas e estratégias de comunicação constituídas de subjetividades importantes para o desenvolvimento daqueles grupos sociais, onde as mulheres atuam propriamente – na família, na comunidade, no trabalho, – e que, por sua vez, inserem-se em práticas para um desenvolvimento regional e local.

No caso do grupo das cinco mulheres negras do bairro Restinga (fotos do grupo no ANEXO 10) se deve verificar como e em que medida trabalham as questões voltadas para os processos comunicacionais, a partir do projeto *A voz das Mulheres Negras do Gueto Pra Fora*, coordenado pela jornalista Isabel Clavelin, em 2004/2005. Todas convivem com suas famílias, três são solteiras e duas são casadas, morando com seus companheiros e filhos. As mulheres aqui observadas realizam objetivamente trabalho de comunicadoras populares, isto

---

13 Trata-se de uma escola de formação de trabalhadores objetivando a criação de alternativas de geração de trabalho e renda, na área da produção de calçados e outros derivados de couro. A Escola é constituída por 11 sindicatos de trabalhadores de diferentes ramos do trabalho, localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre vinculados à Central Única dos Trabalhadores.

é, estão imbuídas desse trato quando realizam suas tarefas públicas. Estas idéias são expressas e enfatizadas nas propostas da ACMUN, por exemplo:

Estimular o protagonismo das mulheres negras a partir de análise sócio-crítica dos conteúdos de matérias de jornais, emissoras de rádio e telejornais de Porto Alegre, através da interatividade de saberes e visões de mundo do grupo, estimulando o acesso à informação e aos produtos de comunicação destinados à comunidade em que estão inseridas<sup>14</sup>. (CLAVELIN, 2005, p.05).

Nessa situação em especial, as mulheres já participavam do projeto *Multiplicadoras de Saúde* - vinculadas através da Associação Cultural de Mulheres Negras à Secretaria Estadual da Saúde - atuantes em ações de transmissão da informação sobre saúde reprodutiva e prevenção de DST e Aids no bairro Restinga, onde habitam mais de 50 mil pessoas. O projeto teve como principal objetivo estimular nas mulheres a formação de uma leitura sócio-crítica da mídia, através de oficinas de comunicação comunitária. Ao perceberem seus potenciais, a partir desses estímulos, começam a realizar experiências onde reforçam a sua sabedoria de mulheres negras, organizadoras de grupos familiares com baixo poder aquisitivo, estigmatizadas no trabalho doméstico, carregadas de elementos comunicacionais adquiridos também através da mídia.

### 1.5 O quê o objeto demanda?

Ao se partir de estudos exploratórios sobre a pertinência do tema em questão e a observação e contatos com os grupos escolhidos a *pesquisa qualitativa* foi realizada com base no método da *pesquisa de campo*, e com a aplicação de *questionários etno-midiáticos e entrevistas em profundidade* (APÊNDICE 1 e 2), com as mulheres participantes dos dois grupos escolhidos como *estudos de caso*, e reflexões teóricas a partir da contribuição dos principais autores da bibliografia deste trabalho. Essa metodologia também inclui o levantamento de dados e informações secundárias feitos através de pesquisa documental, tendo como fontes simpósios, dissertações e teses e a consulta a livros, artigos científicos, revistas, publicações especializadas, bem como a pesquisa em sites da Internet e documentos apresentados pelas próprias mulheres, citados nas ‘Referências’. Além disso, foram analisados estatutos, jornais e

---

14 A Associação Cultural de Mulheres Negras dedica-se a promover o protagonismo das mulheres negras através de discussões sobre etnia, sexualidade, saúde, educação, economia e geração de trabalho e renda e comunicação, entre outros. O texto referido faz parte da apresentação do projeto citado (em realização em 2004/2005), de autoria da jornalista Isabel Clavelin.

boletins informativos editados pelas organizações não governamentais a que se vinculam, constando dos ‘Anexos’ do trabalho.

Alguns registros fotográficos foram produzidos para se ter noção dos ambientes em que elas exercem suas vivências diárias, no trabalho e na comunidade.

Para a análise dos dados o método utilizado é o do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC - desenvolvidos a partir de experiências e registros feitos pelos pesquisadores Ana Maria Cavalcanti Lefèvre e Fernando Lefèvre, em 2002, verificando-se a qualidade das falas elaboradas e organizadas pelas mulheres, sua construção e o sentido dado a elas, a partir da formulação de uma compreensão coletiva, para a discussão dos dados obtidos na pesquisa, onde se verificam os resultados, com a respectiva análise. (APÊNDICE 3).

## **1.6 Fundamentações metodológicas**

A pesquisa realizada foi baseada nos processos de Comunicação e, portanto, se estabeleceu a partir dos conceitos e de outras pesquisas já realizadas dentro do campo referido, com a contribuição de estudos da Sociologia, da Antropologia, dos estudos de Gênero, e da Economia, entre outros.

Ao se localizar as investigações realizadas em Comunicação na América Latina, pode-se partir do que afirma Martín-Barbero (1996, p.47) que “a institucionalização do campo da Comunicação na América Latina é um fato notório e contraditório que produz mudanças qualitativas e novas tensões”. O autor refere-se ao número crescente de investigações, ao volume e qualidade das publicações, à conformação de alguns países de amplas comunidades de investigadores, aos convênios de investigação entre países, à presença internacional de suas instituições acadêmicas, à qualificação de seus cursos de pós-graduação. Além disso, o autor destaca que há tensões relacionadas à investigação e ao mercado, que apresentam diferentes modos de compreensão do processo. O que não se pode deixar de compreender é que, cada vez mais, a Comunicação tem sido um campo de estudo que tem relação direta com a realidade vivenciada pelos diferentes grupos sociais, onde os sujeitos produzem estratégias e trocas de comunicação – de falas expressas e não expressas – de diferentes modos, que implicam nas suas próprias relações interacionais.

No entanto, para se entender a estrutura de funcionamento das *redes informais de comunicação* são estabelecidos nexos com elementos do cotidiano das mulheres como seus lo-

cais de moradia, suas histórias, sua formação, suas relações e os modos de aquisição do conhecimento, trabalhadas também nos estudos da Sociologia e da Antropologia, uma vez que esses estudos se entrelaçam e estão carregados de conhecimentos das diferentes ciências. Supõe-se que as redes acontecem sem estruturas fixas e elas se apresentam com a fluidez das relações que vão se estabelecendo no universo das mulheres estudadas.

A *pesquisa de campo* em questão foi realizada procurando-se observar aspectos da *pesquisa-ação*, que, segundo Brandão (1982, p.24/25) está diretamente ligada aos procedimentos do pesquisador e do pesquisado, dentro de uma realidade social que não tem nada de fria, estática e imutável:

Aprender a rede de relações sociais e de conflitos de interesse que constitui a sociedade, captar os conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente, explorar as brechas e contradições que abrem caminho para as rupturas e mudanças, eis o itinerário a ser percorrido pelo pesquisador que se quer deixar educar pela experiência e pela situação vividas. (BRANDÃO, 1982, p.25).

De acordo com o autor citado, os termos utilizados para a realização desse tipo de pesquisa social, como “observação participante, investigação alternativa, pesquisa participante, investigação participativa, auto-senso, pesquisa popular, pesquisa dos trabalhadores, pesquisa-confronto”, etc., são modos de identificar o que se realiza com os mesmos objetivos: levantar informações e dados sobre a realidade vivenciada pela população de determinada comunidade ou grupo. Diante da escolha do modelo de pesquisa adotado neste trabalho, faz-se necessário, portanto, verificar-se os diferentes conceitos entre *pesquisa-ação* e *pesquisa-participante*.

Se, ao entender-se o que Luhmann fala sobre a sociedade da comunicação, relacionando os estudos da Sociologia com os estudos da Comunicação, pode-se afirmar que as redes sociais são redes de comunicação, que estabelecem em seus fluxos das relações humanas, saberes e trocas comunicacionais, essencialmente.

Haguette ao comentar sobre *a interação simbólica* discutida por Blumer, para a realização de estudos científicos, que atravessa os estudos da Comunicação de outra parte, afirma:

[...] A sociedade consiste de indivíduos interagindo uns com os outros, e cujas atividades ocorrem predominantemente em resposta de um para o outro, ou em relação de um ao outro.[...] a vida de um grupo humano dentro da perspectiva interacionista representa um vasto processo de formação, sustentação e transformação de objetos, na medida em que seus sentidos se modificam, modificando o mundo das pessoas.(HAGUETTE, 1997, p.36/37).



Segundo a autora citada há que se estabelecer parâmetros de análises e estudos para aqueles trabalhos que têm como foco *a realidade* contida na ciência empírica, segundo classificação de Blumer. Assim, ao se tratar de questões da vida cotidiana, deve-se relacionar o que está presente na ciência empírica com os estudos científicos, procurando-se “moldar ao caráter persistente do mundo empírico sob estudo e de que, conseqüentemente, os métodos de estudo devem submeter-se a este mundo, devendo também ser testados por ele”. (HAGUETTE, 1997, p.42).

É a própria autora que esclarece sobre os procedimentos de pesquisa adotados nas décadas de 60 e 70, tanto na Europa quanto na América Latina, e depois, na década de 80, do último século, que se desenvolveram com as mais variadas práticas de *pesquisa libertadora* constituindo-se os conceitos e os métodos da *pesquisa-ação* e da *pesquisa-participante*. Haguette (1997, p.111) destaca que a *pesquisa-ação* seguiu uma corrente de pensamento europeia e a *pesquisa-participante* vem das práticas adotadas pelos investigadores latino-americanos. Embora a origem da *pesquisa-ação* tenha sido a psicologia social com os trabalhos de Kurt Lewin na década de 40, nos Estados Unidos, outros estudiosos europeus da Sociologia a aplicaram e desenvolveram métodos próprios.

Considerando-se que nos estudos sociológicos havia esse tipo de necessidade – uma ciência aplicada que buscasse soluções para os problemas sociais e não ficasse apenas nos estudos teóricos - a partir daí, pode-se compreender, então, a distinção para quatro tipos de *pesquisa-ação*, citados por Haguette:

*pesquisa-ação de diagnóstico* – que procura elaborar planos de ação solicitados;  
*pesquisa-ação participante* – que, desde o início envolve no processo de pesquisa os membros da comunidade ameaçada; *pesquisa-ação empírica* - que consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais semelhantes;  
*pesquisa-ação experimental* – que exige um estudo controlado da eficiência relativa de técnicas diferentes em situações sociais praticamente idênticas. (HAGUETTE, 1997, p.112).

Como explica a autora, as diferenças foram marcantes, na época, embora Lewin propusesse *o conceito de intervenção na vida social*, pelos pesquisadores. No entanto, esse não era bem o entendimento, depois, dos que seguiam a corrente intervencionista mais ligada à Sociologia, que foi sofrendo desdobramentos e *influenciando as ciências humanas como a educação, a economia, a antropologia e a própria filosofia*. Haguette cita Barbier como um estudioso destacado dos assuntos da consciência de classe social, principalmente por considerar o sujeito coletivo no momento da pesquisa. De outra forma, faz distinções em relação aos

métodos de pesquisa que procuram desvelar o que não está dito pelos diferentes movimentos sociais, para os quais se aplicam mais esses modelos de pesquisa. Dos autores brasileiros, faz referência aos trabalhos realizados por Paulo Freire a partir da década de 60 e aos trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão.

É Haguette (1997, p.146) quem esclarece também como é entendida a *pesquisa-participante*: “percebemos de imediato que ela envolve um processo de investigação, de educação e de ação, embora alguns autores enfatizem a organização como um componente fundamental da PP (Gianotten e De With, 1985)”. E reforça:

Os elementos enfatizados nas definições citadas que nos parecem mais relevantes são: a) realização concomitante da investigação e da ação; b) participação conjunta de pesquisadores e pesquisada; a proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica); c) o objetivo de mudança ou transformação social. (HAGUETTE, 1997, p.147).

Brandão (1985, p.47) destaca que aos pesquisadores contemporâneos cabe a necessidade de renovar os estudos científicos buscando-se objetivamente uma contribuição de transformação da sociedade:

É preciso, pois, aproximar-se das bases da sociedade não apenas como objetivo de entender sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico. (BRANDÃO, 1982, p.47).

O autor citado formulou seis princípios metodológicos da *pesquisa participante*:

*Autenticidade e compromisso* – o pesquisador deve estar preocupado com o respeito à realidade vivenciada pelos sujeitos participantes da pesquisa, procurando retratar honestamente o que tem pesquisado, e trabalhar com o compromisso de contribuir com o seu trabalho para os grupos em observação;

*Antidogmatismo* – o pesquisador deve aplicar o conhecimento científico de forma que aproveite esse conhecimento sem ser rígido em seus posicionamentos, defendendo idéias que possam se tornar flexíveis diante da realidade e dos sujeitos pesquisados, sem ser dogmático;

*Restituição sistemática* - o pesquisador deve ter o cuidado de, sistematicamente, devolver aos grupos pesquisados suas experiências cuidando para não ser arrogante e aproveitando o conhecimento e a sabedoria popular, de forma que a pesquisa seja aproveitada por todos. Esse princípio deve ter ainda uma *comunicação diferencial* – no sentido de oferecer aos pesquisados as informações coletadas de forma clara e objetiva e de fácil entendimento por todos e não somente aos dirigentes dos grupos; deve-se estimular os grupos a dar continuidade a processos de *auto-investigação e controle* - destacando-se as prioridades e os interesses dos grupos; e por fim, provocar uma *popularização técnica* - procurando informar e tornar acessíveis a generalidade das técnicas de pesquisa;

*Feedback para os intelectuais orgânicos* – o pesquisador deve procurar desenvolver seu trabalho em cooperação com profissionais e ativistas que possam também contribuir com a pesquisa e o conhecimento em construção, portanto deve informar os seus resultados também a esses sujeitos que têm identidade com o seu trabalho e podem formar opinião com os pesquisados.

*Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão* – o pesquisador deve empreender um *ritmo que possa articular o conhecimento concreto desenvolvido com o conhecimento geral, o regional com o nacional, a formação social com o modo de produção e vice-versa*. Para tanto deve adotar um processo de elaboração da pesquisa no tempo e no espaço, que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação, em um novo nível de prática.

*Ciência modesta e práticas dialogais* – há dois elementos fundamentais para que o pesquisador desempenhe de forma satisfatória seu trabalho, mesmo nas condições mais precárias da pesquisa: utilizar recursos locais e modéstia na aplicação de suportes científicos e concepções técnicas. Isso não significa um esforço científico de segunda classe ou que falta ambição ao pesquisador, pelo contrário, não deve causar distanciamentos e resistências dos pesquisados, na medida em que demonstra respeito a todos os tipos de manifestações dos sujeitos envolvidos na pesquisa. (BRANDÃO, 1982, p.49/56).

Partindo-se dessas referências, identificaram-se na pesquisa alguns aspectos que vão sendo formulados, adequando-os à realidade das mulheres dos grupos pesquisados. Portanto, elementos como a postura da pesquisadora em restituir sistematicamente informações sobre o seu trabalho, através de uma *comunicação diferencial*, como cita o autor no item 3, estão presentes, assim como a sua participação acontece realizando trocas permanentes com as mulheres pesquisadas. As questões colocadas por Brandão, como se viu acima, fazem parte dos exercícios praticados pela pesquisadora, que tem aproveitado o conhecimento como elemento importante para o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com as afirmações de Brandão, a *pesquisa-participante* se assemelha à *pesquisa-ação* na medida em que o pesquisador deve ser um sujeito que coloca seu conhecimento para o aproveitamento de grupos sociais. Os estudos da cotidianidade são os de maior importância na pesquisa, e referem-se basicamente a grupos sociais circunscritos aos que estão fora das elites dominantes da sociedade. Os dois modelos de pesquisa citados pelo autor trabalham com a transformação social, uma vez que são desenvolvidos e aplicados em situações reais e não em situações de laboratório. Portanto, podem-se adequar essas situações igualmente ao *estudo de caso*, já que se torna imprescindível a relação entre o objetivo da pesquisa e o estudo proposto, com o foco na realidade vivida por diferentes grupos sociais.

Neste sentido, a pesquisadora adotou posturas de acompanhamento aos grupos observados, procurando estar com as mulheres e partilhar com elas o seu olhar feminino. Isto é, dividindo com elas detalhes da convivência diária, que as experiências de vida oferecem na sensibilidade e na prática de atitudes, que identificam confiança e relações solidárias entre

todas as participantes. Assim, ao se avaliar a situação das mulheres trabalhadoras da *CooperUnião* ou das moradoras do bairro Restinga, por já se ter tido experiências e compreensões para processos vivenciados em outros momentos, pela pesquisadora, que são semelhantes aos que vão sendo relatados por elas, pode-se confrontar os aspectos levantados e também relacionar com o que os autores contribuem com seus estudos.

Por estar atenta às questões como a geração de renda, a busca de resoluções para os problemas enfrentados cotidianamente, com a família e nos ambientes de trabalho, esta pesquisadora pôde aproveitar o seu acúmulo de vivências, nas observações levantadas com as mulheres dos dois grupos referidos.

Desse modo, a pesquisa apresenta momentos de participação da pesquisadora, em que são ofertados elementos para que as mulheres possam, inclusive, realizar melhor suas atividades. Foi feita uma aproximação da Escola 8 de Março e com o Centro Universitário Feevale, no sentido de se realizar um convênio para início de um processo de alfabetização, vinculando-se assim uma ação da pesquisadora com o projeto em andamento.

Em relação às mulheres do bairro Restinga, a partir da realização do curso de Comunicação Comunitária, sob a coordenação da jornalista Isabel Clavelin, esta pesquisadora contribuiu como orientadora da jornalista para os exercícios que melhor cabiam, durante a realização do curso. Nesse sentido, foram realizadas reuniões quinzenais com a jornalista, para que fossem observadas as ações desenvolvidas por ela e para adequar o trabalho junto às mulheres participantes do curso.

Se este trabalho se propôs a investigar como acontecem os usos e trocas de táticas e estratégias provocadas pelos diferentes *processos midiáticos*, entre as mulheres pesquisadas nos referidos grupos de Novo Hamburgo e de Porto Alegre, que resultam nas *mediações* que constituem as *redes informais de comunicação*, se deve considerar os espaços públicos e privados de uma realidade vivenciada no cotidiano, diferentemente daquelas redes de sistemas tecnológicos, especialmente as instauradas a partir da Rede Mundial de Computadores (Internet). É no espaço social atual, cuja hegemonia se apresenta pela economia empresarial capitalista, que se pressupõe a constituição das redes informais de comunicação ao se organizarem com capacidade de manter-se autônomas, na condição de elementos que conservam identidade, valores e princípios próprios e diversos, entre os sujeitos de diferentes comunidades.

No grupo das mulheres da cooperativa investigou-se nas relações de trabalho, principalmente, quais as estratégias comunicacionais presentes na formulação das *mediações* realizadas a partir do que está fora desse ambiente, mas que está no interior das mulheres, e no que

isso implica nas estratégias adotadas pelo grupo. De outra forma, supõe-se que há reflexos dessas estratégias carregadas pelas mulheres para outras situações vivenciadas em seu cotidiano, como as relações familiares e de vizinhança, por exemplo. Esses são elementos que vai se constatando na medida em que se mantêm contatos com as mulheres observadas e relacionando de outra maneira, com as *mediações* realizadas pelas mulheres do grupo da Restinga, de Porto Alegre.

Relacionando-se os estudos da Sociologia com os estudos da Comunicação, pressupôs-se que o modelo teórico da *pesquisa-ação* propõe um programa de ação da pesquisadora junto aos pesquisados. Dessa forma, se pode exercitar um tipo de procedimento que identifica cientificamente as hipóteses levantadas para a sua verificação e da problemática apresentada sobre a constituição das *redes informais de comunicação*; porque fundamentalmente tem sido usada freqüentemente para o registro de dados e constatar elementos empíricos da realidade social vivenciada por diferentes grupos e movimentos sociais; porque esta pesquisadora, particularmente, identifica-se com os procedimentos adotados, uma vez que vem desempenhando atividades paralelas a sua atividade profissional de participação e discussão na formação de grupos que reivindicam melhoria da qualidade de vida, em sua grande maioria.

Ao se propor a pesquisa sobre as formas como se processam as *mediações* realizadas pelas mulheres, através de seus discursos expressos e não expressos, e organizados na perspectiva dos grupos onde estão inseridas, pretendeu-se averiguar essas relações comunicacionais como elementos que, mesmo atravessados pelos *processos midiáticos*, presentes hoje na vida delas, há questões que se processam ao longo da sua história, que são pertencentes só e apenas à sua realidade, e portanto, que ainda não foram capturados pelos meios de comunicação para este fazer cotidiano. Pressupondo-se que as atitudes e procedimentos adotados pelas mulheres normalmente são de contribuição para o desenvolvimento de outros processos de avanço daqueles grupos, inclusive na sua organização familiar, pode-se entender que há nesses elementos o reforço de valores como confiança, solidariedade e melhora da auto-estima, para que haja, efetivamente, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dessas mulheres.

Por isso, também se adotou o critério do *estudo de caso* como um método utilizado na decisão para a realização da pesquisa, pois segundo Yin:

Esse é um método que permite a investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vidas individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas

em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos. (YIN, 2005, p.20).

Para Sampieri (1994, p.25) “o *estudo de caso* pode ser definido como exploratório quando seu objetivo é examinar um tema ou problema de investigação pouco estudado, ou que não tenha sido tratado em profundidade anteriormente”. Lazzarini (1997) comenta que novas linhas de pesquisa têm considerado aspectos mais gerais de um problema, tornando a abordagem mais contextual, sendo que dentre os métodos qualitativos, o *estudo de caso* é muito útil a este enfoque, quando o principal objetivo é contextualizar e aprofundar o estudo do problema. May (2004, p.201) destaca que o *estudo de caso* tem diferenças e semelhanças com a observação participante, embora pode ser empregado como um parâmetro desse tipo de pesquisa. Afirma o autor (idem): “podemos ver uma mistura de métodos em numerosos estudos que buscam fornecer não apenas um relato contemporâneo da vida social através de técnicas qualitativas, mas também entendê-las em termos da história que informa as narrativas dos respondentes”. Assim, supõe-se relevante o estudo dos grupos citados para a formulação de conteúdo sobre o tema das *mediações das mulheres na constituição das redes informais de comunicação* por estar entre os temas do campo da Comunicação com o caráter local e regional, especialmente no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

A condução da pesquisa seguiu um desenho de acordo com os grupos observados no estudo de caso em questão. Segundo Yin (2005, p.60/63), existem quatro tipos básicos de projetos para o *estudo de caso*: um primeiro tipo, caracterizado por um caso único (holístico); um segundo tipo, caracterizado por um caso único incorporado; um terceiro tipo, em que há projetos holísticos de casos múltiplos e um quarto e último tipo, em que se verificam projetos incorporados de casos múltiplos.

O presente estudo se localiza no projeto holístico de dois grupos, isto é, dois casos, o que equivale, segundo os tipos de estudos de caso proposto por Yin (2005, p.68), este estudo será do tipo 3, no qual estuda-se dois casos das mulheres trabalhadoras e as subunidades de análise são constituídas por suas componentes organizadas em dois grupos – mulheres de Novo Hamburgo e mulheres de Porto Alegre.

Deve-se observar na pesquisa como as mulheres participantes dos dois grupos atuam nas suas conexões comunicacionais, assumindo, reagindo, e dialogando com as *mediações* que são: *de gênero, de trabalho, de etnia e de família*, entrecruzando-se com os conceitos de *redes informais de comunicação, processos comunicacionais, mediações*.

## 1.7 Procedimentos metodológicos

A *pesquisa de campo* realizou-se através de visitas freqüentes da pesquisadora aos locais de encontro das mulheres. A pesquisadora participou de encontros semanais, nos primeiros dois meses, com as mulheres da *CooperUnião*, em Novo Hamburgo, desde novembro de 2005. Houve uma interrupção em janeiro/fevereiro de 2006, sendo retomados os contatos em março, com visitas programadas, de quinze em quinze dias, estendendo-se até agosto de 2006. Em cada encontro, houve escuta e participação da pesquisadora, nos depoimentos das mulheres, que falavam de sua condição feminina no trabalho e na vida cotidiana. Houve esclarecimentos sobre os estatutos da cooperativa, e foram aplicados questionários para verificar elementos básicos da pesquisa, de acordo com modelo em anexo.

Dos procedimentos adotados da *pesquisa de campo*, no presente trabalho, além de reuniões e contatos feitos presencialmente com as mulheres observadas nos dois grupos, procurou-se estabelecer nexos com as atividades delas – no âmbito do grupo de trabalho – no caso das mulheres da *CooperUnião* – no seu próprio espaço onde elas se reúnem diariamente, com outras situações vivenciadas por elas, como a sua vida familiar, na igreja, etc.

Neste caso, o grupo observado é formado por oito mulheres. Ao se entender que, para que haja confiança das pesquisadas com a pesquisadora foi necessário um período de aproximação inicial, de relatos e trocas, no sentido de se entender bem qual o papel de cada uma neste processo; notou-se a curiosidade de algumas mulheres que não tinham claro como acontece a realização de um curso de Doutorado. Prestando atenção no detalhe da construção do conhecimento com as mulheres, podem-se entender os trâmites e elaborações realizadas a partir da presença de alguém que está fora de seu convívio normal e que tem intenções de valorizar o seu fazer. Houve, a partir daí, compreensão e percebeu-se a abertura para a realização da pesquisa com mais clareza e tranquilidade.

Já, nas reuniões propostas com as cinco mulheres do bairro Restinga, ainda com a presença da jornalista Isabel Clavelin, entendeu-se um pouco mais daquela participação quando se trocaram informações sobre a trajetória de cada uma, com as suas famílias, e se falou sobre a situação de vida atual delas. Constatou-se que, mesmo estando no grupo discutindo algo que

estaria contribuindo para a melhoria das suas vidas, percebia-se a preocupação na manutenção da família, que sofria todo o tipo de dificuldade, principalmente aquelas vinculadas à formação de jovens adolescentes. Duas delas sofreram perdas de parentes próximos que estiveram envolvidos com drogas, durante o período de contatos através das reuniões programadas quinzenalmente com as mulheres do grupo, a jornalista Isabel Clavelin, organizadora das oficinas de comunicação comunitária, e esta pesquisadora.

Alguns desafios foram colocados, a partir das reuniões realizadas com as mulheres dos dois grupos, como por exemplo, em relação à forma como as mulheres negras são apresentadas na televisão. Num domingo à tarde<sup>15</sup>, na casa de uma das mulheres, do bairro Restinga, a televisão estava ligada no programa do cantor Netinho de Paula, no canal local da TV Record, que mostrava candidatas negras a um título de miss. A atenção era total ao programa na medida em que se verificava a beleza das mulheres negras, normalmente não vistas em outros programas de televisão. Naquele momento o foco das observações era para o evento que estava sendo coberto, e o que significava na escala da massificação da informação dos demais programas de domingo. O que vale destacar é que nas conversas estabelecidas ficaram os registros de uma compreensão da realidade que não é a mesma representada pelos meios de comunicação, o que deverá ser confirmado ou não, com a análise das informações colhidas entre elas.

Para a análise dos discursos coletados utilizaram-se as matrizes de análise do método do Discurso do Sujeito Coletivo que consiste na elaboração de diversas etapas – ver gráfico abaixo - para, no final se chegar à comparação dos dados levantados, com o referencial teórico definido a partir da revisão da literatura sobre o assunto. Dessa maneira, busca-se responder e explicar as questões formuladas e os objetivos iniciais da pesquisa. Lefèvre<sup>16</sup> conceitua o método do Discurso do Sujeito Coletivo como:

Uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas qualitativas que tem depoimentos ou outros tipos de texto como matéria-prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse emissor de um discurso. (LEFÈVRE et al, 2002, p.63).

---

15 A reunião ocorreu em 12/01/2005.

16 Utiliza-se como base para o processamento de todas as informações o livro *O Discurso do Sujeito Coletivo – uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*, editado pela Universidade de Caxias do Sul. Hoje este livro já está na segunda edição e conta com o apoio de um software chamado *QualiQuanti*. Seus autores Fernando e Ana Maria Lefèvre realizam cursos desta metodologia na Faculdade de Saúde Pública da USP à qual estão vinculados e seu sítio eletrônico é [www.fsp.usp.br/quali-saude](http://www.fsp.usp.br/quali-saude).



A escolha do método do *Discurso do Sujeito Coletivo* se deve ao fato de que o mesmo é diferenciado de outros métodos freqüentemente utilizados para o processamento dos resultados de pesquisas qualitativas, entre os quais a *Análise de Conteúdo*, a *Categorização* e o *Comentário Impessoal* do pesquisador. Porque, segundo seus criadores, constitui-se numa requantificação dos discursos, pois nele se procura verificar quantas vezes aparece uma palavra previamente escolhida. No método da *categorização* é feita também uma requantificação pela análise de resposta por resposta, procurando um termo ou formulação sintética que reúna em si o significado do discurso presente na resposta, e, a partir daí se quantifica os termos semelhantes. O *Comentário Impessoal* do pesquisador é uma tentativa de requalificação teórica que implica na generalização dos discursos presentes nas respostas individuais. Neste método esta generalização é feita pela aplicação direta, no material discursivo bruto, de uma grade interpretativa que permite enquadrar incidências discursivas empíricas em um dado referencial teórico, transformando o discurso presente nos depoimentos, em ilustração da teoria.

Essas propostas acabam desconsiderando a discursividade, que é um traço constitutivo do pensamento coletivo como fato empírico. O primeiro método desconsidera esta discursividade porque, lidando com palavras e fragmentos do discurso, não observa o conjunto e compromete severamente a apreensão dos significados dos depoimentos. O segundo método também afunila demais os discursos, buscando enquadrá-lo numa categoria correspondente, reduzindo a riqueza do conteúdo dos discursos individuais concentrando em algumas poucas categorias a totalidade dos sentidos expressos. A terceira proposta traça a generalização dos discursos individuais gerando um pensamento coletivo de forma teórica e indireta, via metadiscurso configurando-se um discurso sobre a realidade e de certa forma recusando a possibilidade do pensamento coletivo se expressar empírica e diretamente como um discurso da realidade.

Já o método do Discurso do Sujeito Coletivo busca dar conta da discursividade, que é uma característica própria e indissociável do pensamento coletivo, buscando preservá-la em todos os momentos da pesquisa, desde a elaboração das perguntas, passando pela coleta e processamento dos dados até a apresentação dos resultados.

Com a utilização deste método se busca, partindo dos vários discursos individuais das mulheres pesquisadas, construir um Discurso do Sujeito Coletivo com a mediação delas mesmas. Posteriormente se analisam os vários fragmentos destes discursos reunidos por questão formulada e por idéias centrais, sob o parâmetro do referencial teórico.

A finalização dos dados ocorre com a comparação dos casos empíricos e a fundamentação teórica, referenciando-se os processos, problemas e potenciais dos dois casos observados – segundo os critérios já citados anteriormente, com as características essenciais dos procedimentos comunicacionais observados nos conceitos trabalhados pelos autores e a compreensão disso por esta pesquisadora. Quando Foucault trata da análise do discurso comenta que, praticamente todos são recortes:

São sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados; são, por sua vez fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones, e universalmente reconhecíveis. (FOUCAULT, 1995, p.25).

Segundo Lefèvre (2002, p.02), para que se consiga apreender e captar as subjetividades do pensamento coletivo, antes de qualquer coisa deve-se pensar em uma pesquisa qualitativa “já que, para serem acessados, os pensamentos, na qualidade de expressões da subjetividade humana, precisam passar, previamente, pela consciência humana”. O método foi criado como “uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, papers, de revistas especializados, etc”. Ao estudá-lo, percebeu-se que a sua utilização, neste trabalho contribuirá para a análise do discurso construído por mulheres produtoras e consumidoras de comunicação, que já estão atravessadas de vários outros conhecimentos, como o próprio fazer midiático. Para o processamento da referida análise, o método estabelece que a discursividade contida nos discursos seja indissociável da formulação do pensamento das mulheres observadas.

Para a construção do DSC das mulheres observadas o ponto de partida é o de que elas expressaram nas entrevistas em profundidade e nos questionários respondidos, pois desse ponto de partida pode-se chegar ao que se estabelece aqui como *mediações* – ou melhor, ao observar o discurso em construção é que se pressupõe poder capturar o que se formula no pensamento delas e em reflexividade, o que há de intervenções externas e internas para essa construção. Segundo Lefèvre (2002, p.06) o que se captura através do discurso professado é *um pensamento, uma idéia, uma opinião* – e isto pode ser mais bem descrito e se adequar “aos pensamentos de indivíduos e coletividades... porque os pensamentos pertencem à família das línguas e linguagens”. São das idéias e das falas ditas e não ditas, na convivência da pesquisa-

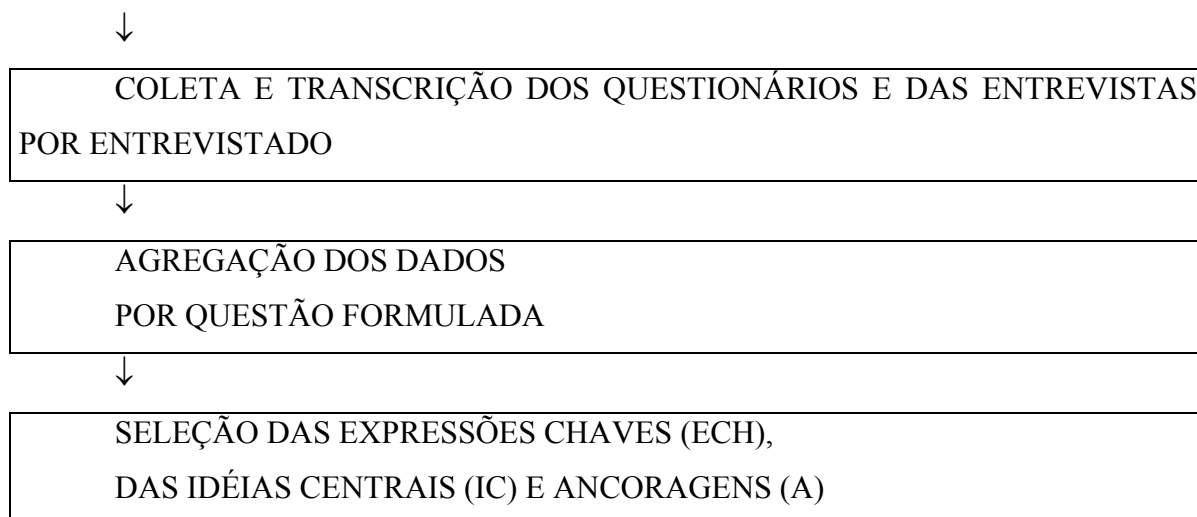
dora no atelier de calçados de Novo Hamburgo ou no grupo das mulheres do bairro Restinga, que vai se formulando um pensamento mais organizado sobre o que se está pesquisando.

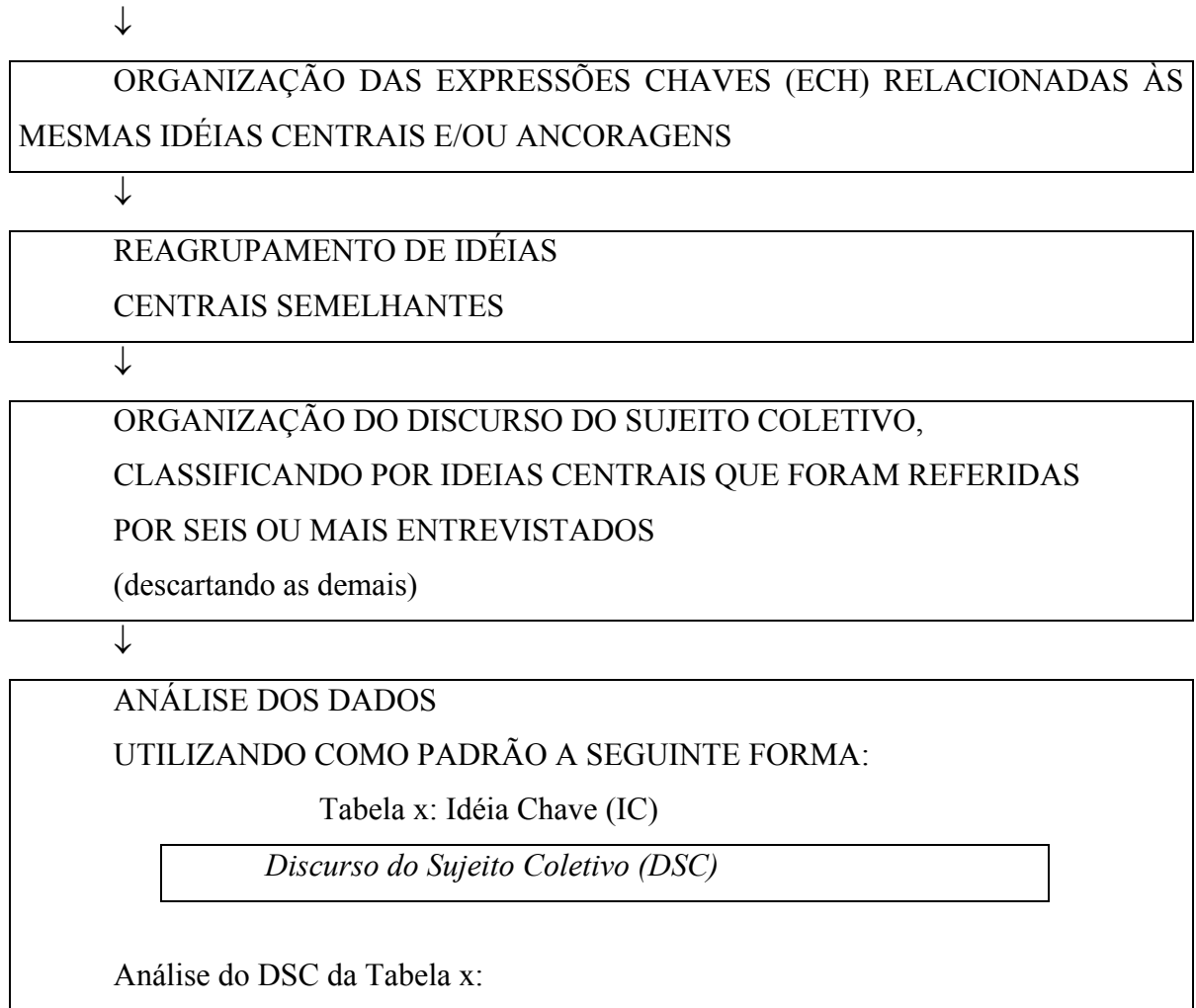
Como se está falando de *redes informais de comunicação* e das estratégias de comunicação realizadas pelas mulheres, para que essas redes aconteçam, pressupõe-se que ao se observar e analisar os procedimentos individuais que são expressos no coletivo do grupo, também se pressupõe um conjunto de outros procedimentos ali gerados que são resultado dessas relações que vão se estabelecendo nesses grupos e em outros nos quais as mulheres vão exercendo diferentes ações comunicacionais. Nesse sentido, como identifica Lefèvre, nos depoimentos gravados ou entrevistas em profundidade, o discurso proferido torna-se de um sujeito, que é também coletivo, nas suas ações.

Ao se trabalhar com os materiais verbais, partindo-se de perguntas abertas, pois assim pressupõe-se a possibilidade de formulação de um discurso por uma ou mais pessoas. Dessa maneira, com o material coletado extrai-se *expressões chaves* ou *idéias centrais* ou *âncoras*, para que se componha um ou vários discursos-síntese na primeira pessoa do singular. Lefèvre afirma:

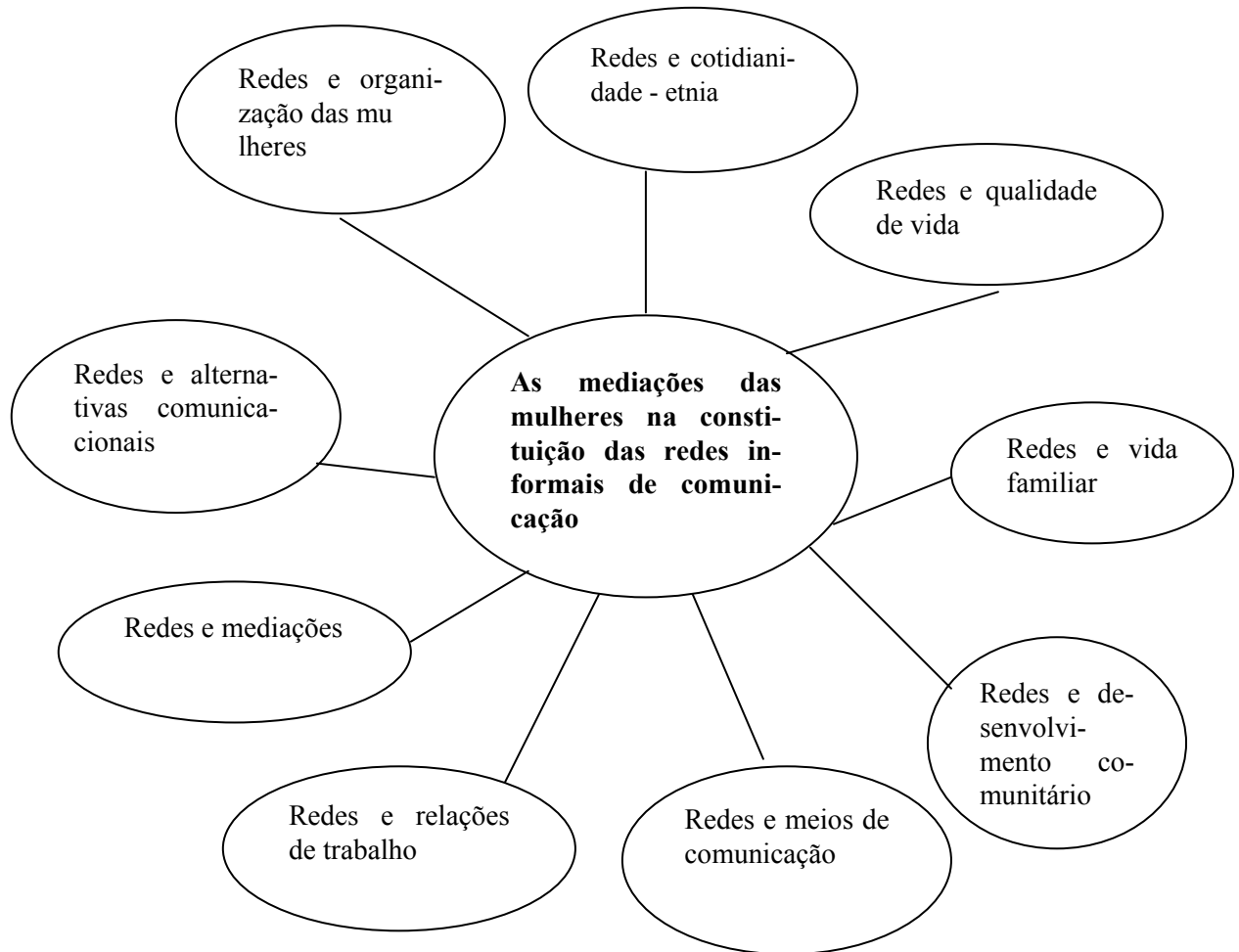
O sujeito coletivo se expressa, então, através de um discurso emitido no que se poderia chamar de primeira pessoa (coletiva) do singular. [...] Trata-se de um eu sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que este eu fala pela ou em nome de uma coletividade. Este discurso coletivo expressa um sujeito coletivo, que viabiliza um pensamento social. (LEFÈVRE, 2002, p.08).

A seguir apresenta-se um esquema que pretende sintetizar as etapas do procedimento de análise da pesquisa:





### 1.8 Estrutura da problemática (sinóptica)



## 1.9 Configuração da tese

A tese traz como primeiro capítulo esta Introdução, que, de acordo com as normas técnicas adotadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, baseadas nas orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, edição de 2006, recebe numeração capítular e contém esclarecimentos de apresentação do trabalho.

No segundo capítulo, constam aspectos históricos, socioculturais e midiáticos para se constituir os mapas dos locais onde moram as mulheres focadas no trabalho. Traça-se uma linha no tempo e configuram-se as espacialidades onde estão inseridas as vivências das mulheres, seus bairros e comunidades, quando se trata das tramas das Regiões Metropolitanas.

No terceiro capítulo, abordam-se as mediações culturais - de gênero, de trabalho, de etnia e de família - assentando-se os temas em discussões realizadas por teóricos que têm contribuído com pesquisas nos campos da Comunicação e, principalmente situam-se entre aqueles que desenvolvem pesquisas sobre os Estudos Culturais, no Brasil e na América Latina, complementando-se com referências de autores da Sociologia, da Antropologia, da Economia, entre outros.

No quarto capítulo realizam-se abordagens sobre os processos comunicacionais e suas relações hegemônicas na sociedade, que também interferem nas possibilidades alternativas de comunicação.

O quinto capítulo inicia com abordagem teórica das *redes informais de comunicação*, e segue com uma reflexão sobre a configuração metodológica adotada, para se apresentar a análise sobre os dados recolhidos na *pesquisa de campo*, com depoimentos informais, entrevistas e questionários, das mulheres dos dois grupos escolhidos para a observação. É realizada uma primeira interpretação do Discurso do Sujeito Coletivo construído, onde se apresentam alguns elementos detectados e observados de maneira mais geral por esta autora. Na sequência uma análise mais profunda, sob a ótica teórica, procurando-se mediar o conhecimento da autora com os demais autores referidos.

O sexto capítulo aborda reflexões da autora sobre a constituição das redes informais de comunicação, que não devem se fechar em idéias conclusivas, diante das possibilidades de transmissão das informações no cotidiano das comunidades, com a mediação das mulheres, que intervêm com ações comunicativas para o avanço e melhoria das relações sociais/comunicativas dos grupos onde se inserem. Reflexões essas que se configuram como ‘a-

bertas', assim como as relações que vão se estabelecendo nas redes informais de comunicação, e que tendem a uma permanente re-elaboração, com a continuidade dos estudos e pesquisas científicas relativas ao tema desta tese.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIOCULTURAL E MIDIÁTICA

Ao se abordar, neste capítulo, a contextualização histórica, sociocultural e midiática para o desenvolvimento das *redes informais de comunicação*, se buscam aqueles elementos que dão suporte às relações comunicacionais informais de interesse dos grupos sociais. Esses interesses estão presentes na própria constituição em análise dos grupos de mulheres trabalhadoras, moradoras do bairro Restinga, situado na cidade de Porto Alegre e do bairro Boa Saúde, localizado na cidade de Novo Hamburgo.

Para além dos estudos sobre as formas convencionais de usos dos meios de comunicação de massa na construção de subjetividades e para a formulação de *mediações* operacionalizadas no cotidiano dos sujeitos produtores e consumidores de comunicação, esta pesquisa busca registrar, o que, na informalidade da circulação de mensagens, possa ser ou não capturado por essa mesma mídia.

Torna-se relevante, neste capítulo, olhar o mapa constituído dos lugares onde as mulheres dos dois grupos pesquisados estão morando, pela realidade que se vincula às questões de horizontalidade e de verticalidade dos arranjos espaciais, como afirma Milton Santos<sup>17</sup>:

A complexidade horizontal é dada pela vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar, por intermédio das técnicas e da estrutura social. A complexidade vertical também pode ser chamada de complexidade histórica, isto é, a influência dos fatos passados na existência atual. (MILTON SANTOS, 2004, p.283).

Nesse mapa devem estar localizadas não só aquelas condições relacionadas ao que era tratado como parte da *solidariedade orgânica*, considerada pelo autor como *o próprio cerne da definição do fenômeno regional*, e o que se tem hoje *como solidariedades organizacionais*. É Milton Santos (2004), quem destaca que existem arranjos impostos sobre as regiões, por outros arranjos organizacionais. Estes criam uma coesão baseada em raciocínios vindos de diferentes origens, tornando-se, assim, elementos fundamentais na estrutura dessas regiões.

Presentes nas histórias de vida das mulheres dos grupos pesquisados, os meios de comunicação são elementos que contribuem na formulação de seus ‘*novos*’ conhecimentos no mundo moderno. Mesmo que as condições socioeconômicas e culturais estejam relacionadas

---

<sup>17</sup> O nome do autor Milton Santos aparece completo, para que não haja confusão com outro autor, como Boaventura de Souza Santos, que é identificado apenas com o sobrenome Santos.



a um passado enriquecido pela vida interiorana, o uso da oralidade era outro fator significativo para a construção de seus *imaginários*<sup>18</sup>. A mídia tem interferido em suas vidas há pelo menos 40 anos. Para quem tem origem em alguma cidade do interior do Estado e se transfere para a capital, a formulação dos novos conhecimentos vai sendo adaptada ao que as mulheres se dispõem na recepção da informação, como por exemplo, através do meio rádio. Apesar de haver um entrecruzamento entre as informações transmitidas pela televisão e pelos jornais e revistas, o que exige uma atenção redobrada de quem se utiliza deles para aprimorar seus processos de informação, as características técnico-operacionais do rádio oferecem a oportunidade do exercício da audição em diversos espaços e tempos. Do *imaginário* construído, os novos saberes adquiridos nas capturas das mídias diárias são repassados através da oralidade, principalmente em regiões de baixo poder aquisitivo, onde provavelmente as pessoas se encontram mais.

O que se convencionou chamar de *redes informais de comunicação*, construídas com a participação das mulheres, é algo que se constitui sob o olhar feminino, num processo de *mediação* do conhecimento adquirido nas brechas das relações sociais e dos *processos comunicacionais*, que interfere na construção coletiva das comunidades. Essas são tramas constituídas na realidade, atingidas pela intervenção de diferentes processos culturais, onde os modos de produção e de desenvolvimento tornam-se referências para a construção de identidades individuais e coletivas, sob o refino da comunicação, onde o papel feminino é fundamental.

O meio rádio é o que mais oferece agilidade, facilidade de compreensão, barateamento no custo da transmissão e acesso de todas as camadas sociais, mesmo para quem não tem muito tempo disponível, pela necessidade de sobrevivência no mundo globalizado. A facilidade de acesso e de porte em qualquer local onde se possa estar agiliza os diferentes processos de informação, aproveitando o avanço acelerado da tecnologia, seja por um aparelho receptor portátil, ou mesmo por um aparelho de telefonia celular. Desse modo, as mulheres dos grupos pesquisados têm um histórico pessoal perpassado pelo conjunto de informações que foram tecendo a trama de sua memória, de seu imaginário diante da vida, cujas interferências hoje já se refletem em mudanças de hábitos e costumes, diferentes daqueles adquiridos principalmente na infância.

Portanto, as questões relacionadas à divisão do tempo na vida cotidiana da sociedade atual estão diretamente vinculadas às mudanças que vão ocorrendo rapidamente, que contrapõem os papéis das mulheres aos dos homens, especialmente no que se refere ao trabalho. As

---

18 Elaboração de pensamentos e formulação de conhecimentos a partir da assimilação de informações gerais captadas através das mais diferentes formas, inclusive pelos meios de comunicação, no cotidiano dos sujeitos.

mulheres continuam exercendo suas atividades rotineiras da vida doméstica, aumentando sua carga de trabalho em outras esferas públicas, modificando assim o ritmo de convivência com a família, necessariamente. Oliveira destaca a urgência de repensar esses papéis - do homem e da mulher - na sociedade, tendo em vista um descompasso criado pela sobrecarga de tarefas para elas:

Uma desvalorização ancestral do universo privado levou a sociedade a desconsiderar assim um dos pratos da balança. Somente essa desvalorização, de certa forma incorporada pelas próprias mulheres, explica por que a migração das mulheres da casa para o espaço público se tenha dado sem que a sociedade se perguntasse, seriamente, como e por quem, doravante, seriam preenchidas as funções que elas desempenhavam. O fato de esse contrato social não ter sido revisto impôs às mulheres uma severa aceleração de ritmos e cadências. (OLIVEIRA, 2003, p.21).

Da forma como a autora comenta, percebe-se que as dinâmicas implementadas nas relações interpessoais, as quais as mulheres culturalmente vão rompendo desde o início do século passado, forjando seu próprio reconhecimento, inclusão e participação nas transformações do mundo, devem ajustar-se no que diz respeito aos avanços futuros da globalização, sem que haja nisso qualquer contradição. Os paradigmas estabelecidos como referências aos processos de emancipação das mulheres, apesar das diferentes lutas empreendidas para que estes sejam ultrapassados, em épocas históricas, permanecem vivos na medida em que as questões fortemente assentadas no patriarcado são colocadas em patamares de discussões essenciais na vida cotidiana, como as relacionadas ao trabalho. Há, neste início de século, questões ao desemprego, às discriminações de sexo, raça e de gerações, que provocam violentos conflitos familiares, em países em desenvolvimento como o Brasil e em outras partes do mundo.

A instalação de determinados grupos humanos em diferentes lugares e a formação das *comunidades* – a partir da convivência e da troca de saberes entre os sujeitos produtores e consumidores de comunicação nessas experiências coletivas – tornas-se fator concreto da construção da vida e dos ambientes. Esses elementos constituídos em uma espacialidade geográfica determinada vão se desenvolvendo com seus sistemas de funcionamento territoriais, dentro de determinadas hierarquias estabelecidas ou não. Se ao se pensar na constituição da sociedade a partir das forças presentes na aglomeração humana em comunidades locais, como explica Milton Santos (2004, p.285) pode-se ter “a informação como um sistema que está a serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, sendo o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais”.

Há, portanto, segundo o autor, diferenças definidas por variados sistemas que constituem, concretamente, mudanças nos espaços demarcados em territórios para que se gerem as possíveis identidades dos sujeitos inseridos em um sistema social maior. Se observarmos as transformações das sociedades globalizadas do século XX que vão se consolidando ao longo deste século, inclusive sob o regime capitalista e neoliberal, constatam-se marcas profundas na cultura, na economia, na educação e na saúde, que, de certa maneira, são resultantes do enfraquecimento daquelas relações instauradas nas origens dos pequenos grupos locais. Nessas relações, o exercício do papel feminino é fundamental, especialmente nas questões ligadas à organização familiar, de vizinhança, de comunidade.

Para Bauman, a *comunidade* é o lugar que acolhe, que aconchega. E que pode estar no sonho de cada cidadão. Uma comunidade de pertencimento, na qual a segurança e a liberdade são elementos que se apóiam no conjunto das ações sonhadas para o que seja conviver coletivamente. De outra forma, para o autor também a comunidade poderá ser hostil e menos generosa do que aquela que sonhamos, e isso a torna diferente:

A ‘comunidade realmente existente’, se nos achássemos ao seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abre mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras [...] (BAUMAN, 2003, p.10).

Baumann (2003, p.09) comenta que o que a palavra “comunidade evoca é tudo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes”. No entanto, há diferenças entre a *comunidade sonhada* e a que *realmente existe*, com suas situações de vivência que se contradizem com a falta de liberdade e de segurança, que devem ser equilibradas na medida em que as identidades vão se tornando relativas dentro dos processos de autonomia e direito à auto-afirmação, conquistados pela população.

Mais do que se configurar como algo presente, próximo às questões locais, o sentido do ser comunitário se apresenta, hoje, como uma derivação do que já foi clássico, determinado por idéias de direita ou de esquerda e que se mesclam num processo que se traduz nas relações planetárias, não devendo ser confundida com o sentido do que seja *localismo*, como afirma Paiva:

Ao universalismo, naturalmente, atribui-se a democracia, o respeito aos direitos humanos, à liberdade; ao tribalismo, a sua negação. Porém, é preciso considerar

que o localismo aparece hoje como uma espécie de sub-produtor do universalismo, um tipo de filho desviante, quase um efeito colateral. (PAIVA, 2004, p.60-61).

Diferentemente do que diz a autora, ao se buscar o conceito de *comunidade*, chega-se à raiz da palavra que tem o sentido *comum*, para *comunhão*, *comunitário* e *comunitarismo*, por exemplo. Encerrando em si a idéia de se fazer acontecer em conjunto, em sociedade, onde um grupo de pessoas se apropria de seus espaços públicos e os administra como for melhor, com a participação efetiva de cada indivíduo, visando o grupo e com resultados voltados para o grupo, com a real participação de cada cidadão. Portanto, entende-se que a comunicação é, na sua essência, um processo em construção de um indivíduo para o outro, instalado em *comunidades*, que se organiza pelo sentido *comum* das idéias, das trocas de saberes, de moedas, de culturas, de entendimentos mútuos. Para Paiva (2004, p.58) há um conceito, no entanto, que “deve ser engendrado pela área específica da comunicação, o que se define por comunidade gerativa”:

Por comunidade gerativa, queremos designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea – a falência da política de projetos, a descentralização do poder, a forte tônica indifidualista e cosmopolita – produz a busca de alternativas. E, dentre elas, a da atuação de uma política gerativa, ou seja, a ênfase nas ações práticas do cotidiano e da localidade. (PAIVA, 2004, p.58/59).

A autora afirma que a proposição para o que se entende de *comunidade gerativa* “está longe de ser localista, isto é, de sentido exclusivista e ultranacionalista – mesmo porque se considera necessária a atuação no ambiente do multiculturalismo e da velocidade informacional, que define a atualidade”.

Aprea (2004, p.28), ao comentar sobre a dimensão local dos projetos de desenvolvimento humano, no entanto, valoriza a participação direta da população, pois é da aproximação com essa população que se devem partir propostas de mudanças reais relacionadas com “as condições específicas e diferenciais de cada lugar em que se implementa”. Nesse sentido, o autor aborda outros elementos, considerados meios de difusão, usados em diferentes grupos como as próprias relações interpessoais, que interferem na comunidade tanto quanto *os meios de comunicação de massa de alcance nacional ou internacional*:

Os meios que operam em um nível local são algo mais que uma ferramenta de difusão. Trata-se dos meios fisicamente mais próximos à população. Em alguns poucos casos podem considerar-se como possíveis âmbitos de participação, porém em to-

dos os casos são vias importantes para observar-se a construção de identidades sociais dos distintos atores locais que participam ou se vêm afetados pelos projetos de desenvolvimento humano. (APREA, 2004, p.28/29).

No entanto, ações relacionadas à *cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, generosidade e caridade* presentes nessas relações de vizinhança nas comunidades, como destaca Paiva (2004, p.63), se traduzem num certo resgate da conjuntura comunitária, diante da expansão da globalização, até por se entender que é da gestão microrregional, que se geram os maiores processos de trocas planetárias. Trata-se de questões que retornam na contemporaneidade, de forma renovada através de grandes movimentos sociais, como os Fóruns Sociais Mundiais realizados a partir dos anos 2000. Paiva define qual o sentido do *ser comunitário*:

É quem confere valor à identidade, à proveniência, portanto, à origem: a via que conduz às raízes como às tradições. Comunitário é quem confere valor às relações sociais, religiosas, familiares e nacionais. Para o comunitário, a ligação não é a cadeia que o aprisiona e que limita sua liberdade, mas, ao contrário, o fio que o liga aos outros e o sustenta. Comunitário é quem reconhece o seu lugar originário, assumindo-o como sua pátria; para ele não é insignificante ou fortuita a sua origem ou seu destino e suas relações. (PAIVA, 2004, p.63).

Assim, a demarcação do território permanece em si como a principal referência do sujeito que se modifica interna e externamente, ao receber as diferentes influências planetárias, através da variada gama de suportes de comunicação. A mídia e os sistemas de trocas de informação tecnologicamente arrojados tornam-se os referenciais mais fortes da aceleração do tempo, nas megalópoles globalizadas. E os processos microrregionais, mesmo sentindo esses sinais das grandes potências econômicas globalizantes, vão se organizando com suas formas particulares de gestão. A *comunidade*, hoje, é uma das partes componentes do tecido social que contribui para o resgate de valores e formulação de relações, aproveitando o que vai se modificando ao longo do tempo em diferentes espaços geográficos. Esses são elementos que se apresentam neste estudo *das mediações realizadas pelas mulheres na constituição das redes informais de comunicação*, como brechas históricas e socioculturais, abordadas a seguir.

## 2.1 Brechas históricas e socioculturais

A constatação de brechas ocorrentes no tecido social, verificadas ao longo da história do Brasil e em especial da história do Rio Grande do Sul, ocasionadas por situações críticas da conjuntura socioeconômica, tem mobilizado estímulos para a participação popular em movimentos sociais, com destaque ao papel feminino nesse fazer.

A oportunidade de se realizar investigações sobre a estruturação das *redes informais de comunicação*, as táticas, as estratégias e os procedimentos adotados pela participação das mulheres, torna-se pertinente pela construção de novos modelos sociais, por se verificar as diferentes possibilidades de desenvolvimento com a contribuição de diversos sujeitos e, também, pelas diferentes maneiras como elas têm alcançado destaque na esfera pública.

Acrescente-se, também, que se tem constatado através de diferentes possibilidades de busca na própria Internet, pelos usuários que têm acesso à rede, mais constância e sistematização no repasse de informações através das redes digitais - e que começam a fazer parte em alguma instância - das relações vivas do cotidiano das mulheres.

Este último procedimento estruturado no contato vicinal, na conversa dos encontros de trabalho ou até mesmo no lazer, nas situações de consumo, nas relações com as famílias nas escolas, e a partir da audiência do rádio, da TV, e da leitura de jornais, permitem às mulheres novas possibilidades de elaboração do conhecimento adquirido e de intervenção nos diferentes grupos sociais em que se inserem. Bem como através da produção de impressos diversos, como boletins e panfletos, e ainda a partir da intervenção direta na programação das rádios comunitárias, onde as mulheres realizam procedimentos que fortalecem as relações sociais, fornecendo conteúdo e dinamização da comunicação, bem como consolidando os usos e as trocas do discurso midiático.

A busca da cidadania se supõe subentendida, a partir do momento em que as mulheres, assumindo suas potencialidades, se apropriam dos procedimentos privados para realizar discursos públicos e da ordem da participação social, para transformar relações familiares, domésticas, em relações de comunicação. De investimentos em ações concretas de benefícios para todos. É com este olhar que se percebe importante a participação feminina, ao mediar os

usos e trocas de procedimentos comunicacionais, a partir dos conhecimentos adquiridos também a partir dos processos midiáticos.

Assim, o aumento da renda familiar é um dos objetivos das mulheres em suas conquistas, o que tem se revelado em levantamento de dados e pesquisas realizadas por organismos vinculados à administração pública, como o Censo Demográfico de 2000<sup>19</sup>, que mostrou o rendimento médio nominal mensal das mulheres, no Brasil, de R\$ 591,00. Na região Sul do país o rendimento médio feminino é R\$ 601,00.

Na década de 1990, houve um crescimento médio do aproveitamento da mão-de-obra das mulheres, na população economicamente ativa, da ordem de 9% enquanto a masculina caiu aproximadamente 4%. Havia, no Brasil, um contingente de 86.223.155 mulheres, das quais 11.160.635 eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 12,9%. E a região metropolitana de Porto Alegre foi a que apresentou o índice mais alto de mulheres responsáveis pelos domicílios no país – 38,2%. Os dados<sup>20</sup> ressaltam “que a expectativa de vida feminina no Estado do Rio Grande do Sul é das mais altas do país, em torno de 74 anos, o que poderia ser considerada uma das causas principais para o alto percentual encontrado”.

Em pesquisa realizada em maio de 2006, outras informações<sup>21</sup> indicam a presença das mulheres em 60% do quadro dos empreendedores informais, contra 40% que são homens. As empresas informais já atingem a cifra de 10 milhões e 300 mil no Brasil, enquanto as formais chegam a cinco milhões. E as estimativas dos especialistas é que a economia informal represente entre 30% e 40% do Produto Interno Bruto, que em 2005 alcançou o valor de um trilhão e 940 bilhões de reais.

Um dos principais contrastes da pesquisa nacional realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é em relação ao índice de escolaridade. Cerca de 65% dos trabalhadores informais cursaram ou cursam o ensino fundamental e apenas 22% fizeram curso técnico. Apenas 4% atingiram o ensino superior neste caso. Em relação à estrutura familiar, a maioria dos trabalhadores informais é casada (64%), com família composta em média por quatro pessoas e renda mensal familiar de R\$ 1.042,00. A idade dos trabalhadores informais gira em torno de 42 anos. A grande maioria trabalha solitária, 85% não têm sócios e

---

19 O censo de 2000 é o último que foi realizado no Brasil pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – órgão oficial que trabalha com dados demográficos, econômicos, estatísticos no país. No entanto há outras pesquisas posteriores, que vêm complementar os levantamentos do último censo.

20 Idem, *ibidem*, nota 1.

21 Pesquisa realizada pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

78% não contratam funcionários. A casa é o local de trabalho de 56%, e 33% não têm lugar fixo para trabalhar.

No Rio Grande do Sul o trabalho informal também alcança índices importantes de acordo com informações da Fundação de Economia e Estatística, na Região Metropolitana de Porto Alegre:

Segundo a forma de inserção no mercado de trabalho, sobressai-se o aumento da sua formalização na RMPA, tendo-se registrado o crescimento da ocupação fundamentalmente entre os assalariados no setor privado com registro em carteira (57 mil pessoas), destacando-se, em outro sentido, a redução do contingente de assalariados no setor privado sem registro em carteira (-7 mil) e no setor público (-3 mil). (FEE, 2005, Internet).

A Pesquisa de Emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre de 2005<sup>22</sup> informa que:

O contingente feminino representava mais da metade do contingente em desemprego (54,9%), fenômeno que vem ocorrendo desde 1998. Em números absolutos, as mulheres desempregadas totalizaram 146 mil em 2005, enquanto o contingente masculino ficou em 120 mil. (FEE, 2005, Internet).

Segundo Kon<sup>23</sup>, os índices de participação das mulheres no aumento do desemprego resultam da busca formal do emprego na área urbana do país, que não é alcançada, o que acaba se deslocando para a informalidade ou para ocupações de baixa produtividade:

Observa-se que a informalidade feminina nesses setores de baixa produtividade atinge um nível total superior à masculina e se segmenta mais freqüentemente em ocupações por conta própria, que não exigem qualificação, particularmente em atividades de comércio e serviços, bem como no emprego doméstico. Recentes pesquisas sobre a evolução da estrutura ocupacional feminina brasileira na década de 90 mostraram a redução da participação das mulheres no emprego formal e o crescimento da importância relativa das demais formas de ocupações. (KON, 2006, Internet).

Se estatísticas têm apontado a presença das mulheres de maneira contundente nas principais fontes econômicas – embora os dados citados acima dêem conta de números ainda nem tão altos em relação à maioria da população - é forte a contradição da presença feminina

---

22 Boletim da Pesquisa de Emprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, da Fundação de Economia e Estatística “*Desempenho do mercado de trabalho na RMPA*” em 2005. Ano 14, Número Especial Jan/06 1.100 exemplares.

23 Artigo de Anita Kon “*Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero*” - Professora e Pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia da PUC-SP.  
<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf> acessado em 22/10/2006



em relação à população em geral, especialmente pelo crescimento acelerado do consumo de bens e serviços, agenciados pelo rádio e a televisão, também mais intensamente a partir da década de 60.

Ao se tomar esta década – a de 60 -, onde se inicia um processo de configuração do novo mapa sociocultural nacional e os grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste do Brasil tornam-se pólos de atração para a intensificação dos processos migratórios internos, verificam-se mudanças consideráveis nas características daqueles locais. No campo da telefonia, por exemplo, de acordo com Dantas (1996, p.45) por conseqüências das negociações estabelecidas pelos governos brasileiros desde o início do século XX com os principais grupos estrangeiros como a inglesa Western, “era possível se fazer contato telefônico entre Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Belo Horizonte – e destas cidades para o exterior – mas o restante do país estava isolado”.

Os aparelhos retransmissores de televisão e de rádio passam a ocupar lugar de destaque entre os equipamentos domésticos presentes na maioria das moradias brasileiras, independentemente do poder aquisitivo de cada cidadão e contribuem para a implementação do projeto desenvolvimentista, que vem desde aquela época. Especialmente a partir da implementação das transmissões de televisão aberta em cores, no Brasil, que ocorreu a partir de 1962, com a transmissão da *Festa da Uva* do município gaúcho de Caxias do Sul, pela TV Difusora de Porto Alegre.

A circulação das informações passa a ser mais intensa, na medida em que a mídia avança tecnologicamente, aproveitando os espaços criados pelo sistema, no que se refere também à assimilação do consumo, por parte da população. Campanhas publicitárias de extensa duração insistem, nos intervalos das programações de rádio e televisão e com anúncios impressos nos jornais de maior circulação nos centros urbanos, para que a população vá às compras inclusive para a formulação de novos hábitos de consumo. A esse sistema se vinculam outros, de geração de novos processos que se intercalam com os espaços de entretenimento oferecidos pela própria mídia, como as novelas, por exemplo, nos quais há uma simulação da *primeira realidade*, onde as personagens caracterizadas nas historietas assumem o papel vivenciado no dia-a-dia dos sujeitos-cidadãos, realizando atos de consumo.

Mais do que simples ações desenvolvidas pelos grupos empresariais, para implementar uma nova época na conjuntura socioeconômica e cultural dos países latino-americanos em desenvolvimento, as mudanças acontecem carregadas de procedimentos políticos com base na ideologia capitalista. A saída dos processos de produção agrícola para alguns países como o

Brasil, provocou uma tomada de posição que resultaria em momentos de tensão na economia, especialmente, com a implantação de projetos que vieram a fortalecer grandes conglomerados multinacionais, em detrimento da exploração da mão-de-obra nacional.

Por sua vez, esses grandes conglomerados, com o processo de produção acelerada para o desenvolvimento implementado por um modelo capitalista de mercado, reforçam a busca por novas possibilidades de trabalho especialmente para as famílias rurais, que se localizam mais nas zonas periféricas das grandes cidades. Na estrutura de funcionamento dessas famílias começa a haver modificações. Os homens vão trabalhar, muitas vezes, em fábricas localizadas nos municípios da periferia das capitais e as mulheres buscam alternativas de trabalho, que muitas vezes se transformam em subempregos, para auxiliar no orçamento doméstico. Segundo o IBGE<sup>24</sup>, o trabalho para complementar a renda familiar pode se enquadrar como *doméstico*, desde que o trabalhador execute tarefas “do serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares”. Entre as principais denominações está “empregada doméstica, faxineira, diarista, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira, arrumadeira, acompanhante de idoso, acompanhante de doente, acompanhante de criança à escola”. Os dados indicam que:

Os trabalhadores domésticos representavam, em março de 2006, 8,1% da população ocupada no agregado das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego. Por razões histórico-culturais, este contingente de trabalhadores, caracteriza-se pela predominância de mulheres (94,3%) e de pretos e pardos (61,8%). (IBGE, 2006, p.3).

Os principais setores da sociedade se alteram, a economia apresenta diferentes resultados e contrastes, a política assume procedimentos espetaculares inseridos na mídia, que se coloca no cotidiano das pessoas, principalmente nos grandes centros urbanos e novos procedimentos de consumo são inculcados à população através da publicidade. E o que antes se constituía algo distante, fora da experiência pessoal de cada indivíduo, de cada família, nos últimos 20, 30 anos, toma outra dimensão, assume novos valores. Vão se percebendo intervenções e alterações nas relações sociais e condutas públicas, que passam a fazer parte da vida de cada cidadão.

---

24 Indicadores IBGE, março de 2006, *Perfil dos trabalhadores domésticos nas seis regiões metropolitanas investigadas pela pesquisa mensal de emprego* (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)” <http://www.ibge.gov.br/>

Nos últimos 30 anos, o Brasil apresenta-se com novos sistemas de produção a exemplo de diferentes países do mundo. A economia agrícola é tão importante quanto antes, mas em algumas regiões e Estados, como no Rio Grande do Sul, houve troca do perfil produtivo em muitos casos, com a geração de agroindústrias que vão substituindo, inclusive, a produção pecuária localizada em grandes espaços de terra, ou, de outra forma, são introduzidas novas culturas para o aproveitamento de áreas. Ao longo dos anos, estas vão ficando desgastadas pelo plantio e uso permanente de apenas um tipo de cultura, como a região sul do Rio Grande do Sul. Exemplo disso é a intensificação da fruticultura e da floricultura, embora o país tenha um dos maiores rebanhos de bovinos do mundo - 204.512.737 cabeças de gado, de acordo com dados do IBGE de 2004.

No entanto, essa situação tem causado conflitos por causa da concentração de grandes áreas em regiões que já modificaram seu perfil econômico, resultado da industrialização que toma conta do processo desenvolvimentista, assumindo um lugar de geração de renda e trabalho diferenciado daquele dos anos 1960.

A ditadura militar implantada em 1964, e as diferentes crises econômicas e políticas experimentadas nas décadas seguintes até 1990, no Brasil, entre os países latino-americanos, causaram um aumento ainda maior da desigualdade na distribuição da riqueza e da renda, de acordo com o projeto desenvolvimentista hegemônico e arbitrado pelo poder militar. Fiori (2002, p.191), comenta que, no entanto, “a ação integrada dos capitais estatais, associada aos capitais privados estrangeiros e nacionais, construiu uma economia industrial diversificada e relativamente integrada”. Segundo o autor, o processo industrial se consolidou no país nos anos de 1950, como *eixo dinâmico da economia*. E, portanto, o crescimento acelerado da indústria nas quatro décadas que viriam a seguir, levou a economia a atingir taxas que chegaram a representar no final de 1980, mais de 60% do total exportado pelo Brasil, com produtos manufaturados, por exemplo:

Essas mudanças fizeram com que a população economicamente ativa empregada pelo setor secundário passasse de 10,3% em 1940, para 25,3% em 1980. De tal maneira que, quando sobreveio a crise econômica dos anos 80, o caso brasileiro singularizava-se no contexto latino-americano pela extensão de sua indústria, pelo porte de seu setor de bens de consumo duráveis e de bens de produção – os quais, em conjunto, representavam mais de 30% de sua produção industrial, e, finalmente, pelo dinamismo de seu setor externo. (FIORI, 2002, p.192).

Portanto, o projeto desenvolvimentista que atingia uma nova fase de transição na década de 1990, avançou promovendo o alargamento da visão de futuro para a população. Por

outro lado, gerou situações de grave exclusão social, provocando contrastes significativos, com os bolsões de pobreza que aparecem ao longo dos últimos 30 anos.

O estabelecimento de novos pólos de desenvolvimento em torno das grandes cidades brasileiras, principalmente, com o incentivo às migrações internas, e a população se deslocando das zonas rurais para a periferia das metrópoles, aumentaram as favelas e vilas pobres. Os índices de desemprego movimentaram o aproveitamento da mão-de-obra excedente em diferentes setores da economia para a intensificação dos contratos de trabalho na informalidade, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais, nos últimos anos.

Em diversas regiões do país um conjunto de iniciativas direcionadas à alteração desse quadro, no entanto, foram sendo produzidas através de uma complexa combinação de atividades que reunia o conhecimento de participantes em diversas *organizações não-governamentais* que vinham de fora, de trabalhadores em universidades e de pessoas ligadas às igrejas, principalmente à católica e à luterana. Além disso, diferentes práticas foram sendo adotadas pela própria população local, que pretendia inverter a realidade de pobreza já instaurada na época. Segundo Oliven (2006, p.11) “o final da década de setenta e começo da década de oitenta foi marcado pelo processo de “abertura” em que a sociedade civil brasileira organizou-se e começou a pressionar por uma democratização do regime”.

Foi significativo o modo como novos espaços foram se constituindo e novas identidades sociais foram criadas, como afirma Oliven:

Para surpresa de muitos, a organização da sociedade civil se deu não somente através de partidos e sindicatos, mas também com movimentos sociais e grupos que lutavam por questões específicas e que até então não faziam parte do cenário brasileiro: reivindicações feministas, grupos homossexuais, movimentos por áreas verdes, movimento contra a carestia, movimentos religiosos, etc. (OLIVEN, 2006, p.11).

Embora estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgados em 2006, sobre o período de 2001 a 2004, indiquem que “os níveis de pobreza e extrema pobreza no Brasil foram reduzidos em dois pontos percentuais e apesar do modesto crescimento do PIB e da diminuição de 0,8% na renda per capita”, a renda média real dos trabalhadores ocupados (trabalhadores assalariados com e sem carteira e trabalhadores por conta-própria) ficou praticamente estável em 2004 - em torno de R\$ 675,80 – em relação a 2003. Portanto, o país continua com grandes margens de diferenças socioeconômicas – “a renda dos 20% mais pobres do país cresceu no período cerca de 5% ao ano, enquanto a dos 20% mais ricos diminuiu em 1%”.

## 2.1 Intervenções midiáticas

Houve transformações significativas no funcionamento das cidades, em relação aos processos migratórios, que implantaram novos fluxos e aceleraram a circulação das pessoas de formas diferenciadas. Certamente houve, como já se disse, uma intensificação da circulação da informação, através das diferentes *redes formais de comunicação*, das mais diversas, que se institucionalizaram em grandes conglomerados empresariais. Foram constituindo-se, assim, complexos grupos das telecomunicações – com estações de TV e rádio, jornais, servidores de Internet e até companhias de telefonia e transmissão de dados, nestes contextos.

A história da mídia nacional se mistura, de certa forma, com o projeto desenvolvimentista que se iniciou no final dos anos 50 e se estendeu até a década de 80, pontualmente no Brasil, passando pela ditadura militar e estrategicamente localizado nas duas principais cidades da região Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro.

Desde a referência à publicação do primeiro jornal brasileiro, organizado por Hipólito José da Costa, em 1808, a maioria dos grandes conglomerados hegemônicos da comunicação do país, da atualidade, tem origem no século XIX e outros no início do século XX, a partir da constituição de empresas responsáveis pela produção de jornais, que seguiram o padrão americano ou europeu desse tipo de publicação na época. Alguns permaneceram no mesmo modelo inicial, isto é, o *Standard*, com algumas modificações, entre as décadas de 70 e 80 em seus projetos gráficos. Como o grupo empresarial *O Estado de São Paulo*<sup>25</sup>, em São Paulo, fundado em 1875 ainda durante o Império, com o nome de *A Província de S. Paulo*, e outros históricos do país que se modificaram em suas trajetórias, como a *Editora Abril*<sup>26</sup>, através de suas revistas de entretenimento e depois com o destaque empresarial para a semanal informativa *Veja*, que disputa fortemente com outras empresas o mercado editorial brasileiro.

Também em São Paulo, em 1921, a fundação do jornal *Folha da Noite*, deu início à história do *Grupo Folhas* que se manteve voltado para a vida de São Paulo, mais tarde com

---

25 Informações contidas no site da própria empresa <http://www.igestado.com.br/> acessado em 28/07/2006.

26 Artigo de Ana Maria Fadul, *a Internacionalização dos Grupos de Mídia no Brasil nos anos 90*, livro da Ed. UESP, 1999.

três jornais diários – a própria *Folha da Noite e as Folhas da Manhã e da Tarde*<sup>27</sup>, geradores de um único produto impresso no final da década de 70, o jornal *Folha de S.Paulo*, atualmente de circulação nacional.

No Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891, defendia a *monarquia* e se dirigia às classes média e alta da sociedade carioca, ampliando sua circulação na década de 1960, para algumas das principais cidades brasileiras. Também foi no Rio de Janeiro, que ao comprar *O Jornal*, em 1924, Assis Chateaubriand tornou-se um dos proprietários mais poderosos, entre as décadas de 1960 e 1970, de um dos maiores grupos empresariais da comunicação no país, os *Diários e Emissoras Associados*.

Chateaubriand criou e dirigiu a maior cadeia de imprensa do país, que teve 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal - *O Cruzeiro* - uma mensal - *A Cigarra*, várias revistas infantis e uma editora<sup>28</sup>. Foi este o grupo que apresentou a televisão pela primeira vez aos brasileiros: em 1950 a TV Tupi de São Paulo entrou com uma programação de *televisão aberta*<sup>29</sup> no ar, o que foi perseguido posteriormente por outros grupos empresariais.

O jornal *O Globo* foi fundado em 1925, no Rio de Janeiro, e depois que assumiu em 1931 o comando da empresa, Roberto Marinho adquiriu a Rádio *Globo*, em 1944, já com a perspectiva de chegar a ter o maior grupo de mídias do país. Com a posse da primeira concessão de televisão no Rio de Janeiro, em 1957, e a inauguração da TV Globo, em abril de 1965, a empresa transformou-se nas *Organizações Globo*<sup>30</sup>, atingindo o território nacional com a retransmissão de sua programação gerada no Rio de Janeiro, principalmente do noticiário *Jornal Nacional*, por uma rede de emissoras afiliadas, de *televisão aberta*.

Se em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, a hegemonia se fortaleceu com o sistema neoliberal durante o século XX, ela também se consolidou com outros grupos empresariais da comunicação em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul – entre outros locais, ganhando destaque no mercado jornalístico nacional. Foi nas décadas posteriores a de 1960, principalmente, que aqueles grupos de destaque se reestruturaram para enfrentar novas conjunturas econômico-financeiras a partir de então, diante do que já se configurava como *globalização* da economia. Novos incrementos foram feitos, a partir da indústria cultu-

---

27 Informações contidas no site da própria empresa <http://bd.folha.uol.com.br> - banco de dados acessado em 28/07/2006.

28 Idem, idem nota 9.

29 Sistema de transmissão de imagens em sinal eletrônico, por ondas hertzianas, que podem ser capturadas por antenas colocadas em residências, diferentemente da *televisão a cabo* cuja transmissão do sinal é feita através de cabos coaxiais.

30 Idem, ibidem nota 9.

ral internacional, com os avanços das indústrias do cinema, da televisão, da radiodifusão, da informática, das conexões de telecomunicações via satélite e dos próprios materiais impressos como os jornais, as revistas, os livros, sem contar na dinâmica e agilidade implementada pela Internet.

O início das transmissões radiofônicas no Brasil em 1923, e o impulso dado pelo governo de Getúlio Vargas a partir da década de 1930, para o reconhecimento e a importância da difusão radiofônica no país, fomentaram o desenvolvimento de uma indústria cultural forte durante os anos das décadas de 1940 e 1950, juntamente com a produção de filmes que tinha na Companhia Cinematográfica Vera Cruz, a principal produtora nacional.

A partir da implantação da televisão, no final dos anos de 1950, em países como os Estados Unidos, as empresas de comunicação foram se configurando no processo de produção capitalista de forma que os meios de comunicação social se tornaram *de massa* a partir dos anos de 1960, não sendo diferente nos países latino-americanos e, principalmente, no Brasil. Desse período marcante no desenvolvimento das sociedades locais, com a idéia de globalização da economia que passa a se traduzir como elemento fundamental para os sistemas políticos internacionais, e a implantação e desenvolvimento das redes virtuais na inter-relação dos povos, há uma transformação na configuração das formações sociais contemporâneas que agora já contam com as estruturas comunicacionais e de informação na sua cotidianidade.

Logo, se pensarmos na *frieza* da televisão, inicialmente comentada por McLuhan (1999), um dos principais autores da época, que começou a instaurar um tipo de comunicação pasteurizada, genérica, e provocou nos movimentos sociais organizados, reações à própria política vigente, para o que se apresentava de conflitos e embates, com os regimes militares implantados não só no Brasil, pode-se perceber ao longo da história dos países latino-americanos, nos últimos 30 anos, a intervenção da *mídia* como um elemento forte na formação de opinião pública.

A partir do uso da eletricidade, com a transmissão da imagem eletrônica à distância, para o desenvolvimento da sociedade, McLuhan discutiu os usos dos meios de comunicação como elementos causadores de efeitos importantes:

A nova configuração e estruturação elétrica da vida, cada vez mais se opõe aos velhos processos e instrumentos de análise, lineares e fragmentários da idade mecânica.[...] O interesse antes pelo efeito do que pelo significado é uma mudança básica de nosso tempo, pois o efeito envolve a situação total e não apenas um plano do movimento da informação. (MCLUHAN, 1999, p.42/43).

O que, de acordo com o autor, tem interferido no desenvolvimento de novas configurações de elaboração do conhecimento, para diferentes aglomerados de populações urbanas e rurais. No entanto, as afirmações feitas por McLuhan estão em permanente atualização, por novos estudos e pesquisas realizadas em diferentes partes do mundo, referidos por autores como Ford (1999), que mesmo considerando o papel da televisão, por exemplo, na América Latina, como de um meio de comunicação importante, mas não menos *frio* como considerou McLuhan, os problemas que existem são de ordem social e política. Afirma Ford, ao formular um prognóstico sobre a relação da *mídia* com a sociedade:

É claro que o futuro não vai ser monocultural, como disse Clifford, nem tampouco menos pluricultural. Dificilmente será acultural (ou não?). O certo é que, na relação com a mídia os processos de generalização e particularização e de globalização estão gerando novos ordenamentos culturais, novas formas de cada um pensar-se sobre si próprio, propondo, enquanto o homem se localiza cotidianamente, “localizações” simbólicas transversais, não territoriais, que progridem paralelamente aos perigos de colapsos comunicacionais e informacionais. O direito a não comunicar nem ser informado, incluído no “Direito à informação e à comunicação” (Fisher, 1984), não é uma apologia do autismo. Sobretudo nas culturas em que o simbólico cresce e o material decresce. (FORD, 1999, p.186).

A citação de Ford movimentava questões para uma série de crises em diferentes âmbitos no Brasil, a partir dos anos 1960, que também aconteceram simultaneamente em outros países latino-americanos, desde a implementação do projeto desenvolvimentista. Paralelo a isso, os movimentos sociais organizados retomaram o fortalecimento dos processos de comunicação alternativos, já que não se viam contemplados nas programações de rádio e televisão, ou mesmo em matérias de jornais e revistas.

São históricos os movimentos iniciados a partir de 1947, na Colômbia, com o padre Joaquim Salcedo, na rádio *Sutatenza* (COGO, 1998, p.58) e, posteriormente na Bolívia, por trabalhadores mineiros, vinculados aos sindicatos dos trabalhadores das minas de estanho, na rádio *Sucre* com o uso de alto-falantes, inclusive, que vieram a se transformar em rádios populares ou comunitárias, nas décadas de 1970 e 1980 (PERUZZO, 1998, p.193). No Brasil, principalmente em São Paulo, e posteriormente no Rio de Janeiro, e em outros Estados como o Rio Grande do Sul, os usos alternativos dos meios de comunicação foram intensos a partir da década de 1930, com o desenvolvimento de uma *imprensa operária*, originária dos movimentos de trabalhadores, que começavam a se organizar nos sindicatos, ainda no século XIX.

Segundo Marçal (2004, p.12) “falar da imprensa operária é falar do movimento operário e do lento processo de formação da própria classe trabalhadora”. Para o autor o uso da imprensa escrita na época, representava uma tribuna onde os líderes sindicais discursavam



para seus aliados. E, antes de 1930, os aliados poderiam ser identificados com seus próprios nomes, depois foram se tornando militantes políticos que assumiam a identidade partidária e a imprensa assumia o papel de difundir a ideologia dos partidos de esquerda que atuavam fortemente, como o *Partido Comunista Brasileiro*. Marçal refere-se a essas publicações de 1873 a 1974, como “uma correia de transmissão ideológica de organismos partidários”.

De 1960 a 1980, houve uma retomada dessas representações, com o fortalecimento das diferentes categorias profissionais e a fundação do *Partido dos Trabalhadores*, na cidade paulista de São Bernardo do Campo, bem como o crescimento do número de *organizações não-governamentais* – ONG’s - que iniciaram uma trajetória de levantar recursos e desenvolver projetos voltados para a população de baixa renda, que vivem em comunidades pobres nas grandes cidades. Desse modo, surgiram mais de cinco mil rádios *clandestinas*, ou *livres*, que em sua trajetória contribuíram para a chamada ‘abertura política’ do país, mas, no entanto, muitas fecharam até por não terem sido fortalecidas pela lei, que veio a ser regulamentada em parte em fevereiro de 1998<sup>31</sup> (ANEXO 2). Mesmo assim, algumas delas sobreviveram e foram se transformando em *rádios comunitárias*, que registram até hoje uma sobrevida. Exemplo disso é a *Rádio Favela* de Belo Horizonte, que já foi premiada internacionalmente, entre outras em todo o país. E, apesar da forte repressão da Agência Nacional de Telecomunicações às rádios que funcionam sem *outorga*<sup>32</sup>, nos últimos anos muitas delas nasceram e continuam na busca da concessão do canal, tendo havido na década de 1990 uma retomada considerável do movimento pela liberação das outorgas. Segundo Castro (2006)<sup>33</sup> “o cenário interno dos últimos 10 anos é marcado por um grande número de experiências e apropriação de tecnologias, espalhadas pelo território nacional, sendo instaladas 30 mil rádios de baixa potência, das quais 10 mil continuam em funcionamento”.

---

31 Lei 9.612 de fevereiro de 1998, de autoria do Deputado Federal Fernando Ferro; fez parte da luta pela democratização da comunicação através do Fórum Nacional pela Democratização da Informação. A lei está em uso, apesar de carecer de uma revisão para determinados pontos que aborda, de acordo com reivindicações do movimento nacional das Rádios Comunitárias.

32 *Outorga* é a autorização formal (um documento) concedido pelo governo federal brasileiro, que informa o número do registro de toda a documentação exigida para a operação de uma emissora de rádio ou televisão. Este documento é o que libera a operação das emissoras. As Leis da Radiodifusão e das Telecomunicações são as que regem o processo de registros e legalização do funcionamento das emissoras em todo o território nacional. Há as leis complementares e a Lei da Radiodifusão Comunitária para a regularização das rádios comunitárias, que operam em outra faixa de transmissão sonora diferentemente daquelas emissoras consideradas ‘comerciais’ AMs e FMs, – que podem vender seus espaços comercialmente para difusão de publicidade e propaganda, ao contrário das Comunitárias, que devem operar com ‘apoios culturais’.

33 Artigo escrito na coluna Opinião em parceria com Luiz Bernardes - Revista do FNDC –Fórum Nacional Pela Democratização da Informação - MídiaComDemocracia, nº 3 Setembro 2006 – site [http://www.fndc.org.br/arquivos/Midia3\\_Internet.pdf](http://www.fndc.org.br/arquivos/Midia3_Internet.pdf)

Se na realidade das comunidades brasileiras a comunicação comunitária através das rádios tem sido uma forma de manifestação importante e motivo de disputas de reconhecimento público com as emissoras comerciais, de certa forma elas demonstram um significativo avanço nas possibilidades de constituição de novas trocas do conhecimento popular, inclusive através da Internet, onde algumas delas já operam, com sucesso, em situações específicas como as transmissões ocorridas de Porto Alegre, durante a realização do Fórum Social Mundial de 2003 e do Encontro Internacional de Educação de 2005.

Uma outra novidade da Internet é a parceria entre a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) e a Rádio da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – rádio FaE, criada em 2003. A partir de suas transmissões outras cidades do mundo podem acompanhar o que acontece em uma determinada localidade brasileira. A primeira transmissão internacional ocorreu por ocasião da passagem do dia de *Portugal, Camões e das Comunidades de Língua Portuguesa*, ao vivo, do auditório da Faculdade, para rádios de Macau, Angola, Venezuela, Moçambique e Portugal, como consta da revista *MídiaComDemocracia* (2006)<sup>34</sup>.

Assim se fortalece um movimento de construção alternativa à grande mídia, no Brasil e em outras partes do mundo, que se amplia na medida em que novos grupos surgem procurando entender melhor os usos dos meios de comunicação com o olhar de compartilhamento dos interesses sociais, num sentido mais justo e solidário e sem ser massificante, necessariamente. De outra forma, há diversos outros movimentos se consolidando, também, paralelamente ao processo mais globalizante da economia capitalista. Um deles, que tem fortes referenciais em países europeus como Itália, França e Espanha, e mais recentemente em países da América Latina, é o da discussão de uma *Economia Solidária*, que vem na esteira do *Terceiro Setor*, assunto que tem sido amadurecido desde a segunda metade do século XX. Trata-se da operacionalidade de pequenos grupos produtivos economicamente, localizados *formal* ou *informalmente* no mercado, que gerenciam seus próprios negócios, através da organização de associações ou de cooperativas, que aproveitam coletivamente os resultados das negociações.

A chamada *terceirização* da mão-de-obra é consequência das disputas entre capital e trabalho, que foram enfraquecendo as relações trabalhistas e forjando novas possibilidades de sobrevivência para as populações assalariadas, moradoras das periferias e regiões de baixa renda nas médias e grandes cidades brasileiras e de outros países no mundo, assunto esse a ser tratado no capítulo 3.

---

34 Rede Abraço, via Rádio FaE (<http://www.radio.fae.ufmg.br>)

Como se viu anteriormente, a conjuntura econômica e financeira do país, e as injunções político-ideológicas levaram às empresas de comunicação a se reordenarem com novas estruturas e operacionalidades, com resultados e reformulações administrativas, que possibilitassem o seu funcionamento diante do modelo de globalização que vinha sendo importado. Esse foi o caso do *Grupo RBS*, fundado em 1957, no Rio Grande do Sul, que se expandiu para Santa Catarina, levando em conta, também, os indicadores de baixa mortalidade infantil e alta expectativa de vida<sup>35</sup>. Além disso, os dois Estados apresentam o terceiro maior PIB *per capita* brasileiro. Esses motivos foram considerados pela direção do *Grupo RBS*, e estão expressos no seu próprio site da Internet<sup>36</sup>.

O Grupo *RBS*, principal empresa de comunicação do sul do país, conta hoje com 8 jornais, 25 emissoras de rádio, 01 portal de Internet, 2 emissoras de televisão local em *canal aberto* e uma em *circuito fechado* UHF, 01 operadora em *canal fechado* no segmento rural, 01 empresa de marketing de precisão. Possui ainda 17 emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo (trata-se da maior regional de televisão da América Latina), além da Rede Gaúcha Sat de Rádio, com 120 emissoras afiliadas, distribuídas em 10 Estados brasileiros. Nesta perspectiva de crescimento, a empresa criada por Maurício Sirotsky Sobrinho, tornou-se referência também para participar em disputas comerciais e leilões de empresas nacionais, como a Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, que passou seu controle acionário para a Telefônica de Espanha, inicialmente, e mais tarde contando com participações do próprio *Grupo RBS*.

A participação do *Grupo RBS* no tecido social rio-grandense tem sido marcadamente forte através do canal de *televisão aberta*, com uma programação centrada na programação da Rede Globo de Televisão, como afiliada, e poucas produções locais, destacando-se entre elas o *Jornal do Almoço*, que vai ao ar ao meio-dia, e o *RBS Notícias*, no horário vespertino das 19 horas, ambos diariamente, além de alguns programas de fim-de-semana. Também são importantes as retransmissoras espalhadas em todo o território estadual que difundem a mesma programação nacional com programações locais ainda mais curtas. Sua participação é significativa, como empresa ponte do sistema de transmissão de televisão da Rede Globo, no Rio Grande do Sul, por ser uma empresa reconhecida localmente e nacionalmente, ter boa infraestrutura operacional atingindo todo o Estado, com mão-de-obra técnica e de conhecimento

---

35 Os dados são baseados em informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

36 Site do Grupo RBS onde estão contidas as informações sobre a estrutura e funcionamento do grupo hoje.  
[www.rbs.com.br](http://www.rbs.com.br)

intelectual formada nas melhores universidades do sul do país, além de ser uma empresa fundada nas raízes dos gaúchos.

Desde a fundação do grupo empresarial pelos herdeiros da família Sirotsky, que as relações de manutenção do *status quo* da elite da sociedade gaúcha vêm sendo preservadas, e, também, pelo exercício de uma *política de boa vizinhança* com os principais representantes do governo estadual e municipal e a Assembléia Legislativa, desde que essa política não atinja seus limites e poderes, não tão explícitos para o público que os acompanha.

Mas não foram poucos os embates que ocorreram entre as administrações *petistas* da Prefeitura de Porto Alegre e o governo do Estado do Rio Grande do Sul, quando as verbas públicas de publicidade foram redirecionadas por aquelas administrações, inclusive por discussões e negociações de dívidas da empresa com a Secretaria da Fazenda estadual, do *Imposto de Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços* - ICMS, na época.

A circulação do jornal *Zero Hora*, tablóide diário que alcança o território nacional, e a programação da *Rádio Gaúcha AM*, que tem um canal internacional de transmissão radiofônica, além da *Rádio Farroupilha* juntamente com o jovem *Diário Gaúcho*, além dos jornais *Pioneiro* de Caxias do Sul e *Diário de Santa Maria*, de Santa Maria, *Diário Catarinense*, *Jornal de Santa Catarina*, *A Hora de Santa Catarina* e *A Notícia*, entre canais de rádio e retransmissoras de televisão, dão a sustentação para todo o Grupo, em suas mais variadas atividades no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A criação do jornal *Diário Gaúcho*, em 2000, para atingir a população da periferia de Porto Alegre, já alcançou 76% do mercado ao qual é destinado – leitores das classes B2, C e D - com uma tiragem de mais de 150 mil exemplares, ocupando o terceiro lugar no Estado, em média de circulação. A RBS já está operando com servidor próprio da Internet e em outras áreas das telecomunicações.

O Grupo *RBS* tem inquestionável contribuição na formulação de um imaginário que tende a preservar eixos culturais como o *gauchismo* massificado, e o reforço de alguns elementos que possam vir a construir preconceitos como a discriminação a movimentos sociais, tomando-se como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **2.3 As tramas das Regiões Metropolitanas**

Independentemente do fomento cultural estimulado pelos meios de comunicação, que trouxeram novos olhares e formulações de *mediações* do conhecimento à sociedade, outras configurações vão se constituindo nos diferentes aglomerados urbanos, inicialmente na pri-

meira metade do século XX, como consequência do reordenamento da sociedade, de acordo com o desenvolvimento das cidades. É inegável que a era industrial carregou para os centros urbanos brasileiros novas estruturas, diversificando o funcionamento das vias de transporte, das fontes de produção, das formas de administração pública, enfim, do estabelecimento de prioridades para os governantes, que atendessem às necessidades de sobrevivência dos grupos sociais que neles vão se localizando.

Alguns autores, como Mattos (2004, p.157), afirmam que foi também a partir dos anos de 1970, que as principais cidades brasileiras se organizaram para atender às demandas da população que se aglomerava nelas próprias, e em suas regiões em torno, tendo em vista o desenvolvimento acelerado que se vislumbrava na época, com os processos industriais e conglomerados empresariais que foram por ali se instalando:

[...] os países latino-americanos começaram a aderir com diversa convicção e intensidade, às recomendações de alguns organismos multilaterais (especialmente o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial) aos países em desenvolvimento, que preconizavam a realização de um conjunto de reformas estruturais a fim de restabelecer a competitividade e o crescimento. (MATTOS, 2004, p.157).

Muitas dessas cidades já tinham um planejamento arquitetônico básico constituído ao longo de sua história, para acolher uma população local que se projetava a partir de suas realidades socioculturais e econômicas. No entanto, com o desenvolvimento de diferentes setores que iam desde a produção industrial, passando por redes de comércio e a prestação de bens e serviços, intensificaram-se as migrações de populações que deixaram suas regiões de origem, em localidades rurais, na busca de novos horizontes de sobrevivência nessas cidades maiores. Questões tão complexas relacionadas ao funcionamento das cidades, constituem-se com seus aparatos técnicos – edifícios, monumentos, pontes, obras de arte, sistemas de transportes, carros, ônibus, iluminação, hospitais, igrejas, clubes, sociedades, teatros, cinemas, meios de comunicação, restaurantes – também pelos imaginários dos sujeitos que se movimentam nela e geram produção e renda, entrecruzando, assim, diversos sistemas e redes de funcionalidades.

Há, dessa forma, um resultado que ao mesmo tempo constrói novas possibilidades de trabalho, e rebaixa a qualificação da mão-de-obra que pertence às classes sociais de menor poder aquisitivo, como afirma Sorj:

O baixo crescimento econômico das últimas décadas e as exigências cada vez maiores de ingresso numa sociedade de consumo estão produzindo, possivelmente pela primeira vez na história brasileira moderna, um importante processo de mobilidade social descendente para as novas gerações de classe média ou operários qualifica-

dos e crescentes dificuldades de absorção no meio urbano para os que emigram do campo.(SORJ, 2000, p.82).

No início do século XX, o desenvolvimento agrícola do Rio Grande do Sul avançou para uma intermediação de comércio e de comerciantes que atuavam com a agricultura e a produção e comercialização do gado das grandes estâncias do interior, e posteriormente, com os processos da colonização alemã e italiana, a cidade que se tornou a capital, foi se transformando e desenvolvendo uma economia de subsistência, associada à de produtos manufaturados. Os escravos, em sua maioria negros, vieram do Rio de Janeiro e eram usados como ‘fatores de produção’, semelhantes ao capital, a terra e aos equipamentos e estavam fora do processo socioeconômico, embora estivessem na sua base estrutural (CARDOSO, 1997, p.124).

A colonização européia se faz presente de maneira marcante na origem da população, tanto do Estado, na maioria de seus municípios, como na da capital, com a participação de índios e negros, na sua origem. A população gaúcha se aproxima de 10.200.000 habitantes<sup>37</sup>, e o Estado se destaca em quinto lugar na estrutura nacional.

Segundo Sorj, as conseqüências do processo de tecnificação da indústria causaram aumentos significativos do desemprego, deixando uma massa de trabalhadores manuais com grandes dificuldades de conseguirem recolocação no novo mundo do trabalho, atingindo também as suas famílias:

Nos setores mais pobres da população urbana uma geração que está entrando no mercado de trabalho sem base educacional adequada representa um problema de proporções potencialmente catastróficas, devido à reversão de expectativas. Enquanto para os migrantes do campo a obtenção de um trabalho na cidade, que assegurasse o sustento básico, já significava uma ascensão social, para as novas gerações as expectativas são de integração no meio de consumo urbano.[...] Para essas novas gerações a comparação não é com o passado, mas com o mundo urbano do consumo, o que gera um sentimento de crescente privação relativa, e de frustração. (SORJ, 2000, p.82).

Pode-se afirmar, portanto, que há uma conjunção de elementos constituintes importantes no funcionamento das cidades, que se completam nela mesma, mas que podem superar seus limites territoriais, avançando para regiões próximas e até um pouco mais distantes de seu principal centro urbano, mas formando com outros centros urbanos menores, um conjunto

---

37 Dados do Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul – População. Site da Internet visitado em 23/10/2006 <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=292>

vivo de ambientes e espaços, que ampliam a convivência produtiva dos diferentes grupos sociais, nas chamadas *Regiões Metropolitanas* – RMs.

No Brasil, as primeiras RMs foram criadas durante o regime militar, em 1967, com a perspectiva da manutenção do controle sob a jurisdição do Estado, que marcaram os anos de autoritarismo. Naquele período, as RMs desempenharam o papel de *braço avançado* do governo federal nos territórios mais dinâmicos tanto politicamente quanto economicamente (SOUZA, 2004, p.70). Mesmo assim as mudanças, a partir do desenvolvimento industrial, contribuíram para o crescimento regional e local, de muitas regiões do país, inclusive para a região localizada próxima à capital gaúcha.

### 2.3.1 A Região Metropolitana de Porto Alegre

A *Região Metropolitana de Porto Alegre* foi criada pela *Lei Complementar nº 14/1973*<sup>38</sup> e constituída inicialmente por 14 municípios, mantendo-se até a promulgação da Constituição de 1988 com essa configuração. Segundo dados do IBGE, em 2001 passou a ter 31 municípios<sup>39</sup> com a incorporação de novas unidades e de processos de emancipações e desmembramento de alguns municípios. Sua denominação explica-se pelo fato de se desenvolver no entorno de uma das principais capitais do país, que concentra grande parte da população urbana da região.

O conjunto de municípios que compõem a RM de Porto Alegre reúne uma população estimada em 2006 de 4.101.032 habitantes, representando 36,50% da população do estado, com um percentual de 95,51% de moradores na zona urbana e 4,49% de habitantes na zona rural, localizados numa extensão de 9.800,2 km<sup>2</sup>, isto é, 3,64% da área do estado<sup>40</sup>. Justifica-se sua contextualização nesse trabalho, tendo em vista que se aborda, na seqüência, a localiza-

---

38 A lei Complementar nº 14, foi assinada pela Presidência da República em 8 de junho de 1973, e estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Embora as Regiões Metropolitanas tenham sido criadas durante o regime militar em 1967, oficialmente elas foram regulamentadas com esta lei complementar de 1973.

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp14.htm>

39 A Região Metropolitana de Porto Alegre é composta pelos municípios de Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão. De acordo com Site da Fundação de Economia e Estatística *Siegfried Emanuel Heuser* - acessado em 23/10/2006

[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_estado\\_tabela.php?id=6](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado_tabela.php?id=6)

40 Estimativas contidas no site <http://pt.wikipedia.org/>. No entanto, o Atlas Econômico do Rio Grande do Sul informa que a população total da RM de Porto Alegre em 2000, segundo dados do IBGE, era de 3.718.778 habitantes. A população urbana era de 3.551.662 habitantes e a rural era de 167.106 habitantes.

ção das duas cidades onde atuam os grupos de mulheres estudados na pesquisa – Porto Alegre e Novo Hamburgo – integrantes dessa Região Metropolitana.

Entretanto, para se entender melhor onde se localizam os municípios que interessam neste estudo, é necessário que se contextualize, igualmente, a *Região do Vale do Rio dos Sinos* que abrange os municípios de *Novo Hamburgo, Nova Hartz, Araricá, Sapiranga, Campo Bom, Nova Sta Rita, Sapucaia, Esteio, Dois Irmãos, Ivoti, Estância Velha, Portão, Canoas, e São Leopoldo*, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>41</sup>, como sendo uma outra configuração formal existente, dentro da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Conhecida como uma das principais regiões produtoras de calçados do país<sup>42</sup>, em 2003 apresentava uma população de 1.257.713 habitantes, para uma área total de 1.393,29 km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo está em torno de 4,8%, na região.

A fertilidade das terras que eram banhadas por uma variedade de rios contribuiu para a produção de hortifrutigranjeiros e outros produtos agrícolas de subsistência, logo na chegada dos imigrantes alemães em 1824. No entanto, a produção agrícola foi dando lugar para o aproveitamento do couro de gado bovino na produção de calçados, e outros artefatos derivados do couro, pois os imigrantes que desembarcaram em São Leopoldo, na sua maioria, foram desenvolvendo uma espécie de artesanato que aprimoraram pelas próprias condições oferecidas na região, como está referido no site do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos<sup>43</sup>:

Em 1924, dos 604 moinhos de mandioca em operação no Estado, 441 estavam em colônias alemãs. A predominância é mais forte na indústria do couro, que ainda hoje se mantém como a principal atividade no Vale dos Sinos. Há 66 anos, dos 837 curtumes gaúchos, 700 eram de alemães, enquanto 55% da produção de calçados também se dava em empresas de proprietários germânicos. (2000: Internet).

O Rio dos Sinos - com uma sinuosidade definida - foi fundamental no escoamento da produção, já que atingia vários municípios na época. Como afirma Tramontini (2000), o Rio dos Sinos foi o principal canal de comunicação entre os imigrantes instalados na *Feitoria da Courita*, (mais tarde chamada de São Leopoldo) localizada em suas margens, e a população da capital do Estado, Porto Alegre.

---

41 Censo de 2000 do IBGE.

42 Além da Região do Vale do Rio dos Sinos, e da Região Metropolitana de Porto Alegre, outros pólos têm se destacado no país, há alguns anos. A região produtora próxima ao município paulista de Franca tem se destacado como um grande pólo industrial do setor coureiro-calçadista brasileiro.

43 Informações contidas no site do <http://www.comitesinos.com.br/> acessado em 10/07/2005



O Vale do Rio dos Sinos se tornou conhecido nacionalmente pela produção de calçados e outros artefatos derivados do couro, pelo menos a partir da primeira metade do século XX, com a intensificação da indústria coureiro-calçadista que tem contribuído para o desenvolvimento de diversas cidades na região, com destaque para São Leopoldo e Novo Hamburgo. Isso também tem sido uma referência para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, uma vez que há um volume de capital gerado naquelas localidades que participa do *bolo* econômico-financeiro apresentado pelas indústrias na conjuntura dos municípios e do Estado.

### 2.3.1.1 A metrópole

A capital gaúcha, Porto Alegre, cresceu como o restante do país. O que antes era um pólo de escoamento da produção agrícola do Estado, no final dos anos 1950 e em toda a década de 1960, modificou-se com o inchaço populacional, e nas décadas posteriores expandiu-se em sua periferia, gerando uma região metropolitana cheia de indústrias e conglomerados empresariais dos mais potentes do país. Economicamente algumas localidades se desenvolveram, e outras se transformaram em cidades-dormitórios, com rendas *per capita* bem díspares.

Embora haja uma demarcação territorial de fronteiras entre os municípios, onde também se localizam vários conglomerados industriais, das áreas da metalurgia, da informática, da produção e engarrafamento de bebidas, dos calçados, dos alimentos, da montagem de automóveis e seus componentes metal-mecânicos, suas populações que estão na região metropolitana, acabam circulando por diversos deles mais próximos ou mais distantes, tendo em vista seus locais de trabalho ou de moradia.

De outra forma, a vivência de grande parte da população está localizada nessa região metropolitana, com seus parentes, muitas vezes morando nas cidades vizinhas, o que acaba produzindo uma trama intrincada de relações familiares e de amizade, que movimenta os sistemas sociais e de produção, criando zonas de fluxos intermitentes de comunicação e informação entre a população, moradora na capital e nos municípios vizinhos.

A configuração geográfica de Porto Alegre apresenta uma extensão de 496,827 km<sup>2</sup> com uma população que se aproxima de 1.400.000 habitantes<sup>44</sup> distribuída em 78 bairros. Tem sofrido transformações semelhantes aos grandes centros globais, como a maior intensificação na construção de *arranha-céus*, a criação de diversos pontos comerciais e centros profissio-

---

44 Censo demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta a população de Porto Alegre num total de 1.360.590 habitantes. Site da Prefeitura de Porto Alegre: [www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br)

nais, em bairros diferentes, e a presença invariável de *shopping centers*. De acordo com informações da *Associação Brasileira de Shopping Centers*<sup>45</sup> o Rio Grande do Sul tem 21 *shoppings* sendo que Porto Alegre abriga 15 deles<sup>46</sup>.

Na cidade de Porto Alegre os avanços da participação pública da população, em seu contexto social, têm um componente histórico de ação política, marcante. Na vida das mulheres os reflexos são diferenciados e, pode-se afirmar: especialmente nos últimos 30 anos, em que as intervenções feitas pela mídia, principalmente pela televisão e pelo rádio, contribuíram de maneira importante na formação da opinião pública das donas-de-casa e trabalhadoras domésticas. De acordo com as observações feitas pelos setores de rádio-escuta da prefeitura de Porto Alegre<sup>47</sup> e do governo estadual<sup>48</sup>, que recebiam programações direcionadas, nos horários da manhã, a audiência de emissoras populares era essencialmente feminina. Essas novas configurações urbanas do tecido social influenciaram na formação de uma cultura que está registrada na história de vida das mulheres aqui observadas.

Com a organização na cidade do Orçamento Participativo, por 16 anos sob a administração da Frente Popular, a população foi se acostumando a se fazer presente nas assembléias públicas e reuniões que discutiam as prioridades para a melhoria das condições de vida. Houve momentos de embate entre os grupos de moradores das 16 regiões que levavam suas reivindicações e disputavam, literalmente, nas discussões, as verbas disponíveis pelo governo. Ao longo da história dos últimos 18 anos a população de Porto Alegre aprendeu a conviver com um lado que enfrentava permanentemente a diferença entre os que tinham maior e menor poder aquisitivo.

Alguns serviços públicos foram ganhando prioridade com a fórmula do Orçamento Participativo, que rendeu momentos de organização popular, principalmente, com um aumento significativo da participação feminina nas discussões. Segundo informações da *ong CIDADE* – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos<sup>49</sup>, em pesquisa realizada em 2003 entre os participantes do Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre, na proporção de 15 mu-

---

45 A ABRASCE foi fundada em 1976 e reúne dados e informações sobre a indústria dos *shoppings centers* do país. As informações do site [www.abrasce.com.br](http://www.abrasce.com.br) de agosto de 2005 dão conta 27.394 empregos nos referidos centros comerciais, em operação no Rio Grande do Sul.

46 Informações do Site [www2.uol.com.br/guiapoa/servicos/shoppings.html](http://www2.uol.com.br/guiapoa/servicos/shoppings.html). acessado em 08/10/2006

47 Informações da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre (2000) – Dissertação de Mestrado Unisinos, Neusa Ribeiro, 2000.

48 *Ibidem* (2000)

49 A *ong CIDADE* acompanha desde 1987 o desenvolvimento urbano de Porto Alegre procurando estar desvinculada de ações partidárias, observando relações e procedimentos adotados pela população em função das diferentes administrações públicas que assumem o governo municipal. Sua fundação ocorreu em 1988 e desde lá vem realizando pesquisas de comportamento em relação ao modelo de discussão do orçamento, implantado na capital a partir de 1987, e no governo estadual a partir de 1999. site da Internet [www.ongcidade.org.br](http://www.ongcidade.org.br)

lheres para 31 homens, observou-se que há maioria da presença delas nas plenárias do OP, o que não se reflete na constituição do Conselho, que conta na sua maioria, com homens. No entanto, foram as mulheres que se organizaram em reuniões nas suas vilas e comunidades para ampliar a participação nas assembléias públicas tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades do Estado, discutindo entre esses grupos as prioridades como educação e melhorias no funcionamento das escolas públicas, saúde e atendimento nos postos em regiões que não recebiam esse atendimento, pavimentação de estradas para escoamento da produção e saneamento público<sup>50</sup>.

A população da cidade foi se compondo de maneira miscigenada, e se localizando, em diferentes regiões, tanto que atualmente, além dos 78 bairros organizados, há novas regiões sendo ocupadas em sua maioria, nas periferias.

Em contraste a uma realidade que apresenta sérias desigualdades socioeconômicas e de infra-estrutura para sua população, a situação de metrópole foi consolidada com a história da cidade, mas também com a visibilidade adquirida internacionalmente pela realização de três edições do Fórum Social Mundial, de 2001 a 2003. Porto Alegre está hoje inserida entre as capitais do mundo, que discutem aspectos relacionados às melhorias das condições de vida, observando as oito metas do milênio<sup>51</sup>, definidas pela Organização das Nações Unidas, ONU.

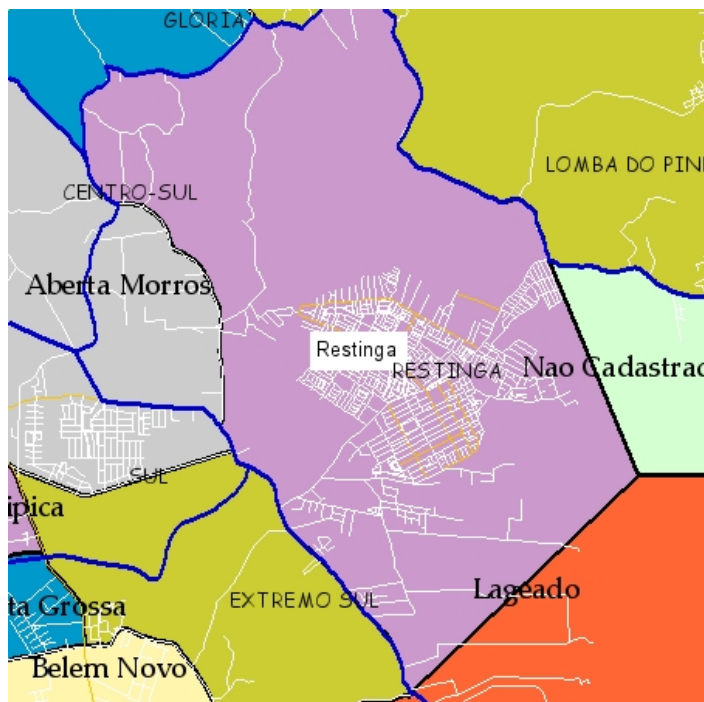
#### **2.3.1.1.1 O Bairro Restinga**

O bairro *Restinga* de Porto Alegre, que abriga um dos grupos de mulheres trabalhadoras observados nesta pesquisa, cresceu igualmente em extensão de área e em volume de população como muitas outras regiões da cidade, num progressivo aumento resultante do processo de desenvolvimento empreendido pelo poder público, fundamentalmente.

---

50 Informações contidas em dissertação de mestrado de 2000, Unisinos, Neusa Ribeiro.

51 Segundo a ONU os países devem trabalhar para alcançar os objetivos: 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 - Atingir o ensino básico universal; 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.



Localização do bairro Restinga em Porto Alegre

(fonte: [www. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=67 &psecao=43](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=67&psecao=43))

O espaço, que recebeu o nome de batismo - *Restinga*<sup>52</sup> - foi se tornando bairro a partir da junção das antigas vilas *Teodora*, *Marítimos*, *Ilhota* e *Santa Luzia*, que se localizavam em regiões geográficas consideradas importantes na cidade e vieram a se tornar, anos mais tarde, bairros de classe média. Essas vilas foram removidas para o Sul da cidade, em 1967, e inicialmente formaram a área conhecida como *Restinga Velha*.

A administração municipal da época decidiu pela ocupação da região alagadiça por águas de rios ou igarapés próximos, cobertos por uma vegetação própria, de 38,56 km<sup>2</sup>, a uma distância de 28,4 km do centro da cidade<sup>53</sup>, depois de torná-la habitável, por assim considerar a necessidade de expansão da capital, e, de outra forma, localizar aquela população, que já era de baixa renda, em áreas nem tão ‘nobres’, como as que a abrigava até então.

Em 1971, o Departamento Municipal de Habitação implantou um outro grande loteamento na área, que recebeu a denominação de Restinga Nova. Este novo empreendimento contava com infra-estrutura, praças, pavimentação e equipamentos co-

52 O bairro Restinga está localizado na zona Sul de Porto Alegre, e faz fronteira com as regiões Lomba do Pinheiro, Glória, Centro-Sul, Sul e Extremo-Sul, e se constitui de 13 vilas – Bitá, Castelo, Coema, Coobom, Pedroso, Pitinga, Vale do Salso, Flor da Restinga, Chácara do Banco, Hípica, Restinga Nova, Restinga Velha e 5ª Unidade.

53 De acordo com o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre, organizado pela prefeitura municipal de Porto Alegre, que se baseou na divisão da cidade em 16 regiões, concebida no Fórum do Orçamento Participativo. Gabinete do Prefeito, Secretaria de Planejamento Municipal, 2004.

munitários, e era formado por cinco unidades vicinais, mas somente quatro delas foram concluídas. (PREF. DE PORTO ALEGRE, 2005, Internet).

Em 1990 o bairro foi reconhecido, por decreto municipal, inclusive como Distrito Industrial e se constituiu também em uma das regiões do Orçamento Participativo local, com o nome genérico de *Restinga*.

O bairro não tem nenhuma grande indústria, apesar de ter um distrito industrial, mas possui comércio e uma infra-estrutura de serviços diversos, além de escolas estaduais e municipais, delegacias de polícia, representação da *Secretaria da Justiça e da Segurança* através do *Foro da Restinga*, postos de saúde e duas escolas de samba – a *Estado Maior da Restinga*, que, inclusive abrigou a realização das reuniões do grupo de mulheres do projeto *A voz das Mulheres Negras do Gueto Pra Fora*, (matérias para o Boletim no ANEXO 3) – e a *União da Tinga*<sup>54</sup>.

No mínimo três linhas de ônibus servem à população do bairro, numa viagem que, dependendo do trajeto, dura mais de hora-e-meia saindo-se do centro de Porto Alegre. Na medida em que se avança em direção ao bairro, a cidade vai alterando seu traçado e a concentração de edifícios mais altos, característicos de alguns outros bairros de classe média, vai se modificando para um casario mais espreado, com casas simples e organizado de acordo com o poder socioeconômico dos moradores do local.



Estrada João Antonio da Silveira, Praça da Esplanada, Bairro Restinga.  
Foto: Cristine Rochol Arquivo PMPA  
(outras fotos no ANEXO 10)

---

54 Grupos que se organizaram para participar do carnaval de Porto Alegre e de festas promovidas na comunidade, com a referência cultural dos seus moradores. Disputam as premiações dos desfiles carnavalescos entre as principais escolas de samba de Porto Alegre.

Há um Centro Administrativo Regional que representa os órgãos vinculados à Prefeitura de Porto Alegre, e três centros culturais, inclusive o *Centro Comunitário da Restinga*. Os moradores já puderam contar com a operação da rádio comunitária da Restinga – que desde 1998 aguardava a aprovação do requerimento de licença para que a emissora pudesse ser reconhecida junto ao Ministério das Comunicações, mas foi fechada em 2004, pela Polícia Federal, como já aconteceu com outras emissoras comunitárias na capital e em outras cidades gaúchas e demais Estados brasileiros.

O bairro *Restinga* é um dos mais populosos da capital gaúcha: o último Censo de 2000<sup>55</sup> apontou o número de 50.020 habitantes, embora haja discordância de alguns organismos como o Centro Comunitário que informa sobre a moradia, no local, de mais de 100 mil pessoas. Ainda, de acordo com o Censo, vale destacar que do total, 26 mil e 12 são mulheres e 24 mil e 8 são homens. Sua composição étnica encerra a miscigenação das três matrizes que estão presentes na constituição da figura do gaúcho – os índios, os negros e os europeus (espanhóis, portugueses, italianos e alemães) – embora os levantamentos feitos nos dois últimos dois censos demográficos apontem para uma maioria de mais de 80% da população da capital ser constituída de indivíduos brancos.

Ao se caminhar pelas ruas do bairro, observa-se um mapa regular de ruas urbanizadas em alguns setores. Em outros, falta calçamento e organização de esgotos pluviais, por exemplo. As mulheres que moram naquela região conhecem os seus traçados – marcados no seu dia-a-dia pelo trato com a vizinhança e a realidade vivenciada lá. Para elas, as relações que vão estabelecendo diariamente com as outras pessoas na ida à escola para levar e buscar os filhos, ou no deslocamento para o trabalho, ou ainda nas atividades de lazer de fim-de-semana, fazem parte dessas rotinas que vão vivenciando, ao longo de suas histórias. A sua negritude vai fazendo parte dessa rotina, com suas culturas próprias, jeitos e olhares de vivenciar o mundo, tratando de um crescimento como cidadãs que se apresenta na vida como outras cidadãs brasileiras, que vivem situações como as delas, de baixo poder aquisitivo.

De acordo com o documento *Retrato das Desigualdades de Gênero, Raça*, realizado pelo Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM<sup>56</sup>, e a Diretoria de Estudos Sociais - IPEA<sup>57</sup>, publicado em 2006, a região Sul apresenta os percentuais de 82% de indivíduos brancos e 17% de indivíduos negros. Este documento também indica que “da população negra,

55 Censo demográfico realizado pelo IBGE.

56 Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

57 Documento *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Programa Igualdade de Gênero e Raça* – UNIFEM, e a Diretoria de Estudos Sociais – IPEA – publicado em 2006.

aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira”.

No que diz respeito à localização de dados sobre as condições de vida das mulheres em Porto Alegre, os mesmos são escassos. No entanto, segundo publicação de 2004 da Prefeitura de Porto Alegre, há um destaque para as diferenças de longevidade entre mulheres brancas e mulheres negras:

De modo geral, as mulheres negras apresentam índice de envelhecimento menor do que as mulheres brancas, excetuando-se aquelas que habitam as regiões 4-Lomba do Pinheiro, 6-Nordeste e 8-Restinga, onde há poucas diferenças entre os dois grupos étnicos. Estas regiões são mais homogêneas no padrão socioeconômico, caracterizando-se por concentrarem camadas de baixa renda, o que explica a ‘igualdade na adversidade’ que apresentam e a menor longevidade das mulheres dos dois grupos étnicos em estudo.[...] No conjunto da cidade, refletindo as significativas diferenças existentes entre mulheres brancas e mulheres negras nas regiões, há 74 mulheres brancas idosas para 100 jovens, ao passo que entre as mulheres negras tem-se 35 idosas para cada grupo de 100 crianças e adolescentes do sexo feminino. (MELLO e SANTOS, 2004, p.51).

Na *Restinga*, de acordo com o mapa da distribuição da população negra nas regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre, cerca de 7,5% de moradores são afro-descendentes, colocando a região em sexto lugar. A região do Partenon é a de mais alto índice – 13,2%, seguida das regiões Leste – 12,6%; Cruzeiro – 8,5%; Eixo Baltazar – 8,2%; Centro-Sul – 7,7%; Restinga – 7,5%; Lomba do Pinheiro – 7,1%; Norte - 6,8%; Centro – 6,5%; Glória – 4,7%; Nordeste – 3,8%; Noroeste – 3,4%; Sul – 3,3%; Humaitá – 3,1%; Cristal – 2,0%; Extremo-Sul – 1,4%<sup>58</sup>.

Pode-se vincular a pobreza às desigualdades étnicas, que se apresentam na população das cidades e neste caso, em especial, nos bairros de Porto Alegre como uma das desigualdades importantes presentes, pela imposição do sistema econômico vigente, onde o custo da mão-de-obra se diferencia entre negros e brancos. Tem sido assim ao longo da história do Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros, especificamente a partir da escravidão, onde os negros e índios eram considerados como seres *sub-humanos* na visão dos *senhores de estância*, como se aborda em capítulo adiante.

É da origem histórica nacional que as cidades brasileiras, de maneira geral, vão constituindo os seus nichos de pobreza nas suas zonas periféricas, contando aí com a participação de boa parcela da população negra e branca que vive com menos de US\$ 1 (um dólar) por dia,

---

58 Dados contidos na publicação ‘Eu assumo minha negritude’, 2004, p.18, Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, Núcleo de Políticas para o Povo Negro, Prefeitura de Porto Alegre.

nos casos de *pobreza extrema* ou *indigência*, de acordo com definição do Banco Mundial. Ou, ainda, de outra forma, é nas periferias das cidades brasileiras que se concentram as famílias de trabalhadores de baixo poder aquisitivo que ganham em média, um salário-mínimo por mês, para sua manutenção e de sua família.

No caso específico de Porto Alegre, destaca-se que na década de 1990, a cidade obteve reconhecimento nacional pelo bom índice de qualidade de vida alcançado diante de sua preservação ambiental e quanto aos ‘relativamente’ melhores indicadores sociais, diante de outras metrópoles brasileiras. Valorização essa concebida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. No entanto, os índices posteriores levantados pelos organismos oficiais que verificam as condições de vida da população denotam uma acentuação dos índices de pobreza, fator que tem se vinculado aos processos de discriminação racial persistentes ainda na estrutura social e à situação econômica da conjuntura atual.

De acordo com o *Mapa da Inclusão e Exclusão Social* de Porto Alegre, publicado em 2004, pela Prefeitura de Porto Alegre, a região da *Restinga*, do Orçamento Participativo, alcançou com outras quatro regiões, a categoria de *muito baixo* Índice de Condição de Vida - ICV<sup>59</sup>. No que se refere ao Índice de Vulnerabilidade Social – IVS<sup>60</sup>, a mesma região está entre as que alcançaram índice *muito alto*. Os dados levantados indicam que a *Restinga* ocupa o terceiro lugar com 53,35% de famílias pobres. O estudo aponta que “vulnerabilidade social se traduz por presença de obstáculos para o pleno e sadio desenvolvimento das crianças, baixo nível educacional, alto índice de mortalidade infantil, alto índice de violência, irregularidade fundiária e de moradias em locais de risco e sem infra-estrutura (2004, p.43)”. Situações essas vivenciadas muito fortemente pelas mulheres que representam a fonte de manutenção para muitas famílias, que estão diretamente vinculadas aos filhos e aos demais parentes, muitas vezes, sem emprego e tentando achar meios para gerar renda.

Ao se pensar sobre o exercício da tríplice jornada de trabalho assumido pelas mulheres, na história da construção do país, não se pode deixar de pensar no quanto as transformações ocorridas na sociedade, nos planos econômico, político e social atingiram o processo de construção de novas possibilidades de desempenho delas, no que se trata de vida pública e privada. A reengenharia de alguns setores, e mais, a reengenharia do tempo com o uso de tec-

---

59 Medida de aferição que observa renda dos responsáveis pelos domicílios, grau de instrução, taxas de mortalidade infantil e de concentração de idosos. As outras regiões que tiveram ICV muito baixo são Lomba do Pinheiro, Nordeste, Glória e Extremo Sul.

60 Medida de aferição para aprofundar a análise das condições de vida das 16 regiões do Orçamento Participativo. A pior situação é da região Nordeste, com 67,29%, depois vêm as regiões da Lomba do Pinheiro com 54,2%, da Glória com 45,53% e da Cruzeiro com 42,84%.



nologias mais avançadas, têm interferido na organização das populações locais, promovendo e estimulando a abertura para novos conhecimentos através dos meios de comunicação. E por consequência, interferido no cotidiano das famílias e nas rotinas de vida de homens e mulheres. Para Oliveira (2003, p.20) “parece banal ver-se, hoje, homens e mulheres lado-a-lado no espaço público. Mas a rapidez com que tamanha mudança ocorreu não diminui em nada o alcance desse acontecimento”.

No bairro *Restinga* e em outros, de Porto Alegre e sua região metropolitana, por exemplo, as mulheres aprenderam a participar da vida pública mais efetivamente, até pelas necessidades que tinham de se fazer presentes nas questões relacionadas aos filhos. A educação é um fator que as mobiliza na medida em que necessitam acompanhar como vai o rendimento dos filhos nas escolas públicas, assim como também são interessadas em saber as condições de ensino que lhes são oferecidas.

Outras questões, como a defesa dos direitos femininos nas relações de casamento é tratada por muitas mulheres, com conhecimento e sabedoria adquiridos através de cursos de formação sobre o tema, por algumas *organizações não-governamentais* como a THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero - fundada no Rio Grande do Sul em 1993, por exemplo. Essa é uma das fontes de informação das mulheres que vão percebendo a necessidade de aprender e compartilhar o aprendizado nas suas relações sociais. Assim foi com as mulheres moradoras da Restinga, referidas neste trabalho, que se aproximaram inicialmente da Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN - para participarem do projeto de divulgação de informações sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Na medida em que foram observando a importância de seu trabalho, em relação à transmissão das informações para outras mulheres suas vizinhas e outras moradoras do bairro, de casa em casa, entenderam que está no poder das palavras a compreensão do sentido para melhorar a vida. Assim, também, elas ficaram atentas ao segundo projeto desenvolvido pela ACMUN, que propunha um aprendizado crítico para os conteúdos repassados pela mídia, o projeto *A voz das Mulheres Negras do Gueto Pra Fora*, coordenado pela jornalista e, na época, assessora de imprensa, Isabel Clavelin.

Mas é importante ressaltar que as relações tramadas pelas mulheres do bairro Restinga, de Porto Alegre, nas *redes informais de comunicação com suas mediações*, serão abordadas juntamente com as mulheres do Bairro Boa Saúde, localizado na cidade de Novo Hamburgo, em capítulo que abordará especialmente esse assunto.

### 2.3.1.2 Novo Hamburgo – a Capital Nacional do Calçado

A história da cidade de Novo Hamburgo também inicia em 1824, embora os primeiros casais de imigrantes alemães tenham desembarcado às margens do Rio dos Sinos, onde se localiza hoje a cidade de São Leopoldo. Já os imigrantes italianos desembarcaram em 1875. No entanto, o seu referencial de emancipação está na data de 05 de abril de 1927. O primeiro núcleo urbano ocorreu na localidade de Hamburgo Velho, por onde passavam tropas de charqueadores e onde também se formou um pequeno centro comercial. Hoje, é considerado o bairro histórico do município.

No bairro de Lomba Grande foi crescendo uma vasta área rural, mantida até hoje. O Rio dos Sinos deixa de ser o caminho de transporte da produção, a partir da implantação da linha de trem, em 1869. A importância do rio permanece, mas a instalação da estrada de ferro propiciou o desenvolvimento de outros núcleos de moradores, que também foram implementando a produção de artefatos de couro, já que era intenso na região o comércio desses produtos. O artesanato inicialmente desenvolvido deu lugar às pequenas indústrias de artigos para montaria, couro e calçados que foram responsáveis pela expansão do setor coureiro-calçadista, agregando-lhe curtumes, metalúrgicas, indústrias de produtos químicos e componentes eletrônicos. A partir de 1934 a ligação rodoviária com Porto Alegre acelera o desenvolvimento com o uso de caminhões no transporte da produção.

A população de Novo Hamburgo, estimada em 2006 em 258.754 habitantes<sup>61</sup>, conta hoje com um parque industrial e uma produção de derivados de couro dos mais importantes do país, localizados numa área de 223,606 km<sup>2</sup>. A circulação da população às outras cidades mais próximas do Vale dos Sinos, pode ser feita através de um sistema de linhas de ônibus, que faz conexões também com as cidades mais distantes da região Metropolitana, como Porto Alegre, em 40 quilômetros. Novo Hamburgo se tornou a *Capital Nacional do Calçado* por ter atingido índices recordes de produção e vendas do principal produto da região, a partir da década de 1960.

Desde o início da colonização alemã, no século XIX, a cidade se desenvolveu em torno da produção de couros e seus derivados, apropriados ao consumo. Antigamente, as *travessias de comunicação* eram as próprias travessias de transporte para o escoamento da produção

---

61 Informações de acordo com Censo de 2000 do IBGE – contidas no site do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – e site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Novo\\_Hamburgo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Hamburgo)<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=298> [www.comitesinos.com.br](http://www.comitesinos.com.br)

– estradas, rios, etc. – com seus procedimentos interlocutórios como a transmissão de uma notícia que chegava *a cavalo* ou através das ondas curtas do rádio. Aliás, para os alemães e descendentes de alemães que se instalaram na região do Vale do Rio dos Sinos era proibida a escuta do rádio por volta de 1945, durante a ditadura de Vargas e enquanto durou a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a carga de informações transmitidas por emissoras internacionais sobre a ação de Hitler na Europa.

Contam hoje os descendentes de mais idade<sup>62</sup>, que na época o rádio era o principal veículo de comunicação que os mantinham informados, apesar de ouvirem na clandestinidade – porque era proibido – além do repasse de *recados escritos* entre as famílias, que tinham maior interesse naquelas informações.

Ao se buscar as referências históricas sobre a imprensa local e os *processos midiáticos* instaurados na região, localiza-se no artigo de Bragança e Ribeiro (2004)<sup>63</sup>, sobre a história da imprensa do Vale do Rio dos Sinos, o seguinte:

Os estudos sobre os primórdios da imprensa e do jornalismo na região do Vale do Rio dos Sinos são escassos, em especial quanto à cidade de Novo Hamburgo, encontrando-se dados dispersos sobre a intervenção dos jornalistas na sociedade local. O surgimento da imprensa acompanha o processo de emancipação do município, que comemora 77 anos no próximo dia 5 de abril, sendo assim bastante recente. Até o ano de 1927, a localidade era distrito de São Leopoldo. É considerado o primeiro jornal do município o semanário O 5 de Abril que começou a circular em 6 de maio de 1927, cuja publicação foi encerrada em 1962. (BRAGANÇA e RIBEIRO, 2004, p.2)

Os avanços tecnológicos que partiram das invenções da prensa, do telégrafo, do telefone, da fotografia, do cinema, dos correios, da radiodifusão – alguns deles ainda na segunda metade do século XIX - para se chegar na televisão, no vídeo, e nos computadores de última geração até a globalização via Internet dos dias atuais, podem ser considerados elementos integrantes de conjunturas sociais vigentes, em diferentes classes sociais. Sem dúvida nenhuma, os meios de comunicação de massa – o jornal - e o rádio e a televisão com suas programações abertas – por exemplo, têm sido os de maior presença nas classes consideradas de menor poder aquisitivo.

---

62 Relato feito ao estudante Moacir Fritzen do Curso de Comunicação da Feevale, por ocasião de realização de trabalho de aula, orientado por esta pesquisadora.

63 Artigo elaborado com a colaboração desta pesquisadora, apresentado no GT História do Jornalismo, no 2º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho realizado em abril de 2004, em Florianópolis, SC.

Se, por um lado, o desenvolvimento industrial a partir dos anos 60, assumiu proporções econômicas importantes a ponto de tornar Novo Hamburgo visível nacionalmente, de outro, tem gerado processos desenfreados de rebaixamento da produção no setor coureiro-calçadista, o que tem provocado variações sazonais no nível de emprego e desemprego no setor. Assim, nos últimos cinco anos se intensificou o surgimento de pequenas empresas e prestadores de serviços terceirizados, considerando-se o avanço do trabalho informal na região, provocado, inclusive, pelas mudanças econômicas internas do país, conjugadas com as alterações do câmbio de moedas como o dólar nas negociações internacionais. Essas alterações têm causado redução na exportação de produtos como calçados e bolsas e outros derivados do couro, ao mesmo tempo em que se dificultam a importação de produtos químicos e outros acessórios, que têm seus preços aumentados, também.

De outra forma, a abertura do mercado interno para a entrada de produtos importados como os que são fabricados na China têm provocado alterações significativas na configuração do parque industrial da região do Vale dos Sinos, como informa a Associação Brasileira da Indústria do Calçado<sup>64</sup>. Embora em 2005 as exportações brasileiras de calçados tivessem atingido a cifra de 1 bilhão e 880 milhões de dólares, sendo este faturamento considerado o maior desde 1993, o setor diminuiu o volume exportado em relação a 2004, em 11%. Foram 189 milhões de pares contra 212 milhões em 2004.

No Rio Grande do Sul cerca de 60 fábricas foram fechadas em 2005, incluindo-se a principal da Indústria de Calçados Azaléia, em São Sebastião do Caí, com 800 funcionários.

Os motivos acima citados foram elementos constatados diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da região do Vale do Rio dos Sinos, nos últimos anos, e em especial dos que ficaram desempregados e procuraram o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Calçados de Novo Hamburgo, que tem incentivado a organização de associações e cooperativas, como foi o caso da *CooperUnião*, estudada nesta pesquisa, formada só por mulheres. Até setembro de 2006 haviam sido demitidos, a partir de 2001, 19.904 trabalhadores com mais de um ano de trabalho, que passaram pelo sindicato.

---

64 Informações contidas no site [www.leather.com](http://www.leather.com) publicação especializada na Internet sobre o setor coureiro-calçadista, do Grupo Editorial Sinos.

### 2.3.1.2.1 O Bairro Boa Saúde

Por não ver suas reivindicações atendidas pela prefeitura de São Leopoldo, cidade a qual o bairro Boa Saúde pertencia originariamente, a população se organizou e, através de uma forte campanha, no início da década de 90, sobretudo a partir de 1992, inclusive com a participação intensa do Grupo Editorial Sinos, através do *Jornal NH*, conquistou a sua anexação a Novo Hamburgo em 1995, através de um plebiscito. Os serviços públicos eram precários e a distância do Centro era um empecilho para o acesso dos moradores. A distância aproximada até o Centro de Novo Hamburgo é de cinco quilômetros, e ao Centro de São Leopoldo a distância é de mais de 15 quilômetros.

Hoje são cerca de oito mil habitantes<sup>65</sup>, com moradias próprias, que se localizaram em lotes regulares urbanizados e em áreas de ocupação, sem regularização fundiária, adquiridos a preços bem inferiores aos do mercado imobiliário. E, mesmo que, em sua grande maioria, sejam de origem alemã oriundos de outros municípios gaúchos, há uma miscigenação considerável. Embora a situação de ‘exclusão’ seja um dado peculiar do local, o bairro Boa Saúde é representativo na organização de seus moradores que têm sofrido as sucessivas crises econômico-financeiras do setor coureiro-calçadista, mesmo sendo distante dos grandes eixos de movimentação de comércio e dos locais de produção da cidade. A falta de políticas públicas para questões de saneamento básico, de lazer e de segurança contribui para a facilitação do tráfico e o consumo de drogas, bastante elevado, propiciando também, em alguns momentos altos índices de violência, como afirmam os moradores da região.

O bairro Boa Saúde faz fronteira com o loteamento Jardim Liberato, e os bairros Primavera, Petrópolis e Rincão. E também com o município de Estância Velha, onde muitos moradores de classe média baixa trabalham na indústria calçadista e de outros derivados de couro, e vivem momentos de lazer<sup>66</sup>.

Há em funcionamento um posto de saúde, dois colégios municipais e um estadual, duas associações de moradores que desenvolvem atividades de organização, reivindicação, cultura e de assistência aos moradores. A maioria dos moradores é de católicos com a frequência

---

65 De acordo com informações transmitidas pelo gabinete do vereador de Novo Hamburgo, Ralfe Cardoso.

66 Informações obtidas através do gabinete do vereador Ralfe Cardoso, de Novo Hamburgo, com a colaboração do estudante de jornalismo Felipe Oliveira.

a duas igrejas localizadas no bairro, no entanto, as religiões neopentecostais<sup>67</sup> têm se proliferado na região. O comércio local é relevante, com vários estabelecimentos mantidos pelos próprios moradores.

Ao se trafegar pelo bairro em uma das duas linhas de ônibus que circulam por ali, pode-se pensar numa região intermediária entre a zona urbana e a zona rural da cidade.

Configurações essas presentes num mapa conhecido das mulheres trabalhadoras da *CooperUnião* observadas neste estudo, acostumadas a transitá-lo em diferentes sentidos há algum tempo com essa realidade, caminhando por suas ruas até chegar na sede da Cooperativa que funciona na Rua do Bosque.

A *CooperUnião* (Estatuto ANEXO 4), fundada em 2003 e, organizada inicialmente com o apoio da Escola de Trabalhadores 8 de Março<sup>68</sup>, conta com a mão-de-obra de dez trabalhadoras, atualmente. Como houve interesse das mulheres na organização de um atelier de prestação de serviços no bairro Boa Saúde, local onde a maioria delas reside, a direção da Escola 8 de Março apresentou um projeto de geração de trabalho e renda, em maio de 2004, para a Petrobrás, no sentido de buscar apoio financeiro para a reestruturação do espaço adquirido especialmente para o seu funcionamento. Contaram, também, com o apoio da Associação de Moradores local, e o próprio Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, entre outras entidades da sociedade civil organizada. Um dos argumentos apresentados no projeto encaminhado a Petrobrás, pela Escola 8 de Março foi a necessidade de capacitação técnica produtiva e gerencial das associadas da cooperativa. Segundo o documento (2004) *as condições para a viabilidade econômica são absolutamente reais, tendo em vista as condições de oferta para o Terceiro Setor, que deve contribuir para o desenvolvimento e o progresso para a comunidade.*

O projeto continha, também, como objetivo, um exercício permanente de aprendizado, que se oportuniza não só pela prática diária exercida, mas pela constituição de parcerias, que oferecem a possibilidade desse aprendizado, sob a perspectiva da economia solidária. No entanto, nos últimos três anos tem havido dificuldades da coordenação geral da cooperativa em arregimentar mão-de-obra feminina para desenvolver uma proposta de geração de renda, que realmente as estimule a tomar conta de seu negócio, fato esse considerado complexo no processo de consolidação da cooperativa.

---

67 Idem, *ibidem*.

68 Informações contidas no projeto de geração de trabalho e renda enviado pela Escola 8 de Março, para a Petrobrás, em maio de 2004.

A sede própria guarda equipamentos como 12 máquinas de costura, bancadas e instrumentos de auxílio no corte e colagem do material, adquiridos através das verbas do projeto, para que elas realizem tarefas na costura e preparação da colagem de calçados – sapatos e botas, bem como de bolsas – a partir de contratos firmados com indústrias calçadistas que busquem a *terceirização* da mão-de-obra especializada, em particular aquela desempenhada pelas mulheres. Também as cooperativadas contam com salas para realização de reuniões e cursos, além de um espaço próprio para uma creche, que possa atender aos seus filhos menores.



Fachada da Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde, Rua do Bosque 1.200.  
Foto: N.Ribeiro  
(outras fotos no ANEXO 10)

Embora o processo de reestruturação atual da *CooperUnião* seja um tanto lento para a apropriação do conteúdo do estatuto da cooperativa e o entendimento de que ele deve ser adaptado para o grupo que ora se organiza, há um sensível entendimento das mulheres que é necessária essa apropriação e domínio dos saberes, que vêm sendo repassados pelos dirigentes e *oficineiros*<sup>69</sup> contratados para a reorganização daquele ambiente produtivo. Percebeu-se, durante o período de observação desta pesquisadora - entre março de 2005 e dezembro de

---

<sup>69</sup> Termo popular utilizado para identificar pessoas que orientam em cursos curtos chamados de *oficinas*, normalmente em casos de formação profissional.

2006 - que havia um controle direto da direção da Escola 8 de Março, sobre as ações empreendidas pelas mulheres, uma vez que ainda lhes faltava formação para que assumissem a administração direta da Cooperativa. Nesse sentido, e por ter sido um projeto iniciado pela Escola 8 de Março que, inclusive conquistou verbas para a sua realização, de empresas como a Petrobrás, a Cooperativa não se consolidou da forma prevista inicialmente. Esse assunto está diretamente vinculado à vida das mulheres que executam jornadas triplas, presentes nos processos comunicacionais que constituem *as redes informais de comunicação*, como as trabalhadoras do bairro Restinga de Porto Alegre. Esses são elementos que constituem também as *mediações* realizadas pelas sócias e fundadoras e de outras trabalhadoras da *CooperUnião*, que aparecem nas entrevistas realizadas com elas, e são comentadas adiante.

Na seqüência, destaca-se as *mediações de gênero, de etnia, de trabalho e de família*, cujos aspectos subjetivos estão presentes na formulação dos saberes e das trocas de saberes entre os sujeitos do presente estudo.



### 3. MEDIAÇÕES CULTURAIS

Como já se viu no capítulo anterior, a cidade vivencia sua realidade a partir da consciência de sua população e dos conteúdos que vão se formulando ao longo da história, com todos os seus componentes. No caso dos grupos pesquisados neste trabalho, o que se pressupõe é a realização de ações comunicacionais geradoras de novas possibilidades de trocas de experiências, táticas e estratégias para a formulação das *mediações*.

*Mediações* essas que ocorrem nas brechas das relações sociais e dos *processos midiáticos*, que intervêm na construção coletiva das comunidades. São componentes das tramas constituídas na realidade, aqui identificadas como *redes informais de comunicação*, atingidas pela intervenção de diferentes processos culturais, em que os modos de produção e de desenvolvimento são referências para a construção de identidades individuais e coletivas, sob o refino da comunicação, onde o papel feminino é fundamental. Esta é a proposta em discussão: as *redes informais de comunicação* são elementos que se constituem, num processo de *mediação* do olhar feminino para o conhecimento adquirido.

Ao se tentar elaborar um pensamento sobre o discurso organizado pelas mulheres e, em especial, das mulheres observadas neste trabalho, se estabelece uma conexão com os elementos tratados anteriormente na formulação dos conteúdos de conhecimento delas, que perpassam questões de *gênero, trabalho, etnia e família*. Esses assuntos, selecionados como *mediações* de organização desta autora, estão relativamente presentes nos diferentes contextos analisados. Igualmente, na referência de outros elementos constitutivos do substrato da pesquisa tomam-se como referência os conceitos de *mediação, de midiatização e de redes informais de comunicação*, baseando-se nas relações intersubjetivas e nas subjetividades dos discursos expressos das mulheres observadas.

Os saberes das mulheres que se mesclam a partir de diferentes fontes do conhecimento, com necessidades vivenciadas vão gestando novas brechas de atuação no tecido social, influenciando, inclusive outros sujeitos dos coletivos onde se inserem.

O que também está em discussão é o poder que têm as palavras, na construção da legitimidade das ações de cada um dos campos que constituem o tecido social. Como diz Bourdieu “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. (BOURDIEU, 2000, p.15).

Ford, de outra forma, comenta algumas idéias implementadas por Oliver Sacks, a partir da neuropsicologia e da psicolingüística, em trabalho publicado em 1987. O autor faz referência aos estudos neuropsicológicos, quando comenta sobre os dois tipos de relações ou conflitos presentes em sistemas de linguagem não-verbal, adotada, por exemplo, pelos surdos, trabalhados por Sacks:

Um é o da linguagem frente às possíveis gramáticas não-verbais, e outro é o das estruturas cognitivas dos povos orais, anteriores à escrita, frente às daqueles que tiveram acesso à mesma. Ambos os conflitos ou relações estão presentes na cultura atual, em seus novos usos ou reciclagens da escrita. Convém aqui recordar que nas culturas da oralidade existe uma estreita relação com formas de percepção ou conhecimento não-lingüísticos. A narrativa oral não pode ser entendida sem a gesticulação ou sem o peso das estruturas mnemotécnicas auditivas. (FORD, 1999, p.45).

Entende-se, então, a partir da afirmação citada, que os processos de *mediação* enlaçam aqueles sentidos da compreensão da linguagem como a fala e a audição e até a ausência deles, como os gestos utilizados no sistema de sinais, utilizado pelos surdos. Esses elementos, que fazem parte do cotidiano dos sujeitos produtores e consumidores de comunicação, e no caso especial desta pesquisa, no cotidiano das mulheres observadas, favorecem os processos de desenvolvimento em diferentes âmbitos e aspectos.

A tradição da oralidade na transmissão das mensagens está na história dos povos, que foram desenvolvendo suas formas de relacionamento interpessoal. No caso do destaque às mulheres, nesta pesquisa, o que se entende é que há uma história presente na sua formação, que vai sendo repassada na família e na vizinhança, como um dos fazeres femininos culturalmente tratados pela sociedade. Trata-se de saberes que vão se repetindo, cultural e socialmente, ao longo dos anos e dos séculos, para a preservação e continuidade dos diferentes grupos sociais.

Martín Barbero (2001, p.271) analisa o campo das *mediações* constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro do sentido do trabalho e da vida da comunidade. Sobre a presença feminina nessa construção do tecido social diz o autor, que há uma percepção configurada basicamente na maternidade:

Uma maternidade social que em vez de se fechar na família faz do bairro seu espaço de instalação e exercício.[...] Tal papel é particularmente visível no processo de migração, com suas condições de desagregação social, o vazio afetivo e o desprezo com que a capital recebe os migrantes provincianos. Nessas condições, a mulher se constitui como recriadora de uma sociabilidade primordial que é ao mesmo tempo

encontro e mediação. Não se trata de ser dirigente em vez de mãe, mas sim de o ser porque se é mãe e esposa. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.285).

O pesquisador (2001, p.285) distingue a formulação das *mediações* em diferentes etapas. Para o autor, há uma *primeira mediação* nas relações comunicacionais onde se deve observar a *heterogeneidade das temporalidades*. Uma *segunda mediação* estaria vinculada às *novas fragmentações sociais e culturais*. Essas considerações têm sentido, na medida em que os espaços públicos e privados começam a ter novas constituições nos planejamentos de cidades cujos técnicos prevêm novas fórmulas de ocupação dos espaços coletivos. Mas para Martín-Barbero o principal argumento para a formulação das *mediações*, de modo geral, está contido no discurso da pluralidade de conteúdos e intervenções do sujeito na sociedade:

É como mestiçagem e não como superação – continuidades na descontinuidade, conciliações entre ritmos que se excluem – que estão se tornando pensáveis as formas e os sentidos que a vigência cultural das diferentes identidades vem adquirindo: o indígena no rural, o rural no urbano, o folclore no popular e o popular no massivo. Não como forma de esconder as contradições, mas sim para extraí-las dos esquemas de modo a podermos observá-las enquanto se fazem e se desfazem: brechas na situação e situações na brecha. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.271).

O que se observa das questões tratadas com as mulheres dos grupos do Bairro Restinga ou do bairro Boa Saúde e que se infere, a partir disso, para outras mulheres trabalhadoras, é que há, nas relações empreendidas na família, na vizinhança e nos grupos de trabalho, uma energia revitalizada no cotidiano para que sejam obtidos avanços nessas relações. A mulher adquire o domínio de uma trama intersubjetiva que envolve vários conhecimentos – desde a orientação sexual dos filhos, até detalhes de relações de trabalho do marido e outras relações afetivas que intervêm na pluralidade de sua formação intelectual, com sua percepção e dinamismo. E isso acontece quando ela se percebe possuidora dessas capacidades, e consegue crescer em seu próprio desenvolvimento.

A busca de um conceito atual de *mediação* mesmo levando-se em conta os reconhecidos estudos dos autores latino-americanos, remete aos primórdios dos estudos da Sociologia, da Antropologia e da Comunicação. Ao se pensar no sentido etimológico da palavra em português, logo se entende que sua origem vem da palavra *médio* - o que está no meio - ou então do verbo *mediar* – que leva a se pensar em *intermediar*, o que não parece ser bem o seu principal sentido. Há autores que lembram Hegel com sua filosofia alemã trabalhando com a idéia de intermediação na compreensão dos sentidos, como Signates (2000, p.32). Outros, como Cogo e Gomes (1998, p.27) trabalham com o resgate da comunicação quando tratam da medi-

ação, pois para os autores, “resgatar o lugar da mediação é também resgatar o lugar da cultura”. E argumentam:

As instituições tradicionais estão em crise. Temos o fenômeno da mediática, que é o processo de mediação pela técnica. Estamos vivendo o isolamento, a época da simulação. O problema está na estrutura. Por isso, o lugar da cultura é como se fosse o lugar da identidade. Ela é o pivô reestruturador do lugar político. É a visão da cultura como mediação. (COGO e GOMES, 1998, p.27).

Se a identidade de uma comunidade passa por sua cultura, e em sua trama de relações sociais acontecem multifacetadas *mediações*, um dos principais processos no repasse de comunicação é aquele que acontece através da linguagem.

É através da expressão oral, basicamente, isto é, através da fala, expressa na troca de experiências e de conhecimento - que as mulheres realizam operações comunicacionais, estabelecendo também entre si e com outras mulheres suas *mediações* cotidianas, através das *redes informais de comunicação*. A linguagem que está na base da estrutura dos discursos é o elemento que dá sustentação e estabelece as relações e os fluxos de compreensão dos diferentes *processos midiáticos* presentes nas relações comunicacionais cotidianas, delas.

Foucault (1995, p.29) é quem ressalta a necessidade do pesquisador, de renunciar aos temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. Para o autor, é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos. Portanto, os elementos até aqui tratados para a captura das *mediações* realizadas pelas mulheres na constituição das *redes informais de comunicação*, referem-se a processualidade das manifestações do pensamento das mulheres, que vão sendo expressas por modos e estratégias de comunicação nas quais a linguagem é elemento fundante.

A situação do cotidiano de quem exercita diariamente horas de trabalho, buscando a geração de renda para si e seus familiares e, especificamente, nos casos em referência desta pesquisa, para os grupos de mulheres observadas, que não se preocupam apenas com a sua manutenção e de sua família, mas igualmente, com ações coletivas que contribuem para melhoria da qualidade de suas vidas, é uma situação que está no *chão* da sociedade, formando um lastro de sustentação de valores, que tentam não se perder na sobrevida dos costumes gerais.

Assim, as trabalhadoras participantes da *CooperUnião*, por exemplo, buscam ter compreensão maior para o funcionamento da cooperativa, como a gestão dos negócios e a capta-

ção de novos clientes, conhecimentos esses que vão além da operação das máquinas e da produção direta e que possam lhes oportunizar autonomia nas relações com as empresas contratantes. Além disso, sentem necessidade de elevar sua escolaridade e avançar em seus processos de formação, para, inclusive, saber calcular seus ganhos na cooperativa. Também, para os momentos de baixa na produção de calçados, pretendem adquirir outros conhecimentos relacionados à produção de artesanato, o que pode contribuir com um aumento de sua renda, igualmente.

No que se refere às condições de sobrevivência, as mulheres estão em constante *estado de alerta*, até por assumirem muito fortemente a organização das despesas domésticas, principalmente nas famílias de baixo poder aquisitivo, como são os casos deste estudo. E não se pode, sem dúvida nenhuma, analisar as condições de instauração das *redes informais de comunicação* se não pensarmos nas condições críticas em que a gestão social tem acontecido, em diferentes partes do mundo. Ao se buscar compreensão para as afirmações de Ríó (2006:1) sobre a gestão social, não se pode deixar de vincular a uma série de procedimentos políticos, econômicos e culturais, impostos por sistemas hegemônicos, que vão diluindo as possibilidades de existência de outras formas de gestão da sociedade. Ríó<sup>70</sup> explica:

O desenvolvimento integral e comunitário tem que facilitar a solidariedade entre os distintos setores sociais, através de objetivos comuns e inter-relações naturais, para ir eliminando as contradições sociais e econômicas. O desenvolvimento deve contemplar as diversas dimensões das pessoas. Promover a saúde educar nela, sensibilizar o respeito pela natureza, estimular todas as artes, planificar o hábitat de maneira que se possa conviver e desfrutar das cidades, fomentar o aumento do nível cultural da população, favorecer a criação de um tecido social e econômico responsável com a geração de riquezas para todos, promover programas de crescimento econômico a partir dos meios existentes e a identidade do território, estimular programas de integração da população mais desfavorecida, potenciar a igualdade de oportunidades sem distinção de gênero, criar as condições para as relações internacionais, multiculturais, sem prejuízos, sem rivalidade, com espírito de intercâmbio, aprendizagem e cooperação. (RÍO, 2006, Internet).

Ao se relacionar as questões citadas acima com os *processos midiáticos* existentes hoje na sociedade e a forma como eles são usados pelos diferentes conglomerados empresariais que os financiam, pode-se compreender um pouco mais como as *mediações* do conhecimento, de forma geral, vão se diluindo entre as questões concretas da sobrevivência dos sujeitos, que basicamente se mantêm através do trabalho.

70 Artigo publicado na revista virtual REDSI número 6, Revista Especializada em Formação de Emprego dos Coletivos em Risco de Exclusão - <http://redsirevista.cebs-es.org/index.asp?IdArt=151&IdEpi=1051> acessada em 14/12/2006 – de responsabilidade do Centro de Documentação Especializado em Formação de Emprego dos Coletivos em Risco de Exclusão – Barcelona, Espanha. ISSN 1697-6606

Vale aqui refletir sobre a afirmação feita por Ríó (2006), entre os autores que abordam questões relacionadas à gestão pública, uma vez que nos micro-espços de convivência de grupos humanos, nas suas comunidades, há também intervenções de ordem política que compõem o quadro da realidade vivenciada. No entanto, cabe o destaque para o que Milton Santos afirma, quando trata da transformação dos espaços pela constituição de objetos técnicos, a partir da mudança acelerada daqueles objetos *naturais*, em ações mecanicistas, operadas pelos sujeitos:

A grande distinção entre o hoje e o ontem é que antes os objetos eram pouco numerosos, viviam em comunhão conosco e nos eram subordinados. [...] Hoje, vivemos junto com os objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda. (MILTON SANTOS, 2004, p.214).

Para o autor, a concepção dos objetos técnicos atuais tem sua origem “em bases intelectuais, isto é, na pesquisa e não na descoberta ocasional, na ciência e não na experiência”. Ou seja, a ciência tem se feito presente na grande maioria da origem daqueles objetos, procurando dialogar mais de perto com as práticas empíricas e seus reais aproveitamentos. A relação existente entre os sujeitos sociais e os objetos utilizados na realização de determinadas operações e serviços, na trama do tecido social, há muito tempo já não é a mesma em função das diferentes necessidades criadas e depende muito das intencionalidades aplicadas às diferentes técnicas que são associadas aos tais objetos. Por exemplo, o transporte público.

A operação de deslocamento realizada hoje por um sujeito que mora em um determinado bairro, como o bairro Restinga, na zona Sul de Porto Alegre, é bem mais rápida do que no tempo em que se usavam bondes no início do século XX, entre os bairros da cidade. Mas a distância existente entre o centro da cidade e aquele bairro ainda acarreta um dispêndio de tempo que interfere na agilidade da realização de determinadas tarefas, por moradores do local, que necessitam se deslocar de lá, mesmo que o sistema de ônibus que serve o bairro seja mais eficiente hoje.

As operações públicas, através de determinados objetos técnicos, acontecem na vida cotidiana das comunidades como se, *naturalmente*, fizessem parte de sua estrutura funcional e ocorrem de forma automática nas ações realizadas pelos sujeitos integrantes desse sistema, que se torna autônomo e, muitas vezes, gera nesse mesmo sujeito social, uma submissão. Principalmente quando essas situações representam, concretamente, as únicas alternativas de deslocamento de um bairro a outro na cidade, para que os sujeitos exerçam seu trabalho. Elas interferem, igualmente, na vida das mulheres aqui observadas, uma vez que necessitam do

sistema de transportes para realizarem suas tarefas diárias, saindo dos bairros onde moram para ir trabalhar em outro bairro mais distante.

Para Genecy Ferreira<sup>71</sup>, moradora do bairro Restinga e participante de um dos grupos observados nesta pesquisa, o horário de acordar para trabalhar já é condicionado a partir dos horários em que as linhas de ônibus do bairro começam a atender à população, isto é, a partir das 5 horas da manhã. Ela acorda, realiza suas tarefas domésticas, organiza seu espaço de moradia, encaminha a filha para a escola e se prepara para sair, contando seu tempo a partir da distância que tem que caminhar para chegar até o ponto de ônibus e se deslocar com ele até o bairro Azenha, onde trabalha. Para realizar esse exercício diário, Genecy, que normalmente acorda às 5 horas, gasta aproximadamente 3 horas e 10 minutos.

Lynch afirma que a relação do sujeito com a cidade é de mudança constante e de imagens fragmentadas que vão sendo construídas ao longo do tempo:

Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles. (LYNCH, 1997, p.1-2).

Ao se buscar compreender melhor como *as redes informais de comunicação* acontecem no cotidiano das mulheres observadas neste estudo, verifica-se a utilização de diversos objetos técnicos na realização de conexões, para que se completem os processos comunicacionais aqui referidos. Um deles é o sistema de transporte público urbano, controlado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O sistema está organizado de forma que possa atender ao fluxo de deslocamento dos usuários, que se intensifica em determinados horários do dia, *de forma satisfatória* – segundo seus organizadores - mesmo que isso não aconteça totalmente na prática. Para quem depende desse tipo de sistema na cidade, que tem 78 bairros e um volume populacional que passa de 1 milhão e 400 mil moradores. A deficiência no atendimento é presente, principalmente no que se relaciona à tabela de horários. Mesmo sendo controlado pela Prefeitura, o sistema é privatizado pelas empresas que exploram o serviço e detêm o poder de definir os horários de interesse da população usuária. Como a representatividade da população não é destacada entre os

---

71 Genecy Ferreira participou de uma apresentação do projeto na disciplina de Comunicação Comunitária do Curso de Comunicação Social da Unisinos, em setembro de 2004.

componentes do Conselho Municipal de Transportes Urbanos - órgão constituído para definir políticas conjuntas no que se refere ao transporte urbano da capital gaúcha - as principais decisões acabam ficando com os proprietários das linhas de ônibus. Este, portanto, é um sistema que está no tecido social e se integra aos diferentes fluxos presentes nas tramas, provocando, a partir de suas funcionalidades, novos *processos comunicacionais* produzidos pela população. Assim, para as mulheres dos dois grupos, a utilização de transportes públicos em seus deslocamentos diários provoca diferentes sensações no sentido de que, naquele momento, elas podem pensar nas suas situações de vida, inclusive organizando sua programação diária, com seus fluxos e vivências, ou não, observando o que acontece no âmbito do próprio espaço do ônibus e do que acontece no espaço público da cidade, de forma geral.

Na relação que se estabelece entre a realidade dos micro-espços de convivência dos sujeitos produtores e consumidores de comunicação, onde estão presentes diferentes formas do exercício de poder através da política, da economia, da produção de bens materiais e imateriais, Milton Santos (2003, p.24) aborda o desenvolvimento regional e os diferentes modos de difusão de ocupação do espaço, aos moldes do sistema capitalista. O autor afirma que “pe-lo mero fato de que toda a teoria do comércio internacional integrada à teoria da localização, o planejamento espacial ganha importância ainda maior com a internacionalização do capital”. Para Milton Santos, as políticas de abertura dos países pobres ao capital internacional têm causado dependência, uma vez “que a estrutura de investimentos tem um controle decisivo sobre a política de produção desses países”:

A integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista. Na sua fase anterior, o sistema estava primordialmente interessado nas rotas que ligavam os principais centros de produção e de consumo. Agora também há preocupação com redes de ramais. A minimização das distâncias estimulará a especialização agrícola e a difusão ao consumo. A troca inter-regional experimentará um desenvolvimento importante, trazendo, como consequência, a expansão do nexo monetário e uma tendência geral para a concentração capitalista. (MILTON SANTOS, 2003, p.25).

De acordo com o autor, os diferentes sistemas que compõem o tecido social, se interconectam e acontecem de maneira a gerar outras possibilidades de relacionamento entre os sujeitos, inclusive com olhares diferentes sobre a própria construção das cidades, e seus fluxos de circulação da informação.

Castells (2001) comenta sobre as *redes*, considerando o desenvolvimento de novas tecnologias e as interconexões que o mundo globalizado tem empreendido, a partir do “sur-gimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente molda-



do pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX”. No entanto, não deixa de referenciar que:

O que importa de fato aos processos e formas sociais que compõem a carne viva das sociedades é a interação real entre os modos de produção e os de desenvolvimento, estabelecidos e defendidos pelos atores sociais, de formas imprevisíveis, na infra-estrutura repressora da história passada e nas condições atuais de desenvolvimento tecnológico e econômico. (CASTELLS, 2001, p.21-41).

Ao se localizar o conceito de *redes* - a ser mais bem trabalhado em outro capítulo adiante - vale o destaque para o que o autor afirma como sendo *a interação real entre os modos de produção e o desenvolvimento*. Diante da afirmação do autor, com o que se pensa das *redes informais de comunicação*, entende-se melhor o que Castells afirma sobre identidades: “é um processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado, principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais”.

Martín-Barbero (2001) comenta sobre a fragmentação das relações sociais e culturais em diferentes países da América Latina, e a conseqüente intervenção do *monopólio midiático* sobre as populações, podendo-se constatar, hoje, que essa fragmentação de vivências, em que as questões relacionadas às origens identitárias não se recuperam mais. Considera o autor (2001, p.34) que a ruptura dos valores sociais nos últimos cinquenta anos tem causado “um especial e profundo mal-estar”. Para ele (2001, p.274), “o campo daquilo que denominamos *mediações* é constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade”.

O autor ao citar Monsiváis, que realizou estudos sobre o *popular urbano* e relacionou as reações contemporâneas de diferentes comunidades, como os bairros, por exemplo, com deslocamentos de poder político e econômico, lembra que há importantes modificações nos comportamentos dos sujeitos:

A maneira e os métodos como as coletividades sem poder político nem representação social assimilam as ofertas a seu alcance, sexualizam o melodrama, extraem traços satíricos de um humor infamante, divertem-se e comovem-se sem se transformar ideologicamente, persistem na rebeldia política ao cabo de uma impressionante campanha despolitizadora, vivificam, a seu modo, a cotidianidade e as tradições, convertendo as carências em técnica identificatória. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.281).

Com a intensificação dos *processos midiáticos*, a desmistificação das tradições e dos costumes tem levado ao desmoronamento da ética dogmática, tradicional, e à desarrumação do hábitat cultural. A televisão, como a mídia de maior atração para o público - entre outros *processos midiáticos* implementados pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas - é a que irá desordenar a idéia e os limites do campo da cultura, com seus próprios modos de operação. O tempo e a espacialidade tratadas pelos meios de comunicação são tempos impostos aos telespectadores e aos ouvintes de rádio, principalmente, uma vez que esses elementos são descolados de uma realidade vivenciada por esse público que mais vê televisão e ouve rádio, diferentemente de ler os jornais e as revistas da época. O estabelecimento de processos de convergência dos tempos promove o desenvolvimento de técnicas que se vinculam à velocidade e aos próprios métodos de medida do tempo, como afirma Milton Santos:

Hoje, a simultaneidade percebida não é apenas a que era trazida, no início do século XX, pelo telégrafo, pelo cabo submarino ou pelo telefone, que transportavam sinais e vozes sem outra defasagem que os horários de funcionamento preestabelecidos ou os atrasos na distribuição. Hoje as mensagens e os dados chegam aos escritórios e lares diretamente, praticamente sem intermediários. Trata-se, além disso, da transmissão imediata das imagens, realizada com a televisão. (MILTON SANTOS, 2004, p.201).

De outra forma, o autor destaca que “o mercado da informação é concentrado e controlado”; e há que se estar atento para a realização *do fato e a notícia* que dele é gerada, pois nesse caso, se trata de *uma interpretação*.

Assim, há que se verificar os usos dos meios de comunicação sob as mais diferentes formas, inclusive aquelas ditas *alternativas* como as *rádios comunitárias*, e de maneira geral, outras formas de comunicação utilizadas pela população, como publicações variadas e programas de televisão e de rádio, por exemplo, como as *novelas* e os *noticiários*, e as próprias conversas interpessoais que têm sido fundamentais para a manutenção *das redes informais* com a participação das mulheres. São instrumentos, talvez, mais próximos das realidades vivenciadas, que podem possibilitar o desenvolvimento de compreensões para o fazer dos *processos midiáticos*, como algo próprio do ser humano, e, portanto, próprio das mulheres.

Mesmo que sejam encontradas nas rádios populares, como explicita Mata (1997), programações machistas e fragmentadas, no universo da comunicação comunitária, e as mulheres sendo vistas e tratadas, ainda, como seres que estão num mundo privado e num mundo público, de forma a estarem divididos, há brechas positivas. Porém, ao executarem papéis de sujei-

tas nas relações cotidianas em transformação, as mulheres percebem suas potencialidades e se colocam de forma a trabalhar sua intelectualidade, sua postura diante da vida:

O exercício da palavra como via de recuperação da dignidade, como passo da condição de coisa à de sujeito de pleno direito, é um exercício de ingresso na cena pública, de extensão das competências linguísticas socialmente determinadas, de construção de uma nova identidade: a da mulher que assume papéis tradicionalmente designados aos homens em termos de representação social, em termos de participação e liderança. (MATA, 1997, p.27).

Chama a atenção da autora, que essas referências dizem respeito às mulheres de classe média e classe média baixa, em maior evidência, onde o seu papel feminino está diretamente ligado a sua condição econômica, e ao seu exercício profissional ou, ainda à colaboração ao rendimento salarial masculino.

As experiências observadas e analisadas, com mulheres do Peru, da Costa Rica, do Chile, da Venezuela em rádios populares, relatadas sob a coordenação de Mata, indicam que há uma grande necessidade de formação, na medida em que as mulheres sentem necessidade de aprimorar seu conhecimento sobre esse fazer comunicacional, porém, sem perder de vista uma linguagem e um sentido de igualdade e identidade com seu público. Ressalte-se a importância reconhecida pelas mulheres ao espaço daquelas emissoras, que, como afirma Mata:

Reconhecem nelas um meio que as ajuda a perder o medo de falar. Sempre que isso acontece, ao atrever-se a falar aparece ligado a duas dimensões básicas do trabalho desenvolvido por essas emissoras. Por um lado, a incorporação de aspectos próprios da vida cotidiana das mulheres, suas atividades de donas-de-casa, esposas e mães, como temas dignos de serem compartilhados massivamente através do rádio. Por outro lado, sua incorporação ao discurso radiofônico como agentes de transformação social, como agentes de processos nos quais, a partir do cotidiano, ou seja, das necessidades mais básicas ligadas à sobrevivência familiar, equiparam-se aos homens, desenvolvendo práticas organizativas de natureza produtiva, cultural e política. (MATA, 1997, p.35-40).

As observações até aqui realizadas nos indicam situações em que as mulheres dos grupos da pesquisa fazem conexões de ouvintes, em primeiro lugar, pois estão mais próximas ao rádio, uma vez que para estarem assistindo à televisão, devem deixar de trabalhar tanto em casa quanto fora dela, para acompanharem suas programações. Embora a televisão tenha o atrativo forte do audiovisual, a sua audiência para as mulheres referidas só acontece à noite, quando já não estão tão ocupadas com seus afazeres. Vale destacar que no ambiente de trabalho da *CooperUnião*, as mulheres têm um aparelho receptor de rádio, que permanece ligado durante o dia, normalmente, durante seu horário de trabalho.

De outra forma, pode-se constatar que a programação das rádios tanto em Porto Alegre, quanto em Novo Hamburgo, que se ocupam de temas relevantes para as mulheres, dá conta de pautas, em sua maioria, de programas de moda e beleza, de maneira exacerbada, estimulando muitas vezes às mulheres a consumirem produtos que não estão ao alcance de seu poder aquisitivo. Destaque-se, no entanto, entre alguns programas, a produção do programa *Café Comunitário* criado e produzido pelos estudantes do Laboratório de Rádio do curso de jornalismo do Centro Universitário Feevale, que vai ao ar todas às sextas-feiras à tarde – das 17h às 18h – na Rádio ABC 900<sup>72</sup>, pertencente ao Grupo Editorial Sinos, especialmente voltado para temas que possam interessar às mulheres: saúde, família, amamentação, sexualidade, drogas, alfabetização, cursos diversos, cultura em geral, trabalho e geração de renda, relações da sociedade, etc.

A partir da tomada de consciência da ocupação de um lugar, no universo das relações sociais, enquanto fomentadora do conhecimento, a mulher vai constituindo novos processos através das *redes informais de comunicação* das quais ela participa, interagindo ativamente, re-elaborando os discursos de recepção da mídia tradicional – rádios, televisões, jornais e revistas femininas, e refletindo sobre o seu fazer diário. Para muitas mulheres o aparelho receptor de rádio é instrumento inseparável na conexão com as informações do mundo. Outros instrumentos midiáticos estão presentes em seus universos, como folhetos informativos, recebidos nos ambientes de trabalho e publicações diversas, além da televisão à noite, e os jornais diários lidos em alguns momentos do dia. Isso dá indícios de uma processualidade que se transforma em *mediações* na medida em que essas mulheres atuam com outras mulheres, na sua localidade e em outras, e se apropriam da informação, para influir na comunidade a partir de seu ambiente familiar.

Chamou a atenção da pesquisadora a formulação de comentários das mulheres da *CooperUnião* durante a apresentação de um *folder* (ANEXO 5) produzido com fotos suas, para a divulgação da cooperativa, melhorando a auto-estima de cada uma fotografada. Outro elemento significativo para a sua compreensão desse processo de divulgação é a produção de camisetas que apresentam cores e frases escolhidas por elas, também para uso e divulgação do grupo. O simbolismo contido nesses objetos representa o empenho de cada uma em querer que a cooperativa dê bons resultados e prospere.

---

72 Parceria firmada entre o Grupo Editorial Sinos e o Laboratório de Rádio do Centro Universitário Feevale, a partir de 2001, através da qual os produtos feitos pelos estudantes são divulgados no espaço da programação da emissora AM, comercial, sob orientação desta pesquisadora e do professor Ms. Marcos Santuário. O programa *Café Comunitário* é um dos programas produzidos semanalmente. Outro é o *Frequência Livre* que vai ao ar das segundas às quintas-feiras, das 17 às 18 horas.

Portanto, a busca de saberes sobre a constituição *das redes informais de comunicação* pelas *mediações* das *mulheres* implica estudar não apenas os modos como elas operam, mas as intersubjetividades e as subjetividades sociais implícitas, que se realizam, as repercussões que isso causa na conjuntura social e de comunicação. De outra forma, ao participar coletivamente de ações públicas, intervindo diretamente na discussão de sua realidade, as mulheres assumem uma outra postura, quando se entendem sujeitas e produtoras de seus próprios processos comunicacionais e participam daqueles de suas famílias. Ao intervirem em veículos alternativos, mais ao seu alcance, tornam-se protagonistas do fazer comunicacional, reelaborando suas realidades e construindo novas possibilidades com seus núcleos comunitários, produzindo novas identidades.

No presente trabalho, esta referência se apresenta como um estímulo à configuração *das redes informais de comunicação*, como é o caso das mulheres moradoras do bairro Restinga que participaram do projeto *Reaprendendo a Comunicar, a Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora*, da Associação Cultural de Mulheres Negras. Ao perceberem seus potenciais, começam a realizar experiências onde reforçam a sabedoria de mulheres negras, organizadoras de grupos familiares com baixo poder aquisitivo, estigmatizadas no trabalho doméstico, carregadas de elementos comunicacionais adquiridos também através da mídia. Em seus registros, Clavelin (2005) apontou que aquelas mulheres negras do bairro Restinga, de Porto Alegre, dão conta de um aprendizado que ajuda a compreender melhor o seu ambiente de vida, as relações sociais que vão se estabelecendo em diferentes âmbitos, e um olhar que começa a filtrar melhor o que é transmitido pela mídia.

Nos encontros realizados com as mulheres do bairro Restinga observou-se colocações já mediadas por um conhecimento sociocultural advindo dos *processos midiáticos* a que estão expostas. A descoberta de novas possibilidades de pensar a vida a partir desses conhecimentos adquiridos, com a observação de como se processam as *travessias midiáticas* e como elas se inserem nisso, promove a realização de novas rotinas e procedimentos. Isso ficou registrado no discurso realizado por Genecy Ferreira, quando participou da apresentação de seu grupo de comunicadoras a estudantes universitários da disciplina de Comunicação Comunitária, do Curso de Comunicação Social da Unisinos, em São Leopoldo. Demonstrou, em sua formulação, uma indignação forte pela discriminação racial, por exemplo, quando abordou as diferenças na condição econômica de mulheres negras e brancas para estarem naquele ambiente universitário. Assim, as atividades propostas geram reflexões sobre sua condição de vida e o que

está sendo mostrado pela mídia. Nessa elaboração, elas desenvolvem novas competências para desempenhar seu papel de comunicadoras.

Na prática elas estão aprendendo a lidar melhor com a mídia, diariamente presente em suas vidas e na vida de outras mulheres das suas comunidades, ou dos grupos a que se vinculam organizadamente. Em outras palavras, demonstram querer entender melhor o funcionamento daqueles meios de comunicação a que têm maior acesso, as operações estratégicas e gramaticais que são usadas, os mecanismos técnicos e de conteúdo, para não só criticá-los, mas também poder fazê-los funcionar com suas intervenções coletivas.

Nessa pesquisa, o que se quer é entender melhor a maneira como as diferentes competências entram na vida dessas mulheres, participam da reformulação de seus conceitos e da conjuntura cotidiana. Quais os reflexos da participação das mulheres no cotidiano de suas comunidades, interagindo com suas famílias e as de seus vizinhos e parentes? Se essas mulheres realizam transformações, quais são e como são operacionalizadas?

O que mesmo essa “ação por dentro” dos usos e das lógicas dos *processos midiáticos* cria? Ao contrário de ser uma junção de várias fontes de informação, suas experiências apresentam subjetividades variadas, que passam pela memória, a história individual, as regras sociais – tácito-formais (onde se enquadram, também, as relações de trabalho e as normas implantadas pelo Estado) e informais que podem romper com processos mais cristalizados de manipulação e controle da sociedade. Há implicações para que as relações comunicacionais estabelecidas com uma ética própria, tecidas no dia-a-dia, possam se ampliar de acordo com o que vão apreendendo também da mídia.

Na busca de um conceito que possa apreender o que seja o *ethos* das mulheres observadas na pesquisa, entende-se que as ações realizadas por elas, no seu cotidiano, mescladas com o conhecimento adquirido, através da própria *midiatização* desse conhecimento e o processo que se instaura através das *mediações* realizadas para sua organização e de seus grupos, estruturam a base desse *ethos*. Segundo Sodré,

A ética social imediata, ou eticidade, esta que experimentamos no cotidiano de nossas relações com o *socius*, é propriamente a maneira (que vem de manere, permanecer, morar), a forma de vida de um grupo social específico. Forma social (para a sociologia da linhagem de Georg Simmel) ou forma de vida (Wittgenstein) são categorias atinentes à noção de *ethos*. E não há um *ethos* sem um ambiente cognitivo que o dinamize, sem uma unidade dinâmica de identificações do grupo, que é o seu modo de relacionamento com a singularidade própria, isto é, a cultura. Aí atuam as formas simbólicas que, historicamente, orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações dos indivíduos (SODRÉ, 2002, p.46).

O “ethos é a consciência atuante e objetivada de um grupo social”, propõe o autor, e no caso das mulheres comunicadoras há a formulação de um discurso em que os valores morais de suas origens familiares, por exemplo, vão se modificando ao longo do tempo, a partir da realidade modificada também pela mídia.

A mídia, para elas, passa a ser um espaço não mais distante e etéreo, mas algo que dá visibilidade às configurações sociais numa esfera imaginária do que “poderia ser” e o que “realmente é” a vida, neste caso o *ethos* tradicional se transmuta para um outro, o *ethos midiaticizado*, referido por Sodré.

O autor (2002, p.51) afirma que “a própria recepção ou consumo dos produtos midiáticos apresenta-se como atividade rotineira, integrada em outras que são características da vida cotidiana”.

Quando se pensa nas *travessias midiáticas* simbolicamente construídas pelas mulheres, ou *mediações* presentes nas observações iniciais realizadas, constata-se o que comenta Sodré (2002, p.40), nos estudos sobre o *ethos midiaticizado*: “o espaço público da contemporaneidade é cada vez mais construído pelas dimensões variadas do entretenimento e da estética, em sentido amplo, cujos recursos provêm do imaginário social, do ethos sensorial e do subjetivismo privado”.

Verón (1997, p.7) afirma que “é a natureza do sujeito que está mudando”. Mas Sodré (2002, p.51) comenta que a *mediatização* é um dos pontos de referência nas trocas de sentido, pois passa a tratar de uma nova moral consentida pelos diferentes grupos sociais estabelecendo rotinas e fluxos de negociações com o *ethos* tradicional.

A “produção tecnológica das mensagens” é o que Verón (1997, p.10) identifica como *mediatização*. São os modos de operação das estratégias e gramáticas comunicacionais, presentes nas relações sociais, através do acesso plural aos diferentes meios de comunicação social que, por sua vez, dão suporte ao que interessa transmitir no processo constitutivo das *redes formais de comunicação*. Nessa pesquisa, a *mediatização* da informação através das *redes formais*, isto é, dos meios de comunicação de massa e dos demais procedimentos de produção e de recepção das mensagens que atingem a determinados públicos, vêm transversalizando as relações e os conhecimentos, como já se comentou anteriormente.

No entanto, é da formulação discursiva de onde resultam as *mediações* ou as *travessias midiáticas* produzidas pelas mulheres comunicadoras, que, como diz a expressão, está relacionada a elementos das trocas de sentidos; são as micro-passagens de um sistema mais amplo, que não é linear, é plural, e constituído de vários pontos de referência. A expressividade

através da palavra falada, comentada, entre as mulheres, é que vai dando sentido às ações que pretendem empreender, nas suas relações cotidianas.

Ao se relacionar a afirmação de Holloway sobre o desenvolvimento dos *processos comunicacionais* a partir dos elementos históricos da evolução da humanidade, pode-se pensar na relevância de estudos que tratem especificamente daqueles *processos comunicacionais* realizados por grupos que normalmente são pouco representados pela mídia:

No princípio era o grito. Nós gritamos. Quando escrevemos ou lemos é fácil esquecer que no princípio não é o verbo, mas o grito. Diante da mutilação de vidas humanas provocadas pelo capitalismo, um grito de tristeza, um grito de horror, um grito de raiva, um grito de rejeição: NÃO. (HOLLOWAY, 2003, p. 9).

Pode-se pensar também que, metaforicamente falando, o autor inscreve, com seu discurso, uma postura simbólica, que expressa a ausência de espaços possíveis e a necessidade de transformação de realidades socioculturais que abrem brechas no tecido social. A partir do que é colocado pelo sistema econômico vigente, como um dos pilares de sustentação de diferentes formas de exclusão na sociedade atual, entende-se que a argumentação do autor citado presente em todas as sociedades modernas, é mais perceptível em países em desenvolvimento. É o que se pretende a partir de agora, neste trabalho, quando se trata pontualmente das questões de *gênero, de trabalho, de etnia e de família*, como *mediações* para localizar melhor alguns elementos constituintes das *redes informais de comunicação* aqui abordadas. Destaque-se que ao se entender *mediações* como novas formulações realizadas pelas mulheres, nesta pesquisa, procura-se localizar o recorte nos quatro eixos citados, pois a amplitude da busca desses conhecimentos é quase infinita na sabedoria humana. Para as mulheres observadas na pesquisa, são questões presentes, fortes e significativas para a sua compreensão de mundo, assim também destacadas por esse motivo.

### **3.1 Gênero: feminino, plural**

Os registros históricos que discutem questões relacionadas aos saberes femininos – ao se pensar na significativa contribuição dos estudos empreendidos pelo movimento feminista mundial – dão conta de polêmicas que passam por diferentes âmbitos, isto é, do social passando pelo econômico, pelo cultural e pelo antropológico, incluindo-se os *processos comunicacionais* que estão embutidos nos diferentes contextos vivenciados pelas mulheres. A *mediação* para identificar o que se refere às relações *do gênero feminino* neste trabalho, se faz ne-



cessária na medida em que não se trata aqui apenas de um mero registro, mas sim da efetiva condição da representação social que se manifesta através das relações estabelecidas pelas mulheres, nos referidos âmbitos onde se inserem. No entanto, a referência é ancestral, isto é, vem das relações primitivas entre homens e mulheres, que se estabeleceram no início da vida em sociedade. Depois, ao longo da história da humanidade estas relações entre o feminino e o masculino foram se estabelecendo de forma cada vez mais diferenciada, com papéis culturais distintos, que permitiram o avanço da estrutura de funcionamento da sociedade e consolidaram relações de poder marcadas por essas diferenças.

Ao se tentar aproximar as questões *de gênero* culturalmente estudadas em relação ao conceito de *patriarcado*, ao tomar-se o que elaborou Weber, discutindo-se a partir do contrato social de Rousseau, tem-se que o modelo tradicional instaurado sob a forma de dominação-exploração baseada no contrato original das relações naturais entre pais e filhos, foi modificado no século XVIII, quando se trata da formulação de novos contratos, agora não mais de fundo natural, mas baseada no direito político como convenção. Saffioti (2004, p.44) destaca que “patriarcado é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

Embora as idéias assentadas nas discussões entre aquelas, que contradiziam o direito paternal natural e o direito político convencionado, foram se transformando ao longo dos mais de 400 anos de história da humanidade, se chega na contemporaneidade do século XXI ainda com polêmicas sobre o tema. Pateman (1993) citada por Saffioti (2004, p.53) comenta que “a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original”. Relações essas que estão diretamente vinculadas aos preceitos religiosos, principalmente àqueles em que seus códigos foram se estruturando sob a idéia de um Deus masculino:

Em conseqüência, todas as grandes religiões históricas que estruturaram no código patriarcal a sua experiência originária do Divino são reducionistas e nos transmitem uma tradução parcial. O mesmo aconteceu com as instituições religiosas. O imaginário, a linguagem, os símbolos, os ritos e os textos fundadores destas instituições trazem a marca da cultura masculina. (BOFF, 2002, p.86).

Trata-se, pois, de uma continuidade histórica que vem sendo repassada e fortalecida por diferentes instâncias da sociedade, inclusive, pelos estudos feministas que operam na lógica do domínio patriarcal nos discursos formulados na atualidade:

Efetivamente, quanto mais avançar a teoria feminista maiores serão as probabilidades de que as formuladoras se libertem das categorias patriarcais de pensamento. Ou melhor, quanto mais as (os) feministas se distanciarem do esquema patriarcal de pensamento, melhores serão suas teorias. (SAFFIOTI, 2004, p.56).

Segundo a autora citada, mesmo que haja *muitas (os) teóricas (os) adeptas (os)* que utilizam o conceito de *gênero* para denunciar a *naturalização do domínio dos homens sobre as mulheres*, aparecem algumas invisibilidades quando, por exemplo, são apresentados alguns dados:

À medida que as (os) teóricas (os) feministas forem se desvencilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime atual de relações homem-mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. (SAFFIOTI, 2004, p.56).

Sobre a própria compreensão acerca do conceito de *gênero*, a autora (2004, p.44) comenta a diversidade de abordagens que o tema tem recebido em diferentes momentos, por estudiosos, “uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado”. A autora afirma que mesmo que cada feminista enfatize determinado aspecto, há um consenso, ainda que limitado: “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. Aqui, trata-se da questão considerando que também *gênero* seja uma categoria histórica, na medida em que a história é um processo em transformação e por isso mesmo, ao se entender a aplicação do termo para identificar a primazia masculina sobre as ações das mulheres, na contemporaneidade, pode-se confundir com as idéias do *patriarcado*, que se estabeleceram fortemente por um período histórico, mas que não deixaram de existir:

A história revela que as grandes causas, benéficas especialmente aos contingentes discriminados e a quase todos os demais, obtiveram sucesso, apesar de terem sido conduzidas por pequenas minorias. E as brasileiras têm razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo. (SAFFIOTI, 2004, p.46-47).

O movimento feminista mundial vem lutando não só para diminuir o preconceito referente às diferenças sexuais, mas tem buscado o reconhecimento das capacidades intelectuais, da força de trabalho feminino e de condições de participação das mulheres nos setores básicos

da economia e da política, na sua grande maioria de representação masculina. O mesmo aconteceu com o movimento feminista no Brasil e na América Latina como afirma Costa:

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo aos 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz. (COSTA, 2005, p. 9)<sup>73</sup>.

Segundo a autora (2005, p.10), “o feminismo surgiu no contexto das idéias iluministas e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e, como movimento social, se espalhou, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos”.

É inegável que muitos avanços ocorreram a partir da inclusão em lei, tanto no Brasil, em 1932, como em outros países do mundo, do direito ao voto livre e universal, para as mulheres, que até então, não usufruíam os direitos civis implementados a partir do final do século XVIII e início do século XIX. A mobilização em torno da *luta sufragista* movimentou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina.

A luta das mulheres foi marcante, no Brasil, no final do século XIX, mesmo que essa luta fosse expressa, em alguns momentos, individualmente. No entanto, chegou-se à criação do *Partido Republicano Feminino* tendo à frente a professora Leolinda Daltro juntamente com a poetisa Gilka Machado, que em 1910 procuravam publicamente um reconhecimento para aprovação do voto feminino. Mas a citação do nome de Bertha Lutz está diretamente ligada à *luta sufragista*, igualmente, a partir de 1918, quando retorna ao país, depois de ter se formado em Biologia, na capital francesa. Ela fundou a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* e organizou o *Primeiro Congresso Internacional Feminista* no Rio de Janeiro, em 1922. Depois de várias manifestações públicas, como afirma Pinto (2003:28), “a luta pelo direito ao voto da mulher chegou a seu fim em 1932, quando o Código Eleitoral incluiu a mulher como detentora do direito de votar e de ser votada”.

---

73 O artigo *O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*, de Ana Alice Alcântara Costa foi divulgado no site <http://www.portalfeminista.org.br/GEN/PDF/v5n2/Costa>, em 2004. Acesso em 10/10/2006

Touraine (1998, p.10) aborda a questão das desigualdades entre os indivíduos no modelo clássico de sociedade, instituído *em frontal oposição ao modelo que associa igualdade e diferença*. Embora alguns pensadores americanos e franceses daquela época fossem republicanos, não eram democratas, na acepção do termo:

Assim, foram facilmente combinados os direitos civis com a desigualdade das situações sociais, com uma forte dominação de classe, com a escravização ou a destruição dos colonizados e com uma dominação sobre as mulheres que chegou até o ponto de privá-las, por muito tempo, dos direitos civis. (TOURAINÉ, 1998, p.11).

Para além das questões até aqui abordadas, sobre *gênero, patriarcado e movimento feminista* na tentativa de se compreender os diferentes processos socioculturais vivenciados pelas mulheres na atualidade, há que se abordar a conjuntura econômica e de trabalho, necessariamente. Mas está nas manifestações contraditórias dos movimentos da história, o registro das forças e tendências que predominam na dinâmica da vida social. É Ianni (2003, p.107) quem trata da “transculturação como o resultado da conquista e dominação, mas também da interdependência e acomodação, sempre compreendendo tensões, mutilações e transfigurações”.

Esses deslocamentos para novos processos de identidade vão aparecendo nas relações estabelecidas pelas mulheres principalmente, pois segundo Fisher (2000, p.33) são elas que desenvolvem o pensamento em *rede*, de *forma holística*, enquanto os homens pensam mais lentamente *aos passos*. Em seus argumentos, que podem tornar-se polêmicos, a autora considera que as mulheres possuem características intelectuais que vão se agilizando de forma diferente em seu desenvolvimento, diferentemente dos homens. Outros fatores são ressaltados pela autora, que valoriza o papel feminino na sociedade buscando em estudos da biologia, características definidoras desse papel, aos quais deve-se retornar mais adiante.

É Holloway quem reforça o sentido de partilha da vida e de estímulos aos questionamentos humanos, quando afirma que ao nascermos logo vamos entendendo que estamos num emaranhado onde o *nós* significa um lugar diferente do *eu*, mesmo que o *nós* seja parte construída pela subjetivação do sujeito. O autor esclarece:

Somos moscas presas numa teia de aranha. Começamos a partir de um emaranhado desordenado porque não há outro lugar do qual começar. Não podemos começar simulando que estamos fora da dissonância de nossa própria existência, pois fazê-lo seria mentir. Como moscas presas em uma rede de relações sociais que estão mais além do nosso controle, só podemos tratar de nos libertarmos, cortando os fios que nos aprisionam. (HOLLOWAY, 2003, p.15).

Ao se rever o texto de Beauvoir de 1949, re-editado em 1980, e depois de ler Fisher<sup>74</sup>, escrito em 1999, sobre esse papel das mulheres que se transmuta, muitas vezes superando-se e superando aos homens, rebelando-se contra o que é imposto a elas, ao mesmo tempo em que se adaptam e se submetem aos jogos de inclusão e exclusão sociais vigentes na sociedade, tem-se muito a elaborar.

Basicamente, a própria sociedade assume que a mulher continua sendo um ser discriminado, e quando Beauvoir escreveu “ninguém nasce mulher: faz-se mulher (1980, p.9)”, provocou comentários e discussões importantes sobre os saberes que se caracterizam como femininos.

Ao procurar se entender o que Beauvoir discute, pode-se compreender mais dessa captura que as mulheres fazem – relacionando-se aqui as diferentes compreensões delas ao se perceberem no mundo, com a sua realidade, e discutirem a sua condição e a condição de outras mulheres que têm histórias semelhantes. Vão constatando em si mesmas, por exemplo, um poder de compreensão para o mundo diferenciado do contexto onde moram. E manifestam que essa referência elas carregam de uma formação familiar, de diferentes vivências pessoais, mas que também vem do que é ‘trabalhado’ pela *mídia* e isso pode estar presente na grande maioria das mulheres. Quando questionadas, elas não deixam de citar a *mídia* como um fator que as *forma*, apesar de, objetivamente entenderem que os meios de comunicação, muitas vezes, não atendem aos seus interesses.

Para o grupo de mulheres vinculadas a ACMUN, moradoras do bairro Restinga, as questões tratadas diretamente com as outras mulheres não são plenamente inseridas num *contexto midiático* maior: “e quando aparecem na *mídia*, aparecem de forma equivocada, confusa e com poucos esclarecimentos”, dizem. Mesmo assim, prestam atenção nas novelas e nos noticiários principalmente, para depois comentarem com suas vizinhas e colocarem a informação mais adequada, de acordo com a formação que vão recebendo da organização não-governamental a que estão vinculadas, acompanhadas de uma psicóloga, uma assistente social e uma jornalista, formadas, também negras.

Esses temas servem de pano-de-fundo para as chamadas *multiplicadoras de saúde* explicarem a outras mulheres, de maneira mais detalhada, sobre a necessidade do uso de preser-

---

74 O livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir foi importante nas discussões de gênero, e contribuiu para reflexões e avanços do movimento feminista mundial, assim como o livro *O Primeiro Sexo*, de Helen Fisher, que aborda, de certa forma, os temas tratados por Beauvoir. Ver Bibliografia.

vativos pelos casais, por exemplo, e como elas entendem o que estão divulgando, em seu cotidiano.

É Beauvoir quem destaca que as diferenças entre homens e mulheres são definidas pelo contexto social:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1980, p.9).

Na compreensão de Fisher, no entanto, que se opõe a Beauvoir no que esta considera o *segundo sexo* ao observar a condição feminina diante de um mundo machista, há estudos no campo da genética, hoje, que a fazem crer que as mulheres e os homens têm componentes diferentes em seus cromossomos, que podem influenciar nas relações sociais:

Há estudos científicos hoje que abordam como se instalam no cérebro feminino e masculino algumas destas inclinações de gênero. No momento de ser concebido, o embrião não é nem feminino, nem masculino. Porém, até a oitava semana de vida fetal, dispara-se um comutador genético. Se o embrião será um menino, um gen do cromossomo Y induz as gônadas incipientes a converter-se em testículos. Estes órgãos sexuais produzem depois por completo os hormônios masculinos e contribuem na configuração do cérebro masculino. Se o embrião está geneticamente destinado a ser fêmea não atua nele nenhum hormônio masculino e as gônadas femininas aparecem até a décima-terceira semana de vida fetal, seguidas mais adiante pelo cérebro feminino. (FISHER, 2000, p.16).

O assunto torna-se polêmico sobre as diferenças citadas pelas próprias mulheres participantes dos dois grupos da pesquisa. Mas é algo que se traduz como *da natureza*, para algumas delas, e algo que *não é natural*, quando tentam compreender o mundo onde estão inseridas, o que as empolga e as movimenta no sentido de elaborarem melhor as questões colocadas. Para elas a palavra é fundamental, e com essa constatação, o que Fisher afirma sobre as formas de expressão das mulheres, entre outros autores, faz sentido. Para a autora, as habilidades da expressão – da palavra falada ou da palavra escrita – são pertinentes ao papel feminino, são elas as primeiras a resolverem de maneira mais própria quando têm necessidade de colocar seu pensamento para outros indivíduos:

Os psicólogos crêm que os homens empregam maior número de palavras em encontros públicos como congressos e reuniões de trabalho, para afirmar, demonstrar

seu esforço e sua determinação. As mulheres, por outra parte, falam mais em casa e quando estão com outras mulheres, sem dúvida para fortalecer as conexões com familiares e amigos. (FISHER, 2000, p.91).

Fisher destaca algumas pesquisas realizadas com mulheres, nos Estados Unidos, (embora não indique claramente quais) que reforçam a habilidade da melhor expressão com a organização das idéias e o uso de um vocabulário mais complexo. Ela explica que esses são fatores que levam muitas mulheres a exercer diferentes funções nos meios de comunicação social. No entanto, poucas alcançam cargos de direção executiva, na maioria sob o domínio de homens. Mas as mulheres estão atuando como redatoras, produtoras, locutoras, arquivistas e em outros postos jornalísticos intermediários, tanto no rádio, como na televisão e no jornal, em diferentes lugares do mundo.

Para Mata, que analisa a participação de mulheres em programas de rádio popular em países da América Latina, há distinção na compreensão da mulher para a transmissão da informação:

Nenhum fato comunicativo – como nenhum fato cultural – pode ser pensado produtivamente se for deixada de lado a “perspectiva de gênero“, esse ponto de vista que de maneira permanente e intencional trata de incluir como aspecto-chave da análise a diferença historicamente estabelecida entre homens e mulheres no campo da linguagem. (MATA, 1997, p.23).

Na perspectiva citada pela autora, pode-se entender o aproveitamento das mulheres negras no desenvolvimento de suas ações voluntárias na divulgação de informações a partir do estímulo recebido do projeto *Reaprendendo a Comunicar, A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora*, da ACMUN, realizado de julho de 2004 a março de 2005, aqui citado como um elemento propulsor de conhecimento para as mulheres.

Beauvoir comenta que a condição feminina é dada pela própria estrutura da sociedade, mas indica que há outros fatores que vão formatando esses saberes durante a infância e a adolescência:

Jogos e sonhos orientam a menina para a passividade; mas ela é um ser humano antes de se tornar uma mulher; e já sabe que aceitar a si mesma como mulher é demitir-se e mutilar-se; e se a demissão é tentadora, a mutilação é odiosa... [...] O fardo da liberdade não é pesado às crianças porque não implica responsabilidade; elas se sentem em segurança junto dos adultos: não têm a tentação de fugir delas próprias. Seu impulso espontâneo para a vida, seu gosto pelo jogo, pelo riso, pela aventura, leva a menina a achar o círculo materno estreito, abafante. Ela gostaria de escapar à autoridade da mãe. (BEAUVOIR, 1980, p.35-36).

A discussão feita por Fisher e Beauvoir tem origem na ancestralidade do ser humano, pois, segundo Fisher (2000, p.33), as mulheres primitivas tinham que criar seus filhos e os defender do perigo dos animais e do próprio homem, que se irritava com suas ações. Afirma que “as mães tinham que realizar incontáveis labores cotidianos, além de cozinhar, pois tinham que manter o fogo aceso e falar com suas amigas”. É intrínseca na relação humana a busca de solidariedade, sem dúvida, e tem-se a tendência a pensar que as mulheres estão bem mais atentas e abertas à busca de novas relações sociais, se interconectando mais com as outras mulheres, até para saberem o que acontece com as outras e ela própria, na vida.

De outra forma, para Lagarde (2005, p.33) “a condição da mulher é uma criação histórica cujo conteúdo é o conjunto de circunstâncias, qualidades e características essenciais que definem a mulher como ser social e cultural genérico: ser de um para os outros”. Na compreensão da pesquisadora mexicana, mesmo sendo histórica a condição da mulher é diferente de ser *natural*, isto é, pela própria natureza ela, mulher, se constitui ser. Essa condição, segundo Lagarde, é oposta ao conjunto de qualidades e características atribuídas sexualmente às mulheres,

que vão desde formas de comportamento, atitudes, capacidades intelectuais e físicas, até o seu lugar nas relações econômicas e sociais, assim como a opressão que às submete – cuja origem e dialética – segundo a ideologia patriarcal – escapam à história e pertencem, para a metade da humanidade, a determinações biológicas, congênitas. (LAGARDE, 2005, p.33).

A autora insere em suas discussões de *gênero*, questões relacionadas às ideologias dominantes da sociedade, que interferem diretamente na constituição de concepções e normas, e porque contribuem na criação de necessidades surgidas dos interesses dos grupos dominantes na sociedade: as classes, os gêneros, os grupos de idade, os grupos organizados para melhorar a qualidade de vida e em torno ao poder e ao conhecimento, os grupos nacionais, religiosos, etc, etc.

A situação expressa a existência concreta das mulheres particularmente a partir de suas condições reais de vida: a formação social em que nascem, vivem e morrem cada uma, as relações de produção-reprodução e com ela a classe, o grupo de classe, o tipo de trabalho ou de atividade vital, os níveis de vida e de acesso aos ambientes materiais e simbólicos, a língua, a religião, os conhecimentos, as definições políticas, o grupo de idade, as relações com outras mulheres, com os homens e com o poder, assim como as preferências eróticas, os costumes, as tradições próprias e a subjetividade pessoal. (LAGARDE, 2005, p.33-34).



Assim, há um condicionamento imposto pelo sistema vigente, segundo a autora, que define genericamente a condição de vida das mulheres que dependem historicamente, se sujeitam, e se colocam como subalternas, nas suas relações. Para Lagarde (2005, p.36), “as mulheres estão cativas de sua condição genérica no mundo patriarcal”. Argumenta que tem usado o termo *cativeiro* para identificar a expressão político-cultural da condição da mulher, que não é livre para o exercício do protagonismo na história enquanto sujeito social:

Em nossa sociedade, a norma hegemônica da liberdade é classista e patriarcal: burguesa, machista, heterossexual, hetero-erótica e misógina. Daí que sejam historicamente livres os indivíduos e as categorias sociais que pertencem às classes dominantes, aos grupos genéricos e de idade dominantes (homens adultos, produtivos ou ricos e heterossexuais), às religiões e outras ideologias dominantes. (LAGARDE, 2005, p.37).

No entanto, as ações e atitudes de dominação no sistema vigente têm se mantido ainda fortes, embora os avanços sejam frequentemente registrados e estudados em diferentes realidades e comunidades do mundo. Uma das realidades enfrentadas pelas mulheres é que elas ainda fazem parte do grupo que detém alto índice de pobreza e analfabetismo, em diferentes regiões do mundo.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, a situação de escravidão vivenciada por mulheres de Bangladesh<sup>75</sup>, relatada por Yunus (2002, p.120), entre outros registros, dá conta de uma realidade em que as práticas ligadas à obrigação estabelecida pelo *Alcorão*<sup>76</sup> não permitem que as mulheres saiam de casa sem autorização dos maridos. E, por causa do *pardah*, um dos preceitos mais conservadores do islamismo, outros homens não as podem ver, a não ser parentes masculinos mais próximos. Essa prática foi um dos obstáculos enfrentados para o desenvolvimento do projeto de micro-crédito implantado pelo economista citado, que visava as mulheres como beneficiárias dos empréstimos bancários a baixas taxas de juros, para melhoria da sua qualidade de vida e de suas famílias.

---

<sup>75</sup> Bangladesh é um dos países mais pobres da Ásia, onde o economista Muhammad Yunus desenvolveu um projeto de micro-crédito buscando a participação das mulheres como agentes que retiravam financiamentos do Grameen Bank para melhorarem suas condições de vida doméstica. Em 2006 o autor citado recebeu o prêmio Nobel da Paz em reconhecimento ao seu trabalho.

<sup>76</sup> *Alcorão* ou *O Corão* é o livro sagrado dos muçulmanos. Para 800 milhões deles, espalhados em pelo menos 40 países do mundo ou um sexto da humanidade, o livro é a palavra textual de Deus. É um poema, uma oração e um código de leis que se sobressai por sua pureza de estilo, sabedoria e verdade, constituindo por essas características uma força indutora de comportamento religioso, social e político da humanidade. Maomé, que nasceu em Meca, na Arábia, em 570 d.C. e faleceu aos 62 anos em Medina, foi o Porta-voz de Deus à humanidade e seu livro, o Alcorão. (<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/alcorao.htm>)

A experiência inicialmente acadêmica e posteriormente comercial, que dura ainda hoje, alcançou mais de dois milhões de membros associados e o *Grameen* considerado *o banco dos pobres* tem mais de mil agências em Bangladesh, com mais de 10 mil empregados. Sua expansão, a partir dos primeiros contatos em 1977 realizados com as mulheres pobres, atinge atualmente 58 países, seguindo a mesma filosofia de pequenos empréstimos a baixas taxas de juro. As questões socioeconômicas presentes na base da sobrevivência da população daquele país, aliadas às questões religiosas e culturais, foram os elementos estimuladores para a intensa participação das mulheres, que perceberam na proposta apresentada, saídas eficientes para diminuição do grau de pobreza que enfrentavam, como afirma Yunus:

A pobreza não foi criada pelos pobres, mas pelo modo como a sociedade se estruturou, assim como pelas políticas implantadas. Se alterarmos sua estrutura, como fizemos em Bangladesh, as condições de vida dos pobres se modificam. Todos os financiados que ajudamos no Grameen nos levaram a concluir, sem medo de errar, que com uma ajuda financeira, mesmo pequena, os pobres são capazes de mudar totalmente de vida. Alguns precisavam de 20 dólares, outros de 100, outros ainda de 500 dólares; alguns queriam descascar arroz, outros fabricarem vasos ou panelas de barro ou comprar gado. Contudo, é importante observar [...] que nenhum dos nossos financiados sentiu necessidade de algum treinamento especial, por menor que fosse. Suas atividades cotidianas, em casa ou em seu campo de trabalho, lhes tinham garantido uma autoformação. Tudo o que precisavam era de capital. (YUNUS, 2002, p.264).

No Brasil, a luta das feministas entre as décadas de 1960 e 1970, seguiu as movimentações nacionais e internacionais dos movimentos sociais, que refletiam mudanças socioeconômicas e políticas de toda a ordem, e principalmente em relação à expansão do *sonho americano*, que prometia a prosperidade econômica, onde as mulheres seriam as *rainhas do lar*, consumindo os bens duráveis e uma parafernália de eletrodomésticos produzidos pela indústria emergente. Os registros históricos dos fazeres femininos dão conta disso, explica Pinto:

Um aspecto fundamental da realidade brasileira que deve ser notado desde o princípio é a presença dos movimentos de mulheres entre as classes média e populares no Brasil. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970 e que continuou a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Se não se pode tratar os movimentos de mulheres como algo totalmente dissociado do movimento feminista, deve-se reter de qualquer forma sua especificidade: foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público. São exemplos dessas organizações os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros. (PINTO, 2003, p.43).

Segundo a autora, o movimento feminista no Brasil a partir dos anos de 1970 se constituiu enfrentando um paradoxo: se de um lado buscava a autonomia e enfrentava a ditadura militar, de outro, era visto como um desvio pequeno-burguês. As questões políticas vivenciadas no país, na época, com a criação do multipartidarismo geraram uma problemática interna para o movimento, que se dividiu com quem era mais a favor dos partidos de esquerda ou dos demais. Também, havia o registro da necessidade de se defender uma luta específica para as questões das mulheres, em níveis nacionais, mas, de outra forma, havia a fome e a desigualdade social presente na realidade que as mulheres sentiam muito em seu cotidiano. Assim, o cenário constituído trazia para a discussão nacional a questão da desigualdade social, como um foco da luta dos partidos de esquerda, muito fortemente marcada, e de outro, a própria dicotomia do movimento feminista, que, internamente se conflitava com as desigualdades entre as mulheres pobres, negras, sem-terra com as mulheres ricas e intelectualizadas.

Se pensarmos que as *redes informais* são carregadas de *nós* - como numa trama de fios cheia de conexões que se comunicam e se transmutam através de fluxos, contatos e *mediações* presentes na constante dinâmica social – podem-se encontrar os elementos citados acima, ainda presentes na mulher do século XXI. Desse modo, se compõem funcionalidades que estão presentes nas discussões entre o que seja público e privado nas relações sociais, com a participação das mulheres, e o que se refere ao que seja de uma *essência feminina* diferenciada pela sexualidade do outro ser masculino, presente no corpo, que além de ser social é da produção e reprodução humanas.

E mesmo que as tecnologias venham para revolucionar os contatos interpessoais, através dos usos dos meios de comunicação, há realidades que só modificam pela própria ação humana, direta, no cotidiano de cada sujeito, nas suas localidades com suas próprias articulações, que vão aparecendo no coletivo.

No caso do grupo de mulheres da *CooperUnião*, do bairro Boa Saúde, o que as tem desafiado permanentemente é a necessidade de geração de renda para completar a renda do marido e de outros membros da família, ou até mesmo, que a sua renda seja a principal da manutenção familiar. A forte carga emocional expressa nos depoimentos, como o de Vanilda Soares Machado, atual presidente da cooperativa, demonstram as dificuldades enfrentadas, por ela e algumas de suas companheiras, para prover a família de alimentação, inclusive, até porque o marido permanece desempregado por mais de um ano. Essas situações vivenciadas pelas mulheres colocam em risco, muitas vezes, a operacionalidade do grupo que se sente

atingido pela falta de oportunidade de trabalho, apesar da busca constante de contratos em empresas da região.

Se Martín-Barbero trabalha as questões locais como uma viabilidade mais real e concreta para a criação de alternativas de melhoria da qualidade de vida, reconhecendo na organização dos bairros, *processos de mediações*, Holloway fala de um *desafio revolucionário* no começo deste século, que é “mudar o mundo sem tomar o poder”. Afirma o autor:

A idéia de tomar posições de poder seja a do poder governamental ou outras posições de poder mais dispersas na sociedade, não compreende que o objetivo da revolução é dissolver as relações de poder, criar uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade das pessoas. O que falhou é a idéia de que a revolução significa tomar o poder para abolir o poder. O que agora devemos tratar é a idéia muito mais exigente de uma superação direta das relações de poder. A única maneira de se imaginar agora a revolução é como a dissolução do poder, não como sua conquista. (HOLLOWAY, 2003, p.37).

E assim como o autor está tratando de um poder instaurado nas próprias relações interpessoais, que se pode ver aqui, inclusive, como as estabelecidas entre homens e mulheres - há aquelas que se referem às estruturas institucionais, hierárquicas, impostas pelo sistema econômico e político de grande parte dos países do mundo. Se isto acontece em nível macro, em administrações maiores de um sistema, nas quais, os interesses vão além do que se pode compreender, há também a disputa pelos micro-poderes presentes nas tramas mais singelas das relações sociais.

Ao pensar-se nas mulheres do bairro Restinga, pode-se relacionar suas realidades e a perda de parentes envolvidos em *drogadição* com a *prisão* a que se refere Holloway, da *teia da aranha*. E se pode considerar pertinentes as seguintes indagações feitas pelo autor (2003, p.36): “o Estado é apenas um nó de uma rede de relações de poder. Mas não estaremos sempre presos a uma rede do poder, não importa de onde comecemos? A ruptura é realmente concebível? Não estamos presos a um círculo sem fim de poder?”

No caso citado, há algo da dimensão humana, maltratado e contraditório, presente nas histórias daquelas mulheres, que vem embutido na desigualdade econômica, nas questões políticas, na carência de realização de muitos sonhos e desejos, mas que é possível ser dito. Esse fato de poderem expressar seu pensamento não será um *grito* de liberdade? De buscar saídas para esse tipo de *prisão*?

Se para Beauvoir (1980, p.464) que analisou o papel feminino na sociedade que vivenciava o início da era industrial, a mulher era educada no respeito à superioridade masculina, fomentando a ocupação do primeiro lugar pelos homens, para Fisher (2000, p.67), as

mulheres ainda são atraídas pela sedução masculina, no exercício de cargos de poder na escala hierárquica da sociedade, também presentes nas relações de casamento.

Para Lagarde, “o poder define genericamente a condição das mulheres”. Ela comenta sobre um poder que se cristaliza nas mais variadas instituições civis e estatais e, ao citar Foucault (1980), registra que “o poder surge, sem dúvida, ao nível das relações sociais e se encontra presente na reprodução pública e privada dos sujeitos sociais”.

E são das representações simbólicas tratadas pelas pesquisadoras citadas que se constroem as diferentes subjetividades femininas. Lagarde considera como “o conjunto de normas, valores, crenças, linguagens e formas de apreender o mundo, conscientes e inconscientes”. O que se pode referir aqui, como presentes também na formulação das *mediações* tratadas neste trabalho.

No entanto, as mulheres vivenciam um processo de rejeição e negação, que, em muitos momentos torna-se contraditório e atraente. Essas são condições genéricas presentes no tecido social, estruturadas em torno da sexualidade e da própria forma com que as mulheres tratam essas questões, juntamente com outras, de cunho social, desenvolvidas por elas, como a facilidade de organizar-se e reunir-se em grupos igualitários, não hierárquicos e cultivar redes de contatos.

Nas conversações com as mulheres dos dois grupos da pesquisa, nota-se uma desenvoltura marcada por um vocabulário desenvolvido a partir de suas vivências, de suas ações comunicativas comunitárias, e percebe-se o grau de compreensão para os problemas sociais que enfrentam ao trabalhar com outras mulheres. É o que Mata refere-se à recuperação da dignidade pelo exercício da palavra:

O exercício da palavra como via de recuperação da dignidade, como passo da condição de coisa à de sujeito de pleno direito é um exercício de ingresso na cena pública, de extensão das competências linguísticas socialmente determinadas, de construção de uma nova identidade: a da mulher que assume papéis tradicionalmente designados aos homens em termos de representação social, em termos de participação e liderança. (MATA, 1997, p.27)

Ao ocuparem espaços de maior visibilidade, considerando-os de seu pertencimento, as mulheres burlam a regra geral imposta pelo mundo masculinizado, quando esse entende que o silêncio de fala muitas vezes significa exclusão de um processo de construção da sociedade. Mata aborda essa questão:

Nesse sentido, o silêncio feminino, ao qual tantas vezes se alude para fundamentar a necessidade de desenvolver estratégias e práticas orientadas a devolver a voz à mulher, não é pensado como ausência de palavra, mas basicamente como exclusão de um determinado espaço e como um veto, quer dizer a desqualificação para nomear o que excede ao campo assinalado socialmente às mulheres e para expressar-se nele. (MATA, 1997, p.26).

Mas há outras discussões que a expressão da fala através dos processos de comunicação direta, e do uso da mídia, em diferentes situações provoca polêmica entre as mulheres que exercem trabalho voluntário, vinculadas às *Organizações Não Governamentais*. Principalmente, quando as entidades enfrentam conflitos internos provocados por seus próprios vínculos com os grupos de voluntários. Aliás, este é um elemento que gerou críticas às administrações de algumas delas, como as primeiras mulheres ouvidas para a escolha do tema desta pesquisa, as *Promotoras Legais Populares*.

Ao trabalharem como voluntárias recebem uma pequena ajuda de custo, que não substitui um salário ganho com horas de trabalho efetivo; não recebem acompanhamento de profissional da Psicologia para tratar das questões emocionais que as afetam e são chamadas constantemente para participar de reuniões de definições de projetos, dos quais elas não recebem qualquer valor monetário. As próprias mulheres vinculadas à Associação Cultural de Mulheres Negras, também enfrentaram essas situações.

Portanto, o conhecimento adquirido pelas mulheres referidas através de suas diferentes formas, repercute nos mais diversos *nós* das *redes informais de comunicação* que vão se entrecruzando e se traduzindo em ações, atitudes cotidianas fundamentalmente assentadas também nas relações de trabalho e de geração de renda. No caso específico das mulheres analisadas neste estudo, a questão econômica, de sobrevivência, é fator preponderante para que realizem suas ações cotidianas de transformação da realidade, para uma vida melhor com os filhos, a família e os grupos sociais de seu pertencimento. Por isso, faz-se necessário o recorte da *mediação trabalho*, como um dos elementos significativos na formulação de suas *mediações* gerais.

### 3.2 Trabalho

Para se tratar da *mediação trabalho*, como uma *mediação* abstrata, pode-se tomar o comentário feito por Liedke (1997, p.268), que afirma: “pode ser entendido, estritamente, como esforço físico ou mecânico, como energia despendida por seres humanos, animais, máquinas ou mesmo objetos movidos por força da inércia”. Para a autora esta acepção refere-se apenas ao trabalho físico utilizado na transformação dos elementos em estado natural, “ou ainda, à produção, manutenção e modificação de bens ou serviços necessários à sobrevivência humana”. No entanto, desde que a Revolução Industrial introduziu as relações entre empresários e trabalhadores – no início do século XIX - e o sistema foi-se desenvolvendo com o uso da força humana intelectual e a força bruta das máquinas, essas relações tornaram-se críticas por se intensificarem com a aplicação do tempo em diferentes escalas. Ao tempo dedicado à produção de bens e serviços e ao tempo dedicado para a criação e o usufruto cultural do homem e da mulher que trabalhavam para suprir suas necessidades materiais.

Marx distingue que as mudanças na organização do trabalho, com o fim do artesanato pressupôs uma divisão de tarefas com operações simples. A utilização de máquinas para liberar mais tempo para o lazer provocou desvantagens para o espírito e o corpo dos trabalhadores. Segundo o autor (2002, p.75), “estas desvantagens revelam-se, por exemplo, na elevada mortalidade dos trabalhadores de fábrica[...]”.

Mas, não se pode tratar da *mediação trabalho* sem que se trate das suas referências históricas para a humanidade, relacionando-se o termo com outros dois, significativos, para se entender a conjuntura estabelecida por um sistema baseado na exploração da mais-valia, onde as mulheres estudadas vão se inserindo como trabalhadoras: *emprego e desemprego*.

Na Revolução Industrial as diferenças salariais entre homens e mulheres bem como o emprego de mão-de-obra infantil analisadas por Marx, são referências, ainda hoje, entre outras conexões do autor. O emprego da mão-de-obra feminina, por exemplo, em fábricas inglesas de fiação de algodão, na primeira metade do século XVIII, já superava em número o emprego da mão-de-obra masculina, e a remuneração delas era mais baixa que a dos homens, nas mesmas funções.

Consideradas como questões sociais, no século XIX originadas das relações capital e trabalho, onde o *trabalho*, para a economia política era apenas um dos fatores do processo de

produção, as diferenças nas relações sociais impostas aos trabalhadores foram sendo agregadas às disfunções vinculadas à sociedade industrial. As mudanças geradas também foram formatando, de acordo com Marx (2002, p.71) “um aumento do poder produtivo do trabalho e a riqueza, e o requinte da sociedade empobrecem o trabalhador e o transforma em máquina”. Assim, para Marx, mesmo que o produto do trabalhador seja o trabalho, o salário que recebe não é integral e, sim, de parte do que executa, ficando a *mais-valia* com o capitalista. Essas questões relacionadas ao desenvolvimento da sociedade ocidental europeia e americana, principalmente, a partir do século XIX, intensificaram o empobrecimento vinculado à industrialização, *grosso modo* já existente em todas as sociedades até então.

Se Marx aborda a questão do *trabalho* como algo que se estrutura na base das relações capitalistas no ano de 1867, Amartya Sen, cento e trinta anos depois, avança na discussão sobre *capital humano* e *capacidade humana*. Para este autor:

O primeiro conceito se concentra no caráter de agentes [agency] dos seres humanos, que por meio de suas habilidades, conhecimentos e esforços aumentam as possibilidades de produção e o segundo se centra na sua habilidade levar o tipo de vida que consideram valiosa e incrementar suas possibilidades reais de escolha. Ambas perspectivas estão relacionadas porque se ocupam do papel dos seres humanos e, em particular, das habilidades efetivas que estes alcançam e adquirem. (SEN, 1997, p.1)

Pode-se dizer que daqueles estudos e análises feitas pelo pesquisador alemão, ao se considerar a evolução e o desenvolvimento de diferentes processos dentro da economia política no mundo, que aconteceram e causam repercussão ainda hoje, é que das relações do trabalho assalariado foram se construindo na prática, situações de distanciamento entre os ganhos do empresariado detentor da exploração da *mais-valia* e os ganhos dos próprios trabalhadores, que vão se tornando mais empobrecidos, com o avanço da história.

No entanto, ao se abordar as questões do trabalho assalariado, se vinculam questões da relação entre a riqueza e a pobreza, pois é da origem do sistema capitalista que se está tratando, a partir da sociedade industrial. Quando a palavra *pobreza* surge no vocabulário do mundo ocidental civilizado, como um elemento que se apresenta na estrutura social humana, parte-se da idéia aparente que ela sempre existiu, a partir da origem do homem. Obviamente, se pensarmos na história da Humanidade, vai-se ter uma série de tratados sobre as variantes vivenciadas socialmente, em que essas duas palavras – *riqueza* e *pobreza* - estiveram no centro da discussão. Destaque-se aqui, o conceito de *pobreza* definido por Castells:



É uma norma definida institucionalmente, que se refere a um nível de recursos abaixo do qual não é possível atingir o padrão de vida considerado mínimo em uma sociedade e época determinadas (em geral uma faixa de renda estabelecida em função de um determinado número de membros de uma residência, definida pelo governo ou por instituição competente). (CASTELLS, 2000, p.96).

Polanyi (2000, p.52) localiza no fim do regime feudal, com o “cercamento dos campos abertos e as conversões da terra arável em pastagem, durante o primeiro período Tudor na Inglaterra” como um processo que causou a “desgraça do povo”, pois muitos condados se viram ameaçados de despovoamento. O paroxismo de um progresso econômico não-regulado teria causado um aumento da riqueza para criadores de carneiros, por exemplo, com o aumento dos campos de pastagens, que não conseguiam alcançar um mercado consumidor adequado:

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000, p.53).

No sul do Brasil, enquanto isso, como afirma Torronteguy (1994, p.11) “os despossuídos ajudaram a construir uma sociedade de classes”, fora das cercas de arame, “voltada para os valores impostos por aqueles proprietários, que na época estavam envolvidos com a economia exportadora, já com alguma escala de comércio”.

Para Polanyi (2000, p.55), no entanto, é do desenvolvimento da produção artesanal, com a produção da lã e do aproveitamento do algodão, na Inglaterra, que se criam fatores favoráveis ao estabelecimento da indústria têxtil, “o veículo da Revolução Industrial”.

Muitos autores registram que a Revolução Industrial é uma das marcas para se tratar das desigualdades sociais, e a intensificação da *pobreza* no mundo. Gaudié (1998, p.2) é enfático: “o lugar do pobre existe a partir do fim da Idade Média na sociedade, tanto em termos de posicionamento no sistema social quanto de localização geográfica”. E completa:

Seria exagero afirmar que nenhuma mudança ocorreu nessas políticas no início do século XIV e o fim do século XVIII. Pode-se, entretanto, salientar, ao preço de uma importante simplificação, que tais políticas constituíram variações sucessivas em torno de três temas recorrentes: a atitude diante dos pobres se inscreve, durante esse

período, em uma dialética entre assistência e repressão, sobre um fundo produtivista claramente marcado, a partir do século XVII, com a esperança, sempre frustrada, de tornar os pobres rentáveis. (GAUTIÉ, 1998, p. 3).

Se, a partir da Revolução Francesa no campo político e a Revolução Industrial no campo econômico, houve um dismantelamento rápido das regulações tradicionais tanto na França quanto na Inglaterra, como consta de diversos estudos, que repercutiram em outros países do mundo, novas possibilidades de regulação surgem criando em si, *um verdadeiro mercado de trabalho*. Segundo Gautié (1998), também se constituem novas ordens de *pobreza* ao lado do novo sistema econômico: a *pobreza* como consequência direta do funcionamento da fábrica, que tem o trabalhador miserável cujo salário é baixo demais, e a *pobreza* do miserável desprovido de trabalho. Dessa maneira, se pode associar a existência da *pobreza* naqueles países europeus, a partir da ordenação da funcionalidade humana no período dos séculos XIV a XVIII, e em um segundo momento, a partir da organização e da instauração do *trabalho* assalariado, como forma de aproveitamento da força humana na geração de produtos, bens e serviços no processo de industrialização, desde o início do século XIX, já como uma consequência do sistema capitalista vigente, em boa parte do mundo.

Também segundo o autor citado, foi na passagem do tempo do século XIX para o século XX, que o *desemprego* aparece como uma “invenção que contamina a tomada de consciência de uma nova realidade”. Para Gautié (1998, p.4) “o desemprego é bem mais do que o novo nome de uma realidade muito antiga, a falta de trabalho, que teria adquirido dimensões particularmente importantes com a industrialização”. Outros processos vão acontecendo como consequência dessa *invenção*, como, por exemplo, as discussões sobre o *direito ao trabalho* e a instituição de um contrato de trabalho, que:

Inscreve a relação de trabalho no tempo e faz dele um vínculo de subordinação entre um indivíduo e uma entidade coletiva, a empresa. Aparece, então, o emprego, como inscrição social e jurídica, da participação dos indivíduos na produção das riquezas, sendo que o desemprego poderá ser definido como o seu negativo. (GAUTIÉ, 1998, p.7).

Entende-se, pois, o que trata Gautié (1998) sobre o *emprego* e o *desemprego* como uma invenção moderna a partir da industrialização, que esses dois termos representam simbolicamente uma relação formal do sistema capitalista, que reenquadra o *trabalho* nessa denominação. O que importa, entretanto, é que ao se desconsiderar a existência da formalidade que estabelece a relação entre empregadores e empregados, os postos de trabalho permanecem

como sendo a referência principal para os trabalhadores. Por isso, adota-se a *mediação trabalho* para identificar essas relações.

Se na França e na Inglaterra o tema da economia era central na sua organização interna, o Brasil enfrentava a escravidão em relação aos demais países latino-americanos que vivenciavam situações relacionadas à exploração colonial de suas riquezas naturais, em torno da primeira metade do século XIX. No entanto, essas questões históricas prepararam o que se desenvolveu a partir do início do século XX que levou a humanidade a vivenciar momentos de avanço científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que, sob o domínio do sistema capitalista, obteve mais destruição que bem-estar, até a chegada do século atual, como explica Tiriba:

No limiar do terceiro milênio, o desemprego apresenta novas dimensões. A primeira é a dificuldade de encontrar um primeiro emprego, o que tem deixado perplexos os jovens que tentam se inserir no mundo do trabalho. A segunda é que não conseguem acesso a um posto de trabalho e são jogados no “olho da rua” não apenas os trabalhadores com baixo nível de escolaridade e, portanto, considerados semi ou “desqualificados”, mas também parte significativa daqueles que adquiriram as mais variadas gamas de qualificação. O desemprego aflige tanto as camadas mais empobrecidas como as camadas médias da sociedade, produzindo uma simbiose e, ao mesmo tempo, enfrentamentos, entre os tradicionais e os novos excluídos. [...] A terceira dimensão é a duração prolongada do desemprego, levando, muito comumente, as pessoas ao trabalho por conta própria, ou seja, a buscar – individual ou coletivamente – alternativas para a satisfação dos seus meios de sobrevivência. (TIRIBA, 2001, p.24-25).

Castells (2000, p.97) argumenta sobre o surgimento de um “quarto mundo”, com o desenvolvimento do capitalismo informacional, no final do século XX, que gera mais *pobreza e exclusão social*. Para o autor “o discurso sobre exclusão social denota a tendência comum de se excluir permanentemente determinados segmentos da população dos mercados de trabalho formais”. Castells se refere à individualização da mão-de-obra como a prática mais difundida da economia formal urbana, que acaba tornando o trabalho assalariado ainda mais precário.

Para se abordar as questões relacionadas ao *trabalho* realizado pelas mulheres, e em especial daquele realizado pelas mulheres observadas neste estudo - até porque são mulheres moradoras em bairros de baixo poder aquisitivo - não se pode dissociar das questões relacionadas à pobreza. Um fenômeno que se molda às questões de *gênero*, de *etnia* e de *estrutura da família* - principalmente em países como o Brasil e em outros da América Latina, da África e da Ásia - que vai além dos aspectos socioeconômicos instaurados a partir das relações de trabalho assalariado.

Mesmo sendo multifacetada com questões que envolvem ainda a saúde, o saneamento básico, a educação e a segurança da população - pelo menos mais acentuadas nas últimas décadas - a base da pobreza no Brasil se configura como aquela que se estabelece na carência de recursos para a sobrevivência da maioria de sua população. Trata-se, pois, de ligação complexa, que se apresenta muito fortemente na vivência cotidiana das mulheres analisadas, também, pois o *trabalho* se constitui elemento não só de valorização da auto-estima delas e de seus familiares, como também algo que se amálgama ao processo de relações sociais por elas estabelecidas, no sentido da produção e do aproveitamento de uma mão-de-obra necessária nas suas estruturas diárias. São valores que estão registrados na subjetividade das relações e das falas expressas nas conversas delas, e se traduzem na busca de estratégias de sobrevivência, como esclarece Tiriba:

O fato é que, além da econômica, diferentes tipos de pobreza – de subsistência, de afeto, de proteção, de participação, de identidade, liberdade, etc. – têm gerado patologias individuais e coletivas, remetendo-nos a uma pobreza maior: a pobreza humana. (TIRIBA, 2001, p.49).

Na América Latina<sup>77</sup> e Caribe, 36 países ocupam a faixa territorial que se estende desde o México até a Argentina, incluindo o Chile no extremo sul do continente americano, com uma população de cerca de 517 milhões de habitantes.

De outra forma, dados apresentados pelo Banco Mundial<sup>78</sup> em 2003, indicam que as mulheres conseguiram melhorias importantes na educação e no acesso ao mercado de trabalho, *mas há muito a fazer em matéria de pobreza e exclusão social, saúde reprodutiva e violência doméstica*. De acordo com as informações do Banco Mundial:

Na realidade, a participação da mulher no mercado de trabalho continua sendo muito inferior à do homem. No Brasil, 56 por cento das mulheres participam no mercado de trabalho, no Chile 44 por cento, na Colômbia 56 por cento, no México 43 por cento e no Peru 55 por cento, enquanto que em todos esses países a participação dos homens ultrapassa 77 por cento. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 1).

Os dados também indicam que as diferenças salariais presentes nas realidades de países como Honduras, Venezuela, Brasil, Colômbia, Argentina e México, permanecem. As mulheres ganham menos que os homens em todos os países da região, com exceção da Costa

77 Seminario sobre problemática del abastecimiento y saneamiento en iberoamerica – III Congreso Ibérico sobre gestión y planificación del agua. "la directiva marco del agua: realidades y futuros" (Sevilla - España), del 13 al 17 de noviembre del 2002) *site Hidrored* <http://tierra.rediris.es/congresos/psevilla/sevilla.html>

78 Em 8 de março de 2003, o Banco Mundial apresentou o relatório Desafios y oportunidades para la equidad e género en América Latina y el Caribe, elaborado para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Rica. Na Argentina, a mulher ganha 98%, do salário de um homem, no México 89%, na Colômbia 84%, no Peru 80%, no Brasil e no Chile 77%, em El Salvador 74%, e na Nicarágua 64%.

Ao comentar sobre a vida das mulheres latino-americanas Gonzáles de la Rocha<sup>79</sup> aponta um constante aumento da participação feminina nos mercados de trabalho, “como resultado da necessidade de ingressos (que aumenta nos anos de crises econômicas) dos lares, assim como da necessidade dos empregadores de mão-de-obra cada vez mais barata”.

O Brasil, que é o maior país da América Latina (e o quinto país do mundo em extensão territorial), detém o segundo maior Produto Interno Bruto – PIB - da região, com uma população de, aproximadamente, 187 milhões e 500 mil habitantes<sup>80</sup>, segundo dados do IBGE<sup>81</sup>, que representa 2,8% da população mundial<sup>82</sup>. A grande maioria dessa população, cerca de 83%, vive em zonas urbanas, o que confirma o processo de urbanização acelerado nos últimos anos. Os jovens e as mulheres têm intensificado a migração do campo para a cidade, mais do que os adultos homens e os idosos. “Em consequência, há um envelhecimento da população rural e um rejuvenescimento da oferta de mão-de-obra urbana, com o campo tornando-se majoritariamente masculino”, informa documento do IPEA.

De outra forma, vale o destaque para o número de mulheres brasileiras que sustentam seus lares, isto é, são chefes da família. Em 2000, o IBGE apontava que o contingente de mulheres era de 86.223.155, das quais 11.160.635 eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 12,9%.

Um outro documento divulgado pela Organização das Nações Unidas, em 2006, informa que as mulheres representam 95 milhões do total de migrações que ocorrem no mundo<sup>83</sup>. Consta do documento da ONU que:

Milhões de mulheres que ocupam milhares de postos de trabalho em diferentes países, contribuem com centenas de milhares de dólares em remessas a seus lugares e comunidades de origem. Para os países anfitriões o trabalho das mulheres migran-

79 O artigo *Gênero e Pobreza Urbana, Observações para uma discussão*, de Mercedes González de la Rocha, foi publicado no site CIESAS Occidente, Population Research Center/UT, Austin EUA. Visita ao texto em 01/10/2006

80 Estimativa feita em outubro de 2006, como consta no site <http://www.ibge.gov.br/> acessado em 17 de outubro de 2006.

81 Dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Pesquisa Retrato da Desigualdade 2ª Edição – setembro de 2006, baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que é mensal.

82 Bureau do Censo dos Estados Unidos. “Até 2012, já teremos 7 bilhões de humanos e até 2050, provavelmente, a população da Terra alcançará um pico de 10 bilhões, quando então começará a declinar. O dado causa preocupação, já que muitos especialistas calculam que os recursos naturais da Terra só seriam capazes de abastecer cerca de 4 bilhões de seres humanos”.

[http://www.saudeemmovimento.com.br/reportagem/noticia\\_exibe.asp?cod\\_noticia=2049](http://www.saudeemmovimento.com.br/reportagem/noticia_exibe.asp?cod_noticia=2049)

83 Relatório sobre o *Estado da População Mundial 2006*, do Fundo de População das Nações Unidas.

tes está tão imbricado na trama da sociedade que quase não se percebe. (RELT. ONU, 2006, p.1)

O movimento das migrações, que é instigado pela globalização não só da economia, mas também das culturas transnacionais, apresenta, no entanto, algumas dificuldades. Embora haja a própria condição de mudança de vida de um país para outro, com possibilidades de melhoria econômica, nem sempre o trabalho feminino trás segurança de uma vida melhor para as mulheres que migram de seus países de origem. Muitas vezes estão sujeitas a um outro tipo de escravidão, submetidas à exploração ainda maior, enfrentando perigos que dão provas da falta de oportunidades adequadas para migrar sem risco e em condições legais.

Questões que também envolvem o trabalho doméstico remunerado, na América Latina e em especial no Brasil, pois o tema passa a estar nas discussões de modernidade como um elemento vinculado a processos de *igualdade* mencionados por autores da teoria da modernização, a partir da década de 1970, ao se referirem àquelas transformações advindas do desenvolvimento tecnológico que, supostamente provocaria *um igualitarismo social*. No entanto, as correntes feministas conseguem ampliar a discussão em níveis acadêmicos para o tema *trabalho e gênero* sob um olhar mais crítico, como explica Brites (2000, p.44) dando destaque para a obra de Heleieth Saffioti em 1976. Segundo a autora, nos últimos 30 anos houve uma expansão nas discussões feitas, tanto nos meios acadêmicos, quanto em outros espaços da sociedade, no sentido de se tratar do tema como algo que, como afirma León citada por Brites:

Não é “uma atividade de mercado que se compra e vende força de trabalho, mas também como um modo de vida” (1993:281), pois as empregadas vivem a maior parte do seu tempo num entrelaçamento entre o mundo público – o cumprimento de uma atividade profissional – e o mundo privado, uma vez que a tarefa é cumprida no ambiente doméstico. (BRITES, 2000, p.45).

Estas questões remetem a muitas outras que se apresentam na constituição das *redes informais de comunicação*, como as sensibilidades, os afetos, a história pessoal, o que está na memória de cada mulher, e as formas de se relacionar com o mundo, procurando fórmulas resolutivas através de ações concretas ou de um discurso visível e expresso através da fala. Isso acontece, principalmente quando as mulheres realizam suas *mediações* e contemplam essas considerações nas trocas familiares, nas relações com a comunidade e seus variados vínculos sociais. O que se está tratando neste estudo é de estratégias e táticas desenvolvidas num mundo real, vívido e concreto, portanto, da inserção das mulheres em diferentes ambientes sejam eles considerados espaços urbanos ou rurais, mas que se definem também como

espaços constituintes dos vários ecossistemas do planeta. Sob esse ângulo, Leff aborda os sentidos do saber humano considerando que:

O ambiente não é o entorno, nem o meio ecológico; não é apenas esse saber que circunda o conhecimento centrado. O ambiente do saber arraigado do ser, do ser constituído por seu saber, é a rede de relações de alteridade que se estabelecem entre seres diferenciados com seus saberes diferenciados. A consciência ecológica se inscreve, assim, em uma política da diferença referida aos direitos do ser à invenção de novas identidades atravessadas e constituídas em e por relações de poder no saber. (LEFF, 2006, p.326).

Ao se observar os debates em torno das relações *de gênero e trabalho*, deslocando-o para uma visão naturalista, pode-se compreender o que Leff comenta sobre a própria aproximação das lutas *ecofeministas*. Para ele, a condição biológica da mulher na divisão sexual e social do trabalho e nas relações de dominação, dentro das estruturas hierárquicas estabelecidas pelo patriarcado, embora tenham servido para ampliar os avanços e conquistas, não devem ser elementos de base para a reivindicação de outras possibilidades que levem à equidade e à justiça social:

O enigma a decifrar e a política a construir reclamam a compreensão da forma particular de ser mulher da perspectiva política que abre uma “visão” feminista e de gênero na questão do poder, da cultura, da organização social, da natureza e do desenvolvimento sustentável, e que vai além do lugar da mulher em uma dada estrutura social e das reivindicações de igualdade com os lugares privilegiados dos homens em determinada ordem estabelecida. (LEFF, 2006, p.326-327).

Ao considerar-se o comportamento das mulheres analisadas nos dois grupos deste estudo, observou-se um permanente *estado de alerta*, como já foi referido anteriormente, ou seja, um registro constante de preocupação relacionada ao uso do tempo na geração de possibilidades de ganho financeiro, na forma convencional do *trabalho*, dentro ou fora de casa, que contribuam na renda familiar. Isso é o que leva as mulheres do grupo do bairro Restinga a executarem serviço doméstico fora de suas moradias, e apenas uma mulher realiza trabalho que não seja considerado serviço doméstico. No caso das mulheres da *CooperUnião*, independentemente de realizarem tarefas domésticas nas suas próprias moradias, vão para a sede da cooperativa com a intenção e a necessidade do recebimento de valores em moeda corrente para comprarem, muitas vezes, a comida do dia.

Segundo pesquisa mensal<sup>84</sup> realizada sobre o perfil dos trabalhadores domésticos de seis regiões metropolitanas brasileiras, em março de 2006, na região metropolitana de Porto Alegre as mulheres predominavam entre os trabalhadores domésticos com um percentual de 95% da população ocupada. “O serviço doméstico remunerado é, ainda, considerado uma das formas de inserção no mercado de trabalho mais precárias pelos baixos índices de formalização e reduzidos níveis de rendimentos”, informa o documento do IPEA. E completa:

No Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE (PNAD 2003), é de R\$ 279,70 – contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para homens negros e R\$ 931,10 para homens brancos. (IPEA, 2006, Internet).

O estudo mostra que o trabalho doméstico remunerado está representado em 17,5% do restante das demais atividades em que as mulheres estão presentes, no país, e é uma forma de inserção predominantemente feminina em todas as regiões pesquisadas, como informa o levantamento oficial. No mesmo período, os trabalhadores domésticos do sexo masculino registraram uma participação que oscilou entre 0,6% e 0,8% dos homens ocupados.

E, quando se trata de remuneração, vale a pena o destaque para o valor do salário mínimo nacional em novembro de 2006: R\$ 350,00. Esse é o valor mínimo mensal que serve como base para o cálculo do trabalho diário de faxinas e outros trabalhos domésticos. Segundo indicativos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, DIEESE, - um dos órgãos que calcula o valor da cesta básica como uma medida econômica do país - o salário-mínimo, para uma *família brasileira*<sup>85</sup>, deveria ser de R\$ 1.510,00, tendo em vista que o valor da cesta básica em Porto Alegre chegou a R\$ 179,07 no mês de outubro de 2006. Para os economistas<sup>86</sup>, o valor do salário mínimo deve prever, no mínimo, quatro vezes o valor da cesta básica. O DIEESE faz uma pesquisa mensal sobre o valor da cesta básica “entre 14 capitais, e São Paulo tem a cesta básica mais cara, custando cerca de R\$ 0,70 a mais

84 Dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – *Pesquisa Retrato da Desigualdade* 2ª Edição – setembro de 2006, baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que é mensal.

85 O DIEESE considera a família constituída *de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.* Como consta do site <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminnov06.xml> - pesquisa em 01/11/2006

86 Segundo site da Agência Brasil de Fato <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/nota.2006-11-01.8208199537> pesquisa em 01/11/2006



do que em Porto Alegre. No acumulado do ano, todas as capitais tiveram barateamento na cesta básica, com exceção de Florianópolis. Para comprar os produtos básicos<sup>87</sup>, o trabalhador usa 55,40% do seu salário, tendo de trabalhar cerca de 112 horas no mês”.

Portanto, ao se tentar compreender o desenvolvimento das relações *de trabalho* com o constante aumento da presença das mulheres no mercado profissional, constata-se que há, de acordo com registros das pesquisas mais recentes por organismos oficiais e nos estudos paralelos, se não um profundo aumento no fosso da desigualdade pela dominação masculina, um profundo aumento das desigualdades também por compreensão de um mundo que envolve questões econômico-financeiras, de educação, de sustentação de um ambiente saudável, entre outros.

Como já se abordou aqui, a realidade vivenciada pelas mulheres dos grupos estudados para este trabalho, executam serviços domésticos remunerados, como as moradoras do bairro Restinga, além da busca de alternativas de sustentação econômica como é o caso das mulheres da *CooperUnião*, de Novo Hamburgo. Elas se inserem nos dados de mulheres trabalhadoras e algumas delas são chefes da família, o que as torna sobrecarregadas em sua jornada diária.

### 3.2.1 O trabalho informal no Vale do Sinos

Para os trabalhadores da indústria calçadista o desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos, a partir da década de 1960, alcançou um momento *de ouro*, quando conseguiram transformar suas experiências de agricultores oriundos de regiões mais distantes do interior gaúcho e de outros estados brasileiros, em diferentes saberes na produção de calçados e outros produ-

---

87 O texto do documento do DIEESE de 1993, publicado no site da instituição diz: “Em 30 de abril de 1938, foi regulamentada a Lei no 185 de 14 de Janeiro de 1936 pelo Decreto Lei no 399. Este estabelece que o salário mínimo e a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (D.L. no 399 art. 2º). [...] Apresentaram também uma lista de alimentos, com suas respectivas quantidades. Esta cesta, chamada Cesta Básica Nacional (Ração Essencial Mínima) seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. O decreto estabelece também uma estrutura de gastos de um trabalhador. Dos cinco itens que compõem essa estrutura (habitação, alimentação, vestuário, transporte e higiene), estipulou-se uma ponderação, onde a soma total é de 100%. O decreto Lei nº 399 determina que a parcela do salário mínimo correspondente aos gastos com alimentação não pode ter valor inferior ao custo da Cesta Básica Nacional (art. 6º par. 1º).” Os produtos que compõem a Cesta Básica Nacional são carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (Tomate), pão francês, café em pó, frutas (Banana) açúcar, banha/óleo e manteiga. (<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>) pesquisa 01/11/2006

tos, nas décadas de 1970 e 1980, ampliando, assim, a produção coureiro-calçadista iniciada pelos imigrantes alemães, na região, no século XIX.

O Brasil começou a exportar calçado e aos poucos foi se transformando num grande país produtor e, conseqüentemente, num grande gerador de postos de trabalho. No entanto, a industrialização acelerada que tem gerado riquezas e expectativas de ampliação do mercado, ao enfrentar dificuldades na década de 1990, diante do quadro de mudanças gerais nas políticas de importação e exportação nacionais e internacionais, principalmente, provocou distorções nos investimentos e acabou desestabilizando o setor, que tem sofrido crises ciclicamente.

Mesmo que a indústria calçadista gaúcha registre perdas significativas, atualmente, no que se refere aos lucros alcançados nos últimos anos, em relação à produção nacional e internacional de calçados e outros derivados do couro, o Rio Grande do Sul ainda é o principal fabricante de calçados do Brasil. “Em 2004 cerca de três mil empresas geraram 140 mil empregos diretos. Em torno de 70 por cento da exportação brasileira de calçados sai do Rio Grande do Sul. Em 2005, os embarques somaram 99 milhões de pares e geraram uma receita de US\$ 1,3 bilhão”, segundo informações da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - ABICALÇADOS<sup>88</sup>.

A região é considerada pelos empresários *o maior cluster calçadista do mundo* e no Rio Grande do Sul compõe com outros três pólos calçadistas – do Vale do Paranhana, da Serra Gaúcha e do Vale do Taquari – um dos maiores complexos industriais do país. Segundo as informações da indústria calçadista:

O Vale do Rio dos Sinos é responsável por cerca de 60% das exportações brasileiras de calçados em valor e 70% em volume. Os calçados produzidos na região são enviados para mais de 130 países. A grande concentração de empresas especializadas em calçados femininos forma um dos maiores arranjos produtivos do setor no mundo. Na região estão instalados ainda 80% dos produtores de máquinas para fabricação e calçados e 60% dos produtores de componentes. As principais fábricas de calçados estão localizadas em Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos e Novo Hamburgo. (ABICALÇADOS, 2006, Internet).

Ao se dimensionar a informação contida no site da ABICALÇADOS, se pode deprender que, aparentemente, há um volume de produção que se expressa em *riquezas* - e, supostamente, se há riquezas no setor, há lucro – o que não deveria gerar fechamento de postos de trabalho, como tem acontecido nos últimos anos. Mas a situação não era essa, pelo menos até a segunda metade de 2006.

---

88 Informações contidas no site ABICALÇADOS – Associação Brasileira da Indústria do Calçado – resenha estatística 2006. [http://www.abicalcados.com.br/index.php?page=pesquisa\\_polos&est=1](http://www.abicalcados.com.br/index.php?page=pesquisa_polos&est=1)

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, de 2001 a setembro de 2006, foram demitidos 19.904 trabalhadores com carteira assinada há mais de um ano. Outras estimativas indicam que de maio de 2005 a maio de 2006, mais de 20 mil trabalhadores foram demitidos, no Vale do Rio dos Sinos, com o fechamento de fábricas importantes que se transferiram para outros Estados como a Bahia e Pernambuco<sup>89</sup>. Os trabalhadores alegam que a crise do setor calçadista baseia-se no tripé *desvalorização do real, produtos chineses - que entram no país mais baratos do que a produção nacional - e o alto ICMS cobrado pelo Estado dos produtores locais*.

Questões que foram se transformando, na prática, em experiências particulares de grupos de trabalhadores com suas famílias, ou mesmo no trabalho individual informal, de homens, mulheres e até crianças, na organização de novas oportunidades de geração de renda, os chamados *ateliêrs de calçados*. Normalmente, são implementados em espaços diferenciados dos ambientes das fábricas, e muitas vezes até instalados como uma extensão do espaço de moradia.

Ao se depararem com a *terceirização* – um *neologismo* criado para identificar a prestação de serviços de trabalhadores e trabalhadoras fora de seus postos de trabalho - as empresas constituídas, geralmente, sem um contrato formal de trabalho e com remuneração abaixo da média do mercado profissional, pode-se dizer, vivenciam na atualidade uma nova *invenção*, a exemplo do que foi relacionado com a *invenção do emprego e do desemprego*, depois da Revolução Francesa, citado por Gautié anteriormente.

Geralmente a *subcontratação* ou *subemprego* não prevê benefícios e segurança, no mínimo, de um salário garantido. Nesses casos, o trabalhador recebe uma remuneração por *empreitada*, ou seja, ganha pela quantidade de produção que realiza, com excesso de horas e, muitas vezes, em condições insalubres, precárias e inseguras. Assim, quando se fala em *terceirização da mão-de-obra* ou *trabalho informal*, na região, logo se associa à produção de calçados ou de bolsas, por exemplo, que ocorre nos *ateliêrs de costura*, que funcionam na informalidade.

Ao comentar sobre a *reestruturação produtiva* do setor coureiro-calçadista como consequência das diferentes crises econômicas, Navarro (2001)<sup>90</sup> afirma:

---

89 Vários sites de notícias sobre produção de calçados e outros produtos informam sobre demissões e transferência de fábricas para outros Estados brasileiros.

90 O artigo *Reestruturação produtiva e precarização do trabalho na indústria de calçados no Brasil*, de Vera Lucia Navarro foi publicado no site. [http://www.nodo50.org/cubasiqloXXI/congreso04/navarro\\_290204.pdf](http://www.nodo50.org/cubasiqloXXI/congreso04/navarro_290204.pdf) acessado em 24/10/2006.

A terceirização é uma estratégia empresarial que pode ser adotada quando não há espaço físico suficiente no interior das fábricas para comportar seções da produção que abrigam um grande número de trabalhadores e de máquinas. Assim, aquele discurso é falso, enganoso. Neste caso o repasse do trabalho de corte feito pela empresa a um intermediário, que contrata trabalhadores sem registro em carteira, apenas serve ao propósito de baratear os custos de produção do calçado. Na medida em que a “empresa mãe”, para utilizar uma terminologia empresarial, se desincumbe de pagar os parcos direitos sociais dos seus trabalhadores. A clandestinidade desta nova forma de exploração de trabalho é denunciada pelo horário em que é realizado — à noite, quando já se encerrou a jornada normal de trabalho na fábrica. (NAVARRO, 2001, Internet).

Mais do que situar a problemática das relações de trabalho no contexto do Vale do Rio dos Sinos e dos demais pólos calçadistas do Rio Grande do Sul, com a *terceirização* servindo de ponte na busca de formas alternativas de geração de renda, advindas do processo de reestruturação produtiva, constata-se que daí são geradas discussões voltadas para o exercício do trabalho coletivo, que resultam em associações ou em cooperativas. São movimentos organizados pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras que percebem ações de valorização de sua mão-de-obra compartilhando em sua convivência diária, o espírito da melhoria da qualidade de vida de forma conjunta.

Se os processos econômicos historicamente apresentam engessamentos e desigualdades, aprofundando as diferenças por preconceitos que vão minando as relações sociais, a própria sabedoria humana formula brechas para romper com as situações mais rígidas do cotidiano. Dessa forma, a população parte de situações concretas e realiza ações para modificar o que se diz estabelecido, de forma autogestionária e autônoma, e consegue, apesar do enfrentamento de uma série de dificuldades para alcançar seus objetivos.

É o caso da Cooperativa de Trabalhadores do Calçado do Bairro Boa Saúde e Jardim Liberato Ltda., fundada em 2003, no bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçados e da Escola 8 de Março de Formação de Trabalhadores, que tem se estruturado fundamentalmente com o trabalho de mulheres.

A *CooperUnião* tem sido uma referência para o grupo observado neste estudo, onde as mulheres executam tarefas de *pesponto*, *chanfração* e *a passagem de cola*, na produção de calçados e bolsas, classificadas como tarefas auxiliares na fábrica, não havendo necessidade de pré-requisito de qualificação profissional. Fundamentalmente, a cooperativa é um local onde elas realizam trocas de saberes e *mediações*, interagindo com seus *processos comunicacionais* para melhoria da sua qualidade de vida e de seus grupos sociais. Essas questões, assim

como as conexões realizadas pelas moradoras do bairro Restinga, nas suas tarefas diárias de trabalho doméstico remunerado, serão vistas em capítulo específico, adiante. As situações vivenciadas pelas mulheres dos dois grupos estão presentes nos registros dos processos comunicacionais realizados por elas, como elementos constituintes das *mediações* por elas realizadas, na composição das *redes informais de comunicação*. A *mediação etnia* que se aborda a seguir compõe com as demais *mediações* destacadas, o recorte central deste estudo.

### 3.3 Etnia

A escolha da *mediação etnia* para este estudo se faz necessária tendo em vista a composição dos traços étnicos presentes nos dois grupos de mulheres observados. Um deles, o das mulheres trabalhadoras do bairro Restinga, de Porto Alegre, tem na sua base identitária a cor/raça<sup>91</sup> negra, de origem, na maioria delas, de grupos de moradores negros da própria capital gaúcha. O outro grupo, de mulheres trabalhadoras do bairro Boa Saúde, de Novo Hamburgo, tem na sua identidade principal a cor/raça branca, com a miscigenação das diferentes composições étnicas registradas em várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul, locais onde elas nasceram. Tem-se, como ponto de partida, a contextualização sócio-histórica que serve de pano de fundo para cada grupo estudado de mulheres.

O Brasil do século XXI retrata um país que vem sendo construído desde o seu descobrimento em 1500. Historicamente, o desenvolvimento de uma nação contempla na formação de sua população autônoma, livre e soberana, aqueles elementos da estrutura de funcionamento já estabelecida a partir de seus primórdios, que, no entanto, sofrem mudanças com o passar dos anos e dos séculos. Mesmo assim, há valores no *chão* da sociedade, que permanecem vinculados, principalmente, às situações de sobrevivência e manutenção econômica das famílias que têm como ponto básico de geração de renda, o *trabalho*. Porém, há também, no passado histórico - no caso dos brasileiros - as origens da miscigenação da cor/raça com o domínio do território pelos indígenas, inicialmente, e suas influências continentais, depois com a escravidão dos negros e sua conseqüente exclusão de um mundo europeizado a partir das colonizações portuguesa, italiana e alemã e, posteriormente, de outros grupos que se deslocaram de outras regiões do mundo para o maior país da América Latina.

A localização territorial contínua do Brasil, avançando do litoral para o interior do continente, sempre foi uma marca de destaque que interferiu nas relações dos povos hispano-

---

91 Usa-se a expressão cor/raça por ter se encontrado em várias publicações as duas variantes para a identificação étnica dos sujeitos e sujeitas que compõem a população brasileira, de diferentes origens.

americanos componentes das outras nações ali constituídas. Relações essas que se caracterizaram em sua grande maioria, desde o descobrimento do Brasil, como comenta Ribeiro (1983, p.220): “num isolamento de quase todo o bloco continental sul-americano que, apesar de sua contigüidade geográfica, não apresenta uma integração social e econômica correspondente”.

Ribeiro trata de uma *etnia nacional brasileira* que se formulou *multicultural* e *multirracial* originada dos papéis decisivos do negro e do índio, e do europeu:

Os processos de destribalização e deculturação destes contingentes para plasmar a etnia nacional operaram sob as compulsões da escravidão e, simultaneamente, com a miscigenação de uns com os outros e de todos com o português, sob a dominação deste último, que impôs sua língua, sua religião e uma ordenação social conformada de acordo com seus interesses de nação colonizadora. (RIBEIRO, 1983, p.221).

De acordo com a citação, depreende-se que de um passado forjado nas diferenças das populações locais, que eram os índios, miscigenadas com os negros que foram deslocados da África a partir do século XVI e escravizados até o século XIX, e os portugueses que aportaram no Brasil, diferente dos espanhóis em outras áreas da América Latina, resultou uma multicultural que se isolou no continente sul-americano, com base nos interesses trazidos pelos colonizadores. O autor destaca:

Apesar da disparidade das matrizes originais e das diferenças ecológicas, plasmou-se no Brasil uma etnia peculiar: racialmente heterogênea e em pleno processo de fusão, mas culturalmente coesa pela unidade do idioma, dos modos de ação sobre a natureza, das formas de organização social, das crenças e da visão de mundo. (RIBEIRO, 1983, p.221).

Para Ribeiro (1983, p.222) a matriz indígena *Tupi*, localizada em toda a costa brasileira, foi se misturando com a matriz européia gerando os primeiros tipos de uma etnia propriamente nacional: *os mamelucos* – com pais europeus e mães índias - que não eram nem índios, nem europeus, mas que representariam o principal tipo da sociedade brasileira.

Numa época em que os negros ainda não haviam chegado, o predomínio do conhecimento do índio sobre a vida na floresta tropical, com suas metodologias e visão própria do mundo, superava a arrogância do europeu que trazia novidades para convencê-los, ao mesmo tempo em que, aqueles se apropriavam do conhecimento nativo para se adaptarem a essa nova realidade do país colonizado. Por necessidade de sobrevivência foram explorando a sabedoria indígena para o desenvolvimento de roçados mais organizados, que produziam alimentos e os mantinham sem tanta carência de produtos comestíveis. A presença dos jesuítas no Brasil,

com a intenção de domesticar os índios, tratando-os como seres *incapazes*, apesar da sabedoria que tinham, intensificou as relações para que a cultura local fosse se transformando em objeto de geração de renda para os colonizadores.

Assim, a introdução de sementes e mudas de plantas como a cana-de-açúcar para o aproveitamento nos engenhos, construídos pelos descendentes de portugueses, motivou também a exclusão dos índios do processo produtivo e provocou a compra de negros africanos em regime de escravidão. Embora eles tivessem igualmente uma origem de vida tribal, na África, eram considerados mais evoluídos cultural e socialmente, diferentemente dos índios. Além disso, julgavam os portugueses, que toda a agressividade carregada pelos negros escravos seria diluída pelo afastamento de seus núcleos de origem, de sua língua e de suas comunidades, enfim, que não se sentiriam encorajados a fugir. Ribeiro destaca que os *conformadores fundamentais* desses novos núcleos de convivência que se formavam, nessa terra recém-descoberta foram:

A escravidão, como forma de contingenciamento da mão-de-obra e o sistema de fazendas, em que cada novo núcleo foi estruturado. Assim, segundo o autor, ao se tornarem o maior contingente da população agrária no país, os negros eram mais moldáveis a deculturação e integração em novos corpos culturais do que os mestiços livres provindos dos núcleos iniciais. (RIBEIRO, 1983, p.225).

Registros históricos dão conta de um processo que manteve sob regime de escravidão em torno de 4 milhões de negros trazidos da África<sup>92</sup>, por quatro séculos. Se em meados do século XVI a nascente população brasileira vivia aquela realidade - assim como havia uma certa semelhança em outros países latino-americanos - num processo em que a cultura popular se vinculava às origens raciais do homem e da mulher, pode-se pensar em relação ao século XXI, que a modernidade trouxe outras referências para essa cultura, considerada ainda como a essência da construção do sentido “das relações de trabalho, de religião e seus discursos”, como afirma Martín-Barbero (2001, p.103).

Os modos de produção eram assentados em bases tradicionais mecanicistas e as manifestações festivas tinham em suas bases os hábitos e costumes do índio e o que era possível

---

92 Segundo dados contidos no documento “Diálogos sobre o Racismo”, da Campanha Internacional “Onde você guarda o seu racismo?” Que foi criada a partir das discussões ocorridas durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001. O Brasil esteve representado e assinou os documentos oficiais, como membro participante.

<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/forms/saibamais.aspx>

experimental da história dos negros que, na escravidão imposta pelos portugueses, não podiam expressar plenamente. Na atualidade, o sistema vigente impõe, na sua essência, determinados hábitos e atitudes que, em certa medida, reporta àquelas situações de exclusão, para quem é hoje trabalhador assalariado, como é o caso das mulheres que fazem parte desse estudo.

A cultura popular referida por Martín-Barbero é aquela que trata da cotidianidade dos sujeitos, isto é, aquela que expõe uma linguagem traduzida pelo vocabulário e por gestos que manifestam ambivalências – ou seja, “que não apenas acumulam e dão vazão ao proibido, mas que ao operar como paródia criam uma atmosfera de liberdade”. O autor afirma (2001 p.106): “grosserias, injúrias e blasfêmias revelam-se condensadoras das imagens da vida material, e corporal, que liberam o grotesco e o cômico, os dois eixos expressivos da cultura popular”. Ao se referir a um certo realismo implícito nas manifestações populares, Martín-Barbero destaca o que Bakhtin chamou de *realismo grotesco*:

Diante do realismo que conhecemos, ou melhor, reconhecemos como tal, que é um naturalismo racionalizado segundo o qual cada coisa é uma coisa, pois se acha separada, acabada e isolada, o realismo grotesco afirma um mundo em que o corpo ainda não foi separado e fechado, pois o que faz com que o corpo seja corpo são precisamente aquelas partes pelas quais se abre e se comunica com o mundo: a boca, o nariz, os genitais, os seios, o ânus, o falo. Por isso é tão valiosa a grosseria, porque é através dela que se expressa o grotesco: o realismo do corpo. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.106).

Assim, essas referências citadas pelo autor estão presentes nas festas populares como o *carnaval*, até nos dias atuais, muito embora tenha havido uma série de transformações em relação ao figurino utilizado, por exemplo. Nesse caso, especificamente, a essência permanece a mesma, pode-se afirmar, tendo em vista que, o que se considera *grotesco* continua a ser exposto publicamente, durante o período de realização dessas festas, pelo menos nos grandes centros urbanos.

Portanto, quando se pensa nos elementos sócio-históricos da formação do homem e da mulher brasileiros não se pode deixar de falar de uma certa ‘cordialidade’ destacada por Holanda (1984, p.106), o que contrasta com as afirmações feitas por Martín-Barbero, ao se referir ao passado histórico dos povos latino-americanos, com seu *realismo grotesco*. Para Holanda, a cordialidade a que se refere, está presente, por exemplo, nas formas de escolha dos representantes da população, na esfera política, principalmente:



A escolha dos homens que irão exercer função pública faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida do Estado burocrático. [...]... É possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (HOLANDA, 1984, p.106).

Para o autor, a principal referência dos círculos fechados a que se reporta é a estrutura familiar, “que através de seus contatos primários sempre tem fornecido o modelo obrigatório de qualquer composição social” para o homem civilizado.

Mas, para o caso das *etnias nacionais*, Ribeiro (1983, p.140) discute que o novo tecido cultural cresceu pela multiplicação das células que se derivaram das matrizes originais, “construindo-se em ambientes ecológicos contrastantes; pela especialização de elementos novos devidos à sua própria criatividade ou adotados de outros contextos sociais e pela incorporação de novos contingentes humanos que lhes emprestam certos coloridos singulares”.

Há, portanto, de acordo com as idéias do autor, um plasma que se configura nas atitudes e procedimentos públicos e privados de partes da sociedade, que foram se consolidando ao longo da história do Brasil, inclusive se moldando ao desenvolvimento de tecnologias mais avançadas que vêm sendo aplicadas na produção de bens e serviços em diferentes âmbitos. Bens e serviços que vão se traduzindo em elementos da cultura mediada da população, ao se considerar o que Martín-Barbero discute sobre o assunto. Para o pesquisador (2001, p.271), já nos séculos XX e XXI o eixo da discussão gira em torno do conhecimento transmitido pelas Ciências Sociais, “e de um re-conhecimento na lógica da diferença, de verdades culturais e sujeitos sociais”. O autor reforça seu pensamento:

Reconhecimento de uma mestiçagem que, na América Latina, não remete a algo que passou e sim àquilo mesmo que nos constitui, que não é só um fato social, e sim a razão de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários que até agora só a literatura soube exprimir. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.271).

Mas, para Holanda, (1984, p.106-107) está na ancestralidade dos padrões do convívio humano, informados no meio rural e patriarcal, a origem de um traço definido do caráter do brasileiro, destacado por muitos estrangeiros que visitam o país, *como hospitaleiro e generoso*. Na referência feita por Holanda, sobre a postura do brasileiro, está embutida a compreensão que se tem sobre as formas de relacionamento estabelecidas e suas visibilidades, a partir da estrutura familiar. E mesmo com a abolição da escravatura em 1888, outros processos vie-

ram como a adoção do contrato de trabalho para os colonos italianos e alemães, que contribuíram no desenvolvimento agrícola do país, no final do século XVIII, e durante todo o século XIX, permanecendo ainda no início do século XX, no trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e de café e de outras produções, que foram sendo introduzidas como a soja, o trigo, o milho, o arroz e o feijão.

No entanto, há outros elementos do processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural do país, impregnados no tecido social, que ocorreram a partir do século XIX, com a Revolução Industrial e que avançaram no século XX e permanecem presentes no início deste século, como propulsores de mudanças de comportamentos sociais, inclusive em relação à composição étnica da sociedade brasileira. Um exemplo disso foi o desenvolvimento das empresas de comunicação, com a intervenção dos meios como os jornais, o rádio e a televisão, como já se referiu em capítulo anterior.

Do início da década de 1950 até o final da década de 1960 o país sofreu grandes transformações em sua configuração produtiva, mudando-se daquela matriz agrícola para outra, com a implantação de grandes indústrias nacionais e estrangeiras, que provocaram por sua vez, um processo de desenvolvimento acelerado de diferentes ordens, como por exemplo, a grande concentração da população nos centros urbanos e no seu entorno.

Em 1950 a população brasileira era de 51.944.397 habitantes, distribuída em 1899 municípios no país; em 1960, 70.992.343 habitantes ocupavam 2.766 municípios; e em 2.000, 169.590.693 de pessoas se distribuíam em 5.507 municípios. Desse total registrado, 137.755.550 habitantes se concentravam nas zonas urbanas e 31.835.143, se localizavam nas zonas rurais. Em levantamento feito em 2003 a população brasileira era composta de 52,7% de brancos, 41,4% de pardos e 6% de pretos; 0,4% amarelos e 0,2% indígenas. Mesmo que esses dados oficiais dêem conta de que quase metade da população se identifica como da cor/raça de *pardos*, o que gerou polêmica após a sua divulgação, consolidou-se a informação que o Brasil é o segundo país do mundo, depois da Nigéria, em população de origem negra, ao se somar o número de *pardos* e *negros*. Dessa forma, e após os comentários divulgados na mídia sobre os dados que compõem a etnia dos brasileiros, pode-se subentender que muitos habitantes consultados tiveram dificuldades em considerar a miscigenação como algo que tem uma origem étnica, e, portanto, deve ser distinguido num processo de coleta de informações como essas, da mesma maneira que outras características raciais devam ser mais específicas.

Em outubro de 2006 o IBGE<sup>93</sup> estimou a população brasileira em torno de 187 milhões e 500 mil habitantes. Desse total, cerca de 83% vivem em zonas urbanas e 17% em zonas rurais. Segundo o documento que retrata as questões de gênero e raça do IPEA e UNIFEM<sup>94</sup>, publicado em 2006, da população negra, referindo-se a dados coletados em 2003, aproximadamente a metade é composta de mulheres:

As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” 1. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial freqüentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens.(IPEA/UNIFEM, 2006, p. 5).

Diante dos dados levantados observa-se, inclusive, a transformação geopolítica que o país sofreu, com o aumento do número de municípios desde a década de 1950 e, por consequência, em toda a sua trama de produção socioeconômica e cultural que isto significa.

O que se quer entender, a partir dessas discussões, está na estrutura de relações sociais e de comunicação, que vêm se estabelecendo na história do país, interligando os comportamentos culturais das origens étnicas da população, que trazem nas matrizes de formação da sua identidade, traços da referência nativa dos índios, da agregação de valores trazidos pelos negros e do que pode ser adquirido das trocas com os povos europeus. Costumes, hábitos, figurinos, alimentação, modelos de produção, usos de técnicas foram incorporados aos modos de vida dos moradores locais, muito mais por um processo de transmissão oral e de registros históricos, daqueles que foram os fundadores da população do maior país da América Latina. Esses referenciais se fazem presentes na atualidade, na miscigenação da população, que sofre as consequências do aumento dos níveis de pobreza, pelos desajustes políticos, econômicos e sociais da conjuntura do país.

O isolamento geográfico do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, e a sua integração tardia ao resto do país, geraram situações recorrentes de uma tensão permanente desde o final do século XVI, em que aparecem dois elementos importantes na busca da formação da

---

93 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - responsável pelas informações contidas nos censos demográficos dos últimos anos no Brasil.

94 Retrato das Desigualdades Gênero e Raça, publicado em setembro de 2006, de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fundo das Nações Unidas para a Mulher.

identidade dos gaúchos: autonomia e integração. Segundo Oliven (2006, p.62) a “ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constituem num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e evocada”.

O autor (2006, p.62-63) trata de uma peculiaridade natural, local, traçada pelos rios, lagoas, serras e selvas, características da região Cisplatina, que fez com que o *Continente de São Pedro*<sup>95</sup> ficasse isolado por dois séculos do Brasil. E trata também de uma outra peculiaridade histórica, da qual o Brasil passa a usufruir economicamente a partir do século XVII quando o gado bovino começa a render na exportação do couro, para a Europa, feita por Buenos Aires, ou pela *Colônia de Sacramento*<sup>96</sup>.

As disputas entre os portugueses e espanhóis, para a obtenção do domínio do território, geraram marcas que permaneceram na identidade dos nativos – advindas da mistura dos índios, negros e portugueses – que vieram constituir a população local. E é Oliven (2006, p.63) quem destaca, na formação da identidade dos gaúchos, entre outros elementos, a “situação estratégica de fronteira da região e a força viril dos homens na lida com as forças da natureza, além da árdua vida campeira”, com a presença das mulheres que embora sofressem com as perdas de seus maridos, irmãos e filhos nas constantes guerras, tivessem que assumir com frequência a responsabilidade de sustentar a família.

Questões que estão, também, representadas simbolicamente na vida das mulheres trabalhadoras observadas neste estudo, em sua cotidianidade, onde um dos principais elementos para a sua sobrevivência é o *trabalho* que se cruza, como as demais *mediações* aqui destacadas, com as questões de *etnia*.

A presença da cor/raça negra nos traços étnicos da estudante Caroline Dílson, de 23 anos, tem sido um fator que merece cuidados de sua parte, na medida em que se coloca diante de desafios significativos enfrentados por sua família, como a doença que atinge seu pai. A mãe, trabalhadora doméstica, tem contribuído com sua formação escolar e na medida em que avança nos estudos busca melhoria de condições de trabalho para colaborar na renda familiar. Ao se perceber descendente de uma família de etnia negra, Caroline tem assumido um papel de trabalhadora que compreende esse lugar, mas que tem indignação por suas dificuldades econômicas.

---

95 Nome dado à região do Rio Grande do Sul na época das disputas entre portugueses e espanhóis.

96 Identificação de uma área de posse do governo português, na região banhada pelo rio da Prata, onde hoje é o Uruguai, e se constituiu foco de disputa com os espanhóis por estar num local privilegiado, até que veio a se tornar área de domínio definitivo dos espanhóis, por onde eram escoadas as exportações de couro, principalmente, da região.

Ao se aproximar do grupo de mulheres multiplicadoras de saúde da ACMUN, pensou em aproveitar seu conhecimento adquirido no Curso Técnico de Enfermagem para repassar a outras mulheres, as informações necessárias de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Mesmo tendo concluído o curso, ela ainda não havia alcançado um posto de trabalho que fosse condizente com o seu aprendizado na escola, por isso estava realizando tarefas de atendimento ao público numa locadora de filmes de propriedade de uma parenta de seu namorado, para receber alguma remuneração.

Para Genecy Ferreira, 35 anos, a questão da cor/raça tem sido motivo de embate no seu processo de construção social. Ao ser alertada para o exercício de olhares críticos sobre a mídia, a partir das oficinas de comunicação realizadas com as demais companheiras do grupo, passou a observar de um jeito mais contundente a programação das emissoras de televisão locais e a elaborar melhor sobre as diferenças subjetivas ali colocadas.

No grupo de mulheres trabalhadoras da *CooperUnião*, do Bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo, não há nenhuma mulher descendente de negros, diretamente. Todas têm origem no tipo étnico do gaúcho, isto é, há a mistura do índio, do negro e dos portugueses ou espanhóis, principalmente, em suas ascendências. Ou então, herdaram de seus antecedentes algum traço da cultura alemã ou italiana, presentes na constituição da população dos municípios do Vale do Rio dos Sinos, como Novo Hamburgo, que tem na sua base a colonização alemã, iniciada em 1824. Para Vanilda Soares Machado, que tem cabelo preto, liso e a pele morena, a “brincadeira” entre as colegas de a chamarem de “*neguinha*”, *não chegava a ofender*, afirmou ela. Érica Wolf Stoffel, 49 anos, outra trabalhadora da Cooperativa, moradora do bairro, tinha dificuldade em falar e compreender o idioma português, o que dificultou a sua compreensão para o exercício das tarefas específicas, relacionadas à costura de calçados. Ou, de outra forma, a necessidade expressa de outra trabalhadora – Alice Colling – também de ascendência alemã - que queria freqüentar o ensino básico para poder contribuir na aprendizagem dos filhos que estavam estudando. Alice não conseguia distinguir o uso das consoantes, adequadamente, no idioma português, por influência da língua alemã. Para elas, a relação de vizinhança é bastante importante, na medida em que se dão conta da constituição de uma comunidade com valores locais fortes, baseados na cultura alemã, que podem ser trocados freqüentemente, principalmente com quem não tem essas referências.

É exatamente a referência à constituição de uma tipologia regional para identificar o morador do Rio Grande do Sul a que se apresenta na história das lutas fronteiriças com o Uruguai e a Argentina, onde a palavra *gaúcho* tem a sua origem, como explica Oliven:

Se na Argentina e no Uruguai a palavra gaucho se refere a um emblema nacional, no Brasil a palavra cognata gaúcho se refere a um tipo regional, diretamente associado a um Estado, o Rio Grande do Sul. [...] Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem a enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc. (OLIVEN, 2006, p.65-66).

O autor também tece comentários sobre outros termos utilizados na região da Campanha, para identificar o tipo local, como *guasca* e *gaudério* que encerram um sentido mais *libertário* na sua compreensão. Além disso, outros historiadores/escritores trouxeram análises importantes sobre a constituição social do gaúcho, que pode ser considerada uma questão ideológica, como afirma Chaves citado por Oliven:

Trata-se essencialmente de um fenômeno ideológico o processo de construção do gaúcho como campeador e guerreiro inserindo-o num espaço histórico onde os atributos de coragem virilidade, argúcia e mobilidade são exigidos a todo o momento, transportando-o ao plano do mito.(CHAVES, apud OLIVEN, 2006, p.67).

Os autores se referem mais aos homens, ao tipo masculino e menos às mulheres que, mesmo exercendo papel importante na administração das tarefas domésticas e contribuindo assim para que os seus maridos, irmãos e filhos tivessem uma vida guerreira durante os períodos de lutas e batalhas das quais eles participavam, eram vistas como subalternas, na estrutura familiar.

Outro aspecto destacado por Oliven (2006, p.66), por exemplo, era a presença dos negros na constituição da sociedade sulina, que pertenciam à classe dos escravos das estâncias, tratados de forma *mais humana*, numa situação de privilégio em relação aos escravos charqueadores, como referenciou o naturalista francês Saint-Hilaire em suas andanças pela região. Considerando a vida à vontade que tinham aqueles escravos, o pesquisador não deixou de ser preconceituoso ao afirmar que “fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos”, ao comentar sobre os escravos das estâncias.

Segundo Oliven (2006, p.69) “em 1814, 29% da população do Rio Grande do Sul era formada de escravos e, em 1862 esta percentagem era de 27,3”. Mas é Cardoso (1997) quem trata da questão racial do sul do Brasil com outras informações esclarecedoras. O autor refere-se à estrutura hierárquica instituída a partir do início do século XVI até o início do século

XIX, destacando o papel dos militares que impuseram hábitos e costumes à população civil no sentido de servirem às Companhias Militares e de outra forma, a constituição de uma elite de estancieiros e proprietários de terras e gado que se contradiziam em seus comportamentos, com os escravos.

Os *senhores de estância* inferiam uma suposta *democracia rural* ao se colocarem em situação *de igualdade* nas lides campeiras, tratando os *escravos* e os *peões* de maneira *fraternal*. Cardoso, que fez extensa pesquisa sobre o tema no Brasil Meridional, também se refere aos textos históricos, que continham em muitos de seus conteúdos, comentários preconceituosos e discriminatórios aos negros, como aqueles escritos por Jorge Salis Goulart, muitas vezes contraditórios com a realidade citada em documentos da época:

Salis Goulart, historiador bem informado, não podia deixar de reconhecer a existência de restrições aos negros, de desigualdades de condições materiais de existência e assim por diante. Entretanto, como ideólogo da “democracia rural” não percebe as contradições que perfilha e postula, ora mostrando a existência de trabalhadores pobres que sequer possuíam vida familiar organizada, ora indicando a existência de barreiras aos negros. (CARDOSO, 1997, p.117).

Há, segundo Cardoso, marcas históricas da constituição da *sociedade rural democrática*, da época para os dias atuais, em relação “à glorificação do branco-senhor magnânimo em face do negro”, que *realmente* era considerado inferior e não *socialmente* inferior. Entre as diferentes citações e referências de textos históricos e registros da época, Cardoso comenta que “a democracia rural quando descrita pelos epígonos assume conotações de puro verbalismo sem a menor preocupação documental”. Por fim, segundo o autor (1997, p.123), “o ‘problema’ negro e a sociedade escravocrata como ‘problema’ não caem no horizonte intelectual dos agentes sociais, senão através de formas de apreensão da realidade que a desfiguram e impedem seu conhecimento objetivo”.

No entanto, a formulação de um *pré-conceito* sobre os escravos negros determinada pelas relações estabelecidas com as demais hierarquias sociais no final do século XVII e durante o século XVIII trazia a marca da economia e da produção que dominava a região sul do país. A geração da renda da produção de gado que movimentava o comércio de couro e as charqueadas estava na base da constituição de relações sociais que discriminavam os negros e os índios, considerados minorias na constituição da sociedade local, o que também se apresentava não só nas relações entre os grandes estancieiros, mas de igual forma entre aqueles produtores que não tinham grandes áreas de terra e eram mais pobres.

É Cardoso (1997, p.130) quem argumenta, baseado nos escritos de Saint-Hilaire de 1820, que, embora havia os *senhores de estância* mais abastados, de maneira geral a vida da comunidade – da sociedade civil – era de muita *rusticidade*. Até os tecidos utilizados nas roupas das famílias, e dos escravos, eram feitos em casa, com uma condição: os tecidos para os escravos eram mais grosseiros, diferentemente dos tecidos para os membros das famílias. De outra forma, enquanto os índios desempenhavam bem em cima dos cavalos, auxiliando na corrida do avanço das tropas nas lutas e batalhas, os negros eram os primeiros a enfrentarem os inimigos com lanças e tochas. Assim, eram mais frontalmente dizimados, enquanto os militares e os estancieiros ficavam em segundo plano nos conflitos.

No entanto, os índios ensinaram os homens da estância a lidar com os instrumentos para amansar animais como a *boleadeira*, o *laço*, o *tirador*; e ensinaram a usar a indumentária necessária ao trabalho, como a *bota de couro*, o *xiripá*, o *poncho*, mais tarde assumidos como elementos da cultura do gaúcho, que tanto poderia estar mais sofisticada na figura do *dono da estância*, ou mais adequada ao uso cotidiano, na figura do *peão*, que foram seus descendentes.(FREITAS, 1993, p.449).

Pode-se afirmar, portanto, que aquelas relações de exclusão foram se tornando *naturalizadas*, numa cotidianidade forjada em situações distintas entre os senhores brancos e seus núcleos familiares, de uma aparência social nas quais não havia misturas entre os diferentes sujeitos da realidade vivida na época, em diferentes locais do território que é hoje o Rio Grande do Sul.

Porém, outros estudos indicam, que a miscigenação havida em outras partes do país foi mais bem reconhecida do que aquela ocorrida no Rio Grande do Sul, muito embora houvesse as mesmas diferenças classificatórias de cor e raça. Não deixaram de ocorrer relações paralelas, mesmo assim, fora dos tradicionais casamentos no civil e no religioso, uma prática instituída pelas elites sociais, que também serviriam para aumentar a exclusão de índios e negros, não tão aculturados como os brancos de origem portuguesa e espanhola, ainda durante o período da escravatura.

A região metropolitana de Porto Alegre – constituída de 31 municípios, a partir de 2001 - onde se incluem os municípios do Vale do Rio dos Sinos - também era habitada por índios *charrua* e *minuano*, e alguns núcleos de negros escravos até que imigrantes portugueses e outros, alemães e italianos, transformaram suas características demográficas, a partir do século XVI. Porto Alegre, que veio se tornar capital, tem na sua história a formação étnica



dos 60 casais açorianos fundadores da primeira vila de *São Francisco dos Casais*, em 1752, que se juntaram aos nativos índios e negros escravos.

Segundo Spalding (1967, p.89) depois que a pequena *freguesia* tinha sido elevada à capital em 1773, “somente 35 anos mais tarde seria elevada à categoria de vila, e 49 anos levaria para chegar à cidade”. E quando se tornou cidade em 14 de novembro de 1822, as *atas governamentais*, de acordo com Spalding, registravam o seguinte:

Extra-muros, no ano de 1822, continuava Porto Alegre no mesmo: chácaras pela depois Praia de Belas, pela Estrada da Azenha, Estrada da Aldeia, Moinhos de Vento que, apesar de seus moinhos já se tornara mais povoado, e mais longe, estâncias até Belém e Itapuã e caminho de Viamão. A vida social, como sempre: calma, serena. De quando em quando bailes e teatro. Teatro de amadores. E os expostos que continuavam a aparecer pelas portas das residências. Pretos, mulatos e brancos. (SPALDING, 1967, p.89).

Assim, a referência do historiador à população mais pobre, originária de relações sexuais fora dos casamentos oficiais, chamada de *expostos* – era composta *de negros, mulatos e brancos*.

Entretanto, mesmo com o *status* de capital, Porto Alegre e, por conseguinte, outras regiões do território sulino, viviam momentos de exceção, em relação ao restante do país, que estava em franca época de independência da Coroa Portuguesa, sofrendo os reflexos políticos de mandos e desmandos do processo transitório vigente. Foi em 1835, que a capital se torna visível para outras localidades do país, com o início da *Revolução Farrroupilha* que se tornou também conhecida como a *Guerra dos Farrapos*.

A guerra durou dez anos e nesse período a capital contou com a presença do ainda Conde de Caxias, que muito contribuiu para o seu desenvolvimento, assinando atos para melhorias na sua infra-estrutura urbana. O desenvolvimento da cidade ocorreu tardiamente, no entanto, segundo o historiador Spalding (1967, p.107), uma vez que, até então, Porto Alegre servia como um corredor de comércio para escoamento da produção agrícola que começava a movimentar a região, com a produção de alimentos, de couros e charques, já com a presença dos colonos alemães e italianos que se instalaram em cidades como São Leopoldo desde 1824, e em Novo Hamburgo, alguns anos mais tarde.

Singer, outro autor que estudou o desenvolvimento econômico e social da época, (1977, p.159) afirma que o avanço da colonização teve um elemento importante: a implantação da estrada de ferro em 1869, a partir de Porto Alegre, para São Leopoldo e Novo Hamburgo, Taquara e Canela, prosseguindo posteriormente com outras linhas que foram modifi-

cando o cenário de projeção do Estado. Se a cidade iniciava um outro processo urbano, a sua região metropolitana também foi se ampliando, com a presença dos imigrantes e dos nativos que se tornaram trabalhadores, participantes do desenvolvimento local.

Assim, a complexidade do uso das máquinas chegava ao sul do Brasil trazida pela perspectiva do desenvolvimento que acontecia, por exemplo, também na Europa, 28 anos antes. É Mattelart quem se refere ao sucesso da implantação da primeira linha férrea de longa distância (140km) e internacional, em 1841, entre Strassbourg, na França e Bâle, na Suíça:

A partir dessa matriz, a crença redentora na comunicação/máquina/progresso vai se tornar o senso comum do século XIX. Ela passará dos trilhos ao telégrafo, aos balões, depois à aviação e ao cinema. Cada geração técnica engendrará seu refrão comum sobre a união entre “máquina dos sonhos” e a grande família humana. (MATTELART, 2002, p.142).

Para Singer (1977, p.167) mais do que estabelecer uma economia de subsistência, inicialmente deficitária e depois capaz de proporcionar excedentes comercializáveis, a produção de gêneros alimentícios no Rio Grande do Sul, posteriormente, dirigida ao mercado nacional, acabou gerando também outra situação de consumo, como explica o autor:

Surge um próspero artesanato, que se dedica à satisfação das necessidades de consumo dos seus habitantes: ferreiros, serralheiros, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, oleiros e fabricantes de tonéis; tecelões e alfaiates; fabricantes de charretes, barcos, moinhos de farinha e moendas de cana, etc. Este artesanato demonstra o parcelamento do mercado colonial em numerosos núcleos locais relativamente estanques, cada um tendendo a certa auto-suficiência. (SINGER, 1977, p.167).

O autor destaca que, a produção que estabelece negócios com outras regiões do país, permite aos produtores-imigrantes a possibilidade de importar produtos manufaturados do exterior. O que causa transformação da agricultura de subsistência para a produção comercial com sua dependência de condições econômicas externas, já se tratando a divisão do trabalho com sujeição às alterações inesperadas na luta pelo rebaixamento dos custos de produção.

Depois da abolição da escravatura em 1888, que sofreu um processo lento e difícil para acontecer, com muitos movimentos nacionais pró-abolição, e da proclamação da república em 1889, Porto Alegre entra em franca fase de industrialização em 1890. Fato esse que só contribuiu para que se acentuassem as diferenças socioeconômicas na sociedade. Mesmo vindo a ocorrer uma miscigenação maior entre os descendentes de índios, negros, portugueses e espanhóis, e posteriormente, com os alemães e italianos, o fosso cultural e racial aumentou,

embora se consolidasse no final do século XIX a sustentação da identidade do tipo regional do gaúcho. É Torronteguy quem define a composição desse tipo característico do sul do país:

A formação do tipo gaúcho sul-rio-grandense remonta às lutas de fronteira entre Portugal e Espanha. Os bandeirantes, os tropeiros e contrabandistas paulistas e lagunenses, os jesuítas, os aventureiros espanhóis, os santafesinos, os indígenas tape, minuano, charrua e guarani, os escravos africanos e os soldados e aventureiros portugueses foram os tipos humanos que, numa mistura cultural e racial, compuseram por dois séculos, desde o primeiro quartel do século XVII até o primeiro quartel do século XIX, um tipo humano distinto: o gaúcho sulino. (TORRONTÉGUY, 1994, p.18).

Miscigenação, referida acima, reconhecida a partir da década de 1930, por Gilberto Freyre, um outro estudioso citado por Oliven, que trata do surgimento de um movimento positivo, crescente em nível nacional no século XX, a partir da originalidade da população da Bahia e de outros Estados do nordeste brasileiro, com bases essencialmente assentadas na cultura afro-índia. Oliven destaca:

Mas, ao passo que em outros estados do Brasil, como a Bahia, o negro comparece como dos formadores da identidade, no Rio Grande do Sul sua imagem é relegada a um segundo plano. De fato, a historiografia gaúcha tradicional, apesar de reconhecer a existência generalizada do escravo no estado, insistiu na sua pouca importância no processo de trabalho. (OLIVEN, 2006, p.157).

Em relação aos demais Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul, juntamente com Santa Catarina e Paraná “detêm um contingente populacional negro de 3,7 milhões de pessoas representando 15% da população total da região<sup>97</sup>”. Da população total da capital gaúcha 82,8% dos indivíduos são brancos, 16,7% são negros incluindo os que se consideram pardos, e 0,7% são asiáticos e indígenas<sup>98</sup>. A herança portuguesa dos casais açorianos que fundaram a cidade em 1752 prevaleceu, embora tenha havido um aumento da miscigenação ao longo de sua história. Os dados são referência, embora se possa ter uma idéia que a realidade seja outra, com a miscigenação acontecendo mais rapidamente. Sem contar que os remanescentes dos redutos de luta pela libertação, da época da escravidão – os quilombolas – estão na atualidade conquistando o que vêm reivindicando há, pelo menos, um século.

Em outubro de 2006, o Presidente da República assinou o decreto de desapropriação da área do Quilombo Silva, primeiro quilombo urbano do país. A área, que pertence a uma

---

97 Idem, idem, página 45.

98 De acordo com livro sobre população negra, ‘Porto Alegre assume sua negritude’, editado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana, em 2004, pág. 45.

região considerada *nobre* e muito cobiçada por construtoras de prédios em Porto Alegre, tem 6.500 metros quadrados onde vivem cerca de 80 descendentes de escravos. Segundo dados do governo estadual, existem 1.500 famílias quilombolas identificadas no Rio Grande do Sul. A maioria delas está concentrada em áreas rurais de 28 municípios das regiões Sul e Central, onde 55,2% das famílias têm propriedades com área inferior a três hectares<sup>99</sup>.

Portanto, entende-se que os elementos até aqui trabalhados tornam-se referências para uma *mediação* étnica significativa na constituição das diferentes identidades regionais dos brasileiros e brasileiras, e, principalmente, na dos gaúchos e gaúchas. Alguns deles continuam presentes nas relações sociais nesse início do século XXI, quando a participação dos negros na cultura do Estado permanece com igual importância histórica. Embora o seu reconhecimento seja muito mais pelo engajamento de muitas instituições civis, que representam movimentos sociais fortalecidos pela população em condições de exclusão, do que dos escalões políticos e de parcelas da sociedade que querem continuar ignorando os registros da composição étnica de boa parte dos gaúchos e gaúchas, surgem novas brechas para a discussão e avanços sobre o tema.

De outra forma a *mediação* de *etnia* aqui tratada se entrelaça nos fios subjetivos das *redes informais de comunicação* para as mulheres observadas no presente estudo, com a próxima *mediação* de *família*, onde se encontram suas origens herdadas e que estão sendo passadas a seus filhos e parentes, como veremos a seguir.

### 3.4 Família

Para se falar da trama intersubjetiva das relações familiares ou do que se pode considerar *família*, na contemporaneidade, com um olhar sobre o espaço doméstico, privado, não se pode deixar de falar das tramas opacas do cotidiano dos sujeitos, onde as relações sociais acontecem em diferentes micro-organizações, e onde a ética solidária aparece em contraponto aos diferentes processos de competitividade existentes no tecido social. Goldani (2002, p.29)<sup>100</sup> argumenta que no final do século XX, “o trabalho e a família continuam sendo os eixos organizadores da vida de homens e mulheres de todas as idades, raças e nacionalidades”.

São, pois, duas *mediações* significativas, concretas, no *chão* da sociedade: *trabalho* e *família*, com as quais, ao se pensar nas *redes informais de comunicação* constituídas com a

---

99 Nota informativa da Agência Chasque de Notícias em 30/10/2006./ <http://www.agenciachasque.com.br/>

100 Informações contidas na Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, jan./jun. 2002

*mediação das mulheres*, vai se estabelecendo o suporte para as relações entre práticas econômicas, organizações sociais e brechas culturais, que saem da opacidade para as vivências perceptíveis dos sujeitos. Situação essa que é o resultado de uma evolução ancestral para a sociedade atual.

Para Lagarde, (2005, p.368-369) “na ideologia dominante só se reconhece a existência da família. Não se aceita que há formas diversas de domesticidade e, por essa razão a qualquer grupo de reprodução deste nível se representa como família e a partir do modelo, se a avalia”. A autora afirma:

O importante do enfoque antropológico é que destaca a historicidade da família no sentido de ser um feito sociocultural multideterminado, em processo com princípio e fim. Com este enfoque é evidente que nem sempre tenha existido a família, se não diferentes formas de reprodução doméstica. A ideologia dominante considera a família como um feito natural, como uma forma de organização existente entre os animais, e eterna. Sem dúvida, antropólogos e sociólogos têm analisado o surgimento e a reprodução de famílias em diversas sociedades, e analisam sua extinção em sociedades contemporâneas. (LAGARDE, 2005, p.368).

A autora comenta sobre a constituição de grupos domésticos que podem ser aqueles compostos por uma família com outras relações – “baseadas na escravidão, na subserviência, no trabalho assalariado, na amizade que mantêm membros da família, ou a família como tal, com pessoas não vinculadas nem por filiação, nem por conjugalidade”.

Ao se tomar as afirmações de Engels (1980) sobre a família, verificar-se-á que muitas mudanças ocorridas desde os povos primitivos até hoje, têm em suas bases as relações econômicas estabelecidas pelo sistema, que continuam forjando a necessidade da organização de grupos que tenham uma estrutura de funcionalidade doméstica, isto é, apresentem minimamente uma constituição em que, os laços de filiação ou de parentesco permanecem como referência mínima, para a sobrevivência coletiva desses grupos. Essas estruturas visam uma sustentação econômico-financeira e mantêm vínculos sociais, com outros que lhes são semelhantes.

Amorós (1991, p.261) trata da correlação existente entre a condição da mulher e a propriedade privada por parte do chefe da família, uma vez que essas discussões sobre a origem da família se assentam nas relações patriarcais, historicamente registradas por diferentes autores:

Responde a uma situação que, longe de haver se generalizado e prolongado, historicamente, somente tem lugar em condições em que, precisamente, a reprodução familiar e a reprodução social, como diria Deleuze, são coextensivas (isto é, quando

a família é toda uma estratégia social e as relações de parentesco cumprem, por sua vez, funções produtivas). (AMORÓS, 1991, p.261-262).

Ao se relacionar a citação acima, com a relação de *dominador* e *dominado* que Bourdieu (1995, p.137) discute, considerando que a dominação masculina está suficientemente assegurada nos discursos e nas práticas, sem necessitar de justificativas, depreende-se que as interconexões presentes na relação familiar contemplam ‘naturalmente’ uma reprodução de um discurso, a partir da própria relação de casamento de um casal.

Assim, de situações iniciais nas quais a incondicionalidade da constituição da família acontece, sem que haja a livre escolha pelo casal que lhe dá o ‘nascimento’, isto é, o pai e a mãe, que originam aquele grupo social identificado, de pais, de irmãos e de irmãs, percebe-se uma derivação para constituição de outros vínculos sociais, não somente de parentesco, mas de outros, mais avançados, abertos. Para Godbout, (1999, p.41), no entanto, “a família, aliás, se fundamenta ela própria numa dádiva, na criação de um vínculo de dádiva: a união de dois estranhos para formar o núcleo daquilo que será o lugar menos estranho, o lugar da própria definição do que não é estranho: a família”.

Quando Levy-Strauss (2003, p.91) aborda a questão da *endogamia* e da *exogamia* – e, aqui está tratando das relações internas e externas na formulação de uma família – que se estruturam a partir do casamento de um ser estranho ao outro, que deixa de se tornar estranho a partir dessa proximidade pelo casamento, e se constrói um “arquétipo de todas as outras manifestações que têm como base a reciprocidade” – está trazendo para discussão os laços de consanguinidade que daí resultam, a partir da filiação e a traduz num outro ato, que é a relação de incesto, e sua proibição, o que vem causar isolamento do grupo.

Para o autor (2003, p.88) “o casamento entre estranhos é um progresso social (porque integra grupos mais vastos), mas é também uma aventura”. A partir desta afirmação, pode-se entender uma relação que vai estabelecendo a expansão das demais vinculações, com outras possibilidades de trocas sociais e culturais.

Mas a evolução histórica das relações sociais tem demarcado novos sentidos para o conceito mais tradicional de família. Da passagem de organização primitiva, que reunia os grupos em torno da função da caça onde a natureza era o elemento fundante desses grupos, para outras etapas onde a mulher ganha destaque por sua condição de reprodutora biológica e a imposição do patriarcalismo, onde a parte masculina do casal se coloca num lugar de poder pelo exercício da produção econômica, até os grupos mais atuais com uma constituição adversa daquelas iniciais, onde a figura da chefia do grupo se apresenta, muitas vezes, pelo poder

feminino, ou não. Se a liberdade de escolha de um parceiro para outro, na formação do casal existe, e na estruturação da família há um limite dessa liberdade, não se podendo escolher os pais e as mães, os irmãos e irmãs, pela incondicionalidade imposta pelo vínculo familiar, outros vínculos vão sendo formulados com base na amizade ou na constituição de um novo grupo que nasce com a ausência de um dos parceiros formadores do casal original.

As *normas de convivência* vão sendo instauradas pelo sistema social, desde o momento em que o *contrato social* discutido inicialmente por Hobbes e Locke, nos séculos XVI e XVII, se amplia com as proposições de liberdade de Rousseau, no século XVIII, e vão sendo posteriormente ajustadas com o surgimento do *contrato de trabalho*, a partir da Revolução Industrial, no século XIX. Fromm (1962, p.46) ao comentar sobre o que Marx escreveu a respeito da *Natureza do Homem* destaca que, para aquele autor:

A relação da propriedade privada permanece sendo a relação da comunidade com o mundo das coisas e [...] o casamento (que é incontestavelmente uma forma de propriedade privada exclusiva) é contrastado com a comunidade das mulheres em que as mulheres se tornam propriedade da comunidade. (FROMM, 1962, p.46)<sup>101</sup>.

Porém, há a questão que se apresenta na origem da junção do casal que forma um núcleo de convivência doméstica, a partir da Revolução Industrial e se configura uma outra conexão que perpassa aquela, na modernidade: a da constituição de uma força conjunta necessária para a geração de renda, que deverá manter o grupo familiar ora em composição. Se a base da junção do casal acontece por questões de afeição, segurança e amor, logicamente pensa-se em quem vai manter economicamente este núcleo de convivência.

Ao se retomar os estudos feitos por Beauvoir em 1949, republicados em 1980, observa-se um discurso que formula questões sobre o casamento e a condição feminina baseados na evolução econômica da sociedade, daquela época, como explica a autora:

A evolução econômica da condição feminina está modificando profundamente a instituição do casamento: este vem se tornando uma união livremente consentida por duas individualidades autônomas; as obrigações dos cônjuges são recíprocas e pessoais; o adultério é para as duas partes uma denúncia do contrato; o divórcio pode ser obtido por uma ou outra das partes em idênticas condições. (BEAUVOIR, 1980, p.165).

---

101 O autor citado faz referência ao que Marx identifica como a *comunidade das mulheres, como especulações de certos pensadores comunistas excêntricos de seu tempo que imaginavam que se tudo era propriedade comum, também as mulheres o deveriam ser.*

Em princípio, se formulam algumas ‘obrigações’ a partir das tradições patriarcais repassadas de família a família: o casal da origem é o que mantém seu grupo, enquanto os filhos são crianças e adolescentes, e nesses casos *o espírito da dádiva*<sup>102</sup> prevalece, segundo Godbout (1991, p.42), se sobrepondo a qualquer outro. Depois, já em idade adulta, os descendentes começam a gerar renda para contribuir com esse núcleo, até que se desmembram e vão constituir seus próprios núcleos familiares, aparecendo com mais significado a *interpretação utilitarista*, na relação familiar. E, segundo o autor citado (p.47), “no centro da esfera doméstica encontra-se a mulher, que foi ao longo do tempo o símbolo da dádiva”. Tema que se torna polêmico para algumas feministas que discutem essas questões como de submissão e sujeição às posições machistas de algumas partes da sociedade:

Mulher é a que é mãe. Por isso ao parir – ao “dar a luz”, ao “dar a vida”, ao “trazer filhos ao mundo” a mulher nasce como tal para a sociedade e para o Estado, em particular para a família e o cônjuge (existente ou ausente), e para ela mesma.[...] Parir é um fato e um ritual simbólico de poder que realiza a mulher, como síntese da maternidade. Sem dúvida, é desmerecido no mesmo momento de sua conceptualização porque se considera ‘natural’. As funções, as atividades, os trabalhos, o desprendimento afetivo e de energia vital são desvalorizados, conculcados de sua carga social e cultural: as mulheres fazem tudo, quer dizer, são mães, e no cumprimento de uma força alheia, extraordinária, que é a natureza. (LAGARDE, 2005, p.386-387).

Para a autora, a função da maternidade não está fora de um contexto de gênero, o que quer dizer, que todas as mulheres são mães, independentemente de exercerem sua progeneritura. Ela comenta que em um nível teórico-filosófico não há diferenças e as qualidades femininas se fundem num só grau. A discussão sobre o papel da mulher como provedora da criação se torna complexa na medida em que se pode pensar, de acordo com a posição da autora, que mãe pode existir sempre, mesmo que não haja pais, isto é, a parte masculina do casal – uma vez que a maternidade, ou melhor, o exercício do cuidado real pelas mulheres ou simbólico – pode acontecer para tudo, pessoas – parentes ou não – animais ou coisas. Portanto, para La-

---

102 Godbout (1991, p.16) aborda o *espírito da dádiva* como uma derivação das discussões feitas por Marcel Mauss sobre as trocas sociais. Entende o autor que a dádiva é a *relação social por excelência, relação mais temível do que seria desejável*, que encerra em sua essência o ato da gratuidade, sem que se espere qualquer retribuição do outro. Nesse sentido ela é contraditória, pois muitas vezes é entendida como algo que se manifesta no ser humano, e que requer uma retribuição, como os sentimentos abstratos do altruísmo e do egoísmo, presentes também nas relações de troca. De outra forma, Godbout (1991:42) trata da ideia do *utilitarismo* na estrutura familiar como um elemento que aparece na medida em que a dádiva dá lugar ao sistema de cálculos e objetivações econômico-financeiras, principalmente, no momento da separação do casal. Se a dádiva permanece não há nenhum problema que as dívidas sejam tratadas num âmbito de equivalência entre o casal, pois *uma relação familiar bem-sucedida seria aquela onde a dívida é invertida relativamente à hipótese: uma relação em que cada um acredite receber mais do que dá, em que cada um se sinta em dívida para com o outro, em vez de considerar que o outro está em dívida com ele*.



garde, a dupla *mãe-filho* não existe na realidade social, vale apenas para o exercício da maternidade.

Embora as discussões até aqui tangenciadas representem importantes estudos realizados em países como o México, a Espanha, a França entre outros. No Brasil, por exemplo, a história das famílias tem estimulado estudos significativos sobre o período patriarcal e em período posterior a ele, como afirma Teruya<sup>103</sup>:

Passou do estudo das discretas estruturas domésticas para a investigação das relações da família nuclear com o grupo de parentesco mais vasto e do estudo da família como uma unidade doméstica distinta para um exame da interação familiar com os mundos da religião, trabalho, educação, instituições correcionais e sociais e com os processos tais como de migração, industrialização e urbanização. (TERUYA, 2000, p.1).

No entanto, de acordo com a autora há “dois posicionamentos conceituais específicos: um primeiro, que se projeta a partir do modelo de família patriarcal como sendo um modelo a-histórico de família brasileira; e um segundo, onde este modelo é revisto”. Destaca a autora que os historiadores brasileiros sempre estiveram atentos às teorias trabalhadas nos meios acadêmicos norte-americano e europeu, principalmente a partir dos anos de 1970 em diante:

Resguardando nossas especificidades históricas, adaptaram e desenvolveram metodologias próprias à documentação disponível. Assim, nas últimas décadas, as pesquisas na área têm provocado revelações surpreendentes sobre o nosso passado e novas visões acerca da sociedade brasileira. Neste primeiro momento, a família patriarcal foi tomada como 'civilizadora', ao impor sua ordem e sua solidariedade a uma ordem social que seria, de outra maneira, desorganizada e anômica, sendo as outras organizações familiares possíveis, “apêndices” e complementos daquela estrutura patriarcal. Esta idéia acabou ocupando também, todos os espaços possíveis de compreensão da sociedade brasileira, e marcou todo um período de produção acerca do tema. (TERUYA, 2000, Internet).

Mais do que revisar as questões de estrutura da família, os registros mais recentes de organismos oficiais do Brasil e de fora dele, por exemplo, têm destacado taxas, índices e medidas percentuais que revelam a presença das mulheres, num crescimento dentro do conjunto da população brasileira, daquelas que mantêm suas famílias. Em 2003, o Banco Mundial informou que entre os fatores que contribuem para a desigualdade salarial entre homens e mulheres, apesar do alto índice de escolarização alcançado por elas em alguns setores, ainda “é

---

103 Artigo de Marisa Tayra Teruya, *A família na historiografia brasileira. Bases e perspectiva teóricas*. publicado no site

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira...pdf> – pesquisa em 04/11/2006

destaque a participação em massa da mulher no setor de serviços – no qual os salários são mais baixos - e o fato de a mulher ser a principal responsável pelo cuidado da família, o que a força a entrar e sair do mercado de trabalho com frequência e a preferir trabalho de meio expediente”.

O que vale nos processos de participação das mulheres na atualidade é que elas estão trabalhando em busca da geração de renda para sua manutenção pessoal e de seus familiares, ou grupos domésticos que estão chefiando, independentemente dos laços de parentesco. A sutileza das diferentes realidades enfrentadas pela sociedade vai ditando, aos legisladores e governantes, regras para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estar, necessariamente ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

No entanto, ao se relacionar as alterações da estrutura familiar historicamente vista por alguns autores com a realidade vivenciada de diferentes grupos sociais, hoje, no Brasil e em outros países do mundo, observam-se situações em que a família mononuclear clássica, que servia num dado momento ao desenvolvimento do capitalismo industrial, têm se adaptado às evoluções da conjuntura econômica atual. Essas alterações têm provocado a emergência de modelos diferenciados de estrutura familiar e convivência doméstica, adaptando-se às necessidades da busca pela sobrevivência.

No Brasil, os estudos que verificam a contribuição das mulheres na geração de renda e os reflexos advindos daí, mostram que, de forma crescente elas provêm o sustento básico da família. Tanto isso pode acontecer ainda com a contribuição secundária do homem, já fora do casal mantenedor, quanto, muitas vezes, sem a contribuição dele, retratando assim as mudanças ocorridas, que são traduzidas em leis e procedimentos públicos que possam contemplar de forma mais adequada, essa nova realidade. Goldani<sup>104</sup> afirma:

Com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o questionamento dos papéis e responsabilidades de homens e mulheres no interior das famílias se tornou ainda mais evidente. As trajetórias de vida adulta, tanto para homens como para mulheres, passaram, cada vez mais, a significar ser companheiros, pais e trabalhadores economicamente ativos. Entretanto, as assimetrias de gênero permanecem e se modificam em ritmos diferenciados, o que faz com que as mulheres tenham uma condição de cidadania fragilizada. (GOLDANI, 2002, p.29).

As reflexões sobre as transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, no final da década de 1990, a exemplo do que discute Goldani, acima

---

104 Artigo de Ana Maria Goldani, *Família, Gênero e Políticas: Famílias Brasileiras nos anos 90, e seus desafios como fator de proteção*, publicado no site acessado em 25/10/2006.  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n1\\_2002\\_2artigo\\_29\\_48.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf)

citada, também são motivo de artigo elaborado por Bruschini e Lombardi<sup>105</sup> que consideram alterações da constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo, como esclarecem:

A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem se delineando desde a década de 80. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002, p.95).

O que tem ficado evidente nas conversas entre as mulheres, quando se trata das questões de *trabalho e família* é a busca de soluções viáveis para o seu reconhecimento como sujeito que participa e integra o conjunto produtivo da sociedade, na geração de renda e contribuição na formação dessa ‘nova’ família que se apresenta.

A formulação de conhecimentos desafiadores para a manutenção econômica e de valores culturais, em seus substratos herdados de um outro tipo de família, fomenta nas mulheres um estímulo que a faz sair de casa para aprender mais, conhecer mais e se reforçar como uma contribuinte da construção de uma estrutura familiar em que os papéis sociais sejam readequados. O IBGE classifica a estrutura familiar brasileira, da seguinte forma:

Família é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa; família unipessoal - pessoa que mora sozinha em uma casa; famílias conviventes - são aquelas famílias compostas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo. (IBGE, 2006, Internet).

Assim, na atualidade, as *pessoas de referência da família* são aquelas que assumem a chefia do grupo, não necessariamente o pai ou a mãe, mas aquelas assim consideradas, pelos demais membros da família. A *relação de dependência doméstica* é a relação formulada entre a *pessoa de referência* e os empregados domésticos e agregados da família.

Vale o destaque aqui para a situação vivenciada pelas mulheres dos dois grupos observados neste estudo, em que seus vínculos familiares estão reconfigurados de acordo com a conveniência de moradia e manutenção econômica enfrentada por elas. É o caso da moradora do bairro Restinga, que se tornou a chefe da família a partir da morte dos pais, e mesmo tendo

---

105 Artigo de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi, *Trabalhadoras brasileiras nos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas* - publicado no site.

<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf> - acessado em 25/10/2006

feito a tentativa de ter seu próprio núcleo familiar foi reunindo os irmãos e sobrinhos num mesmo local e todos vivem juntos, na busca de melhores condições de vida. No grupo das mulheres cooperativadas de Novo Hamburgo, a situação de ‘separada’ do primeiro marido, propiciou a Vanilda Soares Machado uma mudança de vida, na medida em que se organizou num outro casamento e constituiu uma nova família, para seguir em frente.

Essas relações se apresentam nas tramas das *redes informais de comunicação* como fatores preponderantes para a sobrevivência das mulheres e seus grupos familiares, que serão abordados adiante.

A seguir, busca-se situar os processos comunicacionais *como nós das redes informais de comunicação* e as diferentes situações de usos dos meios de comunicação, aos quais, as mulheres focadas neste estudo, estão expostas no tecido social.

#### 4. OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS E OS NÓS DAS REDES

Este capítulo aborda a constituição e usos dos processos comunicacionais que imprimem nas vivências cotidianas das mulheres, principalmente, novas possibilidades de relações, sejam nos ambientes de moradia ou de trabalho, onde elas executam tarefas e procedimentos, realizando *mediações* dos conhecimentos adquiridos.

A realização de estudos sobre as ações cotidianas de comunicação das mulheres no Brasil, principalmente, e em especial no Rio Grande do Sul, tem sido alargada nos últimos seis anos, e trata de olhares sobre a etnia, a religiosidade, a sexualidade, o trabalho e a renda, as relações de família e as gerações, entre outros temas. Destaquem-se os trabalhos realizados por Rosa Maria Bueno Fischer (2006) sobre Mídia e Educação, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, esses especialmente relacionando a comunicação com o foco principal da pesquisadora, a Educação.

São exemplos, também, os trabalhos realizados em 2000, pelas antropólogas Cláudia Fonseca<sup>106</sup> e Jurema Brites<sup>107</sup>. As estudiosas abordam questões diretamente vinculadas à realidade da população de baixo poder aquisitivo – uma aborda as relações de honra, de violência e de gênero observadas no cotidiano da *Vila Cachorro Sentado*, de Porto Alegre, e a outra analisa a condição de vida das trabalhadoras domésticas no Espírito Santo, estudos esses realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E, não se pode deixar de referir os estudos realizados por Edla Eggert (2006)<sup>108</sup> e Maria Clara Bueno Fischer (2005)<sup>109</sup> nos campos da Filosofia e da Educação e Trabalho, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

---

106 Livro publicado em 2000, pela Edit. da UFRGS, *Fofoca, família e honra Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*, de Cláudia Fonseca.

107 Tese de Doutorado *Afeto, desigualdade, rebeldia - bastidores do serviço doméstico* de Jurema Brites, defendida em 2000, no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UFRGS.

108 Artigo apresentado no GT 56 Gênero, Feminismo e Cultura Popular - *Tramando outros conhecimentos: artesanato e debate temático*, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, no período de 28 a 30 de agosto de 2006, em Florianópolis/SC.

109 FISCHER, M. C. B; ZIEBELL, Clair Ribeiro. *Mulheres e seus saberes engravidando uma outra economia*. Cadernos de educação, Pelotas, v. 14, n. 25, 2005.

No campo da Comunicação<sup>110</sup>, por exemplo, há escassez de registros de trabalhos acadêmicos com o foco nas questões de gênero, ao se considerar a produção em pesquisas no Rio Grande do Sul e em outros Estados brasileiros. Embora se tenha o registro de alguns trabalhos neste Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, por exemplo, como as teses de doutorado de Mazzarino em 2005<sup>111</sup>, de Barroso e de Gorckzevski em 2007<sup>112</sup>, que tangenciam os aspectos da formulação dos discursos e os processos comunicacionais realizados pelas mulheres, o tema específico *Gênero e Comunicação* não tem sido visto nos estudos acadêmicos, de modo geral. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que iniciou seu Mestrado em Comunicação, em 1995 e o Doutorado em 2001, duas dissertações foram realizadas até agora, e nenhuma tese sobre o assunto. Nos registros feitos na página da Internet da Pós-graduação de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, de 2003 a 2006 uma tese aborda a questão de *gênero e comunicação*, e de 2002 a 2006 nenhuma dissertação de mestrado trata do tema.

O *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7* realizado em Florianópolis, nos dias 28, 29 e 30 de agosto na Universidade Federal de Santa Catarina, com mais de 1.400 trabalhos inscritos, demonstrou a preocupação de pesquisadores, do Brasil e de países como Argentina e Uruguai, principalmente, com as relações formuladas pelas mulheres nos mais diferentes âmbitos de atuação social. Formaram-se 58 Grupos de Trabalho para que fossem discutidas as diversas visões de *gênero e preconceito*, tema central do Seminário. E a mídia esteve presente pontualmente em diferentes grupos, desde a análise do discurso até nos estudos de gênero e cultura popular, passando propriamente pela sexualidade feminina-masculina, relações de família e violência, a história do movimento feminista, os processos políticos vivenciados no país e em outros, latino-americanos, nas questões de trabalho, etc.

De outra forma, em vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, os estudos acadêmicos sobre o tema da Comunicação Comunitária, Cidadã ou Popular e Local, têm se expandido para todo o território continental e alcançado o mundo. A partir das experiências que vão acontecendo em diferentes projetos, com formatos e conteúdos diferenciados para os

---

110 Em trabalho preliminar publicado em 2002, sobre a produção acadêmica da década de 90 dos Estudos Brasileiros da Recepção, a pesquisadora Nilda Jacks e uma equipe de colaboradores do PPGCom da UFRGS, indicou 52 títulos de dissertações de mestrado e teses de doutorado realizados em diferentes Programas de Pós-graduação em Comunicação nacionais que tiveram resumos publicados pela CAPES. Destes, com o foco no tema *recepção*, pode-se registrar apenas quatro que tratam das questões de gênero - onde há uma relação direta com comunicação.

111 Tese apresentada em abril de 2005, no programa de doutorado do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, *A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-midiáticas do movimento socioambiental - um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, em Porto Alegre*. Jane Mazzarino.

112 Trabalhos de doutorado em andamento na turma de 2003, do Centro de Ciências da Comunicação da Unisinos, em fase de finalização e defesa em 2007.

usos dos meios de comunicação social, voltados para as alternativas comunicacionais junto aos mais variados grupos da sociedade civil, já não se pode afirmar que são escassos. Um exemplo disso foi o Seminário realizado de 28 a 30 de novembro de 2005, em São Bernardo do Campo – São Paulo, convocado pela *Cátedra Unesco/Methodista de Comunicação* e pela *World Association for Christian Communication - WACC-América Latina*, com a presença de pesquisadores e ativistas de Comunicação Social de todo o país, para avaliar o *Mapa Brasileiro da Mídia Cidadã*.

A *Carta de São Bernardo*<sup>113</sup>, documento firmado no final do evento por todos os participantes, fortalece a idéia do princípio da comunicação como um direito humano fundamental, e destaca algumas recomendações estratégicas, como possibilidades de mudanças nos diferentes processos comunicacionais da sociedade, como apontam os seus dois últimos itens:

14. Reafirmamos as intersecções entre a folkcomunicação e as mídias massivas, cujos espaços podem ser compartilhados e cujos conteúdos, sendo comuns, podem fortalecer a diversidade cultural. Esse tipo de ação não deve se limitar à apropriação das tecnologias, mas se estender ao marco regulatório dos conteúdos e dos processos comunicacionais. Nesse sentido, consideramos como premente avaliar permanentemente – por meio de leitura crítica – as produções midiáticas para que contemplem as temáticas e abordagens voltadas para uma prática cidadã no contexto da folkcomunicação, que sendo catalisadora da resistência cultural das classes subalternas e dos grupos sociais e politicamente marginalizados, tem um papel fundamental na inclusão midiática.

15. Reiteramos que a Academia deve incentivar a produção de conteúdos dialógicos que inclua entretenimento e educação para diferentes suportes midiáticos e a convergência tecnológica, valorizando as identidades, as singularidades locais e a responsabilidade social. Além disso, deve promover parcerias entre as instituições de ensino e de comunicação com a sociedade civil para um levantamento da memória e da cultura das comunidades periféricas por meio de projetos de mídia cidadã, histórias de vida e relatos orais. (MELO, 2006, p.246).

Das discussões ocorridas entre os pesquisadores e ativistas, pode-se verificar o quanto há necessidade ainda de aprofundar-se os conhecimentos que relacionam o pensamento acadêmico com as práticas sociais, desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade, embora já se alinhem idéias e pesquisas no campo, há mais de duas décadas.

Da mesma forma, durante a realização do *VIII Congresso Latino-Americano de Investigadores da Comunicação* – promovido pela Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação - ALAIC, realizado de 19 a 21 de julho de 2006, em São Leopoldo – Rio Grande do Sul, o número de trabalhos inscritos sobre o tema das *mídias cidadãs* chamou a

---

113 A *Carta de São Bernardo* é o documento resultante de uma série de discussões empreendidas no *Seminário Mídia Cidadã*, realizado no Campus de Rudge Ramos, da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2005, com a participação de 50 ativistas sociais e pesquisadores de diversas universidades brasileiras.

atenção, como aqueles que participaram do mais novo GT, *Comunicação para o Câmbio Social*, que teve 11 trabalhos inscritos. Pode-se dizer que, se a quantidade não foi tão grande, a qualidade dos trabalhos apresentados superou a expectativa de todos os participantes do GT, o que reforçou ainda mais a necessidade de outros avanços para a integração dos estudos acadêmicos com os movimentos sociais, entre os integrantes desse e de outros grupos de trabalho da ALAIC.

No Grupo, todos os trabalhos apresentados (sete) foram marcantes, uma vez que se viam ali registradas as *vozes cidadãs* como motivo de estudos acadêmicos, nos últimos anos, na busca da melhoria da qualidade de vida das populações de diferentes localidades. Na Colômbia, por exemplo, o estudo de caso da *Associação de Rádios do Médio Magdalena* – realizado em conjunto com pesquisadores da *Pontificia Universidad Javeriana*<sup>114</sup>, é um exemplo significativo da participação das comunidades que vivem nas zonas ribeirinhas do Rio Magdalena, preocupados com a sua sobrevivência, uma vez que estão sofrendo uma série de pressões por parte dos traficantes de drogas. Outros exemplos importantes são os trabalhos realizados no Brasil, na Ufrgs e na Universidade de Campinas, e na Argentina, pela Universidade Nacional de Rosário, Universidade de La Plata e pelo Centro de Promoção e Desenvolvimento Regional da cidade de Formosa<sup>115</sup>, que participaram do mesmo GT da ALAIC. Além desses, trabalhos diversos de estudiosos latino-americanos e brasileiros têm reforçado o que Martín-Barbero afirma sobre a ALAIC:

A ALAIC soube mesclar no seu início – fins dos anos 1970 – a utopia democrática de comunicação com a solidariedade militante em direção aos exilados de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, convocando os pesquisadores da América Latina a se

---

114 Foi apresentado o trabalho *El caso AREDMAG*, por Orley Durán, de Barrancabermeja, Colômbia, seguido da apresentação do vídeo *Voces Del Magdalena Médio* retratando a realidade das rádios comunitárias locais.

115 Os demais trabalhos apresentados foram: *El Diseño Metodológico*, por Amparo Cadavid Bringe, da Facultad de Comunicación y Lenguaje Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colômbia; *Aportes Comunicacionales al Acceso y Utilización de los Servicios de Salud en la Ciudad de Santa Fé*, por Sandra H. Massoni; Universidad Nacional de Rosário - Argentina; *La comunicación como perspectiva y como dimensión de los procesos sociales. Una experiencia de participación en las Políticas Públicas*, por Claudia Villamayor, Universidad de La Plata - e *Políticas, Colaboración, Comunicación - La Comunicación en la Ejecución de las Políticas Públicas*, por Marcelo Marcilli, Programa Social Agropecuario de la Provincia de Formosa - Formosa - Argentina; *Para Intentar Reencontrarnos: Comunicación Educativa en la Promoción de Derechos Sexuales y Reproductivos*, por José Miguel Nieto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - Brasil; *As redes informais de comunicação, com a participação das mulheres, podem contribuir para a melhoria social?* Por Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil



encontrar num projeto comum que tornasse real isso que constituída nosso objeto de estudo: a comunicação. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.38).

Segundo o autor, que faz parte do grupo pioneiro dos estudos latino-americanos da Comunicação, pesquisadores de outros campos foram enriquecendo o trabalho da ALAIC, desde meados dos anos 1980 e mais especialmente nos anos 1990, constituindo-se assim o campo dos *estudos culturais da comunicação*. Martín-Barbero cita Néstor García Canclini, como um autor que ocupa um lugar de destaque “ao traçar uma agenda latino-americana para os estudos culturais”. Estudos esses que se voltam frontalmente para a análise do campo comunicacional, recolocando os limites das disciplinas de antropologia, sociologia e comunicação, observando-se as discursividades e narrativas para que se possa repensar a aplicabilidade de políticas culturais que efetivamente democratizem as sociedades. Especificamente sobre mulheres e comunicação Rosa Maria Alfaro, Maria Cristina Mata, Rossana Reguillo, entre outros nomes, são referências que construíram suas trajetórias de pesquisa e têm repercussões em outras partes do mundo.

Assim, as brechas de usos alternativos dos meios de comunicação e suas várias possibilidades, se apresentam como referências de estudos e pesquisas na América Latina, a partir de movimentos próprios de um continente que busca sua autonomia intelectual em diferentes instâncias.

O que se observa, ao se verificar os estudos realizados sobre a participação das mulheres em diferentes instâncias do tecido social, é que em todos eles vai se consolidando um conhecimento formal, institucionalizado, sobre tais aspectos analisados. E não poderia ser diferente, na medida em que esse tipo de informação acontece por processos institucionais formais, reconhecidos e consolidados na sociedade.

Martín-Barbero relaciona a participação da família no interior dos movimentos sociais “como estrutura de organização e motor que estimula a esperança”, e destaca a participação das mulheres:

A mulher se constitui a *recriadora de uma sociabilidade primordial* que é ao mesmo tempo encontro e mediação. Não se trata de ser dirigente em vez de mãe, mas sim de o ser porque se é mãe e esposa.[...] Nos relatos das próprias mulheres que narram seu papel na modelagem do bairro, assistimos ao surgimento de uma experiência nova: uma interpelação do político a partir do cotidiano, uma integração das diversas dimensões da vida “normalmente” separadas, compartimentadas, e um questionamento de dimensões inéditas da opressão. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 285).

Do que trata o autor, é o que se apresenta neste estudo, das *relações informais*, isto é, das *redes informais de comunicação*, de uma parte do que acontece na vida, de difícil observação, por se tratar do simbolismo que está além dos registros das palavras. Isto se verifica, propriamente, nas intersubjetividades das relações sociais, com a participação das mulheres.

A escolha do tema deste estudo centra-se, como tem sido referido nesta tese, às *medições das mulheres para a constituição das redes informais de comunicação*. Optou-se pelo tema principalmente porque nele está contida uma funcionalidade de estratégias operadas nas relações sociais e de comunicação realizadas pelas mulheres, pontualmente, em suas ações cotidianas. Especialmente as mulheres que pertencem à classe<sup>116</sup> de *baixo poder aquisitivo*, que são trabalhadoras domésticas ou de uma cooperativa de costureiras de calçados e bolsas, e moram em bairros na periferia de suas cidades – Porto Alegre e Novo Hamburgo.

Porto Alegre tem uma população de quase um milhão e 400 mil habitantes, enquanto a de Novo Hamburgo está próxima da marca dos 260 mil habitantes, como foi registrado anteriormente. É nesses macro-universos que estão inseridas as mulheres aqui abordadas, configurando suas diferenças socioculturais e econômicas, no recorte mais próximo de suas vidas, nos bairros onde moram, aproveitando seus traçados locais – públicos – até se chegar naqueles espaços mais íntimos de suas casas, seus espaços de convivência de família e de vizinhança. São daí que se geram os contatos interpessoais e aquelas situações nas quais as mulheres se colocam, expressando suas idéias, seus modos de ver as coisas, a vida. Pode-se dizer que é através da conversa direta, entre elas e seus familiares, e entre elas e as vizinhas, que novos pensamentos vão sendo elaborados. Nesse sentido, se formulam regras a partir de uma ética que é comum aos cidadãos, de modo geral, a partir de uma visão de convivência coletiva, seja na família ou fora dela, mas que pertencem a esses sistemas inter-relacionais dos sujeitos, em seus diferentes grupos sociais. Como afirma Sodré:

Na comunidade está implicada a idéia de uma continuidade, derivada não dos atributos de uma entidade ou da propriedade uma substância comum (seja sangue, território, um laço cultural, etc.), e sim da partilha de um múnus, que é a luta comum pelo valor, isto é, pelo que obriga cada indivíduo a obrigar-se para com o outro. Tal é a dívida simbólica, transmitida de uma geração para outra por indivíduos imbuídos da consciência de uma obrigação, tanto para com os ancestrais (os pais fundadores do grupo), quanto para com os filhos (descendentes, que perpetuam a existência do grupo). (SODRE, 2002, p.178).

---

116 Identificam-se as *classes sociais* a partir da institucionalização da divisão social do trabalho, de acordo com os estudos de Marx e Lênin, como uma forma de classificação das diferentes camadas da população, em referência à remuneração recebida e às suas posses. Classe alta, classe média e classe baixa são as classificações adotadas, de modo geral, na modernidade, para identificar quem tem mais remuneração e mais riquezas e quem vive com remuneração média, e baixa remuneração e em níveis de pobreza econômica.

Para o autor, a continuidade a que se refere acima, está centrada numa regra existencial que *obriga o indivíduo a dar-se num empenho comum, grupal*. O que se pode relacionar com o conceito de *dádiva*, tratado por Godbout (1991, p.16) que aborda a *doação* de um para o outro, sem que se espere uma retribuição.

Sodré (2002, p.179) refere “que a ética é universalmente concreta, pois acontece em toda parte como um empenho prático de determinação de fins humanos (valores) em consonância com as diferenças e as singularidades, e em algumas partes, como objeto de um saber. [...] Isto quer dizer que o fenômeno ético é imanente à vida humana [...]”.

O que se apresenta como um dos elementos importantes na constituição das *redes informais de comunicação* é a elaboração de princípios éticos contemplados nas *mediações* realizadas pelas mulheres, que se expressam através de seus processos comunicacionais. Essa ética vem sendo elaborada, cotidianamente e através dos anos em que a cultura se mistura com a história, nas suas memórias e realizações diárias. Assim como a intervenção midiática em suas vidas tem sido algo constante e presente, contribuindo para a formação desses novos conhecimentos e elaborações.

Não se pode deixar de resgatar os estudos realizados por Luhmann que relaciona o conceito de comunicação com o conceito de *sistema social*, uma vez que considera este último como um sistema de reprodução de comunicações a partir de comunicações:

As decisões teóricas para a concepção da sociedade como sistema autopoietico e para a caracterização da operação reprodutora do sistema como comunicação precisam, pois serem tomadas de uma só vez. Elas condicionam-se reciprocamente. Isto significa também que o conceito de comunicação torna-se fator decisivo para a determinação do conceito de sociedade. Dependendo de como se define comunicação, define-se sociedade – e definição entendida aqui no sentido exato de terminação de limites. (LUHMANN, 1997, p.80).

A referência ao autor torna-se importante uma vez que se pode dizer que *as redes informais de comunicação* encontram-se no interior do sistema social onde a compreensão da mensagem transmitida é que faz a diferença quanto ao acontecimento comunicativo particular. Luhmann afirma que a comunicação não se esgota, ela produz simultaneamente no caminho da autoprovação e a cada passo, sobretudo, a bifurcação entre aceitar e recusar. Cada evento comunicativo fecha e abre o sistema.

Ao se pressupor que a comunicação realizada entre as mulheres observadas neste grupo se traduz em relações, a partir da consciência sobre o papel que exercem e o lugar que o-

cupam na sociedade, aproveitando o conhecimento adquirido de diferentes formas, se pode entender, então, que esta é uma comunicação aberta que provoca mudanças e ajuda a construir a história. As redes informais como processos midiáticos, constituem-se ainda, em representações da sociedade civil, em permanente mutação, por conter em seu interior freqüentes situações de conflito. Elas se configuram, mesmo que virtualmente, através da pluralidade de experiências existentes na sociedade.

Melucci trata das formas de ação coletiva, múltiplas, variáveis, que atingem diversos níveis do sistema social e por isso constituem-se em ações temporais:

Visto que não existem atores conflituais “por essência”, a ação tem caracteres temporários, pode envolver atores diversos, pode deslocar-se em áreas diversas do sistema. Esta multiplicidade e variabilidade dos atores tornam, também, mais explícita a pluralidade dos significados analíticos contidos no mesmo fenômeno empírico, ao qual, geralmente, se tende a atribuir uma unidade quase substancial: ele é, ao contrário, a resultante provisória de um campo múltiplo de forças, de processos analiticamente distintos. (MELUCCI, 2001, p.23).

No entanto, é através da linguagem que os acoplamentos acontecem como já foi comentado anteriormente. Vale destacar, considerando-se que, para Luhmann (1997, p.85) a linguagem mantém separadas, comunicação e consciência, assim também sociedade e indivíduo. Nunca um pensamento pode ser comunicação, mas também nunca a comunicação pode ser só pensamento.

Tomando-se a referência de Luhmann, pode-se entender melhor as formas de relacionamento que o indivíduo estabelece com a sociedade, pois ele mesmo como pessoa ativa, que pertence na sua estrutura a um próprio sistema, fechado em si mesmo, é único e mantém-se diferente de um outro indivíduo e assim sucessivamente. Isto, para o autor (1997, p.86) não gera comunicação entre o ser e o meio em que vive, pois a comunicação é sempre uma operação interna no sistema social, o que faz com que a sociedade nunca pode sair de si mesma com as próprias operações e abranger o indivíduo; com as próprias operações ela só pode reproduzir sempre as próprias operações.

A discussão trazida pelo autor provoca um pensar sobre o agir comunicacional do sujeito que atua a partir de um outro sujeito e assim realiza comunicação de uma forma aberta e não fechada, como afirma o autor. Ao se sentir autônomo em suas ações, o ser humano é capaz de buscar novas possibilidades de relacionamento e sair de seu círculo particular, romper com as estruturas e aproveitar as brechas que vão surgindo no tecido social, para realizar novas ações no coletivo. Nesta perspectiva é que se supõe o funcionamento das *redes informais*,

com a participação das mulheres, como elementos de ruptura no tecido social, abrindo possibilidades de novas relações comunicacionais, de trocas de experiências e de estabelecimento de novas estratégias que aproveitam todos os saberes interconectados para o seu próprio desenvolvimento e de outros sujeitos que lhes estão próximos.

Mas Luhmann (1997, p.85) também afirma que a linguagem tem um efeito de inclusão e exclusão, que “aumenta a irritabilidade da consciência através da comunicação e a irritabilidade da sociedade através da consciência, a qual transforma seus próprios estados em linguagem e, respectivamente, em entendimento e não-entendimento”.

Ao se pensar sobre o sentido da expressão *irritabilidade da consciência* usada pelo autor, pode subentender-se que a irritabilidade contida nos efeitos de inclusão e exclusão resulta em ações gestoras de novos procedimentos.

Afirma o autor que, se levarmos a sério a individualidade, considerando os seres humanos *máquinas históricas auto-referenciais*, não há também nenhuma integração normativa de indivíduos na sociedade:

Cada norma é projetada contra a possibilidade de comportamento desviante. Deste modo a sociedade coloca os indivíduos (completamente incontroláveis) num esquema opcional. Aquilo que ela, de qualquer modo não pode modificar, ela concede como liberdade; e isto de uma forma tão fortemente esquematizada que a comunicação sobre sins e não, sobre comportamento conforme e desviante, pode ser continuada, independente de como o indivíduo se decide. Reconhecemos nisto disposições altamente seletivas e extremamente improváveis do ponto de vista evolutivo: a separação e a conexão entre sistemas, entre liberdade e ordem. (LUHMANN, 1997, p.84).

Os elementos citados pelo autor, portanto, associados às intenções e informações repassadas através dos *processos midiáticos* que adotam a linguagem verbal (seja oral ou escrita – e ainda visual) e não-verbal (em alguns momentos) produzem um conhecimento mediado e retransmitido através das *redes de comunicação*. Dessa forma, se pode dizer que a comunicação se autodesenvolve como uma técnica adotada entre as pessoas e formula o sentido através da linguagem, que, segundo Luhmann, é pré-lingüístico.

O que se destaca, neste estudo, é a competência dos métodos usados pelas mulheres ao se apropriarem dos códigos de comunicação de uma forma específica e direcionada.

Verón afirma que há uma dimensão ideológica constitutiva de todo o sistema social de produção de sentido:

O ideológico não é um nome de um tipo de discurso (nem a um nível descritivo), se não o nome de uma dimensão presente em todos os discursos produzidos no interior

de uma formação social, na medida em que o fato de serem produzidos nesta formação social tem deixado suas marcas no discurso (e também, como já tenho dito, dimensão em toda matéria significativa, cujo sentido está determinado socialmente). (VERÓN, 1996, p.16-17).

Dimensão ideológica citada pelo autor, que se apresenta na produção dos discursos através de suas diferentes operações discursivas. Se assim acontece na realidade, por meio dos diferentes níveis de subjetividades, não se pode deixar de pensar nos processos históricos de transmissão da informação e nos novos modelos que vão se adotando na atualidade, como afirma Martín-Barbero:

As maiorias latino-americanas estão se incorporando a e se apropriando da modernidade sem deixar sua cultura oral, isto é, não por meio do livro, senão a partir dos gêneros e das narrativas, das linguagens e dos saberes, da indústria e da experiência audiovisual. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.47).

É, portanto, da pluralidade dispersa e fragmentada existente na sociedade, que se formalizam novos procedimentos coletivos baseados na experiência cotidiana, como previu a antropóloga Margaret Mead, em 1970, citada por Martín-Barbero (Internet, 2002)<sup>117</sup>, que comentava de rupturas provocadas por gerações a partir da década de 1960, tratando-se de uma transformação na natureza do processo comunicacional.

Martín-Barbero localiza na cultura midiática televisiva, intensificada nos últimos vinte anos, principalmente na América Latina, a responsabilidade por um salto da *cidade letrada* à *cidade comunicacional*, para compreender a simetria estreita entre *expansão/rachadura* da cidade e o *crescimento/densidade* das mídias e redes eletrônicas.

Afirma também que o avanço da indústria cultural sobre as estratégias trabalhadas através da oralidade dos povos latino-americanos, acaba interferindo diretamente para a fragilização do conhecimento, apesar do desenvolvimento tecnológico, que deve ser reconhecido. A expansão dos grandes conglomerados empresariais tem causado um aumento significativo no distanciamento de uma identidade real dos países do sul, cada vez mais dito consumidores de produtos oriundos dos países do norte.

Se há, segundo Luhmann, operações que se acoplam aos sistemas comunicacionais praticados pelos sujeitos no tecido social, e isso pode conter em si mesmo uma dimensão ideológica, como afirma Verón, não se pode deixar de relacionar o que afirma Martín-Barbero sobre o uso da mídia televisiva e a precariedade dos processos de retransmissão oral da infor-

---

117 Artigo publicado no Site da Pensar Iberoamérica Revista de Cultura – texto *Jóvenes: Comunicación y identidad* – febrero 2002 <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric00a03.htm> acessada em 29/01/2006

mação. Em nossos dias, essa retransmissão oral perde a ênfase para os processos midiáticos. Assim, se formos pensar nas *redes informais de comunicação*, elas podem ser elementos reformuladores daqueles processos históricos mais diretos, entre as pessoas, onde as novidades do cotidiano aparecem misturadas, hoje, com as representações inseridas pelos processos midiáticos.

Tem-se aqui mais um questionamento: nascem as *redes informais de comunicação*, dos espaços de visibilidade oferecidos pela mídia, apesar de sua constante formulação de uma outra realidade abstraída da experiência vivenciada pelos sujeitos?

Assim, infere-se que as *redes informais de comunicação* se estabelecem a partir das ações de comunicação que vão sendo geradoras de novas manifestações de interesses coletivos, que mudam os focos pela própria mobilização de cada grupo envolvido no processo de sua constituição.

As cidades vão se desenvolvendo também num processo de transmissão das informações tanto num nível interno quanto externo e o desenvolvimento dos meios de comunicação no mundo inteiro têm contribuído para tanto. Muitas vezes, o próprio desenvolvimento desordenado, principalmente em cidades latino-americanas parece ser recompensado pela eficiência tecnológica das redes de comunicação como afirma García Canclini:

A caracterização sócio-demográfica do espaço urbano não consegue dar conta de seus novos significados se não incluir também a recomposição que a ação midiática lhes imprime. Por sua vez, o rádio, a televisão e todo o pacote telemático, comprometidos com a tarefa de descrever e narrar a cidade redesenham suas estratégias comunicacionais para estabelecer-se em espaços concretos e mais ou menos delimitados. Por mais transnacionais que sejam seus investimentos, a estrutura da empresa e a composição de seu público, assume-se que suas audiências esperem que lhes seja dito o que significa estar juntos. Certamente, estes meios devem cumprir o papel de contato com o que acontece em lugares distantes neste planeta globalizado. (GARCÍA CANCLINI, 2002, p.41 Internet)<sup>118</sup>.

Ao referir-se às táticas e estratégias adotadas no tecido social pelo sujeito-consumidor das situações estabelecidas, Certeau distingue o que se apresenta no cotidiano:

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições, etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem, etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”...Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder

---

118 Artigo publicado na Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53  
<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf> acessado em 24/11/2006

que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição. (CERTEAU, 1996, p.25).

Para o autor está nesta reinvenção do cotidiano, atomizada, do tecido social, um processo de mudança da sociedade, onde aparece, pela astúcia do sujeito-consumidor, uma pertinência política à sua questão. Por estar nessa reinvenção, a mulher utiliza a própria linguagem comum, ordinária, do seu dia-a-dia, para estabelecer seus contatos, suas trocas, suas táticas e estratégias na construção das relações às quais pertence.

A partir dessa idéia, pode-se também supor que, dos pensamentos em elaboração neste estudo, a atuação da mídia e a re-elaboração das informações através de diferentes processos midiáticos que atravessam o discurso organizado pelas mulheres, já não está tão reinventado e, muitas vezes, aparece como reprodução de algo que está intrínseco na sociedade.

É daqui que se inicia uma verificação mais pontual, desse olhar que transforma o tecido social. Porém, há fatores que interferem na busca e na captura de novos elementos nessa conjuntura, como os usos de tecnologias que fragmentam e distanciam o que é mais popular, do poder das instituições públicas, por exemplo. São essas instituições que referenciam o conjunto de manifestações pluralistas, componentes do tecido social, especialmente as relações entre o campo midiático e o campo da política, como argumenta Bourdieu (1998, p.94-105), ao criticar os modos de produção da televisão. Para o autor há procedimentos adotados pelos jornalistas, na sua grande maioria, juntamente com as pressões entre os meios concorrentes, que se conjugam com as rotinas profissionais:

[...] para levar a televisão a produzir a imagem do mundo cheio de violências e de crimes, de guerras étnicas e de ódios racistas, e à contemplação cotidiana um ambiente de ameaças incompreensível e inquietante, do qual é preciso se manter distante e se proteger, uma sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e nada se pode fazer. (BOURDIEU, 1998, p.102).

Entende-se, portanto, que a mídia, que se constitui um setor relativamente autônomo, estabelece através da *midiatização* com a sociedade uma relação voltada para a formação da opinião pública, impondo os valores de poder hierarquizados. Para as mulheres dos grupos de pesquisa, assim como se supõe que seja para grande parte da população brasileira, as relações instauradas através da mídia são de poder – que se apresentam de uma forma não digerível facilmente, mas que vêm resignificadas, por exemplo, quando por algum tipo de divulgação paralela, toma-se conhecimento dos movimentos financeiros e econômicos empreendidos pelos próprios grupos empresariais do setor das telecomunicações.



Martín-Barbero (2001, p.270-271) destaca que, no sentido dado por Certeau, “tática é o modo de luta daquele que não pode se retirar para “seu” lugar e assim se vê obrigado a lutar no terreno do adversário”. Para o autor há discussões importantes a serem feitas no deslocamento *dos meios para as mediações*, isto é, para as articulações entre as práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais.

Verón (1997) cita que nas democracias modernas, as ações do campo da política são agendadas, levando-se em consideração as próprias mídias, ou por outro lado, as mídias tratam, por processos próprios, de agendar o funcionamento da política. Portanto, a comunicação política, hoje, na sociedade moderna, tem a sua construção definida pela íntima relação entre esses dois campos.

São expressivos os registros de Castells (2000), quando trata da questão das identidades e a interferência dos meios de comunicação na crise da democracia, ao considerar que a mídia e suas diferentes tecnologias têm transformado a política e os processos democráticos:

O ponto principal dessa questão, é que a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito. (CASTELLS, 2000, p.367).

Ao construir as possibilidades de influência sobre o público, o sistema complexo da mídia determina que a política seja executada, também, de acordo com suas regras, no conjunto do processo de *mediação*, gerando paradoxos. Observa-se, no tecido social, em muitos casos, o agendamento da mídia para os assuntos políticos, de acordo com seus interesses, e não as definições da política de interesse da população, com o trabalho de divulgação da mídia.

Quando se examinam diferentes práticas de comunicação como geradoras de participação e, portanto, como formadoras da cidadania, observa-se que o fazer comunicativo da mídia, em geral, é dissimulador, distanciando do público, o acesso à informação, pois torna superficial o que deveria ser mais denso e trata os temas relativos à cidadania, de maneira não pertencente a um processo formativo. A conjuntura apresentada para a formação da opinião das mulheres, resulta de uma fragmentação de público, que lê jornais e revistas, vê televisão, vai ao cinema e ouve rádio. Um público que é constituído das diversas classes sociais, e também em maioria, hoje, tem no trabalho assalariado, sua fonte de recursos e que tem desejos de

ser reconhecido no papel de sujeito da história, do fazer acontecer, observando como funcionam as ações das instituições sociais e tentando ver transparência nessas ações.

A interferência da mídia nos sistemas sóciopolíticos modernos, destacando-se principalmente o espaço da televisão, que tem sido muito mais um espaço espetacular da informação política, do que, propriamente, um canal de formação do cidadão. No entanto é, também, próprio do processo de desenvolvimento regional, os usos e efeitos causados pelos meios de comunicação, que se inserem no tecido social, na maioria das vezes, como estimuladores de elementos que valorizem as microrregiões, nas trocas e hábitos cotidianos.

No que se refere aos sistemas de produção e geração de renda, os registros feitos pela mídia no Brasil, principalmente, dão conta de um país em desenvolvimento, que apresentam significativos contrastes. Enquanto o incremento para o desenvolvimento regional é fortalecido por algumas iniciativas dos próprios empresários, permanecendo na sua localidade, alguns outros processos de gestão e de fomentos governamentais vão sendo instaurados, no sentido de se forjarem novos pólos de desenvolvimento em outras regiões do país.

As mulheres aqui observadas são comunicadoras populares, isto é, estão imbuídas desse trato quando realizam suas tarefas públicas.

É importante pensar no que os meios de comunicação informam, de que forma e com que conteúdo, que passa pelo enquadramento de massa e massivo desconsiderando os meandros dos micro-poderes, das lideranças comunitárias e não retratando uma primeira realidade das diferentes comunidades. Pensa-se nas mediações que esses meios fazem, deixando brechas para os usos alternativos da comunicação através dos jornais, das rádios e das tvs comunitárias. Pensa-se nos resultados dessas mediações provocando nas comunidades outras possibilidades de leituras críticas e construindo a partir dessas mídias, outros poderes coletivos, de efetiva transformação da realidade.

Portanto, as diferentes formas de transmissão da informação – sejam pelos meios usuais como o rádio, a televisão, os jornais, as revistas, o cinema – considerados meios de massa ou a ‘grande’ mídia, sejam pelos usos alternativos desses meios – como pequenos boletins informativos, as cornetas do carro de som, as rádios comunitárias, o telão montado numa associação de moradores, cartazes, jornais de bairros e de associações de moradores, etc. – são elementos que se apresentam no cotidiano das relações sociais e que, supostamente, vão se tornando indissociáveis desse cotidiano, propiciando novas *mediações* e novos *processos de comunicação* entre os próprios sujeitos geradores de comunicação, que em muitos casos serviram de obstáculo para compreensão daqueles grupos sociais populares.

As operações simbólicas realizadas a partir da aquisição do conhecimento que as *mediações* estabelecem, conectadas aos fazeres cotidianos, pertencem àqueles processos comunicacionais, mas pertencem igualmente à conjuntura social, econômica e cultural vivenciada e presente no tecido social, assim como o poder da *hegemonia midiática*, que será tratada a seguir.

#### 4.1 Hegemonia Midiática

Ao se pensar no sentido da expressão *hegemonia midiática* neste contexto, deve-se considerar o que seja *hegemonia* em relação aos processos comunicacionais, que são desenvolvidos na conjuntura do país, na atualidade. Logo, se resgata no sentido da palavra, forte, dando um significado específico, uma qualidade ao processo *mediático*. E o conceito de *hegemonia*, que tem sido tratado historicamente por Marx, Lênin e ampliado por Gramsci, no início do século XX, e por outros estudiosos, discute exatamente as relações de poder entre os diferentes grupos sociais, presentes no conjunto referido como ‘sociedade civil’, aqui tratada também como *tecido social*.

Ao comentar o tema, Kohan (2003) afirma que o pensador italiano<sup>119</sup> centrou suas discussões, fundamentalmente, nas relações de poder das forças culturais da sociedade. Para ele, o que Gramsci observa é que a hegemonia não acontece como um sistema fechado, absolutamente homogêneo e articulado<sup>120</sup>:

Estos sistemas nunca se dan en la realidad práctica, sólo en el papel, por eso son tan cómodos, fáciles, abstractos y disecados, pero nunca explican qué sucede en una sociedad particular determinada. La hegemonía, por el contrario, es un proceso que expresa la conciencia y los valores organizados prácticamente por significados específicos y dominantes en un proceso social vivido de manera contradictoria, incompleta y hasta muchas veces difusa. En una palabra, **la hegemonía de un grupo social equivale a la cultura que ese grupo logró generalizar para otros segmentos sociales**. La hegemonía es idéntica a la cultura pero es algo más que la cultura porque además incluye necesariamente una distribución específica de poder, jerarquía y de influencia. Como dirección política y cultural sobre los segmentos sociales "aliados" influidos por ella, **la hegemonía también presupone violencia y coerción sobre los enemigos. No sólo es consenso** (como habitualmente se piensa en una trivialización socialdemócrata del pensamiento de Gramsci). Por último, la hegemonía nunca se acepta de forma pasiva, está sujeta a la lucha, a la confrontación, a toda una serie de "tironeos". Por eso **quien la ejerce debe todo el tiempo renovarla, recrearla, defenderla y modificarla, intentando neutralizar a su ad-**

119 O pesquisador argentino *Néstor Kohan* trabalhou com os conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci, que avançou nos estudos propostos por Marx e Lênin, sobre hegemonia.

120 Artigo publicado no periódico *Madres de Plaza de Mayo* N°6, diciembre 2003 e no site <http://www.rebellion.org/argentina/031221kohan.htm> visitado em 10/11/2006.

**versario incorporando sus reclamos pero desgajados de toda su peligrosidad.**  
(grifos do autor). (KOHAN, 2003, Internet)

Assim, a partir da citação, entende-se que a *hegemonia midiática* ocorre pela disputa permanente do domínio do conhecimento na sociedade, entre os vários grupos que nela atuam e se apropriam de saberes comunicacionais. Além disso, esses grupos administram e operam tecnologias, direcionando, sob uma ótica ideológica, o repasse do conhecimento a outros grupos sociais, já que o *poder midiático* concentra-se em valores simbólicos culturais, que são produzidos, armazenados e repassados no tecido social. Entretanto, esse exercício de poder apresenta-se na complexidade social, provocando forças antagônicas, em muitos casos, tensionando e atuando sob conflito.

É o que se depreende quando se observam as *formulações midiáticas*, que apresentam estereótipos em suas programações de rádio ou de televisão, ou através de textos impressos em jornais e revistas, e no uso de determinados discursos, que se aproximam das questões cotidianas. Assim, se entende que os usos dos meios de comunicação na sociedade contribuem muito fortemente para a transformação social, que se modifica a partir da interação realizada com os sujeitos produtores e consumidores de comunicação, igualmente. Para Thompson (1998, p.19), “é importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem”.

Em suas observações, o autor destaca que mesmo considerando importantes os aspectos técnicos que diferenciam os meios, o que se torna fundamental é o caráter de reelaboração simbólica da vida social presentes nas reorganizações estruturais das relações dos sujeitos que constituem o tecido social. Dessa maneira, se passa a configurar os contextos sociais a partir da compreensão do papel da comunicação como elo que se estabelece em diferentes ramificações e tramas intersubjetivas, que não podem ser fixas, apenas, como elementos modeladores de discurso, “num substrato material de algum tipo – palavras inscritas em papel, por exemplo, ou imagens gravadas em películas”. Thompson afirma que “é fácil focalizar o conteúdo simbólico das mensagens da mídia e ignorar a complexa mobilização das condições sociais que subjazem à produção e circulação dessas mensagens”.

São dos elementos que estão subjacentes aos instrumentos ou meios técnicos utilizados nas transmissões das mensagens, que se configuram, então, *as redes informais de comunicação*, o que resulta de alguma forma num exercício de poder que está contido em cada ato de fala executado pelas mulheres em foco neste estudo. Para Thompson (1998, p.21) “o poder

é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro, desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos até os encontros mais prosaicos entre indivíduos de rua”. E o autor destaca quatro tipos principais de poder – *o econômico, o político, o coercitivo e o simbólico*. Como já se citou anteriormente, trata-se neste estudo do *poder simbólico*, cultural, que está contido na formulação de sentidos das palavras e das ações que nascem das atividades de produção, transmissão e recepção dos conteúdos discursivos e não-discursivos. E relaciona-se aqui, o conceito com o que é expresso pela mídia, que trabalha igualmente com os conteúdos simbólicos, na formulação do conhecimento geral dos sujeitos.

Se as palavras têm um poder próprio, como afirma Bourdieu, já citado anteriormente, as imagens transmitidas por um sistema de códigos eletro-eletrônicos analógicos e mais recentemente, por sistemas digitais, pela televisão e outros processos audiovisuais, podem transmitir mensagens intencionais e não-intencionais, inconscientemente, sem necessariamente serem verbalizadas. Esse é um elemento destacado por Roso (2000, p.77) que comenta sobre o poder do uso das imagens na mídia, como modelo das relações de gênero e “reforço da opressão das mulheres”, tão fartamente criticadas pelas feministas.

A autora considera que o telespectador é alguém que assiste televisão criando significados e prazeres (ou desprazeres) a partir de suas experiências particulares, mas vivenciando uma situação social. Dessa forma, o poder midiático vai se apresentando de forma sutil, criando intersubjetividades na formulação do conhecimento.

Há no Brasil, seis conglomerados empresariais constituídos em redes privadas, que distribuem a informação através de 138 grupos afiliados, e controlam 668 veículos (jornais, televisões e rádios) exercitando o seu poder, regional e nacionalmente<sup>121</sup>.

É Thompson (1998, p.33) também, quem acrescenta uma discussão sobre o *valor das formas simbólicas*, que é atribuído de acordo com a possibilidade de reprodução da comunicação de massa e *a exploração comercial das inovações técnicas*. A sua abordagem prevê a mercantilização da comunicação “como um tipo particular de “valorização”, isto é, uma das maneiras pelas quais se pode atribuir aos objetos um certo valor”. O autor explica:

A comunicação de massa implica a mercantilização das formas simbólicas no sentido de que os objetos produzidos pelas instituições da mídia passam por um processo de valorização econômica. As maneiras de valorização das formas simbólicas variam muito, dependendo dos meios técnicos e das estruturas institucionais dentro das quais elas são empregadas. A mercantilização de alguns impressos, como livros e panfletos, depende quase inteiramente da capacidade produzir e vender as múlti-

121 Informações contidas no site <http://www.eticanatv.org.br/cartilha>

plas cópias da obra. Outros impressos (jornais, por exemplo) combinam este tipo de valorização com outros, como a capacidade de vender o espaço de propaganda. No caso das transmissões de rádio e televisão, a venda do tempo de propaganda aos anunciantes tem sido de fundamental importância, em alguns contextos nacionais para a valorização econômica. Em outros contextos nacionais, os receptores dos programas de rádio e televisão pagam diretamente (através de uma assinatura) ou indiretamente (através de impostos) pelo direito de receber o material transmitido. (THOMPSON, 1998, p.33).

Se Thompson aborda a mercantilização da comunicação, Bourdieu (1997, p.104) trata do *campo jornalístico* como o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que contribui para reforçar o campo comercial, o que também resulta no exercício profissional de tarefas com restrições, em muitos casos, provocando, inclusive controles cruzados impostos pelos próprios jornalistas e seus pares.

E destaca que a produção da *notícia* é o elemento essencial desse fazer intelectual altamente perecível, na disputa da concorrência pela prioridade. No entanto, nem sempre é o público que percebe a evidência da primazia da informação, mas sim os próprios meios concorrentes entre si, que se consideram agentes dotados de disposições profissionais para as práticas jornalísticas, que se traduzem mais pela velocidade, do que pelo sentido expresso no conteúdo das mensagens, propriamente. O autor reforça a preocupação dos profissionais e, entre os grupos midiáticos concorrentes, com a atualidade das informações, considerando-se a temporalidade como um elemento chave na busca pela audiência:

É assim que, nesse domínio como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão com vasta audiência. (BOURDIEU, 1997, p.108).

É dos processos de representação simbólica utilizados nos meios de comunicação social que Bourdieu (2000, p.124) trata, quando focaliza o regionalismo como elemento central do estabelecimento de forças de poder, que disputam entre si a “conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, que podem ser econômicas ou não”. E complementa:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de

estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si a menos afastada possível da identidade legítima. (BOURDIEU, 2000, p.124).

Para o autor, as questões de identidade de um sujeito ou de um grupo, estão vinculadas “à luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas que têm em vista não a supressão das características estigmatizadas, mas, a destruição da tábua dos valores que as constituem como estigmas”. São aspectos tratados pelo estudioso como fundamentais no estabelecimento de relações sociais e econômicas, em um território, que se configuram como dominantes em relação à situação do espaço que está fora de um contexto, e, portanto, excluído, pelo distanciamento, muitas vezes, de outros locais que são considerados centrais, nas regiões onde acontecem as decisões administrativo-governamentais, e de onde partem os fluxos de produção da indústria, do comércio de bens e de serviços, e de onde, também partem as ações culturais simbólicas.

Ao se preocupar com as formas de tratamento para as questões étnicas, pela mídia nacional, e mais propriamente, a local, Clavelin (2005) realizou, com o grupo de mulheres trabalhadoras do bairro Restinga de Porto Alegre, uma capacitação sobre *leitura crítica da mídia*, oportunidade em que as mulheres puderam discutir mais sobre a hegemonia dos grupos empresariais da comunicação através das programações dos canais de rádio e de televisão aberta, a que elas tinham acesso.

O projeto *Reaprendendo a Comunicar – A voz das mulheres negras do gueto pra fora* – que contou com verbas da Unesco para sua realização, vinculado aos demais projetos da Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN, de Porto Alegre, proporcionou a realização de 36 capacitações no período de abril de 2004 a junho de 2005, para o grupo de mulheres que já executavam ações comunicativas como Multiplicadoras de Saúde, no bairro Restinga.

A formação, assentada nos valores da comunicação comunitária, lhes proporcionou a possibilidade de realização de um programa de rádio para participarem do concurso nacional promovido pela Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, em dezembro de 2005. Elas foram premiadas em primeiro lugar com o programa-documentário *A voz das mulheres negras do gueto pra fora*, produção essa, que foi totalmente realizada pelas mulheres trabalhadoras desde a discussão da pauta, passando pela produção das entrevistas, locução e edição final, com a colaboração das equipes técnicas da rádio da UFRGS e do laboratório de rádio do Centro Universitário Feevale, na sua finalização.

Na apresentação da proposta para o grupo concorrer ao concurso da Fundação Palmares, Clavelin (2005) relacionou a falta de visibilidade para a população negra, na mídia em geral, com os elementos de discriminação sutilmente colocados, quando aqueles sujeitos produtores e consumidores de comunicação aparecem, de forma desproporcional:

A invisibilidade e/ou visibilidade estereotipada da população negra nos veículos de comunicação é um fator que reforça a discriminação. A mídia, que utiliza mecanismos que trabalham com o imaginário coletivo e pode influenciar na manutenção e/ou questionamento do status quo, não consegue reproduzir de forma proporcional, materiais jornalísticos e publicitários que expressem e valorizem a participação desse grupo étnico-racial na sociedade. [...] Isso decorre da reprodução do poder hegemônico pelos meios de comunicação de massa e adoção de um modelo eurocêntrico que alija as identidades, sobretudo, de origem africana. (CLAVELIN, 2005, p.02).

A realização das *oficinas* de rádio e, posteriormente, as *oficinas* de produção de um boletim impresso, para a Escola de Samba *Estado Maior da Restinga*, propiciaram às mulheres a observação de detalhes que até então, para elas, passavam despercebidos no uso das tecnologias da informação e da comunicação. Ao mesmo tempo, que o acesso aos espaços da redação e da técnica de uma emissora de rádio, como as rádios da UFRGS, e Gaúcha FM do Grupo RBS, que tiveram a oportunidade de conhecer, lhes ofereceu a condição de pensarem mais na elaboração das mensagens, como cidadãs, e no fazer dos profissionais da comunicação em seus próprios espaços de trabalho.

Para a trabalhadora doméstica Ionete Correa, estar num estúdio de rádio foi um desafio enorme, já que se considerava capaz em usar sua voz na transmissão de mensagens para outras mulheres, embora não estivesse tão preparada para a locução. Em outro momento, o grupo optou pela escolha de uma outra participante para receber o prêmio da Fundação Palmares na capital federal..

Mais do que pudessem considerar uma descoberta, as mulheres entenderam melhor a produção jornalística e se apropriaram de parte das técnicas, para realizar sua produção. Tornaram-se naquele momento, efetivamente participantes de um processo comunicacional técnico-formal, entendendo-se não como vítimas, mas como pessoas conscientes e atuantes, que adotaram entre si, posição de especificidade de um lugar social assumido publicamente.

As discussões empreendidas para a compreensão de algumas conexões como raça, gênero e classe social, além da abordagem à sexualidade, às relações familiares, às questões propriamente da comunicação comunitária, modificaram sua maneira de observar o mundo e a forma de transmissão de suas mensagens, para as demais pessoas de suas relações. Também



puderam incluir nesse novo conhecimento adquirido a partir das *oficinas* realizadas, um outro olhar para a hegemonia da mídia, que compacta e neutraliza a informação mais próxima do cidadão, em sentido direto com o seu local de moradia. As manchetes de jornais da capital e demais meios de comunicação que relatam casos violentos, registrados no bairro Restinga, desde a sua instalação na zona sul de Porto Alegre, contribuem para o reforço ao preconceito em relação àquela população, de maioria negra. Situações essas, muitas vezes expressas pelas mulheres do grupo, em suas manifestações sobre os usos dos meios de comunicação e a localidade onde moram.

Ao abordar os avanços do conhecimento através dos usos dos meios de comunicação de massa, Melo (2004, p.20) refere que, as mudanças da situação intelectual das nações latino-americanas começariam a ocorrer no século XX, através das políticas públicas destinadas à universalização do sistema educacional:

O processo de redução da marginalidade comunicacional das grandes massas sul-americanas somente seria alterado com o incremento das tecnologias eletrônicas de difusão simbólica. A expansão do rádio (a partir dos anos 30) e o desenvolvimento da televisão (a partir dos anos 50) ensejam oportunidades para a melhoria do apetite cognitivo das populações economicamente ativas. Até mesmo os contingentes analfabetos seriam promovidos à condição de consumidores culturais dos produtos sonoros ou audiovisuais disseminados pelas redes abertas, porque acessíveis a baixo custo. (MELO, 2004, p.20).

Para Melo (2004, p.21) mesmo tendo havido a institucionalização dos processos midiáticos, em cinco séculos, na geografia americana, há, ainda, abaixo da linha do Equador, contingentes de populações que são identificados pelo “pauperismo cultural que estão distanciados ou foram precocemente expulsos das redes educativas formais”. O autor explica que as *redes midiáticas* são responsáveis pela geração de conhecimentos “efêmeros, fragmentados e superficiais, propiciados também por *escolas paralelas*” que acabam fortalecendo uma categoria de cidadãos “considerados ineficazes e inapetentes no sentido de atuar democraticamente como sujeitos de sua própria História”. Melo refere-se, neste caso, à imagem de uma *esfinxe midiática* que ameaça *devorar* a sociedade.

Entretanto, Martín-Barbero (2004, p.21) é um dos primeiros estudiosos latino-americanos, que tem destacado em seus estudos culturais a *dominação como um processo de comunicação*, no sentido de entender a comunicação como fonte para estimular investigações sobre “não só as argúcias do dominador, mas também aquilo que no dominado trabalha a favor do dominador”. O autor refere-se ao que Paulo Freire traduziu como “a opressão interiorizada quando o oprimido viu no opressor seu testemunho de homem”. Para Martín-Barbero

(2004, p.23) as discussões sobre a relação da comunicação com o poder, nos meios acadêmicos, foram se tornando mais constantes na medida em que a assimetria entre a sintaxe dos discursos midiáticos e a gramática das *mediações* tornava-se compreensível, independentemente dos aparelhos usados na transmissão das mensagens.

É o próprio autor quem traça uma relação paradoxal existente, por exemplo, nos modos e estratégias adotados pela televisão, como um elemento que ao mesmo tempo estabelece “cumplicidade com as manipulações de poder e os mais sórdidos interesses mercantis, e o lugar estratégico que ocupa nas dinâmicas da cultura cotidiana das maiorias”. Assim, afirma o autor:

Pois, se gostamos ou desgostamos da televisão, sabemos que é, hoje, ao mesmo tempo o mais sofisticado dispositivo de moldagem e deformação da cotidianidade e dos gostos dos setores populares, e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo da cultura popular, entendendo por isso não as tradições específicas de um povo, mas o caráter híbrido de certas formas de enunciação, certos saberes narrativos, certos gêneros novelescos e dramáticos das culturas do Ocidente e das mestiças culturas de nossos países. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.27).

A ênfase dada por Martín-Barbero, para a televisão, faz sentido na medida em que o meio é o que tem atingido as maiorias populacionais latino-americanas, apesar da diferença de amplitude e do acesso oferecido pelo rádio. A força da intervenção da televisão associando as técnicas audiovisuais na transmissão das mensagens tem modificado não só a vida dos sujeitos que produzem e consomem informação, mas as próprias estruturas que vão se adaptando aos novos sistemas multimídias, podendo-se conectar a casa com o mundo. E embora haja uma boa parte da população brasileira – cerca de 14% - por exemplo, que já usam computador e conexões com a Internet – há, ainda, uma maioria que apenas ouve rádio, vê televisão aberta e de vez em quando lê jornais ou revistas.

O número de usuários da Internet no Brasil atingia a marca dos 18 milhões, em 2003, de acordo com as informações da União Internacional de Telecomunicações<sup>122</sup>. Em 2006, em levantamento realizado entre julho e agosto pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) constatou que 50.643.000 de brasileiros são usuários, o equivalente a 33,1%, mas destes, 10.407.600 têm a posse dos equipamentos em seus domicílios, num percentual de 19,6. O acesso à Internet em 2006 passou para 42.534.000, com a posse sendo de 7.705.600 domicílios, num equivalente a 14,5%. Em 2006 houve um aumento de mais de 2.092.800 domicílios

---

122 Informações contidas no site do Comitê Gestor da Internet no Brasil, acessado em 22/11/2006 <http://www.nic.br/indicadores/mundo/index.htm>

no número de casas com computador em relação a 2005<sup>123</sup>. Já os possuidores de acesso a Internet aumentaram em 1.408.000. O levantamento identificou ainda que 84 milhões de brasileiros nunca usaram um computador.

As desigualdades sociais continuam determinantes para que a grande maioria da população não tenha acesso à Internet. No entanto, a limitação financeira não impede que trabalhadores e trabalhadoras tomem conhecimento do que seja esse suporte para a ampliação do conhecimento, uma vez que as próprias *intervenções midiáticas* utilizam os equipamentos como ilustração de desenvolvimento cultural, quando apresentam notícias ou mesmo programas de entretenimento, como as novelas.

De maneira mais presente, as discussões federais sobre a implantação de um sistema digital de televisão terrestre e de rádio tomaram conta do cenário das telecomunicações e dos bastidores da mídia nacional, a partir da aprovação do decreto nº 4901 de 2003, que mobilizou 22 universidades e 1500 pesquisadores brasileiros<sup>124</sup>.

De acordo com informações de Cabral as pesquisas resultaram em contribuições que viriam só aprimorar o processo de democratização da comunicação no país, ao invés de restringi-lo:

A adoção de um modelo comum na América Latina que viabilizasse uma melhor ocupação do espectro a partir de um maior número de canais e grades disponíveis de programação permitiria a articulação de experiências de operadoras, programadoras e produtoras comunitárias, alternativas, públicas e estatais – algumas já em curso como a Telesur e a TV Brasil – no desenvolvimento de conteúdos e linguagens inovadores, incorporando temas e expressões relevantes que atualmente não encontram espaços de transmissão e valorizando a produção e a difusão de culturas no âmbito local e regional; do ponto de vista tecnológico, seria a oportunidade de trabalhar com um modelo baseado em software livre (o código aberto do Gínga está disponível em <http://opensource.telemidia.puc-rio.br/projects/nclformatter>), adotar um operador de rede de caráter público, gestão compartilhada e faixas de pagamento equivalentes para sua utilização, contar com a implementação inovadora da compressão baseada em MPEG-4, com alta definição (HDTV) e custos reduzidos em relação a outros padrões, podendo também contar com canais operando em definição padrão (SDTV), enhanced (EDTV) e em estruturas de “condomínio” (compartilhando faixas distintas de horário, como em outros países da Europa). (CABRAL, 2007, Internet).

Embora a decisão do governo brasileiro tenha sido pelo modelo japonês de tecnologia, há uma disputa intensa entre os conglomerados midiáticos do país e de fora dele, para a abertura à participação de outros grupos estrangeiros no uso do espectro eletro-magnético e dos

---

123 Informações contidas no site do Fórum Brasileiro pela Democratização da Informação, acessado em 23/11/2006 <http://www.cetic.br/tic/2006/relatorio-inicial-2006.ppt#52>

124 Informações contidas no boletim informativo eletrônico nº 38, ano 5, de Janeiro de 2007, Sete Pontos, no site <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos>, em artigo assinado pelo prof. Adilson Cabral, A TV Digital que o Brasil poderia ter assumido: uma proposta de corações e mentes acessado em 10/01/2007.

próprios meios de comunicação. Enquanto as articulações e novos processos vão acontecendo até que sejam definidas as tecnologias que servirão de padrão para esse tipo de serviço, o governo vai criando leis para regular a configuração do quadro nacional, em relação aos domínios dos conglomerados empresariais da mídia. Por isso o assunto também se torna polêmico no momento da tomada de decisões pelos políticos, uma vez que há interesses de um terço dos senadores e mais de 10% dos deputados federais eleitos para o quadriênio 2007-2010, que controlam rádios ou televisões em suas regiões<sup>125</sup>. Situação essa que se apresenta desde a campanha eleitoral, por exemplo, com a doação de verbas para alguns deputados federais de emissoras de rádio e de televisão, de diferentes Estados brasileiros, conforme denúncia feita pela Associação Paulista de Jornais<sup>126</sup>, em 20 de dezembro de 2006.

De outra forma, os atravessamentos contidos nas trocas efetuadas nos diferentes grupos sociais, com o próprio estímulo à busca de melhoria das condições de vida, oferecem oportunidades de abertura a esses novos conhecimentos, que vão sendo disseminados e promovidos nos sindicatos, nas prefeituras, nas escolas, nas faculdades, nas associações, nos atendimentos mais diversos dos serviços públicos, de maneira geral.

E, no entanto, embora a restrição financeira continue sendo a causa principal para que boa parte da população não tenha, ainda, adquirido um equipamento ou esteja conectado à Internet, em novembro de 2006, o Brasil ocupava o oitavo lugar entre os países do mundo com maior número de *hosts* – isto é, conexões de computadores a uma rede. O país é o segundo em relação às conexões, diante da situação de outros países das Américas e o primeiro em relação aos países da América do Sul. Os *hosts* variam de computadores pessoais a supercomputadores, entre outros equipamentos<sup>127</sup>. Ao se pensar na restrição do acesso à Internet, para as mulheres trabalhadoras do bairro Restinga, por exemplo, observadas neste estudo, mexer com o computador em *oficinas de inclusão digital*, no projeto *Reaprendendo a Comunicar – a voz das mulheres negras do gueto pra fora* – também criou um novo olhar sobre os usos dos computadores e suas possibilidades de conexão com o mundo. Caroline Dilson já tinha noção da importância dos equipamentos computadorizados quando fez o Curso Técnico em Enfermagem, como escolha profissional. Mesmo ainda não exercendo a profissão, tem aplicado os conhecimentos adquiridos naquela *oficina de inclusão digital*, no trabalho que executa em

---

125 Informações transmitidas pela *Agência Repórter Social*, data de publicação 26/10/2006, site [www. \*reportersocial.com.br\*](http://www.reportersocial.com.br) acessado em 12/01/2007.

126 Informações contidas no site da *Agência ADITAL*

<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=25928> acessado em 25/10/2006

127 Idem, *ibidem* no site <http://www.nic.br/indicadores/mundo/2006/sul.htm>

uma locadora de vídeo, onde também funciona um *ciber café*, num *shopping center* da capital, e considera o aprendizado fundamental para ampliar seus horizontes. Já, Vanilda Soares Machado, da *CooperUnião* também considera importante aprender a mexer no computador que está na sede da Cooperativa, parado, com muito pouco uso. Porém, para ela, uma das questões que quer resolver logo é o aprendizado em gestão de negócios, para que possa ter o que fazer – como um planejamento de vendas – no computador.

A experiência da formação numa *oficina de inclusão digital* é uma das diversas brechas que vão se constituindo para que, novamente essas possibilidades se expandam e, a exemplo do que aconteceu lá no final das décadas de 1930, com os aparelhos receptores de rádio, de 1950, com os de televisão, que custavam caro, mas depois foram sendo barateados pela indústria e o comércio e atualmente com os aparelhos de telefonia móvel - os celulares, é possível que em poucos anos, os computadores e a Internet também se tornem elementos que façam parte dos ‘eletrodomésticos’ de uma família. Esta é uma realidade da *hegemonia midiática*. Em novembro de 2006, 68% da população usavam celulares, de acordo com levantamento do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br<sup>128</sup>.

Squirra, que tem estudado as representatividades sociais dos gêneros e raças, nos Estados Unidos e no Brasil, através da comunicação eletrônica, afirma:

Nunca é demais lembrar, as empresas de comunicação são entidades comerciais verticais, com políticas editoriais e culturais elitizadas, são empresas com padrões gerenciais definidos, cujos conceitos são emitidos a partir as concepções socioculturais dos detentores destas concessões para a imensa maioria da população que, passivamente assimila os valores sociais ali espelhados. (SQUIRRA, 2006 p.17).

São os meios de comunicação hegemônicos que incorporam os processos comunicacionais havidos entre os diferentes grupos sociais, diariamente no mundo, modificando o que já existe, cada vez mais, nas relações sociais. De outra forma, não se pode deixar de pensar que à parte dos grandes sistemas de conexões interplanetárias, as comunicações realizadas pelas *redes informais de comunicação*, com o aproveitamento das trocas diárias, nas relações interpessoais, dão um suporte de vida aos diferentes sistemas que se desenvolvem no tecido social, com os processos formais midiáticos, ou não. É dessas comunicações cotidianas que se deve tratar no próximo item deste capítulo.

---

128 “O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados”. Texto de apresentação no site <http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm> acessado em 19/02/2007.

## 4.2 Possibilidades alternativas de comunicação

O direito de comunicar é um dos principais direitos humanos presentes diariamente na vida dos sujeitos que produzem e consomem comunicação. É tão básico como a respiração, segundo alguns ativistas que defendem a capacidade de expressão de todos os povos. Cabral (2006) é um defensor dessa proposta, de que a comunicação é um direito cidadão, e, como tal, “este precisa ser reivindicado e exercido através da expressão da diversidade social e cultural dos povos, da afirmação de meios próprios de comunicação e da quebra dos monopólios de empresas de comunicação, cultura e entretenimento”<sup>129</sup>.

A idéia razoável tem instado instituições de representatividade no tecido social, como a *Associação Mundial de Rádios Comunitárias – AMARC*, a *Associação para o Progresso das Comunicações – APC*, a *Agência Latino-americana de Informação – ALAI* e a *World Association for Christian Communication – WAAC* a defenderem igualmente o respeito à qualidade dos serviços implementados, sua devida fiscalização pelos órgãos governamentais competentes, e sua cobrança pela sociedade. Entidades essas, que têm liderado campanhas importantes no mundo inteiro, juntamente com outras que se vinculam às Universidades, inclusive, e seguem uma linha de defesa de uma mídia voltada para os interesses da sociedade.

Aliás, esta tem sido a tônica das principais campanhas internacionais sobre o direito de comunicar, que muitas das instituições sociais já implementaram: a possibilidade de formação de um espírito crítico pela sociedade, de maneira geral, que consiga, através da organização de comissões, conselhos e outros formatos de coletivos, manifestar suas críticas com condições de se alterarem os processos comunicacionais considerados equivocados, no caso das programações de rádio e televisão, e nos casos de materiais impressos, produzidos pelos grandes grupos empresariais da comunicação.

Não se pode deixar de citar a *Campanha dos Direitos de Comunicação na Sociedade da Informação – CRIS*, promovida por diferentes entidades internacionais, lançada em março de 2004, que “mobilizou pessoas preocupadas em lutar contra a mercantilização, a manipulação e a concentração de poder que o uso das Tecnologias da Informação têm causado na sociedade”. Foi durante a realização do Fórum Social das Américas, em 29 de julho de 2004, que se divulgou a Carta Pública das redes latino-americanas de comunicação em apoio à campa-

---

129 Artigo *Conscientização pelo direito a uma comunicação mais democrática*, de Adilson Cabral, publicado em 2006, no site <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/> acessado em 27/11/2006.

nha CRIS<sup>130</sup>, com o título *Outra comunicação é possível*, na cidade de Quito, no Equador, dirigida a comunicadoras e comunicadores, membros da sociedade civil e à opinião pública em geral.

No Brasil, a campanha "*Quem financia a baixaria é contra a cidadania*" é uma das mais significativas em termos de visibilidade e discussões, embora se restrinja ao uso de um *site* da Internet e a um número de telefone, para o registro de denúncias com abusos praticados nas programações de televisão do país. Essa campanha foi constituída pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e organizações da sociedade civil para promoção dos direitos humanos e da dignidade do cidadão na mídia.

A partir de 2002, o *site* <http://www.eticanatv.org.br/> e o número de telefone 0800 619 619 são os canais instituídos para que sejam registradas as denúncias sobre os maus usos da programação da televisão, principalmente, em todo o território nacional, por ser considerada - conforme o *site* - "a mídia que influencia o maior número de pessoas em todo o país". E ao contrário do que possa parecer como censura aos meios de comunicação, "a campanha terá como parâmetros exclusivos instrumentos jurídicos com os quais o Brasil todo está comprometido. Tais instrumentos representam conquistas históricas, fruto do esforço de gerações de cidadãos, e cabe a todos nós preservá-los"<sup>131</sup>.

Com as denúncias da população, é feito um levantamento das emissoras que promovem a *baixaria* para ganhar audiência. A cada três meses, são listados os principais programas que desrespeitam o artigo 221 da Constituição brasileira, que trata da finalidade artística, cultural e educativa da programação televisiva no país.

No *ranking* apresentado no *site*, são apontados os programas de televisão que abordaram assuntos como desrespeito racial, de gênero, por religião e orientação sexual; além daqueles que fazem apologia e incitação ao crime, inclusive à prática da tortura, linchamento e outras formas de violência; e afrontas à dignidade de pessoas e grupos como deficientes físicos, doentes mentais, dependentes químicos, portadores do vírus HIV, entre outros. Em 2006, a

---

130 Redes latino-americanas de comunicação em apoio à campanha CRIS: Associação Mundial de Rádios Comunitárias - AMARC; Proyecto Monitor de Políticas TIC em América Latina da Associação para o Progresso das Comunicações - APC; a Agência Latino-americana de Informação - ALAI; World Association for Christian Communication - WACC; Associação Latino-americana de Educação em Radiodifusão - ALER; Organización Católica Latinoamericana y Caribeña de Comunicación - OCLACC - Rede Latino-americana de Rádios para uma Cultura de Paz - Radipaz; Agência de Notícias para América Latina e o Caribe - ADITAL.

131 Afirmação extraída do texto da cartilha sobre a campanha "*Quem financia a baixaria é contra a cidadania*" *site* <http://www.eticanatv.org.br/>, visitado no dia 27/11/2006.

terceira edição da campanha reforça o cuidado com a publicidade direcionada ao público infantil. Segundo Rebouças (2006)<sup>132</sup> :

É preciso ficar claro que não há nenhuma posição contrária à televisão, sequer à publicidade. O interesse é a favor de uma sociedade mais justa, entendendo que os conteúdos da televisão deveriam simplesmente atender aos princípios constitucionais de ter finalidades educativa, artísticas, culturais e informativas; dentro do respeito aos valores éticos e sociais. (REBOUÇAS, 2006, Internet).

O exemplo citado acima é um dos poucos, diante do volume de informações divulgadas diariamente, que são de poder dos meios de comunicação, embora para o caso das televisões, assim como para as emissoras de rádio, as concessões dos canais através das *outorgas*<sup>133</sup>, são efetuadas pelo governo federal brasileiro. Isto é, o poder público é o concedente para que os canais – elementos constituintes do *espectro eletromagnético* que não é privado – sejam usados de forma privada, particular, por aqueles grupos empresariais, que acabam detendo o monopólio das comunicações no país. Esta é a discussão central, por exemplo, no caso das concessões dos canais de rádios comunitárias, há mais de 20 anos.

No Brasil e em outros países latino-americanos, a polêmica sobre a concessão dos canais comunitários tem sido forte, inclusive com a participação da Polícia Federal, que recebe denúncias de ‘irregularidades’ das emissoras, e prende seus responsáveis, lacrando os equipamentos. Na medida em que adquirem os equipamentos, as associações que criam suas emissoras, os vão instalando e operando, até que consigam providenciar e encaminhar a documentação exigida pelo *Ministério da Comunicação*, através da *Agência Nacional de Telecomunicações* – ANATEL, que fiscaliza a situação diante da *Lei 9.612, de 1998*, ainda com pendências para sua total regulamentação. Assim, ao constatar a falta da *outorga* que deve ser providenciada junto ao *Ministério das Comunicações*, a *Agência* faz a denúncia à Polícia Federal.

Para além das questões burocráticas e das dificuldades enfrentadas pelos participantes dos movimentos sociais, que pretendem administrar coletivamente uma emissora comunitária, o centro da polêmica permanece na compreensão do papel dos meios de comunicação e seus

---

132 Artigo “*O Controle Social sobre a Publicidade Infantil*”, de Edgard Rebouças, publicado no site <http://www.eticanatv.org.br>, visitado em 27/11/2006.

133 *Outorga* é a autorização formal (um documento) concedido pelo governo federal brasileiro, que informa o número do registro de toda a documentação exigida para a operação de uma emissora de rádio ou televisão. Este documento é o que libera a operação das emissoras. As Leis da Radiodifusão e das Telecomunicações são as que regem o processo de registros e legalização do funcionamento das emissoras em todo o território nacional. Há as leis complementares e a Lei da Radiodifusão Comunitária para a regularização das rádios comunitárias, que operam em outra faixa de transmissão sonora diferentemente daquelas emissoras consideradas ‘comerciais’ AMs e FMs, – que podem vender seus espaços comercialmente para difusão de publicidade e propaganda, ao contrário das Comunitárias, que devem operar com ‘apoios culturais’.



usos. Uma discussão presente, por exemplo, é sobre a ‘propriedade coletiva’ da rádio comunitária, que fica atrapalhada, pois grande parte dos participantes dos grupos que se apropriam do processo é leiga no tema e vão ‘descobrir’ informações sobre os modos de fazer, fazendo, com pouca formação. Questões sobre o próprio despojamento para um trabalho de produção associativa e, formas diferentes de autogestão, que são necessárias compreender para a manutenção dos meios de comunicação, com o viés comunitário, além do processo operativo jornalístico sobre os conteúdos a serem transmitidos e através de quais formas, fazem parte de uma conjuntura que muitas vezes não depende só da boa vontade de quem se envolve com o processo.

Algumas experiências vivenciadas por esta pesquisadora, dão conta que alguns grupos precisam entender como o processo acontece, para que iniciem os trâmites burocráticos da organização de uma associação, que venha a ser a figura institucional para o uso daquele determinado meio de comunicação, por aquele grupo de moradores, ou de trabalhadores, enfim. Dessa forma, muitas vezes, acaba se desestruturando um grupo, que já nasceu sem o espírito de equipe, mas que tem uma liderança forte, que domina o processo e esta liderança torna-se por decorrência da situação, o ‘dono’ daquele meio de comunicação escolhido para ser *a voz da comunidade*. No andamento do processo, o grupo se afasta e fica aquele líder administrando, executando e produzindo os conteúdos ‘jornalísticos’ sob o seu foco, e não da comunidade.

Ao se buscar informações sobre os usos de alguns canais de rádios comunitárias na cidade de Sapiranga e em São Leopoldo, no Vale do Rio dos Sinos, para uma pesquisa do Centro Universitário Feevale – *Mídia e Resgate Histórico*<sup>134</sup> – de autoria desta pesquisadora em parceria com o professor Mestre, Marcos Emilio Santuario, em 2005, verificou-se que o uso do canal comunitário com a *outorga* liberada, em alguns casos, estava sob a responsabilidade de representantes da Igreja Evangélica *Assembléia de Deus*.

Com uma programação focada apenas nos interesses da Igreja, projetada com horários de intervalos comerciais específicos, mantidos por alguns comerciantes e adeptos que pagavam R\$ 100,00 por mês, em maio de 2005, a coordenação da rádio comunitária *Harmonia, 105.9*, por exemplo, de Sapiranga, entendia que a participação da comunidade registrada nos telefonemas de solicitação de músicas a serem rodadas durante a programação, sem que estivesse presente nas suas deliberações, era suficiente para garantir a sua credibilidade pública. É

134 Pesquisa realizada sob o foco do resgate histórico da mídia local do Vale do Rio dos Sinos, onde se pretendia verificar a situação das emissoras comunitárias e comerciais na região, iniciada em fevereiro de 2004 e encerrada em dezembro de 2005. Informações parciais constam dos registros feitos para a coordenação de Pesquisa do Centro Universitário Feevale.

interessante observar que a rádio comunitária funciona no mesmo prédio onde mora o pastor João Ponti com sua família, responsável direto pelo funcionamento da rádio. No entanto, o locutor e técnico-operador Naldo Straesser é o representante da direção, nas tarefas diárias, uma vez que o pastor administra um comércio de sua propriedade em outro local da cidade. Esta emissora conquistou a *outorga* definitiva até 2014, em 14 de maio de 2004.

A situação não foi muito diferente na rádio comunitária *Feitoria*, 87.9, em São Leopoldo, também pertencente à mesma Igreja Evangélica *Assembléia de Deus*, que estava sob a direção geral de Elemar Cavalheiro, em agosto de 2005. Verificou-se a implantação do mesmo modelo de programação e funcionamento com a cobrança de taxas para os intervalos da programação, sem a participação da comunidade nas deliberações do grupo gestor, da mesma forma que a rádio comunitária *Harmonia*, de Sapiranga. A *outorga* dessa emissora foi assinada no ano de 2004, mas a data oficial de funcionamento é 25 de abril de 2002.

Ela foi constituída pela atuação de um pastor da *Assembléia de Deus*, que saiu do interior do Rio Grande do Sul, para São Leopoldo. Elemar Cavalheiro diz não ser da Igreja, é morador há 16 anos do Bairro Feitoria onde a rádio está instalada. Elemar atua também como vendedor autônomo, e começou essa atividade entregando verduras de casa em casa. Ao fazer parte da criação da *Associação de Moradores do Bairro Feitoria*, sentiu-se com legitimidade para estar na direção da emissora.

Na visão do diretor geral, entrevistado na época, a participação da comunidade acontecia por via telefônica na solicitação de músicas, e durante a realização das duas festas programadas por aquela emissora, em datas especiais no ano – uma na data oficial da emissora em 25/04, e outra no *Dia das Crianças*, quando o comércio local é chamado a contribuir com doações de alimentos, roupas e brinquedos para as crianças moradoras dos arredores da rádio. Normalmente as festas acontecem na avenida principal onde está localizada, e nas ruas próximas, onde as pessoas da população do bairro recebem lanches e as doações ofertadas. Segundo Cavalheiro, em 2002 foram doados 2.800 lanches; em 2003 – 3.500 lanches e 90 sacolas com 30 quilos de alimentos, cada; em 2004, foram doados 6 mil lanches, mais brindes como camisetas e adesivos e 100 sacolas de 30 quilos de alimentos, cada. Também foram ofertados e premiados alguns moradores com brinquedos especiais e até bicicletas.

Assim, como doadora e receptora, a população do bairro *Feitoria*, calculada aproximadamente em 45 mil pessoas, estava presente nas ações empreendidas pela emissora comunitária, segundo o entendimento de Cavalheiro, seu diretor geral. Para ele, não havia necessidade de melhorar a qualidade da formação de seu quadro de colaboradores, que traziam expe-

riências diversas na operação de equipamentos de outras emissoras comerciais, de menor porte, por exemplo, como alguns locutores.

Já o grupo que organizou o processo de constituição da rádio comunitária *Ferrabraz FM, 101.7*, também de Sapiranga, adotou uma outra postura. Vinculados aos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria do Calçado e da Indústria Metal-Mecânica de Sapiranga, os trabalhadores organizados procuraram juntar forças com associações de moradores, igrejas, centros de tradição gaúcha e outros sindicatos locais, e foram obter mais informações sobre os detalhes técnicos e os conteúdos a serem difundidos nos usos de uma emissora comunitária, a partir de 1996. Fizeram alguns contatos com algumas faculdades de comunicação que ofereciam  *cursos de extensão*, no próprio Vale do Rio dos Sinos, foram se fortalecendo financeiramente para a compra dos equipamentos e conseguiram organizar e encaminhar a documentação para o Ministério das Comunicações em 1997. Em 5 de fevereiro de 2002, iniciaram as transmissões locais.

Chegaram a sofrer um processo de *cassação* da emissora, mas através de *liminar* a mantiveram no ar, até que em 31 de outubro de 2006 conquistaram a *outorga*. A principal preocupação do grupo gestor da rádio *Ferrabraz FM*, tem sido, como afirmou Joaquim... “a formulação de um conteúdo que realmente atenda aos interesses da comunidade, o que fica distante, se não temos o auxílio de um estudante de jornalismo ou jornalista profissional, contribuindo conosco, apesar de conhecermos a realidade local”.

As rádios comunitárias devem reforçar os valores morais, éticos, sociais e culturais para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, sem visar lucro. A *lei 9.612 de fevereiro de 1998* define em seu artigo 3º, atender a comunidade beneficiada, com vistas à:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. (CONGRESSO NACIONAL, Lei 9.612, 1998).

Já o artigo 4º aborda questões relacionadas à programação, distinguindo alguns princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade

atendida; III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária. (CONGRESSO NACIONAL, Lei 9.612, 1998).

Aqueles que, ao deter a maior fatia da audiência, utilizam a publicidade como a sua principal referência de manutenção econômica, vão exercitando esse poder adquirido como fonte de intensificação do consumo junto ao público. De outra forma, vão também, produzindo seus *lobbies* junto aos organismos governamentais, e aos próprios anunciantes, que fazem suas pressões para que aquelas emissoras de interesse comunitário não sejam regulamentadas, porque, nesses casos, o que é mais visível é a disputa pela audiência, mais exposta e atenta ao conteúdo de suas programações.

No entanto, há ainda outros tipos de *lobbies*, como os que foram denunciados em dezembro de 2006, pela Associação Paulista de Jornais, em relação à doação de valores para campanha eleitoral por emissoras de rádio e televisão<sup>135</sup>, para os deputados federais Edson Aparecido e Júlio Semeghini, (PSDB-SP); Dagoberto Nogueira (PDT-MS), Humberto Souto (PPS-MG), Luciano Castro (PL-RR), Roberto Rocha (PSDB-MA), Vic Pires Franco (PFL-PA) e Waldir Neves (PSDB-MS). Esse fato demonstra, no mínimo, um tipo de intervenção que foge ao que se poderia considerar *procedimento ético* dos parlamentares e dos próprios empresários de comunicação.

---

135 Em nota publicada na Revista Virtual Fórum, em 21/12/2006, expedida pela Agência ADITAL, acessada em 25/12/2006 no site [http://www.revistaforum.com.br/vs3/artigo\\_ler.aspx?artigo=727e4907-3685-449b-82a6-9ca8f479167d](http://www.revistaforum.com.br/vs3/artigo_ler.aspx?artigo=727e4907-3685-449b-82a6-9ca8f479167d), os parlamentares receberam valores para suas campanhas eleitorais, como segue: “Aparecido, líder do governo na Assembléia Legislativa, recebeu para sua campanha eleitoral R\$ 9.000 da Rede Autonomista de Radiodifusão, a Rádio Tupi AM de Osasco; Semeghini, deputado federal reeleito e um dos mais influentes de seu partido na Câmara, recebeu durante a campanha, conforme a declaração entregue ao Tribunal Regional Eleitoral/SP, R\$ 5.000 da TVA Sistema de Televisão S.A. e R\$ 5.000 da NET Serviços de Comunicação S.A., ambas emissoras de TV a cabo. O deputado federal reeleito Luciano Castro (PL-RR), líder do PL na Câmara, recebeu doação de R\$ 15 mil da sua própria concessionária, a Rede Tropical de Comunicação, rádio e televisão em Boa Vista. Os quatro demais deputados da lista receberam as doações de menor valor: Dagoberto Nogueira (PDT-MS) teve R\$ 2.000 da Rede MS Integração de Rádio e TV Ltda, de Campo”. Grande; Waldir Neves (PSDB-MS) captou R\$ 1.000 na Sociedade Campograndense de Televisão, a TV Guanandi, retransmissora da Band. A Rádio e Televisão Rádio do Farinha Ltda, de Balsas (MA), doou R\$ 1.770 para Roberto Rocha (PFL-MA) e Vic Pires Franco (PFL-PA) recebeu R\$ 1.000 das Emissoras Rádio Marajoara Ltda”.

De outra forma, o procedimento da ANATEL em relação ao funcionamento das rádios comunitárias que aguardam a *outorga*, não modificou em 15 anos de atuação, mesmo com a mudança de um governo dito *neoliberal* para o outro, de caráter mais *democrático*. E, a exemplo de outras emissoras, em diferentes Estados brasileiros, a rádio comunitária da *Restinga*, funcionando desde 1998, foi fechada em 4/08/2004, fato esse, assim relatado em mensagem de correio eletrônico (ANEXO 6) para a rede Ourmedia<sup>136</sup>, na Internet, por Silveira, reproduzido abaixo:

Cerca de 12 homens entre Polícia Federal e fiscais da Anatel fecharam a rádio Comunitária Restinga ontem por volta das 17 horas. A polícia agiu com mandado judicial expedido em 7 de julho, originado do processo encaminhado em março de 2004. Eles levaram todos os equipamentos. Segundo Marisa Godinho, coordenadora da rádio, os papéis solicitando a outorga já foram encaminhados para o Ministério das Comunicações, porém como houve eleições recentemente para a diretoria, eles estão reencaminhando a ata de eleição. "Um policial correu para explicar que a rádio estava operando fora do Dial em que havia solicitado outorga ao Ministério das Comunicações. Como os equipamentos apresentaram defeito e foram para conserto, no retorno teve alteração no dial de 88,1 para 88,5. Isto é suficiente para configurar que a rádio não existe", relatou. Marisa disse também que a comunidade está indignada com o fechamento. A notícia está correndo mundo através da lista Ourmedia, entidades nacionais já começaram a enviar mensagens de apoio. É importante neste momento divulgar a informação. A coordenação da rádio já está conversando com a assessoria jurídica para ver qual o encaminhamento. (SILVEIRA, 2004).

A *Rádio da Restinga*, mesmo em situação irregular, chegou a ser considerada um exemplo, em Porto Alegre, de uma ação coletiva bem sucedida, e, inclusive motivo de visita dos participantes da IV Conferência Internacional - OURMEDIA, de 21 a 24 de julho de 2004. E as denúncias de seu fechamento correram o mundo através de diferentes redes de comunicação da Internet, registradas em e-mails, mensagens de sites, blogs, listas de discussão, entre outras.

Ao palestrar no mesmo ano do fechamento da Rádio Comunitária da Restinga, para estudantes universitários, graduandos de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na disciplina de Comunicação Comunitária, o coordenador da Rádio Restinga, André Luis de Jesus surpreendeu a turma por sua postura crítica diante dos meios de comunicação social, uma vez que o tema parecia distante dos estudantes, que não estavam habituados aos usos alternativos dos meios de comunicação. A sua compreensão foi traduzida em vários

---

136 Mensagens foram enviadas para várias redes no mundo, sobre o fechamento da Rádio Comunitária da Restinga, em julho/agosto de 2004. Esta pesquisadora recebeu várias dessas mensagens como integrante de diferentes listas de discussão na Internet. A mensagem de autoria do jornalista Luis Henrique Silveira fez parte de algumas delas, tornando-se pública, como mais uma denúncia sobre o fato.

momentos de discussão pública, inclusive em uma reunião em que esteve presente um representante do Ministério da Cultura, em encontro sobre *Hip-Hop e Comunicação* em 2004, em Porto Alegre. Para o comunicador e militante, que era morador do bairro Restinga, na época, a idéia de “democratizar a comunicação como um direito de todo cidadão do mundo, não poderia se dissociar de um sentido próprio da vida de cada um”.

Embora o processo jurídico para a reabertura da rádio comunitária da *Restinga* tivesse tido um impulso inicial, de algumas instituições que ofereceram apoio, inclusive em nível internacional, houve prescrição do prazo para os encaminhamentos da reabertura da solicitação da *outorga* e o processo de concessão foi arquivado. Mesmo assim, André Luis de Jesus continuava sua ação de empreender discussões com a comunidade sobre a importância dos usos alternativos dos meios de comunicação em 2006, propondo a reabertura do processo, com novos grupos de moradores do bairro Restinga, agora de forma mais “madura”, na sua compreensão.

Assim, a discussão sobre o fechamento daquela emissora comunitária também foi motivo de análises do grupo de mulheres do bairro Restinga, deste estudo, que estavam planejando a produção de um programa de rádio sobre as questões de gênero, principalmente e tiveram que mudar sua proposta diante da interrupção das transmissões. Para elas, a rádio comunitária ajudaria na divulgação dos temas da campanha de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV, da Secretaria Estadual da Saúde, para a qual elas estavam trabalhando através da Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN. E mais: a rádio comunitária estaria oportunizando a conversa delas com muitas outras mulheres do bairro, em amplitude do tema em foco e de outros como a *drogadição*, enfrentado muito presentemente por elas e por outras mulheres, inclusive com a perda de parentes que foram perseguidos e mortos.

As condições da vida local são motivo de desenvolvimento de processos comunicacionais que se constroem com a intervenção de todos os meios, mas os usos alternativos possibilitam ações diferenciadas que provocam descobertas das potencialidades de indivíduos e de grupos que vão se constituindo na comunidade.

Na Restinga existem dois jornais locais que circulam entre a população, embora não sejam considerados *comunitários*, o *Jornal Restinga* e *O Noticiário*, mantidos com anúncios do comércio local. O primeiro circula mensalmente, tem oito páginas e contém matérias produzidas pelo próprio dono da publicação, que mora no bairro e segue, inclusive, pautas sugeridas pelos anunciantes. O segundo é bimestral, e segue a linha dos adeptos da Igreja Evangé-

lica, já que seu dono é um praticante da Igreja, e igualmente disputa os anúncios do comércio local, com o seu concorrente *Jornal Restinga*.

Na região existe o Centro Administrativo Regional, que reúne as atividades desenvolvidas pela prefeitura, em parceria com os outros organismos que representam a população: o Centro Comunitário, as diversas unidades religiosas das igrejas Católica, Evangélica, Universal do Reino de Deus, e as de origem africana como os Centros Espíritas, de Umbanda e de Candomblé, entre outras, além de escolas públicas e privadas, *organizações não-governamentais* e demais entidades que formam o tecido social local.

Instituições essas que valorizam e se preocupam com os usos alternativos dos meios de comunicação, tanto, que em maio de 2006, através do *Fórum de Educação da Restinga e Extremo-Sul – FERES*, o assunto foi discutido por representantes da comunidade, dos coletivos populares de comunicação como *TV Nagô*, *Ação Periférica da Comunicação* e *TV Gato*.

O *Segundo Seminário de Comunicação e Mídia Popular da Restinga* reuniu na sede do Centro Administrativo Regional convidados como o professor e pesquisador da PUC/RS, Pedrinho Guareschi, o representante da Associação de Software Livre, Sady Jacques, e o representante da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Josué Lopes, para a troca de informações sobre novos modelos de comunicação com a participação direta da população.

O evento foi destaque da matéria publicada num outro jornal, o *Região Restinga*, editada em junho de 2006, na contra-capa do número 2. Embora sendo um jornal institucional, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, editado por uma assessoria de comunicação contratada e circulante nos bairros através dos organismos representativos da Prefeitura Municipal, o *Jornal Região Restinga* é uma publicação que apresenta os temas abordados nas reuniões que mais se destacaram durante o período de discussão do Orçamento Participativo. A proposta do OP é identificada pelo atual governo municipal, agora com o viés da *governança local*, sob a coordenação do Partido Popular Socialista – PPS, líder da coalização com partidos como o PTB, o PMDB e o PSDB, entre outros. (ANEXO 7)

Na mesma edição número 2, de junho de 2006, o *Jornal Região Restinga*, trás na primeira capa, como matéria de destaque a inauguração do *Estúdio Multimeios*, um espaço cultural reivindicado pela comunidade, a partir da realização da *Primeira Conferência Municipal de Direitos Humanos*, em 2000, que começou a funcionar oficialmente a partir de 9 de junho de 2006 no Parque Industrial da Restinga e que pretende estar promovendo a *inclusão social* e prevenir a violência. O espaço cultural é composto de um auditório de 90 lugares, separado

por uma parede removível de um palco que pode se converter numa concha acústica. Tem espaços para palestras, seminários, exibição de filmes, *shows* de música, dança, esquetes teatrais, e aulas. Os equipamentos que compõem o *Estúdio* incluem uma bateria, microfones, mesa de 24 canais, caixas de som, e equipamentos para a transmissão de uma emissora via Internet, duas câmeras filmadoras *super VHS* e uma *ilha de edição* de vídeo para produção e montagem de audiovisuais.

Em outro local do bairro, no *Espaço de Resistência Popular* está funcionando um *Ponto de Cultura*<sup>137</sup>, do Ministério brasileiro da Cultura, que conta com a ação de vários coletivos do movimento popular organizado, entre eles o *Movimento Hip-Hop Organização Brasil*. André Luis de Jesus, atuante desse movimento, explica:

O projeto Agente Cultura Viva, com 50 jovens da Restinga, pretende contribuir com a realização de oficinas de hip-hop e de comunicação, aproveitando-se as verbas recebidas do Ministério e a disponibilidade de uma ilha de edição de vídeo, áudio e grafismo, com programas de software livre, com a qual se pretende realizar audiovisuais e documentários curtos editados nestes próprios equipamentos. (JESUS, nov/2006, Informação verbal).

Projetos como os citados acima, e tantos outros, realizados por movimentos sociais e entidades representativas da sociedade civil, vão dando suporte às trocas de conhecimento tanto através de formas indiretas de comunicação como os processos audiovisuais computadorizados, ou os canais de informação próprios, ou mesmo, os considerados usuais, como as rádios, os jornais locais, e que vão, aos poucos, compondo as diversas *redes informais de comunicação* e seus possíveis usos alternativos.

Operar com a *comunicação comunitária* ou *popular*, segundo Peruzzo (1998, p.115), é mais do que usar os meios de comunicação em qualquer grupo social, “ela é o resultado de um processo, realizando-se na própria dinâmica dos movimentos populares de acordo com as suas necessidades”. E o que mais a autora destaca é a participação para a mudança social, como uma de suas características essenciais.

Faz-se necessário refletir sobre a participação cidadã, quando se trabalha com a *comunicação comunitária*, pois as diferentes formas que os sujeitos têm para pronunciar-se sobre o

---

137 “O Ponto de Cultura é a ação prioritária do *Programa Cultura Viva*, do Ministério da Cultura, e articula todas as ações de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si”. (informações do site [http://www.cultura.gov.br/programas\\_e\\_acoes/programa\\_cultura\\_viva/pontos\\_de\\_cultura/index.php](http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/programa_cultura_viva/pontos_de_cultura/index.php))



mundo, também expressam as possibilidades de transformação. Não há comunicação quando alguém está posto apenas na condição de receptor de mensagens. Nesse caso, ocorre apenas recepção de informação. Comunicação exige um processo ativo de exercer a palavra, de manifestar pensamentos, sentimentos e outras intensidades. Obviamente que o sistema econômico vigente impõe comportamentos e atitudes que acabam traduzindo uma realidade, muitas vezes adversa à população - e a de baixo poder aquisitivo quase sempre é a que mais sente - de vivências nem tão presentes em seus processos comunicacionais, o que acaba provocando rupturas que podem levar às transformações sociais de forma mais contundente.

Com a expansão da *comunicação comunitária* na década de 1970, seus usos e práticas foram sendo observados pela Academia a partir daquele período, em que os estudos latino-americanos da Comunicação Social tomam impulso e vão correspondendo às mudanças havidas nos diferentes grupos sociais do continente e em outras partes do mundo. No entanto, o reforço alcançado não superou os modos massivos de comunicar, dos grupos empresariais do monopólio midiático, como afirma Peruzzo:

Na prática, os meios de comunicação popular, apesar de sua importância e de seu significado político, não chegam a colocarem-se como forças superadoras dos meios massivos. Os dois são complementares e não excludentes.[...] Há que se reconhecer o grande poder da mídia e sua manipulação, prioritariamente, a serviço dos interesses das classes dominantes, mas nem por isso ela deixa de dar sua contribuição aos conjuntos da sociedade. Quando quer, divulga campanhas e programas educativos e outros de elevado interesse público. (PERUZZO, 1998, p.130-131).

Neste início do século XXI há reconfigurações nos processos reivindicatórios dos movimentos sociais, muitos deles nascidos dos conflitos ideológicos e políticos de décadas anteriores à de 1970, cujos processos históricos estão registrados em cada sociedade, em cada país, em diferentes populações que vivenciaram e têm vivenciado transformações importantes. Mas, há sim, neste início de século, elementos diferentes, embora as acirradas disputas entre os países de maior poder econômico permanecem como no caso da Guerra do Iraque, promovida pelos Estados Unidos e seus aliados, que tem como pano de fundo a hegemonia da produção, da industrialização e do comércio do petróleo e seus derivados.

O que se observa, de outra parte, é que o avanço das tecnologias midiáticas tem oportunizado mudanças que interferem diretamente nos grupos sociais, a partir de 1980, inclusive com avanços nas décadas seguintes, como explica Maldonado:

Para os movimentos sociais, essa conjuntura vai ser paradoxalmente fortalecedora; os modos de comunicação e informação não-massivos já possibilitam e permitirão a continuidade do surgimento de redes de solidariedade, politização, reinvenção cultural, produção de conhecimento e crítica organizada ao globalismo hegemônico. (MALDONADO, 2006, p.31).

Para o autor, “as tecnoculturas midiáticas tornaram possível o início da estruturação de meios de comunicação subalternos com ampla distribuição de bens simbólicos”. Mas a discussão dos usos e possibilidades alternativas da comunicação na sociedade atual tem uma referência importante, como cita Downing (2002, p.68), no movimento pela emancipação das mulheres, que procurou desenvolver sensibilidade às questões cotidianas imediatas e às nuances de exclusão e controle:

Esta consciência feminista representou um ganho não apenas para o próprio movimento das mulheres, mas para todos, e, se tivesse sido mais difundida, teria provavelmente dado mais consistência a muitos projetos políticos.[...] A mídia radical alternativa pode permitir que as pessoas engajadas em movimentos sociais comuniquem esses e outros discernimentos umas às outras. Não com sucesso automático, é claro. Mas o potencial da mídia de comunicação lateral faz parte de sua tecnologia, ainda que a estrutura hierárquica dos partidos e sindicatos esteja predefinida há tanto tempo que, muitas vezes, ela só pôde operar lateralmente no mundo ideal, não no mundo real. (DOWNING, 2002, p.68-69).

Downing participa do grupo dos defensores do “direito de ser compreendido”, propondo uma terceira geração dos direitos humanos onde devem constar políticas públicas de comunicação global e o direito de comunicar-se. O autor também discute o sentido da expressão *mídias comunitárias* ou *populares*, procurando entender que essas mídias não devem se colocar como excludentes das mídias convencionais, ou de massa. Para ele as *mídias comunitárias* se vinculam à realidade vivenciada pela sociedade, através das diferentes conexões que vão se estabelecendo durante, pelo menos, uma geração, “na verdade, com as trocas e redes de comunicação local, que se desenvolveram ao longo do tempo”.

No bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo, os seus moradores, juntamente com as trabalhadoras da *CooperUnião*, têm à disposição desde agosto de 2006, o jornal *A voz do Bairro* (ANEXO 8) produzido pela iniciativa do estudante do curso de Jornalismo, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, de São Leopoldo, Felipe Oliveira, que conseguiu reunir 16 pessoas, em torno de uma edição comunitária, de 2.000 exemplares, bimestral, e conta com o apoio do comércio local.

A intervenção midiática na população do bairro, que está em torno de 9.000 pessoas, neste caso, se completa com os jornais de grande circulação como a Zero Hora e o Diário Gaúcho, do Grupo RBS, o Correio do Povo, da Companhia Jornalística Caldas Junior, e o NH, do Grupo Editorial Sinos; os canais de televisão aberta que chegam na região, como a RBSTV do Grupo RBS, a Band TV, do Grupo Bandeirantes, o SBT, do Grupo Silvio Santos, a TV Record, da Igreja Universal e a TV Educativa, da Fundação Piratini, e a TVCom, do Grupo RBS e outras de circuito a cabo; as rádios, com maior audiência estadual, como a Farroupilha e a Gaúcha, do Grupo RBS, a Pampa, da Rede Pampa de Comunicação, e as Rádios locais ABC 900 AM do Grupo Editorial Sinos e Progresso de Novo Hamburgo, além de várias emissoras comunitárias e outras, FMs, localizadas na região do Vale do Rio dos Sinos e arredores.

No segundo semestre de 2006, três edições do jornal *A Voz do Bairro* circularam com temas de interesse da comunidade como Transporte Coletivo, Saúde, Cultura e Segurança Pública. A distribuição do jornal é feita pelos próprios integrantes do grupo, de casa em casa, havendo entre eles, uma divisão de tarefas como os contatos com os comerciantes locais, a reunião das sugestões de pauta que vêm dos moradores, e a produção e edição das matérias. Oliveira comenta que a realização do jornal se originou de discussões iniciais sobre a instalação de uma rádio comunitária no bairro, mas havia a necessidade de compreensão do processo do uso dos meios, pelos moradores, que foram demonstrando maior interesse nas reuniões.

Dessa maneira, a proposta da implementação da rádio está guardada para uma segunda etapa, adiante, quando o jornal já estiver mais acreditado na vizinhança. Embora o grupo se reúna informalmente, três vezes em média por edição, sem a constituição dos estatutos de uma Associação, há, sim, a perspectiva de organizar o processo, segundo Oliveira, para que se realizem parcerias com outras entidades do bairro, que possam trabalhar de forma mais integrada, como a *CooperUnião*, por exemplo.

Para o estudante de Jornalismo o desafio de participar do grupo de moradores de seu bairro, que produz um jornal com o olhar comunitário, não é algo que se realiza agilmente, de um dia para o outro. Ele mesmo tem buscado mais informações em sua formação acadêmica, para poder entender o sentido da *comunicação comunitária* e contribuir com os demais componentes do grupo.

Oliveira percebe que há um fazer técnico, próprio dos conceitos instituídos pelo sistema hegemônico, e, portanto, contido nos currículos dos cursos universitários, que são assentados em modelos já existentes, o que dificulta, muitas vezes, que os processos comunicacio-

nais em desenvolvimento, sejam realmente inovadores. Para ele um grande desafio é a auto-sustentação do projeto que, neste momento, conta com o apoio financeiro dos pequenos comerciantes do bairro. Afirma Oliveira (2006): “há uma arrecadação mensal de valores que cobrem as despesas de impressão, de papel e as mais básicas de deslocamento do pessoal, por exemplo, e não temos ainda, nenhum trabalhador remunerado”. Mas o interessante, desta questão, para o estudante, é que os comerciantes estão acreditando na proposta, assim como os demais moradores que participam da realização do jornal.

Mais do que buscar formas de aproveitar as brechas nas diferentes comunidades, o avanço de uma *comunicação comunitária*, que realmente oportunize autonomia aos grupos produtores e consumidores dessa comunicação, exige uma reciclagem de saberes, a partir do ato de se assumir as estratégias e modos de fazer. Assim, a perspectiva da aplicação das tecnologias e outros suportes disponíveis, sem se cair na situação de subordinar os processos comunicacionais aos processos mercadológicos, isto é, na *cultura do marketing*, não deixa de ser um desafio para quem se propõe a trabalhar com a participação popular, num processo que exige acima de tudo, democracia.

Essas questões, relacionadas às práticas jornalísticas, têm vinculação com outras questões como o exercício legal da profissão, o seu reconhecimento público e a própria compreensão do profissional a respeito do lugar que ocupa na conjuntura social.

A *comunicação comunitária*, para os estudantes e os profissionais de Jornalismo, deveria estar na base da formação acadêmica, como o principal eixo da Comunicação Social, isto é, se a comunicação é social, ela é de toda a sociedade e para a sociedade, o que nem sempre é compreendido assim. E o tema acaba se fragmentando nos currículos de poucos cursos universitários, que a contemplam como uma disciplina a mais, muitas vezes considerada *optativa* no conjunto de outras teóricas e práticas, de caráter *obrigatório*.

No Brasil, desde que o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, passou a vigorar como a lei básica da regulamentação profissional dos jornalistas, mesmo tendo sido modificada sob alguns aspectos em 1979, o próprio exercício profissional tem sido polemizado até a atualidade, uma vez que, legalmente, ele está garantido com a obtenção de diploma em curso universitário devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que a instituição dos cursos de Jornalismo no sistema de ensino superior do país ocorreu no governo de Getúlio Vargas, em 1943, de acordo com Decreto-lei nº 5.480, de 13 de maio.

No entanto, a polêmica da obrigatoriedade do diploma como comprovante da formação universitária em curso específico de Jornalismo, tem sido motivo de embates judiciais,

entre as entidades que representam a categoria dos Jornalistas e alguns juízes que preferem ignorar a existência da lei que regulamenta a profissão, como tantas outras que existem no país.

Em 2001, a juíza Carla Abrantkoski Rister da 16ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, acatou a ação civil pública movida pelo procurador da República, André de Carvalho Ramos, determinando através de liminar, a suspensão da exigência do diploma para o exercício legal da profissão, em todo o território nacional. Outras ações vieram na tramitação do processo, contra a posição da juíza, com manifestações de diferentes representantes de setores da sociedade, e o assunto ainda continua pendente. Em 2006, a direção da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, retomou a campanha nacional pela exigência do diploma como referência legal para o exercício da profissão. Sobre a questão, a ex-presidente da FENAJ, Costa<sup>138</sup>, declarou:

O pensar e o fazer jornalísticos, resultados de um ethos profissional – essencial à identidade de categoria e de profissão e socialmente relevante - não pode voltar atrás. A Fenaj defende a formação profissional em cursos de jornalismo de graduação com quatro anos e, no mínimo, 2.700 horas-aula, como já apontavam as diretrizes curriculares aprovadas após inúmeros debates e congressos na área. A formação em Jornalismo, que deve ser constante e aprimorada durante toda a vida, é a base inicial para o exercício regulamentar da atividade. A tudo isso chamamos profissão Jornalismo. E não nos parece pouco. (COSTA, 2006, Internet).

A referência ao fato torna-se pertinente, uma vez que a discussão federal estabelecida, movimentou outras categorias profissionais, inclusive, e tangencia o trato da *comunicação comunitária*, nas próprias comunidades. Para os estudantes e profissionais de Jornalismo o exercício profissional só pode ser realizado por quem está devidamente habilitado, de acordo com a lei. Somente a esses cabe o domínio do conhecimento teórico e prático desenvolvido nos meios acadêmicos.

No entanto, as práticas jornalísticas associadas aos usos dos meios de comunicação, sob o olhar comunitário, a partir da formação, exigem um entendimento diferenciado para o exercício profissional. Entende-se que o comunicador jornalista é um agente social transformador que se insere numa atividade ampla, que abrange diversos conhecimentos, e ao estar inserido num processo comunitário, em nível local, não deve ser o executor direto das ativi-

---

138 A jornalista Beth Costa foi presidente da FENAJ e publicou artigo na *Revista Diplomacia e Negócios*, um veículo bimestral de comunicação impressa e virtual, no dia 26/06/2006. O site <http://www.diplomaciaenegocios.com.br/arevista.asp> foi acessado em 09/12/2006.

dades jornalísticas, e sim, um difusor do conhecimento, um orientador daqueles sujeitos que também produzem e consomem comunicação, fazendo parte dessa realidade local.

Portanto, as atividades profissionais devem ser discutidas e repassadas àquela parte da sociedade como todos os demais saberes, sob a forma de orientação, numa troca de conhecimentos, e não apenas, como um lugar especial ocupado por este profissional.

Este não é o caso que se registra nos dois jornais do bairro Restinga, onde os proprietários não são jornalistas, e atuam em atividades diversificadas, mantendo o jornal com pequenos anúncios de comerciantes da região. A produção do conteúdo editorial não é feita por profissional preparado e nem é realizada com a participação da população em discussões de temas de seu maior interesse.

Para Peruzzo, que também tem discutido a perspectiva profissional dos formandos em Jornalismo, há brechas significativas para o exercício profissional na mídia brasileira, tanto na de maior porte das grandes cidades, quanto nas mídias locais ou regionais. No entanto, há confusão em relação às apropriações do sentido da palavra *comunitário* e *popular*, sob a ótica mais aproximada da cidadania:

Na prática o jornalismo local vem revelando algumas tendências. Os laços políticos locais demonstram ser forte e podem comprometer a informação de qualidade. É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos dos donos da mídia. Não se trata apenas de um problema da imprensa regional, mas nela essas relações tornam-se mais explícitas justamente porque as possibilidades de confronto entre o fato e sua versão, por parte do espectador, são mais fáceis de acontecer. (PERUZZO, 2006, p.49).

Para a autora, ainda existem situações praticadas nas cidades do Interior do país, nas quais os jornais que circulam naqueles municípios ou regiões expressam, muitas vezes, as *vozes oficiais*, que se confundem com as *vozes das comunidades*, ou seja, os jornais publicam os *releases* expedidos das assessorias de imprensa dos poderes executivo e legislativo e das instituições privadas, considerando-se essas fontes como *agentes diretos da notícia*, representantes da população local.

Embora este possa ser um “jornalismo declaratório”, como afirma Peruzzo (2006, p.51), efetuado pelos assessores de imprensa, o uso dos *releases* nas redações dos jornais do Interior expõe uma outra condição de precariedade vivenciada naqueles locais: a falta de profissionais qualificados para atender à cobertura local e regional. Peruzzo (ibidem, 2006) afirma que “assim, a concessão de primazia às fontes oficiais, a importância dada ao “jornalismo declaratório”, o aproveitamento intencional e acrítico de *releases* e a ligação político-

partidária comprometem a qualidade da informação em jornais de capitais e cidades do interior”.

Dorneles comenta que a formação universitária tem sua parcela de contribuição para que um número significativo de estudantes de comunicação não se dedique a novos empreendimentos jornalísticos, pois os formados têm saído dos cursos de Jornalismo com a visão de permanecerem empregados nos grandes grupos empresariais, exercendo a função de repórteres. Afirma Dorneles (2004, p.137): “raros são os jornalistas que se formam capacitados para escrever, editar, diagramar, fotografar e administrar um jornal”. Embora percebam que há boas possibilidades de trabalho no Interior, os estudantes em formação ainda têm uma compreensão preconceituosa sobre os jornais e empresas de comunicação em geral, como rádios e assessorias, e reconhecem, como afirma a autora citada, que estão desinformados sobre aquela realidade.

No entanto, se observa entre os graduandos de Jornalismo, dos cursos do Centro Universitário Feevale – FEEVALE, da região de Novo Hamburgo e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo, a preocupação em iniciar logo suas experiências no mercado profissional, no formato de ‘*estágio*’ remunerado, mesmo que estejam nos primeiros semestres do curso, o que não lhes dá segurança para o exercício de qualquer função jornalística, nas redações ou produções dos meios de comunicação locais. O que se verifica, nestes casos, é que as empresas contratam para o exercício de tarefas como se os estudantes estivessem ‘prontos’, sem que necessitassem ainda de orientação para estar no mercado profissional. A situação, contraditória, gera expectativas nos estudantes, que vão adquirindo uma prática, sem que a teoria trabalhada nos cursos acompanhem o mesmo passo, e lhes dê substrato para o exercício profissional de maior qualidade.

Nos cursos de Jornalismo de universidades instaladas em Porto Alegre, como o da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, e o da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a idéia principal dos formandos, em sua maioria, é de, também, estarem rapidamente ocupando uma vaga no mercado profissional. Tem-se conhecimento que o próprio Grupo RBS, em parceria com a PUC/RS criou o projeto “Caras Novas”, na tentativa de estar formando esses novos profissionais.

Embora conste do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, no Artigo 4º, parágrafo 1º, que, para a obtenção do registro profissional, entre os itens exigidos está a comprovação de realização de estágio em empresa jornalística, devidamente registrado no Ministério

do Trabalho e Previdência Social, e, no parágrafo 2º, que o estudante no último ano do curso de Jornalismo poderá ser contratado como *estagiário*, na forma do parágrafo 1º, em qualquer das funções jornalísticas enumeradas no Artigo 6º, para a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ - há um abuso das empresas na contratação de estagiários.

Chagas<sup>139</sup>, representante da direção do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, ao palestrar para estudantes nas disciplinas de Ética da Comunicação e Jornalismo Opinativo em outubro de 2006, no Centro Universitário Feevale, destacou a preocupação histórica da FENAJ em querer tratar da regulamentação dos estágios com as empresas, realizando uma triangulação com as universidades. Chagas afirmou:

As entidades representativas da categoria querem saber dos estudantes dos cursos universitários o que eles pensam sobre o tema, e por isso a FENAJ está colhendo as opiniões através de seu site da Internet, porque ainda há um descompasso entre a posição dos sindicatos da categoria, das universidades e das empresas. Estas últimas não querem realizar o estágio, de acordo com o que se está discutindo: sob a supervisão de um profissional, com horário determinado adequado à disponibilidade do estudante e ao semestre que está cursando, e com uma remuneração igualmente adequada, ao contrário do que acontece hoje. Os estudantes trabalham substituindo um profissional, com um horário maior – em desrespeito à lei – e ganhando bem menos. (CHAGAS, 2006, Informação verbal).

Para alguns estudantes que assistiram à palestra do representante do Sindicato dos Jornalistas, há vários paradoxos a serem revistos pelas duas entidades representativas da categoria, uma vez que as empresas usam ainda outros recursos para driblarem a regulamentação vigente: são contratados estudantes de Jornalismo para tarefas auxiliares administrativas nas redações, mas, na verdade, executam tarefas jornalísticas pontuais, como a edição de textos para um site.

Dorneles (2004, p.13) informa que a cada ano, cerca de 600 novos jornalistas recebem o diploma, em 13 cursos de Jornalismo, existentes no Rio Grande do Sul. Embora o objetivo da maioria seja trabalhar como repórteres de rádio, televisão, revista ou jornal em Porto Alegre, com escassez de vagas para todos, muitos desses profissionais acabam trabalhando em assessoria de imprensa ou em alternativas possíveis, como os projetos comunitários, e redações de *sites*, ou mesmo constituindo um grupo de produtores de *blogs*, para a Internet. Mesmo assim, observa-se que alguns, com o diploma de Jornalista, já pensam numa segunda faculdade, como opção profissional.

---

139 O advogado e jornalista Marco Antonio de Azevedo Chagas é tesoureiro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul e esteve na Feevale em 07/10/2006, para falar sobre a profissão de Jornalista.



Se para Peruzzo o jornalismo praticado nas cidades interioranas é diferente do jornalismo *comunitário* em geral, como aquele em que, efetivamente, a participação dos grupos sociais aparece de alguma forma, ou nas pautas ou na própria produção comunicacional, como um programa de rádio ou um texto de autoria de algum cidadão, sem o fim do lucro, para Dorneles (2004, p.131) além desses elementos, surgem outros, que se diferenciam disso, e não deixam de ser *comunitários*, ou seja, estão na pluralidade do tecido social.

Dorneles destaca que “no Rio Grande do Sul, para os profissionais da área, imprensa interiorana é aquela que pratica o jornalismo comunitário. O conceito de imprensa comunitária, no entanto, não foi ainda, claramente definido pelos proprietários de jornais do Estado, mas certamente não é o jornalismo comunitário já consagrado na bibliografia”. E está na essência da filosofia do jornalismo interiorano, como afirma Dorneles (2004, p.131), o sentido *comunitário* apropriado pelos pequenos e microempresários, na sua maioria filiados à Associação dos Jornais do Interior – ADJORI/RS:

Entende-se por “jornal interiorano” o produto impresso de uma empresa ou micro-empresa jornalística, constituída juridicamente na Junta Comercial de seu município, regida pelo ativo e passivo, tendo por objetivo o lucro, através da comercialização publicitária, venda de assinaturas e venda avulsa. O jornal deve, obrigatoriamente, ser registrado no Cartório de Registros Especiais e manter uma estrutura administrativa mínimo, que inclui um diretor, um contador, um responsável pela distribuição do jornal, um vendedor de anúncios e um jornalista. (DORNELES, 2004, p.131).

Na compreensão daqueles empresários citados pela autora, *ser comunitário* é produzir matérias que devam atender aos anseios e reivindicações da comunidade. E, tanto os jornalistas quanto os donos das empresas devem ser pessoas que participam ativamente da comunidade, promovendo soluções para contribuir, de acordo com as necessidades.

Dorneles (2004, p.145), que realizou pesquisa aplicando 1.402 questionários representando um por cento dos assinantes de jornais de 30 municípios gaúchos, entre 1995 e 1997, constatou que “65,5% dos leitores do Interior assinam o jornal para saber o que acontece na cidade. Em segundo lugar, com 35,2% de indicações, porque os jornais cobrem bem as notícias da região e 27,8% assinam porque os periódicos representam e defendem os interesses da comunidade”.

O maior interesse da população é por *assuntos locais*, depois por *política* e na seqüência, por *polícia*. Vale o destaque para o que a população considera imparcial no noticiário impresso do interior: 49,2% apontam o jornalismo local, com esta característica. Uma outra marca na pesquisa realizada por Dorneles (2004, p.145) é para a parcialidade na narração dos

fatos, pois 47,1% dos entrevistados apontam como parciais, os jornais, especialmente quando tratam da *política*. E 54% dos entrevistados não conhece os jornalistas que fazem o jornal local.

Segundo a autora (2004, p.137) os jornais do interior não trabalham com o *jornalismo interpretativo*, nem tão pouco com a *grande reportagem* ou o *jornalismo investigativo*, por falta de profissionais qualificados para essa tarefa, de acordo com depoimentos dos próprios empresários.

De outra forma, Peruzzo (2006, p.51) explica que, o fato de operarem administrativamente com uma estrutura menor, com a utilização de fontes oficiais em relação a outras empresas localizadas nas cidades de maior porte ou em capitais, oportuniza aos donos das empresas jornalísticas do Interior, a *ausência de isenção* na apuração competente da informação de proximidade:

Entendemos por informação de proximidade aquela que expressa as especificidades de uma localidade; que retrata os acontecimentos orgânicos de uma determinada região e é capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente dos cidadãos, das organizações e dos diversos segmentos sociais. Enfim, a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e a informação de qualidade, não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder. (PERUZZO, 2006, p.52).

Para a autora, praticamente há, no Interior, também, uma padronização do jornalismo, aos moldes dos jornais de circulação nacional produzidos nas capitais, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os assuntos abordados são enquadrados em *editorias* semelhantes às usadas naqueles grandes jornais, sem haver inovação, apenas com a referência às questões locais e regionais.

A *comunicação comunitária* oferece várias possibilidades de formulação de novos processos comunicacionais, entrecruzados com aqueles conhecimentos adquiridos dos usos tradicionais dos meios de comunicação, que seguem as atividades cotidianas das pessoas, misturados ainda com outras vertentes da mídia local, como afirma Peruzzo:

São os canais de uso gratuito na tevê a cabo – canais universitários, legislativos, educativo-culturais, comunitários e do judiciário – e as rádios, jornais e tevês comunitárias, de rua, meios regidos por estruturas organizativas e estratégias de programação diferentes. Estão sob a égide do legislativo, do judiciário, de universidades, de associações comunitárias, etc. Não buscam a grande audiência, mas segmentos bem definidos.[...] Embora haja distorções (mau uso de alguns desses canais) os propósitos globais da programação não deixam de ser legal e eticamente educativo-culturais, de desenvolvimento comunitário e em prol da cidadania. (PERUZZO, 2006, p.53).

No entanto, para a complexidade que se configura com o desenvolvimento dos diferentes processos sociais, é marcante a distinção dos usos dos meios de comunicação que são localizados para a audiência, através das programações massivas verticalizadas, ou através daqueles que abordam os problemas cotidianos, de interesse direto das comunidades em seus contextos político, econômico e cultural, modificando as realidades locais, comunitárias, populares, que devem ser produzidos de forma horizontalizada, de todos para todos. As diferenças nessas questões estão centradas no poder hegemônico que se assenta na proposta do lucro da exploração da audiência dos meios de comunicação de massa, na intencionalidade da linha de produção dos conteúdos divulgados e na formulação desses novos conhecimentos que vêm fazer parte da vida dos sujeitos produtores e consumidores de comunicação.

Há que se pensar sobre os processos comunicacionais e suas tramas, quando se trata das *redes informais de comunicação*, pois se tem em vista que esses processos instaurados pela mídia hegemônica e suas diferentes formas de atingir a população, nos usos dos canais de rádio, televisão, jornais, revistas e até mesmo pela Internet, vão, ao longo do tempo, estabelecendo novas conexões com o cotidiano dos sujeitos que produzem e consomem comunicação. Nessas relações que vão se estabelecendo, a mídia vai constituindo uma série de fluxos que se traduzem nas conversas diárias, nas trocas faladas pelos sujeitos que se apresentam nas formas de se pensar o mundo. Mas esses são elementos que, adquiridos, se misturam às estruturas da formulação dos processos de conhecimento e se refazem a cada momento, em que a televisão está ligada, o rádio está transmitindo suas informações, e os jornais estão sendo lidos, por um público disponível a isso.

Quando se pensa na formulação do conhecimento das mulheres observadas nesta pesquisa, essas questões que fazem parte do seu cotidiano devem estar presentes na análise de suas falas, na formulação das *mediações* que constituem as *redes informais de comunicação*, que se aborda no capítulo a seguir.

## 5. AS REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo, se aborda os conceitos das *redes informais de comunicação* diante de referências teóricas e estudos já realizados. Ao se observar, nesta tese, *os processos comunicacionais e as mediações*, estabelecendo-se assim interconexões com outros elementos recortados para o desenvolvimento do trabalho, como as mediações de *gênero*, de *etnia*, de *trabalho* e de *família*, busca-se, com este movimento, a construção de uma ‘malha’ de reflexões que possam contribuir com os estudos da Comunicação.

Adotando o método do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC, de autoria de Ana e Fernando Lefevre, instituído como uma ferramenta de análise em pesquisa qualitativa e quantitativa, pode-se, a partir das entrevistas e depoimentos informais das mulheres observadas, formular um discurso final de pesquisa, que vem representar o que se quer identificar na constituição das *redes informais de comunicação*. Esta elaboração trabalhada a partir das respostas e comentários feitos pelas mulheres, que são analisados de acordo com as hipóteses estabelecidas inicialmente, se completa com as observações e relações teóricas referidas no resultado apresentado.

### 5.1 Os conceitos e as derivações

A organização da sociedade, com seus contratos tácitos de civilidade vem da Idade Antiga, em que padres, cavaleiros e escravos exerciam marcadamente suas funções na China, América, Grécia e Roma, com as devidas modificações, para que os sujeitos que nela se inserissem, exercitassem também suas funções, apesar das contradições, tensões e explosões presentes na vida social dos seres humanos. Por isso, a organização das redes sociais e, portanto, de comunicação já na Idade Média, e mais intensamente durante a Modernidade e a Pós-modernidade, se não é harmoniosa, ao menos evoca a idéia de alguma coisa completa em si, com uma formação de contornos nítidos, com forma perceptível e uma estrutura discernível, pelo menos imaginariamente. Para Elias, no entanto, as sociedades não têm essa forma perceptível:

Não possuem estruturas passíveis de serem vistas, ouvidas, ou diretamente tocadas no espaço. Consideradas como totalidades, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro. Os pais, filhos de pais, são seguidos por filhos e as mães, por filhas. Trata-se, na verdade, de um fluxo contínuo, uma mudança mais rápida ou mais lenta das formas vivas; nele só com grande dificuldade o olhar consegue discernir um ponto fixo. (ELIAS, 1994, p.20).

O autor citado comenta que a organização da sociedade depende do papel que cada sujeito exerce “e está preso a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento”. Elias (1994, p.21) afirma que “a ordem invisível dessa forma de vida em comum que não pode ser diretamente percebida oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamentos possíveis”.

Para formular conteúdo sobre as *redes informais de comunicação* foi-se buscar, como ponto de partida, os diferentes sentidos dados à palavra *redes*, que, seja expressa oralmente através da fala, ou pela escrita, logo surge no imaginário das pessoas, em geral, a partir da idéia literal de um objeto visível constituído de uma trama de fios interligados por *nós*. Portanto, há uma textura irregular, uma trama, uma teia, em diferentes direções que se interligam por determinados pontos amarrados entre si, chamados *nós*. A representação da palavra que cria a imagem vem sendo metaforicamente adaptada para configurar outras redes – inclusive o traçado entrelaçado e ramificado das vias de comunicação. Babo explica:

Estradas ou transportes, esgotos ou eletricidade, fibra óptica e telefônica, elas constituem as chamadas infra-estruturas urbanas atuais sem as quais a própria idéia de urbano seria impensável. Encontra-se ainda uma extensão orgânica da idéia de rede, já que ela pode ser também sanguínea, nervosa, etc., apontando para a complexa interconexão das fibras, nervos, neurônios e fluxos de que é constituído o corpo vivo. (BABO, 2002, p.387).

A autora afirma que a rede tornou-se uma figura comum, um conceito generalizado. Do conjunto de elementos heterogêneos se constituem as redes de comunicação e se formulam novos conhecimentos, onde o texto dito, explícito, num discurso, isto é, numa fala, pode aparecer carregado de interpretações e intenções, portanto aberto à contaminação dos seus contextos mutáveis, como afirma Babo (2002, p.388-389). Ao se referir à escrita e à origem do livro, a autora comenta ainda que “o livro enquanto médium inscreve o texto no circuito comunicacional – autor, livro, leitor – delimitando-lhe origem e destino, época e espaço. O texto-livro é um texto-ilha, que dá lugar à ideologia da obra como finalidade em si, autônoma e soberana”. Sobre os processos de comunicação em rede, Babo reforça:

Independentemente do estatuto dos nós que tende a diferenciar-se na dinâmica das redes, acrescente-se ainda que estas são estruturas abertas até o infinito, integrando continuamente novos nós capazes de comunicar entre si, o que implica partilharem os mesmos códigos de comunicação. A concepção de rede informacional deixa de se restringir a uma projeção na superfície, ligada à figura da malha, para ganhar uma dimensão volumétrica capaz de uma complexificação inter-relacional, quer no interior de uma rede específica de fenômenos, quer na sua interconexão com outras redes. (BABO, 2002, p.390).

Há, no entanto, outras referências feitas pela autora sobre a metáfora das redes, que implicam em algumas reflexões significativas – ora, se as redes na sua dimensão textual, fechadas, abarcam questões relacionadas às identidades dos sujeitos, aquelas virtuais, constituídas através da Rede Mundial de Computadores, interconectadas globalmente, ocupam um outro lugar, diferentemente das redes informais presentes no cotidiano das relações sociais:

Um lugar de dissolução da identidade, já que se dá um apagamento dos rostos, dos nomes, em singularidades provisórias e aleatórias, mais de acordo com as configurações temporárias dos desejos do que com as suas representações. Para ela, o sujeito não utiliza a rede, mas liga-se em rede, ou desliga-se intermitentemente. (BABO, 2002, p.390).

Podemos associar a tentativa de localizar o conceito de *redes*, se pensarmos na sua representatividade quanto ao sentido da captura de elementos diferenciados, metaforicamente falando, ao que Elias afirma:

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais e decerto não menos fortes. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. (ELIAS, 1994, p.22).

Pode-se, pois, até questionar a constituição da sociedade, entre outros aspectos, com a instauração de regras e regulamentos que forjam uma série de comportamentos que os sujeitos vão desempenhando ao longo da vida. Isto também se reflete na constituição de diferentes segmentos de relações, que se pode identificar como redes de comunicação com seus fluxos e continuidades.

Para Bourdieu a formulação de um *habitus* social está vinculada a dois estados da história: a história objetivada e a história incorporada pelos sujeitos, individual ou coletivamente:

A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na ‘vontade’ de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares, no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as vontades e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais previstos e imprevistos. (BOURDIEU, 2000:81).

O autor ressalta que se estabelece uma cumplicidade ontológica na medida em que a história que frequenta o *habitus* e o *habitat* humanos, e, portanto, a história sujeito, descobre-se ela própria na história objeto, quando os “agentes atuantes dessa ação histórica assumem seus investimentos anteriores, interessam-se por seu funcionamento e adotam aptidões necessárias para a pôr a funcionar”.

Regras e regulamentos vão se instaurando na sociedade, entre outros aspectos, para que se forjem uma série de comportamentos desempenhados ao longo da vida, pelos sujeitos cidadãos. Isto é vivenciado diariamente e se reflete na constituição de diferentes segmentos de relações, que se podem identificar como redes de comunicação com seus fluxos de continuidades.

A localização de estudos do sociólogo Niklas Luhmann, por exemplo, a partir de 1962, sobre a Teoria Social dos Sistemas, é um fator relevante para compreender-se a estruturação daquelas redes, uma vez que “a sociedade é o sistema abrangente de todas as comunicações, que se reproduz autopoieticamente, na medida em que produz, na rede de conexão recursiva de comunicações, sempre novas (e sempre outras) comunicações”.

A contribuição que Luhmann trouxe para a discussão de idéias que extrapolavam a individualidade humana apresenta três elementos significativos no estabelecimento das relações sociais: “com referência à linguagem, com referência à relação entre indivíduo e sociedade e com referência à racionalidade”.

Seus estudos, baseados na Teoria dos Sistemas, de Spencer Brown<sup>140</sup>, que identificam a “sociedade como comunicação”, onde as pessoas concretas não são partes da sociedade, mas do ambiente, indicam a linguagem como conector de diferentes sistemas. Ao referir-se à linguagem, Luhmann (1997 p.84) assenta seus argumentos no conceito de “acoplamento

---

140 Referência feita por Luhmann (1997, p.84) ao fazer suas colocações sobre a Teoria dos Sistemas.

estrutural”, introduzido por Humberto Maturana, (Calvino, 1988:143-243 ess) que, “tem a tarefa de indicar como sistemas autopoieticos, operacionalmente fechados, podem existir num ambiente que, por um lado, é pré-requisito da autopoieses<sup>141</sup> do sistema e, de outro, não intervém nesta autopoieses”. Dessa maneira, novos acoplamentos estruturais vão constituindo-se na medida em que a tecedura dos sistemas compõe-se, auto e hetero-referencialmente. Esses estudos tornam-se contemporâneos, pois se podem relacionar os elementos tratados por Luhmann na constituição de sistema social, com o que se compreende como redes:

[...] é possível ilustrar bem com o conceito de comunicação que a sociedade é um sistema que se auto-observa e auto-descreve. Mesmo a comunicação mais simples só é possível numa rede de conexão recursiva de comunicação passada e futura. Uma tal rede pode tematizar-se a si mesma, pode informar sobre a própria comunicação, pode colocar em dúvida informações, recusar aceitação, normatizar comunicação permitida e não permitida respectivamente, etc. - somente na medida em que isso ocorra, por sua vez, na forma operacional de comunicação. (LUHMANN, 1997, p.82).

Diante das citações acima, pressupõe-se que as *redes informais de comunicação* são sistemas autopoieticos – isto é, que se auto-reconstróem e se conectam ou se acoplam estruturalmente, através de pontos comuns com outros sistemas internos e externos e realizam operações de comunicação, no sistema social maior. Nesses sistemas, tradição, cultura e modernidade são elementos presentes da vivência da humanidade em diferentes ambientes, embora alguns autores comentem sobre a fragmentação do conhecimento, inclusive com a ruptura do que seja tradição para novos valores colocados através de tecnologias adaptadas aos meios de comunicação.

Luhmann dá destaque à separação entre linguagem e consciência, assim como há, também, para ele, uma separação entre sociedade e indivíduo:

---

141 O termo forjado por Maturana desde 1963 que expressa o mecanismo, até certo ponto dialético do operar biológico, foi o de autopoieses. Refere-se aqui à criatividade autônoma que emana e define todo organismo. Mas o que torna uma organização autopoietica é a natureza reflexa de seu operar. Entre organização e autopoieses há uma diferença de grau, se é que pode ser chamada assim. Autopoietica é a organização que não possibilita a distinção entre produtor e o seu produto. Ou seja, 'fazer' e 'ser' é uma e a mesma coisa. (Artigo: “*Fundamentos biológicos da mente e do conhecimento e suas implicações nas ciências humanas*” – 2001 – Érico Lopes Pinheiro de Paula [http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/erico\\_lopes.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/erico_lopes.htm))



A comunicação sempre tem, na rede de conexão recursiva de suas próprias operações, outros precedentes – e outros eventos subseqüentes além daquilo que se processa no domínio de atenção de uma consciência individual. Não há nenhum tipo de superposição ao nível operacional. Trata-se de dois sistemas diferentes operacionalmente fechados. Decisivo é que a linguagem consiga acoplar os sistemas, apesar de, exatamente nos seus diferentes modos de operar. A linguagem realiza isto por salientar-se artificialmente no meio acústico dos ruídos e, a seguir, no meio ótico dos caracteres escritos. Ela pode fascinar e centrar a consciência e simultaneamente reproduzir comunicação. Sua função não reside, conseqüentemente, na intermediação de referência a um mundo exterior, mas exclusivamente ao acoplamento estrutural. (LUHMANN, 1997, p.85).

Muitos são os dados sobre as redes na Internet. No entanto, destacam-se no site da Rede de Informações sobre o Terceiro Setor ([www.rits.org.br](http://www.rits.org.br)) informações que se aproximam do conceito de outros autores, considerando-se não apenas uma estrutura operacional mas as diversidades que podem estar contidas nela. Observando a origem da palavra do latim *retis*, a aplicação de maior destaque aconteceu inicialmente entre 1920 e 1930 quando os estudos da Biologia localizavam as teias alimentares e os ciclos da vida:

A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações. A organização em rede enquanto fato histórico existe há bastante tempo. Citamos dois exemplos de articulação solidária ou organização em rede historicamente inquestionáveis: na idade Média, quando uma estrutura feudal dividia a sociedade em 3 ordens absolutamente hierarquizadas, o povo se organizava em "laços de solidariedade horizontal". E a articulação de judeus do mundo todo para salvar os compatriotas condenados aos campos de concentração na Europa? Trata-se de um exemplo de iniciativa em rede que simplesmente salvou milhares de pessoas do holocausto. (RITS, 1999, Internet).

Autores como Castells trabalham também com a idéia de redes de comunicação ao tratarem dos processos midiáticos e das relações comunicacionais que são produzidas a partir dos próprios meios de comunicação de massa. Não só deles – os usos dos meios em suas diferentes situações comunitárias, isto é, a mídia alternativa, também se apropria dessas relações.

Mattelart (2002, p.186) localiza a fundação da União Telegráfica Internacional no dia 13 de abril de 1865, em Paris, como um dos marcos para o desenvolvimento das redes de comunicação na história da humanidade. A partir da organização dos telégrafos os fluxos de circulação da informação se modificaram em todo o mundo.

Milton Santos (2004, p.261) observa que, “segundo D. Parrochia, é com Lavoisier, na passagem do século XVIII para o século XIX, que, com a química, aparece “a verdadeira

ciência da ligação e da comunicação das substâncias”, reclamando “instrumentos teóricos que estão na origem do conceito científico de “redes”. Afirma o autor (idem) que, no entanto, “a polissemia do vocábulo tudo invade, afrouxa o seu sentido e, pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambigüidades quando o termo é usado para definir situações”.

Villasante (2002, p.28) aborda o caráter mais abrangente das redes, ao afirmar que “por trás de cada mobilização concreta ou de cada rede de associações, há algo mais que o manifesto; não é só a atividade ou a reivindicação expressada, há estilos e culturas sociopolíticas em jogo”.

À parte de seu conceito estético, físico, material, pode-se dizer que a base do conceito que interessa nesta tese é o que formula sentido perpassando pelas relações sociais e de comunicação, aquele em que as pessoas estão presentes e realizam trocas de mensagens e negociações, utilizando-se de diferentes suportes tecnológicos para tanto.

Torna-se importante considerar o desenvolvimento tecnológico dos últimos dez anos, em que o conceito de redes – que interconectam os movimentos sociais – tem se multiplicado quase que diariamente. Um desses movimentos – o feminista – também tem se utilizado desses instrumentos, como a Rede Mundial de Computadores (Internet), por exemplo<sup>142</sup>. Relevantes são, também, os estudos realizados sobre esses processos alternativos de comunicação, como explicita Whitaker:

Uma estrutura em rede – que é uma alternativa à estrutura piramidal – corresponde também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. (WHITAKER, 1999, Internet)<sup>143</sup>.

O que se supõe é que as redes informais de comunicação se configuram como elementos vivos intrinsecamente participantes dos diferentes processos comunicacionais instaurados no mundo, oriundos da operacionalidade direta, das relações sociais inseridas nos diferentes espaços geográficos e temporais.

---

142 Foi grande a mobilização das mulheres via Internet para participarem da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, em diferentes partes do mundo, contra a pobreza e a violência sexista. Houve manifestações públicas e um documento foi entregue na sede da Organização das Nações Unidas, como referendado do movimento feminista mundial.

143 Texto publicado no site da [www.economiasolidaria.com.br](http://www.economiasolidaria.com.br), 1999, acessado em novembro de 2005.

Ao tratar-se das redes informais está se tratando daquelas redes abertas, onde as relações sociais são relações comunicacionais na sua essência, que se vinculam aos lugares, aos próprios espaços de moradia, ao sujeito enquanto um ser que tem identidade e que reconhece o seu parceiro como alguém que tem identidade na comunidade, no bairro, na vizinhança. Pressupõe-se que sejam processos que se estabelecem na efemeridade das relações a partir do interesse coletivo momentâneo, isto é, as redes informais de comunicação se estruturam e se desfazem no cotidiano das vivências dos sujeitos, na junção daqueles elementos comunicacionais que os mobilizam a realizar algo que transforme esse cotidiano.

A idéia da informalidade presente na constituição das redes de comunicação que se quer destacar neste trabalho é aquela presente nas relações cotidianas comunicacionais, e que se encontra nos estudos e registros pesquisados, muito mais vinculada às relações interpessoais e às suas subjetividades e intersubjetividades nos micro-espços locais, do que naqueles registros que tratam das relações socioculturais mais amplas, inclusive sob os aspectos que envolvem os usos de tecnologias de última geração. Este é o motivo do uso da expressão *redes informais de comunicação*, com a intenção de tratar especificamente daquelas redes de relações comunicacionais que acontecem atravessadas pelos usos dos meios de comunicação, nas experiências e trocas, e na construção de sentido que é feita e capturada pelos sujeitos no seu dia-a-dia e, aqui em especial pelas mulheres dos dois grupos observados. Essas redes informais tanto acontecem na inclusão da estrutura familiar quanto em outros âmbitos – na vizinhança, na escola, no trabalho, nos clubes, na igreja – enfim, e elas têm uma temporalidade efêmera, na medida em que só acontecem quando há encontros e possibilidades de diálogos entre as pessoas.

Portanto, a questão da temporalidade presente na sua estrutura também acontece de acordo com o ritmo e a temporalidade da vida dos sujeitos que se encontram em diferentes situações e experiências que possam resultar em novas trocas e procedimentos, aqui consideradas *mediações*.

A questão das diferenças das temporalidades é ponto de destaque nesse estudo das redes informais de comunicação, já que, como afirma Milton Santos:

É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas os das ações que animam os objetos técnicos... A palavra correta, aliás, seria temporalidade, considerada como uma interpretação particular do tempo social por um grupo, ou por um indivíduo. (MILTON SANTOS, 2004, p.267).

É das realizações dos eventos e acontecimentos locais onde se geram movimentos e articulações particulares, de cada lugar, que se organizam os espaços e as diferentes temporalidades das relações. Milton Santos (2004, p.159) refere-se a uma assincronia na seqüência temporal dos diversos vetores que compõem o espaço geográfico, e a uma sincronia de sua existência comum, num dado momento:

Cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. (MILTON SANTOS, 2004, p.159).

Observa-se, no entanto, que aquelas redes informais são partes de um conjunto de ações oriundas dos diferentes processos comunicacionais – onde se incluem outras redes de relações sociais e de comunicação - a que estão expostas as mulheres referidas, vivenciadas em ritmos e tempos compassados da própria realidade, local, das comunidades e grupos em que estão inseridas. Este registro é necessário na medida em que as redes digitais, tecnológicas, globalizantes via Internet, por exemplo, que também fazem parte do contexto das mulheres comunicadoras, aparentemente não ditam a dinâmica do acelerado complexo mundial das redes de informação.

No caso da comunicação exercida pelas mulheres trabalhadoras da *CooperUnião* deve-se levar em conta a condição de trabalho informal que está muito próxima da vida doméstica, pois para muitas a própria condição de trabalhadoras estava fora de seu contexto de vida. O aproveitamento de potencialidades, associado à experiência local do trabalho com a costura do calçado, tende a mostrar um sentimento de valoração da auto-estima dessas mulheres, enquanto produtoras de um saber que as coloca num status de contribuintes do orçamento doméstico, que se diferencia daquele dominado pelos homens.

De outra forma, trata-se de uma realidade na qual há identidades também, pela origem étnica – em grande maioria são mulheres de origem alemã, de municípios da região do Vale do Rio dos Sinos, ou de outros municípios do Estado, que migraram com suas famílias para esta região. Sob os aspectos citados há nas reuniões de trabalho das mulheres da *CooperUnião*, um conjunto de práticas que foram se estabelecendo ao longo do tempo, na rotina diária, nas quais, por exemplo, os hábitos familiares são diversos daqueles das mulheres negras do bairro *Restinga*, de Porto Alegre. Há características da vivência específica de cada

grupo, impregnadas na história, na memória e no aprendizado das mulheres. Um desses momentos registrados por esta pesquisadora era o do lanche servido no intervalo do trabalho à tarde, na *CooperUnião* - comprava-se uma *cuca*<sup>144</sup> na padaria da esquina e um refrigerante, e durante um período de 30 minutos, aproximadamente, conversava-se sobre vários temas, experimentando-se um espaço e um tempo de uma relação mais informal entre as mulheres ali presentes. O momento do lanche também acontecia nas reuniões com as mulheres do bairro *Restinga*, e esta era uma preocupação da jornalista que organizava as oficinas de trabalho com elas. Clavelin normalmente levava os biscoitos e uma das demais mulheres comprava o refrigerante, para o intervalo.

Fonseca destaca um outro tipo de relação, que também se pode considerar um dos *nós* das *redes informais de comunicação*, que é a *fofoca*. A autora considera que esse elemento que se configura na rede das trocas simbólicas reforça o poder feminino nas relações de vizinhança:

A fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos. Ninguém se considera fofoqueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança. (FONSECA, 2004, p.41/42).

Mais do que estabelecer vários elos nessa rede de trocas simbólicas, como afirma Fonseca, a fofoca também pode ser educativa na medida em que serve de modelo para que não se avance nos comentários nefastos contra outros indivíduos, ou mesmo pode ser uma das conexões comunicativas entre os próprios moradores do local, na medida em que auxilia analfabetos, por exemplo, a encontrarem endereços de seus parentes.

Mas, se considera aqui a fofoca como mais um desses elementos já comentados que constituem as diferentes ligações na estruturação das *redes informais de comunicação*. Para Castells (2001, p.416), “as redes constituem a nova morfologia social das nossas sociedades, e a difusão da lógica de criação de redes determina largamente o processo de produção, de experiência, de poder, de cultura”. No entanto, pode-se dizer que elas são resultantes das relações ancestrais da humanidade, considerando-se todos aqueles elementos históricos como

---

144 Tipo de *pão caseiro* feito por imigrantes descendentes de alemães, já de domínio da cultura de outras etnias, como a italiana; no Brasil, a *cuca* é produzida em diferentes regiões do país onde há descendentes daqueles imigrantes, principalmente. Vale aqui a relação entre o momento do consumo desse tipo de pão, com o momento de relax para a cabeça das mulheres, quando a palavra *cuca* serve de sinônimo para *cabeça*, como na expressão *cuca fresca*.

a política, a indústria, o comércio, os serviços, a cultura, entre outros que compõem o tecido social.

Ao comentar sobre os fluxos da informação presentes na organização dos novos espaços das cidades, Castells salienta a questão das interconexões das cidades globais, que têm uma função de produção econômica e uma outra política:

À medida que a economia global se expande e incorpora novos mercados, também organiza a produção dos serviços avançados necessários para o gerenciamento das novas unidades que aderem ao sistema e das condições de suas conexões em mudança contínua. [...] Dessa forma, o fenômeno da cidade global não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-à-vis a rede global. (CASTELLS, 2001, p.406).

Castells (2001, p.411) considera que a nova funcionalidade daquelas cidades globais com o uso e o desenvolvimento da comunicação eletrônica em rede gera novas situações de deslocamento e descentralização dos serviços, por exemplo, “para a periferia das áreas metropolitanas, áreas metropolitanas menores, regiões menos desenvolvidas e alguns países menos desenvolvidos”.

Para Martín-Barbero (2000) as novas tecnologias da informação e da comunicação estão reconfigurando os modos de estar junto desde as transformações do espaço e do tempo que o ser humano tem percebido:

Do ‘espaço’, aprofundando o distanciamento que produz a modernidade em relação ao lugar, desterritorialização dos mapas mentais e das formas de perceber o próximo e o longe. Paradoxalmente essa nova espacialidade não emerge do viajante que está em cada sujeito, mas da experiência doméstica convertida pela televisão e computador nesse território virtual ao que, como de maneira expressiva tem dito Virilio “tudo chega assim que tem que partir”. No que se refere ao ‘tempo’, estamos diante de uns meios dedicados a fabricar um presente autista, que pretende bastar-se a si mesmo. O que só pode ser produzido mediante o enfraquecimento do passado, da consciência histórica. (MARTÍN-BARBERO, 2000, Internet).

Comenta ainda, o autor, que os meios de comunicação, pouco fazem referência à história dos fatos, e, portanto, descontextualizam-se num presente sem fundo, sem piso, sem horizonte, o que deixa de fazer parte da memória porque não há mescla com as sensibilidades e os estilos de qualquer época. Para Martín-Barbero (2000), “um passado assim não pode

iluminar o presente, nem relativizá-lo. A obsessão do presente implica por sua vez em uma ausência flagrante do futuro”.

Ao se observar as condições de vida das mulheres de cada grupo estudado pode-se entender a realidade vivenciada por cada uma, constatando-se o que os autores comentam sobre a organização das cidades, e de sua história. O bairro Restinga já fez parte de uma grande zona rural no entorno de Porto Alegre, mais precisamente na região sul da capital. Algumas das mulheres participantes do grupo da pesquisa fizeram parte das primeiras ocupações do lugar, há pelo menos, 30 anos. A transferência da população de outras regiões pobres da cidade transformou o local, que ocupa o segundo posto em população e é uma das maiores zonas de periferia do país<sup>145</sup>. O mesmo acontece com algumas das trabalhadoras do *atelier* de calçados da *CooperUnião* que habitam o bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo, em uma média de 8 a 10 anos, onde está instalada a sede da Cooperativa. Elas viram o bairro se organizar, constituíram suas famílias e têm estruturado suas relações de vizinhança e de parentesco em cima dessa possível ‘estabilidade’ constituída na conquista de um espaço de convivência necessário para elas e suas famílias.

Comenta Mayol (1997, p.41), “que o bairro é uma noção dinâmica que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação”.

Ao se perceber a ação das mulheres pesquisadas – através de comentários e depoimentos - vai se constatando que elas dominam o mapa de ‘seus’ bairros, com a propriedade de quem estabelece trocas, partilham a realidade acumulando experiências e compreendendo este lugar de convivência, exercendo um padrão feminino praticamente universal na participação interativa na comunidade, associado à vida cotidiana na esfera da família e das tarefas domésticas. Essas vivências, no entanto, estão carregadas de um atravessamento dos processos midiáticos presentes no cotidiano que ‘se associam’ aos demais elementos constituintes das mediações que resultam em novas ações e procedimentos coletivos. Supõe-se que os domínios adquiridos com a permanência da moradia num determinado local estabelecem outros vínculos com a comunidade – tácitos – que vão da solidariedade à autodefesa dos micro-poderes instituídos entre os sujeitos nas suas diferentes relações.

---

145 Texto elaborado a partir de informações contidas no site [www.prefeituradeportoalegre.gov.br](http://www.prefeituradeportoalegre.gov.br), acessado em 25/11/2005.

Se a economia e a política são pontos importantes para o funcionamento das cidades, o espaço e o tempo são fundamentais para o estabelecimento de rotinas e a compreensão das novas gramáticas que vão se implantando. Milton Santos (2004, p.164) ao referir-se às relações humanas num determinado território afirma que “os homens não saem do mundo para agir, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades a serem realizadas nos lugares”. Na sua compreensão, as redes contribuem para um alargamento dos contextos de vida uma vez que pode haver produção em menores espaços, de acordo com os progressos técnicos e científicos implementados, que geram ganhos de produtividade:

As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos. Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente. (MILTON SANTOS, 2004, p.278/279).

Na estrutura de funcionamento do bairro Restinga, por exemplo, pode-se constatar a experiência de outras redes como a que atua com os componentes do movimento Hip-Hop – que além de fazerem shows musicais, também promovem eventos sociais integrando-se aos demais movimentos do local. Pode-se dizer também que os integrantes da Escola de Samba Estado Maior da Restinga constituem outra rede, pois desenvolvem atividades que não se limitam àquelas relacionadas aos desfiles no período carnavalesco.

A Escola de Samba é uma referência na região e se insere como um centro de cultura e lazer que promove vários eventos para e com a comunidade. Junto à sua sede, por exemplo, há uma piscina aberta aos associados para a prática de natação. Como exemplos de outras redes que funcionam com a participação da população podem-se destacar ainda aquelas vinculadas aos comitês do Fórum Municipal de Núcleos do Programa Fome Zero – implantados na região. Assim como no bairro Boa Saúde as mulheres da *CooperUnião* convivem em espaços diferentes, como nas reuniões das Igrejas Evangélica e Católica, e nos grupos que participam ativamente das conversas com as professoras das escolas municipais, locais.

As dificuldades encontradas e contradições que surgem no tecido social, no entanto, como assinala Martín-Barbero (2001, p.273), são traduzidas nas questões culturais, basilares



da formação étnica, identitárias de uma população. São questões que transmutam para outras, de submissão e desqualificação da própria população, no sentido que é dado hoje ao que seja realmente popular. Questões essas que vão se alterando no decorrer do tempo, como cita o próprio Martín-Barbero, ao referir os estudos de L.H. Gutiérrez e L. A. Romero (1982) sobre a história da cultura de bairro, de Buenos Aires. Nesses estudos há o reconhecimento para o protagonismo das mulheres:

Carregam pedras e água, participam das mobilizações, constroem, vendem e compram; é um dos eixos centrais da vida do bairro, e chegam a ter um certo poder, baseado na força do cotidiano. Elas são o próprio bairro e de certo modo decidem o que é o bairro. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 284).

Para o autor citado é no bairro que a identidade dos seus moradores vai se consolidando entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, proporcionando algumas referências básicas para a construção de uma socialidade mais ampla que a familiar e mais densa e estável que a imposta pela sociedade. Por isso, pode-se afirmar que as mulheres tanto do bairro Restinga, de Porto Alegre, quanto do bairro Boa Saúde, de Novo Hamburgo, atuam também de acordo com suas classes sociais e com suas relações de parentesco com outros participantes de suas famílias, ampliando o leque das possibilidades de resoluções coletivas. Entretanto, isso não ocorre só desse modo. Percebe-se também que há nas relações de comunicação no trabalho outros momentos e trocas que são proporcionadas, na medida em que suas experiências são expostas e comentadas. As características locais de suas regiões como espaços que abrigam trabalhadores pertencentes às classes populares proporciona na convivência diária, possibilidades de trocas mais solidárias no que se refere às necessidades e aos avanços conquistados.

Na condição citada acima, por Martín-Barbero, pode-se entender que os grupos de mulheres aqui observados vão se inserindo no seu contexto de vida, seja através da divulgação de dicas sobre cuidados com a saúde no bairro Restinga, a outras mulheres, seja na troca de saberes das mulheres trabalhadoras na cooperativa do bairro Boa Saúde, quando percebem que além do conhecimento técnico que têm sobre a costura, a colagem ou o corte do couro para a montagem dos produtos, precisam de outros saberes como a melhoria da alfabetização através do aprimoramento da leitura e da escrita.

O estabelecimento de relações de amizade e solidariedade entre elas, a partir do momento em que se juntam com objetivos comuns, coletivos e, ao mesmo tempo, individuais, resulta na compreensão de outras questões que estão presentes nas suas histórias, como por

exemplo, no caso de se ajudarem naquelas situações de sobrevivência, fora de seus espaços de encontros diários. Para Janete de Jesus, uma das participantes da *CooperUnião*, “não é nada fácil conviver com uma outra colega, que mora num local onde ela tem vergonha de receber as pessoas, que é de pobreza mesmo, e está grávida pela quinta vez, sem ter uma fonte de renda razoável para o seu sustento”.

Massolo, ao discutir as imprecisões e controvérsias sobre o que se define como espaço local ou comunidades, argumenta:

La gobernabilidad democrática local está asociada a dos condiciones indispensables: la autonomía del gobierno local y la participación ciudadana. La autonomía local comprende los derechos y deberes de los municipios, su ejercicio libre de autogobierno y autoadministración, de manera de contar con las capacidades para dar respuestas apropiadas a la diversidad de demandas sociales y promover el desarrollo local. La participación ciudadana es un atributo de la gobernabilidad democrática y los gobiernos locales, por su proximidad y relación más directa con los asuntos públicos de la vida social cotidiana, suponen la apertura, promoción y la innovación de espacios y canales de participación plural de la ciudadanía. (MASSOLO, 2002, p.02).

Desde a década de 80, na América Latina, a revalorização dos espaços locais se vincula à revalorização e fortalecimento dos governos municipais. Massolo (2002, p.03) destaca que os municípios latino-americanos começam a exercer autonomia, eficiência, eficácia, gestão participativa, promoção do desenvolvimento integral e contribuição para a estabilidade das instituições democráticas nacionais, com a participação das mulheres, principalmente dos setores populares e de alguns setores da classe média. Ao se referir à realidade do México a autora considera que “como espécies de “Hércules femininas” desde a década de 1980, até a atualidade, ainda parece normal e inevitável que as mulheres sustentam sobre suas costas a gestão social cotidiana que garante a governabilidade na sobrevivência”<sup>146</sup>.

Se pensarmos na comunicação como instrumento que movimenta o tecido social, podemos entender melhor como se constituem os espaços da comunicação no cotidiano das sociedades latino-americanas, sobretudo nas sociedades que estejam vivendo experiências de administrações públicas, pautadas na democracia.

A experiência da discussão pública de elementos da esfera privada das relações sociais exige que a comunicação aconteça, seja através da mídia, ou pelo uso de redes informais de comunicação, com um estímulo que se inicia no interior do núcleo familiar. Nesse processo

---

146 Artigo: *Foro: Género, gobernabilidad y agendas locales. PNUD. México. Notas sobre la gobernabilidad cal, la participación de las mujeres y la equidad de género en la agenda de los gobiernos municipales* - Alejandra Massolo - acessado em 13/02/2007 no site <http://www.undp.org.mx/Genero/Doctos/Alejandra%20Massolo.pdf>

estruturante está a democracia e as ordens de poder, que vão se constituindo em outros elementos da participação cidadã.

Destaque-se que o lugar da esfera pública, portanto, é um lugar de construção de um patamar em que a linguagem comum, cotidiana, deve ter visibilidade, deve ser expressa pela mídia interagindo e modificando o discurso imposto, ou ainda, formando diretamente, junto à população um novo conceito, uma nova formulação, aperfeiçoando a democratização do tecido social, como discute Habermas:

A grande imprensa repousa na refuncionalização comercial daquela participação de amplas camadas na esfera pública: arranjar preponderantemente às massas de um modo geral um acesso à esfera pública. No entanto, essa esfera pública ampliada perde seu caráter político à medida que os meios para a “acessibilidade psicológica” poderiam tornar-se uma finalidade em si mesma de uma posição consumista comercialmente fixada. (HABERMAS, 1984, p.200)

É possível constatar essa informação, através da afirmação do autor, quando se tomam exemplos de cidades como a capital gaúcha, que modificaram sua ação administrativa, e trouxeram novos olhares para o espaço público, a partir da abertura à população para a discussão do orçamento, no final da década de 80. Há outras no país, que se basearam na referência de Porto Alegre. No entanto, cidades como Lima, no Peru, Buenos Aires, na Argentina, Montevideu no Uruguai, além de Quito, no Equador, já discutiam novas formas de organização populacional até mesmo antes das discussões do orçamento público no sul do Brasil<sup>147</sup>.

Mata (2000, p.03) ao estudar as relações resultantes da cultura de massa e a sua complexidade, em experiências com programações radiofônicas na Argentina, identificou uma trama subjetiva que se construiu, apesar do restabelecimento de nexos e cumplicidades dos emissores com os receptores, no terreno do consumo, por exemplo. Poucos questionamentos foram processados, pelos receptores, tendo em vista uma série de contradições ativadas, que, se provocadas, poderiam ter modificado situações impostas pelos meios de comunicação massivos.

Nos movimentos políticos ocorridos naquele país, nos últimos quinze anos, nos quais a intervenção dos meios de comunicação foi decisiva juntamente com o Estado, as estratégias discursivas utilizadas pela população se disseminaram de maneira que os próprios meios se viram obrigados a mudar suas estratégias. Os estudos realizados por Mata registram:

---

147 Dissertação de Mestrado desta autora. Dezembro de 2000/ Porto Alegre/RS.

Proliferam as estratégias discursivas destinadas a prover pautas políticas e sociais, para a reconstrução e construção de identidades coletivas. Se o consumidor, o sujeito individual submetido às leis do mercado, foi o modelo de identificação privilegiado durante os anos do Processo Militar, começa agora a desenhar-se o modelo de cidadão: um sujeito particular, porém que se inscreve no coletivo social através de múltiplas formas de contrato. [...] Essa multiplicação de estratégias discursivas, somadas à própria vigência das normas constitucionais, implicam numa reordenação dos meios massivos na cena pública: estão menos sós que antes e evidenciam a necessidade de redefinir-se competitivamente. (MATA, 2000, p.03).

Ao assumir protagonismo na vida pública, a população foi modificando as relações estabelecidas pelos meios de comunicação, modificando o olhar sobre as questões econômicas e políticas e, mesmo de forma precária, apresentou propostas de desconcentração do poder e de aumento de possibilidades de expressão e participação sob diferentes formas, se auto-reconhecendo e articulando novas situações no marco plural e global da nação.

Uma das questões principais levantadas por Mata é exatamente a que trata da identidade dos setores populares, que se modificam, desagregam e reconstituem-se através de múltiplos processos nos quais há competição, há acoplamentos e há rechaços para diferentes vias ou fontes de identificação:

Desde uma perspectiva comunicativa, poderíamos afirmar que as que competem entre si, as que se acoplam ou rechaçam, são um conjunto de interpelações, umas maneiras de constituir aos setores populares como destinatários de diferentes tipos de discursos, de desenhar para eles um possível campo de interação simbólica e, desde os próprios sujeitos, uns modos de reconhecer-se nessas interpelações, e imagens e, a sua vez, de impugná-las, transformá-las e nomear assim a diferença. (MATA, 2000, p.02-03 txt compl.).

As idéias presentes na citação acima acabam surgindo de forma intersubjetiva quando se conversa com as mulheres dos grupos da pesquisa, por exemplo, sobre diferenças étnicas. No grupo das mulheres de Novo Hamburgo não há nenhuma trabalhadora da raça negra, embora o bairro Boa Saúde seja constituído de uma população miscigenada. Há, no entanto, uma que se destaca por não ser de pele clara como as demais. Esta é chamada de “negrinha” por ser diferente no grupo. As mulheres do bairro Restinga já estão com o tema tratado em suas vivências, particulares, que se refletem no cotidiano de suas ações coletivas. Todas são negras e formaram o grupo partindo dessa principal característica – entre outros temas a serem discutidos por elas, as questões de etnia e gênero são fundamentais.

Na América Latina, as relações que se estabelecem oriundas da constituição étnica, localizadas numa mestiçagem, não é só um fato social, mas uma razão de ser, como afirma Martín-Barbero:

O reconhecimento desse conhecimento é, na teoria e na prática, o surgimento de uma nova sensibilidade política, não instrumental nem finalista, aberta tanto a institucionalidade quanto à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à multiplicidade de solidariedades que operam simultaneamente na nossa sociedade. (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.271).

A referência a essa mestiçagem citada por Martín-Barbero está presente na vida das mulheres dos dois grupos, embora na situação do bairro Boa Saúde a presença daquelas de origem alemã é bem mais forte do que as demais. Para as mulheres do bairro Restinga a etnia está em suas falas, principalmente quando se dirigem a grupos diversos dos seus, como foi o caso da presença de Genecy Ferreira, numa aula de comunicação comunitária no Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 2004. Ao comentar sobre a sua situação de trabalhadora negra, Genecy questionou em seu discurso sobre a ausência de estudantes negros na sala-de-aula.

Há que se compreender nos micro-espacos estudados o que Bensaïd (2000, p.113) discute sobre etnicidade, em meio à crise provocada pela globalização, “como se tratasse de um estranho retorno colonial recalcado”, como se a humanidade não desse conta das questões que vão avançando como algo que se refere a uma desordem social, a fenômenos que se referem a uma exclusão massiva. Para o autor “a análise da etnicidade enquanto resposta a uma exclusão agravada remete, inevitavelmente, à ligação profunda entre esta exclusão e as relações de produção das quais a crise é a manifestação crítica. (BENSAÏD, 2000, p.114)”.

Assim como as questões étnicas estão presentes no cotidiano das mulheres trabalhadoras, a educação formal é outra questão presente nas suas vidas, embora o tema não apareça nesta tese como uma *mediação*. No entanto, o destaque é dado por elas, que mantêm relações de proximidade com os professores nas escolas onde seus filhos estudam. De outra forma, estão buscando avançar em seus estudos para melhor atenderem seus filhos, como já foi referido no caso das mulheres da *CooperUnião*. Na realidade das mulheres em foco, chegar à Universidade, parece algo distante em seus planos, embora a hipótese não seja descartada. Entretanto, para seus filhos, a perspectiva é de que estudem e alcancem esse patamar. Esse pelo menos é o objetivo de Genecy Ferreira, que em 2005 conquistou uma vaga para sua filha no Ensino Fundamental, numa das escolas mais concorridas do Rio Grande do

Sul - o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ionete Corrêa, 37 anos, do bairro *Restinga*, está cursando o Técnico em Enfermagem, para, assim como Caroline Dílson, trabalhar na área da saúde.

Para García Canclíni, que realizou estudos sobre os fluxos de funcionamento da Cidade do México, há diversas tramas que se entrecruzam nos saberes cotidianos:

Uma das novidades dos estudos urbanos e de comunicação é a tendência em entender a cidade em relação aos processos de comunicação e a vinculação destes à trama urbana. A cidade já não é mais vista como um mero cenário para a habitação e o trabalho, ou seja, como simples organização espacial, lugar de assentamento da indústria e dos serviços. Por outro lado, os meios de comunicação não são concebidos unicamente como redes invisíveis e deslocalizadas, cuja dinâmica poderia ser entendida somente através das estratégias empresariais e dos recursos tecnológicos mobilizados. (GARCÍA CANCLÍNI, 2002, Internet)<sup>148</sup>.

O autor argumenta que antes as informações sobre a cidade eram reunidas e passadas em comentários escritos nos jornais, na forma de crônicas literárias e jornalísticas. Hoje – transcorridos cinquenta anos, os meios de comunicação assumiram um papel tão proeminente no funcionamento dos fluxos de compreensão da sociedade, que estão modificando a própria geografia do espaço urbano, com a utilização de novos equipamentos como o helicóptero. Ao sobrevoar a cidade e oferecer a cada manhã, através da tela do televisor e das vozes do rádio, com a narrativa de um repórter, o panorama de uma megalópole vista em conjunto, sua unidade é recomposta por quem vigia e informa o público.

Em seus registros sobre o fazer diário, Certeau (1996) localiza como uma urgência da sociedade as possibilidades de ruptura que se apresentam no tecido social. O autor esclarece: “as ressurgências das práticas “populares” na modernidade industrial e científica mostram os caminhos que poderiam ser assumidos por uma transformação do nosso objeto de estudo e do lugar de onde o estudamos. (CERTEAU, 1996, p.26)”.

A partir do que expressam os autores citados até aqui, supõe-se a formulação de conteúdos vinculados aos processos comunicacionais, que têm contribuído com novas possibilidades de organização das falas ditas e não ditas por aqueles grupos que atuam na sociedade, e nesse caso em especial – as mulheres dos grupos da pesquisa - provocando novos saberes, que se entrecruzam com outros elementos presentes na particularidade de cada sujeito que se mobiliza e se vê ainda como um sujeito coletivo que produz comunicação. Milton

---

148 Artigo publicado na Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53, virtual. <http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf> acessado em 20/10/2006

Santos considera que a disparidade de renda nos países em desenvolvimento, como o Brasil e outros, latino-americanos, tem forte influência na constituição da reconfiguração dos espaços territoriais:

Começemos por admitir que o planeta, como entidade material e humana, é uma totalidade, e que em cada um dos seus momentos, a história também uma totalidade. [...] A divisão internacional do trabalho pode ser considerada a energia desse movimento. [...] A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força do trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. A significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico. (MILTON SANTOS, 2004, p.165).

De outra forma, Santos (2001, p.278)<sup>149</sup> reforça que são nas relações sociais que acontecem os usos e trocas de conhecimento, quando se discute o poder que rege as instâncias do sistema, mantido pela política e pelos processos jurídicos vigentes. O autor avalia essa conjuntura conceituando seis espaços estruturais, para a criação de um novo senso comum político, jurídico e epistemológico, que são:

[...] O espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania, e o espaço mundial. Esses espaços são os conjuntos mais elementares e mais sedimentados de relações sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas. (SANTOS, 2001, p.278/281).

Explica Santos (2001, p.278/281), que há uma série de inter-relações que se estabelecem, entre os diferentes espaços, “que incluem o poder, o direito e o conhecimento em pé de igualdade, sem os fundir em totalidades redutoras – como aconteceu em tanta teoria social crítica – mas, pelo contrário, alargando o âmbito da diferenciação e da fragmentação, salientando os fios que os articulam em rede”.

Ao relacionar os espaços estruturais visualizando um mapa da estrutura-ação das sociedades capitalistas no sistema mundial, Santos prevê o espaço doméstico, não só como uma forma privilegiada de prática social, marcada pelas diferenças sexual e geracional, mas

---

149 Para que não haja confusão, o nome do autor Milton Santos foi colocado neste trabalho entendendo-se que deveria haver uma distinção entre a sua referência e a de Boaventura de Souza Santos, citado aqui como Santos. Esta informação também está contida no Capítulo 1, deste trabalho.

aquele espaço que se combina com outras instâncias, já que suas bases não estão confinadas nele mesmo:

Pelo contrário, e para tomar o exemplo da diferença sexual, o sexo combina-se especificamente com a classe no espaço da produção, com o cliente-consumidor no espaço do mercado, com a raça, a etnicidade ou a religião no espaço da comunidade, com a cidadania no espaço da cidadania e com a nação e as práticas do Estado-nação no espaço mundial. O mesmo pode ser dito de qualquer das outras dimensões. (SANTOS, 2001, p.278/280).

É na dimensão sociocultural mais ampliada, que as mulheres se sentem estimuladas a participar de movimentos, que subjetivamente se constituem em redes. Elas mesmas constroem suas redes informais de comunicação, que, não só lhes oportunizam outros espaços de conquistas e visibilidades, mas lhes garantem direitos que se consolidam nas diferentes trajetórias.

Para Villasante a cultura patriarcal e separada da sociedade gera o aparecimento de grupos animadores nas redes da cidade que tratam de desenvolver seus princípios ideológicos sempre com uma certa formalidade. O que não é o caso daqueles grupos que formam um tecido social informal, apesar de reproduzirem “o esquema patriarcal, inclusive muito menos intelectualizado e muito mais direto em mostrar as contradições patentes das suas formas de linguagem”. O autor esclarece:

As turmas de jovens, os grupos de machos adultos que trabalham juntos ou que jogam uma partida, as mulheres que se reúnem nas suas vizinhanças, atuam como micro-redes (rizomas ou raizinhas que se tramam) dentro de redes mais amplas que se superpõem a elas, para as diferentes facetas da vida cotidiana. [...] Os estereótipos, tópicos ou lemas que se manipulam informalmente têm uma finalidade defensiva de uma identidade local ou setorial (Pitt-Rivers, 1987) e permitem que os “comunicadores” decodifiquem e codifiquem, na sua própria linguagem local-setorial, o que vem de fora de sua identidade particular nas de redes de comunicações. (VILLASANTE, 2002, p.36).

De acordo com o que diz o autor, a formulação do saber acaba passando por um processo de construção, onde “não importa tanto o que se vê pela TV, por exemplo, como o que se comenta sobre as tantas mensagens que se recebe ao longo do dia”. No entanto, a cidadania se fortalece, atravessada pelas redes que comportam a livre circulação de informações – a livre intercomunicação horizontal – acrescentando, a quem delas participa, novos conceitos de cultura, de experiências diversas, de memória coletiva, na sua própria identidade. Para Castells (2001) “a construção da ação social e política gira em torno da identidade como princípio organizativo”.



Por sua vez as redes têm alcançado visibilidades de demandas, agregado conhecimento, efetivado diagnósticos e contribuído na elaboração de propostas de melhoria da qualidade de vida das comunidades onde elas atuam. Propostas essas que são significativas na articulação dos movimentos de mulheres e no reconhecimento da diversidade social contribuem, também, no questionamento da versão de que éramos todos iguais e o feminismo um só. Essas propostas também têm sido importantes nas interconexões dos movimentos, propiciando a troca de conhecimento através desses processos comunicacionais estabelecidos. Ao tratarem dos canais de comunicação, e de suas categorias, Paul Lazarsfeld e Robert Merton, em 1948, identificaram que “a formação e a troca de atitudes firmes se efetua melhor quando se recorre aos condutos interpessoais. Os condutos interpessoais são aqueles de onde intervêm intercâmbios diretos entre dois ou mais indivíduos”.

Mais do que tratar de conectar os sujeitos entre si, em situações de solidariedade, as redes sociais são vistas por Scherer-Warren (2005)<sup>150</sup> como conexões que relacionam intencionalidades coletivas com resultados que inserem a temporalidade, a espacialidade e a sociabilidade como elementos que dialogam com o tradicional, o moderno e até o pós-moderno, como afirma: “Os sujeitos emergem de um processo de construção coletiva de valores e práticas, resultante de uma rede de múltiplos atores e organizações”. Redes essas que “vão construindo suas identidades num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização”.

Contemporaneamente, pode-se dizer que as redes informais de comunicação são aquelas redes que acontecem a partir das relações de vizinhança, no bairro, para a difusão da informação, que se estendem das relações de construção coletiva de ações para melhoria da qualidade de vida de diferentes comunidades e seguem procedimentos que podem estar configurados em determinadas rotinas e gramáticas próprias ou não. Esses processos enquadram-se nas mais diferentes experiências culturais, realizadas no mundo.

---

150 Artigo *Redes Sociales y de movimientos en la sociedad de la información*. Publicado na Revista Nueva Sociedad, Caracas, n. 196, p. 77-92, mar-abr, 2005.

## 5.2 Trocas, conexões, elaborações

Aqui se retoma a meta visada no objetivo geral da realização desta tese, de pesquisar, registrar, descrever e interpretar como e em que medida são realizadas mediações pelas mulheres, a partir das informações adquiridas através dos diferentes processos comunicacionais do tecido social, e, ao dominar o conhecimento, passam a transformá-lo em táticas, estratégias e procedimentos comunicacionais, que resultam na melhoria do bem comum. De outra forma, verifica-se através do entrecruzamento de informações o que se distingue nas ‘falas’ individuais, de um grupo e de outro, formulando-se, no final, subjetividades coletivas que se sobressaem na junção dos discursos, e como essas informações podem contribuir para outros estudos mais avançados sobre o tema. Neste sentido, a análise das entrevistas gravadas, e dos depoimentos informais, que ocorre na seqüência, deve responder às questões já formuladas para a realização da pesquisa, e que, resumidamente se apresenta a seguir:

Qual a compreensão que as mulheres têm e como processam e divulgam as informações adquiridas por diferentes processos midiáticos – seja através da grande mídia ou não - se estabelece já, uma hipótese sobre a formulação das mediações processadas e transmitidas em redes informais, aqui metaforicamente configuradas como elementos que existem no cotidiano da vivência dos núcleos familiares e na vizinhança, estendendo-se à comunidade, (aproveitando-se, elas, dos espaços midiáticos existentes, formais e informais).

Assim, pode-se entender que aquelas relações mais intersubjetivas das preocupações femininas em relação ao bem-estar de sua família, no que se refere à manutenção da limpeza doméstica e organização dos espaços de convivência, que parecem ser só de sua responsabilidade, vão se constituindo numa grande trama cotidiana. Na medida em que esses temas são trocados com outras e outras mulheres, e culturalmente tratados como do fazer feminino, numa ampla rede informal de comunicação coletiva, também podem ocorrer reivindicações de várias ordens, contribuindo, no seu todo, no aperfeiçoamento, não só dos processos comunicacionais em si, como dos diversos processos presentes no tecido social.

De outra forma, também se questiona em que medida as mulheres participam nesse processamento? Para além de algumas perguntas que surgem, quando se aborda o tema das

redes, e neste caso, as que se constituem no tecido social, informalmente, baseadas na comunicação, torna-se fundamental localizar quais seriam os elementos comunicacionais provocadores de avanços na pesquisa.

Antes mesmo de se tratar das *redes informais de comunicação*, outras questões se apresentaram, na construção do objeto de estudo: de quê maneira os processos midiáticos estão permeando as mediações nas relações comunicacionais produzidas pelas mulheres? Como a mídia se insere na configuração das redes informais das mulheres? Como as mulheres se apropriam da mídia? Como as redes informais de comunicação destas mulheres mediam as relações delas com a mídia? Estas são perguntas geradoras da pesquisa, na medida em que se entende a formulação de conteúdos registrados na memória e na história das mulheres pesquisadas, em que a mídia está presente no cotidiano delas há, pelo menos, 40 anos de suas vidas. Desse modo, quando se busca refletir sobre a constituição das redes, surge mais esta problematização: se há a vinculação com os estudos da Comunicação, faz-se necessário analisar como os processos midiáticos estariam presentes nesse cotidiano cultural das mulheres, e qual o tipo de mediação que acontece, se acontece, a partir das travessias midiáticas a que essas pessoas são expostas. É o que será tratado no próximo tópico, que apresenta uma primeira interpretação para os discursos dos sujeitos coletivos finalizados.

### **5.3 Primeira interpretação a partir das narrativas contidas no Discurso do Sujeito Coletivo**

Este tópico surgiu a partir de uma primeira leitura do Discurso do Sujeito Coletivo formulado com as respostas dadas às entrevistas gravadas e *decupadas*, das cinco mulheres do grupo da *CooperUnião* e quatro mulheres do grupo da *Restinga*, além dos depoimentos informais colhidos durante a fase exploratória da pesquisa.

Com as nove mulheres foram feitas entrevistas que variaram de 20 a 40 perguntas tendo como base um roteiro preestabelecido conforme anexo, durante o mês de dezembro de 2006 para se chegar ao resumo apresentado no DSC final. O fato de ter havido uma variação entre a quantidade de perguntas e respostas, na entrevista, deve-se à condição de disponibilidade das entrevistadas em manifestarem de forma espontânea outros elementos que não estavam previstos no roteiro inicial. Este roteiro foi aplicado como experimento exploratório, durante o *trabalho de campo*, apenas para servir de apoio ao que se pretendia desenvolver nas entrevistas.

Em relação ao *trabalho de campo* com os grupos que faziam parte da pesquisa, este foi realizado a partir de definições desta pesquisadora tomadas sob a orientação do professor Efendy Maldonado, entre 2004, 2005 e 2006. Nas entrevistas finais, foram colocadas para sete mulheres, questões semelhantes e, para as duas mulheres com curso superior, direcionaram-se mais as questões para os projetos com os quais elas estavam diretamente envolvidas - o da Cooperativa e o da Comunicação Comunitária.

A localização do grupo do bairro *Boa Saúde* ocorreu por indicação, a partir de contatos mantidos com o *Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado*, que abriga a sede da *Escola 8 de Março*, em Novo Hamburgo. Os encontros com as mulheres trabalhadoras da *CooperUnião* ocorreram semanalmente, durante o período de setembro a novembro de 2005; quinzenalmente, em dezembro de 2005 e em fevereiro e março de 2006; e mensalmente, de março a junho de 2006. Todos os encontros foram realizados na sede da Cooperativa, no bairro Boa Saúde, e duas entrevistas foram realizadas nas casas das entrevistadas, no próprio bairro, oportunizando a esta pesquisadora a possibilidade de conhecer a situação e o local de moradia de cada uma. Além de se observar a construção do mapa do bairro, que é urbanizado, com casas simples de alvenaria na sua maioria, e poucos prédios com mais de um andar, pode-se notar a distância aproximada de cinco quilômetros, do centro de comércio de Novo Hamburgo, principalmente ao se usar o ônibus para se chegar ao local, que demora em torno de 30 minutos, em média.

Os contatos com o grupo de mulheres do bairro *Restinga* de Porto Alegre, ocorreram a partir da intermediação da jornalista Isabel Clavelin, inicialmente, para se agendar reuniões e encontros quinzenais de setembro de 2004 a junho de 2005, além de encontros individuais com a própria jornalista, que buscava, com esta pesquisadora, um tipo de consultoria voluntária. A sede da Escola de Samba *Estado Maior da Restinga* abrigou a maioria dos encontros com as mulheres e as entrevistas foram realizadas em outros locais combinados com as entrevistadas.

Ao se percorrer o trajeto realizado por ônibus, por mais de uma hora, na distância aproximada de 30 quilômetros entre o centro de Porto Alegre até o bairro Restinga, se pode observar o crescimento da cidade para a sua zona sul, que até há cinco anos incluía a zona rural, e tem se transformado com a construção de novos condomínios e aglomerados urbanos. Avenidas largas e asfaltadas vão oferecendo aos moradores outros valores que aparecem na geografia da cidade, para se chegar até o local.

No trânsito interno do bairro, que tem na sua origem a junção de várias vilas, também se observa uma grande área planejada, com um traçado de ruas e avenidas calçadas, asfaltadas e com infra-estrutura de esgoto pluvial e cloacal, amplamente habitado, embora em outros espaços mais periféricos esses serviços ainda não estejam totalmente implantados. Há diferenças entre as áreas de construção das moradias, para aquelas que foram construídas na forma de '*conjuntos habitacionais*' e outras que foram construídas individualmente pelas famílias. Ao se limitar o olhar na aparência das casas, cujas construções variam entre alvenaria e madeira, quando se transita pelo bairro, nota-se que em muitas delas falta reboco, pintura, enfim, o tipo de material usado na construção e a forma como são organizadas nos terrenos, mesmo naqueles conjuntos habitacionais, indicam, em muitos casos, o baixo nível salarial das famílias ali moradoras. Situação essa que se equipara a muitas outras zonas habitadas na cidade, em outros bairros e, em outras cidades do Brasil e da América Latina.

Nos dois grupos de mulheres contatados houve uma grande disponibilidade para a realização da pesquisa, no período exploratório, mesmo que inicialmente não entendessem bem o que seria trabalhado com elas, quando esta pesquisadora pode explicitar e perceber a riqueza de saberes apresentados na convivência para a realização da pesquisa.

O método do Discurso do Sujeito Coletivo utilizado para se obter a formulação de um discurso que contemporize o sentido comum de cada fala captada das mulheres entrevistadas com perguntas abertas, resultou num processo de seleção de *Expressões Chaves (ECH)* e *Idéias Centrais (IC)*, que foram assim agrupadas por assuntos inseridos nas perguntas realizadas, e denominados conceitos: *A) Mdiatização; B) Trabalho; C) Mediações; D) Representação; E) Etnia; F) Família; G) Redes.*

As entrevistadas foram escolhidas pelo tipo de envolvimento que tiveram nos grupos, mas entende-se que o grau de instrução é um fator preponderante na organização delas, como na *CooperUnião*, com as seguintes variações: três têm o primeiro grau incompleto; uma - o primeiro grau completo; e uma - que foi coordenadora do grupo, com vinculação direta com a Escola 8 de Março, aqui considerada também participante - com curso superior completo. No grupo das mulheres do bairro *Restinga*, duas têm o segundo grau completo e uma o está cursando, em fase de estágio. Aqui também foi incluída a entrevista da jornalista que coordenou o projeto *Reaprendendo a Comunicar - a voz das mulheres negras do gueto pra fora*, que tem curso superior completo. A inclusão das mulheres com curso superior completo deve-se ao fato de se tomar como critério a variação da elaboração de pensamento para todos

os níveis de instrução formal, presentes no aprendizado das entrevistadas, percebendo-se nelas diferentes saberes e formas de concepção do mundo.

As perguntas orientadoras na seleção de dados são:

*1) Como você se informa? 2) O que significa o trabalho na sua vida? 3) Como você repassa o conhecimento que adquire? 4) Como você vê o papel das mulheres representado pela mídia? 5) Como você vê as questões étnicas tratadas pela mídia? 6) E como é a sua relação com a família? 7) As redes informais de comunicação existem?*

Na formulação do DSC em relação à primeira pergunta - *(1) Como você se informa?* Que tem como referência o conceito: *A) Mídiação*, a partir das respostas dadas, têm-se o resultado, que segue. Entre os temas que são referência para as perguntas - três deles - *Mídiação, Mediações e Redes* foram escolhidos como tópicos de sustentação para a configuração de uma textura básica, e caracterizam-se como critérios indicados por esta autora, pois se relacionam ao conjunto das idéias da Comunicação, que perpassam todo o trabalho. De outra forma, o resumo de perguntas efetuado no Discurso do Sujeito Coletivo dos dois grupos de mulheres, contempla em seu sentido geral, as mediações de *gênero, de trabalho, de etnia e de família*, que se analisa em cada conjunto de respostas formuladas, importantes para a realização desta tese.

### **Pesquisa: A mediação das mulheres nas redes informais de comunicação**

**Pergunta: 1) Como você se informa?**

**Categoria: A) mídiação**

*- COOPERUNIÃO*

*Eu vejo televisão e ouço rádio. De manhã o meu filho liga numa rádio que só dá notícia, escuto junto e depois o rádio fica ligado, as notícias vêm direto e eu trabalhando às vezes mudo a estação. A gente assiste o noticiário na televisão, não se compra jornal e nem revista, não se compra pra poupar... Eu gostaria de ler o jornal mas é difícil.*

*Eu gosto muito de ler, muitas coisas eu leio e guardo depois fico pensando por muito tempo. Televisão eu não vejo, a TV tá lá no quarto dos guris. Já o rádio eu ouço, todos os dias eu ouço um programa de notícias, também assisto um programa de notícias do Senado, só de notícias de política.*

*Pela televisão, mais eu vejo a informação. Capacitação, dar chances mais de um cursinho pra aprender...acho que falta darem um cursinho de graça, pras pessoas se profissionalizarem mais.*

*Acesso pela Internet. Não temos assinatura de jornal, olho na Internet, pela televisão, é...Globo às vezes, eu olho o Jornal Nacional. Assisto ao jornal da TV UNISINOS, algumas programações da TV UNISINOS. Eu escuto a rádio União. Escuto rádio...gosto de escutar mais música ambiente quando eu estou em casa...*

*- RESTINGA*

*Leio jornais, revistas, assisto telejornais, acesso a internet e ouço programas noticiosos no rádio.*

*Eu não leio muito. Olho pouco tevê, não gosto muito da novela, não gosto muito das coisas que não são reais, e o rádio, eu escuto, mas é mais na troca de informações, mais na conversa. Eu acho que a minha busca de informação é mais na conversa mesmo, trocando idéias.*

*Eu leio jornal e vejo a televisão. E eu acesso à Internet, vejo notícias, e troco informações no correio eletrônico. E na Internet acho que a informação é superficial. Tenho mais confiança na notícia do jornal. É a linguagem que é diferente. Acho que o registro no papel é bem importante. O rádio me faz desligar dos problemas. Não consigo ver tevê em casa hoje. Vejo os títulos da polícia, da saúde, e da geral nos jornais.*

*Eu gosto mais de noticiário, informação, não gosto de política e nem de assunto de violência. Eu procuro mais informação, na Internet, no rádio, no Jornal, mais que entretenimento. De vez em quando eu vejo o programa do Jó Soares, e agora no final da noite eu vejo todos os noticiários, vou trocando de canais e vendo o que eles dizem. Isso é uma coisa que eu aprendi no projeto, ver as diferentes opiniões na mídia. No meu trabalho eu uso a Internet.*

*A pessoa tem que saber passar a mensagem, tem que saber o que faz sentido para que não se distorça a mensagem. Por exemplo, quem vai escutar não acaba desvirtuando para outro lado. A gente consegue discernir certos diálogos, quando é verídico, ou quando não é. Quando eles querem deixar só na aparência, quando eles querem que tu faça apenas aquilo da aparência, estimular a comprar ou estimular a fazer a mesma coisa que eles estão mostrando, que parece ser bonito, ser legal, e não é bem assim.*

Nos dois grupos, observou-se que as mulheres costumam se informar através dos meios de comunicação de massa, rádio, televisão e jornais. No grupo da *CooperUnião* surge uma única resposta onde aparece o acesso à Internet, de uma das entrevistadas. Essa entrevistada tem computador em casa e a possibilidade de acessar as informações pela

Internet com maior facilidade. As demais teriam a chance de acessar na própria sede da Cooperativa que tem um equipamento instalado, mas não houve nenhuma procura por formação da parte delas, ou que tenha sido oferecida pela coordenação da Escola Oito de Março.

No caso do grupo das mulheres do bairro Restinga, elas tiveram, como uma das oficinas oferecidas no projeto *Reaprendendo a Comunicar*, a de Informática. Ali receberam noções básicas e realizaram exercícios. Este fato as incentivou a continuarem a mexer em computadores e a entrarem na Rede Mundial, como é o caso de três delas, que têm acesso em seus locais de trabalho. A jornalista tem acesso também em casa e considera a ferramenta importante no exercício de sua profissão.

Há uma resposta relacionada à confiabilidade dos meios de comunicação - a que se refere ao *registro no papel* como algo importante. Chama a atenção a resposta, por ser esta entrevistada, uma jovem de 20 anos, que tem acesso à Internet e facilidade em se comunicar. Ela considera que a informação transmitida pela Internet não é totalmente confiável e no seu aprendizado cultural está implícito que o registro dos jornais é mais seguro.

Uma resposta diferenciada, entre as mulheres da Restinga, é a que trata da construção do processo de comunicação diretamente, na forma como ela absorveu a informação na *oficina* de leitura crítica da mídia. Neste caso, a resposta aparece com uma construção 'por dentro' do que se processa nos meios de comunicação, e a compreensão da entrevistada para este fazer específico, que é do domínio dos profissionais e não do conjunto dos sujeitos produtores e consumidores de comunicação, da sociedade, enfim. Esta é uma afirmação pela qual se verifica, que a partir de um tipo de formação diferenciado, o público pode entender melhor como a comunicação é trabalhada nos meios de comunicação e de que forma ela é usada.

Vale o destaque para a resposta, no grupo da *CooperUnião*, em que aparece que a compra dos jornais encarece a vida, tornando as despesas mais pesadas. Neste caso, a entrevistada relatou que a família já possuiu uma assinatura de um jornal local, o que não foi possível manter. De qualquer maneira manifestou interesse, se tivesse condições econômicas para a compra diária de um exemplar. Esta situação também está relacionada ao tema *Trabalho*, analisado adiante.

Também no conjunto das idéias apresentadas pelas entrevistadas, na formulação de um DSC dos dois grupos de mulheres sobre *midiatização*, pode-se destacar que uma delas valoriza a conversa com outras pessoas, para obter informação. Esta referência ao processo da



troca informal das informações, entre as pessoas, e principalmente entre as mulheres, indica a existência de um dos elementos fundantes das *redes informais de comunicação* que perpassa o discurso delas, e está contido no sentido mais amplo da pergunta inicial.

Ao falar da importância da confiabilidade na mídia, uma das entrevistadas, moradora do bairro *Restinga*, relatou um fato significativo, que fez com que ela e sua família intensificassem mais ainda sua crítica ao uso dos meios: em 2006, uma sobrinha sua, de 13 anos, foi morta, ao intermediar informações entre duas *gangs* que disputavam o comércio de drogas no bairro. Segundo ela, a família obteve várias informações através do que foi divulgado pelos meios de comunicação, sem que os próprios parentes localizassem a origem das informações. Nem a polícia tinha registro daquilo que havia sido divulgado. E, no entanto, foram revelados detalhes importantes da participação da jovem nas *gangs* e seu envolvimento com o tráfico de drogas, que ninguém da família conhecia.

Os familiares continuaram sem esclarecimentos, na tentativa de localizar os mandantes da morte, pois ninguém indicou elementos para que pudessem ir ao encontro do que entendiam como verdade. Nesse sentido, o que ficou expresso na fala da entrevistada é que, em casos específicos como este, por exemplo, o meio de comunicação utilizou recursos que colocaram em dúvida o valor das informações, propondo uma versão que não tinha amparo em dados, nem da família, e nem da polícia. Para a entrevistada, pessoas da comunidade que poderiam ajudar a esclarecer alguns detalhes, se omitiram, o que possivelmente contribuiu para a reprodução de falsas informações, julgadas assim, pela família da jovem.

A situação vivenciada pela entrevistada a fez buscar conhecimentos na literatura contemporânea brasileira, em dois livros de autoria do jornalista-escritor Caco Barcelos - *Rota 66* e *Abusado*. Com isso localizou situações semelhantes às suas vivências, registradas pelo autor, e verificou como acontecem, também, as táticas adotadas para proteção da própria comunidade. Mesmo que, para ela, o assunto possa instigar um repórter a aprofundar suas investigações, muitas vezes, isso não se concretiza, por interesse da própria empresa de comunicação que controla o uso do meio. De outra forma, entende que esse tipo de situação explicita o que não interessa ao público, e se a informação é passada equivocadamente, pela mídia, a sua reprodução vai acontecer assim, de um vizinho para o outro, equivocadamente. Essa é uma dívida que a mídia tem com o público, comentou a entrevistada.

A formulação de saberes, a partir de um comentário como o que apresenta a entrevistada, mesmo estando fora do DSC constituído com as respostas apresentadas à pergunta inicial, representa um tipo de vivência real, presente no cotidiano de diferentes

mulheres moradoras de localidades periféricas em Porto Alegre e em outras cidades do mundo.

A partir das respostas apresentadas e das relações expressas pelas entrevistadas verifica-se que há uma base cultural midiática inserida em seu cotidiano, assimilada ao longo de sua formação, embora existam, implicitamente, níveis de confiabilidade para os meios de comunicação, diferenciados entre as mulheres. Embora apareça a condição de algumas de não gostarem de ver televisão, nenhuma delas fica sem se informar, por que todas têm acesso ao rádio, que é, para elas, o meio de proximidade com o mundo que também oferece entretenimento, como a música. Ao verem televisão, buscam na maioria, a informação. Poucas dizem que vêm novelas e realizam tarefas domésticas, como preparar as refeições ou passar roupas, ao mesmo tempo em que estão atentas para a programação. Por isso, o enredo da novela é comentado no ambiente de trabalho como um elo na troca de informações. E, mesmo assim, ao comentarem os conteúdos dos capítulos exibidos na televisão, a maioria delas não concorda com os processos simbólicos de representação, por não corresponderem à primeira realidade vivenciada nas comunidades.

Há que se pensar, no entanto, sobre a forma como as mulheres estabelecem esse vínculo com os meios de comunicação - ao processarem as informações transmitidas pela televisão, através de imagens e sons, o que é lúdico deixa de sê-lo, para tornar-se algo evidente para elas, quando se reproduz ficcionalmente, no caso das novelas. A concretude mostrada na transmissão jornalística dos fatos, vistos pela imagem e as notícias dos acontecimentos no mundo (e isso as interessa), reforçam aqueles elementos presentes em suas realidades vividas intensamente no dia-a-dia, mesmo que já realizem suas críticas sobre os modos de transmissão e fazer dessas notícias. Assim, o que é reproduzido ficcionalmente é tratado dessa forma, também, mais concreta, apesar da referência lúdica, ali embutida. O que nos faz refletir, que para elas, o uso do rádio as transporta, então, para algo aparentemente maior, na construção de um imaginário, sutil, sem imagens que representam a concretude da realidade, pois esse meio só trabalha com a sonoridade, e pode estar em qualquer lugar, inclusive no ambiente de trabalho.

Neste contexto, verifica-se já a percepção das mulheres para a elaboração de idéias críticas sobre o fazer comunicacional e os usos dos meios de comunicação de massa, ao longo dos anos, principalmente em Porto Alegre e municípios da sua região metropolitana.

A institucionalização da informação sob o foco regional, com o destaque para um grupo empresarial que imprime seus modos e táticas de informar, de certa forma impõe um

padrão já conhecido do público na transmissão das informações. Através da vinculação desse grupo empresarial de comunicação a uma grande rede nacional de televisão, com programação que está da maioria da população brasileira, e especialmente presente na casa de todas as mulheres entrevistadas, todos os dias, por canal aberto, o público recebe a informação massificada que muitas vezes nem contempla a localidade, mas generaliza questões para um macro-espço nacional e internacional.

Neste caso, o monopólio da comunicação centralizado na capital gaúcha, determina que outros meios locais, de menor porte, como os próprios jornais que circulam nos municípios da região metropolitana, se institucionalizem de forma semelhante, disputando espaços com os meios de maior circulação estadual e nacional, embora representem aquelas populações estabelecidas nos micro-espços das vilas, bairros e comunidades. Se de um lado há essa percepção expressa nas entrevistas, de outro, elas compreendem também que precisam saber o que está acontecendo no mundo, como uma forma de se manterem informadas.

Para as mulheres do bairro *Restinga*, foi marcante a produção do programa de rádio premiado nacionalmente, pela Fundação Cultural Palmares. Com a orientação da jornalista Isabel Clavelin, elas pensaram toda a produção do documentário radiofônico, que se referiu aos principais grupos que discutem a condição de discriminação das mulheres negras, no país. Elaboraram a pauta principal, pensaram em quem elas entrevistariam, como fariam as entrevistas - localizando o que pretendiam informar - fecharam os contatos via telefone, produziram o roteiro e organizaram o texto (ANEXO 9) com o auxílio da jornalista, e foram para a gravação final, no estúdio de gravações da Rádio da Universidade do Rio Grande do Sul, que as apoiou. Sentiram a emoção de fazer a entrevista por telefone, gravando no estúdio juntamente com a locução e depois editaram as partes que mais interessavam para a construção do programa. Perceberam também a responsabilidade que se deve ter ao passar uma informação. Isso foi expresso por uma das entrevistadas, que diz sentir-se uma estrela ao ter gravado o programa. O fortalecimento de sua auto-estima foi renovado quando soube que tinham sido premiadas, e uma delas deveria ir a Brasília para receber o prêmio, o que efetivamente aconteceu.

Vale lembrar que para chegarem a este momento, elas tiveram a oportunidade anterior de visitar alguns meios de comunicação, conversarem bastante sobre as questões críticas apresentadas pela mídia, que elas viam no seu cotidiano, e receberam informações sobre a produção técnica de programas de rádio. A proposta era de assumirem um espaço na rádio

comunitária do bairro Restinga, prevista no projeto elaborado pela jornalista, o que não se efetivou porque a emissora comunitária foi fechada.

Nas respostas apresentadas, cada uma se referiu ao projeto como um aprendizado significativo em suas vidas, para que possam prestar mais atenção nos usos dos meios e entendam melhor os processos comunicacionais. E, ao ouvirem o que foi finalizado, constataram a diferença de estarem acompanhando como ouvintes e como produtoras, repórteres, editoras. Essa relação estabelecida com a produção radiofônica as fez crescer como comunicadoras populares e como cidadãs, possibilitando experimentar suas potencialidades, rompendo com o medo de falar publicamente. De outra forma, assim como são ouvintes e aproveitam a programação radiofônica para a construção de um conhecimento muito mais imaginativo do que o promovido pela televisão, puderam exercitar a produção, tornando factível um mundo que, até então, estava distante de suas realidades.

As mulheres da *CooperUnião* informaram sobre a oportunidade de contribuir na produção de um *folder* de divulgação da cooperativa, coordenada pela Escola 8 de Março, no qual aparecem suas fotos, como trabalhadoras, o que oportunizou algumas discussões sobre os usos dos meios de comunicação e o sentido que o tema tem no dia-a-dia delas, já que o assunto era de interesse desta pesquisadora.

A questão da confiabilidade na mídia tangencia questionamentos feitos na pesquisa, como algumas informações recebidas pelas mulheres entrevistadas, que se referem ao tópico (B) *Trabalho*, vinculado à pergunta (2) *Qual o sentido do trabalho na sua vida?* Que será tratada a seguir no Discurso do Sujeito Coletivo:

**Pesquisa: A mediação das mulheres nas redes informais de comunicação**

**Pergunta: 2) O que significa o trabalho na sua vida?**

**Categoria: B) Trabalho**

*- COOPERUNIÃO*

*Agora é cada vez mais importante o dinheiro, sempre foi bem contadinho para conseguir pagar as contas em dia. Comecei a trabalhar muito novinha, comecei com 13 anos, passando cola, lavando sapato, serviços gerais eu fiz de tudo, em varias empresas, empresas grandes com carteira assinada.*

*Eu comecei trabalhando com 13 anos, saí dali pra casar, aí fiquei um tempo parada, voltei, vim embora de Porto Alegre, vim pra Novo Hamburgo em 1994 pra trabalhar no calçado de novo pra sustentar meus filhos. Nas empresas tu tens todos os direitos, já na cooperativa não. Quando vim de volta pra NH vim sem nada, ta certo que alguma coisa que tenho aqui foi comprada com o salário do meu último marido, mas a maioria das coisas que tenho foi comprada com o meu trabalho, só pagando prestação, só pagando. Construí e mobiliei a casa trabalhando, o pai deles nunca deu uma pensão, nunca deu um presente, agora eles estão adquirindo as coisas deles também com o salário, agora compraram um celular.*

*Na fábrica tu cumpre horário, tu faz as coisas, ou tu faz bem ou tu faz mal, quando chega no dia da tua quinzena tu tem o teu salário garantido. Eu tava acostumada na fábrica, que eu só cumpria aquilo ali, eu ia pra máquina, costurava, desligava a máquina e ia embora.*

*Tem que participar. Eu me enxergo como uma trabalhadora, estão valorizando mais a mulher, antigamente era só o homem que trabalhava, hoje em dia, a mulher é governadora, presidente.*

*Eu trabalhei 15 anos na fábrica. Eu acho que o trabalho é fundamental no ser humano, o problema é a exploração que se tem no trabalho. Na mão-de-obra, o problema é as pessoas passarem oito horas na fábrica, de cabeça baixa, fazendo uma operação só e ganhando uma miséria, chegam cansadas, e eu sei, trabalhando na fábrica o quê que é, tu chegar cansada e o teu filho querer atenção, e tu ser bruta com ele. O problema é que o que a mãe faz numa fábrica é sempre muito fragmentado.*

**- RESTINGA**

*Hoje, eu estou bem feliz, porque já sou técnica em enfermagem, terminei o curso, agora eu posso batalhar pra conseguir, em hospitais, a partir de agora eu conseguindo na área da saúde, o quê que eu quero? Eu quero me juntar com a minha família, alugar uma casa pra morar todo mundo junto, a prioridade é ajudar eles financeiramente.*

*Eu comecei a trabalhar com 16 anos, eu vejo hoje o trabalho como uma necessidade, se eu pudesse não trabalharia fora de casa. E faria meus artesanatos, cuidaria do meu marido, dos meus filhos, mas é uma necessidade que a gente saia. E através do trabalho tu tens que ter uma estrutura de vida, através do teu trabalho tu vais montar a tua casa, mobiliar, vais ter condições de ter uma cultura melhor, porque vais ter contatos com outras pessoas. Através do teu trabalho teus filhos vão ter estudo.*

*Eu acho que o trabalho pra mim é a base de tudo. Sem o trabalho tu não come, tu não é respeitado, não paga as contas. É a base de tudo pra mim. Eu me vejo fazendo o que eu gosto com dedicação, com vontade, que deveria ser para todos assim, fazerem o que se sentem bem, que é onde a gente encontra alguma força para enfrentar qualquer dificuldade. Eu estou estudando o curso de Técnico de Enfermagem, ele representa uma coisa muito importante, não pelo*

*fato de ser uma técnica, mas pelo fato de eu fazer, tratar alguém, num hospital.*

*Além de ser uma forma para tirar meu sustento, é uma atividade importante porque me faz sentir útil. Também tenho a sorte de trabalhar com o que escolhi, o jornalismo.*

Na construção do DSC sobre o *Trabalho* fica evidente a necessidade de geração de renda por todas. Do grupo da *CooperUnião* três delas são casadas, morando com o marido e os filhos, e duas são separadas. Nessa última condição, uma delas deixou um dos três filhos no interior, com o pai dele, e permanece com os outros dois em sua companhia. A outra, tem filhos adultos, casados, moradores em casas separadas da sua, e dois filhos menores de 15 anos, que estão com ela. No caso das mulheres cooperadas, o tema da remuneração fixa, com carteira do trabalho assinada, parece ser muito forte. Como se constata nas respostas do DSC e em outras, a preocupação delas em receber salário compatível com o trabalho, e ter ‘preservados’ os direitos trabalhistas não passa sem uma referência.

Como já foi comentado anteriormente, a *CooperUnião* foi criada pela Escola 8 de Março, com um grupo de moradoras do bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo, que executavam tarefas de produção de calçados em casa, e foram convidadas a participar da estruturação da cooperativa.

À Escola, cabia a formação das mulheres para as questões relacionadas à gestão dos negócios e à colocação dos produtos confeccionados por elas no mercado local. A busca de mais conhecimento, com ganhos justos e remuneração suficiente para o seu sustento e o de sua família, além do cuidado na manutenção da sede da cooperativa, seriam aspectos resultantes do aprendizado coletivo e individual, algumas vezes comentados pela coordenadora do grupo.

A formação para uma visão cooperativada, solidária, esteve presente na estruturação do processo, inicialmente, e se faz presente permanentemente, também na busca de verbas - como foi o caso do projeto encaminhado a Petrobras, que permitiu a compra do terreno e das máquinas, além da construção da sede. Para os coordenadores da Escola, no entanto, o objetivo principal é que as mulheres assumam, efetivamente, o processo, e entendam como ele funciona, inclusive na divisão dos ganhos e despesas. O que parece que não foi entendido pelas entrevistadas, com exceção de uma, daquele primeiro grupo, que continua trabalhando. Há, em alguns comentários, a referência ‘*ao que a Escola queria que fizessem*’, como se elas continuassem vinculadas e na dependência das definições dadas pela coordenação geral, inclusive com a presença diária de uma pessoa indicada para acompanhar o andamento do

processo. Neste caso específico, ressalte-se a preocupação do fortalecimento do grupo, do entrosamento e da busca de oportunidades para sua melhoria de condições de vida, sempre expressa nas reuniões e conversas durante o período da pesquisa.

Nas respostas sobre a importância do trabalho em suas vidas todas as mulheres manifestaram o reforço da dignidade e da auto-estima, valorizando sua contribuição nas finanças da família e como se organizaram para manter os filhos, orientá-los e formá-los cidadãos para um futuro melhor. Uma das entrevistadas da Cooperativa destacou a dificuldade em criar os sete filhos, separada do marido, buscando ganhar o suficiente para sua manutenção e resolvendo o problema de moradia. A fórmula que a ajudou, emocionalmente, foi participar da Igreja Evangélica, alternativa encontrada para proteger os filhos do uso de drogas. Outro recurso foi acompanhar pela televisão programas que esclarecessem mais sobre o uso de drogas, o que aconteceu conforme a entrevistada, num momento em que reuniu os filhos para verem um especial sobre o tema, que serviu para aprimorar seus conhecimentos e o de sua família.

Uma entrevistada que participou da cooperativa manifestou sua satisfação em ter sido componente do grupo, com entusiasmo e alegria, dizendo-se ter crescido durante os 8 meses que participou do processo. Não só aplicou os conhecimentos adquiridos durante o período em que esteve trabalhando em fábricas de calçados, mas também aprendeu muita coisa que não sabia. Essa entrevistada, de origem alemã, mãe e casada, tímida na sua maneira de ser, manifestou publicamente em uma conversa na cooperativa, na presença desta pesquisadora, o desejo de continuar estudando, pois havia interrompido seus estudos na quarta série do ensino fundamental, e gostaria de seguir para compreender melhor e ajudar seus filhos, agora, estudantes.

O tipo de manifestação gerou entre as companheiras da cooperativa outras expectativas, ao se perceberem potencialmente em condições de aprimorar seus conhecimentos fora do ambiente de trabalho, o que já vinha sendo tratado pela Escola 8 de Março. No entanto, mesmo havendo um movimento no sentido de se aproximar as cooperativadas de um programa continuado de educação de adultos, não houve suficiente organização para formação de uma turma, naquele momento, que funcionasse na própria sede da cooperativa. Mas, a entrevistada permanece com o desejo de continuar seus estudos e fazê-lo acompanhando o filho mais velho, como afirmou. Para esta mulher, a busca de mais estudos lhe proporcionará outras possibilidades de melhoria de condições de vida. Hoje mora com a família, em casa própria, contribuindo na realização das tarefas domésticas, o que para

ela é rotineiro e cansativo. Se sente deprimida sem trabalho remunerado formal, e considera que sua contribuição é bastante limitada.

Em mais de uma entrevista, com as mulheres da *CooperUnião*, foi citada a situação de uma cooperada, uma das fundadoras, que já tinha quatro filhos, engravidou de um quinto, é semi-alfabetizada e vive em situação mais precária que as demais. Ela permaneceu no grupo desde o seu início até agosto de 2006, acreditando na proposta apresentada. Esta mulher se destacava, não só pelas dificuldades apresentadas, mas pela persistência em querer aprender algo melhor para si e sua família. Neste caso, a referência à ela, por suas colegas, ao contrário de ser uma *'fofoca'* parece mais um exemplo de alguém que resistia em muitos momentos em mudar de opinião, não compreendia bem o que o grupo estava discutindo sobre os modos de realizar uma tarefa, o que causava uma certa indignação pelo seu grau de limitação para que as atividades operacionais fossem de melhor qualidade.

Uma das entrevistadas fez uma alusão ao que aquela colega disse, certa vez, à outra colega: *ah, eu não vou aprender mais, porque daí vocês vão me cobrar mais. Se eu aprender, vou ter que fazer. Não me dêem duas coisas pra fazer porque eu não consigo.* Para sua colega que relatou o fato, antes de conhecê-la melhor, as componentes do grupo tinha dificuldades também em aceitá-la, mas depois entenderam que era um limite daquela mulher. No entendimento de suas companheiras, a falta de concentração daquela cooperada no seu aprendizado, causava um descompasso para que a produção fosse mais bem qualificada e em alguns momentos tiveram que refazer o que foi contratado. A situação foi tratada com um relativo descuido por quem coordenava o trabalho, embora houvesse solidariedade entre as mulheres para compreenderem o que acontecia com a sua colega.

Entre outras situações que geraram conflitos, vivenciadas por elas no ambiente de trabalho, ocorreu o fato de receberem uma nova colega, homossexual, o que provocou uma série de conversas internas, não explícitas no grupo. O tema não foi tratado claramente e causou constrangimento a algumas mulheres em determinados momentos, ficando elas com o detalhe da forma como a colega se impunha através de certa autoridade, entre as demais, o que, segundo as entrevistadas, foi o que causou sua saída.

Três mulheres do grupo do bairro Restinga exercitam tarefas hoje, em ambientes de trabalho formal, utilizando como uma de suas ferramentas, a Internet. Uma delas presta serviços num *cibercafé*, num *shopping* de Porto Alegre, onde sua função de atendimento ao público lhe oportuniza a convivência, trocando informações com as pessoas que freqüentam aquele espaço e o acesso a computadores. Ela destacou na entrevista a importância dessa



atividade para desempenhar bem suas funções e poder entender as diferentes situações vivenciadas pelas pessoas, já que há sempre um contato, um diferencial, para encaminhar bem uma conversa.

Uma outra entrevistada desse grupo manifestou a importância de ter recebido noções básicas e depois ter aprimorado seus conhecimentos em informática, para desempenhar suas tarefas no setor de Planejamento e Controle de Produtos, numa empresa de confecção de roupas, também em Porto Alegre. O uso de computadores faz parte de sua rotina de trabalho, assim como o telefone e outros contatos, como o envio de correspondências a outros lugares. Para esta mulher, a comunicação é fator fundamental no desempenho de suas tarefas, pois precisa sempre estar em contato com alguém para checar a produção, observar detalhes de compras, e operacionalizar melhor os serviços, de acordo com a necessidade. A entrevistada não se sente constrangida em conversar com seus colegas, exatamente pela tarefa que exerce.

Os instrumentos básicos como equipamentos, a disponibilidade de jornais e revistas, e o acesso ao rádio, à televisão e à Internet no ambiente de trabalho, já estão inseridos na rotina da jornalista que também foi entrevistada. Para ela, hoje fica difícil desempenhar qualquer tarefa de assessoria, por exemplo, se não tiver contato com as principais informações que circulam no mundo, diariamente. Uma das questões que mais destacou na entrevista, é que ao preparar o projeto *Reaprendendo a Comunicar*, para as mulheres negras do grupo do bairro Restinga, pensou em fomentar o espírito crítico sobre a condição da negritude e da pobreza, além das questões relacionadas ao ser feminino, como o trabalho, representadas na mídia, procurando estimulá-las a obterem a oportunidade do acesso aos meios de comunicação.

A busca de uma remuneração justa para as mulheres trabalhadoras acompanhadas na pesquisa, e para as entrevistadas, é fator fundamental no processo de construção delas, como cidadãs. Há uma relação direta entre a condição econômica, de sobrevivência, em que elas possam ter fonte de renda para adquirir comida e outros bens básicos e a energia despendida no trabalho fora de casa, ao se considerarem provedoras principais para manter a família. Para algumas delas, mesmo constituindo núcleos em que possam contar com a presença dos maridos ou companheiros para sustentar o orçamento doméstico são evidentes os desejos de resolverem melhor a sua condição de trabalho para terem mais participação nas finanças da família.

Na construção do DSC que vem na seqüência sobre o conceito de (C) *Mediações*, com a pergunta (3) *Como você repassa o conhecimento que adquire?* Já se observam algumas relações com um outro conceito anterior, sobre (A) *Mediatização*.

**Pesquisa: A mediação das mulheres nas redes informais de comunicação**

**Pergunta: 3) Como você repassa o conhecimento que adquire?**

**Conceito: C) Mediações**

*- COOPERUNIÃO*

*Converso mais com a vizinha daqui do lado, mesmo ela trabalhando fora, a gente consegue trocar uma informação, sempre a gente conversa. Que antigamente eu não conversava quase, era muito fechada, no meu cantinho, e era do jeito como minha mãe me criou, do jeito que tu pensa sobre o que os outros vão pensar, muito preocupada com que os outros poderiam pensar sobre o que falei. Sem falar muito, porque eu poderia falar coisas e os outros iriam pensar sobre isso. Hoje já não sou assim, vivo cada dia. Hoje eu estou vivendo sem pensar no que aconteceu ontem, e eu vou aprendendo no dia-a-dia e fazendo as coisas que dá pra fazer e tocando a vida.*

*A cooperativa era diferente de uma firma onde tinha chefe, ali ninguém mandava, surgia um assunto na minha mesa todo mundo comentava, o tom de voz era alto. Às vezes uma pessoa tinha constrangimento e isso passava para as outras, não de mal, mas acontecia, as outras queriam ajudar, por exemplo assim, ali todas ganhavam pouco, alguém comentava que ficou sem dinheiro pra comprar o leite outra se propunha a ceder um litro pra ela nesse momento. Outro dia aconteceu que a colega, que tinha um filho mais novo terrível, e ela foi chamada na escola a professora mandou o menino embora da aula pra ele organizar a cabeça, ela ficava nervosa e nós dizia pra ela ficar calma, ela passou a ir na igreja, nós dizia "coloca na mão de Deus ele é criança isso vai passar". Tem outra coisa, a gente tem que ver os defeitos dos filhos da gente pode ser bem de cantinho pra os vizinhos não ver, ela tinha uma mania de acobertar se alguém gritava com o filho dela ela brigava por eles, e a gente dizia, não é assim fulana tem que chamar a atenção dele senão ele não muda. Essa situação vinha bastante, e ela sempre foi uma pessoa que segurou muito aquilo ali, eu fiquei sentida dela sair e não ganhar nada nenhuma indenização.*

*O certo seria cada vez ir alguém diferente fazer um curso. Cada vez vai uma, mas ninguém queria ir, a gente já teve num grupo grande e onde era oferecido, sempre a gente colocava, vinha o convite e eu fazia uma reunião com elas, e dizia, olha tem uma vaga pra ir fazer um curso em tal lugar, pode ir uma pessoa, tem tantos dias e tal...Não, eu não posso, eu tenho meus filhos. Elas colocavam que fosse eu, e isso é errado porque, acaba que um se sobressai. Então tu avança e os outros ficam pra trás. Aonde cada vez vai uma diferente, tu tem como voltar do curso, sentar e elas vão entender do que tu ta*

*falando. Tu não tem como ir lá toda vez e cada vez tu sabe mais, e cada vez tu cresce mais, e tu chega aqui, num grupo de pessoas que nunca saíram de casa, e como tu passa isso pra elas, não consegue passar...*

*Na fábrica tu tem o chefe, é uma hierarquia. É o dono da fábrica, que reclama pro gerente, o gerente reclama pro chefe, o chefe reclama pro auxiliar de sessão, o auxiliar reclama pro funcionário. E daí, quando é mulher, ela chega em casa e vai descarregar no filho, mas daí quando é o marido vai chegar em casa, vai descarregar na mulher ainda e a mulher vai descarregar no filho. A diferença... lá na fábrica a porta da rua é a serventia da casa, pode ir embora, ou eles te mandam embora ou tu acaba se indignando e saindo, mesmo. Mas normalmente as pessoas ficam, sofrendo humilhações. É muito forte, muito cruel, isso. Muito cruel mesmo...E até essa coisa de desabafar, e tu sente que as mulheres na fábrica desabafam e... Porque essa coisa da mulher sentir, questão de gênero, mesmo, porque quando tu começa a conversar elas percebem que tu fala de outras coisas, elas se abrem muito contigo e se abrem mesmo. Fiquei chocada em perceber se eu conversei assim, com dez mulheres e de dez mulheres, uma me disse que sentia prazer quando tinha relação com o marido dela.*

*- RESTINGA*

*É importante eu estar mais por dentro, me ligar, para conversar com os clientes do cibercafé, onde trabalho. E assim trocando idéias, eu acho que posso aumentar os meus contatos, para arrumar trabalho. Às vezes as pessoas chegam e começam a comentar e a gente tem que estar por dentro, e também na área que eu estou na saúde, eu tenho que estudar e acompanhar tudo. Sim eu tenho que estar bem informada, por isso, gosto da Internet. Se eu fico sem saber algumas coisas, agora, no que estou fazendo, tenho que ir trocando com as pessoas. Claro, que eu converso. Eu começo a conversar e descubro sobre a vida das pessoas. As pessoas muitas vezes têm vontade de se abrir, conversar, trocar, sobre qualquer assunto. Para eu chegar numa entrevista é bom eu saber de tudo um pouco. Eu passo pra minha mãe, que não tem muito acesso, interesse, a minha irmã, eu falo com elas. A gente troca bastante informação, vai puxando um assunto e vai formando as idéias. E assim a gente também vai fazendo amigos. E eu acho que tenho necessidade de saber mais, era muito fechada, e agora ando buscando mais informações, e vou adiante. Eu comecei a falar com uma pessoa que foi comentando coisas sobre a vida, e eu vou em casa e comento com a mãe, e tento puxar pontos comuns para aproximar as pessoas.*

*Eu achei muito bom (ter ido falar aos estudantes na Unisinos) porque fui falar do que eu fazia, mostrar pra eles um lado que eles não conheciam, e ouvem falar na situação de outras pessoas e não conhecem pela mídia, o rádio e a tv não mostram a realidade da gente. Falar sobre a minha condição de mulher negra, eu fiquei com pena das*

*minhas colegas não terem ido junto e acho que eles teriam tido mais aproveitamento se as colegas tivessem contribuído, nessa visita. E eu acho que o trabalho sempre deve ser conjunto - quando se faz um serviço doméstico é assim, que a gente age. No ambiente de trabalho, há uma comunicação além da função de trabalho. Eu tenho que estar em contato com todos os setores, os colegas, porque eu faço o trabalho do almoxarifado, da expedição e do controle. Acho que tem que ter uma ordem, não há privação de conversas, meu trabalho no computador exige que eu converse. Há comentários gerais sobre outros assuntos, mas temos que ter um limite. Agora começou o Big Brother Brasil e a gente comenta. Mas quando há um som mais alterado do rádio, do ambiente entre os colegas, a gente pede para baixarem o volume. Sempre tem alguns conflitos, mas a gente procura se dar bem, já tem um ano e seis meses que estou nesta empresa.*

*Ao dar entrevistas, e fazer a produção do programa (de rádio que foi premiado) eu me senti uma estrela, uma pessoa muito importante, que isso era bem desconhecido pra mim. Tive a oportunidade de poder participar, aprender mais, de poder somar coisas boas, eu achei que foi bem legal, bem bacana. E a gente estava interagindo e cada oficina que a gente fazia do projeto era diferente, às vezes a gente ia ao Museu, outra vez a um meio de comunicação e tudo foi bem produtivo.*

*E no projeto, quando eu fiz, eu pensei em trabalhar uma série de questões, de trabalhar a questão de gênero e raça, de trabalhar a questão de direitos sexuais e reprodutivos, de trabalhar a questão de direitos humanos, o trabalho, o movimento anti-homofóbico, então, eu pensei em trabalhar essas questões, porque ao fazer comunicação numa comunidade elas estariam envolvidas com uma série de pessoas que têm essas características..Isso era muito importante, de exercitar um olhar comunicação, melhor do que um olhar comunicação, um fazer comunicação, mas que fosse mais aberto, que se pudesse pelo menos...*

No Discurso do Sujeito Coletivo das mulheres da *CooperUnião*, vale o destaque para a entrevistada que expressa claramente sua mudança de atitude ao conviver com o grupo de colegas. Esse fato a ajudou a conversar com outras pessoas, sendo que na sua relação de vizinhança estabelece parceria com a vizinha do lado de sua casa. Da mesma forma como expressou que não gostaria que seus filhos tivessem a mesma sensação sua, de criança, que não conseguia dizer o que queria...e chorava. Isso ela não quer para os seus filhos, e os estimula a expressarem sempre a opinião, quando for necessário.

Também no grupo das cooperadas aparece novamente a noção de solidariedade entre as participantes do grupo, quando uma delas apresentava uma certa dificuldade com sua famí-

lia. Fosse para a compra de algum alimento ou para que trocassem opiniões sobre a forma de orientarem seus filhos na escola, principalmente.

Uma outra entrevistada refere-se à maneira como o grupo da Cooperativa reagia quando lhes era oferecida a oportunidade de freqüentarem um curso, uma formação fora da sede de seu trabalho. A maioria não se colocava à disposição para esse tipo de aprendizado, e resistia colocando algum tipo de argumento que envolvesse o seu cuidado com a família. E a responsabilidade caía sobre a entrevistada, que demonstrava interesse e, na medida em que foi entendendo o processo de formação da Escola 8 de Março, sempre se colocava disponível. Para ela, haveria necessidade de trocas, no sentido de que todas pudessem aproveitar a chance de trazerem novas informações para o grupo. O que lhes proporcionaria, igualmente, novas maneiras de ver o próprio processo da cooperativa como um meio de gerar renda, mais produtivo para todas.

Uma outra colocação feita por uma entrevistada da *CooperUnião* foi com relação à diferença de ambiente entre a fábrica e a cooperativa. Na fábrica a hierarquia de chefias não permitia a conversa entre as mulheres trabalhadoras - somente o essencial para que entendessem melhor a tarefa que realizavam. Inclusive com restrições em relação às idas ao banheiro, ou no caso de apresentarem uma situação especial, como por exemplo, no período menstrual, em que precisavam se afastar para tomar um remédio, etc. Na cooperativa podiam conversar sobre qualquer assunto, na medida em que não dispersassem de suas tarefas. Mas não havia restrição, porque cada uma sabia o que tinha que produzir. Uma outra entrevistada da Cooperativa, no entanto, chegou a comentar que o *melhor mesmo é não ter conversa variada, porque senão o trabalho não sai bem feito*, também aludindo às possibilidades de não atingirem as metas de produção necessárias para seus ganhos.

No caso das mulheres do grupo do bairro *Restinga* a conversa e as formas de passarem a informação recebida já fazia parte da sua rotina, principalmente por serem *Multiplicadoras de Saúde*, no projeto da ACMUN. No caso delas, o problema era a falta de comunicação, de pessoa do projeto que não repassasse a elas as devidas informações sobre método de prevenção mais adequado à gravidez ou a algum tipo de doença sexualmente transmissível. Essa foi uma dificuldade apresentada, quando se falou com a entrevistada sobre aquele trabalho cuja base era a comunicação. A partir da compreensão que elas tiveram com o projeto da jornalista, *Reaprendendo a Comunicar*, começaram a 'cobrar' mais de suas coordenadoras para que pudessem tirar todas as dúvidas do público morador da Restinga, que recebia as informações.

Foi marcante para uma das entrevistadas, vinculada ao projeto de Comunicação Comunitária, sua ida à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, falar aos estudantes de Jornalismo. Mesmo já tendo sido referido, o fato aparece em sua resposta como algo que a fez sentir-se importante, colocando suas idéias sobre a condição de ser uma mulher negra, trabalhadora, que falava de uma realidade diferenciada daquela da maioria dos estudantes universitários presentes. Ela sentiu-se estimulada a estudar e a pensar em se organizar para tentar chegar na universidade. Percebeu, de acordo com o que expressou, a *grandiosidade* do ambiente universitário, de possibilidades de ofertas de novos conhecimentos para a melhoria da sua condição de vida.

Um outro aspecto reforçado por duas entrevistadas do grupo do bairro *Restinga* é a condição de se comunicarem em seus ambientes de trabalho, atualmente. Para elas isso é fundamental, já que necessitam das trocas para realizarem suas tarefas. Na expressão de todas ficou o registro de que, sem conversarem com seus filhos, seus familiares e amigos, não conseguem renovar o pensamento, fortalecerem-se como cidadãs e contribuir no desenvolvimento de novas propostas de vida.

Ao se verificar a formulação do DSC do próximo tópico (*D*) *Representação*, com a pergunta (4) *Como você vê o papel das mulheres representado pela mídia?* Observa-se novamente um entrecruzamento com outros conceitos já formulados.

**Pesquisa: A mediação das mulheres nas redes informais de comunicação**

**Pergunta: 4) Como você vê o papel das mulheres representado pela mídia?**

**Conceito: D) Representação**

*- COOPERUNIÃO*

*Às vezes eu tenho inveja delas. Eu queria estar no lugar delas, elas fazem um monte de coisa, que eu estou plantada aqui, eu queria estar fazendo mais coisas fora de casa, e estou em casa, em dez anos, e só fiquei um ano fora, esse da Cooperativa. Tu sabes o que tem fazer em casa, arrumar as camas, lavar roupa, lavar louça, varrer a casa, o pátio, limpar o chão, fazer almoço mas tu não vê o mundo e fica fechada sem inspiração, e no fim tu fica desanimada, e faz porque tens que fazer, faz aquilo por obrigação.*

*Acho que a mulher está bem avançada em relação ao homem, e ganhou bastante espaço nos meios de comunicação. Tem mulheres*

*que têm muita cabeça pra expressar o que pensam, às vezes fazem melhor que os homens acho que não há inferioridade das mulheres. Às vezes elas se expõem demais, se desvalorizam. Mas quando tu vê uma jornalista como a Fátima Bernardes eu acho muito lindo aquilo, no rádio também há mulheres apresentando as notícias, acho isso muito bonito. Há também mulheres fazendo reportagem na rua, fazendo pesquisas ou ensinando na escola isso eu acho legal, porém se expor de forma abusada eu também não gosto.*

*Ah, eu acho que a mulher ainda é muito mostrada como corpo, bunda, peito eu acho muito errado isso. Porque num comercial de cerveja geralmente coloca lá, um corpo lindo, eu não acho muito legal isso, acho que existe outra maneira de mostrar, de vender a cerveja, que não seja através do corpo da mulher. Quase nunca mostram a mulher como uma pessoa normal, ou que trabalha, que é inteligente, mais como corpo, porque daí acaba desvalorizando, acho que por isso há muita diferença ela serve pra algumas coisas, eu acho que ainda existe muito isso. E não se vê a fundo se realmente ela tem ou não, se aposta mais no homem que na mulher.*

*Principalmente na questão de gênero, é um absurdo, uma apelação, uma apelação, que vêm com campanhas, contra gravidez, adolescência, é uma ou outra que aparece, mas tem toda aquela exibição. E tu vê assim, nessas novelas, seis horas da tarde, com cenas obscenas, muitas vezes. A adolescência, passa na novela acho que às oito, parece que aumentaram, porque tem um gurizinho de 15 anos, que inclusive é a primeira transa, a forma como se coloca isso. Sexo pra mim sempre foi tabu, comecei a olhar televisão, eu já tinha 12 anos, a gente nunca teve acesso a nada, né. E pra minha mãe Deus o livre, falar alguma coisa, o fim do mundo...*

*Eu acho que as mulheres agora "tão" mais evoluídas, não é aquela que antigamente ficava em casa, cuidando dos filhos, hoje elas querem sair, trabalhar, dar lucro, ajudar o marido, as crianças, ajudar em toda a despesa da casa...não vou dizer toda, mas em parte.*

- RESTINGA

*Eu acho que a mídia faz assim, quando é coisa boa dos negros eles escondem... Quando é qualquer coisa ruim, eles divulgam tudo e mais. Na questão das quotas, por exemplo, eu achei o ó, por que os próprios negros dizem que são contra. Eu acho que não foi suficientemente falado, e a mídia reforçou o preconceito.*

*Eu acho que as mulheres conquistaram muita coisa, mas na questão da mídia ainda falta muito... tem muito espaço pro homem, o macho, sempre ele vai prevalecer, em tudo, apesar de que a mulher sempre busca mais. Ela é aquela repórter, mas ela busca ser uma editora, uma produtora, ela estuda, se interessa em estudar para melhorar, enquanto o homem faz aquilo ali, mesmo que ele não tenha o conhecimento que ela tem, ele sempre vai prevalecer na frente dela. Eu acho que por mais que ela busque sempre mais, ela não consegue ter aquela igualdade com o homem que ela deveria ter. E tem*

*aquelas coisas, ela conseguiu aquilo ali, “porque no mínimo ela teve que ceder para o chefe”. Ela nunca vai ter conquistado aquele espaço por seus objetivos próprios, por ter estudado, por ter buscado o valor próprio dela, aquele conhecimento que tinha para estar ali... não, as pessoas pensam que ela era parente de alguém, ou teve que ceder para alguém, para conquistar aquele espaço. E o homem tem uma cabeça pequena e tenta convencer seu filho, a sua filha, a se limitarem. E acho que deveria ter mais esclarecimentos e mais mulheres trabalhando na mídia. Fora da mídia, no dia-a-dia a gente vai numa empresa e vê que tem mulheres e os papéis delas sempre é abaixo dos homens. E a gente vê que tem preconceito, e sempre vai ter... o salário, infelizmente é menor do que os homens... espero que mude com as novas gerações...*

*Acho que ela é vista como um material, como tem sido sempre na televisão ou no rádio. Que infelizmente ela é bonita, se sabe dançar um samba, se tem bumbum grande, os peitos grandes, porque outra coisa em matéria de intelectualidade é muito pouco. Acho que a que mais se destaca é a Glória Maria, que está todo o domingo no vídeo. As mulheres, quando não comparadas ao estilo masculino de ser (produtiva/competitiva), são representadas como objeto ou de forma fútil. Somos dissociadas de sentimentos, desejos, frustrações e qualquer coerência com uma mulher de verdade. Somos sempre idealizadas, bestializadas. Nós, mulheres negras, ficamos sem família, história pela metade, quase sempre vitimizadas. Não que não haja uma opressão, mas temos exemplos de mulheres que são obstinadas, profissionalizadas, sonhadoras, apaixonadas e lutadoras seja numa universidade por respeitabilidade ou na favela, pela sobrevivência. Atrizes, cantoras e personalidades, por vezes, são tratadas como imbecis. Quando a mulher não se impõe ou já tem uma trajetória consolidada, é ridicularizada, infantilizada ou vem à tona somente o seu lado sensual, como se não tivesse uma percepção do que acontece no mundo.*

O DSC sobre a *representação* das mulheres na mídia apresenta algumas respostas, que chamam a atenção de quem lê, pela possibilidade de alternativas que possam surgir. A primeira delas é aquela que a entrevistada diz-se com *inveja* das mulheres que ‘aparecem’ na mídia. O fato de estarem realizando um trabalho de visibilidade provoca uma sensação, na entrevistada, de ocupação de um lugar diferente, que para ela, significa sair da rotina, estar entre celebridades e adquirir conhecimento fora do espaço doméstico.

Outra entrevistada admira que as mulheres estejam ocupando espaços que antes eram ocupados mais pelos homens, no trabalho com os meios de comunicação. Valorizam as jornalistas que aparecem com frequência como as apresentadoras, Fátima Bernardes e Glória Maria. Entretanto, a compreensão para a pergunta sobre o uso da imagem feminina na mídia



traz respostas marcantes para duas entrevistadas, que falam do uso da imagem sensual das mulheres em comerciais, principalmente, em que algumas partes do corpo são mais destacadas, como nos de cerveja, por exemplo. Elas consideram esse tipo de anúncio abusivo e intencionalmente produzido ainda com a perspectiva da desvalorização da capacidade feminina em estar representada não só por seus atributos físicos, mas em outros níveis de produção intelectual.

Há também a resposta que aborda os temas tratados nas telenovelas, como a questão da sexualidade juvenil, momento em que a entrevistada relembra seu crescimento sempre controlado pela mãe. Para ela a sexualidade era *'tabu'*, porque, inclusive o tema era abordado na família com preconceitos. O que ela só foi entender depois dos 12 anos, quando começou a ver televisão com mais liberdade.

Percebe-se também, numa das falas das mulheres do bairro *Restinga*, algo que parece inculcado culturalmente sobre a questão do esforço das mulheres em avançarem nas suas conquistas. Mesmo entendendo que as mulheres buscam melhorias e avançam, a entrevistada coloca que ainda assim os homens são mais valorizados, por que é assim culturalmente falando. Ela própria é um exemplo de crescimento, que não se auto-reconhece.

Outro comentário destacado foi feito pela jornalista que considera o saber feminino como um elemento que se equipara às disputas existentes na sociedade, prevalecendo sobre as mulheres, as conquistas masculinas. Na sua opinião, quando as mulheres são representadas na mídia não aparecem como seres normais, trabalhadoras, com família, que lutam por adquirir mais conhecimento, crescem e ajudam a sociedade a crescer. São fortes, no Discurso Coletivo, os referenciais que aparecem mais na mídia, em especial na televisão: os modelos femininos calcados na beleza física, centrados em padrões étnicos europeus, principalmente no Rio Grande do Sul. As mulheres negras comentam da sua representatividade também pela beleza física, mas expressam claramente seu descontentamento em ver na mídia não só mal-representadas mulheres, mas pessoas negras e, aquelas que moram, principalmente, em locais de altos índices de pobreza.

Aspectos da representatividade étnica na mídia são apresentados no Discurso do Sujeito Coletivo sob o conceito *(E) Etnia*, com a pergunta *(5) Como você vê as questões étnicas tratadas pela mídia?* Que se aborda a seguir:

**Pesquisa: A mediação das mulheres nas redes informais de  
comunicação**

**Pergunta: 5) Como você vê as questões étnicas tratadas pela mídia?**

**Conceito: F) Etnia**

*- COOPERUNIÃO*

*Eu acho que são todos seres humanos, e a gente tem que respeitar todo o mundo e se a gente respeita os outros também respeitam a gente. Não me preocupo com isso nem nos meios de comunicação. Eu acho que todas as pessoas são seres humanos, a gente tem que aceitar todo o mundo.*

*Meu último companheiro era negro, não tenho essa característica em mim, pois meu pai era alemão e era tremendamente racista, meu irmão é um pouco, já eu acho que não tem nada a ver, o que interessa é o que a pessoa tem dentro de si. Eu acho lindo, como eu gosto, tu vê aquele neguinho que substitui o Bonner no Jornal Nacional (o Heraldo Pereira), como ele fala bonito. Acho ele e a Glória Maria.*

*Nas novelas, geralmente, a negra é empregada, a negra nunca é a...a dona de casa ou a...acho que mostra nessa última novela (Cobras e Lagartos) que todo o tempo teve o Foguinho, que era, e terminou como pobre. Todo mundo termina bem, e eu acho que isso acontece ainda muito, acho que existe bastante ainda racismo, né. Acho que existe.*

*Sei lá, eu não sigo discriminação, acho que tanto o moreno como o branco têm o mesmo valor...até, em relação a salário, teriam que ser até iguais.*

*A questão do conhecimento, como é importante, porque nós tínhamos muito isso. A minha mãe e o meu pai sonhavam que a gente casasse, o meu pai...a minha irmã casou com um negro e o meu pai não aceitou. Essa coisa de casar com branco, essa coisa do alemão, dessa região, que a gente vem morar nessa região, né, coincidentemente, não digo que eu casei com um descendente de alemão, eu casei com o Maurício, que por um acaso, casei com um ser humano, porque tem muito essa coisa da pessoa ser...clara, escura, ser descendente disso ou daquilo, né, tem muito isso, mas nossa família, a gente tinha sempre uma solidarização com outro.*

*- RESTINGA*

*Eles falam 'moreninha', e não dizem negra porque acham feio. Já ouvi isso, ao falar a palavra negra. E na novela das oito, eu acho que eles colocam alguém que representa o negro como um cara que é diferente, é mulato, e misturam os negros e os brancos e mostram um cara com dinheiro e o papel dele era de identificar o filho do personagem como mulato. Eu acho que não aparece como uma*

*peessoa normal, era uma branca e um negro. A personagem da Camila Pitanga que é negra agora tem um marido branco que trai ela.*

*A minha filha trocou de Escolinha... e na época surgiu a novela "Da cor do Pecado", com uma protagonista negra. E teve essa questão do preconceito na Escolinha. A moça que estava na Escola dizia que a personagem era neguinha, suja, ladrona e isso pega nas crianças... E a minha filha sofreu, que os coleguinhas começaram a chamar de neguinha, neguinha suja... E ela não queria contar pra gente, e ela não queria ir mais pra Escolinha, e chorava e a gente queria saber o que estava acontecendo. E foi muito difícil, a gente começou a conversar e localizamos, que um coleguinha disse coisas pra ela e ela comentou que sentia, ficava triste, e a gente conversou com a diretora. Pedimos pra ela rever a postura da escola e a gente ficou bem alterado, pra gente ficou muito ruim, a gente sabe que os pais é que são responsáveis. E pra ela ficou ruim, ficou depressiva e a gente foi conversando, apesar de difícil e fomos melhorando. E eu fui dizendo pra ela que era linda, que a cor dela ela maravilhosa, e a escola começou a trabalhar essa questão da cor, compraram bonecos de cor, e foram trabalhando com outras crianças. E ela tem a posição dela com sete anos hoje.*

*Quando eu procurava emprego, as pessoas diziam que eu não tinha boa aparência - mas o que é boa aparência? Então boa aparência é não ser negra, mas eu deixava a desejar porque não tinha a formação adequada, faltava informática, não tinha o ensino médio, nenhum tipo de curso, nem o técnico. E quando entrei na ACMUN a gente foi buscando uma série de cursos, um básico de Inglês, Informática, Dicção e Oratória, e outras formações, que nos ajudaram muito. E isso aí fez eu despertar, que a gente tem que crescer, evoluir, não importa a cor que tu seja, mas tem que buscar novas informações tem que lutar.*

*Tem uma campanha, do Dove de verão, de várias mulheres, justamente de vários corpos de mulheres, que não interessava mais a mulher perfeita, com aquelas medidas de modelo. E falava, todas as mulheres, só que não tinha uma mulher negra. E isso, eu acompanhei várias listas de discussões, que muitas pessoas mandaram cartas para o Dove, questionando a ausência da imagem da mulher negra, representada, sendo que tinha uma série de mulheres, mulheres brancas com todas as suas matizes, de cabelo, com o cabelo ruivo, loiro, castanho, traços indígenas, asiáticos, e aí foi o questionamento, mas cadê, onde estão as mulheres negras, e agora a gente vê uma mulher negra no comercial. É... e eu posso, assim, sinceramente falar que eu acredito que seja em função dessa pressão. Então, nesse sentido, têm-se uma grande discussão de como a mídia, e aí a mídia como todo, a mídia publicitária, de entretenimento, jornalística, vem tratando a população negra.*

A palavra *discriminação* é a que surge quando se percebe o que as mulheres dizem em suas respostas para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo sobre *etnia e mídia*. Cabe esclarecer que esta pesquisadora teve a preocupação de colocar o tema para todas as mulheres entrevistadas, uma vez que no grupo das cooperadas havia mulheres descendentes de alemães, o que pareceu ser significativo. Mas, entre as respostas das mulheres da *CooperUnião*, uma chama a atenção, pois a entrevistada branca, assumiu tranqüilamente sua relação com um homem negro, sem que isso fosse motivo para se sentir constrangida em algum momento. O que, para as companheiras era motivo de *'brincadeiras'*, para ela é fato normal na convivência diária. De outra forma ela expressou admiração por apresentadores de televisão negros, considerando importante suas presenças no vídeo. A expressão da entrevistada sobre o assunto foi tranqüila, lembrando de como suas colegas ficavam atentas quando o companheiro aparecia na cooperativa à sua procura. Esta entrevistada contou, também que durante o período em que esteve morando no mesmo espaço de sua mãe e dos irmãos adultos, com seus sete filhos, porque não tinha outro lugar para morar, percebia que seus filhos eram identificados pelo termo *'coreanos'*, por seus irmãos, ao referirem-se à situação de pobreza na qual viviam.

Outra entrevistada, com características bem regionais, cabelos lisos e tez morena, lembrando uma origem mais indígena do que negra, comentava que ela própria se colocava no grupo de mulheres da cooperativa brincando que era *'neguinha'* entre as colegas de origem alemã.

Também vale a referência, no caso de outra entrevistada que conta sua história familiar, falando do exemplo de sua irmã casada com um negro, cujo casamento não foi aceito pelos pais. Mesmo sendo uma família constituída na fronteira do Rio Grande do Sul, onde a miscigenação é forte entre descendentes de portugueses e espanhóis, o preconceito se fez presente, porque os pais não consideravam o pretendente em condições de casar com a filha. O que não aconteceu com ela própria que casou grávida, com um descendente de alemães.

É importante a resposta da entrevistada que afirma que deve haver igualdade entre *'morenos'* e brancos, inclusive até nos salários.

No caso específico das mulheres do bairro *Restinga* a negritude é fator primordial presente nas suas relações. Elas são negras e reafirmam permanentemente essa identidade diante de qualquer vivência. Tem destaque a resposta de uma entrevistada em relação ao termo que já usaram para designá-la, *'moreninha'*, o que ela rebateu imediatamente. Outro posicionamento singular sobre a questão da negritude foi da entrevistada que contou como

percebeu a diferença que havia entre candidatas brancas e negras na hora da procura por emprego formal. Ela passou a entender melhor o que queria dizer ‘*ter boa aparência*’, e o que significava *ter boa formação* para determinados cargos. Quando a questionavam sobre o seu grau de instrução ela mentia, porque via que o básico ela poderia desempenhar, até ao ver suas colegas estudando, buscando novas possibilidades de aprendizado, e compreender a necessidade da elevação do seu grau de escolaridade para alcançar o objetivo de ter um emprego melhor.

Marcante também é o comentário da mulher negra que levou sua filha para o Jardim de Infância e observou, depois de alguns dias, que a menina não queria mais ir. Inicialmente sem entender a situação começou a pesquisar o que poderia ter acontecido para que a menina se sentisse sem vontade de freqüentar o espaço de recreação. De tanto questionar a menina, a mãe localizou que haviam sido feitos comentários entre as crianças sobre uma telenovela que apresentava uma personagem negra, identificada como “*neguinha suja*”. Ao perceber a situação crítica vivida por sua filha, e os demais coleguinhas, ela conversou com a diretora da escola, que modificou a forma de tratar o tema com as crianças.

A questão da representatividade das pessoas negras nos enredos das telenovelas, aliás, está presente em vários comentários das entrevistadas. A constatação para a presença de personagens em papéis subalternos, relacionando-os com situações de inferioridade ou em papéis difamatórios diante de outros personagens brancos torna-se marcante para as entrevistadas dos dois grupos.

Para a jornalista negra, o que chama a atenção em sua resposta é a possibilidade de intervenção da sociedade em campanhas publicitárias ou informativas para que se elimine o preconceito apresentado em propagandas, programas de entretenimento ou noticiários. Ela refere-se a uma campanha publicitária da marca *Dove* na televisão, em que o grupo de usuárias dos produtos era de mulheres brancas, com um padrão de beleza mais comum do que o tradicionalmente apresentado nos comerciais. Só não havia uma mulher negra, entre as modelos. O que foi rechaçado por uma série de manifestações de protesto via Internet, segundo a jornalista, que resultaram numa mudança do comercial. Pelo menos, uma modelo negra foi incluída como usuária dos produtos anunciados.

Vale ressaltar que no conjunto apresentado neste Discurso do Sujeito Coletivo foram consideradas as respostas relacionadas à pergunta apresentada, mas também houve respostas colocadas de acordo com a condição pessoal das entrevistadas, que foram computadas como significativas.

O conceito (F) *Família* é o próximo a ser visto no Discurso do Sujeito Coletivo com as respostas à pergunta (6) *E como é sua relação com a família?*

**Pesquisa: As mediações das mulheres nas redes informais de comunicação**

**Pergunta: 6) E como é a relação com a família?**

**Conceito: F) Família**

- COOPERUNIÃO

*O meu marido me estimula, agora até me falou que vai me ajudar a procurar emprego, pois as contas vão aumentando os filhos estão crescendo e se gasta sempre mais. Agora também o mais velho vai trabalhar, daí pelo menos para as despesas dele já adianta. Às vezes a gente conversa sobre várias coisas, com os filhos. Não temos restrição. A minha mãe nunca falava sobre essas coisas comigo, somos em 5 mulheres, Cinco homens, e a minha mãe não falava quase com a gente sobre assuntos mais 'polêmicos'.*

*Deu um programa da televisão, um Globo Repórter só sobre drogas. Crianças bem novinhas que morreram por causa das drogas, outras que foram presas na Febem, sabem o que eu fiz? Eu sabia o dia e a hora que o programa ia passar, reuni todos eles e disse: "nós vamos assistir esse programa juntos quero que vocês saibam o que acontece com quem usa drogas". Depois nós conversamos bastante sobre o que foi apresentado no programa.*

*Eu tenho três filhos, mas eu tinha a facilidade de ter a minha mãe morando comigo, então quando eu ia para algum curso, era tranquilo, não precisava dispor do meu marido ter que assumir mais compromissos do que era normal, porque eu tava saindo, porque daí tinha a minha mãe em casa que facilitava bastante.*

*Vimos morar primeiro em Sapiranga, então as minhas irmãs e o meu pai começaram a trabalhar em fábrica de calçado. O que vem a ser depois o destino de todas nós. Sete irmãs e um irmão, o meu irmão foi o único que foi estudar pra padre então não precisou ir pra fábrica, mas os outros todos... Ah isso era um sonho da minha mãe. Formar um padre e uma freira. Inclusive eu estudei alguns anos pra freira, no Santa, aqui em Novo Hamburgo, tanto é que eu tive que parar de estudar porque eu não quis estudar pra freira, então a minha mãe não aceitou que eu estudasse pra outra coisa. Ou era freira ou não. Daí que eu fui pra fábrica, voltei a estudar depois, quando eu já tinha filho.*

- RESTINGA

*Desestruturou totalmente, a família, eu fiquei totalmente perdida, eu tive que ser a chefe da família, eu tive que ser mãe, eu tive que ser*

*dona-de-casa, eu tive que ser mãe da minha mãe, porque a mãe passou um tempo no hospital, eu tive que carregar meu irmão pro colégio, tinha que ajudar ele nos temas, minha irmã é uma adolescente, bem revoltada, então eu fui a chefe da família, e foi bem difícil pra mim. Eu dormia duas, três horas da madrugada, com meu irmão, não dormia direito, preocupada com ele, ele ficava chorando, o pai dele tava no hospital. Mas eu aprendi bastante, to aprendendo bastante, sabe, ta sendo bom pra mim, porque eu to, sabe, mais adulta.*

*Perto de outras famílias que eu tenho convivência, dos meus vizinhos, até mesmo dentro do meu parentesco acho que é boa a nossa vida, a gente como casal tem um diálogo bom, com nossos filhos também, eu tenho dois filhos, um de 21 do meu primeiro casamento, e uma menina de sete anos, dessa minha relação que dura 10 anos. Ele tem uma menina de 18 anos, que a gente tem proximidade, ela mora na mesma rua, eu me dou muito bem com ela, o nome dela é Tamires. Não temos problemas de convivência a gente queria que fosse mais, mas me dou bem com a mãe dela, e a gente convive bem. A minha mãe era analfabeta mas era sábia, eu tenho boas lembranças dela. Eu convivi com ela até a hora de morrer - aos 63 anos.*

*Eu sou praticamente a chefe da família, sou mãe solteira, moro com a minha filha e com uma sobrinha e sustento a minha família; tem o irmão que sustenta a sua família e a minha irmã e a outra elas também se sustentam; e quando a situação aperta para um ou outro a gente ajuda; eu agora vivo com a pensão da minha filha, e a pensão da minha sobrinha - que é onde eu uso para o meu curso, que estou fazendo um futuro pra mim e ela estará fazendo parte dele. As minhas irmãs fazem serviços domésticos e o meu irmão trabalha numa cooperativa de reciclagem do lixo, e ganha um salário para ele e a família.*

*Bem, na minha família a questão racial não era muito discutida, na verdade ela era discutida, comentada, mas de uma forma... Não velada, mas em razão dos estereótipos negativos que a gente tem, que a gente conhece. É... eu sempre tive uma tia que ela sempre foi muito assertiva, que sempre teve muita auto-estima negra, e isso foi uma coisa muito bacana, e eu passei por vários conflitos de identidade racial, no meu período escolar. E, com o tempo, eu comecei a me antenar mais pra algumas coisas, e foi muito interessante, porque aí foi voraz, parecia que eu tava com a boquinha querendo comer tudo o que vinha pela frente, ah...que aí quando a gente começa a ter acesso às informações, a repensar e a re-elaborar uma série de coisas, parece que foi um despertar pra vida.*

O Discurso do Sujeito Coletivo formulado para o conceito de *família* pelas entrevistadas registra a importância da constituição de seus núcleos familiares, mesmo que tenham separado de seus companheiros, em alguns casos. Partindo-se da resposta sobre a

interação dos filhos na melhoria da renda familiar, entende-se que para aquela entrevistada a organização da sua família, com o casamento e o nascimento dos filhos, provocou nela mudanças significativas, rompendo com alguns elementos carregados da sua infância, na moradia com os seus pais.

Outra entrevistada, mãe de sete filhos, separada, trabalhando para sustentá-los, recorreu a diversos recursos para estabelecer uma relação familiar centrada em comportamentos sociais saudáveis - sem vícios, sem desvios de conduta moral, etc. - como, já referido anteriormente, inclusive chegando a freqüentar a Igreja Evangélica. Hoje, ela vê que a crença que teve anos passados lhe trouxe bons resultados. Entre os filhos, atualmente um deles freqüenta a Igreja, seguindo a doutrina, sem a companhia da mãe. Novamente aqui aparece a citação da audiência a um programa de televisão que orientava sobre o uso de drogas. Para esta mulher, a abertura a diferentes possibilidades de informação é fato destacado, tendo em vista suas necessidades de alimentar fisicamente seus filhos e a si mesma, como também culturalmente, observando o que é oferecido de bom nos meios de comunicação. Esta entrevistada não deixou de citar a sua origem familiar, com um pai que era comerciante em Novo Hamburgo e uma mãe dona-de-casa, que adquiriram uma série de imóveis ao longo da vida, e antes de morrer deixaram pouco para os quatro filhos. No entanto, ela conseguiu comprar um terreno, com a herança que lhe sobrou da partilha familiar. A casa simples, mas confortável, ela construiu com a renda de seu trabalho.

Também, a referência de uma entrevistada para a constituição de sua família de origem, destaca-se numa das respostas. Dos oito filhos, sete mulheres e um homem, a mãe religiosa, queria que ele fosse padre e que a entrevistada fosse freira. Embora todos tivessem começado a trabalhar cedo, em fábricas de calçados de Sapiranga, apenas ele seguiu estudando, para alcançar o objetivo da mãe. A entrevistada embora se rebelando para não ser freira, porque queria seguir um outro caminho, não teve a chance de estudar enquanto estivesse morando com a família. Hoje, depois de ter seguido uma trajetória vinculada ao movimento sindical, observando e fazendo parte de várias lutas dos trabalhadores das indústrias do calçado da região do Vale do Rio dos Sinos, conseguiu terminar o curso de Pedagogia e mora com seu marido e o filho, executando projetos de formação de trabalhadores.

A presença da mãe de uma cooperada na sua vida atual e na de seus filhos, tem sido um suporte fundamental para que conseguisse desempenhar bem suas tarefas e estar disponível para a formação dos trabalhadores da *CooperUnião*. Mesmo estando separada de



seu segundo marido, ela valoriza a presença de sua mãe, que a ajuda emocional e financeiramente na manutenção e no cuidado da família.

As mulheres do grupo do bairro *Restinga* não vivem situações muito diferentes, das mulheres do grupo da *CooperUnião*. Vale destacar a construção do discurso de uma jovem de 20 anos, que enfrentou uma dificuldade com sua família - mãe e irmãos - pela doença enfrentada por seu padrasto, até então considerado o chefe do núcleo familiar. Embora ele tivesse outra família, com mais filhos, vivia com a mãe da entrevistada, procurando cuidar do grupo com bastante atenção. A jovem, que estudava e buscava algum ganho para aliviar as despesas, se viu, repentinamente responsável pelo grupo, já que a mãe sofreu uma série de dificuldades para viver sem o companheiro, que esteve hospitalizado por vários meses e se mantém sem condição de se locomover. Para a entrevistada, o desafio de um '*crescimento*' rápido demais, a fez entender como realmente é a estrutura de uma família, com seus problemas e conflitos, já que os filhos do padrasto ainda queriam tirar de seus parentes, o que ele lhes garantia de renda. Embora já tivesse terminado o Curso Técnico de Enfermagem, e não conseguisse uma vaga relacionada com essa formação, teve que procurar um outro emprego que pudesse receber um ganho fixo, para ajudar em casa. Agora ela só tem um desejo: o de melhorar sua condição financeira para estar com sua família, e aproveitar o que o curso técnico lhe deu de conhecimento para o futuro.

É importante a expressão da entrevistada que também se diz chefe da família, num núcleo constituído de quatro adultos e cinco crianças e adolescentes, localizados num mesmo terreno. Aos 37 anos ela mora e mantém uma filha e uma sobrinha, muito empenhada em seguir até o fim o Curso Técnico de Enfermagem, que também frequenta a exemplo da outra colega do grupo do bairro *Restinga*. Para ela, a relação estabelecida com os irmãos e irmãs que sobrevivem de sub-empregos, foi adquirida do esforço feito pela mãe, que morreu há três anos. Seu núcleo familiar enfrenta uma dificuldade ainda mais forte em sua convivência - a de tentar recuperar um irmão que saiu recentemente da prisão, e que tem se esforçado para se manter economicamente como catador de lixo reciclável, e de outro irmão, que cumpre pena no sistema prisional. Importante em sua fala é o reforço de solidariedade que aparece no núcleo ativo da família, que nas horas de dificuldades econômicas maiores se reúne para buscar soluções comuns. Ela, no entanto, tem sido a líder, que estimula e procura soluções viáveis para os problemas conjuntos.

Valorizando também sua origem familiar, uma outra entrevistada destacou o saber passado por sua mãe, analfabeta, enquanto era viva, para que orientasse bem seus filhos. Em

seu discurso aparece a relação fraterna que estabelece com a família hoje, constituída pelo companheiro com quem convive há dez anos e uma filha com sete anos dessa relação, mais um filho adulto que teve de uma outra relação, além da filha do atual marido com outra mulher, que está com dezoito anos. Para ela o diálogo entre todos é fundamental apesar das diferenças de pensamento que existem entre eles.

No discurso formulado pela jornalista a discussão racial sempre foi um dos focos presentes na sua relação familiar. Morando com a mãe e um irmão, não deixava de conversar sobre o tema, pois enfrentava conflitos durante seu período escolar, embora sempre tivesse o reforço de uma tia, que destacava a importância da valorização da raça/cor negra nos ambientes que frequentava. Depois de adulta, entendeu as diferenças vivenciadas por ela e outras pessoas da sua família, procurando estabelecer como meta de vida ações contra o racismo e se empenhando na luta pela igualdade racial, de gênero e em defesa dos direitos humanos. Temas esses também presentes no Discurso do Sujeito Coletivo formulado a partir do conceito (G) *Redes*, com a pergunta (7) *As redes informais de comunicação existem?* Abordados a seguir:

**Pesquisa: A mediação das mulheres nas redes informais de comunicação**

**Pergunta: 7) As redes informais de comunicação existem?**

**Conceito: G) Redes**

*- COOPERUNIÃO*

*Acho que é bem importante o papel da mulher, acho que os filhos aprendem os valores na família, os princípios, ser uma pessoa honesta, que trabalha, tira seu sustento, e que tem que se cuidar, para não ter que fazer coisas indevidas, esse é um papel da mãe, eu ensino meus filhos para aproveitarem bem o estudo, para terem uma profissão, para terem uma renda e sobreviverem porque as coisas ficam cada vez mais difíceis. A gente tem que trabalhar para viver melhor. Saber se comunicar bastante, eu sempre incentivo eles a se quererem uma coisa, devem ir atrás. Quando eu era pequena e chegava a minha vez de falar, imaginava tudo que eu precisava comprar, e na hora de falar, me fechava a garganta, E EU CHORAVA E NÃO CONSEGUIA PEDIR. E desde pequenos eu ensinei que não precisassem ter medo. Não se pode ter medo de viver, para saber as coisas.*

*Fico triste, queria fazer tantas coisas e não consigo. Eu quero um emprego de carteira assinada, que valha a pena acordar às 6h da*

*manhã, e quando chegar no fim do ano ter o meu direito. Eu te disse que fazia faxina também, pois é, hoje eu não tenho mais coragem pra trabalhar com isso. Eu tenho a 7a. Série, podia ter estudado e não quis, enquanto meus irmãos fizeram um curso de mecânico eu não quis preferi me casar. O casamento atrapalhou minha vida bem atrapalhada. Não me arrependo dos meus 7 filhos, me arrependo do marido que escolhi pra mim, eu não quis aceitar os conselhos do meu pai e da minha mãe.*

*Que nem, a nossa colega, que todo o dia de manhã ela tinha uma história pra te contar, um dia matavam um, outro dia, isso era na porta, ela vivia uma realidade, umas coisas bem fortes que eu nunca vi, nunca vi ninguém matar assim, e ela via, e quando chegava contava e a gente ia aprendendo muito, de como ela lidava com aquilo, então a gente começava até a entender porque ela era assim, porque a realidade que ela vivia era muito dura. A colega é muito...como é que eu vou te dizer...ao mesmo tempo em que ela é assim, ela é muito amiga, muito companheira, desde o começo tudo o que se fazia, ela se empolgava e tal, mas ela não queria acompanhar. Não acompanhava, não crescia, ela ficou muito tempo, no grupo, desde antes e passando pelos mesmos cursos que a gente passou, e eu acho que embora ela fosse mais limitada podia ter aprendido mais, mas eu acho que é muita falta de querer, também. Teve um dia que ela falou, ah eu não aprendo mais porque daí vocês vão me cobrar mais. Daí se eu aprender, vou ter que fazer. Então, a gente conversava muito com ela, no começo eu acho que ela foi...a Natalina conheceu ela lá do início, que ela era muito mais braba, que ela gritava, ela xingava, e ela mudou bastante, assim, mas...ainda era difícil.*

*Eu acho que as mulheres são mais interessadas, eu percebi isso na reunião do sindicato, as mulheres tinham muita vontade de ir, mas às vezes o marido diz se pode ou não, elas vão, eu acho que elas levam as coisas mais a sério, eu acho que elas têm menos medo de perguntar, porque assim, já que a mulher, já que ela é inferior ao marido, então, ela tem que ter medo e ter vergonha, então o homem já quer ser inteligente, tem que se mostrar superior. Então, quando a gente fazia a reunião aqui com Dra. Anita, a gente percebia, que elas têm muito interesse em aprender, falta oportunidade mesmo, e isso aí vem lá da escola, a escola incentivando que elas dancem, se vistam de Rebeldes e se vistam como a Rebelde. A escola tem que proporcionar outras coisas, tu não pode falar de um carteiro pra uma criança, tu tem que ir lá, entrevistar o carteiro, fazer com que as coisas tenham sentido pra ela, então eu acho que se a escola começasse a ver esse lado mais social, acho que tem um bom espaço de transformação, também. Mas eu acho que para as mulheres terem força têm que ter um projeto que tenha recurso pra isso, de trazer conhecimento pra essas mulheres, de trabalhar tudo, porque daí elas têm que reaprender, têm que ter essas oportunidades, elas por elas.*

*Acho que as mulheres têm um papel importante, acho que vamos ficando próximo ao nível dos homens e isso é bem importante para a família, para a profissão e para os amigos. Eu acho que a gente aprende umas com as outras, é isso que faz com que a gente cresça como pessoa, tem um aprendizado pela vida. Na profissão, e não consigo ver isso nos meios de comunicação às vezes acho que ficam mais fora da realidade, com outros interesses, tem uma falsidade, um mascaramento... Não passam a informação real, da vida, e só depois de alguns anos é que a gente vê como são as coisas. No momento alguém é beneficiado. Depois de algum tempo as coisas aparecem, mas acho que a gente tem que ler, e buscar a verdade. E acho que o conhecimento só ajuda a gente a formular novas idéias, pensamentos sobre tudo. A gente deve acreditar e buscar outras informações para completar o que a mídia diz.*

*A vida melhorou muito. Abriu mais a minha mente, até me comunicar melhor, parar de gaguejar, ter mais segurança pra falar, às vezes eu me atrapalho e me cobro muito. Leio bastante, vejo mais telejornais à noite, escuto rádio bastante, tenho acesso à Internet no trabalho, mexo com correio eletrônico, uso o Messenger na troca de informações. E vejo dificuldade na escrita de outros ambientes - por exemplo, o pessoal de Santa Catarina escreve diferente de nós - e eu uso mais a sonorização de uma palavra para eles entenderem melhor - como vejo isso como uma dificuldade eu procuro esclarecer bem direitinho o que eles quiseram dizer. Cuido no jeito das pessoas falarem, corrijo quando vejo algo errado... A minha mãe sempre chamava a atenção da gente para aprendermos bem as idéias. Eu detesto português, mas gosto de escrever, não tenho dificuldades. Em matemática tive aulas particulares, apesar de minha mãe ser analfabeta, mas ela nos ajudou nisso. Agora vou bem, entendo e gosto de matemática.*

*Acho que são poucas mulheres que entendem disso... e numa fila a gente sempre vê que a informação se multiplica, às vezes a gente pensa que as pessoas são leigas, não entendem muito e acabam nos ensinando mais um pouco na vida. Eu acho que existem sim, eu nem sei como seria a nossa vida se não fossem as mulheres. Ali no meu pátio são mais mulheres, com as contas das casas, elas é que tomam conta. Os homens não fazem nada, a gente é que tem que cuidar as datas e juntando os dinheiros para efetuar os pagamentos. Geralmente se dividem, todos os que estão trabalhando dão um pouco e sempre sou eu que vou pegando ali, e pago. Eu sou a coordenadora do grupo. É bacana e não é. Tem dias que o fulano comprou uma coisa que saiu do cronograma e aí a gente tem que arcar com o restante, e às vezes a gente tem que apertar por causa de um e outro. E a alimentação tem que ter todo o dia. É muito pesado, muito complicado, a gente gasta mesmo e até para assimilar isso, não é fácil. A mãe morreu há três anos, e eu sou como se fosse a mais velha, porque a mais velha não mora com a gente. Eu moro ali, e depois dela eu sou a mais velha, tenho que estar de olho em tudo dou a última palavra, e a gente se torna autoritária, não digo fria, porque*

*eu estou acostumada a mandar, eu que determino tudo, é bom e não é bom. E se um não tem uma coisa a gente se preocupa e vê que as diferenças aparecem.*

*Existem sim, principalmente dos temas que me interessam mais: negritude e jornalismo. O contato com pessoas mais experientes possibilita que eu possa fazer redes e compreender melhor fatos, histórias, posicionamentos, resultados nas vidas das pessoas...*

O DSC sobre a existência das *redes informais de comunicação* manifesta a subjetividade da maioria das respostas para a questão formulada, entendendo-se que as redes informais estão no cotidiano delas. As respostas, a partir da primeira entrevistada da *CooperUnião*, apresentam a importância do papel das mulheres na formação da família, na passagem dos valores sociais e morais e como as mulheres almejam melhores condições de vida, estimulando seus filhos a não sentirem medo para enfrentarem novos desafios.

Destaque-se que uma entrevistada fala de sua condição atual na procura de emprego e o desejo de conseguir para ficar melhor. Na relação que estabeleceram no grupo, a presença de uma colega já referida anteriormente, com sua maneira de ver o mundo, vivendo numa realidade diferente das demais, que trazia para todas as mulheres suas inconformidades, provocou numa entrevistada um jeito especial de ver a constituição das redes informais de comunicação. No comentário de uma outra entrevistada, o destaque é para as diferentes formas que a escola poderia contribuir para estruturar o conhecimento através de práticas diferentes de ensino/aprendizagem na sala-de-aula. Na sua compreensão, alguns programas de televisão não deveriam ser absorvidos como estímulo para as adolescentes, que imitam os maneirismos dos atores e não repassam um *'bom exemplo'*. Pela experiência adquirida nas fábricas de calçados, esta entrevistada entende que as mulheres são potencialmente fortes e corajosas para atuarem, mesmo que haja diferenças nas relações impostas pelos homens (quando são casadas). Para elas, os homens devem assumir seu papel diante de situações que possam vir a torná-las frágeis ou com medo. Também considera a necessidade da oferta de oportunidades para as mulheres se sentirem estimuladas a procurar novas possibilidades de ação, através do trabalho, com formação adequada.

O que se destaca numa outra resposta de uma entrevistada do grupo do bairro *Restinga* é sobre o papel da mídia na representação da realidade vivenciada pelas mulheres, que vão se fortalecendo umas com as outras, no dia-a-dia das vivências. Mesmo isso sendo importante, na vida delas, não são repassados no conjunto de informações, de acordo com a entrevistada,

elementos dessa conjuntura em que as mulheres têm um papel importante na busca da igualdade de situações com os homens.

Comentário significativo é o que foi feito pela entrevistada que abordou seu aprendizado com o projeto *Reaprendendo a comunicar - a voz das mulheres negras do gueto pra fora*. Para ela, muita coisa mudou depois que foi alertada para os efeitos dos processos comunicacionais entre as pessoas e a forma como os meios de comunicação são usados. Esta entrevistada consegue aplicar os conhecimentos adquiridos em seu cotidiano, observando formas de comunicação, usando melhor as ferramentas de trabalho e adotando posturas de mais compromisso com a organização da linguagem repassada para outras pessoas. A participação nos dois projetos realizados com as mulheres do bairro Restinga, pela ACMUN, só contribuiu para a compreensão da entrevistada aos diferentes problemas enfrentados pelas famílias pobres do bairro, segundo seu relato, pois o fato de estarem realizando a divulgação de informações sobre saúde, em um deles, proporcionou-lhes conhecer efetivamente a realidade vivida por aquelas famílias.

Segundo a entrevistada, em alguns momentos elas observavam a dificuldade das pessoas em relatar detalhes da doença de que eram portadores, por vergonha, ou por falta de esclarecimento, o que as fazia se sentir com responsabilidade maior ainda, em suas tarefas. Percebia a necessidade de estabelecerem confiança com as pessoas, para se aproximarem de suas intimidades, o que nem sempre era bem-vindo. No entanto, procuravam ser solidárias, inclusive contribuindo para compra de leite, eventualmente, nos casos de verificarem o nível de pobreza extrema de quem elas visitavam.

Também pela própria experiência de vida, outra entrevistada entende a existência das redes informais de comunicação, embora considere que poucas mulheres percebam essa conjuntura. Porém, para ela, as relações estabelecidas fora de casa e as que estão presentes em suas rotinas familiares, impõem a ela e a outras mulheres de seu parentesco a necessidade da tomada de decisões, de assumirem a coordenação doméstica e de fazerem o processo de convivência avançar, diferentemente das ações desempenhadas pelos homens de sua família.

A existência das redes, com o foco nos temas *negritude e jornalismo* foi o destaque dado pela jornalista entrevistada, no grupo das mulheres do bairro *Restinga*. A sua participação nesses processos a ensina a ter um entendimento melhor do mundo, para poder também, produzir melhor a comunicação em todos os sentidos.

Quando se observam as relações comunicacionais operacionalizadas no cotidiano das mulheres, através da possibilidade da constituição das redes informais, entende-se através dos

depoimentos obtidos, uma reconstrução daqueles processos que envolvem a memória, a história, a formação individual, a educação, de cada ser integrante do estudo, em relação às suas vivências particulares, que podem se tornar públicas e coletivas.

Vale aqui, a citação a outros temas presentes no discurso elaborado por algumas mulheres entrevistadas que se referem mais focadamente à religião e à educação, presentes em seus depoimentos. Sobre a religião ficou o registro para uma entrevista realizada com uma participante da *CooperUnião*, que esteve mais de cinco anos vinculada à Igreja Evangélica, e foi citada com suas respostas, que, no entanto, esta pesquisadora reforça neste comentário, uma vez que seu filho de 20 anos, adepto atualmente da Igreja, também falou sobre a sua inserção e como isso é valorizado entre eles. A formulação de um discurso ‘doutrinário’ é algo marcante, na medida em que a linguagem adotada é totalmente formal e enquadrada nas idéias trabalhadas na Igreja. A rigidez na postura seguidora do discurso religioso faz com que o jovem seja diferenciado dos demais, em sua maneira de vestir e adote um comportamento tradicional, de mais participação na família. Já casado, demonstra o desejo de melhorar de vida, trabalhando e buscando o seu sustento e o de sua companheira, embora viva dividindo o espaço da casa com os demais irmãos e a mãe. Para a entrevistada, a situação não é problemática, uma vez que ela seguiu a Igreja e manifestou seu contentamento em ter um filho que agora a segue, por estar longe dos vícios e de outros comportamentos, considerados por ela, como indevidos.

Em relação à educação, as entrevistadas valorizam a necessidade de elevação dos níveis de escolaridade, uma vez que percebem os avanços na família, que possam advir de avanços nos estudos. E a maioria delas manifesta o desejo de continuar estudando, mesmo que neste momento da vida, tenham algumas dificuldades financeiras para empreender o processo.

Os comentários feitos até aqui possibilitam a análise mais pontual dos Discursos dos Sujeitos Coletivos que segue no próximo tópico.

#### **5.4 A mulher como ser estruturador dos tecidos comunicacionais**

As relações sociais horizontais e recíprocas que se tecem entre os diferentes grupos de famílias, vizinhos, amigos, parentes e conhecidos, aqui identificadas como *redes informais de comunicação*, especificamente com *a mediação das mulheres*, se fazem presentes nas expressões dos Discursos dos Sujeitos Coletivos formulados a partir das entrevistas realizadas e comentadas no tópico anterior. Entende-se que, em uma análise mais acurada das observações feitas e das idéias centrais levantadas, por esta pesquisadora, mesmo que a amostra aqui utilizada para a realização das entrevistas seja relativamente pequena, podem-se inferir alguns elementos importantes para que outros estudos avancem na lógica comunicacional presente no dia-a-dia das relações sociais, e tragam novos resultados.

No entanto, se verifica que nas manifestações de idéias das mulheres entrevistadas dos dois grupos, cujos DSCs foram separados intencionalmente para se observar possíveis diferenças existentes, aparecem as marcas das mediações de *gênero*, de *trabalho*, de *etnia* e de *família*, definidas como as que poderiam representar a formulação de um discurso complexo que se faz presente no cotidiano das mulheres entrevistadas.

1) Ao se abordar, inicialmente, a mediação *de gênero*, entrecruzada com o tripé *midiatização*, *mediação* e *redes*, presente no Discurso do Sujeito Coletivo, percebe-se que, mesmo preocupadas com seus afazeres domésticos ou trabalhando fora de casa, as mulheres entrevistadas se informam de várias maneiras, mas principalmente através dos meios de comunicação formais, ou seja, o rádio, a televisão, os jornais diários. A maioria prefere os programas informativos, deixando as telenovelas, por exemplo, para horas de lazer, que são escassas. Ainda assim, ao se detectar no DSC formulado os procedimentos mediados a partir da *midiatização*, aquelas que têm um relativo ‘desinteresse’ em assistir às telenovelas, isso não as faz, no entanto, ficarem sem saber o que está acontecendo em cada capítulo diário.

O que se depreende do discurso delas é que na troca de informações entre as colegas de trabalho, o tema do capítulo da novela gera comentários de quem assistiu e não assistiu o capítulo referido. Pelo que se pode entender do DSC, as novelas já não as estimulam de forma mais intensa, a ponto de deixarem de realizar suas tarefas domésticas, para entenderem melhor a trama desenvolvida. Elas já fazem relações sobre a história ficcional que tenta misturar elementos da realidade para dar ‘veracidade’ aos temas tratados, e não gostam tanto, porque não se vêem aí retratadas verdadeiramente.

O meio rádio é ainda hoje uma referência para algumas delas, mesmo que a televisão faça com que concentrem a atenção na relação da imagem com o som. Em algumas expressões do discurso formulado percebeu-se a importância dada ao rádio para os momentos



de *relax* delas, onde o imaginário se vincula à sonoridade musical, por exemplo, que as faz sair da concretude das suas realidades vividas. Ao se relacionar essas expressões com a credibilidade dos meios de comunicação que elas observam, pode-se inferir daí que, aparentemente, o que é apresentado nos informativos de televisão está mais próximo da realidade vivida por elas, embora já sintam que, nem tudo que é mostrado seja totalmente do interesse do público telespectador. Da mesma forma como os jornais constroem e apresentam suas matérias, pois neste caso há o registro impresso no papel. No entanto, não deixam de se informar.

O fato de terem participado do projeto de Comunicação Comunitária, *Reaprendendo a Comunicar - A voz das mulheres negras do gueto pra fora*, suscitou no grupo de mulheres do bairro *Restinga* novas maneiras de entenderem a produção jornalística, e de se apropriarem de um conhecimento que, normalmente, está fora do alcance de qualquer cidadão. Ao constatarem os modos de fazer comunicação dos meios de massa, com a utilização de diferentes técnicas, sentiram-se desafiadas a repassarem as informações com mais responsabilidade, de maneira correta e sem manipulações. Esta foi uma das diferenças encontradas entre as mulheres dos dois grupos: o entendimento do uso de técnicas diferenciadas, presentes nos meios de comunicação, que possam eventualmente levar à confusão na formulação do conhecimento do público que está recebendo as informações, inclusive, com o uso da Internet. Já o grupo de mulheres da *CooperUnião* confia no que os meios informam, sem muitos questionamentos. Embora elaborem suas críticas, não tiveram nenhum contato direto com algum ambiente de trabalho jornalístico, no qual elas pudessem compreender os diferentes processos comunicacionais, com suas técnicas, de forma mais objetiva, como as mulheres do bairro *Restinga*.

2) Se as informações principais assimiladas pelas mulheres entrevistadas são transmitidas pelos meios de comunicação de massa, outras informações também perpassam as trocas realizadas nos momentos em que se encontram no trabalho e em outros ambientes, como a sua casa. Situação essa fortemente presente na organização de suas vidas: parece que elas sentem necessidade de estar pensando em conversar com alguém, sempre.

Ao verificarem-se as habilidades relacionadas às expressões contidas nas narrativas apresentadas pelas mulheres entrevistadas dos dois grupos, localiza-se o que FISHER (2000) analisa como sendo característica feminina, para a manutenção das conexões com os núcleos de familiares, de amigos, de vizinhos e de outros parentes. Nas próprias *mediações* que realizam com outras pessoas, no repasse das informações, através das conversas, elas

reforçam algumas características na elaboração do conhecimento, com o uso de discursos próprios, que vão constituindo vivências diferentes dos homens.

Para as entrevistadas, a convivência com outras pessoas é importante, na medida em que entram em contato com outras situações diferentes das suas, e elas podem elaborar comparações e refletir sobre a realidade em que vivem. Essas relações provocam também estímulos a que busquem novas formas de ver o mundo, sentindo desejos que se transformam em metas realizadas. Pode-se pensar, que essas *mediações* ocorrem diante da pluralidade contida na postura adotada pelas mulheres frente às adversidades enfrentadas e como elas entendem que podem buscar soluções para isso. Como afirma MARTÍN-BARBERO (2001) e o que se desprende do DSC das mulheres entrevistadas, as relações vão se estabelecendo intersubjetivamente no contexto vivenciado por elas, para se perceberem participantes do processo comunicacional geral.

No discurso das mulheres da *CooperUnião*, percebeu-se entre elas, momentos de compreensão e solidariedade e momentos de conflitos e de exclusão, embora isso não tenha sido explícito por palavras, claramente. Esses momentos apareceram quando as entrevistadas se referiram a colegas que enfrentaram dificuldades financeiras, como todas iam enfrentando, por falta de uma remuneração adequada, na Cooperativa. As mulheres tiveram a compreensão para a situação identificada pela maioria, com poucos ganhos e alguma produção e procuraram se auxiliar de alguma forma. Em alguns momentos produziram artesanato em casa, para, dali gerarem renda.

No caso de terem convivido alguns meses com uma colega homossexual, ao expressarem suas idéias sobre a situação, procuraram destacar a forma como a colega se portava para as questões da produção, pois mesmo não tendo sido indicada para chefiar o grupo, parecia, para algumas, que aquela colega foi construindo seu espaço com esse foco. O que, para muitas, causava constrangimento, pois não a consideravam com legitimidade para tanto. Nesse caso, embora a mulher referida manifestasse publicamente sua opção sexual tratada com um certo estranhamento pelas demais, a questão foi ignorada pelas entrevistadas.

A referência ao caso é significativa, uma vez que sete das mulheres entrevistadas estão na média dos 40 anos, que nasceram entre as décadas de 1960 e 1970, período esse de desafios e mudanças para as mulheres em relação à liberdade sexual. Que vivenciaram mudanças socioeconômicas e um tipo de educação que as direcionava para uma vida em família, heterossexual e monogâmica.

No entanto, a expansão dos grandes conglomerados da comunicação na segunda metade do século XX, e a abertura mais recentemente a temas como a discussão da homossexualidade, em alguns grupos da sociedade, oportunizando interconexões através da Internet com outros movimentos sociais globalizados, fazem diferença nas relações comunicacionais. Principalmente para que os preconceitos sejam enfrentados, mesmo que nas suas origens familiares as mulheres pertençam a uma geração que sofreu a influência das drásticas mudanças ocorridas, também em função dos fluxos migratórios acelerados do campo para a cidade, no caso de algumas entrevistadas da *CooperUnião*. Percebe-se, no discurso formulado, algumas confusões sobre a sexualidade humana, da mesma forma como o assunto é visto na sociedade, ainda vinculando-se algumas dessas questões ao que pode ser considerado *natural* e o que *não é natural*.

3) Mesmo com o foco nas entrevistadas, para a realização do trabalho de pesquisa e registros das entrevistas, em poucos momentos elas se referiram aos homens como companheiros participantes ativos de suas vidas e alguém que divide todas as horas. Ao se perceber o discurso formulado de cada uma e no conjunto, as principais protagonistas sempre são elas, no trabalho e nas demais relações observadas e questionadas, por esta pesquisadora. Logicamente a escolha para a realização dessa tese estava centrada nelas, mas chamou a atenção que pouquíssimas vezes fizeram alusão aos homens com quem vivem ou já viveram. Quando se referem às outras mulheres e às suas condições vivenciadas, as mulheres entrevistadas traduzem em palavras alguns sentimentos, como foi o caso de uma delas - *inveja* das mulheres que estão na mídia. Formulam um discurso pensando no que estão dizendo, sobre o que assistem na televisão ou no rádio, ou que lêem nos jornais e comentam sobre as outras mulheres. São atentas aos usos de linguagens próprias, organizadas e procuram ser claras em suas colocações.

As entrevistadas também valorizaram seus ambientes de trabalho e a sua participação nos dois grupos, como espaços de crescimento de todas, e se preocupam bastante em buscar novas possibilidades de contribuir com suas famílias. Dessa forma, manifestaram sua compreensão de estarem em diferentes vivências participando das *redes informais de comunicação*, quando trabalham fora de casa, quando vão à escola participar das atividades coletivas propostas, quando discutem algum tema de interesse da comunidade. A situação de domínio num micro-espço de poder, como se estabelece na relação familiar, fica expressa no conjunto de suas falas, sobressaindo uma valorização da auto-estima na legítima representatividade de seus papéis.

4) A *mediação de família* se destaca, na manifestação do discurso das mulheres, até porque muitas delas são chefes de seus núcleos familiares. Nos casos referidos, a estrutura familiar se originou de uma relação conjugal, que se rompeu num determinado momento da vida e as mulheres assumiram os ‘compromissos’ com os filhos, e a manutenção necessária para a continuidade de seus fluxos, nas relações de parentesco.

A maioria das entrevistadas são mulheres que se somam ao contingente daquelas que gerenciam seus lares, solitariamente. Em suas trajetórias pessoais, a sua manutenção, depois de adultas, praticamente para todas as entrevistadas, sempre esteve por sua própria geração de renda, com a ajuda eventual de algum outro componente da família, como a mãe ou irmãos. E com isso, a responsabilidade da manutenção dos filhos também vem dessa condição, para a obtenção de recursos financeiros. No entanto, a relevância das *redes informais* para suas vidas, tem sido fator de busca de algum tipo de contribuição econômica, inclusive, nos momentos mais agudos da falta de remuneração.

Pode-se entender, assim, que se houver isolamento social, este, se associa a uma maior pobreza e que a extrema escassez de recursos dificulta a participação em relações de intercâmbio social. Diante dessa realidade, a possibilidade das mulheres se relacionarem com amigos, parentes e vizinhos é um dos recursos mais importantes que têm, apesar da dinâmica das diferentes relações que vão se estabelecendo nas *redes*, que são, na sua maioria, efêmeras. No entanto, expressam, também, um espírito de dádiva, que se manifesta quando há possibilidades maiores de doação, de quem pode contribuir. Verifica-se, em alguns casos, a condição da família ampliada, com a presença de outros parentes convivendo em espaços territoriais conjugados, o que já caracteriza um outro modelo de estrutura familiar, como referiu LEVY-STRAUSS (2003).

Na formulação dos discursos coletivos pode-se perceber a preocupação das mulheres dos dois grupos em proteger sua família, em ajudar no seu desenvolvimento, na busca de melhoria de condições de vida. Neste caso, podem recorrer a qualquer saída, na busca de resolução dos problemas enfrentados. Aqui, os seus diferentes processos de auto-reconstrução, ou de enfrentamento das dificuldades - tende a ser *autopoiético*, como se tratou na visão de LUHMANN (1997) relacionando-se os sistemas sociais/comunicacionais às vivências das mulheres entrevistadas. De outra forma, concorda-se com BEAUVOIR (1980), quando afirma que ao *fazer-se mulher* têm-se, nos processos culturais as referências básicas, que são repassadas para cada ser feminino, sejam explícita ou implicitamente nos discursos formulados nos diferentes setores do tecido social. Entende-se, pois, que estão na estrutura de

vida das mulheres entrevistadas, as suas bases culturais para que apresentem as características de trabalhadoras, de mães ou de companheiras de seus maridos. É o que comenta LAGARDE (2005) ao identificar os ‘cativeiros’ em que as próprias mulheres se colocam. Isso se pode perceber nas tramas constituídas pelas mulheres entrevistadas, onde se destaca a situação socioeconômica como elemento gerador de dependência no caso daquelas que não conseguem a sua própria manutenção e, portanto, não se sentem autônomas na vida.

A questão do tempo e da espacialidade, abordada por OLIVEIRA (2003) e MILTON SANTOS (2003), aparecem como fatores de importância no estabelecimento das relações familiares das mulheres entrevistadas principalmente, quando têm atividades fora de casa. Procuram ter um mínimo de organização para o exercício das tarefas domésticas, que, na maioria dos casos são feitas por elas mesmas; e pensam na sua organização cuidando da atenção aos filhos e aos maridos e companheiros, quando os têm. Se trabalharem fora de casa, têm preocupação em deixar a família organizada, e atendida de alguma forma. Em alguns casos, embora o trabalho ficasse distante de seus locais de moradia, procuravam realizar suas tarefas domésticas, ainda antes de saírem de casa, para não deixar a família ‘desatendida’.

5) As mulheres entrevistadas são bem conscientes da necessidade do *trabalho* como elemento estruturador de suas vidas e de seus familiares, na medida em que esta *mediação* se apresenta em seus discursos, como uma outra dimensão muito presente. Das entrevistadas, apenas uma mencionou que se não trabalhasse estaria *fazendo artesanato como uma forma de lazer*, embora essa, também, como as demais, considera que *trabalhar traz dignidade*. Mesmo vivenciando situações de dificuldade financeira elas não apresentam ‘acomodação’ e desempenham suas tarefas procurando seguir o que lhe foi determinado, no ambiente do trabalho.

No grupo de mulheres da *CooperUnião*, os vínculos estabelecidos com a Escola 8 de Março causaram uma certa dependência e falta de entendimento para o que era pretendido com o grupo, inicialmente. Com exceção de uma entrevistada, apesar de terem passado por experiências com o trabalho terceirizado anteriormente, as demais lembraram do trabalho em fábrica e de outras atividades como as que garantem um salário fixo, o que na Cooperativa não aconteceu.

As características de um sistema cooperativado em que os cooperados assumem a responsabilidade do negócio, com participação total nos ganhos e nas despesas, não foram bem compreendidas pelas entrevistadas. E o que ficou registrado, do discurso coletivo formulado, é que há necessidade de capacitação para que elas possam exercer a gestão

adequada das formas de relacionamento nos contratos estabelecidos - como saber formar os preços da produção. Tema esse, por exemplo, de cuidado pela coordenação da Escola Oito de Março, mas que só se efetivou com a presença de um funcionário contratado com experiência em gestão de negócios, no final do período de observação desta pesquisadora, quando o grupo já tinha se dispersado.

A questão da estabilidade funcional está inculcada culturalmente nas mulheres entrevistadas dos dois grupos, com o destaque para as mulheres da *CooperUnião* que trabalharam boa parte de suas vidas em fábricas de produção de calçados, na região do Vale do Rio dos Sinos. E esta 'formação para o trabalho formal' vem das origens históricas da constituição da Região Metropolitana de Porto Alegre, onde estão inseridos os dois municípios - Porto Alegre e Novo Hamburgo, regiões de moradia dos dois grupos de mulheres entrevistadas.

Do grupo das mulheres da *CooperUnião*, de Novo Hamburgo, três das entrevistadas migraram com suas famílias de origem, de outros municípios do Estado, e uma delas veio de Santa Catarina, para trabalharem em fábricas de calçados, ainda em seus períodos de adolescência, com outros familiares. Uma outra entrevistada tem origem no próprio município, no entanto, após o casamento mudou-se para Porto Alegre, por um período.

Algumas das mulheres saíram dos processos agrícolas a que estavam culturalmente acostumadas, para desempenharem tarefas cuja base é centrada no uso de máquinas e equipamentos, que segue o modelo de organização industrial fordista, isto é, um processo industrial que fraciona o trabalho em experiências estanques, como a costura, a modelagem e o corte, a colagem, etc.

As passagens das histórias de vida daquelas mulheres reforçam determinadas atitudes e elaborações diante do quadro desenvolvido na região onde elas moram, em suas conjunturas econômicas, sociais e culturais, que tem alternado momentos de grande expansão da produção com ganhos financeiros acima da média do mercado, e outros, de retração, cuja mão-de-obra é desvalorizada e sobra com aumentos significativos de desemprego. Desemprego, que nos dias de hoje pode ser tratado da forma como GAUTIÉ (1998) tratou, como uma invenção do sistema capitalista na passagem do século XIX para o século XX. Hoje, a geração de capital através dos lucros sobre a exploração da mais-valia dos trabalhadores leva a se ter novas *invenções* ao se relacionar as diferentes competências humanas com as aplicações de diferentes tecnologias nos processos industriais.

As várias influências que sofreram nos últimos 40 anos, como já foi referido anteriormente, somadas à acelerada transformação nos ambientes de trabalho, têm trazido como resultado um processo de aprendizado mais lento, no caso da adaptação às novas tecnologias implantadas nos sistemas industriais. Os novos processos têm atingido o que é considerado formal, fortemente substituído pela mão-de-obra terceirizada e pelas precárias relações de trabalho. Essas mudanças forçam, de certa forma, o permanente aprimoramento com cursos e oficinas, que auxiliem no esclarecimento de determinadas atividades desempenhadas por elas. A repercussão desses movimentos relacionados ao mercado de trabalho, basicamente, estão expressos nos Discursos formulados pelas entrevistadas da *CooperUnião*, quando se relaciona o que elas expressaram com as idéias sobre a *família* e o *trabalho*.

De outra forma, algumas das mulheres do grupo do bairro *Restinga* também sofreram com as influências das mudanças ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970, em Porto Alegre, quando o bairro estava sendo estruturado para a instalação de moradias transferidas de outros locais da cidade.

No caso do bairro *Restinga* o processo migratório foi interno, já que muitas famílias se deslocaram para a zona sul da cidade, no novo projeto planejado pela prefeitura municipal. Na expressão das mulheres entrevistadas, a casa, local onde moram com suas famílias no bairro, é o bem mais valioso que reúne, inclusive, a lembrança de outros familiares que já morreram, e serve de referência para os filhos e outros parentes agregados, no seu futuro. Pode-se afirmar que a estrutura do bairro para elas é algo que está consolidado em suas vivências, em que elas localizam suas relações principais com a vizinhança e tecem novos contatos para exercerem suas atividades.

Mesmo assim, como a conjuntura econômica do local não apresenta uma oferta de trabalho para a sobrevivência das famílias pobres, que são a maioria da população do bairro, não havendo nenhuma fábrica instalada, diferentemente da região de Novo Hamburgo, essa população sobrevive de atividades variadas, grande parte exercendo prestação de serviços e se deslocando para outras regiões da cidade para trabalharem, como fazem as entrevistadas.

Embora sobrevivendo em situações de pobreza, buscando diariamente no trabalho remunerado as suas formas de manutenção, as mulheres entrevistadas do bairro *Restinga* aparentemente se colocam como se estivessem em outra etapa de desenvolvimento, do que as mulheres da *CooperUnião*. Para os dois grupos de mulheres entrevistadas a pobreza é materializada diariamente com problemas, como por exemplo, da convivência direta com

situações de violência na própria família e se mistura com as poucas condições financeiras para a abertura de novas possibilidades de estudo, de conforto, de bem-estar da família. No entanto, há um fator de destaque entre elas - as mulheres do bairro Restinga conseguiram atingir um nível de escolaridade um tanto mais alto do que as mulheres cooperadas da *CooperUnião*. Infere-se, portanto, que essa condição lhes oportuniza outras possibilidades de vivências mais abertas para o mundo, com contatos diferenciados e conhecimentos diversos que possam promover melhorias em suas vidas e nas de suas famílias. Situação essa que repercute em suas atividades atuais, de trabalho, e de convivência com a família, aprimorando o relacionamento delas com os demais componentes de seus núcleos familiares. No caso das mulheres cooperadas, a baixa escolaridade lhes limita a uma situação de dependência econômica, maior ainda do que as do grupo da Restinga, embora elas estejam tentando uma formação mais elevada.

Não se pode esquecer, de outra forma, que a população de Porto Alegre tenha alterado seus hábitos em relação às questões sociopolíticas, pois vivenciou nos últimos 17 anos a experiência de governos municipais que trabalharam com a abertura das contas para a discussão pública, no processo do Orçamento Participativo. As práticas de valorização das comunidades foram tão marcantes, embora se comente que houve equívocos nos encaminhamentos políticos, que realmente a população aprendeu a defender suas regiões para ter prioridade na aplicação dos investimentos públicos. Essas práticas comunitárias em si contribuíram certamente para um aprendizado individual e coletivo, que repercute hoje em determinadas atitudes tomadas, já numa condição que ficou registrada no comportamento geral da população. Diferentemente da população de Novo Hamburgo, onde a vida comunitária acontece espontaneamente, sem que a administração pública tenha qualquer ação de estímulo e integração no âmbito social, principalmente.

6) Para as questões relacionadas à *mediação* de *etnia* o que se observou da formulação do DSC das mulheres entrevistadas é que o preconceito está presente na sociedade - elas enfrentam essa realidade permanentemente - embora se perceba que a miscigenação seja a marca principal derivada de suas origens étnicas européias, de negros e índios brasileiros. Para as mulheres do grupo do bairro *Restinga* a raça/cor negra tem sido motivo de seu desenvolvimento pessoal e de grupo, tanto que elas aceitaram participar do projeto realizado pela jornalista Isabel Clavelin. O fato de já estarem participando de atividades vinculadas à Associação Cultural de Mulheres Negras, com um outro projeto de divulgação de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV, lhes possibilitou avanços significativos na sua



maneira de entender melhor a produção midiática - como acontecem os processos comunicacionais e como eles podem ser mais eficientes entre as pessoas.

O contato que tiveram através das 36 oficinas realizadas, com outras entidades representativas da sociedade civil, promoveu maior amplitude de conhecimentos entre elas, contribuindo em suas vivências. O aproveitamento dos conhecimentos adquiridos com estímulos à formação, reforçou um olhar crítico mais forte sobre a mídia, e no discurso coletivo formulado, aparecem as marcas de um processo midiático também preconceituoso, tanto em relação às mulheres, quanto em relação às mulheres negras.

Sobre a representação das mulheres negras na mídia, a discriminação é enfatizada pelas entrevistadas, tanto em programas noticiosos, quanto em programas de entretenimento e, principalmente, nos comerciais. Também nos discursos elaborados são citados os apresentadores de programas de televisão da raça/cor negra. Comentário esse, que seria desnecessário, se o tema fosse tratado com naturalidade pela mídia e a presença de profissionais negros não chamaria a atenção.

O que se denota na formulação do discurso coletivo das mulheres entrevistadas para a forma de apresentação dos problemas das comunidades pobres pela mídia, é que, quase sempre estão relacionados a questões negativas. E aos negros, mais ainda. Associa-se violência, roubo, vício e outros tipos de procedimentos imorais ocorridos em localidades pobres, diretamente às pessoas negras.

Para as mulheres da *CooperUnião*, a ênfase para as questões étnicas, na região do bairro Boa Saúde, embora elas tenham alguma origem alemã ou italiana, não foi tão destacada quanto para as mulheres do bairro *Restinga*. Mesmo não tendo nenhuma participante negra no grupo, uma se auto identificou como ‘*neguinha*’ por considerar-se a mais ‘escura’ do grupo, o que, paradoxalmente, demonstra preconceito, em relação à cor/raça negra, naquele grupo, todo formado de mulheres brancas.

Pode-se entender, a partir do DSC formulado sobre as questões étnicas e as relações estabelecidas nos dois grupos, que algumas mulheres ainda resistem ao reconhecimento da miscigenação presente na população brasileira, originada primitivamente da presença dos índios, dos negros e dos brancos, ao se pensar no passado histórico do país, referido por RIBEIRO (1983), por exemplo. Questões essas que se traduzem na convivência dos filhos, atualmente, com outras pessoas dos locais onde moram, que vão sendo modificadas pela influência da cultura, inclusive, com a adoção de ações e atitudes diferentes de seus pais.

7) Os procedimentos adotados pelas mulheres entrevistadas em relação à existência das *redes informais de comunicação* expressam-se através das diversas referências que fazem aos contatos com outras mulheres, nas suas relações familiares com parentes e com os próprios filhos, além das relações que estabelecem em outros diferentes âmbitos, principalmente no trabalho. Embora não sejam perceptíveis, concretas, estruturadas fisicamente, como se fosse um objeto manuseável, as redes são constituídas com os alcances que as mulheres vão adquirindo através das vivências, quando elas organizam o pensamento e expressam suas idéias, claramente através das palavras.

O ponto central da formulação das redes, a partir das entrevistas realizadas, indica que as relações sociais/comunicacionais ocorridas entre as mulheres nos contextos em que se inserem, são tramadas e se desfiam sutilmente, sujeitas a mudanças e fazem parte do mundo em transformação. É nessas configurações subjetivas que se constitui, igualmente, um *ethos midiaticizado*, ao qual se refere SODRÉ (2002), mesmo na concretude de suas realidades, pois já estão contidos em suas vivências os diferentes processos comunicacionais, com os quais elas vão tramando suas conjecturas sobre o mundo. Percebe-se também, que através da expressão de suas idéias, as mulheres entrevistadas vão dando sentido ao que empreendem como elementos estimuladores em suas relações diárias.

Infere-se, assim, que *as redes informais de comunicação* apresentam elementos ‘retroalimentados’ pelas vivências das mulheres dos dois grupos pesquisados. Por outro lado, percebe-se, também, que apresentam elementos incentivadores de impulso a novas possibilidades de relações sociais/comunicacionais. No entanto, as redes, de modo efêmero, se desfazem e deterioram, principalmente nos momentos de crise, o que pode causar enfraquecimentos nos elos de ajuda mútua, contribuindo para o aumento dos índices de pobreza.

Para os dois grupos de mulheres localizados nesse *estudo de caso*, pode-se afirmar que a formulação do discurso resultante das observações, depoimentos colhidos e entrevistas efetuadas, representa o recorte feito por esta pesquisadora para aquele período localizado no tempo e naqueles locais específicos. A evolução do processo, nos dois grupos, apresentou mudanças em suas dinâmicas e, eventual interrupção na continuidade das relações sociais/comunicacionais estabelecidas nos períodos estudados.

O grupo de mulheres do bairro Restinga encerrou o projeto da Unesco com a jornalista Isabel Clavelin, a partir da premiação com R\$ 10 mil, pela participação no I Prêmio Palmares

de Comunicação - Programas de Rádio e Vídeo, da Fundação Cultural Palmares<sup>151</sup>, em 2006, com o radiodocumentário produzido por elas, inscrito no concurso nacional. Também não tiveram a renovação do projeto de *Multiplicadoras de Saúde*, da ACMUN com a Secretaria Estadual da Saúde. Seguiram, procurando exercer atividades de prestação de serviços remunerados, avançando nos estudos - uma delas concluiu o Curso Técnico de Enfermagem e outra avança no mesmo curso - e, embora considerem o nível de violência alto presente nos seus locais de moradia, nenhuma delas mudou-se do bairro. Pelo contrário, reafirmaram sua determinação de continuar no local na busca de melhoria das condições de vida, com suas famílias. A jornalista exerceu trabalho de *assessora de imprensa* na *Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*, vinculada à presidência da república, por um período, e posteriormente seguiu trabalhando com jornalismo e os movimentos sociais.

Das mulheres que participaram do grupo da Cooperativa de Trabalhadores do Calçado Boa Saúde/Jardim Liberato - *CooperUnião*, em Novo Hamburgo, observado por esta pesquisadora, só permaneceu uma delas na Cooperativa, que tem recebido formação da Escola 8 de Março, e atualmente faz parte do grupo que ensina jovens na produção de tênis, e em projetos de terceirização da mão-de-obra, voltados para a produção e comercialização através de programas da Economia Solidária. No caso da coordenadora da *CooperUnião*, vinculada à Escola 8 de Março, permanece com a sua vinculação, o que não a impede de estar procurando trabalho formal com o curso de Pedagogia, já concluído.

Vale destacar que as relações estabelecidas pelas mulheres dos dois grupos nos processos estudados resultaram na ampliação das possibilidades de novos conhecimentos, que se resolveu identificar como perspectivas a cerca das redes informais de comunicação. Pois, trata-se, nesta tese, de sistemas abertos de trocas, de táticas e estratégias narrativas, autopoieticos, portanto, que se auto-reconstroem ou se refazem em novos momentos e situações. Redes que estão presentes na sociedade com a intervenção dos meios de comunicação de massa e de outros processos comunicacionais, aproveitados pelas mulheres como elementos estruturadores de conhecimento, estimuladores de melhoria das condições de vida da sociedade.

---

151 O grupo vinculado à Associação Cultural de Mulheres Negras, do bairro Restinga de Porto Alegre, participou e ganhou o prêmio, entre 17 projetos de vídeos e radiodocumentários premiados, sobre a cultura afro-brasileira, da Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, do governo brasileiro.

## 6. PERSPECTIVAS A CERCA DAS REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Este tópico - considerado na estrutura da tese como um texto que apresenta algumas elaborações para a continuidade da pesquisa - pretende estabelecer nexos com o que foi até aqui observado, registrado e analisado sobre os discursos formulados pelas mulheres entrevistadas, os depoimentos informais e as observações realizadas na *pesquisa de campo*, por esta pesquisadora, no sentido de reunir elementos prevendo brechas nas discussões sobre as *redes informais de comunicação* estudadas nesta tese. Ao se retomar como referência as questões que nortearam a problematização do objeto de pesquisa, verificou-se que:

*1) As redes informais de comunicação existem na cotidianidade das mulheres que participaram da pesquisa, mesmo que de maneira efêmera com suas variações de tempo e espacialidade, dependendo das circunstâncias vividas.*

*2) As redes informais de comunicação não são visíveis, mas são perceptíveis e se diferem em níveis de sociabilidade, se apresentando de acordo com os interesses estabelecidos pelos grupos organizados (no caso das mulheres entrevistadas), ao mesmo tempo em que se recompõem em outras instâncias das relações sociais/comunicacionais, de acordo com os papéis exercidos pelas mulheres. Papéis esses estabelecidos de acordo com os contratos tácitos formulados nas relações e que as mulheres empreendem como estimuladores de avanços nos diferentes grupos em que se inserem.*

*3) As redes informais de comunicação são realmente elementos agregadores e produzem avanços na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se constituem, mesmo que haja dificuldades para a compreensão dos discursos e surjam conflitos, entre as mulheres participantes. Da mesma forma, que o discurso elaborado por todas contempla o que se estabelece nos âmbitos do privado e do público, em seus diferentes níveis de participação. Embora as redes informais possam se desfilar diante de crises que se apresentam momentaneamente nos grupos pesquisados, elas deixam marcas da convivência e ajuda mútua, propiciando novos conhecimentos, recorrentes para as próximas relações sociais/comunicacionais a serem estabelecidas pelas mulheres.*

*4) As redes informais de comunicação se constituem em alternativas de relações comunicacionais autônomas e abertas, que se compõem, também, com a intervenção dos meios*

*de comunicação de massa e de outros processos comunicacionais vigentes, que contribuem para o desenvolvimento das comunidades locais e regionais. Estas condições foram constatadas nos discursos formulados pelas mulheres entrevistadas, que estabelecem trocas e formulam estratégias de resistência diante da imposição da hegemonia midiática, presente no tecido social.*

*5) Efetivamente, as mediações realizadas pelas mulheres são significativas na constituição das redes informais de comunicação na medida em que, ao serem expressas através da linguagem, se pluralizam em novos pensamentos e em novas relações que vão num 'continuum' se re-elaborando, se re-alimentando, se reproduzindo em novas redes e assim sucessivamente.*

Ao acoplar-se o conceito das *redes de comunicação*, cujas metáforas são citadas por alguns autores, às suposições e hipóteses para identificar melhor a representação das *redes informais de comunicação* e, formulando-se um conceito próprio, percebeu-se o quão factíveis elas são, por se constituírem dentro das realidades das mulheres entrevistadas. O tema se estabeleceu como foco de realização da pesquisa de campo e formulação desta tese, ao se trabalhar com o grupo de mulheres trabalhadoras da *CooperUnião*, do bairro Boa Saúde, de Novo Hamburgo e do grupo de mulheres trabalhadoras do bairro Restinga, de Porto Alegre. Na realização das entrevistas em dezembro de 2006, pode-se perceber a existência das redes informais e a sua constituição a partir das mediações realizadas pelas mulheres, nos dois grupos, mesmo que essas redes tenham tido um tempo relativo de existência naquelas circunstâncias vivenciadas pelas entrevistadas.

A existência das redes só depende dos interesses comuns que vão sendo contemporizados no tecido social, com suas contradições, tensões e conflitos presentes na vida dos seres humanos. A localização das mulheres como elementos fundamentais na estruturação das redes informais, com suas mediações, traz para discussão aspectos presentes nas questões de gênero, que, assumem contornos nítidos da formulação do conhecimento nessas estruturas não visíveis. As redes informais de comunicação são, pois, fluxos contínuos, com ritmos próprios, isto é, acontecem em tempos e espaços diferenciados, com a participação direta dos sujeitos que produzem e consomem comunicação, mas, têm na mediação das mulheres, sua base de constituição.

No entanto, o que se entende por *hegemonia midiática*, ou seja, a dominação dos espaços de produção da informação por aquelas estruturas empresariais que se apropriam dos saberes populares e tentam transformar esses saberes em outros, generalizados, ou

desconstituídos de suas características locais, intervêm também na formulação das redes informais, tornando-as assim, componentes de processos de comunicação. Porém, pela dinâmica das relações presentes nas redes informais, pela história das mulheres que permanece nas suas memórias, nas suas trajetórias e nos avanços cotidianos, essas redes são autônomas e ‘escapam’ às estruturas formais dos meios de comunicação de massa.

O que se pode perceber dos discursos coletivos formulados é que, para além dos recortes propostos nas mediações de gênero, de trabalho, de etnia e de família, no momento em que as mulheres alcançam a oportunidade de adquirirem conhecimento, seja através da elevação da escolaridade, formalmente, ou através de outros tipos de formação, como por exemplo, a formação para o trabalho, aflora-se nelas a ampliação das possibilidades de contribuição para a melhoria das condições de suas vidas, de seus familiares próximos e da comunidade onde estão inseridas.

Ao se tomar como ponto de partida o grupo da *CooperUnião*, percebeu-se que as mulheres não se apropriaram do conhecimento para gerenciarem seu próprio negócio, situação essa expressa em seus discursos, mesmo que houvesse por parte da coordenação da Escola 8 de Março um relativo estímulo para isso. O que ficou impregnado nas suas falas, é que, mesmo contando com o incentivo da Escola, que oportunizou a constituição da cooperativa para aquelas mulheres, ofertando algum tipo de formação, faltou ‘alguém’ para gerenciar e administrar a cooperativa, o que parecia, à primeira vista, que não estava ao alcance delas.

Mesmo havendo solidariedade entre as participantes do grupo, para questões relacionadas à vida privada de cada uma, este sentimento foi pouco utilizado nas questões vinculadas à produção, propriamente dita, não se formulando, de certa forma, discursos públicos, claros, sobre o trabalho cooperativo. Percebia-se que elas aproveitavam o conhecimento adquirido nas fábricas de produção de calçados e bolsas, onde já tinham trabalhado anteriormente, e tentavam ‘reproduzir’ o ambiente, embora houvesse uma outra conjuntura para que exercitassem suas tarefas. Entretanto, considera-se que a ausência de confiança mútua na realização do trabalho coletivo restringiu o discurso delas às experiências vivenciadas em outros ambientes, e pouco entendidas como um processo de sua autoria, naquele ambiente que deveria ser constituído por cada uma e por todas, no grupo.

Não houve, portanto, uma apropriação legítima pelas mulheres, nem do espaço que elas ocupavam naquele momento, nem da capacidade de produção e dos potenciais que tinham para produzir mais e se organizarem melhor, para poderem usufruir melhores

condições de sobrevivência fora da cooperativa. Nesse sentido, notou-se o ‘atrelamento’ ao processo inicial, instaurado pela Escola 8 de Março, que mantinha o grupo em permanente observação, sem providenciar que aquelas mulheres compreendessem melhor qual o significado daquela estrutura que elas tinha à sua disposição.

Apesar de ter sido feito um esforço pela representante da coordenação da Escola 8 de Março, que também foi entrevistada nesta pesquisa, faltou empenho na busca da melhoria de algumas questões, como por exemplo, a formação de uma turma de alfabetização de adultos, a partir da quarta série, como foi solicitado por uma das trabalhadoras. As próprias mulheres se desestimularam na medida em que enfrentaram algumas dificuldades burocráticas para a constituição da referida turma, que teria a participação de outros setores da sociedade regional.

Vale ressaltar que a *CooperUnião* não fechou, mas aquele grupo participante não permaneceu como suporte humano para as discussões que poderiam ter evoluído, na busca de alternativas às situações difíceis que se apresentaram, ou por elas mesmas, ou com o apoio de agentes externos que pudessem contribuir. Também vale a referência para o que elas entendiam e o que elas tinham de ganho concreto com o que produziam. Havia nas entrelinhas das suas expressões a preocupação constante com a sua manutenção econômico-financeira e a de suas famílias, já que dependiam somente daquela geração de renda, para tanto.

As mediações geradas naquele momento foram àquelas relacionadas às necessidades de ganho imediato e, como iriam conseguir melhorar, sem perceberem o potencial do empreendimento cooperativo nesse sentido. Havia condições ambientais e uma estrutura mínima necessária que possibilitasse a melhoria dos seus ganhos imediatos e o rompimento com a lógica assalariada, no entanto, a falta de compreensão dessas possibilidades e a baixa produtividade impediram que se efetivassem. Credita-se, também, aos projetos de formação encaminhados pela Escola 8 de Março, um relativo descuido para que seja executado um trabalho sistematizado, criterioso, com seus formadores, na perspectiva que esses tenham conhecimentos profissionais efetivos e possam contribuir para identificar nichos de mercado que vão surgindo nas brechas das transformações da produção, do comércio, dos serviços e do consumo.

O discurso elaborado pelas mulheres demonstrou essa incompreensão, ao contrário do que foi expresso na formulação do discurso das mulheres do bairro *Restinga*, onde a construção de sentido, a partir da sua atuação como *Multiplicadoras de Saúde*, inicialmente, e depois, como participantes do grupo de Comunicação Comunitária, no projeto *Reaprendendo*

*a Comunicar - A voz das mulheres negras do gueto pra fora*, resultou em mediações de outros conhecimentos adquiridos no exercício daquelas experiências vividas por elas.

Diferentemente das mulheres de Novo Hamburgo, as mulheres de Porto Alegre tinham em suas vivências a necessidade emergencial de atingirem outros patamares de conhecimento, algumas delas já tendo ultrapassado, por exemplo, a barreira da alfabetização e chegado ao Curso Técnico de Enfermagem. Essa evidência relacionada à preocupação de melhorarem o grau de escolaridade das mulheres entrevistadas, chama a atenção desta pesquisadora, já que viviam em situação de pobreza, pois as entradas financeiras eram escassas diante da necessidade de aquisição de alimentos e outros bens de consumo, que oportunizasse conforto e bem-estar para si e seus familiares.

A relação entre trabalho - para a geração de renda - e pobreza - no sentido mais amplo que a palavra possa significar, como a *pobreza humana* que abrange diversos níveis, pode gerar discursos que não demonstram a realidade dessas mulheres que vivem, como tantas outras trabalhadoras brasileiras e de outros países latino-americanos, com salários mais baixos do que aqueles recebidos pelos homens, mesmo naquelas tarefas que possam ser executadas tanto por um, quanto por outro, da mesma forma.

Porém, as experiências relatadas pelas mulheres do bairro Restinga, por exemplo, em relação ao aprendizado que tiveram sobre Comunicação Comunitária e os diferentes equipamentos que se pode usar na disseminação da informação, como os sistemas computadorizados, indicaram a elas outras possibilidades de trabalho. Ao se conectarem via Internet com outras comunidades, em seus locais de trabalho, perceberam o quanto isso pode representar de transformação nos seus modos de produzirem e consumirem a comunicação, cotidianamente. Perceberam que o uso dessas ferramentas pode auxiliar nas estratégias adotadas para gerarem renda e, também, entenderem melhor o mundo em suas conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais.

De outra forma o Discurso do Sujeito Coletivo formulado pelos dois grupos de mulheres entrevistadas, indica que o uso dos meios de comunicação pelas empresas, reproduz os acontecimentos sob pontos de vista diferentes daqueles vivenciados por elas na realidade. Particularmente, ao que se refere a notícias de fatos vivenciados nas suas comunidades, em muitos casos, o fato noticiado é diferente do fato vivido.

Pelas afirmações feitas nos discursos das mulheres entende-se que muitos dos fatos noticiados na mídia, não representam a realidade vivenciada por elas ou de suas comunidades, o que pode ser reconstituído através das redes informais, num processo de constituição de



uma nova versão do fato, para essas pessoas. De outra forma, se uma notícia for construída com distorções e divulgada pelos meios de comunicação de massa, também pode ser reproduzida pelas redes informais da mesma maneira equivocada.

Vale ressaltar que no grupo das mulheres do bairro Restinga a afirmação apareceu com mais intensidade, uma vez que já conviviam com situações de narrativas de acontecimentos próximos a elas, que efetivamente, tiveram visibilidade na mídia e elas perceberam o quanto havia de equívocos. Na época, essas mulheres também já haviam recebido informações sobre as diferentes maneiras de produção das notícias pelos profissionais de jornalismo, com referências à confiabilidade das fontes e os usos dos meios, no projeto de Comunicação Comunitária.

As mulheres entrevistadas explicaram, da mesma forma, que já estavam se preparando para a produção de um programa de rádio a ser veiculado na programação da Rádio Comunitária local, que foi fechada antes do programa ir ao ar. Assim, valores que são considerados significativos na constituição das relações sociais/comunicacionais e estigmatizados pelos grupos dominantes, detentores dos meios de comunicação de massa, podem ser reformulados e re-colocados pelas próprias comunidades.

Diante do exposto, pode-se inferir, pois, que as redes informais de comunicação tendem a contribuir para o esclarecimento de eventuais equívocos produzidos pelos meios de comunicação de massa, reformulando os conhecimentos a partir das dinâmicas instituídas pelas referidas comunidades.

Na visão desta pesquisadora, a formação para a crítica da mídia que as mulheres do grupo do bairro Restinga receberam, oportunizou-lhes constituir um novo olhar sobre a produção jornalística dos profissionais dos meios de comunicação de massa. Essa formação também as provocou a melhorarem seus próprios processos comunicacionais que vão sendo constituídos cotidianamente. Neste sentido, pode-se pensar sobre as perspectivas em relação aos usos dos meios para o trato das vivências comunitárias também como elemento estruturador de conhecimentos e constituinte das redes informais de comunicação. Aqui se aborda a questão da formação dos próprios profissionais de comunicação em seus cursos universitários, que, por experiência própria desta pesquisadora, desconhecem, em sua maioria, as possibilidades de trabalho efetivo junto às comunidades, procurando aproveitar os saberes populares, sem manipulação, e reconhecendo seus valores na constituição de novos canais de expressão.

A apreensão do conhecimento e as discussões sob o foco da ‘formação’ para a crítica da mídia realizados com a jornalista Isabel Clavelin, tendem a fomentar uma visão aberta naquelas mulheres, diferenciando-as das demais, na medida em que se tornam mais atentas para as estruturas da sociedade com as quais vão mantendo contatos, entendendo e assumindo lugares próprios na defesa de sua cidadania. Ao terem tratado de temas como a sexualidade, o preconceito étnico, os direitos civis das mulheres, de forma direta, observando princípios relacionados à defesa dos direitos humanos, e, incorporando isso aos demais saberes que já possuíam, têm hoje elementos para poderem enfrentar situações de conflito, com um discurso mais bem organizado e, com melhor preparação em seus posicionamentos. Como por exemplo, foi o caso da mãe que conseguiu resolver a situação de discriminação de sua filha, na escolinha, relatado anteriormente.

Ao perceberem, através do aprendizado, a importância do uso dos meios de comunicação, as mulheres do bairro Restinga puderam debater e refletir sobre a própria relação entre os meios e as comunidades, a partir da análise dos conteúdos de suas programações radiofônicas e televisivas, além dos textos impressos nos jornais; sobre os modos e formas de produção das informações para chegarem até o público, e o que essas articulações podem causar em suas próprias realidades. Reflexões essas, que não foram feitas da mesma maneira com as mulheres da *CooperUnião*, embora houvesse a preocupação desta pesquisadora em suscitar discussões sobre aqueles elementos relativos aos usos dos meios de comunicação. Não se pode deixar de referir que as mulheres da cooperativa têm experiências bem diversas daquelas das mulheres do bairro Restinga, com saberes próprios, que demonstraram o quão podem desempenhar em atividades intelectuais e operacionais, produtivas, se tiverem oportunidade para tanto. E ao expressarem suas opiniões, também formulam críticas aos procedimentos midiáticos, mesmo que se mantenham ‘distantes’ - parecendo que a mídia está fora de seus contextos cotidianos - e não se insere diretamente em seus saberes.

Ao distinguir-se a produção de um jornal comunitário no bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo, coordenado por um estudante de jornalismo, que está em sua quarta edição, com a contribuição de segmentos da população na produção da pauta, por exemplo, pode-se pensar que essa é uma forma significativa de usar um meio de comunicação, como o jornal, para estimular aquela comunidade a vir a se mobilizar para temas de seu interesse. Não se pode ignorar, igualmente, que há diferenças nos fluxos e nas temporalidades dos processos comunicacionais, para que haja compreensão e o exercício efetivo dos sujeitos produtores e

consumidores de comunicação, na busca da apropriação dos conhecimentos, como é o caso das mulheres cooperadas. Pode-se considerar, no entanto, que ao tomarem conhecimento da produção do jornal em sua comunidade devem, pelo menos, estarem atentas para o que essa produção possa surtir de efeito coletivo, e virem a se tornar colaboradoras efetivas do jornal.

Vale ressaltar, que as experiências brasileiras das rádios comunitárias e de usos dos meios como formas alternativas de valorização das diferentes comunidades, representam uma corrente de resistência presente no tecido social, que disputa francamente com os grupos hegemônicos da comunicação. Embora, a discussão sobre o poder de gestão para determinados grupos do movimento social ainda esbarra na aplicação de uma lei, que não está totalmente regulamentada, essas experiências configuradas, sejam no território nacional ou em outros países, através da organização social, demonstram, ciclicamente, a constituição de estratégias para a renovação dos discursos e das identidades de populações normalmente excluídas.

De outro modo, as redes informais de comunicação têm contribuído para que os usos alternativos dos meios reforcem os processos identitários de diferentes comunidades, onde se forjam os papéis sociais dos sujeitos que produzem e consomem comunicação. Igualmente, são nesses espaços territoriais que vão se estabelecendo não só contra-posicionamentos aos usos dos meios formais de comunicação, mas, também, a abertura para o próprio aprimoramento dos modos e estratégias usados nesses meios, a partir das críticas e das reelaborações do que é transmitido para a sociedade, o que não isenta os proprietários detentores dos grandes monopólios de praticarem políticas editoriais e culturais elitizadas.

Entende-se, também, que o lugar ocupado pelas mulheres entrevistadas é um lugar de poder, constituído por outros micro-poderes internalizados na sociedade, especialmente nos grupos familiares, embora se possa notar que as diferenças entre elas e os homens são mais da ordem da sexualidade do que da busca de cidadania, também reforçados na mídia. Entretanto, quando se trata de situações de desemprego de um dos parceiros notou-se que o outro ou os demais auxiliam na manutenção econômico-financeira do grupo pertinente.

O discurso constituído pelas mulheres entrevistadas é um discurso de referência neste lugar que ocupam, onde elas assumem a condição de mulheres, mães, amigas, vizinhas, trabalhadoras e se desdobram em tantos outros papéis, quantos forem convocadas para exercê-los, sempre que possível de forma autônoma, nas suas realidades. Embora não seja fácil desprenderem-se dos cativeiros impostos por um sistema patriarcal ainda vigente, cuja marca maior se concentra no sistema econômico dominante, cada vez mais globalizado, pode-se

afirmar que são as conquistas, permanentemente buscadas ao longo da história da humanidade, que vão se estabelecendo como suportes para novos processos emancipatórios. No entanto, os discursos coletivos formulados pelas entrevistadas, estão carregados de subjetividade, com marcas de um mundo que tem sido transformado também com as suas contribuições, contradições e limitações, aonde os processos comunicacionais vão sendo constituídos como elementos fundamentais das relações estabelecidas por elas.

Quando se trata de processos emancipatórios dos diferentes grupos sociais a participação das mulheres é destacada, principalmente no que se refere à linguagem utilizada como recurso formador de opinião, de lógicas e negociações para que novas possibilidades sejam alcançadas, observando-se aí elementos de um espírito de dádiva que vai sendo recomposto no cotidiano de cada uma.

Mais do que se pensar nos diferentes espaços de atuação das mulheres, no tecido social, há que se verificar como se forjam os discursos vigentes nos âmbitos doméstico, de produção, do mercado, da comunidade e da cidadania, para se compreender melhor questões regulatórias impostas pelo sistema econômico e cultural vivenciado na realidade. Entende-se, pois, que a intervenção midiática na sociedade reproduz esses discursos, pasteurizando as representações simbólicas complexas, centrando, contemporaneamente, na intensificação do consumo, algumas articulações que perpassam aqueles diferentes espaços de atuação das mulheres, com seus discursos. Assim, ao se verificar os fios que vão compondo as tramas das redes informais de comunicação, percebe-se na base do discurso formulado pelas entrevistadas, cuja situação econômica é considerada de baixo poder aquisitivo, inferências ao que pode ser contraditório, e se apresenta impregnado como o que lhes é necessário para ter dignidade: o trabalho.

A associação feita por algumas delas ao trabalho formal, remunerado, portanto, reconhecido como um tipo de regulação social através dos contratos estabelecidos, onde a exploração da mais-valia é a principal referência, reforça uma distorção ao que podem executar e ganhar na informalidade, aproveitando seus potenciais intelectuais e operacionais, também valorizando o próprio espaço da comunidade.

Ao saírem do espaço privado e estabelecerem estratégias de sobrevivência coletivas, públicas, onde podem contar com a participação de vários integrantes de suas relações, ou não, as mulheres estão compondo parte da base estruturante do sistema vigente, e gerando no interior dos lares profundas transformações que se refletem no mercado de trabalho. A

escassez de empregos está reconfigurando os espaços domésticos e as famílias, de diferentes formas, para o enfrentamento da carência de recursos.

Se o trabalho aparece como um dos recursos mais importantes para a valorização da auto-estima das entrevistadas e a revelação através de suas falas se caracteriza pela busca permanente de autonomia, há que se pensar nas diferentes possibilidades que a ação coletiva dos grupos sociais pode promover para a qualificação dessas mulheres, alterando a realidade que a falta de empregos causa nas suas vidas.

Há um reconhecimento das mulheres para a iniciativa das *Organizações Não-governamentais*, no entanto, há críticas ao exercício do trabalho *voluntário*, sem remuneração: *chega-se num limite de expectativas e promessas que não é possível continuar vinculada ao trabalho voluntário*, afirmou uma das mulheres ouvidas. Essas questões se apresentam para as mulheres, associadas às situações de gestão dos seus processos de interação e operacionalidades de tarefas, e as estimula a constituir seus próprios grupos mais restritos de atividades. O relevante aqui é a percepção de um poder individual, a partir da tomada de consciência de seus saberes comunicacionais e comunitários que se reflete na relação que estabelecem, por exemplo, a partir de uma ordem institucional. Essas mulheres pensam na comunicação como um elemento educador, de construção de processos de formação do seu cotidiano, e discutem com as outras mulheres essa possibilidade de usarem um veículo comunitário para transmitir mais informação a mais pessoas.

Entretanto, há, para além de um discurso estabelecido para as relações de boa convivência nos diferentes grupos sociais, através das redes informais de comunicação, aquelas implicações que apresentam, também, as profundas distorções humanas, para os casos de violência tão intensamente divulgados pela mídia, e que também se apresentam no cotidiano de algumas mulheres entrevistadas, de acordo com seus relatos.

Nos levantamentos de estudos e trabalhos de pesquisa realizados para esta tese, pôde-se apurar uma série de informações relacionadas às situações de violência doméstica a que as mulheres são submetidas, muitas vezes juntamente com os filhos, mesmo que, em muitos casos, sejam responsáveis pela provisão da renda. A desestruturação familiar no contexto de desemprego e salários inadequados à manutenção de uma família pode causar reflexos de um ‘relativo fracasso’ masculino e resultar em comportamentos de violência, fuga ou mesmo na expulsão do homem dos espaços domésticos. Esses são elementos que contribuem para a geração de conflitos nos diferentes âmbitos de participação das mulheres, no tecido social, muitas vezes incompreendida por todos os sujeitos produtores e consumidores de



## REFERÊNCIAS

- ABICALÇADOS – Associação Brasileira da Indústria de Calçados. 2006. *Pólos Calçadistas do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [http://www.abicalcados.com.br/index.php?page=pesquisa\\_polos&est=1](http://www.abicalcados.com.br/index.php?page=pesquisa_polos&est=1) Acessado em 02 de Novembro de 2006.
- AGÊNCIA ESTADO - Agência de Notícias do Grupo Empresarial O Estado de São Paulo. 2006 site acessado em 28/07/2006 <http://www.igestado.com.br/>
- AMORÓS, C. 1991. *Hacia una Crítica de la Razón Patriarcal*. 2a. Edição. Barcelona/ Espanha: Anthropos Editorial del Hombre, 329 p.
- APREA, G. 2004. *Desarrollo Humano: Necesidades y Derechos em torno a los Medios y Tecnologías de Comunicación*. In: Vozes Cidadãs. Peruzzo, C.M.K. (Org.). São Paulo: Angellara Editora, p. 21-40.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTERS. 2006. *Shoppings em Porto Alegre*. Disponível em: [www.abrasce.com.br](http://www.abrasce.com.br) acessado em 23/02/2006
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. 2006. *População*. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=298> , acessado em 23/10/2006.
- BABO, M. A. 2002. *A Rede como Metáfora e suas Implicações*. In: A cultura das redes. (Actas do Congresso ICNC 2001). Organização de Maria Lucia Marcos e José Bragança de Miranda. Lisboa: Relógio D'Água Editores, p.387-392.
- BANCO DE DADOS DA FOLHA DE SÃO PAULO. 2006. Acessado em 20/07/2006. <http://bd.folha.uol.com.br>
- BANCO MUNDIAL. 2003. *Desafios e oportunidades para a igualdade de gênero na*

*América Latina e no Caribe*. Disponível em: [http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/d14ecc777989d4cb85256cde0075be1c/\\$FILE/desafios\\_port.pdf](http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/d14ecc777989d4cb85256cde0075be1c/$FILE/desafios_port.pdf) Acessado em 12 de Agosto de 2006.

- BARCELLOS, T. M., KOCH, M. R. e MAMMARELLA, R. *Tipologia Socioespacial da Região Metropolitana de Porto Alegre: análise preliminar caso de Porto Alegre – 1980/1991*. Disponível no sítio [www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/koch-mammarella-barcellos\\_tiposocsp\\_mpoa.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/koch-mammarella-barcellos_tiposocsp_mpoa.pdf) Acessado em Fevereiro de 2006.
- BAIERLE, S. 1999. *Democracia radical e cidadania: a "economia moral" dos sujeitos*. Artigo in Silva, Luiz Heron da. "Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?" Petrópolis/RJ: Ed. Vozes. Disponível no sítio <http://www.internationalbudget.org/c-drom/papers/systems/ParticipatoryBudgets/Cidade/Democracia.htm> acessado em Out/2006.
- BAIERLE, S. 1998. *Experiência do Orçamento Participativo: um oásis no deserto neoliberal?* Artigo em jornal "De olho no Orçamento" nº 3 fevereiro de 1996. nº 6, abril 1998. Disponível no sítio <http://www.ongcidade.org/artigos> acessado em Out/2006.
- BAUMAN, Z. 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 141 p.
- BEAUVOIR, S. 1980. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 500 p.
- BENSAÏD, D. 2000. *Mundialização: Nações, Povos, Etnias*. In: LÖWY, M. e BENSAÏD, D. *Marxismo Modernidade Utopia*. LEITE, J.C [org]. São Paulo: Ed. Xamã, p.101-123.
- BOFF, L. e MURARO, R. M. 2002. *Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 287 p.
- BOURDIEU, P. 2000. *O poder simbólico*. 3a. Edição, Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 311 p.
- BOURDIEU, P. 1998. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 151 p.
- BOURDIEU, P. 1997. *Sobre a Televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Tradução de Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 143 p.



BOURDIEU, P. 1995. *A Dominação Masculina*. In: Revista Educação e Realidade. Jul/Dez de 1995. p; 133-184.

BRANDÃO, C. R. 1982. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 211 p.

BRASIL, Câmara dos Deputados. 1998. *Lei 9.612 de fevereiro de 1998, institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências*. Disponível no site: <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=372358&seqTexto=1&PalavrasDestaque=> . Acessado em 10/09/2006.

BRASIL, Câmara dos Deputados. 2002. Comissão de Direitos Humanos. Campanha *Quem financia a baixaria é contra a cidadania*. Site <http://www.eticanatv.org.br> acessado em 27/11/2006.

BRASIL, IBGE-Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. 2006. *Perfil dos trabalhadores domésticos nas seis regiões metropolitanas investigadas pela pesquisa mensal de emprego (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)*. In: Indicadores IBGE, março de 2006. Disponível no sítio <http://www.ibge.gov.br/> Acessado em Mai/2006.

BRASIL, Governo Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE–Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. 2000. *Estudos e Pesquisas, Informações Demográficas e Socioeconômicas 8: perfil das mulheres responsáveis pelo domicílio no Brasil, 2000*. Disponível em: [www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/perfildamulher/perfilmulheres.pdf](http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/perfildamulher/perfilmulheres.pdf) Acessado em 10 de Maio de 2006.

BRASIL, Governo Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. 2006. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Programa Igualdade de Gênero e Raça – UNIFEM, e a Diretoria de Estudos Sociais do IPEA. Disponível em: [www.planalto.gov.br/seppir/pesquisas\\_indicadores/raca/presskit/unifem.pdf](http://www.planalto.gov.br/seppir/pesquisas_indicadores/raca/presskit/unifem.pdf) Acessado em Agosto de 2006.

BRITES, J. 2000. *Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores dos serviços domésticos*. Porto Alegre/RS. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social para obtenção do título de doutorado. UFRGS, 239 p.

BRITES, J. e FONSECA, C. (Org.) 2006. *Etnografia da Participação*. Santa Cruz do Sul/RS: Editora da UNISC, 379 p.

- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M.R. 2002. *Trabalhadoras Brasileiras nos Anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf> Acessado em 25 de Outubro de 2006.
- CABRAL, A. 2006. *Conscientização pelo direito a uma comunicação mais democrática*. Disponível no site <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/> . Acessado em 27/11/2006.
- CABRAL, A. 2007. *A TV Digital que o Brasil poderia ter assumido: uma proposta de corações e mentes*. Informações contidas no boletim informativo eletrônico nº 38, ano 5, de Janeiro de 2007, Sete Pontos. Disponível no site: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos> . Acessado em 10/01/2007.
- CARDOSO, F.H. 1997. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4a. Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 303 p.
- CASTELLS, M. 2000. *A era da informação: economia, sociedade e cultura - O poder da identidade*. Vol.2. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 530 p.
- CASTELLS, M. 2000. *A era da informação: economia, sociedade e cultura - Fim de Milênio*. Vol. 3. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 497 p.
- CASTELLS, M. 2001. *A era da informação: economia, sociedade e cultura – A Sociedade em Rede*. Vol.1. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 617 p.
- CASTRO, J. e BERNARDES, L. 2006. *Vamos Construir Juntos a I Conferência de Comunicação Social*. Revista Mídia Com Democracia. Brasília. No. 03. Setembro 2006, p. 29.
- CERTEAU, M. 1996. *A Invenção do Cotidiano*. 2ª edição. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 382 p.
- CIDADE – Centro de Acessoria e Estudos Urbanos. 2003. *Quem é o Público do Orçamento Participativo - 2002*. Disponível em [http://www.ongcidade.org/site/arquivos/biblioteca/pesquisa\\_op\\_01.pdf](http://www.ongcidade.org/site/arquivos/biblioteca/pesquisa_op_01.pdf) Acessado em: Setembro de 2006.
- COGO, D. M.1998. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Ed. Paulinas. 217 p.

- COGO, D. M. e MAIA, J. (Org.). 2006. *Comunicação Para a Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 188 p.
- COGO, D. M. e GOMES, P. G. (Org.). 1998. *O Adolescente e a Televisão*. Porto Alegre: Editora IEL e UNISINOS, 160 p.
- COMITÊ SINOS. *Onde tudo começou*. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/cocomeceu/onde.htm> Acesso em: 10 de Out. 2006.
- COSTA, B. M. 2004. *Aspectos da Desigualdade Racial de Porto Alegre*. In: Porto Alegre assume sua negritude. Mello, M. E Santos, R.L.S (Org.) Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, p. 42-68.
- COSTA, B. 2006. *Precisa diploma para ser-se jornalista? Quem se habilita?* Revista Diplomacia e Negócios, Disponível no site: <http://www.diplomaciaenegocios.com.br/arevista.asp> . Acessado em 09/12/2006.
- COSTA, A. A. A. 2005 *O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*. Disponível em: <http://www.portalfeminista.org.br/GEN/PDF/v5n2/Costa> Acesso em: 20 de Outubro de 2006.
- CLAVELIN, I. 2005. *Relatório Final do Projeto Reaprendendo a Comunicar: a voz das mulheres negras do gueto pra fora*. Relatório manuscrito inédito apresentado ao Programa GRAL – Gênero, Reprodução, Ação e Liderança, da UNESCO, executado pela Fundação Carlos Chagas, bolsista da turma de 2004. 7 p. informação por meio eletrônico.
- DANTAS, M. 1996. *A lógica do capital informação*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 159 p.
- DORNELLES, B. 2004. *Jornalismo “Comunitário” em Cidades do Interior*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzatto, 167 p.
- DOWNING, J. D.H. 2002. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Com a colaboração de Tamara V. Ford, Genève Gil e Laura Stein. Tradução de Silvana. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 542 p.

- EGGERT, E. 2006. *Tramando outros conhecimentos: artesanato e debate temático* Artigo apresentado no GT 56: Gênero, Feminismo e Cultura Popular, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis/SC. Disponível em: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st\\_56.html](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_56.html) Acessado em 10 de Outubro.
- ELIAS, N. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 60 p.
- ENGELS, F. 1980. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 6a. Edição, Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 215 p.
- FADUL, A. 1999. *A Internacionalização dos Grupos de Mídia no Brasil nos anos 90*. In: Pensamento Comunicacional Brasileiro: o grupo de São Bernardo. MELO, J.M. E BRANCO, S.C (Org.). São Bernardo do Campo/SP: Universidade Metodista de São Paulo, p. 336-392.
- FIORI, J. L. 2002. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 236 p.
- FISHER, H. 2000. *El primer sexo – las capacidades innatas de las mujeres y cómo están cambiando el mundo*. Traducción de Eva Rodríguez Halfter y Pilar Vásquez. Buenos Aires: Ed. Taurus, 505 p.
- FISCHER, M.C.B. e ZIEBELL, C.R. 2005. *Mulheres e seus saberes engravidando uma outra economia*. Revista Cadernos de Educação, Pelotas, v. 14, n. 25. p. 18-35.
- FISCHER R.M.B. 2001. *Televisão e Educação: fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica. 158 p.
- FONSECA, C. 2004. *Fofoca, Família e Honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. 2a. Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 245 p.
- FORD, A. 1999. *Navegações: comunicação, cultura e crise*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 338 p.
- FOUCAULT, M. 1995. *A Arqueologia do Saber*. Trad. de Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 246 p.
- FOUCAULT, M. 1999. *Microfísica do Poder*. 14a. Edição, Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 295 p.

- FREITAS, D. 1993. *O Capitalismo Pastoril*. In: A Sociedade Gaúcha. Ensaios FEE. Porto Alegre: Editora FEE, p. 438-465.
- FROMM, E. 1961. *Conceito Marxista do Homem*. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 233p.
- GARCIA CANCLINI, N. 2002. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação* Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa – México Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53  
<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf> - visitado em 20/10/2006
- GAUTIÉ, J. 1998 *Da invenção do desemprego à sua desconstrução*. *Mana*. [online]. Volume 4, no. 2, pp. 67-83. Disponível no sítio  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso) Acessado em Mar/2006.
- GIFFIN, K. 2002. *Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2002000700011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700011&lng=pt&nrm=iso). Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-311X2002000700011 Acesso em: 14 Fev 2007.
- GODBOUT, J. T. 1999. *O Espírito da Dádiva*. Com a colaboração de Alain Caille. Tradução Patrice Charles F.X. Wuillaume. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 255 p.
- GOLDANI, A.M. 2002. *Família, Gênero e Políticas: Famílias Brasileiras nos anos 90, e seus desafios como fator de proteção*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, jan./jun. 2002. Disponível em:  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n1\\_2002\\_2artigo\\_29\\_48.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf)  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n12002\\_2artigo\\_29\\_48.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n12002_2artigo_29_48.pdf) Acessado em 25 de Outubro de 2006.
- GONZALEZ, M. 1998. *Gênero e Pobreza Urbana, Observações para uma discussão*, de Mercedes González de la Rocha, foi publicado no site CIESAS Occidente, Population Research Center/UT, Austin EUA.  
<http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/31e7e4f5a6cc34b285256804004b90fe?OpenDocument>. Acessado em 01/10/2006
- GUIA DE SERVIÇOS DE PORTO ALEGRE. 2006 site  
[www2.uol.com.br/guiapoa/servicos/shoppings.html](http://www2.uol.com.br/guiapoa/servicos/shoppings.html). acessado em 08/10/2006

- HABERMAS, J. 1984. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 397 p.
- HAGUETTE, T. M. F. 1997. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 224 p.
- HOLANDA, S.B. 1984. *Raízes do Brasil*. 17a. Edição, Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 158 p.
- HOLLOWAY, J. 2003. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 330 p.
- IANNI, O. 2003. *Enigmas da Modernidade-mundo*. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 319 p.
- KON, A. 2006. *Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf> Acessado em 22/10/2006.
- KOHAN, N. 2003. *El Poder y la Hegenonía: apuntes sobre la teoria marxista..* Periódico Madres de Plaza de Mayo. N° 6. Disponível em: <http://www.Rebellion.org/argentina/031221kohan.htm> . Acessado em 10/11/2006.
- LAGARDE, M. 2005. *Los Cautiverios de las Mujeres: madesposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 884 p.
- LEFÈVRE, F. e LEFÈVRE, A. M. 2002. *O Discurso do Sujeito Coletivo*. Uma nova abordagem metodológica da pesquisa qualitativa. Caxias do Sul/RS: Ed. UCS, 255 p.
- LEFF, E. 2006. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 555 p.
- LÉVY, P. 2003. *Pela ciberdemocracia*. In MORAES, Dênis de (org). *Por uma outra comunicação mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Record, p. 397-384.
- LÉVI-STRAUSS, C. 2003. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. 3a. Edição, Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 537 p.

- LIEDKE, E.R. 1997. *Trabalho*. In: Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. CATTANI, A.D. (Org.) Petrópolis/RJ: Editora Vozes e Editora da UFRGS, p. 268-274.
- LUHMANN, N. 1997. *O Conceito de Sociedade*. In: Niklas Luhmann: A Nova Teoria dos Sistemas. NEVES, C.E.B e SAMIOS, E.M.B. (Org.). Tradução Eva. M.B. Samios. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade/UFRGS e Goethe-Institut/CBA, 111 p.
- LUHMANN, N. 2000. *La realidad de los Medios de masas*. Prologo e tradução Javier Torres Nafarrate. México: Anthropos Edit e Universidad Iberoamericana, 178 p.
- LYNCH, K.1999. *A Imagem da Cidade*. Tradução Jafferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 227 p.
- MALDONADO, A. E. 2006. *Praxis Teórico/metodológica na Pesquisa em Comunicação: fundamentos, trilhas e saberes*. In: Metodologias de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos. Maldonado, Alberto E. (Org.). Porto Alegre: Editora Sulina, p. 271-294.
- MANCE, E. A. 2004. *Fome Zero e Economia Solidária*. Curitiba: IFIL/ Editora Gráfica Popular, 276 p.
- MARÇAL, J. B. 2004. *A Imprensa Operária no Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: [s.n.], 288 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2000. *Transformaciones Comunicativas y tecnológicas de lo Público*. V Encontro Iberoamericano del Tercer Sector “Lo publico: una pregunta desde la sociedade civil” 31 del octubre al 2 de noviembre de 2000 em Cartagena/Colômbia. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/galaxia/ojs/viewarticle.php?id=3&layout=abstract&OJSSID=da748cf4a9eb1ecb396b336238cd9e31> Acessado em: 09 de Dezembro de2005.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2001. *Dos Meios às Mediações – Comunicação, Cultura e Hegemonia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 369 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. . 2002. *Jóvenes: Comunicación y identidad* Artigo publicado no

Site da Pensar Iberoamérica Revista de Cultura. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/pensariberoamerica/ric00a03.htm> acessada em 29/01/2006

- MARTÍN-BARBERO, J. 2004. *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Coleção Comunicação Contemporânea. Tradução Fedelina Gonzales. São Paulo: Edições Loyola, 478 p.
- MARX, K. 2002. *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. Coleção a Obra-Prima de Cada Autor, Tradução Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 197 p.
- MASSOLO, A. 2002. Artigo: *Foro: Género, gobernabilidad y agendas locales*. PNUD. México. *Notas sobre la gobernabilidad cal, la participación de las mujeres y la equidad de género en la agenda de los gobiernos municipales* acessado em 13/02/2007 no site [www.undp.org.mx/Genero/Doctos/Alejandra%20Massolo.pdf](http://www.undp.org.mx/Genero/Doctos/Alejandra%20Massolo.pdf)
- MATA, M. C. (coord.). 1997. *Mulher e rádio popular*. São Paulo: ALER-Brasil e Ed. Paulinas, 96p.
- MATA, M. C. 2003. *Rádios e públicos populares*. Cópia Impressa. São Paulo: Editora da UNISINOS, xerox.
- MATTAR, F. N. 1993. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Ed. Atlas.
- MATTELART, A. 2002. *História da Utopia Planetária – da cidade profética à sociedade global*. Porto Alegre: Ed.Sulina, 429 p.
- MATTOS, C. A. 2004. *Redes, Nodos e Cidades: transformação da metrópole latino-americana*. In: *Metropolis: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Ribeiro, L.C.Q (Org.). Rio de Janeiro: Ed. FASE, p. 157-196.
- MAY, T. 2004. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Editora Artmed, 288 p.
- MAYOL, P. 1997. *A invenção do cotidiano*. Vol. 2. Petrópolis/RJ: Vozes, 352 p.
- MAZZARINO, J. 2005. *A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-midiáticas do movimento socioambiental - um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, em Porto Alegre*. São Leopoldo/RS. Tese apresentada no programa de doutorado do Centro de Ciências da Comunicação. UNISINOS, 417 p.



- MCCHESENEY, R. W. 2003. *Mídia global, neoliberalismo e imperialismo*. in MORAES D. (org). *Por uma outra comunicação mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Ed. Record, p. 217-242.
- MELO. J. M. 2006. *Mídia e Cidadania no Brasil*. In: J.M. MELO, et al.(Org.). *Mídia Cidadã: utopia brasileira*. São Bernardo do Campo/SP: Universidade Metodista de São Paulo, p. 21-34.
- MELO. J. M. 2004. *A Esfinge Midiática*. São Paulo: Editora Paulus, 335 p.
- MELO. J. M. 2005. *Assis Chateaubriand: o visionário que fundou a nossa televisão*. In: Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história. José Marques de Melo (Org.). Volume 1. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 129-138.
- MELUCCI, A. 2001. *A invenção do presente*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 199p.
- MONTAÑO, C. 2003. *Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Editora Cortez, 288 p.
- MCLUHAN, M.1999. *Os Meios de Comunicação: como extensões do homem*. São Paulo: Ed. Curtrix. p.407.
- NAVARRO. V.L. *Reestruturação produtiva e precarização do trabalho na indústria de calçados no Brasil*. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloX-XI/congreso04/navarro290204.pdf> acessado em 24/10/2006.
- OLIVEIRA, R.D. 2003. *Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco,
- OLIVEN, R. G. 2006. *A Parte e o Todo: a diversidade no Brasil-nação*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 227 p.
- ONU. Unfpa. 2006. *Estado da População Mundial 2006*. Publicação do Fundo de População das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/swop2006/sowp06-sp.pdf> Acessado em 14 de Agosto e 2006.
- ONU. III Conferência Internacional sobre o Racismo. 2001.*Diálogos sobre o Racismo* da

*Campanha Internacional “Onde você guarda o seu racismo?”* que foi criada a partir das discussões ocorridas durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância realizada em Durban, na África do Sul. Disponível em: <http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/forms/saibamais.aspx> Acessado em 05 de Setembro de 2006.

- PAULA, E.L.P. *Fundamentos biológicos da mente e do conhecimento e suas implicações nas ciências humanas*. Disponível em: [http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/erico\\_lopes.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/erico_lopes.htm) Acesso em: 23 fev. 2006.
- PAIVA, R. 2004. *Estratégias da Comunicação e Comunidade Gerativa*. In: Vozes Cidadãs. Peruzzo, Cicília M.K (Org.). São Paulo: Angellara Editora, p.57-74.
- PERUZZO, C. M. K. 1998. *Comunicação nos Movimentos Populares - A participação na construção da cidadania*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 342 p.
- PINTO, C.R.J. 2003. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 119 p.
- POLANYI, K. 2000. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2a. Edição. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus, 349 p.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. 2004. *Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Gabinete do Prefeito/Secretaria de Planejamento Municipal, 102 p.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. 2005. *Bairros Oficiais*. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=67 &psecao=43> Acessado em Setembro de 2006.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana. 2004. *Eu Assumo a Minha Negritude: declare sua auto-estima, sua raça/etnia*. Porto Alegre. Porto Alegre/Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, p.31.
- REBOUÇAS, E. 2006. *O Controle Social sobre a Publicidade Infantil*. Disponível no site <http://www.eticanatv.org.br>. Acessado em 27 de Novembro de 2006.
- REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÕES. RBS 2006. site [www.rbs.com.br](http://www.rbs.com.br) acessado em

22/02/2006

REVISTA DO TERCEIRO SETOR, RITS, 1999. Estrutura das redes. Disponível no site da [www.economiasolidaria.com.br](http://www.economiasolidaria.com.br), [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br) Acessado em novembro de 2005.

RIBEIRO, D. 1983. *As Américas e a Civilização: formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. 4a. Edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 580 p.

RIBEIRO, N. M. B. 2000. *As contra-estratégias de comunicação do Orçamento Participativo do Rio Grande do Sul – 1999-2000*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Centro de Ciências da Comunicação, UNISINOS, 256 p.

RIBEIRO, N.M.B; BRAGANÇA, M. A. 2004. *A Historia do Jornalismo em Novo Hamburgo: apontamentos iniciais*. 3o. Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Novo Hamburgo: Anais do Encontro/FEEVALE,

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. 2005. *Desempenho do mercado de trabalho na RMPA*. In: Boletim da Pesquisa de Emprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, da Fundação de Economia e Estatística. Ano 14 Número Especial Jan/06 1.100 exemplares. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg\\_boletins\\_ped\\_anual.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_boletins_ped_anual.php): Acessado em: 15 de Setembro de 2006.

RIO, E.M.2005. *El Desarrollo Local es Necesario y Possible*. In: Revista Virtual REDESI, número 6 de Janeiro de 2005. Disponível em: <http://redsirevista.cebs-es.org/index.asp?IdArt=151&IdEpi=1051> Acessado em Dezembro de 2006.

ROSO, A.2000. *Mídia Televisiva e Imagens de Mulher: quando vozes sutis nos falam*. In: Construções e Perspectivas em Gênero. Marlene Neves Strey et al. (Org.). São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, p. 75-100.

SAFIOTI, H.I.B.2004. *Gênero, Patriarcado, Violência*. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 151 p.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F. ; LUCIO, P. B. 1994. *Metodologia de la investigación*. México: Ed. Formas e Impressos S.A..

SANTOS, B.S. 2001. *Crítica da Razão Indolente*. 3ª edição, Vol 1. São Paulo: Ed. Cortez,

415p.

SANTOS, M. 2003. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 208p.

SANTOS, M. 2004. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. Edusp, 204 p.

SCHERER-WARREN, I. 2005. *Redes Sociales y de movimientos en la sociedad de la información*. Publicado na Revista Nueva Sociedad, Caracas, n. 196, p. 77-92, mar-abr, 2005 acessado em 15.12.2006

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2006. *As Mulheres são 60% da Informalidade, revela pesquisa*. Disponível em : <http://asn.interjornal.com.br/index.kmf> acesso em: 30 de Maio de 2006.

SEN, A. 2000. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução Laura T. Motta; Revisão Técnica Ricardo D. Mendes. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 409 p.

SINGER, P.I. 1977. *Desenvolvimento Econômico e Evolução urbana*. II Edição. São Paulo: Editora Nacional, 377 p.

SILVEIRA, L.H. 2004. *Rádio Comunitária da Restinga é fechada*. Mensagem de E-mail veiculada para várias redes de discussão no período entre Julho e Agosto de 2004. E-mail: [ourmedia-l@lists.ou.edu](mailto:ourmedia-l@lists.ou.edu) . Recebido em 04/08/2004.

SODRÉ, M. 2002. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 268 p.

SODRÉ, M. 2003. *O Globalismo como Neobarbárie*. In: MORAES, D. (Org.) *Por uma Outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, p. 21-40.

SORJ, B.1980. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 152 p.

SORJ, B. 2000. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 166 p.

SOUZA, C. 2004. *Regiões Metropolitanas: trajetória e influência das escolhas*

*institucionais*. In: Metropolis: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Ribeiro, L.C.Q (Org.). Rio de Janeiro: Ed. FASE, p. 61-96.

SPALDING, W.1967. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Sulina, 320 p.

SQUIRRA, S. 2006. *Apresentação*. In: Mídia Cidadã: utopia brasileira. Melo, J.M., Gobbi, M.C., Sathler, L. (Org.). São Bernardo do Campo/SP: Universidade Metodista de São Paulo, p. 15-18.

TERUYA, M.T. 2000. *A família na historiografia brasileira: bases e perspectiva teóricas*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf> Acessado em 04 de Novembro de 2006.

TIRIBA, L. 2001. *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Tradução Ricardo Saboya e Diego Tiriba e Daniel Tiriba. Coleção Fronteiras da Educação. Ijuí/RS: Editora da UNIJUI, 400 p.

TORRONTÉGUY, T.O.V. 1994. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 188 p.

TOURAINÉ, A. 1998. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Tradução Modesto Florenzano. Bauru/SP: Editora da Universidade Sagrado Coração, 109 p.

THEMIS, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. 1999. *Cadernos de Orientação da Themis*. Porto Alegre: Themis.

THOMPSON, J.B. 1998. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão e Revisão de Tradução: Leonardo Avrtzer. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 261 p.

VERÓN, E. 1997. *Esquema para el análisis de la mediatización* in "Diálogos de la Comunicación". Revista da Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social - FELAFACS, Buenos Aires, nº 48.

VERÓN, E. 1996. *La Semiosis Social Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona/Espanha: Ed. Gedisa, 86 p.

VERÓN, E. 1997. *Cursos y Conferencias: semiosis de lo ideológico y del poder – la*

*mediatización*. Buenos Aires. Oficinas de publicaciones da Universidad de Buenos Aires, 140 p.

VILLASANTE, T. R. 2002. *Redes e Alternativas Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 245 p.

WHITAKER, F. 1999. *O que são redes?* Disponível em: <http://www.Economiasolidaria.com.br>, Acesso em: 20 Nov. 2002.

YIN, R. K. 2005. *Estudo de Caso Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Ed. Bookmann, 212 p.

YUNUS, M. 2002. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ed. Ática, 343 p.

**APÊNDICE 1:**  
**Questionário Orientador das Entrevistas**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO UNISINOS**

**DOUTORADO- Neusa M. B. Ribeiro**

---

**A MEDIAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO  
DAS REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

**Questionário**

Nome:  
Idade:  
Local de moradia:  
Escolaridade:  
Casada ou solteira:  
Tem filhos:  
Trabalha:

**BLOCO I - MEDIATIZAÇÃO**

- 1) Você considera importante estar acompanhando o que está nos meios de comunicação? A quais os meios de comunicação que você tem acesso?
- 2) Qual deles você gosta mais e qual é o que recebe (se expõe) com mais frequência?
- 3) Além dos meios de comunicação comuns como o rádio, o jornal, e a tv, você tem acesso a algum outro tipo de meio de comunicação?
- 4) Como é a sua atenção aos meios de comunicação na hora em que está com o aparelho do rádio ou da televisão ligados?
- 5) Você acha que precisa estar atenta? Ou pode estar fazendo outra coisa e com a comunicação rolando ao seu lado? E com os jornais e revistas, como é?
- 6) Que tipo de atividades você realiza ao mesmo tempo em que o rádio e a tv estejam ligados?

**BLOCO II – TRABALHO/CONVERSA**

- 7) O que significa o trabalho na sua vida?
- 8) Durante a realização de suas tarefas você normalmente conversa, isto é, pode conversar?
- 9) Você acha que é necessário conversar com alguém sobre as informações que recebe?
- 10) Que tipo de conversa você realiza com suas companheiras? (conversas íntimas, gerais, de fofoca, de interesse do trabalho, etc.)
- 11) E quais são os assuntos abordados? (sexo, drogas, entretenimento, trabalho, família, amigos, a realidade econômica, etc.)

**BLOCO III - MEDIAÇÕES**

- 12) Como você repassa o conhecimento que você adquire dos meios de comunicação?
- 13) Você comenta em casa, no trabalho, relações com a comunidade, com suas colegas, sobre as informações que adquiriu dos meios de comunicação em geral?
- 14) Ou a conversa que você realiza está restrita especificamente às questões de trabalho?



- 15) Como e onde são trocadas informações sobre o papel das mulheres, o casamento, a família, o trabalho em si, os filhos, a vizinhança?
- 16) Você faz parte de algum grupo que discute assuntos importantes para família, como o grupo de mães na escola, na igreja, no sindicato, algum outro?
- 17) Como você vê o seu papel hoje?
- 18) E o papel das mulheres do seu grupo de trabalho?
- 19) E o papel das mulheres na sociedade?

#### **BLOCO IV – ETNIA/ GÊNERO**

- 20) Você presta atenção quando os meios de comunicação falam sobre mulheres, ou das mulheres?
- 21) Porque o tema lhe interessa?
- 22) O que lhe chama a atenção quando a mídia aborda o tema “mulheres”?
- 23) Como você considera quando ouve uma entrevistada?
- 24) E sobre a negritude, como você vê o tratamento dado pela mídia?
- 25) Você acha que os meios de comunicação abordam amplamente o tema da raça negra? Há programas, na tv e no rádio, as matérias nos jornais são suficientes quando abordam o tema?
- 26) E no trabalho, como são colocadas questões relativas aos negros e negras?
- 27) Há ampla liberdade no seu trabalho para discussões sobre essas questões?

#### **BLOCO V - REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

- 28) Como você percebe o que os meios de comunicação reproduzem da realidade?
- 29) Qual o sentido que tem pra você as conversas com outras pessoas?
- 30) A partir de suas conversas, você identifica algum tipo de rede (ligação) nas conversas que estabelece com outras pessoas?
- 31) Como você percebe a sua participação na sociedade? Ela é importante pra você?
- 32) Que tipo de alteração você nota quando interfere nas relações de sua família, por exemplo?
- 33) E nas relações com outros grupos em que participa?

**APÊNDICE 02:**  
**Entrevistas Decupadas Brutas**

## ENTREVISTA 1 - Grupo da CooperUnião

42 anos

Moro na rua João Ramão Benem, no bairro Boa Saúde em Novo Hamburgo.

Tenho 2 filhos casada há 18 anos, o filho mais velho com 17 anos e o mais novo 11 anos.

P- Como tu sente o significado do trabalho pra ti Alice?

R -Agora é cada vez mais importante por que as coisas ficam cada vez mais difíceis, porque a gente tem a casa, mas pra conseguir isso precisamos planejar cada passo, o dinheiro sempre foi bem contadinho, a gente se privou de muita coisa, a gente não vai em baile, não vai em restaurante não vai a festas, a roupa compra-se sempre o mais barato para conseguir pagar as contas em dias. Daí a gente planejava e no fim de anos a gente juntava, férias, 13o. Salário pra conseguir construir mais uma etapa da casa. A gente nunca viajava, não ia pra praia, nunca aproveitou essas coisas.

P – E sempre o trabalho esta presente na tua vida, pela necessidade?

R - Nos últimos tempos não trabalhei comecei a trabalhar muito novinha, comecei com treze anos, passando cola, lavando sapato, serviços gerais eu fiz de tudo, em varias empresas, empresas grandes com carteira assinada. Quando casei trabalhei numa empresa ali no Rincão, durante 5 anos, mas no fim estava muito estressada, o filho não queria ficar mais na creche. Daí nos conseguimos comprar o terreno, nós tinha um dinheiro na poupança o meu marido fez acordo nos compramos o terreno. Levou mais dois anos, economizando, comprando coisas, materiais para construir, conseguimos construir, nós viemos morar aqui, não tinha ainda nem piso, a casa não tava rebocada por fora, eu sai do trabalho e eu engravidei no meu filho menor, daí como nós não pagávamos aluguel, e como tinha duas crianças para pagar creche, daí combinamos que eu ia cuidar dos guris. As vezes tinha vontade de procurar serviço, mas eu era um pouco medrosa tinha medo de procurar serviço.

P – Essa convivência com teu marido, de que religião vocês são?

R - Nós somos católicos.

P – O teu marido te estimula pra procurar trabalho, ou cuida pra que você não trabalhe?

R - Não ele me estimule, agora até me falou que vai me ajudar a procurar emprego pois as contas vão aumentando os filhos estão crescendo e se gasta sempre mais. Agora também o mais velho vai trabalhar, daí pelo menos para as despesas dele já adianta.

P - Mas ele não vai abandonar a escola?

R - Não, vai continuar estudando porque isso é importante pro futuro dele.

P -Vocês acham importante os filhos estudarem?

R - Sim é fundamental senão é difícil melhorar, se quer um futuro na vida tem que estudar.

P – O que representou esse tempo trabalhando na Cooperativa pra você? Foi um ano?

R - Foi bastante tempo, só não tenho certeza sobre quanto tempo foi, eu não lembro certo. Eu trabalhei até o início de 2006, agho que março, depois foi fazer os lanches. Aprendi com a cooperativa a ter mais autoconfiança, que ninguém é mais que ninguém, hoje tenho mais segurança e autoconfiança.

P - O que tu acha que faltou na cooperativa pra dar certo?

R - Eles ensinaram assim, ninguém é chefe, todo mundo é dono, ninguém manda em ninguém, cada um fazia como sabia que achava que era correto, lá não tinha ninguém que sabia. Não precisa ter chefe mas é preciso alguém responsável que entendesse do serviço

P - Faltou alguém que soubesse do conjunto do produto, que pudesse buscar serviço?

R - Precisava fazer mais rápido aos coisas, na firma tudo é feito bem rapidinho, precisava de agilidade, lá tudo era feito muito devagar, é preciso produção porque sem produção não entra dinheiro. Na firma sempre é preciso ampliar a produção pra ter lucro e poder pagar os funcionários, na cooperativa faltou alguém que fizesse esse papel. Saber trabalhar sabia mas não conhecia todo o processo de gerenciamento, faltou alguma coisa.

P – Tu achas que o grupo da cooperativa conseguiu entender o sentido de cooperativa, como a Escola ensinava?

R - Sei lá, eu entendi mais ou menos, todo mundo trabalha os custos e os lucros são divididos, cada um ganha proporcional as horas trabalhadas, agora o lucro que entrava era muito pequeno, era muito

pouco pra todo mundo ganhar um salário bom, tinha muito gasto com moto-boy ou com mecânico, os Moto-boy ganhava mais por mês do que nós que trabalhava na produção. O moto-boy ganhava 4 reais ou cinco, se ele é chamado muitas vezes, ela ganhava 100,00 - 150,00 e a gente não tirava isso. Os mecânicos eram chamados 3 ou 4 vezes no mês e tiravam mais que nós que trabalhamos o ano inteiro. Até 200 reais, por quinzena.

P - Tu achas que uma das coisas que tivesse contribuído negativamente foi a falta de um curso, um aprendizado das atividades?

R - Eu aprendi um pouquinho a preparar, a costurar, um pouquinho a preparar calçado, mas era o básico do básico, aí tu tinha que praticar quando entrava serviço, devagarzinho e aprendendo, como entrava pouco serviço nós custava a praticar. Tinha muitos modelos novos, tu não sabe lidar, entrou aquelas bolsas era mais ou menos fácil mas as pessoas se atrapalhavam. E não havia ninguém para coordenar...

P - Tu tens um desejo de te alfabetizar, isso pra mim foi muito forte, tu acha que isso pode ter sido uma dificuldade?

R - Acho que até interferiu, era necessário alguém pudesse lidar com isso, pra mim atrapalhou eu tinha dificuldade pra me expressar, não tinha confiança pra falar e opinar. Eu ainda quero chegar lá, quero aprender sim. Eu acho que tinha que ter uma pessoa que soubesse lidar melhor com isso. Eu acho que isso me atrapalhou um pouco sim, que eu não tinha muita confiança de falar, opinar muito sobre o trabalho.

P - Meu foco era a comunicação, ali tinha uma certa liberdade, vocês eram amigas, solidárias?

R - Eu gostava de todo mundo, respeitava todo mundo.

P - tu te sentia respeitada?

R - Olha eu nunca senti isso, até pode ser que na minhas costas podiam falar mal de mim. Se tinha eu não percebia. As pessoas te respeitam quando estão contigo e depois quando tu vira as costas, falam de ti. Mas eu não sei. Eu também gostava de todo o mundo.

P - Tu falaste antes que tu crescestes na cooperativa, tu acha que isso foi importante?

R - Que antigamente eu não conversava quase, era muito fechada, no meu cantinho, e era do jeito como minha mãe me criou, do jeito que tu pensa sobre o que os outros vão pensar, muito preocupada com que os outros poderiam pensar sobre o que falei. Muito sem falar muito, porque eu poderia falar coisas e os outros iriam pensar sobre isso. Hoje já não sou assim o que falei de manhã pouco importa porque já é passado, o que vou fazer amanhã não é importante, não faço planos vivo cada dia. Hoje eu estou vivendo sem pensar no que aconteceu ontem, e eu vou aprendendo no dia-a-dia e fazendo as coisas que dá pra fazer e tocando a vida.

P - Sobre a comunicação, como tu te informas sobre o mundo?

R - Eu vejo televisão e ouço rádio. De manhã o meu filho liga de manhã cedo, uma rádio que só dá notícia, acho que é a Rd. Gaúcha, escuto junto e depois ele sai, mas o rádio fica ligado, as notícias vêm direto e eu trabalhando às vezes mudo a estação. Os guris vêem tv e à tarde a gente assiste o noticiário na televisão, e jornal é difícil ler jornal, não se compra jornal e nem revista, isso é uma coisa que não se compra pra poupar... uma vez a gente tinha uma assinatura do NH e isso é um gasto a mais, que se tem, mas é uma coisa desnecessária, que não dá pra manter... a gente não tem esse dinheiro disponível... Eu gostaria de ler o jornal mas é difícil.

P - Como tu vê o papel da mulher hoje nos meios de comunicação?

R - Às vezes eu tenho inveja delas. Eu queria estar no lugar delas, elas fazem um monte de coisa, que eu estou plantada aqui, eu queria estar fazendo mais coisas fora de casa, e estou em casa, em dez anos, e só fiquei um ano fora, esse da Cooperativa. Tu sabes o que tem fazer em casa, arrumar as camas, lavar roupa, lavar louça, varrer a casa, o pátio, limpar o chão, fazer almoço mas tu não vê o mundo e fica fechada sem inspiração, e no fim tu fica desanimada, e faz porque tens que fazer, faz aquilo por obrigação.

P - Tu não trocas com outras mulheres, com as vizinhas, na igreja?

R - Eu converso mais com a vizinha daqui do lado, mesmo ela trabalhando fora, a gente consegue trocar uma informação, sempre a gente conversa.

P - Tu consegues conversar em casa com os filhos e o marido sobre as notícias dos meios de comunicação?

R - Às vezes a gente conversa sim. Mas pouco.

P - E como os teus filhos te enxergam?

R - Eu não sei, nunca pensei nisso. A gente conversa sobre várias coisas, com os filhos. Não temos restrição. A minha mãe nunca falava sobre essas coisas comigo, somos em 5 mulheres, 5 homens, e a minha mãe não falava quase com a gente sobre assuntos mais. Eu nasci em Santa Catarina e meus pais - e eu tinha 12 anos quando viemos pra cá. Eu nunca me esqueço que completei meus 13 anos aqui em Sapiranga. Comecei a trabalhar na fábrica de calçados.

P - O que é que te falta para sair mais, procurar emprego, mudar a vida?

R - Não sei o que é que falta. Eu acho que a busca pelo trabalho ajudaria a mudar a minha vida, mas acho ainda que o estudo seria melhor. Eu acho que neste semestre eu vou buscar um estudo à noite, junto com meu filho. Quem sabe não é aí que a coisa se resolve. Tudo o que a gente aprende a gente fica com o conhecimento. Antes eu tinha um medo de trabalhar na máquina de costura. Depois que a mãe me deu a máquina, agora já sei trabalhar bem e me virar.

P - E em relação às diferenças das falas das pessoas, das coisas da compreensão da língua alemã, isso ainda te atrapalha ou não?

R - Aprendi a falar o brasileiro, depois que a gente veio para a cidade, a gente foi obrigada a aprender depois que veio a lei que proibia o ensino do alemão e aí quando a gente veio, eu aprendi o brasileiro. E agora se tem alguém, eu entendo tudo, mas falar eu falo atrapalhado, eu não consigo mais falar como eu era menina. Com a minha prima, converso em alemão e brasileiro. A mãe dela fala só o alemão. E eu já não consigo falar tudo, misturo as coisas.

P - Sobre a questão da origem alemã houve algum problema de discriminação?

R - Nunca tive problemas. Eu respeito todo o mundo e o pessoal me respeita também, num teve isso. Eu acho o seguinte são todos seres humanos, e a gente tem que respeitar todo o mundo e se a gente respeita os outros também respeitam a gente. Não me preocupo com isso nem nos meios de comunicação. Eu acho que todos as pessoas são seres humanos, a gente tem que aceitar todo o mundo. A vida da gente é curta e não adianta ser grande coisa, conseguir uma fortuna, e a gente pode morrer em seguida. Se a pessoa tem o suficiente para viver bem, com algumas festas, estudar, trabalhar bem, ganhar para si e sua família, eu queria que todos tivessem pra viver bem... Acho errado a ganância das pessoas... Quem tem muito dinheiro vai morrer e não levar nada. Muitos roubam muito pra nada...

P - Sobre as trocas das informações tu acha que é possível a gente ajudar a família, e a contribuir com a sociedade?

R - Acho que é bem importante o papel da mulher, acho que os filhos aprendem os valores na família, os princípios, ser uma pessoa honesta, que trabalha, tira seu sustento, e que tem que se cuidar, para não ter que fazer coisas indevidas, esse é um papel da mãe, eu ensino meus filhos para aproveitarem bem o estudo, para terem uma profissão, para terem uma renda e sobreviverem porque as coisas ficam cada vez mais difíceis. A gente tem que trabalhar para viver melhor. Saber se comunicar bastante, eu sempre incentivo eles a se querem uma coisa, devem ir atrás. Quando eu era pequena e chegava a minha vez de falar, imaginava tudo que eu precisava comprar, e na hora de falar, me fechava a garganta, E EU CHORAVA E NÃO CONSEGUIA PEDIR. E desde pequenos eu ensinei que não precisassem ter medo. Tem que saber as coisas para não ter medo de viver.

## **ENTREVISTA 2 - Grupo da CooperUnião**

P - Eu estou vendo que você está com seus filhos, na tua casa, com um relativo conforto na tua vida, nesse momento, eu gostaria que você se apresentasse, há quanto tempo você mora aqui nesse local?

R - Eu tenho 44 anos, eu moro aqui há sete anos, tenho sete filhos, três casados.

P - E tu és natural de Novo Hamburgo?

R - Aham, sou.

P - E dessa região aqui, não?

R - Perto da região de Novo Hamburgo, e é divisa com Estância Velha.

P – Bom, em relação ao trabalho, a gente sabe que a situação de vida normalmente depende dessa condição. As mulheres para terem uma vida de contribuição no casamento, também têm saído pra rua pra trabalhar. Como é essa situação na tua vida, desde quando tu trabalhas, qual é a tua vivência profissional?

R - Eu comecei trabalhando com 13 anos, trabalhei um ano e meio na mesma firma, depois eu saí dali pra trabalhar num atelier, daí depois trabalhei na mesma firma de novo mais um ano e meio daí saí dali pra casar, aí fiquei um tempo parada, voltei, vim embora de Porto Alegre, larguei meu marido e vim pra Novo Hamburgo em 1994 pra trabalhar no calçado de novo pra sustentar meus filhos; Aí trabalhei três anos ali, no Atelier do Tito, depois peguei na Cristofoli, fiquei algum tempo, depois peguei em outro Atelier, fiquei mais um tempo, e agora to ali na cooperativa. Mas ali na cooperativa tu viu como é não tinha retorno algum, nas outras empresas tu tens todos os direitos já na cooperativa não.

P - As tuas experiências nas empresas anteriores à cooperativa, como foram?

R - Tu trabalhaste com carteira assinada, com registro? Claro, eu tinha meus direitos, tinha férias, décimo (terceiro salário), tudo, era uma coisa normal quando é firma. Mas ali (na cooperativa só foi pra traz).

P – Quantos anos tu trabalhou assim com carteira assinada, 15 anos?

R - Não, não tem tanto tempo, eu trabalhei em bastante atelier ‘frio’. Nos ateliers geralmente era frio sem carteira assinada. Às vezes recebia décimo, às vezes não, não recebia férias, nunca recebia FGTS...

P – Então, normalmente o trabalho informal que é feito nos ateliêrs tem essa coisa de não cumprir com a legislação adequada?

R - Não, quando contratam *frio* eles não cumprem mesmo.

P – E como que foi a tua ida a cooperativa, como que tu soubeste da cooperativa, como que as pessoas te levaram pra lá?

R - Uma amiga trabalhava na cooperativa e ela era meio que uma diretora da cooperativa. Aí ela veio aqui em casa, ela já tinha vindo três vezes aqui pra me chamar pra trabalhar.

P – E o que é ser “preparadeira”?

R - É assim: o corte vem passado pelo couro, eles cortam na forma do sapato, que varia de modelo, tem vários modelos, tem bota, tem sandália, tem tênis, então vem tudo cortadinho naqueles moldes do modelo, aí esses moldes vão pros ateliêrs ou pras firmas, pras fábricas, e vem com várias pecinhas pra gente montar, e assim vai montando o sapato, pra depois passar pra costureira, pra depois voltar pra fábrica pra ser montado, que é botado pra forma, que é lá que se põe a palmilha e pra ser colocado a sola, aí fica pronto o sapato.

P – Então tu tinha a experiência de preparadeira, e aí a amiga apareceu aqui e te convidou?

R- É, mas eu não tinha bem certeza se queria fazer, mas ela me disse do salário, mas eu não achei muito bom, ainda assim ela veio ainda duas vezes, aí eu me convenci e fui. Aí foi lá que elas ficaram conhecendo o meu trabalho, e elas ficaram meio com o pé atrás, porque eu não gosto que as coisas saiam errado e quando põem a culpa em coisa que eu não fiz eu já saio logo do trabalho. Aí eu vi que a coisa estava muito mal feita, aí eu reclamei, e não gostavam... Aí só tinham pessoas ali que se criaram errando, e viram que eu fazia certo e começaram a elogiar o meu trabalho, “A fulana é uma boa preparadeira, tem que segurar ela”, aí eu vi que não tava dando em nada eu vim embora aí foi aí que a coordenadora me chamou pra lá de novo, aí a outra que era chefe do grupo, pediu pela minha ajuda e aí ela saiu e eu fiquei. Fiquei lá entorno de uns 9 meses.

P – E como que era, assim, a relação de vocês internamente com o pessoal da Escola Oito de Março? Não tinha queixa deles.

P – Eu queria que tu explicasses: o grupo que iniciou o projeto da cooperativa sentia que a cooperativa podia ser um organismo dos trabalhadores, mesmo, próprio de vocês, das mulheres, ou não?

R - Não, eles acreditavam que podia dar, mas pra mim, aquelas pessoas que tavam lá antes de mim fizeram um curso, não vou te dizer que pode ser um curso de categoria, mas ensinaram ali passo-a-passo como fazer o sapato. Não dá pra dizer que elas ficaram profissionais; Não sei o que tem ali que não dá certo... Porque acho que é pouca experiência, mesmo.

P – Então tu acha que o que não deu certo foi isso, a falta de experiência das trabalhadoras?

R - Sim, pouca experiência. [...]. Eu entendendo que quem é preparadeira, não tem essa de dizer que só sabe fazer isso, não sabe fazer mais nada, que passo por uma fábrica conhece todas as etapas do processo de fabricação do sapato.

P – Então tu achas que a trabalhadora que já trabalhou numa fábrica tem que ter a noção de toda a preparação, até o fim, saindo do modelo, até a preparação?

R - Sim, sim; Eu só não entendo da costura, faço de brincadeira ali, porque cada peça tem um nome: tem a biqueira, tem o robra-pó, tem a parte traseira, a lateral...

P – Uma parte é a parte operacional do trabalho. É montar o sapato, tudo direitinho. Isso é uma coisa, dar a operação usando máquinas; a outra coisa é a parte administrativa, que era a busca dos contratos, que era ir atrás, vender o trabalho de vocês... Pois então, na cooperativa, a discussão principal é exatamente a estrutura da gestão. Quem é que contribui, quem é que administra, quem é que mantém a cooperativa viva, não só pelo trabalho mas pela parte administrativa, pra que ela se sustente... Não é assim?

R - Todas as mulheres que assinavam cada uma tinha o seu dever, uma era tesoureira, outras tinham outras atividades, até eu botei meu nome lá, não lembro o que eu era, a já sei eu era secretária.

P - Tu leste o estatuto?

R - Eu li o Estatuto, não podia ter saído, mas não tava dando retorno, o meu nome ainda está lá.

P – Alguém explicou pra vocês como se dá o processo cooperativo, que vocês deveriam ser as donas do empreendimento e a Escola 8 de Março sair de lá?

R - Sim foi dito, não posso te dizer que fosse dono permanente, pelo que entendi a gente era dona enquanto estivesse lá. O papel da Escola era formar a Cooperativa qualificar todo mundo quando todo mundo estivesse pronto eles se mandavam pra frente, só que isso nunca aconteceu.

P - O que tu entendeu desse processo de organização das mulheres como tu explica isso?

R - Só que aquilo foi pensado para trabalhar com pessoas de baixa classe, que não tivessem outra forma de sobrevivência, só que eles pegaram pessoas que não sabiam nada do processo de fabricação de sapatos, provavelmente nunca trabalharam com calçados, porque se tu já fez uma vez não precisa muita explicação para tu entender. Daí essas pessoas tinham medo de começar o trabalho pediam 2 ou 3 vezes para explicar outra vez o processo. Serviço tinha bastante só que foi muita 'pisada da bola', foram muitos erros. Numa ocasião eu fui às firmas pra fazer as amostras e trazer as encomendas, fui também na fábrica de calçado fiz as amostras, foi quando eles gostaram muito e elogiaram, ficou perfeito, eu não quero nunca ser melhor que ninguém, mas eu me desgostei de algumas coisas ali e saí, aí entrou aquela outra, ela se inchou toda e cresceu, ela dizia assim "o que eu fizer de tênis vai ser só meu, o que eu fizer de sapato vai ser só meu, e não é assim a produção é dividida com todo mundo, eu estava fazendo umas botinhas estava saindo tão bonitas as botinhas, mas eu saí e ela continuou fazendo as botinhas, mas fez tão errado que o pessoal da firma veio e tirou a encomenda, depois eles vieram e perguntaram por mim, quando descobriram que eu não estava lá não repassaram a encomenda. Acho que ninguém tem que ser melhor que ninguém, se tiver um problema vem e mostra que a gente procura corrigir. Essa Janete veio e procurou fazer a divisão, porque antes nós era tudo colega, te lembra da Evanir a coisa mais querida com ela não tinha ficar parada, ela estava sempre procurando serviço, não tinha ponta ruim, apesar de ela ter dificuldade ela fazia tudo da melhor forma.

P- Como tu, com toda essa experiência de vida, vê isso? Como o trabalho é pra ti na vida?

R -Eu criei todos os meus filhos sozinhos, quando eu vim de Porto Alegre, de volta pra Novo Hamburgo, o Gabriel tinha 2 meses, já fazem 14 anos que vim de Porto Alegre, eu trouxe 3 filhos maiores os outros ficaram com a minha sogra, quando já fazia 6 meses que eu estava trabalhando ela trouxe os outros, morei numa peçinha menor do que essa aqui com seis filhos pequenos. Eu me virei pra que eles não passassem fome, porque quando nos estava ainda com o pai deles as crianças passaram fome, já eu me virava, quando saía da fábrica de calçado que não arranjava imediatamente outra coisa pegava uma faxina e levantava um dinheiro para trazer comida. Já agora com o pai desse último quando nos nos juntamos eu voltei a ficar um pouco parada, porque ele ganhava bem, mas eu sempre fazia uma faxina ou outra, daí ele morreu eu tive que voltar a trabalhar mais, agora que eu to um pouco parada. Porque agora os meninos todos ajudam, a Jaqueline casou com 18 anos e foi com o marido pra Rio Grande, o Maicon tava até a pouco parado e agora arranjou um trabalho e agora também casou, mas tem os outros três o Moises e o Jonatas e o Jardel eles trabalham e ganham super bem Neusa, apesar que eles não tem assim uma profissão, O Maicon tem 2o. Grau, a Jaqueline nunca rodou mas

não consegui completar o 2o. Grau o Moises tem só o primeiro grau, terminou a oitava e o Jonatas tem a 7a. Série, então agora só tem os dois pequenos estudando. Pra quem não tem uma profissão eles não ganham pouco, eles ganham um tanto na carteira o outro por fora, em torno de R\$ 500,00 por mês cada um.

P – Voltando a essa questão do trabalho, como é isso, é uma necessidade tua como pessoa?

R - quando eu vivia com o pai desse aqui, eu não tinha nada, quando vim de volta pra NH vim sem nada, ta certo que alguma coisa que tenho aqui foi comprada com o salário do meu último marido, mas a maioria das coisas que tenho aqui foi comprado com o meu trabalho, só pagando prestação só pagando. Construí e mobiliei a casa trabalhando, o pai deles nunca deu uma pensão nunca deu um presente, agora eles estão adquirindo as coisa deles também com o salário, agora compraram um celular. Sabe o que os pequenos fizeram outro dia Neusa, juntaram garrafa PET e venderam conseguiram R\$ 40,00 daí os mais velhos reclamaram: “a nossa casa ta virando um lixão, vamos parar com isso, vocês não servem pra catar lixo”.

P – Como era a tua relação com o grupo?

R - Mas nós éramos amiga, comunicativas, problemas até de casa a gente colocava uma com as outras, a única coisa que houve ali foi quando chegou aquela outra que ai o pessoal começou a virar a cara....

N – Como o grupo via a situação da homossexualidade da colega que trabalhava com vocês?

R - Comigo ela nunca tocou no assunto, mas isso nunca foi motivo de comentário, só uma vez que os meus gurus foram lá e as outras acharam eles muito bonitinhos menos ela, daí ela disse: “olha só, só falta querer estrupar os gurus”, entre nós esse papo da opção sexual dela nunca rolou, me comentaram que entre outras pessoas havia uma afinidade muito grande entre ela e outra colega, uma era muito ‘puxa-saco’ da outra. Quando ela ‘rodou a baiana’ lá dentro, eu disse que isso não me servia e saí. Quer dizer que o comportamento de uma pessoa desestruturou o relacionamento de solidariedade e companheirismo do grupo.

P – Como o grupo se relaciona umas com as outras individualmente, fora da cooperativa?

R - Não, quem eu fui visitar que fiquei constrangida porque a gente se dava bem no grupo, outro dia tinha ido levar os meninos no dentista passei em frente da casa dela e vi uma sombra maravilhosa e um banquinho daí sentei com os gurus e mexi com ela, tu acredita que ela não saiu pra fora, não veio conversar comigo só abriu a porta me cumprimentou e voltou pra dentro, eu não entendi direito, achei estranho e fiquei chateada. Eu sou de conservar as amizades, já tinha notado essa coisa também outro dia quando nos encontramos indo pro mercado, pensei que a gente ia bater um bom papo, vi no Mural que tem lá um emprego de costureira e comentei com ela que não me deu nenhuma bola.

P - como era a relação do grupo com aquelas que eram de origem alemã?

R - Não por isso não, elas não falavam em alemão perto da gente, só a uma que conseguia um serviço dumas bolsas, numa empresa em que o patrão e a secretária gostavam muito dela porque ela sabia falar alemão, daí sim no telefone com eles ela falava em alemão.

P – E como era a relação entre vocês com as individualidades de cada uma, as características individuais de cada uma afloravam no grupo?

R - Sim todas nos sabíamos um pouco da vida da outra, eu sabia que a fulana tinha uma quedinha pelo meu companheiro, uma vez falei pra ela que estaria na Cooperativa, ela ficou bem brava, a outra tinha um marido careca, o grupo gozava dela, e ai o marido dela comprou um carro e não sabia dirigir. A outra colega tinha aquele problema com o esposo que tava deixando ela, pagava aluguel, nós ficava todas assim, “com que dinheiro ela paga o aluguel?” eu achava que ela ganhava alguma coisa por fora, será que não (da cooperativa)? Pra todas nós ficou a impressão que ela tinha alguma espécie de privilégio na cooperativa.

P – E como se estabeleciam as trocas e a comunicação no grupo, vocês tinham horário pra conversar, ou conversavam enquanto trabalhavam, como era?

R - Ali era diferente de uma firma onde tinha chefe, ali ninguém mandava, surgia um assunto na minha mesa todo mundo comentava, o tom de voz era alto. Às vezes uma pessoa tinha constrangimento e isso passava para as outras, não de mal, mas acontecia, as outras queriam ajudar, por exemplo assim, ali todas ganhavam pouco, alguém comentava que ficou sem dinheiro pra comprar o leite outra de propunha a ceder um litro pra ela nesse momento. Outro dia aconteceu que a que tinha um filho mais novo terrível, e ela foi chamada na escola a professora mandou o menino embora da aula pra ele organizar a cabeça, ela ficava nervosa e nós dizia pra ela ficar calma, ela passou a ir na igreja, nós dizia



“coloca na mão de Deus ele é criança isso vai passar”. Tem outra coisa, a gente tem que ver os defeitos dos filhos da gente, pode ser bem de cantinho pra os vizinhos não ver, ela tinha uma mania de acobertar se alguém gritava com o filho dela ela brigava por eles, e a gente dizia, fulana não é assim tem que chamar a atenção dele senão ele não muda. Essa situação vinha bastante, e ela sempre foi uma pessoa que segurou muito aquilo ali, eu fiquei sentida dela sair e não ganhar nada nenhuma indenização.

P - Nesse aspecto da comunicação, essa experiência na cooperativa contribuiu para que vocês alterassem o jeito de ver o mundo, de entender as coisas?

R - Olha nós nunca tivemos oportunidade de nos encontrar e comentar sobre aquela experiência, sabe eu gostaria de reencontrar o grupo, eu gostei de trabalhar ali, tirando aqueles problemas que houveram, alias agora eu to parada e só tenho os dois pequenos em casa, sabe né a gente tem que estar sempre na ativa e agora eu to um pouco desativada (risos).

P- Como tu te informas sobre o que está acontecendo no mundo em NH, tu lê jornal, houve rádio, quais são as tuas práticas?

R - Eu gosto muito de ler, outro dia os guris acharam uma caixa cheia de revistas e me deram, pra que eu passava a noite lendo, o Jardel outro dia, eu já estava indo dormir trouxe um livro e me disse olha aqui tinha uma foto de uma criança desnutrida na Índia ou na África, onde as pessoas caminham longas distância pra conseguir o que comer, essa criança com uma panelinha caída e um abutre esperando ele morrer, pra que fiquei muito chateada, não consegui mas esquecer aquela imagem., muitas coisas eu leio e guardo depois fico pensando por muito tempo.

P – Sobre esse teu pensar, como você transforma essa informação?

R - Como eu transformo, por exemplo outro dia eu preparei um prato de comida bem temperadinha com bastante tempero verde e dei pro Jardel e ele me devolveu dizendo: “Não quero odeio tempero verde” ai eu respondi pra ele “olha Jardel, cuidado o urubu” (aquele da foto que ele tinha me mostrado no livro) disse pra ele, lembra daquela foto, aquela criança morrendo sem ter o que comer e tu recusando uma comida boa que a mãe fez com carinho, eu boto bem as claras assim.

P – Tu assistes televisão, ouve rádio?

Televisão eu não vejo, a TV ta lá no quatro dos guris, agora já faz um mês que eu não vejo TV, depois que o Alexandre foi embora daqui eu não tenho vontade de ver televisão. Já o rádio eu ouço, todos os dias eu ouço o programa da Jovem Pan, é de manhã um programa de notícias, também assisto um programa de notícias do Senado, só de notícias de política. Por exemplo, agora inventaram uma lei que pra se divorcia não precisa mais ir no Fórum, basta ir no Cartório.

P – No que esse tipo de informação te ajuda, pra que te serve?

R - A eu passo pra outras pessoas, essa notícia do divorcio eu já repassei pra um monte de vizinhos.

P- E com teus filhos, essas notícias te serviam pra comentares com eles, como tu fazia?

R - Tá então deixa eu te contar uma coisa bem antiga: deu um programa num Globo Repórter só sobre drogas. Crianças bem novinhas que morreram por causa das drogas, outros que foram presas na Febem, sabe o que eu fiz? Eu sabia o dia e a hora que o programa ia passar, reuni todos eles e disse nós vamos assistir esse programa juntos quero que vocês saibam o que acontece com quem usa drogas. Depois nós coversamos bastante sobre o que foi apresentado no programa, no começo foi bastante difícil, eu fui tratada com inferioridade diante dos meus irmãos, nós não tinha TV eles chamavam meus filhos de coreanos, eles tinham mais posses moravam com minha mãe nunca casa que valia 170 mil, enquanto eu morava numa peçinha minúscula com todos os filhos. Eu sonhava ter uma casa bem bonitinha criar meus filhos bem arrumados, ter um carrinho mesmo que usado, pra os outros não pisar na gente. Minha mãe sempre viveu bem meu pai sempre foi comerciante, tinha épocas que ele tinha 14 terrenos, uma vez ele quis me dar 3 terrenos. O pai sempre pagou INSS como autônomo, milha mãe ficou com uma pensão de 7 salários meus irmãos nunca trabalharam. Quando o pai faleceu deixou uma herança igual pra nós três e nós contratamos meu ex-marido pra construir pra gente, ele comprou tudo igual pra nós três mas só quem conseguiu construir foi eu, o Paulo em vez de construir foi se divertir em Tramandaí, os amigos sabiam que ele tinha dinheiro foram pra lá e ajudaram ele a torrar o que tinha. Procurei os terrenos, fui ver no Parque Liberado, chegamos nesse local não tinha nenhuma casa mas era um local muito bonito, voltei direto na imobiliária e comprei à vista, e o meu ex-marido cons-

truir essa casa, só que ninguém me instruiu só depois que o meu último marido me explicou que tinha que pagar imposto, agora to parcelando o pagamento desses impostos.

P – Uma vez tu me falaste sobre cartas da tua neta, como você faz você escreve com frequência?

R - Minha filha lá em Rio Grande de vez em quando me escreve e eu respondo, mas agora já faz algum tempo que não nos correspondemos, depois que o Alexandre saiu de casa fiquei com a cabeça meio avoada. Mas eu também mando torpedo no celular, e ligo pra eles. Um dia tava chovendo aqui mandei um torpedo dizendo: “mas que chuvão aqui”. Outro dia disse: Os grandes amigos nunca se separam, apenas seguem caminhos diferentes.

P - Como tu vê a presença feminina na Comunicação, como tu entende a forma como os meios de comunicação retratam a mulher, na TV e no Rádio?

R - Acho que a mulher esta bem avançada em relação ao homem, e ganhou bastante espaço nos meios de comunicação. Tem mulheres que tem muita cabeça pra expressar o que pensam, as vezes fazem melhor que os homens, acho que não há inferioridade das mulheres.

P - Mas como tu vê o uso do corpo feminino nos meios de comunicação?

R - Às vezes é, às vezes elas se expõem demais, é uma forma de ocupação equivocada do espaço porque elas se expõem mas também se desvalorizam. Mas quando tu vê uma jornalista como a Fátima Bernardes eu acho muito lindo aquilo, no rádio também há mulheres apresentado as notícias, acho isso muito bonito. Há também mulheres fazendo reportagem na rua, fazendo pesquisas ou ensinando na escola isso eu acho legal, porém se expor de forma abusada eu também não gosto.

P– Além da TV e do Rádio, tu já foi no cinema, vê filmes em vídeo, utiliza outras tecnologias?

R - Já fui sim no cinema, também já vi vídeo, DVD essas coisas, eu gosto muito de romance e odeio qualquer coisa que tenha terror.

P – E música, tu gostas de música, costumava ouvir?

R - Sim gosto, o Alexandre cismava comigo porque eu entrava dentro das letras das músicas, tem algumas que me incomodam muito, por exemplo, tem uma música que diz: Qual é o homem que não enjoa do feijão com arroz e não prefere outra lá fora pra levar pra jantar, e passear de automóvel. Isso me incomoda muito. Mas já se a musica é romântica eu gosto e viajo na canção, presto atenção na letra eu faço uma novela. Tem aquela música que diz que o rapaz foi embora, andou de braços em braços pelo mundo afora e depois cansado resolveu voltar, e quando chegou encontrou sua mulher lhe esperando, dizendo que nunca esqueceu dele e que o perdoava. Acho lindo essa música, essa é uma música sertaneja, do Zezé de Camargo e Luciano, mas também gosto de pagode.

P– Tu tinha me falado que teus filhos iam na igreja, qual igreja, que religião?

R - Todos eles vão na Igreja protestante, mas eu não vou já fazes 13 anos que não vou na igreja.

P – E como é isso, você não vai na Igreja e todos eles freqüentam a Igreja Protestante?

R - Quando eu criei eles eu ainda estava na Igreja e por isso eu criei todos eles na Igreja, uma Igreja de doutrina rígida, só o último que eu não encaminhei pra Igreja porque eu já tinha saído. Uma doutrina rígida, de não permitir ver televisão, não ler jornal, usa roupas compridas, conservar os cabelos bem cortados os homens, compridos as mulheres, mas eu prefiro meus filhos lá na religião que perdidos no mundo, usando drogas, roubando, matando. Os meninos ainda esperam que eu retorne pra Igreja com eles, as vezes eu vou lá fazer uma visitinha.

P – Gabriel (o filho de 20 anos que está na Igreja): como é isso de tentar convencer tua mãe a voltar pra Igreja?

R - Na verdade nós não trazemos os ensinamentos por que a igreja não pode fazer mudança nenhuma em nós é a palavra de Deus contida na Bíblia Sagrada que tem o poder de convencer através de Jesus Cristo que veio para salvar a humanidade, pra mudar e consertar o erro que nós devíamos pagar na cruz, essa é a mensagem de Jesus, que veio pra nos dar vida, vida em abundância.

P – Essa tua participação é um motivo de sustentação emocional e intelectual participar da Igreja, tu participar da liturgia, fazer a discussão da doutrina, pra ti como é isso, qual a importância da Igreja?

R - A Igreja é uma questão de sobrevivência, a própria palavra de Deus diz que longe dos caminhos do senhor não tem vida, e é isso que temos visto no mundo, onde só se vê morte, vê crime, o mundo se depravado cada vez mais, um mundo onde tantos se perdem no mau caminho, mas ali ainda há um povo que nega a vontade da maioria, um povo que faz o contrário do que todos tem feito, a Igreja é

esse povo esse refugio, é como alguém num carro em contramão, a Igreja tem pregado o inverso dos descaminhos que o mundo tem feito ultimamente.

P – Certo, e é importante tu ter essa frequência e procurar continuamente a Igreja, ela traz um processo de retidão e construção melhor do teu caminho?

R - Eu entendo assim, conforme a palavra de Deus, que diz que o próprio ser humano, todos erraram, toda humanidade errou, todos foram destituídos da glória de Deus, todos perdemos o direito de estar com Deus, a não ser pelo sangue de Cristo que nos purifica de todo o pecado, eu entendo que quem tem contato com a palavra de Deus não tão como abandonar esse caminho porque não tem salvação fora dele.

P – E tu tens uma prática permanente da religião na tua vida, no trabalho, com teus amigos, na tua família?

R - Sempre, eu no meu serviço sou crente, procuro fazer aquilo que a palavra de Deus pede, ser um exemplo pra aqueles que estão na minha volta, ser justo, ser solidário, ter amor ao próximo, mesmo que as pessoas falem mal de ti, e te persigam, tu tens que mostrar o amor, porque Jesus também foi assim, amou aqueles que o mataram. Eu sou assim, sou crente aqui em casa, sou crente no meu trabalho, sou crente na Igreja sou igual em todos os lugares pois sou a mesma pessoa.

P – Tua mãe disse que desde criança vocês freqüentam a Igreja, isso ajuda a ti ser um cidadão consciente da vida e do teu papel na sociedade?

R - Sim com certeza, apesar da minha mãe estar esses treze anos afastados da igreja ela sempre falou pra nós nos mantermos nos caminhos de Deus e da Palavra. A própria Bíblia nos diz que os pais tem que criar seus filhos no permanente contato com a palavra e Deus, que isso constrói seres humanos amorosos, e melhores.

P – A palavra de Deus, a palavra, a comunicação, só pela comunicação as pessoas se entendem, tu entende assim?

R -Sim, isso mesmo, a própria palavra de Deus diz que eu tenho que ter comunhão com a senhora, ter comunhão com a minha mãe, comunhão com meus irmãos aqui em casa, na igreja e os nossos irmãos no mundo, por mais que eles nos detestem ou nos odeiam e nos façam o mal, devemos ter comunhão e os amar, os compreender, é assim a gente aprende viver querendo o bem das pessoas.

Janete – Tu vê e isso se dá através da leitura, ele vai pra lá (na Igreja) lê os livros e a compreensão entra na cabeça dele e ele vem de lá transformado, a mudança dele se deu assim ele tinha lido um pequeno livro e saiu daqui pra encontrar uma família, ali em baixo, antes de chegar lá cruzando por uma Igreja ouviu o pastor cantando um hino e entrou.

P – Que livro foi esse?

R - É um livro que mostra que hoje tem vários tipos de religião, as religiões heréticas e as religiões satânicas, a própria palavra de Deus diz que a religião não salva ninguém, o que salva é a palavra de Jesus Cristo. Esse livro dizia que as religiões satânicas que fazem um pacto com o Diabo, utilizam oferendas pra enganar e iludir as pessoas, eles usam uma marca de roupa, uma marca de um boné ou um tênis, uma marca de alimento, muitas marcas de alimento são usadas com esse fim, tudo tem um significado, ou são usadas com um significado pra enganar as pessoas e são amaldiçoadas. A própria palavra de Deus, Jesus Cristo usa metáforas, as parábolas para usando comparações ensinar as coisas para as pessoas. Essas religiões satânicas usam também desses métodos com o objetivo de enganar as pessoas e são amaldiçoadas por isso.

P – Então nessa religião que vocês praticam não há uma posição inflexível quanto a participação da mulher no trabalho, com o casal tendo direitos iguais na vida em sociedade, o que tu acaba de dizer reforça uma visão atualizada, moderna do mundo, tu acha que tu e a tua companheira tem direitos iguais de construir um futuro melhor pra vocês?

R - A Igreja não condena o trabalho da mulher, a palavra de Deus diz apenas que a mulher tem que ser submissa ao marido, mas isso não significa que o homem seja um ignorante que maltrate a mulher, apenas que ela obedeça o homem que a mulher retruque qualquer palavra do marido, mas sim que os dois hajam em comunhão, em acordo em harmonia.

**Mãe volta para a conversa** - Eu acabo de encontrar as cartas, tenho cartas desde 1998, até minha mãe deixou uma carta antes de morrer, ela estava no Hospital da PUC se preparando para uma cirurgia e mandou uma carta reclamando porque nós não fomos lhe visitar (essa carta foi tirado cópia pra dar a

todos os parentes, eu leio de vez em quando de novo, nessa carta ela pede pra que ninguém se briguem, que ela amava todos nós e citou todos os filhos e netos do mais velho ao mais novo, 5 dias depois de ter escrito essa carta ela morreu.

P - Como tu vê a questão da diferença étnica, antes nós falamos da diferença das mulheres do grupo que eram alemãs, aquele grupo da cooperativa era um grupo bem miscigenado, bem misturado, como tu vê isso?

R - Meu último companheiro era negro, eu dou graças a Deus de não ter essa característica em mim, pois meu pai era alemão e era tremendamente racista, meu irmão Sergio é um pouco, já eu acho que não tem nada a ver, o que interessa é o que a pessoa tem dentro de si.

P - E na relação do grupo na cooperativa esse problema atrapalhou?

R - Não lá não tinha problemas, aliás no grupo não tinham negras...

P - Mas tu era esposa de um negro...

R - Mas nunca houve problema, ele foi lá várias vezes sempre foi bem tratado. Houve um fato uma vez que eu desmaiei no trabalho e elas o chamaram quando ele chegou lá dizia pra mim 'levanta amorzinho levanta', me pegou, ajudou a levantar e me levou pra casa, depois elas brincavam comigo dizendo "levanta Amorzinho". Nem em casa, nem na família, meus filhos nunca tiveram problema.

P - E como tu vê essa questão do racismo nos meios de comunicação?

R - Eu acho lindo, como eu gosto, tu vê aquele 'neguinho' que substituiu o Bonner no Jornal Nacional

...

P - o jornalista Heraldo Pereira?

R - Ui como ele fala bonito.

P - Mas tu achas que ali tá representada a raça?

R - acho que tá é ele, e a Glória Maria.

P - Então, pra ti na TV não tem racismo?

R - Acho que tem, tu lembra daquela atriz chamada Neusa Borges, que trabalhou na novela O Clone, ela reclamou outro dia porque não deram mais trabalho pra ela, e outra coisa é que nessas novelas os negros só são escravos ou empregados e empregadas. Agora na TV Record há um casal de negros que são advogados e numa novela anterior havia um negro que também era advogado, noivo de uma loira e depois deixou a loira e casou com uma negra. Mas porque não era na TV Globo. Acho que a TV Globo é racista, tanto que a Neusa Borges foi reclamar no Programa do Ratinho na SBT que a Globo só chamava ela pra fazer papel de escrava e como não tinham mais enredos de escravos ela não tinha trabalho. Acho que é cafonisse, que é atraso racismo que não tem nada a ver. Tu viste que o Lula tá abrindo vagas na universidade pra negros, acho isso importante.

P - Como foi a tua preocupação com relação a formação dos teus filhos?

R - Sempre tive muita preocupação, teve uma ocasião que eu tinha todos em casa e todos estudando, me dava muito trabalho, mas todos têm no mínimo o primeiro grau. Sempre cuidando, buscar boletim, participar das reuniões, quando tinha alguma reclamação ir lá ver, sempre.

Ai quando eles ficaram grandinhos e começaram a trabalhar perceberam a dificuldade e saíram da escola, eu insisti com eles que fizessem ao menos o EJA, e os três mais velhos fizeram completaram o 1o. Grau e continuaram o 2o. Grau regular.

P - Agora vamos falar um pouco do futuro, o que tu pensa sobre o futuro, que perspectivas tu tens pra 2007?

R - Fico triste, queria fazer tantas coisa e não consigo. (N - Mas e ali na cooperativa, não vale a pena?) Não, ali na cooperativa não vale a pena, eu quero um emprego de carteira assinada, que valha a pena acordar as 6h da manhã, e quando chegar no fim do ano ter o teu direito. Eu te disse que fazia faxina também, pois é hoje eu não tenho mais coragem pra trabalhar com isso. Eu tenho a 7a. Série, podia ter estudado e não quis, enquanto meus irmãos fizeram um curso de mecânico eu não quis preferi me casar. O casamento atrapalhou minha vida bem atrapalhada. Não me arrependo dos meus 7 filhos, me arrependo do marido que escolhi pra mim, eu não quis aceitar os conselhos do meu pai e da minha mãe.

FIM

### ENTREVISTA 3 - Grupo da CooperUnião

Tenho três filhos, sou casada, já moro há dezoito anos no bairro, e a gente começou com os coletivos de trabalho, na qual eu ingressei. E a partir de...

P – (interrompe) Em que ano?...

R - No ano 2000. 2000 era o coletivo de trabalho. Depois, no ano 2001, começou a cooperativa...Se situa aqui na Rua do Bosque. Daí, a gente conseguiu umas quinze, vinte pra trabalhar...

P - Como é que iniciou a cooperativa?

R - Sei lá, era um empreendimento pra fazer...para as mulheres que estavam desempregadas, e muitas já não tinham idade de conseguir serviço em fábrica, daí era um projeto pra elas, né...daí eu fiquei uns dois anos ali...daí, eu... por motivo de doença, eu saí, daí...mas daí tem as mulheres que seguiram trabalhando.

R - E como que é a mudança, assim, como é que foi esse período de dois anos, pra hoje tu entender e ver esse processo que andou, né, mesmo com algumas dificuldades, esse processo andou.

P - Então, como é que tu vê isso, daquele início, que vocês se organizaram...vocês tinham compreensão sobre o que era uma cooperativa, ou não?

P - Sim, no coletivo do trabalho tinha o professor de gestão, que explicava, sabe... ã...daonde...(não compreendido)...das despesas e lucros da cooperativa, e a gente ali... despesa era aluguel, luz... daí o lucro que dava a gente dividia entre as que “tavam” trabalhando, daí...

P - Daquele tempo pra cá, como tu vê essa situação?

R - É, tá mais evoluído, agora a gente não paga aluguel, a única despesa é o telefone, o ar, e o lucro também é dividido pros que restaram aqui dentro.

P - Como é que tu vê e hoje estão buscando novas possibilidades de contatos com outras colegas, com outras mulheres?

R- Sei lá, as pessoas foram saindo...por...falta de um cursinho, né... de aprender...e por as pessoas não saberem de trabalhar como é pra ser, e eles foram...escolhendo, assim...os que tinham mais boa vontade, né, que não faltassem...os que tinham mais compromisso.

P – Como é que tu vê, como cidadã, que tem uma família, e que tem um bom lugar de moradia, como é que tu vê a informação, como é tu recebe a informação, do mundo, tu ouve rádio, tu vê televisão?

P – Bom.. pela televisão, mais eu vejo a informação...sei lá, o que falta talvez pras pessoas, assim, é ...capacitação, dar chances mais assim de um cursinho pra aprender...daí depois de aprender, engrenar dentro de uma cooperativa...porque às vezes a gente tem aquele tempo, a colega tá fazendo, mas não sabe, tá aprendendo, né. Daí erra um calçado, erra uma bolsa...pra quem é o prejuízo? Pra cooperativa. Então, eu acho que falta mais...darem um cursinho de graça, pras pessoas se profissionalizar mais, pra poder ingressar na cooperativa.

P – Essa...essa é a tua maneira de entender, assim, um aprendizado, certo, pra trabalho, uma coisa assim?...

R – É... pra darem mais chance, né...

P – E tu achas que as coisas que tu ouve no rádio, na tevê, assim, são coisas que contribuem pro teu aprendizado da vida ou não? Das coisas gerais assim no teu dia –a – dia?

R– Ah, eu aprendo bastante...

P - tu vê novela, o quê que tu vê na televisão? .

R – Não sou muito de ver novela... (risos)

P - O quê que tu vê mais na televisão, noticiário?

R – Mais notícia...

P – Tu aprendes bastante coisa, tu falas com teus filhos sobre essas coisas da televisão, ou não?

R – Sim, até a gente procura assistir mais o Futura, que tem coisa de negócios, de cooperativa, a gente aprende bastante...

P – E o teu marido, o que é que faz?

R – Ele é... pedreiro...

P – E ele tem trabalho?

R – Ele nunca ficou desempregado...(risos)

P - Como é que tu vêes a figura das mulheres na televisão ou no rádio, assim, nos meios de comunicação?

R – Sei lá, eu acho que as mulheres agora “tão” mais evoluídas, né...não é aquela que..antigamente, ficava em casa, né, cuidando dos filhos, hoje elas querem sair, trabalhar, né...colocar...ã... dar lucro, ajudar o marido, as crianças, ajudar em toda a despesa da casa...não vou dizer toda, mas em parte, né ...

P – Então, é muito importante a saída da mulher de casa pra contribuir com a família?

R – Sim...ajudar a pagar a despesa.

P – Tu achas que o jeito que a televisão apresenta ou o rádio, é um jeito bom pras mulheres ou não é? Tu como trabalhadora, tu te enxerga lá na novela ou na informação que eles dão na televisão?

P – Sim, eu me enxergo...que eles “tão” valorizando mais a mulher, né...antigamente era só o homem que trabalhava, hoje em dia, a mulher é governadora, presidente, então elas “tão” se evoluindo mais, “tão” se impondo mais, não “tão” ficando pra trás...

P – E esse papel que a mulher exerce hoje na sociedade, trabalhando, saindo pra rua, ele é um fator de desenvolvimento?

R - Sim... É, tem que participar...

P – Como é tu vêes a situação de mulheres negras, brancas, essa coisa da raça, assim, na televisão e no rádio?

R – Sei lá, eu não sigo discriminação, acho que tanto o moreno como o branco têm o mesmo valor...até, em relação a salário, teriam que ser até iguais.

P – Certo, teriam que ser, tu ta dizendo, mas não são...tu acha que existe discriminação?

R - Não são...existe. Em relação à procura de empregos, eu acho que existe. Depois de “ta” num grupo é difícil de considerar uma branca, ou um preto, tanto faz, né...o importante é o valor da pessoa...

P - Tu acha que é bacana a gente conversar durante o trabalho, por exemplo, tu e a colega estão na cooperativa, esse espaço de mulheres, vocês estão trabalhando, vocês têm liberdade de conversar, tu acha que isso é importante, a troca, a conversa, a informação entre as mulheres no trabalho?

R – A informação é importante, ajuda a evoluir, né...

P – E tu já trabalhou em algum lugar em que vocês não poderiam conversar? Em alguma fábrica, em algum lugar assim?...Tu tem experiência de fábrica, de outros lugares?

R – Sim, eu trabalhava num atelier... .

P – E lá tu conversava tranquilamente com as colegas?...

R – Não...fora do trabalho, né. Dentro do assunto do serviço, do trabalho.

É, só assunto a respeito do trabalho. Senão, tu te desliga totalmente do que tu vai fazendo. Tu tens que prestar atenção, né...

P – Ah, isso é um detalhe importante. Então tu achas que, a conversa que não é do trabalho, ela pode desviar a atenção, é isso?

R – É, ela te desliga totalmente...hora de trabalho é trabalho. (risos)

#### ENTREVISTA 4 - Grupo da CooperUnião - 10/12/2006

R -...E daí ela me dizia assim “não me dêem duas coisas pra fazer porque eu não consigo”, né, e a gente, no começo a gente se irritava até, com isso, mas depois a gente vai vendo que é o limite da pessoa. Ela não conseguia, eu mostrava duas coisas diferentes e ela já se confundia. Então eu acho que é de uma dificuldade assim, de se concentrar, mesmo, né... ou no dia outro dia chegar e não lembrar mais como fez ontem, ontem trabalhou o dia inteiro, e tu tem que explicar de novo, porque não lembra. Não grava, não sei como é que é, né...a colega também era uma pessoa assim, que ela tinha muita dificuldade de gravar as coisas, tinha que mostrar de manhã e de tarde quando ela voltava, já fazia diferente. “Ah, mas eu te mostrei” – fazia errado. “Ah, mas eu não lembro”. Daí não é má vontade da pessoa, tu sabe que são os limites, né.

P – Nessa tua trajetória aqui na cooperativa, é importante o que tu estás falando, são relações de trabalho. Como é que tu viste a constituição desse grupo e o fato de terem andado até agora?

R - Eu comecei... no início do ano passado.

P – 2005? No início de 2005...

R - Sim, é, no início de 2005. Eu não lembro bem que mês, mas foi no início de 2005. Daí eu comecei quando foram oferecidos alguns cursos pela escola 8, né...daí eles chamaram porque já tinha...já funcionava aqui como cooperativa, né, mas tinha um grupo eu acho que de cinco ou seis mulheres e uma dificuldade muito grande de profissionais né, pra trabalhar, então eles tinham muito problema de qualidade. Quê que elas resolveram fazer, para, começar do zero, daí inscreveram algumas pessoas, chamaram algumas mulheres do bairro, selecionaram vinte e cinco mulheres pra que elas recebessem curso de capacitação, né, gestão, alguma coisa assim...pra que dessas vinte e cinco né, saíssem pelo menos umas quinze, dezesseis, bom, que ficassem as trinta, né, mas que pelo menos dezesseis mulheres assim, vir aqui pra dentro e começar um grupo, né e...daí começou, buscaram serviço e colocaram aqui dentro e começou, começaram a trabalhar.

P – E a cooperativa já tinha as máquinas?

P – Com esse maquinário quando eu cheguei...mas era muito difícil, assim, porque, não tinha...hoje a gente tem o Volmir, né, que...cuida desse processo de produção, então as pessoas que “tavam” aqui no início eram outros, mas que nunca tiveram a frente assim, de um trabalho, como coordenação, então não se sabia muito como fazer, porque tem que ter um processo certo, uma organização um planejamento pra que a produção aconteça, se não acontece, não tem um ganho suficiente pra todas. Então, acontecia de trabalhar, trabalhar, trabalhar e chegava na hora, dava muito pouquinho, ficavam o dia inteiro e tal, fazendo...e aí as pessoas, algumas se desanimam, né, vão embora, porque, pô tu trabalha das sete às onze, vem à uma, sai às seis e chega no final do mês e tu não tira nada, mas é uma falta de organizar, mesmo, né. Daí foi contratada a fulana, um tempo, algumas pessoas foram saindo, algumas...vinham outras novas.. Daí a fulana veio pra fazer esse trabalho, de organizar a produção, mas não deu muito certo, porque ela era uma pessoa que ela tinha um atelier em casa, então ela era muito chefe, muito patrão, então pra ela também foi difícil, assim, e eu não culpo, porque não acho que ela fez porque ela quis, que ela começou muito errado e quando ela se deu conta ela não dava pra voltar atrás, perdeu a credibilidade do grupo, as pessoas já não queriam mais que ela ficasse, foi melhor que ela tivesse saído.

P – E havia uma dificuldade na compreensão das relações de entender o que é o trabalho numa cooperativa?

R – É, muito diferente, porque é...um compromisso maior, né, na fábrica tu cumpre horário, tu faz as coisas ou tu faz bem ou tu faz mal, quando chega no dia da tua quinzena tu tem o teu salário garantido, e aqui não, porque senão tu não fizer, e fizer bem, né quanto mais tu faz e tu consegue ganhar, e se tu fizer bem é que tu ganha e se tu não fizer bem é que tu responde por isso, se tu estragar uma peça, tu paga. Não tem alguém maior que responde por ti, né. E, até na distribuição das tarefas, assim, né, a gente sentava e combinava, bom, “vamo” distribuir, são oito pessoas, cada dia, cada duas limpa aqui, né, porque no começo tinha um horário de café, a gente descia, fazia o café, se revezava, aquela coisa toda, mas aí as pessoas...aquilo funciona só uma semana, na outra semana duas ficam fazendo, até chegar em uma fazer e fica sempre a mesma. A mesma que fecha, a mesma que abre os cadeados, que

desliga o ar lá embaixo, que varre, e daí tu começa a ter que, enquanto, assim, coordenação, porque antes de mim tinha outra pessoa, né, que trabalhava assim, na coordenação e aí tu sabe assim, tu não pode ficar mandando as pessoas né, elas têm que ter autonomia e elas...é difícil, assim, eu não sei se a gente chega a ser culpada por isso, porque eu no começo, eu “tava” acostumada na fábrica, que eu só cumpria aquilo ali, eu ia pra máquina, costurava, desligava a máquina e ia embora. Então, eu nunca me ofereci, assim, pra levar a chave pra casa, não era por mal que eu fazia, porque eu não entendia isso, que eu precisava fazer, e até lembro que no começo foi muito largado assim, pra que a gente fosse se dando conta, que tinha que fazer, né. Até que chegou um dia que ninguém se deu conta e tiveram que sentar e conversar .você têm que começar a distribuir tarefas, levar a chave, cada semana uma leva e daí assim, algumas coisas eu comecei a entender e depois a Érica saiu, eu fiquei na coordenação, mas desde o começo, assim, era muita sobrecarga, porque ninguém quer ter compromisso, tu leva a chave, né, quando tinha algum compromisso em algum lugar, algum curso pra fazer, “ah, não, tu faz, tu vai”...tu vai porque...não, tu sabe falar, mas eu também não sabia, também passei pelo o que elas passaram, né, mas eu não sei se algumas se acomodam pra não ter que ir, pra não ter que fazer, se preferem dizer que não sabem, não conseguem, pra, justamente, acho que pra não ter compromisso de ter que fazer, né. Porque a partir do momento que eu mostrar, porque eu também não mostrava o que sabia, eu não mostrava que eu podia, aí ninguém pedia que fosse, mas aí a partir do momento que tu começa...

P – Tu te interessaste?

R – Tu te interessar...as pessoas vão te cobrar mais, só que tu tem querer, né. E eu digo assim, sempre muito: elas diziam “ah, mas o quê que eu vou ganhar indo pra fazer esse curso?”, eu dizia assim, “eu sempre tiro assim, pra mim, primeiro, antes de tirar pra... primeiro tem que ser interessante pra mim fazer esse curso, pra depois eu ir por vocês e trazer alguma coisa, né, algum conhecimento pra cá, eu sempre fui muito...cada vez que eu vou pra algum curso eu sempre tento tirar, assim, eu vou, porque eu “to” disposta a aprender, porque vai ser bom pra mim.

P – Como é que tu vê, diante dessas condições que vocês enfrentaram, essas relações, de uma dinâmica mais democrática no trabalho, de participação, de troca, mesmo, de conversas?

R - Sim, o certo seria, cada vez ir alguém diferente. Cada vez vai uma, mas ninguém queria ir, a gente já teve num grupo grande e onde era oferecido, até...sempre a gente colocava, vinha o convite e eu fazia uma reunião assim, com elas, e dizia, olha tem uma vaga pra ir fazer um curso em tal lugar, pode ir uma pessoa, tem tantos dias e tal...não, eu não posso, eu tenho meus filhos, né, eu sempre colocava assim, muito ah, vai tu, elas colocavam que fosse eu, e isso é errado, né porque, acaba assim, um se sobressai né. Então tu avança e os outros ficam pra trás, e tu não tem como ir lá e...onde cada vez vai uma diferente, tu tem como voltar do curso, sentar e elas vão entender do que tu ta falando. Tu não tem como ir lá toda vez e cada vez tu sabe mais, e cada vez tu cresce mais, e tu chega aqui, num grupo de pessoas que nunca saíram de casa, e como tu passa isso pra elas, não consegue passar.

P – Então havia uma dificuldade da própria realidade de cada mulher, na sua convivência, na sua estrutura de família também, que não permitia esse tipo de relação, tu acha que havia esse tipo de dificuldade?

R– Sim, elas reclamavam muito assim, ah, mas eu não posso porque o meu marido não entende isso, de eu ter que ir lá pra outra cidade, ficar o dia inteiro lá, fazer o curso com...onde tem mais homem que mulher. Eu ouvia bastante, eu não consigo, porque não dá...eu não tenho como me organizar com meus filhos. Não tenho como...eu não sei se muitas pessoas colocam isso pra não ter que ir, porque eu não acredito que todo mundo.

P – E que jeito que tu dá quando tu tem que fazer alguma coisa? Quantos filhos tu tens?

R – Eu tenho três...mas eu tinha a facilidade de ter a minha mãe morando comigo, então quando eu ia, era tranquilo, não precisava dispor assim, do meu marido ter que assumir mais compromissos do que era normal, porque eu tava saindo, porque daí tinha a minha mãe em casa que facilitava bastante, assim.

P – E a tua relação com o teu marido era uma relação acessível, a ponto de ele aceitar isso tranquilamente?

R – Eu comecei muito assim, eu comecei a me impor e dizia eu vou, eu só dizia que eu ia e eu ia, ele ficava quieto, né...(risos). E até acho assim, que eu dei um salto muito grande, porque eu fiquei muito tempo em casa e só me limitando às tarefas da casa, assim, e daí quando eu vim pra cá, isso mudou



assim, bastante, né. E eu não fui fazendo isso gradativamente, eu dei um salto muito de... teve a primeira oportunidade e eu só cheguei em casa e olha, tal dia eu vou pra Canguçu, eu vou ficar dois dias lá, eu vou na terça e vou voltar na quinta e... vai ser bom pra mim, eu só falei do que ia ser bom pra mim, eu “tava” tranqüila em relação às crianças, a minha mãe sempre apoiou muito, ela acha que eu tenho que ir, mesmo assim, não, vai bem tranqüila, eu cuido das crianças, então eu não me importava muito, eu não dava esse espaço de ele dizer, não, o quê que tu acha, eu vou não vou, o quê que tu acha de eu ir, eu não perguntava, eu colocava, to indo, sabe, e por isso eu acho que não teve muito assim, não teve muitos problemas com isso.

P – Por quais meios tu buscas a informação?

R – Eu não leio muito. Eu estudei até a oitava série.

P -Tu terias vontade de continuar estudando?

R – Sim. Sim. Olho pouco tevê, não gosto muito da novela, não gosto muito das coisas que não são reais, e...o rádio, que eu escuto, mas é mais na troca de informações, mais na conversa. Eu converso muito (risos) com muitas pessoas diferentes e...eu acho que a minha busca de informação é mais na conversa mesmo, trocando idéias, e tal...

P – Como é que isso funcionava na cooperativa?

R – É, a conversa tem que ser equilibrada, mas eu acho que aqui sempre foi falado de tudo, e cada uma traz uma história diferente, cada uma conta uma história diferente, e uma assiste bastante TV, então ela conta muito ..eu não assisto, mas ela assiste muito e ela conta muito, a outra escuta muito rádio, a outra vive muita tragédia, muita coisa. Que nem, a colega todo o dia de manhã ela tinha uma história pra te contar, um dia matavam um, outro dia, isso era na porta assim, ela vivia uma realidade, na realidade, umas coisas bem fortes assim, que eu nunca vi, nunca vi ninguém matar assim, e ela via, e quando chegava e contava e a gente vai aprendendo muito com isso, de como ela lidava com aquilo, então a gente começava até a entender porque ela era assim, porque a realidade que ela vivia era muito dura.

P – Como é que ela era, fala um pouquinho dessa colega?

R – Ah, ela mora num lugar muito precário, muito ruim.

P – No próprio bairro Boa Saúde?

R – É...num lugar mais fora, mas é no mesmo bairro. Então eles se acostumaram muito com a violência, hoje dizem que não é tanto como já foi há um tempo atrás, mas há um tempo atrás já foi muito comum, de...tiroteio, e as pessoas entravam lá e eram assaltadas, os cobradores entravam pra receber e eles esperavam na porta, tiravam o dinheiro, então eles acostumaram ver, ela conta com uma naturalidade assim, incrível. E as crianças já crescem vendo aquilo, né. Se acostumam, e daí o quê que ela traz, ela é muito...muito dura. Ela ...ao mesmo tempo ela é muito amiga, muito companheira, desde o começo tudo o que se fazia, ela se empolgava e tal, mas ela não queria acompanhar, ela não acompanhava, ela não crescia, ela ficou muito tempo, no grupo, desde antes e passando pelos mesmos cursos que a gente passou, e eu acho que embora ela fosse mais limitada ela podia ter aprendido mais, mas eu acho que é muita falta de querer, também. Teve um dia que ela falou, ah eu não busco aprender mais porque daí vocês vão me cobrar mais. Daí se eu aprender, vou ter que fazer, daí...ela disse um dia. Então, a gente conversava muito com ela, no começo eu acho que ela foi...a outra colega conheceu ela lá do início, que ela era muito mais braba, que ela gritava, ela xingava, e ela mudou bastante, mas...ainda assim era difícil, ela ficava braba por qualquer coisa, se mostrava pra ela da maneira certa ela...uhum, ela fazia assim, mas ela não gostava, não gostava que tu ensinasse, não podia querer que ela entrasse num ritmo, que a gente combinou, vamos fazer, cada uma, distribuir tarefas e...ela não fazia assim, não gostava disso, né, é uma cooperativa, eu não preciso que ninguém me mande, não preciso que ninguém me ensine e cada faz do seu jeito, né... [fim da fita]. Ela conta assim, muito que, tinha às vezes casos de que eles trabalhavam e terceirizavam. Então, o cara chegava lá e dizia, eu quero isso aqui na frente, elas pegavam o último lá, por...não se davam conta que “tavam” se prejudicando, elas queriam que, parece que fazer aquilo por birra, mas não, eu faço do jeito que eu quero, cada um pegava uma coisa e cada uma saía “prum” lado fazer.

P – A questão econômica, a dificuldade financeira das famílias, permanentemente, em busca de melhores condições de vida, isso interfere no entendimento, do aprendizado, da disponibilidade de querer fazer, de estar a fim de buscar novas soluções, ou não?

R – É acontecia, isso era bem...nós era muito divididas no começo, ah a gente ganha pouco, então, não precisa fazer muito mais que isso, tanto faz se a gente fizer bem ou não, porque eu vou “ta” ganhando

pouco. Ah, isso vai ser... ela olhava o preço que era o sapato, e se for pagar só um real e pouco eu não preciso fazer tão bem, mas isso influi na qualidade, se tu não fizer tão bem, é o teu nome que vai, e daí não vão vir outras coisas pra ti fazer, porque, ah não vou largar lá praquela povo, porque elas não se importam muito em fazer as coisas. Acontecia bastante, havia colegas que diziam que não precisava cuidar, não precisava...melhorar porque era pouco, mesmo, então tanto faz, eu fazer bem como não, vou “ta” ganhando pouco.

P – Sobre a questão da presença da mulher na mídia, como é que tu entende isso no teu processo de construção assim tu acha que a televisão, o rádio, falam bem das mulheres ou não?

R – Ah eu acho que a mulher ainda é muito mostrada como corpo, bunda, peito eu acho muito errado isso. Porque num comercial de cerveja geralmente coloca lá, um bundão, pernã, peitão, porque é... eu não acho muito legal isso, acho que existe outra maneira de mostrar, de vender a cerveja, que não seja através do corpo da mulher, todo comercial de cerveja tem uma mulher. Quase nunca mostram a mulher como uma pessoa normal, ou que trabalha, que é inteligente, mais como corpo, porque daí acaba desvalorizando, a mulher assim, acho que por isso há muita diferença assim, de...a mulher, ela serve pra algumas coisas, eu acho que ainda existe muito isso. Pra outras não, não têm capacidade pra isso, né. E não se vê a fundo se realmente ela tem ou não, se aposta mais no homem que na mulher.

P – Em relação ao trabalho na cooperativa que é realizado pelas mulheres, há necessidade de ter alguém para gerenciar? Hoje vocês têm o Volmir aqui, no início, sempre a cooperativa teve uma direção, um gerenciamento, vindo da Escola 8 de Março, como é que tu vê esse processo?

R – Sempre foi colocado que o interessante seria enquanto uma cooperativa de mulheres, fosse gerenciado por uma mulher, fosse coordenado por uma mulher, mas as próprias mulheres não aceitam isso, elas acham que precisa ter um homem na coordenação, um homem que manda, mesmo, porque, algumas pediam, não, acho que tem que ter alguém mandando aqui dentro, porque senão, não funciona. Eu não concordo com isso, eu acho que tem que ter alguém que ajuda na coordenação, sim, mas não que se essa pessoa não esteja aqui, não aconteçam as coisas, sabe. E foi falado muitas vezes que enquanto não se colocar um homem pra andar, não vai andar, não vai funcionar, as pessoas pediam isso. Talvez, porque já vinham da fábrica e na fábrica era um grupo só de costureiras, o chefe é homem, quase sempre é homem...

P – Tem essa cultura?...

R – Tem. E...e aí a gente traz isso. De achar no começo que não se consegue e tu não precisa conseguir, se tem alguém ali que faz...

P – Então a autonomia é difícil de alcançar?

R – É...

P – Bom, voltando à mídia, como é que tu vê a questão da etnia? A questão da mulher negra, a questão da participação de grupos, por exemplo...? Na cooperativa não tinha uma pessoa negra, nunca teve, mas tinha pessoas de origem alemã?

R – A gente sempre brincava, minha negrinha, a gente dizia tu é a minha negrinha e a gente conversava bastante sobre isso, acho que explorava bastante, perguntava, como vocês chamam isso na língua de vocês, como vocês, ela contava muita história de como ela cresceu, ali, se teve uma história de trabalhar no campo, mesmo, assim, a colega não chegou a ter isso, são da mesma família, é, as duas, são primas, mas foram criadas diferentes...

P – E falavam alemão entre as que não tinham a mesma origem?

R – Ali se entende o alemão, mas não fala o alemão...a fulana fala o alemão coma família só o alemão. E aí ela falava bastante mas ela muito querida, nunca demonstrou que fosse racista, e...contava assim, bastante história de que lá onde ela morava, que existia muitas pessoas negras que eram adotadas quando pequenas pelos alemães e falam o alemão muito bem e ela não contava...acho que não teve problema até porque a gente não teve assim, uma negra no nosso meio, que fosse. A mais pretinha era eu, e a gente brincava bastante com isso....

P – Tu nunca sentiste discriminação, tu não é negra, mas como é que é a tua história?

R – ...e até porque acho que quem puxou sempre, fui eu né, eu me chamava, não, esse, porque fui eu que fiz, daí eu me chamava de negra pra elas, então todo mundo foi assimilando e me têm por negra, e eu gosto disso, (risos). Meu avô era negro, minha vó, índia, minha bisavó é aquela bem bugre, então, a mistura, mas meu pai era branco, então houve uma mistura, tenho um irmão só, que é bem negro,

cabelo bem crespo mas minhas irmãs todas têm o mesmo tom de pele, cabelo liso, até eu tenho um sobrinho que ele é bem pretinho, mesmo, e o cabelo liso como o meu, então na fábrica um dia...ele usava boné, um dia um colega passou por ele e o boné e caiu, então o colega chamou todo mundo pra ver: olha só, eu nunca tinha visto um negro de cabelo liso, ele disse que ficou com vergonha, mas depois todo mundo gostava que diziam pra ele, tu faz chapinha? teu cabelo não é liso ... Eu nunca passei por isso! Nunca fui discriminada...

P – E como é que tu vê a situação da raça negra ou qualquer situação de discriminação de raça na mídia, tu já percebeu alguma coisa assim ou não?

R – Ah eu acho que, nas novelas, geralmente, a negra é empregada, a negra faz um papel mais assim, nunca é a...a dona de casa ou a...acho que mostra nessa última novela, né que todo o tempo teve o Foguinho, que era, e terminou como pobre. Todo mundo termina bem, e eu acho que isso acontece ainda muito, acho que existe bastante ainda racismo. Acho que existe.

P – E a mídia reforça isso?

R – Reforça isso, eu acho...e tem que tratar mais como uma coisa normal, não focalizar naquilo porque isso eu acho que implica muito mais assim, em fortalecer o racismo.

P - Tu disseste que não gostas muito das novelas, porque que tu não gosta das novelas?

R – Ah eu acho que tem muita coisa fora da realidade, assim. Acho que tem muita coisa que até tu...muita história que se parece às vezes com alguma coisa que tu já viveu, e tal, mas hoje, acho que já foi bom, mas não tem mais isso. Ficam muitos dias naquela história e acaba, e aquilo te deixa um pouco tensa e tu acaba....

P – Perdendo tempo com algumas coisas?

R – É porque eu acho que a gente já trabalha fora, e daí tu já tem jornada tripla, porque tu tem que cuidar da tua casa, daí tu tem que passar o dia inteiro trabalhando, e vai pra casa tu tem que ter uma hora pra cuidar dos teus filhos, e daí se tu chegar em casa e sentar pra olhar novela tu...não consegue. E tem pessoas, eu acho que chegam e sentam pra novela e não falam, a criança quer contar o que aconteceu e não, parai que eu to olhando, eu não posso perder...eu acho que é terrível, isso. Acho que a gente tem pouco tempo pra ficar assim, em casa e tem que aproveitar, de outra forma.

P – E como tu trata os teus filhos?

R – Eu não sei, eu me acho um pouco dura, eu acho que eu não tenho muito diálogo, eu coloco muito as coisas como é a realidade, eu não fantasio muito as coisas pra eles.

P – Que idade eles têm?

R – Eu tenho um de...onze, não mora comigo, né, mora com o pai e o que mora comigo tem nove, e o Eliezer com cinco...ah eles fazem muita pergunta, né e eu respondo dentro do que é, eu não...não crio assim uma fantasia, ah isso é assim porque...tem uma relação com o pai, que não mora junto e não, isso acontece por isso e eu não gosto que minta.

P – E tem uma relação próxima com a tua mãe, também?

R – Sim, ela mora comigo, né...[interrupção na fita]...muito bom, né, claro companheira assim, ela é mais de ouvir do que de falar, então ela é muito tranqüila, muito...eu não me acho tranqüila, eu sou muito...eu não me acho tranqüila, às vezes eu chego um pouco...[interrupção na fita]...pra aprender, e ela nunca interferiu muito.

### ENTREVISTA 5 - Grupo da CooperUnião EM 10/12/2006

R– Eu comecei aqui como voluntária...e...no início de...2005, né, muito a pedido assim...como o meu companheiro é coordenador da escola Oito de Março, né e daí eles “tavam” com esse projeto assim, no início, muito no início dos coletivos de trabalho, do Governo Olívio né. Família Cidadã, que eram mulheres oriundas do Família Cidadã. Então, assim, era um grupo que estava se desmembrando, e eles não queriam perder esse grupo então foi enviado um projeto pra Petrobrás, que precisava assim, de alguém que segurasse, né, que ajudasse a segurar. E...como é difícil tu conseguir pessoas, né, e como eu tinha exper... eu tinha experiência no calçado, então, ele me convidou pra vir pra cá. Eu mais a Antonia, que é a companheira também do [...], que é o segundo coordenador da escola. Daí vim pra cá, mas nós não tínhamos esse prédio ainda, né, ficávamos na casa da Lúcia, cooperada, com duas máquinas, né, que foi lá do início do projeto, né, duas máquinas muito velhas assim, muito precárias, a gente pegava um servicinho, né, é tipo um atelier, mesmo. Então era muito difícil, porque a gente trabalhava num lugar assim, uma área coberta, e...um telhadinho, mas pegava frio, quando era muito quente era muito sol então, mas tentando assim, com o objetivo de levar o grupo, né. Então...

P– Quantas mulheres tinha na época, tu lembra?

R– Seis mulheres, eu e a Antônia junto, comigo e a Antônia. Mas aí a gente foi tentando reintegrar as cooperadas, né que “tavam”, que tinham se afastado, por um motivo ou outro. Então...daí elas foram vindo e a gente daí começa a perceber as dificuldades, realmente não...porque o sapato, como é um processo bem complexo, elas não entendiam de sapato, a gente começa a perceber isso, e na [incompreensível] nem a gente porque eu trabalhei quinze anos em fábrica de calçado e aprendi a costurar, me botaram uma máquina lá e aprendi a costurar, cidade de costureira e tal, passei quinze anos costurando, então preparar eu não sabia, outras tarefas eu não sabia, daí pra ensinar também, tu tem que saber ensinar porque todo esse processo, realmente, tinha carência, né. Apesar de saber muito mais que elas, né. Mas assim, a...o início foi isso.

P– Qual é a tua formação?

R– Em 2003 me formei em Pedagogia pela UNISINOS. Depois de muito tempo fora da escola né.

P – És mãe, também?

R– É, tenho um filho de onze anos, completando doze, agora.

P– É...pra variar, uma história de vida também que vem do interior do Rio Grande do Sul pra se localizar em Novo Hamburgo, é isso?

R– Sim, eu venho da região do Alto Uruguai, né...meu pai escutou uma vez, no rádio, que essa região de Novo Hamburgo tava precisando de ...as fábricas de calçado “tavam” pedindo mão de obra, né, então, eu me lembro que a gente vendeu até panela, então a gente veio assim, de mala e cuia, né, realmente essa é a palavra, de mala e cuia pra...viemos morar primeiro em Sapiranga, então as minhas irmãs e o meu pai começaram a trabalhar em fábrica de calçado. O que vem a ser depois o destino de todas nós, né. Sete irmãs e um irmão, o meu irmão foi o único que foi estudar pra padre então não precisou ir pra fábrica, mas os outros todos...

P- Curioso, isso, né, um homem da família, um membro que teve o privilégio de ter outro tipo de formação. Como é que vocês vieram isso na família?

R– Ah isso era um sonho da minha mãe, né. Formar um padre e uma freira. Inclusive eu estudei alguns anos pra freira, no Santa, aqui em Novo Hamburgo, né, tanto é que eu tive que parar de estudar porque eu não quis estudar pra freira, então a minha mãe não aceitou que eu estudasse pra outra coisa. Ou era freira ou não. Daí que eu fui pra fábrica, voltei a estudar depois, quando eu já tinha filho, né.

P- E das outras irmãs, elas têm uma história só de trabalho ou uma outra formação, assim como tu?

R- A minhas irmãs, minhas duas irmãs mais novas, né, muito assim, por conta, de eu...do meu estímulo, né depois, vocês tem que...vocês tem que...tem que procurar outros meios, né e as duas “tão” fazendo enfermagem, agora. Uma “ta” terminando o curso de enfermagem, a outra “tá” começando. As mais novas, né. Mas as outras, todas têm o Ensino Fundamental.

P – Só. Só o Ensino Fundamental, não chegaram ao Segundo Grau?

R – Não, não.

P – Como é que tu recebe a informação pra tu formular o teu conhecimento interior, a respeito da vida, das coisas que estão acontecendo no mundo?

R – Essa questão de buscar informações, ela é muito...que tipo de informações tu busca, né, eu...olho pela Internet, né. A gente não tem assinatura de jornal, até porque os jornais que “tão” aí, é muito limitado, né, a visão deles, né, eu...olho na Internet, pela televisão, é...Globo às vezes, né, porque...o canal que tu tem, que pega mais, que pega bem pelo menos onde eu moro é a Globo, né, eu olho o Jornal Nacional, mas muito indignada, né, porque tu sempre fica...a gente conversa muito o que “ta” por trás, se a gente fica conversando eu e meu marido, e o meu filho, apesar de seus onze anos, já questiona, né, a ...[incompreensível]...assisto a...ao jornal da TV UNISINOS, algumas programações da TV UNISINOS, apesar de se tornar muito repetitivas, né...mas, é só...

P – E rádio, tu escuta rádio em algum momento da vida?

R – Escuto rádio....de escutar mais música ambiente quando eu to em casa...

P – Programas de entretenimento, assim, de forma geral, música...

R - É, música.

P - Coisa variada, nada de grande preocupação com o noticiário.

R – Na rádio, não, na rádio não busco notícia...

P – E aí quando tu escuta é rádio AM ou FM?

R- FM.

P – Tu escutas as rádios locais de Sapiiranga, tu moras em Sapiiranga?

R – Não, eu moro em Dois Irmãos, eu escuto a União quando...porque na verdade, assim, a única rádio que pega lá em casa, porque em Dois Irmãos é muito difícil a sintonia lá. Então assim, nós pegamos assim, alguns, outros canais, por causa da parabólica. Além da Globo, a Globo...pega de qualquer jeito, é incrível. Mas assim...por causa da parabólica, né, porque sempre dá problema, dá um ventinho e já muda, então assim, essa questão de...de querer escutar alguma coisa diferente é muito difícil, assim, eu quero escutar, eu posso, não, depende do que teu rádio vai deixar tu escutar...(risos)...então, tem muito isso, né...

P – Tem uma questão técnica, então, mesmo que vem interferir..Em Dois Irmãos tem algumas rádios comunitárias, não tem? Locais?

R – Tem, tem uma rádio.

P – E Tu capta no teu...no teu rádio?

R – Pega, pega, mas pega muito mal...em casa mas...mas assim é...é uma rádio que não...que eles andam em briga com a Prefeitura, né, na verdade tinha duas, não tá legalizado. Mas assim, a pessoa que tá lá é muito limitada, também...

P – E tu nunca foste como moradora de Dois Irmãos, tu nunca foste procurada pelo pessoal da rádio, pra te fazerem uma consulta, pra saber o quê que tu pensa, de ter uma rádio comunitária na cidade?

R – Não, nem e nem outras pessoas...Não, não...porque na verdade, tem uma briga, lá, quem assume, se é a Prefeitura, se...se é fulano, se é cicrano...

P – Se é ou não é uma rádio partidária, tem uma confusão, então...bom, tu já falou pra nós que o esquema mais forte que pega é...é Globo? Mas o...o...do que mais que tu gostas, vamos dizer assim, nessa amplitude restrita que acontece lá em Dois Irmãos, é...o que mais que tu gosta de ...assistir televisão e...e...conversar e...passar roupa e fazer teu serviço de casa, vendo e ouvindo a televisão, isso interfere na tua vida, ou não?

R – Eu, se eu to sozinha, eu sempre to com ou a tevê ligada ou o rádio. Principalmente o rádio quando eu to sozinha. Mas eu gosto muito de reportagens, né. Assim, na Globo, assim que dá pra assistir é o Globo Repórter, que algumas vezes tem alguma reportagem interessante, né, mas é aquilo, é tu pegar a notícia, e é isso, e tirar dali o que tem de bom pra te oferecer, então...é isso.

P – Tá certo...bom, como é que é a tua atenção, assim, tu para pra assistir, conversa com outras pessoas e tá vendo, como é que é o teu jeito de captar a informação?

R – Bom, se eu to olhando sozinha, eu to olhando sozinha. Mas se tem...depende com quem, né, se tá eu e meu marido nós estamos conversando constantemente. Ainda mais se tá o Mateus junto, nosso filho, daí ele sempre...quando tem alguma coisa que ele não entende, ele pergunta, daí a gente vai ex-

plicar tudo, conversa com ele, porque que...agora, a gente tá em época de Eleição, agente vê, ahn...programas políticos a gente olhava todo mundo junto, e debatia junto, muitas vezes, com muita indignação e tal, mas assim, sempre colocando pro Mateus ... porque que falam isso, porque que falam...pra ele questionar. Não que a gente tenha a nossa verdade, porque eu sou de tal partido, eu sou de tal verdade. Não, porque que as pessoas pensam assim, porque que elas são desse lado, defendem isso ou aquilo, pra que ele vá fazendo isso.

P– Sim, formando a sua opinião também. Bom, além da televisão e do rádio, assim, tu consegue ler jornal, diariamente ou não?

R– Não aí eu leio na Internet, mesmo.

P - Aí, a informação diária, vamos dizer assim, entra pela Internet.

R– Sim.

P– E que tipo de atividade tu realiza assistindo a um meio de comunicação?

R– Passo roupa, limpo a...casa, faço o meu serviço de casa, mesmo, né.

P– Mas fala das tarefas, mesmo. Quais são?

R– Lavo, passo, lavo até fazendo...é que assim, às vezes, quando eu to em casa, o Mateus tá em casa, mas aí ele tá vendo os programas dele, então assim, como a gente a tevê e o som na sala, não tem um rádio pra mim, né.

P –Então a tv fica num espaço comum?...

R– Ta no espaço comum, daí, eu to lá, fazendo minhas coisas, mas escutando lá, o programa dele, né...os programinhas dele. Mas assim, às vezes eu to passando roupa, eu trago a mesinha de passar roupa na frente da tevê, às vezes assim, alguma novela no final da tarde, quando tu ta assim, ó, cansada de...às vezes tu quer olhar uma bobagem, né...então “vamo” olhar...

P– A bobagem é a novela. E aí, isso pra ti não é um hábito, ver a novela? Sem...sem...restrição assim...

R– Não, não...

P– Não é um hábito? Tu não costumava ver?

R – Não tenho assim, esse hábito, eu prefiro, então...

P – Desligar?

R – Desligar a tevê. Uma vez até eu li, né que a tevê é uma coisa muito boa, porque toda vez que tu...uma pessoa dizia isso, eu não lembro quem, né, que toda vez que alguém liga ela, eu vou pro quarto ler um livro, que ela era muito educativa...mas assim, a gente tem programas assim, que quando a gente ta os três juntos em casa a gente olha...algum programa, assim, a gente olha, até às vezes assim o Mateus vem né, porque na escola às vezes eles vêem, ahn... ah mãe, aquela...vai terminar a novela essa semana, né daí às vezes se interessa muito em olhar, né, vai terminar tal novela, mas assim, é interessante, porque a gente conseguiu assim, toda essa conversa que a gente faz diante do programa de tevê, por exemplo, assim, eu acho que a gente conseguiu que o Mateus seja crítico, por exemplo, assim, ele nunca entrou em onda, tipo Rebelde, ver tal novela, porque não...ele não, ele...ela te algumas coisas assim, tipo Chaves, ele gosta de olhar...mas por causa do humor, e...é isso, mas assim, nunca foi assim, muito nessas ondas, né de...

P– E isso é uma coisa que preocupa vocês, assim, na hora de ver televisão, o quê que o Mateus ta vendo também, vocês têm a preocupação.

R– Tem, a gente conversa muito, né porque teve...teve assim, um fato muito interessante, porque logo assim, com...no crescimento dele, muitas vezes aparecia na tevê alguma coisa e ele dizia assim ah eu quero isso e a gente sempre tentou fazer com que ele não se tornasse um consumista desenfreado, então...parece que tinha a propaganda da Farinha Láctea, eu não lembro direito, mas sei que daí a menina comia aquela Farinha Láctea e se transformava ‘num’ herói, né. Então o Mateus, com três pra quatro anos, ele disse mãe, compra Farinha Láctea, eu disse filho, mas tu não, eu sabia que ele não gostava dessas farinhas, né ele nunca foi muito de leite, né, e depois que ele parou de tomar no peito, né, mas tudo bem, não, mas eu quero Farinha Láctea, porque eu acho que eu vou gostar, eu disse filho eu acho que tu não vai gostar, tu não gosta de farinhas, não, mas eu vou, porque daí eu...tu olha a propaganda, eu disse filho..porque se eu começar a dizer filho a tevê não presta, não ia adiantar, eu aponto contra né. Então, o que eu fiz, comprei a Farinha Láctea, porque eu sabia que ele não ia gostar, e daí ele disse assim, mãe, eu acho que a tevê mente, né, e daí ele começou, a partir dali, aqueles questionamentos, então tudo o que a tevê mostrava, mas o quê que eles “tão” querendo dizer com isso, né. Aí tudo que a...e daí pra frente foi...é assim, né. Tem sido, às vezes assim, a gente conversa, ah, hoje “vamo” olhar

uma bobagem, hoje “vamo” olhar aquela novela, né. Às vezes vem, porque às vezes ele escuta, ah, tem uma novela de um foguetinho, que ele brincava, então, “vamo” olhar junto, ver o quê...Mas e é interessante, assim, porque no curso que eu fiz eu fiz uma cadeira, né, onde a professora, a gente questionava muito essa questão da mídia, e ficou muitas coisas claras pra mim, né. Então, assim, sempre...hoje, até nas novelas hoje assim, eu olho, mas sempre eu to vendo segundas intenções, sempre assim, eu to...todas as imagens, parece que é tudo fechadinho, principalmente nas Eleições, e é incrível como tu...é tão fácil perceber isso. Tão fácil como tu consegue ter consciência disso, né. Então, e o Mateus já ta hoje bem crítico, assim...

P– E tu acha que pra ti conseguir perceber esse tipo de coisa, que tu acabaste de dizer, Isabel, tu acha que é necessário um aprendizado ou é espontâneo das pessoas.

R– É necessário um aprendizado, porque eu passei quinze anos dentro da fábrica, apesar de que...claro...eu, assim, eu não... Apesar de que eu estudei, cheguei a estudar em escola particular, e não dá pra negar, porque eu fiz Pedagogia, que a escola pública é muito precária no sentido de estimular conhecimento. Então essa questão de estimular o conhecimento, né eu estudei em escola...até por eu...se eu gosto de MPB, Bossa Nova, eu acho que vem daí, vem da educação que eu tive na escola particular. Tinha as aulas de teatro, lá na quinta, na sexta série, né e... eu conheci...pude conhecer poesias, coisas assim que meu filho hoje ta na quarta, na quinta série na escola pública e ele não tem, é muito conteúdo, conteúdo, pelo conteúdo, né. Ele não...eu sinto assim, a diferença, apesar assim, de que hoje...meu marido, eu enquanto pedagoga, ele fez faculdade de Ciências Sociais, então a gente estimula o outro lado em casa, né. Claro que eu não tinha pai e mãe que estimulasse, né. Mas assim, o aprendizado que eu tive, hoje eu posso fazer ele perceber essa diferença que se tem, de estimular o conhecimento, de ter...e claro, e depois assim, quinze anos na fábrica, eu senti assim, quando eu fui pra faculdade a diferença que é de...do aprendizado, do conhecimento em si, né. Porque assim ó, porque quer queira quer não, por mais assim, que tu leia, que tu...seja uma pessoa que goste de ler, mas o quê que eu leio, se eu não tenho cultura pra isso, se eu nunca vi meu pai e minha mãe lendo, se...se eu tive uma mãe assim, que...Que era muito dona-de-casa, meu pai era muito machista, então, assim, não deixava nem ela olhar a novela, foi bom, por um lado, até era bom, mas não deixava olhar, mulher...mulher era...

P– Mas era mais pelo preconceito do que pela sabedoria?

R – Sim, ahn... é, essa é a educação muito limitada que a gente teve.

P – O que significa o trabalho na tua vida?

R – Não, mas eu acho que eu “tava” falando um pouco do conhecimento...

P– O quê que significa o trabalho com esse conhecimento pra ti?

R – Não, eu to trabalhando na fábrica por quinze anos, todo o dia, por mais que tu queira fazer alguma coisa diferente e...depois assim, na região que a gente vive, não temos...a gente não tem acesso a olhar um teatro, né. Isso é um sonho inquestionável pra eles...agora na faculdade, ahn...isso era uma coisa que eu ficava muito indignada, que eu tive uma professora de música que ela chegou e pediu pra nós escrever, no primeiro dia de aula, escreva a sua história musical. Eu escrevi que com cinco anos a gente teve o nosso primeiro rádio, eu lembro assim do meu pai escutando Teixeira e Maria Teresinha. E depois, quando a gente cresceu, foi morar em Novo Hamburgo, a gente não tinha tevê ainda, a minha escutava Sérgio Zambiasi, né, que ensinava a gente a pensar positivo, que a gente ia pensar positivo porque a gente ia ter alguma coisa na vida. E depois, assim, a minha irmã foi trabalhar...a minha irmã, que é um ano mais nova que eu, foi trabalhar, começou a trabalhar com doze anos, aquela época, podia começar a trabalhar com essa idade, ela comprou a nossa primeira televisão. E daí eu lembro, assim, que tinha alguns programas musicais tipo Bolinha, Chacrinha, e eu coloquei a minha experiência musical, essa era a minha experiência e a professora não gostou, porque assim, ó, o quê que ela ta acostumada? Com meninas que são aqui de São Leopoldo, são de Porto Alegre, dessa região, e que têm, que têm uma família, que pode...com mais condições. Ela queria o quê, que eu escrevesse que eu dancei ballet, que eu tive a oportunidade de ir num teatro, de ver fulano, ver cicrano, não tive essa oportunidade, então minha história ela foi...né coisas assim, que eu fiquei meio indignada, essa região nós não temos acesso a teatro, não temos acesso a nada, show, tu quer, tu vai a Porto Alegre, que condições tu tem de Porto Alegre, à noite ir num teatro, não tem, não tem nem como, sabe. E as escolas não...como eu disse, estudei numa escola particular em Novo Hamburgo que estimulava a expressão de...do teatro, da música e tal, né. Mas é muito pra um grupo muito fechado, de elite, mesmo. Então...

daí assim, eu to trabalhando lá na fábrica, que tu ouve todo o dia, as pessoas...eu tinha colegas que diziam assim, tu olhou novela tal ontem? Eu disse não, então ah...então não falo contigo, então nem assunto contigo, né. A única coisa, as mulheres, chegam em ca...elas chegavam em casa, saíam de manhã, deixavam seu filho na creche, que era o que eu também fazia, ia pra fábrica, claro, que tem que cuidar muito, que na hora que tu conversa, pro chefe não ver né, porque senão ele vem e manda tu parar de conversar. Mas assim, o assunto é sobre novela, é o que a Globo é repetir o que a Globo fala. Se a RBS lá fez uma crítica ao...a tal...a fulano de tal, aí vai ser repetido, não vai ser questionado. É um outro ou outro que questiona, mas senão, é só repetido aquela notícia, né. Aí assim, ó. Daí tu convive quinze anos assim, nesse meio, por mais que tu tenha, que tu não queira, que tu queira ver outras coisas, mas tu não tem a oportunidade de ver outras coisas. De repente é isso. Daí tu vai pra faculdade, pô, eu me senti lá em outro mundo, né. E ao mesmo tempo, eu começo a questionar, pô, mas que faculdade...que que... se essas meninas elas tão fazendo Pedagogia, elas vão trabalhar em escola pública, se elas também se elas não conhecem aquele meio. Eu acho que tem...é as duas coisas, é o mundo da fábrica e é o mundo da faculdade, eu acho muito distante, eu ficava assim, admirada de ver meus professores com tanta sabedoria, mas o quê que eles sabiam do meu mundo, e eles ficavam admirados comigo, né, eu acho que eu era diferente, né...e meus questionamentos frente aos textos que a gente ganhava, né...às vezes assim, davam um texto do Freire, do Paulo Freire, não era a minha realidade, eu era a que mais questionava, instigava, as minhas colegas não sabiam o que eu tava falando. Eu realmente ficava olhando, né. Mas é assim, é tu fazer os teus questionamentos a partir da tua realidade e...é tu ler um texto e analisar a partir do que tu vive. E essa é a diferença.

P– Então, essa era a diferença, exatamente, tu tinha quinze anos de trabalho na fábrica, e depois tu foi viver a realidade acadêmica. Então, como é que tu junta isso assim, pra ti, qual é o sentido do trabalho, te dando conta dessa trajetória que tu carrega?

R – Eu acho que o trabalho é fundamental no ser humano, o problema é a exploração que se tem no trabalho, né. Na mão de obra, né. Por exemplo, aqui, quando eu venho pra cooperativa, pô nós tamos na capital nacional do calçado e agente tenta trazer pessoas aqui. As pessoas não sabem trabalhar, mas não é porque elas querem, a gente tenta um ano, tenta dois, e as pessoas não aprendem porque elas chegaram no seu limite. Porque eu acho que se tu trabalhar lá na escola o trabalho, porque na verdade, assim, eu fiz o meu estágio na segunda série, ahn...e daí eu trabalhei essa questão do trabalho, quando eu fui fazer meu estágio, fiz um projeto sobre a questão do trabalho, mesmo. Na área do calçado, né. E as crianças têm vergonha de...das mães, que tão na fábrica, têm vergonha de dizer, elas não querem ser sapateiras quando crescer, mas sabe? E eu às vezes, eu sentia vergonha de ser sapateira, e agora sim, observando com outros olhos, o problema não é ser sapateiro, o problema é o valor que se dá. Porque assim, todo mundo usa calçado, e que trabalho mais lindo, agora na cooperativa a gente vê isso, que trabalho mais lindo, o problema é assim, as pessoas passarem oito horas na fábrica, de cabeça baixa, fazendo uma operação só e ganhando uma miséria, chegam cansadas, e eu sei trabalhando na fábrica o quê que é, tu chegar cansada e o teu filho querer atenção, e tu ser bruta com ele. Mas não porque eu queria ser bruta, depois que eu saí da fábrica eu nunca mais fui bruta com meu filho. Então, eu não era bruta porque eu era bruta, mas aquela condição, sendo...não podendo falar, cuidando o que ia falar pro chefe não ouvir, tendo hora pra ir no banheiro, sabe dias que tu ta, questão da mulher, né. Tu menstruada então tu tem que ter hora pra ir no banheiro e eu tenho todo o mês muita cólica, aí tu imagina tu chegar cansada em casa, daí tu tem que lavar roupa, tu tem que organizar tua casa, fazer janta, e essa era muita queixa das mulheres, era além das novelas, o que tu escutava muito era isso, né, de...e eu, assim, apesar do meu marido não ser aquele machista inveterado, mas na época ele era presidente do Sindicato, então, quase nunca ele tava em casa, então sobrava muito pra mim, mas as mulheres reclamavam muito, de chegavam em casa, o marido deitava no sofá, olhava a novela e nem atenção pros filhos eles não davam, daí era tudo por conta...daí tu imagina, daí eu sentia isso, daí que eu fui fazer meu estágio, né, das meninas não assumirem suas mães sapateiras, elas queriam ser professora, elas queriam usar, uma vez eu fiz uma atividade, que daí eu tirei meu tamanco né, de salto, e todas queriam usar meu tamanco. Elas chegavam, ah profe, como tu ta cheirosa, e eu ficava imaginado, poxa vida, as mães, claro, chegam todas suadas da fábrica, elas não vão querer cheirar a mãe delas, não vão sentir aquele perfume, que a mãe delas...então, essa coisa que a escola não trabalha, que falta a escola trabalhar, de valorizar, né, de chegar e dizer assim, olha, vocês já pegaram um pé de sapato, vocês imagi-



nam o quê que a mãe faz numa fábrica? O problema é que o que a mãe faz numa fábrica é sempre muito fragmentado, né. Então.

P – Então, falando sobre essa questão da conversa nos ambientes do trabalho, como é que isso é visto? Como é que tu sentia no teu tempo essa limitação, esse controle de operação que vocês tinham. E hoje, aqui, faz essa relação de antes, da tua experiência pra cooperativa?

P -Não, muda totalmente, né. Porque na fábrica tu tem o chefe, tu tem, porque assim, é uma hierarquia, né. É o dono da fábrica, que reclama pro gerente, a gente sempre dizia isso, né. O dono da fábrica reclama pro gerente, o gerente reclama pro chefe, o chefe reclama pro auxiliar de sessão, o auxiliar reclama pro funcionário. E daí, quando é mulher, ela chega em casa e vai descarregar no filho, mas daí quando é o marido vai chegar em casa, vai descarregar na mulher ainda e a mulher vai descarregar no filho. A diferença...porque assim, tu não tem, lá na fábrica é assim, uma coisa que eles gostavam é a porta da rua é a serventia da casa, pode ir embora, ou eles te mandam embora ou tu acaba se indignando e saindo, mesmo, né. Mas normalmente as pessoas ficam, sofrendo humilhações, eu tive colegas, assim, que já mandaram chamar na creche porque o filho tava com febre e não deixaram ela sair. E colegas apertadíssimas pra ir no banheiro, mas não, não era hora pra ir no banheiro. Não tava na hora, o chefe vai passando, né, não podia, não podia...já vi assim, colegas dentro da fábrica, de fazerem tudo nas calças né. Isso aconteceu com uma irmã minha, inclusive. Então, é muito forte, muito cruel, isso. Muito cruel mesmo...E até essa coisa de desabafar, e tu sente que as mulheres na fábrica desabafam e...porque meu marido fez o trabalho de conclusão dele, ele fez sociologia, como ele não tava na fábrica, ele tava no sindicato, na época, ele pediu pra eu conversar com a mulheres da fábrica, daí eu fazia muito isso em relação ao trabalho dele. E foi surpreendente, assim, porque daí serviu pra mim, também, depois, né. Porque essa coisa da mulher sentir, questão de gênero, mesmo, né. Porque assim, quando tu começa a conversar elas percebem que tu fala de outras coisas, elas nem, elas se abrem muito contigo e se abrem mesmo, assim, e eu tive assim, fiquei chocada em perceber assim, se eu conversei assim, com dez mulheres e de dez mulheres, uma me disse que sentia prazer quando tinha relação com o marido delas. Uma lá ficava olhando se tinha teia no teto, porque no outro dia ela ia limpar. E é incrível, nós tamos, na época era o ano de noventa e nove, né, já esse tabu todo em relação ao sexo, e de ver que o sexo é obrigação.....(FIM DO LADO DA FITA)

P -...Em relação à sexualidade das mulheres, isso chegou a mudar, dessa situação de fábrica pra essa realidade da cooperativa? Como é que tu vivenciaste um pouco essas coisas com as mulheres da cooperativa?

R – Na cooperativa, assim, tu tenta fazer um outro trabalho, claro que assim, no início até elas entender, e até hoje assim, pra elas entender a...por exemplo, assim, de vinte mulheres que passaram por aqui, uma entendeu, né, que...que...o que é a cooperativa. Porque assim, ó, ainda muitas assim, apesar de toda a conversa sobre a cooperativa, que tudo isso aqui tende a ser delas, que elas é que devem administrar, então elas acabam te chamando de chefe, oh nós vamos te chamar de chefe, mas não conseguem olhar assim, pra ti e pensar assim, que tu...que tu não manda nada. Ela sempre tem que ter...inclusive assim, chegou um tempo assim, que começou a dar muito conflito e tal, e elas disseram que faltava um chefe. Então hoje, eu percebi que algumas mulheres saíram daqui, elas me viam como chefe, eu fiquei extasiada ao perceber isso, que me viam como chefe. Eu nunca dei motivos pra isso, pelo contrario, toda reunião que a gente fazia, a gente discutia as coisas da cooperativa, mas essa coisa é cultural, as pessoas passam a vida toda numa fábrica, e vêm, quando elas tão, mesmo lá na roça, elas trabalham com isso até, elas trabalham pra alguém, né. Então, sempre tem alguém mandando no trabalho delas. Esse valor, que...quê que é o trabalho, eu não sou dona do meu trabalho, do que u faço, eu falo pra alguém, né o produto, na cooperativa assim, apesar de elas poderem ir nas reuniões, de colocar, desabafar, a gente trabalha a questão de gênero, tem trabalhado, mas assim, marido, essa questão do marido é muito forte, né. O marido...além da figura do chefe, a figura do marido, ele pode estar presente, mas ele assusta muito, muitas mulheres ainda. Então aqui na cooperativa, eu já te falei antes né, nós tínhamos uma viagem pra São Paulo, que eu fiquei imaginando, pô, vão brigar pra ir pra São Paulo, né, todo mundo vai...vai querer ir, pô que oportunidade que eu tenho de ir pra São Paulo e...eu gostaria de ter ido, mas queria deixar pra que uma delas fosse, mas a que podia, daí, ah mas eu não posso, daí nós insistimos com uma aí, mas...não, daí tem um marido por trás, né. Eu acho assim, que tem muito essa questão, porque quando a mulher ta aqui, e eu acho que o marido percebe muito mais que ela, que ela pode tirar, que isso aqui pode ser dela e que ela pode crescer muito aqui. Isso assusta

os maridos, e assusta muito, coisa de...né, do machismo, de superioridade do homem, isso assusta muito, e daí a gente tenta trabalhar muito com isso, mas aí é bem complicado, tanto é assim, que o nosso grupo tem reduzido, ao invés de aumentar e...tem toda essa questão né, das pessoas realmente não terem aprendido o processo de trabalho, daí trabalhar com o grupo de mulheres essa questão, interfere muito essa questão do machismo. Do marido, a figura do marido, né. E até mesmo assim, algumas meninas que não têm marido, tem o pai, né, a figura paterna, eu tive isso, né, sempre o pai fala mais alto, então...

P– Então tem uma diferença séria aí nessa formação. Sobre os assuntos tratados, de maneira geral, assim com elas, nas conversas, nas trocas de parada de trabalho, de oportunidade de expressão das idéias, é...como é que tu percebia e como é que tu entende essa nova formulação desse novo conhecimento que a gente vai adquirindo ao longo dos anos da vida, da história e vai transformando isso numa coisa real, da tua prática, do teu cotidiano? Tu não és mais aquela pessoa daquele trabalho da fábrica lá de quinze anos hoje, tem uma diferença muito grande. Como é que tu percebes isso nas mulheres, de maneira geral?

R – Nelas ou em mim?

P– De ti e delas, faz essa relação. Primeiro de ti...

R– Eu, quando fui naquela palestra na UNISINOS...na...na...FEEVALE sobre Economia solidária, né, ficava pensando dessa...eu acho que tu se distancia às vezes quando tu sabe um pouco mais tu se distancia das pessoas, né. Acho que...o intelectual demais (risos), tem que cuidar pra não ir muito...se intelectualizar demais, né. De não deixar falar a língua delas, porque tu acaba...e ao mesmo tempo tu não pode te tornar uma delas. Porque assim, eu errei, eu muita vezes fiz questão de dizer eu sou igual a vocês e vocês são iguais a mim, porque queria fazer com que elas sentissem isso, mas uma figura de coordenador tu tem que ser, porque as pessoas necessitam disso. Então, tu não pode ser, chegar ao extremo de ser chefe nem chegar ao extremo de ser um igual. Então tu tem que manter...e até pra olhar de fora, não pode ta muito junto, porque se tu ta muito trabalhando junto, tu te torna muito igual. Que é a questão da Odete, que a gente falava. Eu...eu acho que eu cresci muito, assim, e hoje eu não sei o que fazer com isso. Às vezes não sei o que fazer com todo esse crescimento, todo esse conhecimento, porque...pra onde eu vou, agora. Eu hoje to me preparando pra concurso, mas eu não gostaria de ir pra uma sala de aula. Eu acho assim, que tem outros espaços de educação, que se ensina muito mais, né e que eu acho que a escola e a sala de aula é muito limitada, né. Não gostaria de ir pra uma sala de aula, tive assim, já fiz esse teste, não gostei, mas...por falta de oportunidade mesmo, de não ter espaços, outros espaços, tu acaba fazendo isso que tu não gosta. Esse é um espaço que eu gosto, né. Mas assim, por conta de realmente não ter estrutura financeira pra ficar aqui.

P – Como é que a tua participação em outras instâncias? As tuas ações voltadas pro coletivo, tu discutes com alguém, tu vai ao sindicato, como é a tua participação no coletivo com esse olhar da cooperativa?

R – A igreja eu larguei depois que eu saí de casa, né porque nós sempre fomos...desde criança, a gente sempre teve a educação muito cristã., né, muito católica, tanto é que eu tive que parar de estudar porque eu não quis estudar pra freira. Esses dias eu fui na missa, porque o meu filho optou por fazer a primeira comunhão, a gente deixou ele...e eu fiquei olhando, puxa vida, quantos anos, quantas missas eu vim pra escutar tanta baboseira, meu Deus do céu, e eu acho que a...escutando o próprio sermão do padre, eu fiquei pensando pô, eles podiam ajudar tanto, né, podiam ajudar tanto, porque assim, nós, a minha mãe, eles tinham uma ligação muito forte com padre, sempre tinha um padre lá em casa, mas nunca assim, eu vi um padre dizer, aí, Isabel, faz tu, vai pensando no teu futuro, pelo contrário, é muito...é muito aquela visão, aquela coisa da igreja de tu te conformar com o que tu é, tu é pobre...tanto é que quando eu fiz a minha primeira greve, eu tinha dezoito anos, fiz a greve, minha mãe disse assim, tu tem que aceitar, porque pobre é pobre, rico é rico, patrão é patrão, empregado é empregado. Tu tem que baixar a tua cabeça e trabalhar. Tanto é que os dias que eu fiz greve eu tive que sair de casa, porque minha mãe não aceitava né. Então assim, eu acho que todo esse crescimento, como eu disse né (incompreensível) então assim, eu tento da igreja eu não participo, eu participo do partido hoje, muito mais do partido, a gente tem...tá tentando lá também estruturar um grupo de mulheres, mas até mesmo lá é difícil, né, porque eles dizem assim, tem muito discurso, mas na prática, a gente tem que trabalhar primeiro a questão de gênero com os homens, pra depois trazer isso pras mulheres, pô, eu acho que

elas são legais, mas os maridos não aceitam, né. Então, a minha participação hoje é muito mais no partido, né, e na escola do meu filho.

P – De que forma, na escola do filho?

R – Lá não tem, não tem muita abertura, é um grupo muito fechado, mas eu, sempre que posso quando tem alguma tem alguma coisa, alguma atividade na escola, eu participo. É uma escola muito conservadora assim, pra uma escola pública. Apesar de ser uma escola pública, é uma escola no centro da cidade. Então, assim, aqueles pais que não querem botar seus filhos, apesar de terem condições de botar seus filhos em uma escola particular e não bota, então eles vão pra lá. (incompreensível) muitas outras crianças e ao mesmo tempo, perturbando, né e esses pais é que na verdade tão tomando conta da escola, por seu poder financeiro, por ser o fulano, ser o cicrano...nessa escola fica bem nítido, isso. E assim, tu querer entrar lá e...é uma briga muito grande...daí é tu sozinha, sabe, então eu participo assim, meio...é uma participação meio restrita, vou assim, quando tem assim alguma atividade, que eu posso ajudar em alguma coisa, mas...

P – E a questão étnica? A gente sabe que no Vale do Rio dos Sinos há a presença forte da cultura alemã. Como é que tu vês isso dentro da cooperativa, havia, houve, um momento em que as mulheres da cooperativa se preocuparam com isso, chegaram a falar sobre isso, ou não?

R – Não, aonde eu moro, em Dois Irmãos, é muito forte isso. Tanto é que quando eu fui trabalhar, eu fui morar em Dois Irmãos, eu fui pedir emprego, eu senti isso muito forte por eu não ser descendente de alemão, por não ter o sobrenome alemão, porque como eu não casei no civil, não ter o sobrenome do meu marido, porque eu acho um machismo, tu ter que botar o nome do marido, mas assim, eu senti na fábrica, quando eu fui procurar emprego, numa fábrica, o cara queria saber da onde eu vim, porque que eu vim morar em Dois Irmãos, não consegui emprego lá, né. Porque que eu não tinha...inclusive porque eu não tinha casado, né, que eu tava com o meu filho no colo, pedindo emprego, porque que eu não tinha casado, foi essa a pergunta que ele me fez. Claro que eu não consegui emprego lá. Mas de outra de forma, foi quando eu fui e consegui emprego, e daí conversou comigo uma outra costureira, (incompreensível). Ela (incompreensível) me botou logo na maquina de costura, e a outra entrou conversando no dialeto alemão com a chefe, né. Daí eu disse, não, mas eu sou costura, eu vim pra costurar, me botaram pra limpar sapato no limpador, que é um cheiro horrível, né, eu disse, não, mas eu não quero fazer isso aqui, eu não vou fazer, to trabalhando aqui não pra fazer isso, não vou fazer. Não, mas é que nós temos que te testar, tu faz serão hoje de noite, que nós vamos fazer um teste, não, mas a outra já foi pra máquina, ah, mas ela eu conheço. Mas porque ela entrou falando em alemão, porque era dali, tinha o sobrenome, então eu senti isso muito forte. Tanto é que eu trabalho essa questão no meu trabalho de conclusão, né, e um dos pedidos da minha orientadora foram que eu continuasse esse trabalho depois, que eu acabei não acabei não continuando, né. Mas aqui na cooperativa eu nunca senti isso, né, porque, até porque vem, algumas têm origem alemã, mas eu acho que, que como aqui é um bairro mais periférico, eu acho mais difícil ter esse tipo de coisa aqui. Tem muito aqui é essa questão da religião, então isso é forte. Aqui é um bar e um...é um bar e uma religião em cada esquina, né. É Deus é Amor, é...Assembléia de Deus, Testemunhas de Jeová, tudo o que tu imaginar tem aqui. Tem católica, tem uma comunidade aqui. Tem de tudo aqui, então tem muito conflito, inclusive assim, ó, elas, se tem algum problema na cooperativa ou lá no serviço que elas trabalham, dependendo da onde elas estejam, elas vão lá na frente falar (incompreensível), então, aconteceu isso muitas vezes, aqui, daí a outra ficava sabendo que ela foi falar da outra lá, na Igreja, então, achamos muito conflito por causa da religião.

P – Como é que era a relação com as colegas que tinham uma condição específica da fala alemã, no grupo?

R – É, quando eu digo que não tem preconceito ele não era assim, muito direto, né, mas indireto também, tu tem porque...porque ela...o dialeto...porque eu não...na verdade assim, esse tipo de preconceito eu também tinha, até casar com uma pessoa que tem o dialeto, que tem o sotaque desse pessoal que...então assim, e em Dois Irmãos, onde eu moro, tem muito isso. E depois...até tu te dar...essa falta de respeito, porque o preconceito, porque às vezes o preconceito acaba invertendo, se eu for falar de preconceito eu penso em um negro, né, eu assim, eu sentia isso, porque às vezes assim, é uma questão de...é invertido, porque assim, normalmente, o de origem européia, assim, né, pessoa branca, ele normalmente é o superior, né. A minha cunhada, as irmãs do meu marido, elas acham que elas são lindas porque elas são loiras e altas, devem me achar uma nanica, né, feia...e...então, assim, até essa coisa do

superior, do branco e...e eu sentia essa inversão, como eu dei aula em Dois Irmãos, num bairro periférico, onde tinha essa mais mistura, né, de pessoas que vê de outras regiões, então as pessoas gozavam dos outros que tinham esse sotaque alemão e então era uma forma de se vingar, de repente, né? E aqui na cooperativa, a mesma coisa, mas assim, nunca...aqui menos.

P – Mas havia uma diferença delas de falar o alemão e de terem a dificuldade de falar o Português?

R - Sim, as outras, querendo ou não, elas falam um sotaque bem forte, então as outras ficavam se olhando, dependendo do que ela falava, ficavam se olhando, mas nunca falavam pra ela, mas assim...

P– Nunca foi uma coisa mais escancarada de preconceito mesmo?

R – Não, não, é como essa questão da religião, que chegou a dar conflito, não, era, era muito mais assim de...preconceituosa de brincar, mesmo. Porque essa coisa do preconceito e eu fui me dar, até tem um livro, que é “A Língua de Eulália”, né, que fala sobre isso. E eu mesmo, por isso que eu digo, a questão do conhecimento, como é importante, porque nós tínhamos muito isso, né. A minha mãe e o meu pai sonhavam que a gente casasse, o meu pai...a minha irmã casou com um negro e o meu pai não aceitou. Então, essa coisa de casar com branco, apesar de nós sermos descendentes de portugueses, né. Mas essa coisa do alemão, dessa região, que a gente vem morar nessa região, né, coincidentemente, não digo que eu casei com um descendente de alemão, eu casei com o Maurício, que por um acaso, casei com um ser humano, porque tem muito essa coisa da pessoa ser...clara, escura, ser descendente disso ou daquilo, né, tem muito isso, mas nossa família, a gente tinha sempre uma solidarização com outro. Porque tinha isso com nós, quando eu vim morar da Região do Alto Uruguai, que a gente veio, né, lá a gente fala muito o “te” muito forte. “Presente”, quando a professora fazia a chamada, a gente respondia “presente” então as alunas gozavam muito da gente, né. Então, claro, tu percebe o outro falar “rato”, eu vou gozar dele também, tu sabe que eu falo “presente” Tu falas “rato”, né. Mas assim, eu acho que é a falta da escola, de trabalhar essa coisa da diferença, porque eu tive uma colega que dizia que a filha dela foi reprovada quando veio da Bahia, que tinha sotaque, fala algumas coisas, nos teus textos escrevia, foi reprovada a menina, na quarta série, porque veio da Bahia, sotaque diferente. E é incrível assim, ó, porque na escola do um filho, onde até as professoras falam com sotaque, teve, tinha aquela, na época do Fernando Henrique, que era OS Amigos da Escola, que agora a Rede Globo emplacou, né. Que era na verdade, eliminar os professores, que tivesse voluntário dando aula. Essa era a intenção. Então assim, naquela época foi uma fonoaudióloga, mãe de uma aluna da escola onde o meu filho estuda, falar sobre a fala. E o quê ela dizia, ah que em Dois Irmãos é muito difícil as pessoas evoluírem nessa questão da fala por causa do sotaque, por serem alemães, pô, ela ta no meio de uma comunidade que fala o dialeto, né, dizer que isso é um problema? Uma fonoaudióloga, né? Daí é o cúmulo, né?

P – E na questão da mídia, como é que tu vê, as questões de gênero e as questões de etnia, pra qualquer tipo de etnia nos programas de televisão?

R– Principalmente na questão de gênero, é um absurdo, uma apelação, uma apelação...ao mesmo tempo assim, que vêm com campanhas, né, contra gravidez, adolescência, é uma ou outra que aparece, né, sem muita vontade, mas tem toda aquela exibição, né. E tu vê assim, nessas novelas, assim, seis horas da tarde, com cenas de...ahn...muito, muito...obscenas, muitas vezes, né, essa coisa...eu não cheguei a olhar essa novel “Rebelde”, mas disse que é assim, a adolescência, passa a novela acho que às oito, parece que aumentaram, porque tem um gurizinho de quinze anos, que inclusive é a primeira transa, a forma como se coloca isso, né. Assim, pra nós, o sexo sempre foi...eu, né, pro delírio da minha mãe, casei grávida, mas assim, ó, sexo pra mim sempre foi aquela...colocado como tabu, como a gente tinha, comecei a olhar, como a gente teve tevê em casa, eu já tinha doze anos né, então assim, a gente nunca teve acesso a nada, né. E pra minha mãe Deus o livre, falar alguma coisa, o fim do mundo...

P – Não conversavam sobre isso?

R – Não, o dia que eu fiquei menstruada, eu não sabia que eu tava menstruada, eu, daí como eu sentia muito aquela coisa, ah fulana casou grávida, o medo que a gente tinha lá com onze anos de engravidar, mas não sabia como se fazia, pra engravidar. Quando eu fiquei menstruada eu achei que eu tava grávida, daí imagina, e sem poder falar pra mãe, né. Daí, depois, vendo as minhas irmãs, mas muito de observação, não de falar, né. Nós, como estudava em uma escola particular, né, daí mais tarde, um professor falou, assim, muito geral, da questão da sexualidade, inclusive, mais conta de uma sobrinha, que tinha engravidado muito mal, então a preocupação dele em passar pros alunos. E eu assim, ficava captando, o assunto me interessava, né, mas assim, tu vê que na mídia, assim, o que se faz com a figura da

mulher, né, falta de respeito e eu sempre coloco pro Matheus, eu acho que tu não tem que ter preconceito com nada, eu acho que as pessoas são livres, né, mas a maneira que...se fala, de sexo, de...de...de amor, como se...essas coisas acontecessem assim, tu olha pra um, te apaixona, te desapaixona, eu olho pra outro, já me desapaixono por aquele, é muito vulgar as coisas, né, porque...e eu fico assim, cada vez aumenta essa...ao invés de diminuir, as pessoas, ah, nós estamos em 2006, ainda tem, claro, e cada vez vai ter mais, e as coisas tão, daí a Globo, Deus o livre falar, ah porque a liberdade de imprensa, adoram fazer um discurso, né de liberdade de imprensa, mas o quê que é liberdade, desde que eles possam vender, né, então...aí tudo é livre, né, então, eu não...eu não entendo assim qual é a vantagem de ta se mostrando tanta coisa, porque ta gerando, e gera tanto problema, né, porque que, essa responsabilidade do lado social que nunca afeta esses caras diretamente, porque...

P - Tu achas que a mídia tem uma responsabilidade social importante nos grupos, na vida das pessoas? Tem esse compromisso?

R – Deveria ter, porque afeta, tudo o que a mídia, como eu disse, né, que aparece no Jornal Nacional eu tinha um professor que dizia, quando...quando eles querem vender um produto, tem que mostrar no Fantástico, né, que aquele produto é bom. Quando tem alguma coisa acumulada lá, eles mostram lá, uma vez que mostraram, eu via todo mundo comentando, lê, ah é bom polpa de fruta, né, diz que bah, aí, que tem vitamina, mas na verdade não tem, tem vitamina na fruta, suco na hora, mas sei lá, devia ter muita polpa por aí, né, que não tavam vendendo, que daí eles quiseram mostrar no Fantástico e começou todo mundo a usar polpa, né, então, é isso. E daí, tu imagina, ah que legal, e o problema assim, é, ao mesmo tempo em que mais se tem...ahn, questão da alimentação, mesmo, que mais se torna o consumo de porcarias, de...não se valoriza, né mais a questão da alimentação mais saudável, mesmo, ao mesmo tempo, eles fazem questão de mostrar o quê que é a Malhação, a Malhação é um desleixo total com a educação (incompreensível), os adolescentes conversando, o professor ta lá explicando, um motivo, um assunto importante, mas eles tão falando sobre namorado. É essa a visão da escola, né, não tem que dar bola pra escola, tem que dar bola pro teu...teu namorado, sabe, pros relacionamentos, né. Então não se fala...deveria se falar, se ah...acho que Rubem Alves, escreveu uma vez, que ele mandou uma carta pro Roberto Marinho, da propaganda de cigarro, né, que se ele quisesse inverter, podia transformar o mundo, e eles têm esse poder, porque nas Eleições a gente percebe, né, se eles quiser eles ganham, só folgado, só eles trabalhar pra isso então tem, infelizmente, assim, ó, lá, quando eu trabalhava na fábrica, a gente via, e coisas assim, as pessoas só têm isso, na tevê, só pega a RBS ou só pega a Globo, então, eles podem, eu não sei, isso deve ser de propósito, né, porque que não pega as...porque que o meu rádio não pega, por exemplo, a cultura, que eu gostaria de escutar, porque que é mais difícil de pegar essas outras, as pessoas não têm, ou olha isso, ou isso, então...e assim, tu ta na fábrica o dia todo, a vida levou lá, um monte de xingão na fábrica, principalmente as mulheres, na novela, vou olhar aquele homem bonito, aquele homem romântico, que ele agarra, e o marido lá, um caco deitado no sofá, então eu acho que é tu...é partir pra ilusão, mesmo, e a mídia é boa nisso, né, trabalhar com a ilusão das pessoas, o ilusório, e...de repente tudo é permitido, e as pessoas não se dão conta, né, de como tão sendo manipuladas, os valores que vão perdendo, e a gente percebe muito aqui hoje na cooperativa assim, essa questão do consumo é tão forte, que independe de classe social pras pessoas comer, elas fazem questão de comer Elma Chips, elas comem esse isopor, salgadinho que parece isopor, aqueles pacotão, que vende baratinho, baratinho, então de manhã cedo tu via mulheres aqui comprando pros filhos, pirulito e...muitas vezes se tem espaço pra fazer uma horta, mas é tudo muito fácil, se tornou muito prático, talvez num tempo assim, que as pessoas se tornem obesas né, querem imitar os americanos em tudo, se tornam obesas, ao mesmo tempo da mídia colocar o corpo perfeito, né, de eu querer ser magra, e eu acho que, às vezes eu fico olhando pra sociedade, não tem mais jeito, mesmo, né, porque aonde tu vê tanta...o mesmo número de crianças desnutridas é o número de crianças obesas, mas não é que tão bem alimentadas, mas de tanto comer porcaria, né.

P – As mulheres têm o diferencial na estrutura da fala, de constituir redes, contatos e trocas, etc, e de fazer uma transformação possível na sociedade?

R – Eu acho que poderia, eu acho que as mulheres muito...são mais, mais interessadas, eu percebi isso na reunião do sindicato, as mulheres tinham muita vontade de ir, mas às vezes assim, o marido que diz se pode ou não, né, elas vão, eu acho que elas levam as coisas mais a sério, né, eu acho que elas têm menos medo, assim de...talvez tenham mais dúvidas, têm menos medo assim, de perguntar, porque assim, já que a mulher, já que ela é inferior ao marido, então, ela tem que ter medo e ter vergonha,

então o homem já quer ser inteligente, né, tem que se mostrar superior. Então, quando a gente faz a reunião aqui com Anita, com a Dra Rita, a gente percebia, elas têm muito interesse, assim, em aprender, falta assim, oportunidade mesmo, né e isso aí não é tu querer dar oportunidade agora, isso vem lá da escola, isso vem das nossas meninas de ta incentivando, a escola incentivando que elas dancem, se vistam de Rebeldes e se vistam como a Rebelde e a escola tem que proporcionar outras coisas, que não adianta assim, porque eu via pelas minhas colegas de pedagogia, que a fábrica existe, mas é um prédio, tem pessoas trabalhando e daí, né, não interessa, a escola tem que ir lá, tu não pode falar de um carteiro pra uma criança, tu tem que ir lá, entrevistar o carteiro, fazer com que as coisas tenham sentido pra ela, então eu acho que se as pessoas, a escola teria um papel importante, se começasse a ver esse lado mais social, acho que tem um bom espaço de transformação, também, né. Mas eu acho que a... das mulheres terem força eu acho que tem que... é tudo uma questão de tu... ter um projeto de... que tenha recurso pra isso, de trazer conhecimento pra essas mulheres, de trabalhar tudo, né, porque daí tem que... elas têm que reaprender, tem que ter essas oportunidades, né, elas por elas, não.

## ENTREVISTA 1 - Grupo do bairro Restinga - DIA 10/06/2006

Tenho vinte anos, trabalho no momento num cyber café...

P -E...que tipo...já vamos começar assim, tu ta nesse momento, morando com a tua família, sozinha, como é que ta?

R- No momento, to morando só eu e a minha irmã, minha mãe ta perto de nós mas não estamos na mesma casa, a gente ta separada só de casa, mas ela mora em outra quadra, mesmo assim, eu me sinto sozinha, como se eu tivesse morando sozinha, né.

P- O que levou vocês foi um problema de saúde, pessoal, de uma pessoa da casa.

R- É, foi o chefe da família, no caso, né. O meu pai de criação, ele teve um derrame, e lá em casa não tem como se locomover, a casa é muito pequena, tem escada, as escadas tão meio balançando e como ele não tava caminhando, a minha mãe teve que alugar uma peça, que ta ele, ela, meu irmãozinho, de dez anos e ele.

P- Como essas coisas da tua estrutura familiar têm interferido nesse processo individual da vida, de tocar o trabalho, as coisas, de uma maneira mais sozinha, mesmo. Até este momento, vocês estavam morando juntos, todos e havia numa harmonia conjunta entre vocês?

R - É, desestruturou totalmente, assim, a família, eu fiquei totalmente perdida, eu fiquei muito perdida, eu tive que, por um momento, ser a chefe da família, eu tive que ser mãe, eu tive que ser dona-de-casa, eu tive que ser mãe da minha mãe, né, porque a mãe passou um tempo no hospital, eu tive que carregar meu irmão pro colégio, tinha que ajudar ele nos temas, né, minha irmã é uma adolescente, bem revoltada, então eu fui a chefe da família, e foi bem difícil pra mim, assim, porque tinha que trabalhar e tinha que estudar; então, eu tinha tudo isso pra fazer, eu dormia duas horas da madrugada, três horas, com meu irmão, não dormia direito, preocupada com ele, ele ficava chorando, o pai dele tava no hospital, de manhã eu tinha que levantar bem cedo, fazer o café pra ele, passava a roupa dele, já a roupa antes eu passava, arrumava ele pro colégio, deixava tudo prontinho pra ele, levava ele pro colégio, daí eu tinha aula depois, mas já ficava pensando na minha mãe, maio-dia já vou passar lá no hospital aí eu ia em casa, se dava tempo pra fazer uma comida pra eles eu fazia, a vó me ajudava bastante, mas aí de tarde tinha que ir trabalhar, meu irmão não tinha feito o dever de casa ainda, aí, eu não sei dizer assim, foi uma coisa muito difícil na minha vida, foi assim, mas eu aprendi bastante, to aprendendo bastante, sabe, to...isso tudo, por um Aldo, ta sendo bom pra mim, porque eu to, sabe, mais adulta, porque antes, de uma certa forma, tinha tudo nas minhas mãos sabe, chegava do serviço, tinha a janta pronta da minha mãe, ali, sabe, minha mãe, ah Carol ta cansada, ah vou lavar a tua roupa, claro, isso eu não gostava que ela fizesse pra mim, mas assim, sempre que eu precisava dela ela tava ali, me ajudando, fazia tudo pra mim, né, porque ela era dona-de-casa, né, sempre foi, né, então...e eu tive que ser a chefe da família e eu acho que, eu não sei como é que vai ser quando a gente voltar, parece que vai ser difícil a gente voltar sabe? Porque eu to acostumada já, nesse ritmo...Agora...

P- Quanto tempo?

R - Faz...sete meses, foi dia vinte e sete de novembro, vinte e oito de novembro, que ele teve um...Aí transformou...ele ficou quinze dias no hospital, mas aí foi aqueles quinze dias, de...foi um choque, eu fiquei uma semana sem ir pra aula, isso abalou meus estudos, porque eu nunca ficado em recuperação em nenhuma matéria, eu era, bah, aluna dez, da sala, e aí eu acabei ficando, tava no final do meu curso, eu acabei ficando em recuperação nas matérias, os professores me chamaram, o quê que ta acontecendo contigo, que as professoras me conheciam, ah a Caroline é a aluna maravilhosa, aquela coisa toda, né e aí me chamaram, e tudo o mais, me chamaram num canto na secretaria e tudo o mais, conversar comigo, saber o que houve comigo, né, fiquei uma semana sem ir pra aula, que eu tava rui na...mal nas provas, eu não dormia, né, eu dormia com o meu irmão, pensando já que no outro dia eu tinha que deixar tudo prontinho pra ele, né, ele tem problemas na escola, também, tive que ir no colégio, conversar com as professoras, que ele tava muito rebelde, ele tava sabe? E minha mãe eu tinha que...eu tinha que deixar consulta pra minha mãe, tinha que, mãe, come, mãe...sabe? Minha mãe não atinava assim, nas coisas, ela tva muito cansada, dormiu todos os dias no hospital, essa coisa toda, mas...

P – E hoje, como é que está?

R– Hoje, assim, como é que eu vou dizer, hoje eu to bem feliz, porque já sou técnica em enfermagem, terminei o curso, agora eu posso batalhar pra conseguir, em hospitais, mas já to feliz, porque agora, a partir de agora eu acho que as coisas vão dar certo, porque agora, eu conseguindo na área da saúde, o quê que eu quero, eu quero me juntar com a minha família, alugar uma casa pra morar todo mundo junto, a minha irmã ta muito revoltada, ela ta sabe, se revoltando bastante, então, agora, a prioridade é juntar a família, então eu quero ajudar eles financeiramente, a gente já comprou um outro lugar, né, pra morar e tudo o mais, porque o terreno os filhos dele tão brigando pelo terreno, já, não querem nós lá, pra ver como as pessoas são, né, a pessoa fica doente...

P – Quer dizer que o padrasto já tinha uma outra família antes de vocês?

R – Sim, ele tem cinco filhos. Só que os filhos dele, o mais novo tem vinte e cinco anos, o mais velho tem, vai fazer quarenta, então são crianças, eles moram nos fundos lá de casa, eles querem, tão brigando, tão brigando já e a mais velha já quer ir morar lá também e a gente nunca pensou que ia acontecer isso, né, porque cada um tem tudo a sua vida, já, e agora eles tão tudo brigando. Então, nós, a família é nós, eu, a minha mãe, meu irmão, meu padrasto, hoje ele diz isso, ai, Carol, tu é mais que uma filha pra mim, porque os meus filhos não me carregaram, então...mas uns negão forte, não carregavam ele na cadeira de rodas, não ajudavam, minha mãe carregou muito o meu padrasto, várias maneiras de carregar ele, ela pegou. Minha mãe aprendeu muito com isso, e minha mãe carregava ele o tempo todo, né. Que ele não tava caminhando, e os filhos dele...

P– Mas ele já saiu do risco maior, então, ele ta melhor...

R – Sim, ele ta caminhando, só a mão esquerda dele que não ta mexendo e a gente ta com vários problemas financeiros e ele escondeu muita coisa da minha mãe, ele tava jogando muito, bebendo muito, e tava com muita dívida, muita dívida.

P- E ele estava trabalhando antes de ter o derrame?

R– Estava, foi no serviço que deu, ele ficou três horas sem atendimento. Ele é *brigadiano* aposentado, ele é sargento da Brigada. Só que ele não quis parar de trabalhar, ele (incompreensível), e aí ele continuou no de...segurança da Biblioteca Pública, daí foi lá que deu, que ele fazia das se te da manhã às sete do outro dia, e ficava três dias em casa, mas ele não queria ficar em casa, ele queria trabalhar, continuar, porque...ele tem sessenta e dois, vai fazer sessenta e dois, ele vai fazer. Mas nem parecia.

P – E a tua mãe, que idade tem?

R – Quarenta e dois.

P– E como é então, agora, houve um crescimento repentino. Como é esse momento de assumir essa questão de trabalho, de autonomia, de execução de tarefas que tu ainda não tinhas tido a oportunidade?

R – Olha, eu acho que isso daí foi, de uma certa maneira, foi necessário na minha vida, sabe assim, como é que eu vou te explicar, não sei como te explicar isso, Neusa.

P– Mas foi um período de transição forte.

R– Foi. Bem forte. Que eu tive que ser mãe da minha mãe, né. Até hoje, né. Minha mãe ta lá, sem fogão, sem nada, a gente cozinha na vó e leva pra lá, e é uma função, né. Aí ela leva as coisas, as roupas dela pra lá, porque é uma peça só, que eles tão, eu to me sentindo assim, eu acho que agora, realmente eu to me sentindo adulta, eu não to me sentindo mais aquela menina, ai, a mascote do grupo, não sei o quê, até porque eu não tinha tido as mesmas necessidades assim, que as gurias já passaram, né, claro, é a mesma coisa, eu digo assim, eu tenho a minha mãe, o meu padrasto pagando o curso pra mim, daí, a partir dali eu...ainda bem que eu tenho um emprego, né. Eu assumi o curso, na boa, né, bem feliz, agora o negocio é só melhorar e não tem mais...pior não fica, né e eu acho que isso aí foi bom também pra gente sair de onde a gente tava, pra nós, a família crescer, eu acho que hoje eu me sinto assim, adulta, eu me sinto pronta pra ter a minha vida sozinha, sabe. Desgrudar da mãe, que eu dizia, ah vou morar com a minha mãe a vida toda, não sei o quê, né, ah, porque mãe é aquilo e eu pô, quando eu fiquei gripada, não, sabe aqueles gripão que a gente pega, eu chorava, chorava, minha mãe, não ta aqui pra me dar um chazinho, minha mãe não ta aqui pra cuidar de mim, minha chora muito, sabe, todo o dia de noite eu passo ali daí ela vai lá na vó, daí ela vai lá em casa dar uma olhadinha, na hora de ir embora, todos os dias, eu não posso nem dar tchau pra ela, porque dá, sabe, dá aquela coisa, a gente chora, a gente fica, sabe...porque eu sou muito agarrada com ela, mas eu acho que hoje eu me sinto pronta, me sinto adulta, pra resolver outras coisas, pra mim, acho que o que vier, não tem...



P- E a questão da negritude, na tua vida, como é que isso apareceu pra ti, como criança, na estrutura escolar, no teu crescimento?

R- Tu dizes assim, diferenças, no caso, quando eu me senti diferente? É, isso vem desde o escolar, até, deixa eu ver... Porque a minha mãe sempre falou aquela coisa, ah, porque nós, eu não entendia porque que eu tinha que ser melhor que os outros, mas também a gente diz, ah, porque tu é negra, se tu chegar num local, vão te olhar torto, vão te né, se eu tiver no mesmo nível com uma pessoa branca, a pessoa branca vai tá..

P- Esse é o discurso da mãe, em casa?

R - É, a mãe sempre falou, porque nós somos negros, não podemos fazer feio, entendeu? Nós não podemos ser mal-educados, a minha mãe sempre foi muito principalmente nós, negros. Ela sempre passou isso aí pra mim, porque é aquilo, negro tem que ser isso, e a minha família mesmo é muito preconceituosa, ah tinha que ser negro, mesmo, sabe aquelas coisas de família, tu tá num churrasco, tu fala uma besteira, tu fala alguma coisa. Tinha que ser a neguinha tal, minha família, eu sou a mais clara da minha família, todo mundo é preto, sabe, e dentro da família é cheio de preconceito e a minha mãe sempre disse filha tu não tem que fazer igual, tu não tem que te igualar aos outros, né, porque depois, amanhã ou depois tu vai tá num mundo lá fora e tu não vai conviver só com negros, tu vai conviver com brancos e eles vão daí eles vão te olhar e vão dizer ah...é diferente tu ouvir entre negros, a gente tá brincando ali, na situação, mas lá fora tu vai te sentir ofendida quando tu vai...porque eu brincava junto, eu não entendia, sabe, e a mãe dizia, tu não tem que fazer igual, porque um dia uma pessoa não negra vai te fazer isso daí, tu não vai gostar. Então, vamos começar aqui dentro de casa, né.

P - E tu chegou já a vivenciar situações de discriminação na tua vida?

R- Sim, sim, uma vez eu fui no Shopping, no Moinhos, Moinhos é... já ficam te olhando torto, se tu ta de calça de jeans, fui eu e um amigo meu, também negro, e nós entramos no shopping e agente foi seguido, porque a gente tava de moletom e calça jeans, porque...bem jovem assim, né, eu gosto sempre de calça jeans e moletom, aí a gente entrou na loja, no Shopping, a gente queria compra um perfume pra uma colega nossa, de trabalho, e o cara nos seguiu o tempo todo, e o cara era negro. Ele era negro, nos seguiu o tempo todo. Nós entramos no Boticário, o cara entrou junto com nós e eu sim, porque que ele vai entrar junto, a agente deu várias voltas na loja, a gente queria passear no Shopping, primeiro e vamo entrar. Aí, ta, entramos na loja, daí...

P - E o cara era negro?

R - Sim, bem escurinho, bem pretinho. Aí ele entrou junto na loja, né e o amigo, ah tu ta vendo, to, é impressão minha ou...entrou na loja junto com neo, daí eu, não, não é. Moça, muito obrigada, eu não vou mais comprar esse perfume, não quero mais. To me sentindo perseguida, eu quero andar aqui dentro do Shopping, eu não quero mais, só que a gente ficou quieto, a gente não falou nada, a gente entrou. A gente entrou nas Americanas, eu tinha 16 anos. Essa foi a primeira vez que eu fiquei preocupada, e disse pra mãe será que eu fui barrada... E outra coisa na escola, a minha irmã é bem mais clara que eu, é clarinha mesmo, e outras coleguinhas, um dia a minha mãe foi na escola e elas conheceram a mãe e eu também, e elas pensaram que a minha irmã era adotada. A Caren chorava e chorava e disse pra mãe que as gurias achavam que ela era adotada. E a minha mãe conversou com ela melhor. O meu pai é negro e a mãe é negra. E o pai da minha irmã é branco, e o meu padrasto atual, que não é o pai dela, também é branco.

P - E A CONDIÇÃO DE MULHER, A COISA DA NEGRITUDE, CAUSA DIFERENÇA?

R-Eles falam 'moreninha', e não dizem negra porque acham feio. Já ouvi isso, porque acho que vou ofender ao falar a palavra negra. Eu acho que ainda não estou pronta para dar respostas pras pessoas.

P - E COMO TU VÊS A PRESENÇA DOS NEGROS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO?

R - Eu acho que a mídia faz assim, quando é coisa boa dos negros eles escondem... quando é qualquer coisa ruim, eles divulgam tudo e mais. Na questão das quotas por exemplo, eu achei o ó, por que os próprios negros dizem que são contra. Eu acho que não foi suficientemente falado, e a mídia reforçou o preconceito. Os negros querem ser melhor, é o próprio negro sendo preconceituoso, então... Eu não vi na mídia alguém falando sobre a história do país, valorizando os negros. Eles distorceram totalmente, e os próprios negros que não tem cultura foram atrás da mídia... Eu conheço pessoas que não têm a estrutura, nível financeiro, passam dificuldades e acham que não ficou claro pra todos. Na ACMUN a gente fez um debate, uma discussão e aí a maioria do grupo ficou contra as quotas... E que era preconceito ... e iam nos excluir mais ainda. Eu fiquei um mês na Ulbra e me senti diferente, achei que havia

preconceito. Eu cheguei atrasada e vi que as pessoas me olhavam diferente. E tu não é negra, me diziam. Eu não aceito isso. Eu tenho o maior orgulho de ser negra, falaram de minhas tranças e me disseram que eu não era negra.

P - E COMO TU VÊS A FORMA COMO A TELEVISÃO, OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO FALAM SOBRE OS NEGROS?

R - Eu acho que é um espaço e ele vai lá, e mostra que tem um trabalho diferente e não vai cantar... E na novela das oito, eu acho que eles colocam alguém que representa o negro como um cara que é diferente, é mulato, e misturam os negros e os brancos e mostram um cara com dinheiro e o papel dele era de identificar o filho do personagem como mulato. Eu acho que não aparece como uma pessoa normal, era uma branca e um negro. A personagem da Camila Pitanga que é negra agora tem um marido branco que trai ela.

P - E COMO TU TE ATUALIZA COM AS NOTÍCIAS?

R - Eu leio jornal - a Zero Hora, e vejo o Jornal do Almoço na televisão. E eu vejo na Internet, fiz um aprendizado na ACMUN, e achei que era bem fácil. Fiz uns contatos com uma amiga e aprendi a mexer na Internet. Sim, uma secretária me ajudou. Aí eu chegava nos lugares e queria mexer. Eu acho bem importante estar em contato com esses equipamentos - vejo notícias, e troco informações no correio eletrônico. E na Internet acho que a informação é superficial. Tenho mais confiança na notícia do jornal. É a linguagem que é diferente. Acho que o registro no papel é bem importante. Da televisão eu não tenho tempo hoje de ver, e o rádio me faz desligar dos problemas. Não consigo ver tevê em casa hoje. Eu não tenho muita disponibilidade em casa para ver as notícias, nesse momento. Vejo os títulos da polícia, da saúde, e da geral nos jornais. Também é importante eu estar mais por dentro, me ligar, para conversar com os clientes do cibercafé, onde trabalho. E assim trocando idéias, eu acho que posso aumentar os meus contatos, para arrumar trabalho. Às vezes as pessoas chegam e começam a comentar e a gente tem que estar por dentro, e também na área que eu to na saúde, eu tenho que estudar e acompanhar tudo.

P - TEM ALGUM ASSUNTO QUE MAIS DESTACA?

R - Política é um assunto que não consigo. Não entendo e por mais que eu leia, veja na tv e no rádio, gosto de programas de saúde, série, humor, uma música. Gosto de esportes acompanho os jogos. Gosto de basquete, vôlei, e não tanto de futebol. Já tive a vontade de ser jogadora de basquete e hoje isso já passou. Acho que é um esporte que a raça está mais por dentro.

P - ESTAR BEM INFORMADA É IMPORTANTE PRÁ TI, ENTÃO?

R - Sim eu tenho que estar bem informada, por isso, gosto da Internet. Se eu fico sem saber algumas coisas, agora, no que estou fazendo, tenho que ir trocando com as pessoas.

P - NO TEU TRABALHO TU PODES CONVERSAR, TEM LIBERDADE PARA CONVERSAR?

R - Claro, que eu converso. Eu começo a conversar e descubro sobre a vida das pessoas. E aí tinha um rapaz meio paradão, e o segurança chegou e disse não sei bem quem é, e eu disse pra ele - esse rapaz é depressivo e estudante de Letras da Ufrgs. As pessoas muitas vezes têm vontade de se abrir, conversar, trocar, sobre qualquer assunto. Eu não entendo nada de Leis, mas conheço um advogado e aí vou descobrindo, e isso me ajuda, para que eu vá me organizando profissionalmente também... Para eu chegar numa entrevista é bom eu saber de tudo um pouco. Eu passo pra minha mãe, que não tem muito acesso, interesse, a minha irmã, eu falo com elas. A gente troca bastante informação, vai puxando um assunto e vai formando as idéias. E assim a gente também vai fazendo amigos, tem uns rapazes e fiscais que me conhecem e vão se identificando comigo. E eu acho que tenho necessidade de saber mais, era muito fechada, e agora ando buscando mais informações, e vou adiante.

P - NA CONVERSA DIÁRIA COM A FAMÍLIA COMO É?

R - Eu comecei a falar com uma pessoa que foi comentando coisas sobre a vida, e eu vou em casa e comento com a mãe, e tento puxar pontos comuns para aproximar as pessoas.

P - NO QUE ESSAS CONVERSAS TÊM COM A TUA HISTÓRIA PESSOAL, O QUE ISSO INTERFERE NA TUA VIDA?

R - Essas informações contribuem de alguma forma? Sim, lá eu estou conhecendo pessoas diferentes, mais humildes, e eu não sei quem vou encontrar no hospital quando estiver trabalhando com a saúde, posso encontrar um advogado ou um mendigo. E tem pessoas que começam a falar de suas intimidades e eu tenho que saber me comportar - E eu aprendi também uma coisa, que as pessoas têm necessidade de conversar, precisam conversar. E uma vez eu fiquei pensando o que eu tenho a ver com isso,

mas tem pessoas que entram nas suas conversas íntimas, e eu to aprendendo que as pessoas têm necessidade de conversar, que precisam, a gente tem que ter paciência, com qualquer tipo de pessoas, que vou chegar num hospital e vou encontrar qualquer um. E todos são diferentes. Tem gente que não está acostumado a tomar banho. Eu aprendo a ver a diversidade da vida. Quando eu fazia o estágio na saúde era assim. E isso tudo me ajuda a ficar mais madura, sou pobre, mas agora me dou conta que a vida é bem diferente para todas as pessoas, que a vida não é só o que está girando em torno de ti. Tantos problemas que a vida não é um mar de rosas... As pessoas têm muito assunto e muito problema.

P - NO CAFÉ TU ÉS BEM RECEBIDA? NÃO TEM DISCRIMINAÇÃO?

R - Lá no shopping Cavalhada não tem muitos negros, sou eu e meu namorado, e no total do shopping não tem pessoas negras lá. Lá só tem mais um senhor que limpa lá. Esses dias aconteceu o seguinte - uma pessoa passou mal e fui ao banheiro, vi as dentistas, que entenderam que eu estava bem metida - e aí, pedi para a dentista um relógio para ver os batimentos da vítima, e perguntei para a mulher como é que ela estava - ela vomitou e eu me metendo em tudo... Ajudei o que pude e a dentista me olhando e querendo me tirar da área - pensando que eu só fizesse cafezinho e lanche. E daí ela perguntou: Tu entende? E me olhou como se eu não pudesse saber mais nada, e eu disse, estou me formando em Técnico de enfermagem e ela ficou chocada com a minha informação, e aí pedi os equipamentos de pressão e ela me disse que não sabia... E viu que eu pudesse estar melhor com ela. Agora me atende super bem, e sempre ela me viu estudar, e ninguém pensou que eu pudesse estar estudando para o meu curso. Uma vez a dentista perguntou, e só ela se deu conta quando eu fui me meter no atendimento daquela mulher.

P - TU SENTES ALGUMA DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO A SALÁRIO?

R - Lá no cybercafé eu ganho um salário, e o meu namorado ganha mais que eu. E a tia do meu namorado conversou comigo e me disse que pagaria para ele mais porque ajuda ele na faculdade e a coordenadora do trabalho, ganha mesmo pelo trabalho dela...

P - E AGORA COM A FORMAÇÃO NO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM?

R - O Salário básico para o técnico são três salários e meio, mas numa contratação os hospitais não pagam, o que a tabela diz. Eu não pensei nisso ainda, em princípio eu acho que vou ter que aceitar aquilo que pagam ali. E vou adquirir experiência para exigir mais.

P - E AS REDES INFORMAIS DE COMUNICAÇÃO, COMO TU VÊS ISSO?

R - Acho que as mulheres têm um papel importante, acho que vamos ficando próximo ao nível dos homens e isso é bem importante para a família, para a profissão e para os amigos. Eu acho que a gente aprende umas com as outras, é isso que faz com que a gente cresça como pessoa, tem um aprendizado pela vida. Na profissão, e não consigo ver isso nos meios de comunicação às vezes acho que ficam mais fora da realidade, com outros interesses, tem uma falsidade, um mascaramento... Não passam a informação real, da vida, e só depois de alguns anos é que a gente vê como são as coisas. No momento alguém é beneficiado. Depois de algum tempo as coisas aparecem, mas acho que a gente tem que ler, e buscar a verdade. E acho que o conhecimento só ajuda a gente a formular novas idéias, pensamentos sobre tudo. A gente deve acreditar e buscar outras informações para completar o que a mídia diz.

## ENTREVISTA 2 - Grupo do bairro Restinga - DIA 10/01/2007

R - 40 anos. Perto de outras famílias que eu tenho convivência, dos meus vizinhos, até mesmo dentro do meu parentesco acho que é boa, a gente como casal tem um diálogo bom, com nossos filhos também, eu tenho dois filhos, um de 21 do meu primeiro casamento, e uma menina de sete anos, dessa minha relação que dura 10 anos. Ele, tem uma menina de 18 anos, que a gente tem proximidade, ela mora na mesma rua, eu me dou muito bem com ela, o nome dela é Tamires. Não temos problemas de convivência a gente queria que fosse mais, mas me dou bem com a mãe dela, e a gente convive bem. Quando estamos perto a gente se reúne bem, nas festas, nas datas a gente se reúne e comemoramos. Eu é que sou chata, sou de cobrar algumas coisas, mas no mais, perto do que eu vejo com a vizinha do lado, que espanca o filho, com pouca idade, xinga com palavrões, etc, e a minha mãe dizia que as palavras são vivas - a minha mãe orientava que a gente tivesse cuidado com as palavras - nunca chama teu filho de desgraçado, sempre ela dizia isso, tu é um medonho, um tihoso, sempre tenta falar coisas que sejam boas, que quando a gente menos espera as coisas acontecem com as pessoas. Então a gente tem que seguir cuidando disso, ela era analfabeta mas era sábia, mas eu tenho boas lembranças dela. Eu convivi com ela até a hora de morrer - aos 63 anos. Eu morei com ela sempre perto, nós somos três irmãos, eu sou a mais moça, - o Vinícius e a Beneci eram de viver a vida deles, mas eu era a que saía mesmo morando longe, se ela precisasse de mim, eu estava ali, sempre, sempre, quando ela estava doente também, eu trabalhava na Termolar e perdi o emprego por justa causa, a empresa não aceitava os atestados que eu levava. Depois ganhei na Justiça, embora tenha demorado, emprego eu vou arrumar, mas a minha mãe nunca mais...

### P- QUE SENTIDO TEM PRÁ TI O LUGAR ONDE TU MORAS?

R - O lugar onde eu moro é a Restinga, na zona sul de Porto Alegre eu gosto muito de lá. Uma das maiores periferias que tem, a população negra também é muito grande, é uma comunidade que pra se municipalizar só faltam um hospital e um cemitério. É muito boa, com seus problemas, eu moro há 26 anos lá, adoro, e não trocaria mesmo nem que ganhasse na telesena. Já morei em Viamão, na Lomba do Pinheiro. Sou natural de Porto Alegre, quando nasci morávamos no Partenon, depois na Lomba do Pinheiro, Glória, Viamão, e depois a minha mãe conseguiu comprar o terreno na Restinga. Os meus irmãos gostariam de sair de lá. Minha irmã mora no terreno da mãe, eu moro com meu esposo no terreno que compramos e meus irmãos compraram lá também. Tem muita coisa boa lá dentro e os meios de comunicação mostram o que tem de bom, mas o que eles mostram mais é o que tem de ruim, na comunidade. É a prostituição, é o tráfico de drogas, a malandragem, tudo de ruim que eles possam mostrar é o que aparece. Como teve, por exemplo, a Central da Periferia que teve na Restinga, só que teve coisas que eles mostraram que não era da Restinga, como era o Tchê Barbaridade, o Enzo e Rodrigo, coisas que não precisavam ter buscado de fora, e que tinha coisa de lá de cultura popular que eles não mostraram. Isso foi uma falha. A comunidade está sempre correndo atrás, tem muita coisa pra mostrar. Tem uma semana anualmente que é a Semana da Restinga, já está na vigésima nona, sempre tem uma renovação - tem a escola de samba que infelizmente não faz tanto pela comunidade como a comunidade faz por ela, e a gente já apelidou de Elefante Branco por que tem a quadra enorme fechada e não funciona pra nada. A piscina é complicada de se usar, tem uma mensalidade que se tem que pagar e tem carteirinha. A gente não frequenta nada, mas tem um telecentro que a gente ia lá, acessar a Internet na Restinga Nova. Tem muita coisa na Restinga que a gente sente uma diferença entre a Restinga Nova e Velha, tem ônibus com linhas diferentes, e dentro mesmo da comunidade há uma diferença. Na Restinga Nova às vezes tem coisas novas, e que na restinga Velha não tem. E há moradores que fazem coisas maravilhosas em outros lugares, como no Barro Vermelho, na Chácara do Banco, na Mariano, e acho que isso poderia acabar e a gente faz essa divisão. E as pessoas criticam a Restinga Velha, e tem muita coisa que acontece na Restinga Nova que o povo diz que veio da Velha. Mas essas coisas a gente entende, que aconteçam nos bairros. Se a gente morasse no centro teria alguma coisa para reclamar. É bom morar lá.

### P - SOBRE TRABALHO - A PARTIR DE QUAL IDADE TU COMEÇASTE A TRABALHAR E O QUE ISSO SIGNIFICA PRÁ TI?

R - Eu comecei a trabalhar com 16 anos, eu estava estudando ainda era um estágio num órgão do Tesouro do Estado, o SEPRIM, fiquei uns seis meses ali, fiz outro estágio na PROCERGS, fiquei um ano

lá, e isso foi no ensino médio. Depois vacilei, engravidei com 19 anos, parei de estudar, e já procurei um emprego depois da gravidez, e o primeiro emprego de carteira assinada foi de auxiliar de serviços gerais, que não quis ficar mais e depois sai dali e aprendi com a minha tia fazer uns trabalhos manuais, e fui pegando gosto por artesanato. Se eu pudesse hoje, faria só isso. E eu vejo hoje o trabalho como uma necessidade, se eu pudesse não trabalharia fora de casa. E faria meus artesanatos, cuidaria do meu marido, dos meus filhos, mas é uma necessidade que a gente saia. E através do trabalho tu tens que ter uma estrutura de vida, através do teu trabalho tu vais montar a tua casa, mobiliar, vais ter condições de ter uma cultura melhor, porque vais ter contatos com outras pessoas. Através do teu trabalho teus filhos vão ter estudo, claro que não vais poder obrigar - tem uma época na vida que eles dizem que não querem mais e não estudam como o meu filho mais velho. Que parou no ensino fundamental. Se eu pudesse eu entraria numa universidade - aquela vez que eu fui na Unisinos com a Isabel, eu me apaixonei, vi que é muito bom, e se eu pudesse eu faria...

P - E COMO FOI IR NA UNISINOS FALAR PARA OS ESTUDANTES?

R - No início eu fui meio assustada, e depois parece que me libertei, me senti à vontade e acho que consegui satisfazer a curiosidade deles, eu achei muito bom, eu comentei depois, porque fui falar do que eu fazia, mostrar pra eles um lado que eles não conheciam, e ouvem falar na situação de outras pessoas e não conhecem pela mídia, o rádio e a tv não mostram a realidade da gente. Falar sobre a minha condição de mulher negra, eu fiquei com pena das minhas colegas não terem ido junto e acho que eles teriam tido mais proveitamento se as colegas tivessem contribuído, nessa visita. E eu acho que o trabalho sempre deve ser conjunto - quando se faz um serviço doméstico é assim, que a gente age.

P - COMO É A TUA ROTINA DESDE A HORA EM QUE ACORDAS ATÉ QUE VAIS DORMIR?

R - O relógio desperta às cinco e meia da manhã. Levanto tomo o banho de novo, faço a higiene pessoal, não tomo café em casa. Vejo a roupa que vou colocar e nunca deixo nada arrumado pro meu marido que chega de manhã. Dou um beijo na minha filha e saio. Caminho um trecho bem distante da minha casa - tipo umas três a quatro quadras e meu ônibus leva uns 40 a 50 minutos para chegar perto de onde trabalho - caminho mais um trecho e chego no meu trabalho - é uma empresa de costura que presta serviços a outras empresas, lojas. Nós temos um modelista, temos uma menina do produto, que manda pro cliente. A gente faz uma peça piloto - eles indicam o que querem com botões, cortes, meu trabalho é Planejamento e Controle de Produtos - tem umas 12 pessoas - Oito funcionários mais a dona, e uma representante de vendas. A minha função é depois que já foi para o pessoal do produto - eu tenho que ver o que vai na peça qual o tipo de botão, linha, velcro, elastano ou não e montar para uma ordem de corte, com tantas peças para serem modelo ao cliente. Devo fazer o controle dos aviamentos pela quantidade de peças que devo enviar para Criciúma onde tem a fábrica em Santa Catarina, a gente só faz uma pilotagem e não fecha as peças. No máximo o nosso fechamento é de 200 peças. A base a gente faz ali, vai na lavanderia, no acabamento e volta pra mim - devo fazer o controle das peças que foram, se voltam igualmente. Se houver problemas devo entrar em contato, checar e fazer um documento para que o custo seja coberto nos diferentes setores. E um deles tem que indenizar se houver extravio. Pra todos tem documento - ordem de encaminhamento que eu controlo, na produção. E é um trabalho que mexo com o computador, com o telefone, e estou sempre falando e controlando o funcionamento do serviço. Nem sempre há problemas mas acontecem, de vez em quando. Houve uma série de mudanças no setor dos cortes, e aí tivemos uma série de problemas.

Faço uma tarefa especial na empresa. Início meu trabalho às 8 horas, tomo café da manhã e almoçamos e saímos às quintas-feiras às 17h e 50 e na sexta-feira às 17h e 40. Quem chega primeira faz o café e vai tomando conta do trabalho. A gente normalmente combina, alguém lava a louça e alguém faz as refeições para todos. Um salário fixo por mês, com carteira assinada, e todas as garantias trabalhistas.

P - E A RELAÇÃO DOS TRABALHADORES NO TRABALHO? Podem conversar?

R - Há uma comunicação além da função de trabalho. Eu tenho que estar em contato com todos os setores, os colegas, porque eu faço o trabalho do almoxarifado, da expedição e do controle. Acho que tem que ter uma ordem, não há privação de conversas, meu trabalho no computador exige que eu converse. Há comentários gerais sobre outros assuntos, mas temos que ter um limite. Agora começou o Big Brother Brasil e a gente comenta. Mas quando há um som mais alterado do rádio, do ambiente entre os colegas, a gente pede para baixarem o volume. Sempre tem alguns conflitos, mas a gente pro-

cura se dar bem, já tem um ano e seis meses que estou nesta empresa. Depois vou pra casa, pego o ônibus e sigo meu roteiro de volta.

P - SOBRE A QUESTÃO DA NEGRITUDE, COMO É NA TUA VIDA ESSE TEMA?

R - A gente começou a ver mais isso depois que fomos fazer o Projeto com a Isabel. Sempre contecia alguma coisa e eu procura me ausentar de algum conflito, porque fazia de conta que não me atingia. A gente não dava muita bola pra isso. O que é ser negro? E porque tanto preconceito, a gente só tem diferente a cor... O que aprendemos é questionar mais. Nós temos cabelos, olhos, boca, sangramos, sentimos dor, nós pesamos, reagimos, temos alegrias, temos tristezas, tudo o que uma pessoa branca sente nós sentimos. E porque sempre a gente é criticado, a gente sofre a função do racismo, do preconceito. Assim como se tem uma pessoa deficiente, também sente, mas o preconceito em cima do negro é maior... não é assim com os judeus, ou em cima de qualquer outra racionalidade. O negro sempre tem isso - as pessoas encaram como sujo, baixo, não tem uma boa educação, não sabe se portar em diferentes lugares sociais.... ISSO SEMPRE ESTEVE PRESENTE, mas eu comecei a prestar mais atenção depois do projeto. Eu não sei se foi coincidência ou não, mas aconteceu quando eu já estava no projeto, que a minha filha trocou de Escolinha... achamos uma mais perto de casa, e seria melhor, e na época surgiu a novela Da cor do Pecado, com uma protagonista negra. E teve essa questão do preconceito na Escolinha. A moça que estava na Escola dizia que a personagem era neguinha, suja, ladrona e isso pega nas crianças... E vai do pai e da mãe dizer que aquilo não é certo, é errado... porque uma criança pega o que os adultos dizem e fazem.... Uma criança não tem diferença eles vão começar a questionar isso no momento em que um adulto estiver fazendo e eles copiam dos adultos... E a minha filha sofreu, que os coleguinhas começaram a chamar de neguinha, neguinha suja... E ela não queria contar pra gente, mas ela foi se soltando e falou. E o jeito dela é de ficar quieta quando alguém a vê, e depois ela vai se acostumando... e ela não queria ir mais pra Escolinha, e chorava e a gente queria saber o que estava acontecendo. E foi muito difícil a gente começou a conversar e localizamos, que um coleguinha disse coisas pra ela e ela comentou que sentia, ficava triste, e a gente conversou com a diretora. Pedimos pra ela rever a postura da escola e a gente ficou bem alterado, se eu pudesse batia na criança, mas ela não tem culpa e pra gente ficou muito ruim, a gente sabe que os pais é que são responsáveis. E pra ela ficou ruim, ficou depressiva e a gente foi conversando, apesar de difícil e fomos melhorando. E pra mim foi bom porque estava no projeto e a gente começou a tratar disso e eu fui dizendo pra ela que era linda, que a cor dela ela maravilhosa, e a escola começou a trabalhar essa questão da cor, compraram bonecos de cor, e foram trabalhando com outras crianças. E ela tem a posição dela com sete anos hoje. Então tem muita coisa que hoje eu não deixo passar por nada, eu tenho a minha posição que sendo negra, mulher, tudo é difícil. Em tudo é difícil, quando a gente procura um emprego, quando se leva o filho na escola, num supermercado, num ônibus acontecem coisas assim, coisas que a gente não consegue entender muito bem. Na rua com as pessoas caminhando, às vezes acontece e tu não sente, mas passa e a gente pensa sobre e vê que aconteceu... E a gente mesmo com o próprio negro, tem preconceito também... Eu com minha amiga Ionete, às vezes a gente sente. Isso deveria ser diferente. E de repente a minha condição de vida é melhor que a dela, eu já tenho algo diferente, mas tem aquele lado do preconceito, por mais que eu queira negar, tem... Isso entristece a gente... às vezes tu chega numa loja e uma gerente te olha com um olhar desconfiado, ah, lá vem aquela negrinha... Isso acontece... e eu comecei a ler a Hstórias de Ruanda e vi que ali na África a guerra civil, como tudo já vem, o próprio negro fazendo outro negro de escravo, matando, é oisa que a gente fica pensando, que tudo pode acontecer... E como é que vou questionar o branco se está fazendo racismo se a minha própria raça faz isso...

P - E TU NÃO ACHAS QUE A GRANDE DIFERENÇA NÃO ESTÁ NA QUESTÃO ECONÔMICA?

R - Eu questiono um pouco isso... porque tem pessoas não negras, que também vivem na miséria, também não tem uma boa educação, e mesmo assim sofrem racismo.. eu não penso assim que isso possa levar ao preconceito. Na nossa comunidade tinha pessoas não negras que passavam muitas dificuldades de saúde, que não tinham o que comer... como multiplicadoras a gente viu coisas, que não se poderia contribuir... Tinha casos que a gente saía das casas chorando, porque não se via uma solução para as pessoas.... E como a gente era da comunidade as pessoas tinha mais facilidade de se abrir... às vezes a gente tinha dinheiro, uma ficava conversando que a outra ia no bar da esquina comprar um litro de leite, e pão pras crianças... Eu acho que não tem nada a ver essa questão econômica.

P - ENTRANDO ENTÃO NO PROJETO - COMO VOCÊS CHEGARAM NA JORNALISTA?

R - Eu entrei pra ACMUN em 2005, a convite da Ionete, que ela estava a mais tempo... a gente se conheceu na escola, no EJA e ela me comentou que a gente morava na mesma rua, e ela comentou com o meu marido sobre a vaga que tinha no projeto de Multiplicadoras de Saúde, até tem uma renda mensal, mas o mais importante é que vais aprender muita coisa, e também vais sofrer com o que a gente vai ver... Aí eu topei. E realmente a gente saía de manhã, duas horas por dia, duas vezes por semana, eram grupos de duas ou três e a gente nunca ia sozinha, e como a gente era da comunidade a gente se identificaria mais... E como a Restinga é repartida por vilas, a gente faria a vila do Assun, supermercados Assun... no entorno do supermercado tem uma vila muito pobre. Ali é uma invasão eles têm o esgoto a céu aberto, a rede elétrica é gato, tudo puxado de uma casinha pra outra, e é triste... tem muito tráfego de droga e as crianças estão ali com muita doença. A gente chegava de casa em casa, muitos recebiam a gente bem, a gente se apresentava dizia o nome da organização, o que a gente estava fazendo ali, se queriam aceitar o nosso trabalho... algumas pessoas só queriam o preservativo, outras não queriam nada, e geralmente as que não queriam nada, estavam do lado, no vizinho do lado, escutando. E a gente mostrava umas fotos que a gente tinha num álbum, das doenças com DSTs e AIDS a gente explicava e mostrava. E geralmente o que estava no álbum eles diziam que já tinha acontecido com um deles, mas nunca era com eles, eram com pessoas próximas, uma irmã, um tio, etc... E tinham outras pessoas que eram sinceras, e diziam a isso aconteceu comigo, mas eu não sabia o que era e de repente até tenho ainda, tomei um remédio com o vizinho falou, um chazinho e isso desapareceu... E a gente diziam que tinha que ir ao médico, apesar da gente saber que é difícil tu chegar no posto de saúde e conseguir ficha, às vezes as pessoas têm que dormir na fila para conseguir uma ficha pro ginecologista, pro pediatra, clínico, e às vezes não consegue... ou se consegue, o médico não olha direito e muitas vezes manda fazer uma exame, aí tu vai fazer o exame é outra dificuldade prá tu fazer o exame, e depois é outra dificuldade pra conseguir o médico de novo... e isso acontece o quê? a pessoa desiste do tratamento. Não há aquela função de prevenção que deveriam ter os postos de saúde, porque têm os agentes de saúde mas eles não fazem prevenção, não conseguem alcançar uma quantidade de gente que deveriam, porque a comunidade infelizmente é muito grande, e infelizmente o projeto não foi renovado com a organização e a gente sente falta disso. E pelo menos a gente atendia muito mais gente que os agentes de saúde.

P - ENTÃO A RELAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ERA BEM IMPORTANTE?

R - Sim, a gente tinha uma linguagem bem acessível, como eles falavam... a gente não usava o nome científico do que eles estavam sentindo... e a gente precisava ter confiança com eles, e muita gente chorava com a gente, falando, explicando o que sentiam... com vergonha, etc. A gente mostrava pra eles que conhecia aqueles termos que eles colocavam que a gente entendia. E a gente perguntava se poderia retornar... e a gente alcançava muito mais a população que os agentes de saúde. E a gente fazia reuniões semanais com os agentes e via que eles tinham um roteiro que não atingia a toda a população e nós não, pegávamos a casa um e seguíamos a seqüência da rua, e por isso a falta de prevenção. A gente via que se tratasse assim com as pessoas havia prevenção, porque eu acho que se existisse a prevenção não teria tanta enfermidade. Tinham pessoas lá que eram soropositivas e pensavam de maneira errada e diziam: que não usavam preservativos porque se sentiam com raiva de quem passou a doença pra eles... ou elas... Eu me sinto forte quando eu transo sem camisinha... E até uma vez a gente um atrito com alguém numa casa - então tu achas certo que deves contaminar alguém que tem uma família, e aí a gente questionou... Tivemos uma discussão com uma mulher, e aí conversamos, argumentamos - eu não acredito que vais dormir tranqüila, em prejudicar uma outra família. Na minha família infelizmente a minha irmã é soropositiva. E eu vejo o sofrimento dela em curtir a vida, e depois pára e a gente vê a tristeza estampada no rosto... Ela tem muito atrito com o marido, que é ciumento, ela sempre foi festeira, e agora com essa função ela diz: a minha vida está cada vez mais curta, eu vou morrer, eu tenho que aproveitar. E ele não pensa assim, e ela pede ajuda a mim, porque é uma questão de conversar com o Denílson, que eu tenho que viver... e ele não consegue entender isso. E eu fico com medo de me envolver, são marido e mulher, é minha irmã, e embora eu adore eles, eu fico com dúvidas, já conversei com o Marcos... tenho vontade, mas tenho medo. E ela só quer viver e acho que vai ter uma hora que vou ter que chegar e falar, eu vejo que ela está sofrendo muito com ele em cima dela... ela é moça, tem uns 46 anos, e 7 ou 8 filhos, mas tu olha pra ela e não diz. Ela tem 8 netos, já, mas é muito pra frente batalhadora, agora parou de trabalhar e está fazendo o tratamento... Andou

meio depressiva, parou uma época e agora retomou... Tem filhos pequenos, tem se valorizar.... E através das Multiplicadoras de Saúde, a gente conheceu a jornalista Isabel Clavelin, ela foi nos procurar ela se interessou pelo nosso grupo, entrou em contato com a Ionete e começamos a conversar com ela... A ACMUN procurou nos manter informadas durante o tempo do projeto, a gente se reunia com a enfermeira do projeto que nos resolvia as dúvidas das pessoas. E foi através dessa enfermeira que a Isabel entrou em contato com a gente a fez uma reunião na minha casa, e na época éramos sete. Ela apareceu explicou o que seria o projeto o que ela iria fazer, como um trabalho de tese, que ela tinha que apresentar. escolheu o nosso grupo e a gente aprendeu muita coisa, sobre comunicação, a gente faria entrevistas, sobre vários assuntos, e assuntos que interessavam a comunidade. No começo a gente desconfiou, ela ter disponibilidade, e a gente foi conhecendo ela melhor, a gente achava que não iria continuar, mas conversamos e abrimos pra ela, pela quarta semana, e achamos que o grupo não estava tão unido, quanto deveria ser, e primeiro vamos ter que trabalhar com a união do grupo, ela sempre deixava um tema, e além desse trabalho a gente tinha que pensar, refletir sobre o grupo. Eu detesto redação, mas aprendi muito sobre o que debatemos... e claro, sempre tem umas que vão mais rápido, que as outras, e sempre fica isso quem tem mais interesse aprende mais... E aparecia uma dúvida em relação ao que era bom pra gente... Adorei ter que parar uma pessoa na rua para fazer uma entrevistas, perguntando coisas de lá, e na programação das oficinas a gente fazia algumas visitas, como outras organizações como o Maria Mulher, e a gente visitou uma organização de GLS- TRAVESTIS, a gente se surpreendeu também, aprendemos muito, visitamos a Zero Hora e o Diário Gaúcho vimos o Lasier Martins entrevistando alguns candidatos na época da eleição, apesar de não pudermos fazer perguntas. Fomos no Museu de Comunicação, no Santander, fomos num museu que tinha uma exposição da África, e depois surgiu a participação no Projeto Palmares, e nunca poderíamos imaginar que iríamos ganhar o prêmio, a única organização no RS. Que a gente fez a gravação do roteiro na rádio da UFRGS, eu fiz a edição, enchendo o saco das minhas colegas, e o meu marido estava junto, ajudou bastante também. Ele é um cara bem bacana, posso contar com ele sempre, nos projetos abriu a casa, pro pessoal do projeto, pra Isabel, pras minhas colegas. E pena que terminou, e eu sinto muita falta. Eu gostaria de reunir todas do projeto da Isabel, e outras multiplicadoras que entraram depois e acho que a gente poderia retomar, envolvendo essas mulheres.

P - VOCÊS TIVERAM UM APRENDIZADO SOBRE A MÍDIA, E SE APROPRIARAM DE DETERMINADAS COISAS EM RELAÇÃO À INFORMAÇÃO - QUAL A SITUAÇÃO HOJE? R - É, sempre muda alguma coisa, por mais que tu queiras ignorar sempre vai mudar. Porque no momento em que tu conheces alguma coisa nova, aquilo vai te ajudar. A gente aprendeu a fazer um texto, tirar umas coisas fora, como editar, como escrever, como fazer um programa, tudo o que vai acontecer naquele programa, como fazer uma entrevista - a gente tem que entrar em contato com aquela pessoa, a disponibilidade dela para o horário, e tudo o mais para acontecer a entrevista, é tanta coisa assim que eu tenho anotada, e é um mundo novo que abre, diferente, e a gente fica pensando, puxa a gente olha a televisão, e ouve o rádio e se dá conta que nunca vai imaginar que precisa tanta coisa, que tanta gente trabalha para que aquilo aconteça....FIM DA FITA UM.

E a gente viu como se fazia a produção nos meios de comunicação todo o processo, a gente viu essas coisas... Quando a gente foi no Museu de Comunicação, aquele monte de jornais antigos, os novos, os processos do rádio, a gente viu - antigos aparelhos de rádio e televisão - tudo pra mim era novo, eu não conhecia nada. E vejo que aprendi muito e se pudesse entrar no meio de comunicação seria fantástico - quando eu fui na Unisinos aquele dia foi glorioso pra mim, e sei que tem alguns projetos que ajudam a gente, mas há muitas despesas, que a gente não consegue alcançar. Eu fico aborrecida às vezes, de se privar, porque eu tenho a minha filha, tenho que educá-la bem, e gostaria que ela fosse além do ensino médio, e conseguisse um emprego, e se tiver que ir além é melhor. Principalmente para a gente negro, tem que ter uma base boa, tem-se várias condições e porque tem que se passar por seleções como a de um gari, que precisa saber e escrever para varrer as ruas... E o governo não pensa, e tudo se atrapalha para o povo.

P - OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO RETRATAM A TUA VIDA NA RESTINGA HOJE?

R -Eu acho que não. O repórter, o comunicador, eu acho que por eles até retratariam, mas a empresa não admite que isso aconteça. E tem muita coisa que acontece, que vai para a mídia, que inventam, ou colocam a mais ou a menos, nunca a verdade vai ser dita na tv ou no rádio. A verdade nunca aparece. A realidade vivida pelas comunidades fica de fora. Muita coisa é verdadeira e a gente que está ali na



comunidade percebe que há essas diferenças. Vou te citar um exemplo triste que aconteceu na minha família, mas acho importante - que aconteceu no início do ano passado (2006) - quando a minha sobrinha foi violentamente assassinada, ela tinha 13 anos. E pra gente, a família não sabia que ela estava envolvida com gangs - na Restinga tem muita *gangzinha* - e são crianças e adolescentes que andam com arma na mão, como se fosse um brinquedo. Um outro dia eu saía de casa, dobrando a esquina, tinha uma turma de maiores vinha um menino de 8 a 9 anos com uma arma na mão, levando para outra pessoa. E muita coisa a gente soube pela mídia, porque a gente procurou saber o que tinha realmente acontecido, porque ela foi assassinada e a gente não conseguiu. E a mídia tinha tanta coisa em mãos, que a gente não sabia. E pensamos, de onde tiraram isso, que a gente procurou saber com as pessoas mais íntimas, os vizinhos, os meus irmãos, e até hoje a gente não sabia... não sabemos - Que ela era X-9, porque ela tava numa gang que trocava com outras pessoas de outra gang e ela foi assassinada à queima roupa, ficou deformada, a gente não entende isso... E muita coisa, a mídia teve acesso, quem é que passou as informações para eles, e na justiça nada novo. Nem um indicativo de quem assassinou, e na noite que ela faleceu, ela esteve na minha casa, e foi na vizinha do lado que é traficante, e o meu marido que estava por ali, chamou ela pra conversar, saber o que ela estava fazendo lá, e ele achou ela bem estranha, e ela disse que iria embora. Os meus vizinhos do lado sabem de tudo, sabem quem matou ela, mas não dizem pra gente e como é que a mídia sabe de tudo, de onde eles tiraram as informações. Ninguém da comunidade falou, eu tenho isso claro. Ou quem falou são vizinhos dela. Mas quem realmente sabia o que ia acontecer, não falam nada. São meus vizinhos, sabiam... E tem muita coisa que a mídia inventa, tem muita coisa que é verdade, mas principalmente quando é assunto de violência... E quando é um lado violento não tem aquela busca, aquela coisa de aprofundar... E eu andei lendo os livros do Caco Barcelos, o Abusado e o Rota 66 - e me transportei pra aquele mundo ali que ele descreveu, e a gente que vive na periferia sabe que acontece. E tem questões que o personagem Juliano falou pra ele, foi bem parecido com o que aconteceu com a minha sobrinha. Chorei quando vi que era isso mesmo. E que sempre acontece próximo da gente. E me questiono, porque a mídia dissipa algumas coisas que acontecem, a verdade da coisa, mascara, esconde. E acho que por mais cruel que seja, deveria divulgar o que aconteceu. E eu tenho certeza que o repórter talvez quisesse divulgar o que aconteceu, mas não pode, como toda a empresa tem um tapete para pôr por baixo, a mídia também tem. Não sei se o governo é que não permite que isso aconteça, eu não sei, e a mídia não possa mostrar. E como empresa de comunicação não informa o que realmente interessa ao público. Então ao assistir uma informação equivocada eu repasso assim para o meu vizinho, e assim o outro fica sabendo de uma notícia equivocada. Eu acho que a mídia fica nos devendo...

P - E SOBRE AS REDES DE CONVERSAS INFORMAIS, O QUE TU ACHAS, EXISTE ISSO OU NÃO?

R -Eu acho que existem sim, por mais que não aparece na mídia, existe muita troca de comunicação, principalmente entre as mulheres. Com os homens não é tanto, futebol, mulher, é muito limitado. Mas a mulher é mais batalhadora, procura mais, é sempre mais de lutar e de querer conquistar o melhor pra si para sua família, e pro vizinho do lado, ou pra outro morador de outra comunidade. Ela vai sempre ver visualizar à frente, o futuro. A gente trabalhava com a ACMUN mas tinha o pessoal da THEMIS e a às vezes quando a gente fazia visita, a gente se encontrava e se tivesse que sentar na praça e conversar, elas aceitavam, elas trabalhavam mais com a violência doméstica, a gente trocava. A gente tinha mais dificuldade de fazer trocas de informações era com os agentes de saúde, porque eles achavam que a gente estava tirando o trabalho deles. Éramos voluntárias, com uma pequena ajuda de custo, mas a gente se sentia gratificada com a comunidade, porque a gente tinha condições de passar e o aprendizado que a gente recebia... e a gente tinha uma sede de saber mais informações, buscar outras informações, trocar com outras organizações... E há sim essa rede. Por mais que a mídia, o governo queiram fechar os olhos, há. Pena que eles não invistam tanto quanto a gente gostaria, que não existe mais o projeto das Multiplicadoras, ou o projeto de Comunicação com a Isabel ou outra pessoa, porque é tanto importante pra gente como pessoa, como para a comunidade. A gente saía da comunidade, fosse para outros lugares, mas a gente trazia novas informações pra dentro e a gente tentava mostrar - mesmo que não fôssemos pra praça, ou pra quadra da escola de samba - aquilo que a gente aprendeu mas a gente passava pro grupo pequeno. A gente saía na rua e tinha um vizinho que vinha e perguntava se a gente tinha preservativo. A gente ficou surpresa com a distribuição dos preservativos femininos, que tinha muita gente que queria. A mesma coisa aconteceu na quadra da Escola de Samba, o pessoal sabia

que a gente queria fazer um jornal da Escola, e muitos vieram ao nosso encontro para dar novas informações. Há essa rede e é uma pena que a gente não continuou, que a gente tivesse um projeto que pudesse não só falar de violência doméstica, mas de prevenção de DST e AIDS, e acho a gente pudesse debater com a comunidade... Mas um projeto maior, que envolvesse vários assuntos - precisa discutir políticas para os idosos, para quem tem doenças especiais, para quem é deficiente físico, mas a gente aprendendo num todo seria muito bom...

P - E COMO ISSO ESTÁ PRESENTE NA TUA VIDA HOJE?

R - A vida melhorou muito. Abriu mais a minha mente, até me comunicar melhor, parar de gaguejar, ter mais segurança pra falar, às vezes eu me atrapalho e me cobro muito. Leio bastante, vejo mais telejornais à noite, escuto rádio bastante, tenho acesso à Internet no trabalho, mexo com correio eletrônico, uso o Messenger na troca de informações. E vejo dificuldade na escrita de outros ambientes - por exemplo o pessoal de Santa Catarina escreve diferente de nós - e eu uso mais a sonorização de uma palavra para eles entenderem melhor - como vejo isso como uma dificuldade eu procuro esclarecer bem direitinho o que eles quiseram dizer. Cuido no jeito das pessoas falarem, corrijo quando vejo algo errado... A minha mãe sempre chamava a atenção da gente para aprendermos bem as idéias. Eu detesto português, mas gosto de escrever, não tenho dificuldades. Em matemática tive aulas particulares, apesar de minha mãe ser analfabeta, mas ela nos ajudou nisso. Agora vou bem, entendo e gosto de matemática. Pra mim abriu muito a minha mente, se eu pudesse ter acesso aos jornais, lá no serviço a gente lê os jornais que os outros colegas compram - O Diário Gaúcho - e a gente vê no intervalo do almoço. O meu marido compra o Correio do Povo, e quando ele vê uma notícia importante para eu ler, ele deixa na geladeira. No caso de ajudar a minha filha nos temas, não tenho muito tempo para ler jornais. Mas esse exercício a Isabel fez com a gente, para que entendêssemos o que texto quer dizer... isso eu cuido para fazer sempre.

Eu gosto mais de noticiário, informação, não gosto de política e nem de assunto de violência. E agora com essa mania que a gente tem que cobrar do político em quem a gente votou eu já ando pensando em cobrar mesmo. Essa questão salarial por exemplo foi algo que me deixou bem indignada... Acho um absurdo essas diferenças que os políticos fazem - e não querem saber se o salário-mínimo é tão baixo e o deles lá em cima... Eu procuro mais informação, na Internet, no rádio, no Jornal, mais que entretenimento. De vez em quando eu vejo o programa do Jô Soares, e agora no final da noite eu vejo todos os noticiários, vou trocando de canais e vendo o que eles dizem. Isso é uma coisa que eu aprendi no projeto, ver as diferentes opiniões na mídia. Gosto de sair com minhas amigas, uma vez por mês, trocar com pessoas diferentes e dizer o que a gente pensa, isso foi um aprendizado enorme.

P - E COMO TU VÊS A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA MÍDIA?

R - Eu acho que as mulheres conquistaram muita coisa, mas na questão da mídia ainda falta muito... tem muito espaço pro homem, o macho, sempre ele vai prevalecer, em tudo, apesar de que a mulher sempre busca mais. Ela é aquela repórter, mas ela busca ser uma editora, uma produtora, ela estuda, se interessa em estudar para melhorar, enquanto o homem faz aquilo ali, mesmo que ele não tenha o conhecimento que ela tem, ele sempre vai prevalecer na frente dela. Eu acho que por mais que ela busque sempre mais, ela não consegue ter aquela igualdade com o homem que ela deveria ter. E tem aquelas coisas, ela conseguiu aquilo ali, porque no mínimo ela teve que ceder para o chefe. Ela nunca vai ter conquistado aquele espaço por seus objetivos próprios, por ter estudado, por ter buscado, estudado, por ter buscado o valor próprio dela, aquele conhecimento que tinha para estar ali... não, as pessoas pensam que ela era parente de alguém, ou teve que ceder para alguém, para conquistar aquele espaço. E o homem tem uma cabeça pequena e tenta convencer seu filho a sua filha a se limitarem. E acho que deveria ter mais esclarecimentos e mais mulheres trabalhando na mídia. Fora da mídia, no dia-a-dia a gente vai numa empresa e vê que tem mulheres e os papéis delas sempre é abaixo dos homens. E a gente vê que tem preconceito, e sempre vai ter... o salário, infelizmente é menor do que os homens... espero que mude com as novas gerações...

P - E A MULHER NEGRA?

R - Para as mulheres negras ainda é pior, né e elas sempre têm que ser sempre mais, pra conquistar mais visibilidade, mais e mais, pra poder chegar adiante. O meu marido não gosta da Glória Maria (apresentadora do Fantástico) e não sabe dizer porque. E eu vejo que isso é um preconceito do meu marido, que deveria estar defendendo o espaço dela na mídia, Sendo negra, mulher negra, ele não consegue dizer porquê. E eu penso que ele como homem negro tinha que dizer que ela é maravilhosa,

está representando a minha etnia, representando a minha mulher negra, eu acho que isso deveria acontecer... Tem tanto negro, tanta gente assim, e a gente deveria reconhecer mais aqueles que trabalham que avançam na sua profissão deveriam servir de exemplo, mas sem arrogância, sem pisar nos colegas, isso não pode acontecer. E se a gente chega lá, não pode ser ganancioso, a gente tem que ajudar os outros, não podemos viver sem ajudar às pessoas, para que alguém também nos ajude.

**ENTREVISTA 3 - Grupo do bairro Restinga - EM 15/01/2007**

NATURAL DE PORTO ALEGRE, MORA NA RESTINGA, 37 anos.

P - COMO TU VÊS O LUGAR ONDE MORAS?

R - Às vezes eu gosto, às vezes não gosto. Por causa da marginalidade, infelizmente, porque é uma coisa que não tem como modificar, mas o lugar é bom, eu moro lá há mais de 30 anos, praticamente a minha idade. Então eu tenho uma afinidade muito grande lá nesse lugar, porque a minha avó morou lá, depois por último a minha mãe e agora nós - os irmãos. Somos nove irmãos, e eu moro com um irmão, tipo um agrupamento no pátio com os outros irmãos, eu moro nos fundos, tem a casa grande e ao lado com a minha irmã - somos 4 morando no mesmo terreno e mais três sobrinhos, eu moro com a minha filha e uma sobrinha.

P - COMO É A VIDA NESSA CONVIVÊNCIA?

R - Eu sou praticamente a chefe da família, sou mãe solteira, moro com a minha filha e com uma sobrinha e sustento a minha família; tem o irmão que sustenta a sua família e a minha irmã e a outra elas também se sustentam; e quando a situação aperta para um ou outro a gente ajuda; eu agora vivo com a pensão da minha filha, e a pensão da minha sobrinha - que é onde eu uso para o meu curso, que estou fazendo um futuro pra mim e ela estará fazendo parte dele. As minhas irmãs fazem serviços domésticos e o meu irmão trabalha numa cooperativa de reciclagem do lixo, e ganha um salário para ele e a família.

P - E COMO TU SENTES O TRABALHO? QUE SENTIDO TEM PRÁ TUA VIDA?

R - Ah, eu acho que o trabalho pra mim é a base de tudo. Sem o trabalho tu não come, tu não é respeitado, não paga as contas. É a base de tudo pra mim. Eu me vejo fazendo o que eu gosto com dedicação, com vontade, que deveria ser para todos assim, fazerem o que se sentem bem, que é onde a gente encontra alguma força para enfrentar qualquer dificuldade. Eu estou estudando o curso de Técnico de enfermagem, em março faz um ano e falta mais um ano e meio para terminar estou na fase de estágio, que está sendo bem interessante pra mim e que eu estou aprendendo bastante, é uma coisa que sonhei a vida inteira, só agora com 37 anos eu consegui realizar agora. E ainda infelizmente com uma história triste da minha sobrinha, que se não fosse por ela eu não teria essa chance de conseguir. Já tinha tentado outros meios e agora com o dinheiro da minha sobrinha, estou conseguindo. E ele representa uma coisa muito importante, não pelo fato de ser uma técnica, mas pelo fato de eu fazer, tratar alguém, num hospital. Atualmente estou fazendo um estágio de 4 horas, diariamente, no Hospital da Brigada Militar, diariamente por um mês. Tenho outros estágios, no andamento do curso. Quando terminar esse vou para a sala-de-aula novamente.

P - FALANDO DE FORMAÇÃO, O ESTUDO É NECESSÁRIO E FUNDAMENTAL?

R - Eu acho que o estudo é fundamental mesmo, pra tu teres uma idéia, eu parei de estudar porque tinha que trabalhar, a mãe tinha dez filhos, teve uma época da separação do pai, e fui me anulando nos estudos. E até porque era mais fácil não aprender. E com o tempo, com a dificuldade que a gente ia nos lugares, muitas vezes a gente mentia que tinha o primeiro grau completo, se não não me pegavam, principalmente para áreas que não precisava fazer muito esforço. Para casa de família pegavam até com segunda ou terceira séries, e para o que realmente eu queria às vezes eu tinha que mentir, então fiquei pensando que ao invés de mentir eu vou colocar em prática isso. E aí eu tinha parado na quinta série, com 25 anos e eu fico muito orgulhosa do que consegui até agora, claro que eu queria uma faculdade mas isso ainda vai demorar um pouco mais. E eu estou muito ansiosa para trabalhar depois que terminar o técnico, e depois posso até fazer uma faculdade de enfermagem. Isso eu também falo pra minha filha, e pra minha sobrinha, que elas estudem. A minha filha está com 15 anos, está no ensi-

no médio, no primeiro ano, e a minha sobrinha tinha tido uma regredida, e eu consegui reverter - e fazer com que ela se interessasse pelos estudos, que sonhasse mais, pensasse mais, com que ela buscasse mais, hoje ela está na sexta série, quando eu peguei ela nem sabia ler nem escrever, isso pra mim isso é muito grande, é bem grandioso na minha vida. E eu sempre estou estimulando que elas não parem nunca de estudar. Imagina a minha filha está com 15 anos, eu com 15 anos não estudava mais, eu tinha a quarta série. Eu engravidei com 21 anos e não era formada ainda, eu tinha a quinta série. Aí depois eu fiz o supletivo, e passei muitas dificuldades que ao invés de estar com a minha filha, estar com ela, eu tinha que estudar, às vezes deixar ela sozinha, estar na sala-de-aula. Mas eu acho que valeu a pena.

**P - A PARTIR DE QUANDO APARECERAM OS CONTATOS COM A ACMUN E A DISCUSSÃO DA NEGRITUDE?**

R - Eu iniciei na ACMUN em 2000 ou 2001. Eu não me recordo bem, mas eu já estava quase terminando a oitava série. E o fato de saber que a mulher negra também poderia ter status, ser alguém, entre aspas, aquilo me estimulou bastante. Eu já entendia isso em mim, que tinha que me instruir, se eu quisesse ser alguma coisa a mais na minha vida, eu tinha que ir buscar, tinha que estudar tinha que ir atrás. Mas até então eu não tinha me dado conta do preconceito que era tão grande da sociedade com o negro. Até então eu entendia que tinha que ter formação tinha que ser instruída. Depois que eu iniciei na Ong, as gurias falavam, comentavam e batiam na tecla, eu comecei a me dar conta disso... Quando eu procurava emprego, as pessoas diziam que eu não tinha boa aparência - mas o que é boa aparência? Então boa aparência é não ser negra, mas eu deixava a desejar porque não tinha a formação adequada, faltava informática, não tinha o ensino médio, nenhum tipo de curso, nem o técnico. E quando entrei na ACMUN a gente foi buscando uma série de cursos, um básico de Inglês, Informática, Dicção e Oratória, e outras formações, que nos ajudaram muito. E isso aí fez eu despertar, que a gente tem que crescer, evoluir, não importa a cor que tu seja, mas tem que buscar novas informações tem que lutar. E foi nesse trabalho com a Ong que a gente conheceu a Isabel Clavelin. Eu contribuí com a Bel nessa parte porque tinha uma turma da ACMUN que eram multiplicadoras de saúde com prevenção de DSTs e HIV. E é claro que houve uma seleção, nem todas foram fazer o projeto da Isabel, mas o grupo se juntou.

Nós trabalhávamos com a Isabel sobre a fortificação da mulher negra, a liderança que teríamos que pensar, mulheres lutadoras, guerreiras e unidas, que a gente permanecesse unida, que a gente continuasse juntas, talvez fizesse uma cooperativa.

**P - E O APRENDIZADO CRÍTICO SOBRE A MÍDIA?**

R - Eu não sei o quanto eu consegui absorver, mas eu absorvi alguma coisa. A pessoa tem que saber passar a mensagem, tem que saber o que faz sentido para que não se distorça a mensagem. Por exemplo, quem vai escutar não acaba desvirtuando para outro lado. A gente consegue discernir certos diálogos, que quando é verídico, ou quando não é. Quando eles querem deixar só na aparência, quando eles querem que tu faça apenas aquilo da aparência, estimular a comprar ou estimular a fazer a mesma coisa que eles estão mostrando, que parece ser bonito, ser legal, e não é bem assim.

**P - E A MULHER NEGRA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO É VISTA?**

R - Acho que ela é vista como um material, como tem sido sempre na televisão ou no rádio. Que infelizmente ela é bonita, se sabe dançar um samba, se tem bumbum grande, os peitos grandes, porque outra coisa em matéria de intelectualidade, é muito pouco. Acho que a que mais se destaca é a Glória Maria, que está todo o domingo no vídeo.

**P - ESSA EXPERIÊNCIA COMO MULTIPLICADORA DE SAÚDE PODE LEVAR A GENTE A PENSAR SOBRE A EXISTÊNCIA DE ALGUMA REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO?**

R - Acho que são poucas mulheres que entendem disso... e numa fila a gente sempre vê que a informação se multiplica, às vezes a gente pensa que as pessoas são leigas, não entendem muito e acabam nos ensinando mais um pouco na vida. Eu acho que existem sim, eu nem sei como seria a nossa vida se não fossem as mulheres. Ali no meu pátio são mais mulheres, com as contas das casas, elas é que tomam conta. Os homens não fazem nada, a gente é que tem que cuidar as datas e juntando os dinheiros

para efetuar os pagamentos. Geralmente se dividem, todos os que estão trabalhando dão um pouco e sempre sou eu que vou pegando ali, e pago. Eu sou a coordenadora do grupo. É bacana e não é. Tem dias que o fulano comprou uma coisa que saiu do cronograma e aí a gente tem que arcar com o restante, e às vezes a gente tem que apertar por causa de um e outro. E a alimentação tem que ter todo o dia. É muito pesado, muito complicado, a gente gasta mesmo e até para assimilar isso, não é fácil. A mãe morreu há três anos, e eu sou como se fosse a mais velha, porque a mais velha não mora com a gente. Eu moro ali, e depois dela eu sou a mais velha, tenho que estar de olho em tudo, dou a última palavra, e a gente se torna autoritária, não digo fria, porque eu estou acostumada a mandar, eu que determino tudo, é bom e não é bom. E se um não tem uma coisa a gente se preocupa e vê que as diferenças aparecem.

**P - E COMO É QUE A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ESTÁ PRESENTE NA VIDA DE VOCÊS? R**

- Eu tenho dois irmãos, infelizmente, um deles está no presídio de Charqueadas, e esse que mora com a gente se envolveu com drogas, e passou dois anos preso. Em seguida que a mãe morreu ele se envolveu com drogas, mas se envolveu só por se envolveu, não fez nada da vida dele. O estado que ele vive lá é lastimável, ele mora em três paredes de compensado, e é uma coisa que humilha bastante a gente de se ver o estado dele e não se pode fazer nada por ele. A casa dele não tem chão é de terra... e ele tinha ido morar com a mulher dele, e depois voltou para morar ali com a gente. Como o pátio é de todos a gente não fala nada... E às vezes dá a impressão que ele ainda está preso. Não sei se é pouco tempo que ele saiu da cadeia, que a autoestima dele está lá embaixo, pegaram ele com coisa pequena, era réu primário e foi julgado e coisas que ele não precisava ter feito. Ficou preso dois anos. A mãe teve dez filhos, educou todo o mundo igual, mas ela perdeu uma filha e entrou em depressão, e depois da separação do meu pai, ela ficou ruim, e ela veio a falecer mais rápido. E o meu irmão ficou perdido, porque ela faleceu repentinamente, ninguém esperava. E agora ele está se reerguendo, ele conseguiu emprego - trabalha na coleta do lixo - mas eu acho que tinha que dar uma saculejada na vida dele - não sabe ler, e não faz um esforço maior para sair dessa situação. Pelo fato dele não saber ler, acho que isso é muito grande, eu acho que ele pensa que só sabe fazer esse tipo de serviço. Tenho outro irmão de 20 anos, que trabalha e não segue essa trajetória. Está trabalhando, a mulher engravidou e trabalha, cuida da vida dele. A gente pede muito pra ele, que não deve fazer nada de errado. É muito humilhante. Quando a gente ia na prisão visitar o meu irmão, a gente tinha que passar pela revista, tínhamos que tirar toda a roupa e a situação era muito humilhante. Mas eu acho que hoje a base de tudo é a família. E aí a gente vê o teu pai bebendo, teu pai batendo na tua mãe, a tua mãe drogada, ou a tua mãe não te dá bola, ou a tua mãe tem que trabalhar de garota de programa, e tudo isso oportuniza ao homem, que é mais fraco, eu acho que eles passam por muita dificuldade, falta um discernimento que as mulheres têm. E nem todas têm, são voltadas pras drogas, pro crime, mas eu acho que a base é que faz sentido maior na vida da gente, se a gente for criado com amor, com carinho, uma estrutura boa, como tem que ser, como manda o figurino, aí a pessoa segue o caminho reto, o caminho que tem que seguir. Mas se tiver uma coisinha errada, uma pontinha de insegurança, quando a gente que ir num lugar e passar por uma seleção, uma entrevista, ou mesmo falar em público, começa a tremer, já pode ser um caminho para buscar essas coisas de drogas e causar outros danos.

**P - O QUE SENTISTE EM IR A BRASÍLIA RECEBER UM PRÊMIO PELA ACMUN?**

R - Eu fui pra Brasília receber o prêmio do Dia Mundial Contra a AIDS, e achei bem importante pra nós e fiquei pensando, de onde a gente iria ganhar um prêmio como o da Fundação Palmares. Com o valor em dinheiro e o valor simbólico do prêmio... e as gurias não acreditavam. A gente não esperava, foi a primeira vez que entramos num concurso e ganhamos. O da Fundação Palmares... Que a Carmem foi receber o prêmio em Brasília.

**P - E COMO É QUE FOI FAZER O PROGRAMA DE RÁDIO?**

R - Ao dar entrevistas, e fazer a produção do programa eu me senti uma estrela, uma pessoa muito importante, que isso era bem desconhecido pra mim, e a gente teve a oportunidade graças a esse projeto da Isabel, de poder participar, aprender mais, de poder somar coisas boas, eu achei que foi bem legal, bem bacana. E a gente estava interagindo em participar do evento Lai-Lai Apejo, trocando as atividades com o projeto de comunicação da Bel, e foi ótimo. E cada oficina que a gente fazia do projeto era diferente, às vezes a gente ia ao Museu, outra vez a um meio de comunicação e tudo foi bem

produtivo. E a gente se preparou bem para receber o prêmio. Foram acontecendo coisas que não era tudo a mesma coisa, tudo era diversificado... nós fomos também numa Ong onde haviam homossexuais também, e a gente pode tirar o preconceito que tínhamos, e tudo ficou mais claro. Como conhecimento valeu muito a pena, a gente não vai esquecer mais, vai ficar guardado com a gente pra sempre.

P - COMO É QUE TU APROVEITAS ESSE CONHECIMENTO ADQUIRIDO NA TUA REALIDADE?

R - Algumas coisas a gente aproveita mesmo... por exemplo, língua portuguesa eu usei para esse curso agora, e a gente fica sempre ligado, com os olhos bem abertos, sobre o preconceito racial, que a gente sabe que temos os nossos direitos, que as pessoas não podem fazer o que querem com a gente... a questão da situação da mulher, muita coisa a gente aproveita no meu dia-a-dia, na rotina até os dias de hoje, que vimos com ela nas oficinas. Até em questão da autoestima também, eu aprendi a me cuidar mais, passei a valorizar mais a minha condição de mulher negra, bonita, que a minha cor é bonita, que eu tenho que me animar e gostar de mim como realmente sou.

#### ENTREVISTA 4 – Grupo do bairro Restinga - EM 30/12/2005

P - Como tu vê a representação feita pela mídia sobre as questões da negritude e as mulheres?

R -Pelo o que tenho percebido, hoje você tem uma atmosfera, uma realidade, mesmo de muito cuidado, ou pelo menos de um pouco mais de cuidado. Acho que antes as coisas eram feitas de uma maneira mais escancarada, sem cuidado, truculenta. Hoje, acho que as pessoas estão muito vigilantes. Setores da sociedade estão muito vigilantes e vão pra cima.

P - Vão pra cima em que sentido?

R - Vão pra cima em sentido de ação judicial, de advogados, de pressão, de rede...né, que são formadas contra o racismo, contra o sexismo. Tem uma campanha, a campanha do Dove agora, de verão, de várias mulheres, na verdade o Dove este ano, no início do ano, tinha feito uma campanha justamente de vários corpos de mulheres, que não interessava mais a mulher perfeita, com aquelas medidas de modelo. E falava, todas as mulheres, só que não tinha uma mulher negra. E isso, eu acompanhei várias listas de discussões, que muitas pessoas mandaram cartas para o Dove, questionando a ausência da imagem da mulher negra, representada, sendo que tinha uma série de mulheres, mulheres brancas com todas as suas matizes, de cabelo, com o cabelo ruivo, loiro, castanho, traços indígenas, asiáticos, e aí foi o questionamento, mas cadê, onde estão as mulheres negras, né...e agora a gente vê uma mulher negra no comercial. É...e eu posso, assim, sinceramente falar que eu acredito que seja em função dessa pressão. Então, nesse sentido, têm-se uma grande discussão de como a mídia, e aí a mídia como todo, a mídia publicitária, de entretenimento, jornalística, vem tratando a população negra. Anos atrás, também, que é uma coisa que, as pessoas que assistiram ao Domingão do Faustão, eu não me lembro qual foi o ano, foi um ano provavelmente em razão da semana da consciência negra, em que estavam vários artistas reunidos, entre eles estava o Milton Gonçalves, que é um homem negro, com uma história reconhecidíssima, no cinema, no teatro, na televisão do Brasil e ele fez um questionamento ao vivo, porque se fosse ditado, provavelmente aquilo não apareceria, e enfim o Faustão, aquela coisa toda que ele faz, sabonete, ah mas, pois é, o país tem que mudar, por que não sei o quê, fazendo todo aquele discurso, de que é super aliado, e ele, Pois é, Faustão tem que mudar mesmo, por que aqui na frente, na primeira fileira do teu programa eu não vejo um negro, uma negra neste balé aqui... Então assim, na verdade, faz com que, se tem um confronto, agora já tem uma dançarina, esses dias eu tava assistindo à entrega dos troféus, era uma negra, escura, por que aí também tem justamente a reafirmação dos traços africanos, em função da miscigenação brasileira, se opta, quando colocar uma mulher negra ou um homem negro buscar aquele que já tem os traços mais embranquecidos, ou seja, a pele mais clara, o nariz mais fino, os lábios mais finos, também. E aquela moça, pra meu espanto, pra minha surpresa, parece que era uma negra escura, né, a Ana Paula, parece que era o nome dela...então, é...isso faz com que é...hoje as coisas não passem mais despercebidas. A gente vive num país que se valeu, por séculos, por anos, décadas, no pós abolição, do mito da democracia racial, da miscigenação, que no Brasil não existe racismo essa coisa toda só que tem um enfrentamento, se chegou numa politização e numa capacidade de trazer essa coisa à tona, que não fique mais jogada pra baixo do tapete. E nesse sentido, é muito importante que a gente tenha esse olhar, hoje ter um olhar crítico sobre a mídia, sobre os meios de comunicação é ter um olhar sobre a nossa condição enquanto pessoa, enquanto cidadã. Enfim, as emissoras estão aí com concessões públicas, não foram meios públicos que fizeram as empresas jornalísticas principalmente da tv, que é a mídia de massa, terem a concessão de uma forma é... enfim, a gente sabe tiveram uma série de subterfúgios, escusos, jogos de interesses que garantiram isso e que fazem com que muitas políticas sejam direcionadas e voltadas pra grupos específicos, que são os grupos hegemônicos. Então a gente vai vendo que se tem hoje uma importância muito grande de ver, a mídia mas de um olhar de direitos humanos. E quando a gente fala um olhar focado nos direitos humanos, eu to colocando a questão racial, a questão do homem negro, da mulher negra, do idoso negro, a questão do jovem negro, a questão da mulher, a questão de gênero aí colocada, a mulher que é absolutamente espancada em todas as novelas, dificilmente a gente não tenha uma novela hoje em que uma mulher, negra, mulher branca, sejam espancadas ou agredidas não de uma forma física, mas às vezes de uma forma psicológica, verbal, enfim...isso é uma questão muito séria, porque as pessoas vibram com isso, de uma mulher levar um tapa no rosto, isso é uma violência muito grande. Assim, também



como a importância das questões dos deficientes, com todas as suas deficiências, dos idosos, enfim, uma mídia que consiga retratar a sociedade. É inadmissível que a gente viva num país que tenha mais da metade de negros e que a gente veja nos anúncios somente mulheres brancas, homens brancos, como se nós estivéssemos na Dinamarca, num país nórdico, é um absurdo. Saindo do Rio Grande do Sul, então, eu fico pasma. Assim...eu não conhecia muitos lugares do país, não conheço muitos lugares, mas quando eu saio daqui, determinados lugares, eu fico nossa, mas que negrada, entendeu?...mas é claro, em algum tem que estar os oitenta e cinco milhões de negros desse país, por que aqui no Estado, nós somos em cerca de quinze por cento. Então, quando me espanta, eu, com esse olhar negro sulista, aí tu vai pra um outro lugar, é muito ruim. Porque aqui, Santa Catarina, Paraná, nós sabemos que, Santa Catarina é o Estado brasileiro que tem o menor contingente de negros. Então, a gente se revolta, porque eu quero ser representada, mas tu vê que está representando a maioria daquele lugar, agora...quando se fala de Brasil, é um horror, é uma violência muito grande. E porque que tem tanta indignação em relação a isso, porque que tem tanta luta por uma visibilidade negra, é justamente porque passa por uma série de questões subjetivas, que nós sabemos....desde a questão da auto – estima, ao respeito entre os diferentes grupos étnicos que compõem esse país, à visibilidade em diferentes áreas da sociedade, de participação, então por isso, os movimentos e setores de ponta, enfim, vão questionando como é a mídia é pensada e como é que são feitas as escolhas.

P – Quando tu pensaste no teu projeto da Unesco, que tu desenvolveu oficinas de comunicação comunitária com as mulheres da Restinga, negras, tu chegou a ter um pensamento lá atrás, na tua cabeça de estar trabalhando essas coisas da crítica da mídia, do entendimento que elas teriam sobre isso?...

R - É, nós trabalhamos isso. Justamente assim...porque esse olhar crítico, ele é muito difícil de ser desenvolvido. E aí a gente vai pra uma questão que é muito séria, algumas Universidades estão se abrindo, um processo ainda muito incipiente pra essa discussão. Porque...na nossa formação de jornalista, e eu não vou entrar nas outras, porque eu não participei nem de Publicidade nem de RP, a nossa formação é técnica demais pro mercado, e na verdade, quando a gente faz qualquer coisa de comunicação, e a gente solta pro mundo, a gente não sabe, a gente perde totalmente o controle de quantas pessoas vão ser atingidas por aquilo que a gente está fazendo, então não é a mesma coisa do que apertar parafuso numa fábrica, na, a gente tem que ter muita responsabilidade com isso. E a responsabilidade, com isso, significa que a gente trabalha com pessoas e para pessoas...né... então é bastante complicado...e no projeto, quando eu fiz, eu pensei em trabalhar uma série de questões, de trabalhar a questão de gênero e raça, de trabalhar a questão de direitos sexuais e reprodutivos, de trabalhar a questão de direitos humanos, é...da orientação ou liberdade sexual, seja qual for a palavra ou expressão que movimentam o trabalho, o movimento anti-homofóbico, então, eu pensei em trabalhar essas questões, porque ao fazer comunicação numa comunidade elas estariam envolvidas com uma série de pessoas que têm essas características...e como tu estás lidando com um meio de comunicação comunitário que vem com o objetivo de fortalecer a comunidade, de estimular a participação, de valorizar as questões e mobilizar mesmo a população de um bairro, principalmente um bairro grande como é a Restinga, eu pensei justamente que isso era muito importante, de exercitar um olhar comunicação, melhor do que um olhar comunicação, um fazer comunicação, mas que fosse mais aberto, que se pudesse pelo menos...evidente que as mentalidades levam tempo para serem mudadas, evidente que não seria com um projeto de alguns meses que se conseguiria fazer uma mudança estrutural na mentalidade. Até porque isso leva um tempo, mas provoca uma reflexão. E aí trabalhar o nosso olhar, enquanto mulheres negras, de como a gente vê a sociedade, de como a sociedade nos inclui, enfim, quais são as respostas que a gente dá, de como é que a gente pode estar transformando isso, e principalmente tratando da questão do racismo, de como ele vai determinando a nossa vida, e aí pensando como é que a questão de gêneros vai determinando a vida das mulheres, de como a questão da orientação sexual de determinada pessoa também vai determinando a sua vida, porque, em função do preconceito, das discriminações que são é...ah...desencadeadas por ações ou pensamentos que são absolutamente ultrapassados. E aí, também a gente fala da questão da pobreza, por ser uma questão muito presente da vida delas, a questão do trabalho, da liberdade religiosa, até mesmo porque, ao trabalhar a questão da negritude, tem uma série de questões que precisam ser trabalhadas. A questão da auto-estima, da compreensão dos comportamentos, que são motivados pelas ações do sistema pelas ações entre as pessoas negras, como o racismo age entre as pessoas negras e como age entre as pessoas não negras...porque pra que a gente não caia no senso comum que as pessoas dizem, ah o negro discrimina o próprio negro, enfim, essas

questões que são muito superficiais, as pessoas falam, é algo assim, muito presente na nossa sociedade, só que as pessoas não querem refletir quais são as razões, porque a gente acaba discutindo as consequências e não vai na causa...e a mesma coisa também da própria questão feminina, e aí foi muito interessante de a gente discutir sobre as relações afetivas, sexuais, a questão do aborto, que tinha um tabu muito grande em relação à isso, de que como as pessoas gostam de determinar as vidas umas das outras, então logo acabam sendo questões pessoais, que vão pra um coletivo, o coletivo determina, o coletivo diz qual é o encaminhamento, decide, e a pessoa vira uma pessoa frustrada, então buscar essa origem, aflorar essa afirmação de mulher, mulher negra, de cidadã, que está aberta que quer viver tranquilamente, quer ser respeitada e vai respeitar as outras pessoas...então a gente teve que buscar muitas coisas e também entender como é que se faz a comunicação, pensar mais como é que são decididas as pautas, de como é que as escolhas vão desembocando num determinado resultado, que tenha uma intencionalidade, ou que muitas vezes não tenha uma intencionalidade aberta, tem uma inconsciente, que tem uma série de questões preconceituosas, em que abordagens muitas vezes acabam reforçando o preconceito, os estereótipos, o preconceito na sociedade, e também fazendo formas de trabalhar mesmo com a comunicação, ter um outro olhar sobre a cidade, nós tivemos também algumas atividades vivenciais justamente pra possibilitar isso, que pudesse expandir mesmo o seu espaço mental, o seu espaço físico. Porque muitas vezes a pessoa acaba é...a exclusão vai determinando onde vai andar, onde não vai, onde vai fazer, e aí a gente acaba vendo que muitas vezes tem uma série de coisas que estão disponíveis, que são acessíveis, mas as pessoas vão reproduzindo aquela exclusão na sua vida e não vão enfrentando, não vão freqüentando...foi muito interessante.

P – Como é que tu percebeste a reação delas diante de todas essas novidades?

R - Nós conversávamos muito, eu comecei a perceber justamente no início do grupo, o grupo era muito... enfim, ficou naquela fase de observação, ou de responder aos estímulos, mas de uma forma bastante...tímida. Até que os laços foram ficando mais fortes e na verdade, aí, nós acabamos tendo uma relação mais de amizade mesmo, de dividir mesmo, de compartilhar as emoções. E então, uma série de questões, algumas dúvidas minhas eu trazia para o grupo pra ver, pra mostrar pra elas que eu sou tão humana quanto elas, que eu também tenho algumas coisas que eu preciso elaborar, não no sentido de tornar o grupo vulnerável, mas que não existisse um distanciamento que não existe, entre a pessoa que está aprendendo e a pessoa que ensinando alguma coisa, porque na verdade é uma relação de aprendizagem mútua, mas o distanciamento ele faz com que sejam idealizadas as pessoas, que sejam colocados estamentos, degraus...

P – Isso não aconteceu?...

R - Na verdade a gente conseguiu, aproximar numa forma de troca, por exemplo, em algumas coisas eu tinha mais acesso à informação, que eu estava ali pra passar pra elas, e que as discussões também me faziam refletir uma série de questões, e justamente assim, principalmente nas relações, e isso foi uma coisa que eu acabei enfrentando na faculdade, essa quebra da relação professor-aluno, na medida que eu comecei a pensar umas outras coisas e trabalhar com a questão racial, uma coisa que os professores ainda não estavam preparados, conheciam, enfim, fez com que eu visse que eles detêm um conhecimento, eu detenho outro conhecimento, isso evidente que em alguns momentos faz uma diferença, mas essa diferença não fazia com que eu me sentisse incapaz de dizer o que eu gostaria de dizer, porque na verdade é isso, né, quando existem as distâncias as pessoas se sentem impossibilitadas de exteriorizar o que elas realmente estão pensando, o que elas realmente estão sentindo. Então isso acho que isso foi uma coisa que eu acho que eu consegui trabalhar com o grupo, a ponto de elas se exporem, e terem pensamentos absolutamente diferentes dos meus, e depois da conversa, conseguir reelaborar, ter uma abertura maior pra...por exemplo, tem um caso de uma delas, em uma das oficinas, que a gente tava discutindo sobre o aborto, aí ela disse que era um absurdo porque a religião dela não permitia, enfim...e eu disse que era um absurdo, mas que as mulheres têm de decidir sobre as suas próprias vidas, elas têm, nós temos que decidir sobre o nosso corpo, o que é melhor pra mim eu é quem sei, e não vai ser o outro, a vizinha, a minha mãe, eu é que tenho que saber, eu é que tenho que ser honesta comigo mesma, eu não posso ficar me enganando nem fazendo alguma coisa que vá contra a minha vontade. Enfim, a gente ficou discutindo uma série de coisas até que, em um determinado ponto da conversa, ela disse que ela teve um filho, que foi o primeiro filho dela, muito jovem, e que foi uma criança muito rejeitada desde o início, e de repente se ela tivesse outra visão hoje, teria feito um aborto, não teria provocado dezesseis, dezoito anos de rejeição no meu filho e teria sido bem melhor por

que na verdade eu acabei jogando nele as minhas frustrações. Então, quando eu escutei isso, eu também achei muito importante, por que a discussão fez com que ela percebesse e se expusesse, trouxesse isso pra sua realidade, e é uma coisa que dificilmente as pessoas fazem, apesar de a gente projetar nos outros aquilo que a gente pensa, mas a gente acaba não aceitando na verdade, as nossas limitações, ou os nossos desejos, então, a gente acaba indo conforme são dadas as regras ou as convenções sociais e acaba se afastando de nós mesmos.

P – Sobre as questões relacionadas aos ambientes da cidade diferentes, que vocês saíram do espaço da Restinga, vocês visitaram alguns espaços que chamaram a atenção delas, um deles foi uma associação de pessoas homossexuais e que tinham liberação sexual, comenta um pouco sobre isso...

R – É, nós visitamos a ONG Igualdade, que trabalha com travestis, basicamente travestis, e também fomos ao grupo SOMOS que trabalha sexualidade e comunicação. E aí, nós já tínhamos feito conversas em relação à questão da heterossexualidade, da bissexualidade e de como isso faz que o mais importante é de como é a felicidade da pessoa, e vieram uma série de questões, porque ah, isso é doença, daí eu disse bom, então tu é doente por ser heterossexual, porque se nós vivêssemos num mundo homo, seria considerada uma pessoa doente, tu sofreria o preconceito por ser hetero, então assim, de nós nos transpormos para o lugar do outro, isso foi um exercício contínuo e tendo sempre como foco a nossa identidade racial, então enquanto mulher negra o ideal que é ótimo der racista, não, não é, uma pessoa que é doente vai sofrer, e quem é que vai dizer o que é o certo, e que isso é o errado. E aí foi muito interessante, porque nós fizemos uma série de discussões antes de ter contato com esses grupos, porque é algo que, evidentemente eu não vou ser hipócrita, que tem um sistema que nos condiciona a sermos pessoas preconceituosas e isso eu falei pra ela, eu disse eu não quero enganar vocês, eu não vou ser falsa de dizer que eu não sou uma pessoa preconceituosa, isso é um absurdo eu falar isso, agora, eu me policio, porque eu acho que a gente tem que se policiar, porque senão, eu vou estar destratando essa pessoa, eu vou estar perdendo a oportunidade de ter uma pessoa riquíssima ao meu lado, e não riquíssima financeiramente, mas de vida, eu vou estar restringindo as minhas interações sociais e isso foi muito interessante, porque elas fizeram uma série de perguntas, foram muito delicadas, é...principalmente na ONG Igualdade, tem uma série de gays enfim, de...lésbicas não, mas mais os gays masculinos e nas suas variantes, os transgêneros, os transsexuais, e elas foram muito delicadas, como se elas fossem as entrevistadas no caso, com todo o cuidado pra não ferir, porque na verdade é isso, as pessoas já estão tão cansadas de serem discriminadas, a porrada é tão grande, que qualquer pergunta já faz com que tu revides com toda a tua raiva e lá, elas acharam fantástico, o pessoal da Igualdade, disseram ah, a gente nunca pensou que pudesse conversar com vocês, mulheres negras falando das nossas questões e conhecendo também as questões de vocês, e eu acho que esse é o grande barato, acho que isso é uma coisa legal do projeto, que possibilitou assim, essa interação e uma interação com... a gente tá exercitando o nosso olhar, o nosso olhar de diversidade, o nosso olhar de respeito, eu não sou, mas eu não vou desrespeitar quem é, eu vivo numa sociedade que me discrimina, então porque eu vou discriminar, porque nós vamos oprimir, se nós somos oprimidas, então isso foi muito interessante. Lá na outra ONG, também, o grupo SOMOS, foi legal pra eles terem uma visão dos projetos que forem desenvolvidos, isso é uma coisa bacana, até porque na Restinga elas têm contato com travestis, então foi muito bacana essa conversa, porque elas acabam também entrando naquela coisa, as lésbicas são chamadas de MMs lá na Restinga, então as gurias riam bastante, então isso foi muito interessante, mesmo sabendo que a gente tem as nossas derrapadas.

P - Em relação à articulação de mulheres negras, o que que isso significa pra ti, a gente viu o programa, ouviu o programa das mulheres negras, e tem essa série de instituições pelo Brasil, que trabalham com mulheres negras e que não têm essa visibilidade, como é que tu vê isso?

R – Olha são coisas diferentes, porque assim, a gente vê, no primeiro ponto, na pergunta, eu sou muito jovem, então em determinados momentos eu me sinto muito, não digo fragilizada, mas não me sinto segura, pra uma série de coisas, na verdade assim, as coisas têm vindo de uma forma muito rápida e essa rapidez faz com que eu tenha que me deparar com situações, mas aí eu fico pensando até que ponto a gente tá preparado nessa vida, pra encarar as coisas...e conviver com...conhecer as pessoas, ao mesmo tempo que te dá aquele impacto de, meu Deus, e agora, o que que eu vou falar, sempre passa isso pela cabeça, de repente alguma coisa que tu estás falando, tu estás sendo testada, observada, avaliada, isso é o meu sentimento, é o sentimento que eu tenho, em compensação, também, eu vou vendo que se trabalha muito no terceiro setor com aquela coisa dos nomes, dos grandes nomes, tipo,

lá, o Gilberto Dimenstein, nossa, só que aí quando tu vai tendo contato com as pessoas, as máscaras vão ruindo, em determinados momentos a gente se decepciona porque a gente espera mais da pessoa, em outro momento eu me sinto um pouco intimidada, em estar interagindo com essas pessoas...

P - Pessoas que estão na mídia?

R - É, ou pessoas que são expoentes do movimento, porque na verdade elas têm alguns momentos de visibilidade, e além disso, também eu vejo que é importante, é importante, sinto um peso muito grande, na medida em que muitas expectativas são colocadas, principalmente por parte dessas lideranças, então elas acabam esperam muito, algumas estão na faixa dos cinquenta, sessenta, e já estão cansadas, e foi um momento muito interessante da Marcha Zumbi Mais Dez deste ano, porque eu participei de algumas reuniões, e participei de algumas reuniões da cúpula, e aí tu vai vendo, vai te deparando, que são pessoas normais, de carne e osso, que cansam, que se estressam, que dedicaram uma série de momentos da sua vida, ou que hoje estão tendo alguns comportamentos que a gente vai vendo, de isolamento, isso é uma coisa que me assusta. Por exemplo, não é pra divulgar mas eu vou falar...por exemplo, a Sueli Carneiro, ela é uma pessoa assim, que elabora muito, ela é uma pessoa que hoje, por ter contato com o pessoal que é compadre dela e tal, é uma pessoa que está um tanto isolada do mundo, parece que ela desenvolveu uma espécie de pânico de sair na rua, então isso é uma coisa que eu penso poxa, não quero isso pra mim, e uma coisa que a gente acaba percebendo na militância, também, a tua vida acaba sendo reduzida demais em razão da questão política.

P - Mas tu achas que há uma atuação eficiente das instituições representativas de mulheres negras no Brasil, em relação à situação do país, a conjuntura nacional, a mídia, essas coisas?...

R - Isso, sim. Eu vejo que há um esforço pra ter. Por exemplo, as mulheres, como um todo, as mulheres negras, elas estão colocadas hoje em pontos estratégicos, por exemplo, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tem uma cadeira da articulação de mulheres brasileiras. Em órgãos do Governo Federal, existem mulheres negras, como existem mulheres trabalhando, assim como no controle social, existe uma retaguarda. Então, eu vejo que do ponto de vista estratégico e político...

P - Que controle social é esse que tu falas?...

R - O controle social é justamente participando de Conselhos e das ações mesmo de Governo.

P - Tu achas que tem um número maior de mulheres em cargos de comando, em cargos de liderança pública?...

R - Eu acho que sim...acho que sim...

P - Mas a desproporção continua?

R - Ah, a desproporção continua, evidente. A gente vê algumas infiltrações, brechas, algumas mulheres colocadas. E o controle social é justamente da conversa, com municípios, com Estados, com órgãos do Governo Federal, isso na verdade é uma agenda do movimento social, com todas as suas variações, existem cadeiras hoje, ocupadas por determinadas organizações da sociedade civil.

P - Que se articulou e se colocou?

R - Sim, esse é o controle social. Controle social, é quando tem, por exemplo, mulheres negras participando do Conselho de Direitos da Mulher, é estratégico pras organizações de mulheres negras estarem conversando com as secretarias municipais, estaduais, de saúde com o Ministério da Saúde, ou seja, elas estão colocadas em pontos que elas têm conversação direta, agora...efetividade política é outra coisa, até porque...

P - Há falta de políticas públicas em relação a isso?

R - Existem uma série de questões em relação a isso, sim. Tem muitas questões que são tratadas, acertadas, acordadas com a sociedade civil, e que, na hora, na efetividade não acontecem. E essa na verdade, é uma grande discussão que se tem no país, como um todo. Principalmente nessa gestão, que é uma gestão petista, que é uma gestão vinda, originária do movimento social, do movimento sindical, dos trabalhadores, e aí, vindo um série, uma gama toda, né...e essa é a discussão mais latente, hoje, de como o Governo tem se mantido afastado de suas metas, compromissos com a sociedade civil. Há pessoas da sociedade civil organizada que dizem que em Governos anteriores tiveram mais avanço. Por exemplo, falando do movimento negro, com as duas marchas que aconteceram em novembro, marcando os trezentos e dez anos de Zumbi dos Palmares, porque em 1995 teve uma marcha unificada que tomou Brasília com cerca de trinta mil pessoas. Cerca de dez anos depois, se reeditou a marcha, com duas correntes, amigas do movimento social, as disputas, e as duas tiveram reuniões com o Presidente da República, e entregaram uma série de reivindicações, isso falando de movimento negro, que é

onde eu estou inserida, agora, existem outros movimentos, outros setores da sociedade fazendo as mesmas reivindicações, sentando, olha aconteceu isso aqui, não vale, isso aqui não ta certo, e aí, como é que isso é encaminhado, né...então, é a sociedade agindo, é a sociedade ativa, fiscalizando, e lutando pra que isso seja implementado.

P – Voltando pro trabalho com as mulheres da Restinga e o projeto durou um ano e meio, como é que tu vê hoje, a realidade delas e no que que rendeu de contribuição pra elas o projeto?

R – É... a idéia é que ele tivesse um resultado maior, isso foi uma frustração. Maior no sentido...ele tinha sido pensado uma série de coisas e como projeto foi uma coisa que a gente teve que aprender, nunca sai como a gente pensa, como a gente concebe ele. Mas a proposta inicial era capacitar esse grupo pra interagir com a rádio comunitária, da comunidade. A idéia era que elas tivessem um programa semanal, que elas tivessem condições de ocupar os microfones, de uma forma bacana qualificada, efetiva, que não fossem coagidas por outros grupos da comunidade, que tivessem força. A rádio da comunidade, no fim, ela acabou tendo uma série de problemas, aí também por uma coisa que hoje está colocada no país, que é que as dificuldades são colocadas pelos meios de comunicação de massa, o cumprimento da lei de uma forma exacerbada em detrimento da ação comunitária então, inicialmente, a idéia era essa. A gente fez também uma interação com a escola de samba, lá da Restinga, a idéia era que a gente pudesse ter um informativo...e a idéia era fazer o programa pra concorrer ao prêmio Palmares, no qual ele foi vitorioso. Então, nesse sentido assim, é...a idéia era que elas pudessem ser multiplicadoras, e que elas pudessem envolver outras mulheres negras nisso, e que pudesse ter, enfim...que a gente pudesse estar em outras esferas, porque a comunicação é tudo na vida da gente, a gente nasce e morre se comunicando, e...não deu certo isso...isso é uma coisa assim...chata. Mas ao mesmo tempo, eu vejo que pra elas teve um crescimento pessoal muito importante, em que sentido, no sentido de terem discutido uma série de questões, terem aberto a visão das possibilidades que elas têm hoje, da respeitabilidade, de não serem enganadas, a gente teve uma série de conflitos com ONG e elas tiveram uma outra postura, uma outra visão, e eu acho que isso é o bacana, assim, né...independente de não terem dado certo as outras idéias mas, eu acho que na verdade se conquistou uma outra coisa que tinha sido pensada, mas não com tanta intensidade, de o quanto isso teria um impacto na vida delas. Então, eu sei que de certa forma foi dada uma contribuição importante, pra que elas pudessem recuperar a sua auto-estima, não que elas não tivessem, mas que a ação da discriminação vai tolindo, vai limitando bastante, e além disso de elas verem que elas têm um potencial ilimitado, eu acho que isso é uma coisa importante, a gente vai pra qualquer lugar, por qualquer situação, também, porque tu sabe que tu vais conseguir vencer, então acho que isso é uma marca importante.

P – Na tua história pessoal, de uma mulher negra que cresceu numa família com essa origem, com essa etnia...o que tu trazes, que tu aprendeste para aplicar e tens aplicado na vida e com as pessoas?...

R – Bem, na minha família a questão racial não era muito discutida, na verdade ela era discutida, na verdade ela era discutida, comentada, mas de uma forma...

P – velada?

R – Não velada, mas assim, em razão dos estereótipos negativos que a gente tem, que a gente conhece. É... eu tive uma tia que ela sempre foi muito assertiva, que sempre teve muita auto-estima negra, e isso foi uma coisa muito bacana, e eu assim...passei por vários conflitos de identidade racial, no meu período escolar. E, com o tempo, eu comecei a me antenar mais pra algumas coisas, e foi muito interessante, porque aí foi voraz, parecia assim, que eu tava com a boquinha querendo comer tudo o que vinha pela frente, ah...que aí quando a gente começa a ter acesso às informações, a repensar e a reelaborar uma série de coisas, nossa, parece assim, que foi um despertar assim, pra vida, né...e isso foi é...por volta de 97,98, aí depois logo em seguida eu entrei na faculdade, já tava entrando, e isso foi, na verdade, na época que eu tava fazendo pré-vestibular, tinha uma bolsa no Universitário, e eu tava estudando e tinha um professor de História, que era judeu, e ele começou a falar da historia do Brasil e tal, da escravidão, e ele começou a falar de uma forma absolutamente diferente de tudo que eu tinha ouvido na minha vida, eu acho que eu tinha mais uns dois colegas negros na minha turma, parecia que ele falava tudo olhando pra cara da gente, tipo, ah acorda assim e tal...e isso foi um negócio doido, tu vai ter acesso às informações num cursinho vestibular e tal...e eu comecei a me ligar e comecei a me interessar muito pelo assunto, e comecei a me reconectar. E me reconectar determinou muita coisa importante, eu já tinha feito a minha escolha profissional antes, mas acabou abrindo um nicho que depois da faculdade foi mais explorado, e também eu conhecer muitas pessoas, pessoas mais velhas do que eu e

isso também significa muito de ter tido contato com outras pessoas, e de ter uma outra visão também, e foi muito interessante ter trazido isso pra minha realidade de vida e como isso começou a se multiplicar também e essa questão começou a ser mais discutida dentro da minha casa também e aí acaba não tendo e isso faz com eu acabe não tendo aquela...aquela...crítica ou pensamento ou posicionamento mais radical de achar que como é que um negro pode não pode ter isso pra si, porque a gente vive num sistema que sempre fragmenta, que sempre fragmentou toda a nossa identidade, então como eu custei muito também pra me apropriar disso, eu consigo entender porque, quais são as razões que impedem isso e o quanto isso é perverso e aí eu comecei a me fascinar, comecei a achar que todo mundo tinha que saber disso, comecei a ficar muito chata, comecei a achar que todo mundo vivia em um outro mundo. E aí foi bacana cruzar com o jornalismo, porque eu comecei a pensar de como o jornalismo podia expandir isso, e expande. E foi trazendo uma série de coisas, de aceitar a estética, os costumes, a tradição, de entender, de ter mais curiosidade, de desvendar o mundo que não é trazido pra gente, não é trazido de uma forma espontânea, então a gente sempre tem que fazer uma busca, e todas as pessoas, na verdade, quando são reconhecidas elas tiveram que buscar, nada foi natural, no Estado assim como o nosso que a gente vê a exaltação da ancestralidade das outras etnias, tu vai vendo que a nossa não vem de uma forma natural, a gente é que tem que buscar, é um outro movimento, e na verdade, nós negros, negras, a gente faz outros movimentos nesse país, a sobrevivência, são sempre movimentos contrários, ao que já está estabelecido. Então, isso também faz com que a gente perceba que precisa sempre estar traçando estratégias e isso é positivo, pra um determinado lado, na verdade eu acho tudo isso não deveria acontecer. E.. é muito bom poder ver que mesmo numa conversa eu posso estar trazendo lá um outro cenário que antes a pessoa não tinha pensado, ou de estar fazendo discussões mais aprofundadas, quando vêm argumentos bem superficiais e também tem muitas oscilações dos sentimentos, isso é uma coisa que é bastante complicada.

P – Tu achas que a mídia pode contribuir pra romper um pouco esses padrões, eu ela está absolutamente atrelada a um esquema que não tem volta?

R – Eu acho. Eu acredito em algumas coisas, eu acredito que a formação profissional é tudo, é uma...uma formação mais humanista, porque assim, essas cabeças que estão aí colocadas acho que dificilmente vão ter estratégias, antes eu achava que as coisas tinham que ser mais imediatas, só que elas acabam não sendo, então acho que a formação do profissional focada numa visão mais humanista, mais aberta, acho que isso é uma coisa que vai possibilitar uma transformação, acho que também, eu li um artigo do Ali Kamel, que é o diretor de jornalismo da Globo, o cara é absolutamente contrário ao Estatuto de Igualdade Racial, que focaliza algumas questões na mídia, e vem com uma visão absolutamente reacionária, discriminatória, de uma pessoa que está numa situação de privilégio, que não quer largar, que esses grandes veículos estão na mão dessas pessoas. Eu penso que, o papel do profissional, nesse sentido ele é importante, na medida em que ele pode estar trazendo à tona uma outra abordagem. Mas discutir isso dentro de uma redação eu não sei como é que deve ser, porque eu nunca trabalhei, fiz estágio uma época, mas era num caderno, então não tinha contato com outros colegas, então não tinha essa coisa de elaborar, e tal...Mas eu acho que isso deve ser muito complicado trazer essa discussão pra dentro de uma redação, porque eu acho o jornalista é um ser muito vaidoso, acho que as suas posições são sempre as certas, tem uma dificuldade de revisar as suas posições. Então, pessoas como essas, tipo Ali Kamel, pessoas donas de grandes veículos dificilmente vão mudar, porque eles estão sendo privilegiados, numa situação aí...

P – O que poderia mudar: a perspectiva da questão social, voltada pra o uso dos meios de comunicação, ou outro tipo de coisa?...

R – Eu acredito que tem muitas coisas que precisam ser feitas juntas. Eu acho que deve ser focalizada a questão da mídia comunitária, e da mídia comunitária buscando justamente com que as lideranças comunitárias se abram ao ter contato com a rádio, com o jornal de bairro, com a tv comunitária, não reproduz o que os grandes meios fazem, acho que aí não tem sentido isso. Outra coisa, eu acho que é formação do profissional, acho também que é uma postura mais assertiva, por parte do governo que concede, faz a concessão pública, da sociedade, que a sociedade civil tenha mais força, que consiga mobilizar a sociedade, a massa, eu acho que tem muitas coisas aí colocadas e que envolvem aí diferentes agentes em diferentes posições, porque colocar essa questão na mão do dono da empresa, do repórter é muito simplista, porque a gente sabe que a mídia sobrevive de audiência, de tiragem, de publicidade, então, a gente vai vendo que toda a sociedade tem que estar envolvida nisso, se a gente quer

uma mídia melhor a gente também tem que melhorar. Eu tenho que ser mais crítica, tenho que dizer, ah isso aqui não serve, então eu vou boicotar isso mesmo, eu vou escrever pra lá, eu sou mulher negra, mas eu não gostei da matéria que ta focalizando a questão da homossexualidade, que ela é absolutamente discriminatória. Eu tenho que aprender a falar, evidente que eu tenho que tratar das minhas questões específicas porque eu sou sujeito disso, mas eu também tenho que estar interagindo com outros meios, com os outros setores. E quando tu fizeste a pergunta sobre a visibilidade das organizações, é como tudo no nosso país, as organizações negras vão ter uma visibilidade no período do treze de maio, ou do vinte de novembro, as escolas de sambas vão ter na época do carnaval assim como os esotéricos vão ter no fim do ano. O cientistas políticos no período eleitoral... então a gente tem um calendário colocado, e isso é ruim, porque acaba enfadando as pessoas, tudo é muito previsível, o agendamento, isso é muito chato, porque impossibilita a criatividade, ah ontem eu vi uma matéria sobre drive - thru, eu achei o máximo o jeito que ela construiu a matéria, que ela tava no carro da empresa, e foi indo em vários lugares, é uma outra mentalidade, é um outro fazer que na verdade nós jornalistas temos que exercer da nossa criatividade. E a criatividade...não a criatividade pela criatividade de ter que fazer tudo sempre diferente, mas por que não fazer de uma forma...uma outra abordagem, discutir melhor, mas aí a gente vai entrar numa discussão que é falta de grana, enxugamento nas redações, aquela pressão, três quatro pautas pra fazer, sabe, então acaba sendo tudo muito empobrecido.

P - A questão também, principal, é a do próprio interesse público, como é que a mídia agenda o interesse público?

R - O interesse na verdade, é o objetivo do trabalho...sempre, ah não, nós trabalhamos e temos que focar o interesse público, mas que público é esse?...que interesse é esse...o interesse é privado, a gente sabe disso...e o público, na verdade acaba se contentando com o interesse privado. Ele não se vê, na verdade é uma questão cultural nossa mesmo, na verdade eu nem sei se é só nossa. Porque eu tava vendo aquele programa o Roda Viva, estavam entrevistando a Andréa Boni, eu nem sei qual é o sobrenome dela, trabalhou anos na CNN, e ela estava fazendo exatamente essa discussão. O público hoje ele quer, dita uma série de coisas que acaba oprimindo ele, que acaba criando uma série de desvantagens pra ele, será que, até que ponto isso ta na mão das empresas, ta na mão dos profissionais, ta na mão do público, sabe, então tem muitas coisas aí que elas estão perdidas, mas na verdade o interesse não é público. O interesse é privado e o público não se apropriou do que realmente é ser público, não se apropriou, não é nem se apropriar, não compreende, eu não compreendo é...que eu tenho que ter um transporte de qualidade, que eu tenho que ter uma saúde de qualidade, que isso não é um favor, que o Estado não está sendo bonzinho comigo, eu pago imposto, logo eu tenho que ter isto. Assim como eu não entendo também que a mídia é uma concessão pública. Se é pública, eu também tenho o direito de opinar, ela tem que me ouvir, então na verdade a gente não exerce o nosso papel de cidadão e de cidadã, e na verdade faz com que tudo seja ditado e favoreça quem ta na crista do poder, os grupos aí que são privilegiados por essa falta de compreensão. Olha só, Neusa, tem muitas crises colocadas, tem muitas coisas que a gente pensa, discute, elabora, acredita, mas aí depois na hora de pôr em prática, os vícios são muitos e a gente não consegue avançar. No caso, mesmo, do Movimento Negro...tem uma crise aí aberta, de facções, de grupos que não conseguem...trazem a questão para o pessoal, e as questões coletivas ficam em segundo, terceiro, ponto de prioridade...tem uma grande discussão colocada, que a gente sabe, ah mas as ONGs ganham dinheiro do exterior, e no fim, é cabide de emprego, criticam o Governo por criticar, mas essas ações são ações que quem tem que assumir de fazer é o Estado, tem muitas discussões que não estão sendo discutidas como elas deveriam ser. É muito complicado, dentro do movimento feminista tem todos os seus conflitos que também a gente sabe e, levando isso pras comunidades a gente vê que elas são absolutamente assediadas por tudo, sempre forma muito assediadas, e hoje, enfim, os partidos políticos estão totalmente representados, o Movimento Comunitário está completamente sufocado, então assim...qual é a perspectiva que a gente tem realmente...eu não sei. Porque se não se recuperar a essência do que veio, pra que veio, pra que serve, pra quem quer envolver, ou vai brigar, vai lutar...fica uma coisa absolutamente vazia. Hoje, na verdade, eu penso isso. Eu fico muito é...porque aí na verdade a gente acaba vendo, independente dos setores em que as pessoas estão colocadas, acabam reproduzindo um sistema. Sempre é assim, lá no Movimento Comunitário tu tens uma situação colocada que tu vais ver que é a produção do sistema, no Movimento Negro eu vou ver isso, no feminista, igual, são as históricas querendo bater as novas, não querendo falar com um grupo de mulheres, aí tem os rachas, e aí tu vai tendo assim, meu Deus, que bagunça é essa, por-

que é muito complicado, e fica muito complicado pra gente enquanto idealista, porque acabamos sendo idealistas, é tu vendo qual é a tua opção, qual vai ser o meu projeto em relação à isso que está colocado, né... (fim da fita)

**APÊNDICE 03:**  
**Relatórios da Análise dos Dados**  
**Aplicando o DSC – Método do Discurso do Sujeito Coletivo**





**ANEXO 01:**

***Projeto Reaprendendo a Comunicar, a  
Voz das Mulheres Negras do Gueto pra fora  
Relatório Final***

## **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora**

---

ISABEL CLAVELIN<sup>152</sup>

Fundamentais para a formação política, econômica e cultural brasileira, as mulheres negras foram as principais vítimas do regime escravagista, que vigorou por quase quatro séculos no Brasil. Além da exploração da mão-de-obra africana e afro-brasileira, esse sistema perverso – calcado no racismo, sexismo e expropriação econômica – baseou-se na violência sexual, física, psicológica e tentativas de aniquilação dos saberes das mulheres negras. A própria mestiçagem exaltada por intelectuais racistas como Gilberto Freyre, cuja obra arraigou no imaginário coletivo a falácia do mito da democracia racial, se deu pela violação sexual, a qual eram submetidas desde a infância até a idade adulta.

No pós-abolição, as mulheres negras foram vitimizadas pela falta de políticas públicas para inclusão social e exerceram um papel decisivo para sustentabilidade das famílias negras. Desprovidas do acesso à educação, encontraram no trabalho doméstico a oportunidade de geração de renda, tornado-se precursoras das incipientes idéias feministas. Ou seja, antes mesmo das mulheres não-negras reivindicarem inserção no mercado de trabalho e participação política, as negras já eram trabalhadoras remuneradas, ocupavam posições estratégicas em irmandades, comunidades de terreiros, sociedades e em espaços políticos como na Frente Negra Brasileira e Teatro Experimental do Negro, na década de 1930.

Nos anos 1960 e 1970, a figura da mulher negra é exportada como símbolo sexual, explicitando a faceta de uma sociedade machista, racista, utilitarista da imagem feminina e violadora dos direitos sexuais e reprodutivos. Em meados dos 1980, surge o movimento de mulheres negras brasileiras, fazendo uma interface da luta anti-racista com a bandeira feminista. Essa articulação nasce justamente da dificuldade de diálogo com o movimento negro e feminista, ambos resistentes às questões pertinentes às mulheres negras.

Ao longo da década de 1990, organizações de mulheres negras incorporaram a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, denunciando o crescimento da infecção do HIV/aids entre a população negra, invisibilizada em campanhas de conscientização e políticas de saúde na área de prevenção. Mais que denúncia, entidades formadas por mulheres negras criaram mecanismos de controle social e negociação política, a fim de criar melhores condições de vida para seus pares.

A potencialização de lideranças feministas negras e sua capacidade de negociação originou, no processo preparatório da III Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerância Religiosa, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, a constituição da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Findo o evento, essa entidade manteve-se na vanguarda do movimento social brasileiro, ocupando cadeiras em fóruns, conselhos e es-

---

152 Jornalista, colaboradora de entidades e publicações do movimento negro e de mulheres negras, especialista em Comunicação para o Terceiro Setor pela PUC-RS em razão do investimento de parte dos recursos da bolsa do programa GRAL – Gênero, Reprodução, Ação e Liderança, turma 2004, da Fundação Carlos Chagas.

paços privilegiados do ponto de vista de negociação direta com organismos governamentais com abrangência nacional e internacional.

Essa reflexão resgata o tratamento dispensado pela sociedade brasileira desde o seu surgimento até a contemporaneidade às mulheres negras, a urgência de iniciativas que estimulem o seu empoderamento efetivo e condições para o exercício de uma vida digna, além do notável trabalho de intervenção política que possa realmente iniciar um processo de inclusão desse segmento representativo histórica e numericamente da população brasileira.

Num universo de, aproximadamente, 36 milhões de mulheres negras, a situação é agravada pela baixa qualidade de vida, dificuldades de oportunidades e valorização profissional, escolarização e saúde, visto a concentração desse grupo em grandes centros, o que corresponde a 22% da população brasileira urbana, sobretudo nas periferias em meio à violência potencializada pelo tráfico de drogas, violência doméstica, extermínio da juventude negra, desrespeito aos direitos sexuais e vulnerabilizadas pela ação das discriminações de raça e gênero.

Nesse contexto, o projeto Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora objetivou o desenvolvimento de ações de ressocialização, discussão política, fundamentada na promoção dos direitos das mulheres, reflexão étnico-racial e das relações de grupos voltados à organização e participação comunitária, além do enfoque na democratização da informação através do exercício da comunicação comunitária. O trabalho tem como grupo sete mulheres negras, parte do projeto Mulheres Negras Multiplicadoras em Prevenção as DST/Aids, vinculado à Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN, que atua na comunidade do bairro Restinga, periferia de Porto Alegre (RS), desde 2001.

Para tanto, foram realizadas 36 oficinas, no período de nove meses, ocorrendo às quartas-feiras, das 14h30 às 18h, nas dependências da escola de samba Estado Maior da Restinga, fundada em 1977. Essa ação educativa constituiu-se das seguintes etapas:

**1ª Fase** – Discussão de questões subjetivas e coletivas, debate sobre temas contemporâneos e atualização conceitual (identidade individual e coletiva com atenção às especificidades de gênero, raça, geração e liberdade sexual; reflexão sobre cidadania, direitos humanos, organização e participação comunitária, direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica) – Período: Julho a Agosto 2004;

**2ª Fase** – Preparação para produção de ações em comunicação comunitária (História da imprensa e do rádio no Brasil, contextualização política de iniciativas de comunicação comunitária, reflexões sobre a relação dos veículos de comunicação de massa e as comunidades, estudo dos gêneros radiofônicos e funções (produção, reportagem, redação, locução e edição), técnicas de entrevista e reportagem) – Período: Setembro a Outubro 2004;

**3ª Fase** – Pesquisa e ações de comunicação comunitária (pesquisa na comunidade da receptividade de informativo de escola de samba e produção de programa radiofônico) – Período: Outubro 2004 a Janeiro 2005;

**4ª Fase** - Inclusão digital e fomento à comunicação interpessoal (curso de informática (windows, word, excel, internet) e Desinibição, Dicção e Oratória, certificados pelo Senac Comunidade) – Período: Janeiro a Junho 2005.

Dentre as atividades desenvolvidas, cabe destacar as vivências, dispostas por meio de visitas a espaços culturais, intercâmbios com ONGs e apresentações do projeto na academia para estudantes do curso de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo no Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo (RS), e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS), a convite da Profª. MS Neusa Ribeiro, integrante da Rede Mulheres do Rádio, a qual está apreciando o presente projeto em sua tese de doutorado na Unisinos juntamente com a experiência das Promotoras Legais Populares, projeto mantido

pela Themis Assessoria Jurídica, sediada em Porto Alegre (RS), tornando-se uma colaboradora essencial para o êxito dessa ação junto ao grupo de mulheres negras. Ainda no meio acadêmico, firmou-se parceria com a Rádio da Universidade, mantida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, para gravação e edição dos programas de rádio.

No campo da comunicação comunitária, foram bem sucedidas a cobertura do grupo do projeto **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora** no evento Lai Lai Apejo III – Seminário Internacional de DST, HIV, Aids e Saúde da População Negra, promovido pela ACMUN, em dezembro de 2004, em Porto Alegre (RS), em parceria com a Rádio Comunitária RDC, na qual foram realizadas entrevistas com as/os participantes do evento, somando-se a essa iniciativa a participação no I Prêmio Palmares de Comunicação, promovido pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura em parceria com a Fundação Universitária de Brasília, no qual o grupo foi agraciado com premiação na categoria rádio com o programa “A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora”, sendo o único projeto vencedor nas categorias rádio e vídeo da Região Sul do Brasil.

Outra ação que vale evidenciar refere-se às atividades vivenciais, que propiciaram a inclusão social das mulheres negras participantes do projeto na programação cultural e política de Porto Alegre, como segue:

- Mostra de Arte Africana Negra (identidade étnico-racial) – Galeria Bublitz, julho 2004.
- Exposição de Cultura Indígena (identidade étnico-racial) – Memorial do Rio Grande do Sul, julho 2004.
- Festival da Diversidade Cultural / Mostra de Curtas-Metragem (liberdade sexual) – Santander Cultural, agosto 2004.
- Mostra Arte Digital e Novas Tecnologias (arte/mídia/tecnologia) – Santander Cultural, agosto 2004.
- Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (análise de jornais antigos em relação a retratação da mulher e negritude) – setembro 2004.
- Visita a redações da Rádio Gaúcha AM e Diário Gaúcho (produção em veículos de comunicação de massa) – setembro 2004.
- Ida ao cinema / filme Olga – Cinema Shopping João Pessoa, setembro de 2004.
- Feira do Livro de Porto Alegre (aquisição de publicações/inserção num dos principais eventos da cidade) – outubro 2004.
- Intercâmbio com as ONGs Igualdade (travestis, homossexuais e transgêneros) e SOMOS Comunicação e Sexualidade (liberdade sexual/lésbicas/gays masculinos e bissexuais) com registro de entrevistas feitas pelo grupo – outubro 2004.
- Semana da Consciência Negra (identidade étnico-racial/palestra no Tribunal de Justiça do RS e programação cultural no Largo Zumbi dos Palmares) – novembro 2004.
- Intercâmbio com a ONG Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras (violência doméstica/gênero/raça/ações educativas com adolescentes e mulheres negras e não-negras) com registro de entrevistas feitas pelo grupo – dezembro 2004.
- Fórum Social Mundial 2005 (diversidade sociopolítica) – janeiro 2005.

Ainda no projeto **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora** foi desenvolvida uma pesquisa, a qual foi aplicada com diferentes grupos (raça, gênero, idade, liberdade sexual) da comunidade do bairro Restinga, para criação de informati-

vo para a escola de samba Estado Maior da Restinga. A publicação chegou a ser formatada, no entanto está sob análise de viabilidade de conquista de parcerias para sua execução e distribuição ao público. Também está em fase de finalização, a edição da série “Roda de Papo na Tinga” composta por programetes radiofônicos sobre Raça, Violência Doméstica, Juventude da Periferia, Homossexualidade, Participação das Mulheres na Vida Comunitária, Geração de Renda e Saúde Pública com entrevistas de moradores/as sobre a sua opinião e vivência em relação às temáticas propostas.

Desde o seu início, o projeto **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora** configurou-se numa experiência extraordinária para o grupo, devido a sua intensidade de realização de ações e estímulo a expressão e posicionamento político, e para a bolsista pela possibilidade de imersão e conhecimento de uma outra realidade vivida pela população negra na periferia. Aliás, cabe ressaltar que essa ação educativa pautou-se no diálogo sincero e harmônico entre ambas as partes, cujas descobertas do universo feminino negro provocaram transformações subjetivas e, sobretudo, a constatação da necessidade de projetos focados na inclusão social, política, econômica e cultural das mulheres negras para exercício da cidadania e controle social como reparação de uma dívida histórica brasileira.

## Uma fantástica imersão pelo universo feminino negro

*Isabel Clavelin*

Ao dedicar-me durante 14 meses (abril 2004 a junho 2005) ao projeto **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora** experienciei, quizá, a mais inusitada imersão pela história das mulheres negras brasileiras que poderia ter oportunidade de vivenciar, a partir do contato direto com aquelas que personificam dados socioeconômicos e pesquisas científicas, que comprovam a cruel realidade de discriminação de raça e gênero no Brasil. Neste período, o trabalho de campo gerou a proximidade com a história de mulheres negras reais, que driblam as adversidades cotidianas da falta de dinheiro para alimentar suas famílias, o desânimo pela busca por um trabalho e renda dignos, a dor e o pranto da morte precoce de familiares envolvidos/as com o tráfico de drogas, e que mesmo assim não titubeiam em exibir um franco sorriso na esperança por dias melhores.

Mais do que uma intervenção social, pesquisa ou investimento na pretensa liderança que venha a exercer, o programa GRAL oportunizou a consolidação da identidade de gênero e raça, antes em formação, além de propiciar uma descoberta pessoal impagável da contribuição direta que pode ser ofertada seja por meio de uma escuta ativa ou da sensibilização aos dramas vividos diariamente pelas mulheres negras da periferia, oprimidas pelo sistema e marcadas com maior intensidade pela crueldade das desigualdades desencadeadas por um país, que ocupa as primeiras posições no ranking de concentração de renda, extermínio de juventude e violência doméstica.

Ao passo que foi cristalizada a relação de confiança do grupo com a bolsista, foi possível verificar uma troca de confidências por meio de depoimentos instigados pelas atividades propostas nas oficinas. Em diversos momentos, as conversas revelaram situações comuns, sentimentos semelhantes a ponto de se constatar uma fraternidade que extrapola a cor da pele, ao mesmo tempo que gerava um alento por não ser uma sensação individual. Talvez seja essa a energia motriz de ativistas sociais e lideranças comunitárias, que por compartilharem trechos de histórias de vida engajem-se na luta por um mundo mais justo, solidário e humano.

Através dessa imersão pelo universo feminino negro, deparei-me com situações difíceis como no dia em que uma das participantes interrompeu uma pré-edição de entrevista dividindo seu tormento e impotência de ação para retirar seu sobrinho de 16 anos do tráfico de drogas. Naquela ocasião, refleti sobre as agruras da vida daquela mulher negra forte, chefe de família, doce, desempregada, sonhadora, voluntária de projeto social, determinada, irmã de dois presidiários e de uma finada vítima da aids. Era um domingo de outono, final de abril de 2005. Um domingo que iniciara alegre, mas que terminava cheio de interrogações. Prevendo o desfecho, limitei-me a ouvi-la e prestar apoio naquele tenso instante. Três semanas após, o rapaz negro de 16 anos fora assinado com um tiro na cabeça por colegas, que roubaram suas roupas a ponto de não ser encontrada uma peça sequer para ser usada no funeral. A mesma situação ocorrera no mês de março de 2005 com outra participante do projeto: sua sobrinha de 14 anos, também negra, fora assassinada com seis tiros na cabeça devido ao repasse de informações para grupos rivais. Essa jovem negra, futura mulher negra, faleceu num período em que a comunidade Restinga tornou-se um verdadeiro campo de execuções juvenis.

Apesar de serem momentos de profunda tristeza e revolta, essas mulheres negras mostraram-se absurdamente fortes e lutadoras para tirar seus parentes do caminho da morte. E mesmo com a tragédia consolidada não perderam o brilho no olhar, o gosto pela comunidade em que foram criadas nem o sonho de mudar a realidade pessoal, familiar e da vizinhança. Profundamente marcadas pela vida e vítimas de violência doméstica, essas sete mulheres ne-

gras ensinaram-me muito mais do que pude fazer através do apontamento de novos horizontes.

Ao desenvolver um trabalho social numa comunidade como a do bairro Restinga, mergulha-se numa realidade sofrida e simultaneamente bela pelo real comprometimento e interesse das pessoas em realizar ações conjuntas e essencialmente solidárias. Essa lição está distante de bancos escolares, literatura e debates acadêmicos. A riqueza humana, sem demagogia, está reservada na simplicidade de mulheres negras aguerridas chamadas Ionete, Geneci, Caroline, Gisele, Sabrina, Carmen e Fátima. Mulheres negras que precisam de oportunidades para mostrar talentos, vencer barreiras e de forças para enfrentar a luta diária pela sobrevivência.

Nesse cenário descrito, o projeto **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora**, da turma 2004 do GRAL, alcançou mais do que os objetivos apresentados no Seminário de Apresentação: potencialização da liderança comunitária; participação em espaços políticos da comunidade; elaboração e reflexão crítica das relações de gênero, étnico-racial, direitos sexuais e reprodutivos; intensificação do controle social e produção na área de comunicação comunitária. Os resultados relevantes são de caráter subjetivo, em que essas mulheres negras despertaram para a importância das suas opiniões, manifestação de seus sentimentos independente de agrado ou não ao/à interlocutor/a, resgate da autoestima, diálogo com ativistas e lideranças de movimentos comprometidos com a liberdade sexual e luta anti-racista e sexista, além de serem incluídas e/ou exercitarem a participação na vida cultural e política da cidade em que vivem.

Mais do que se apropriarem do processo de produção de comunicação comunitária ou de aprenderem novas tecnologias, essas mulheres negras foram valorizadas pelo programa e descobriram a necessidade de se valorizar individual e coletivamente. Esse constante exercício propiciou uma mudança de visão de mundo e nas relações com outros indivíduos, a ponto de perceberem o quanto é necessário conquistar, cobrar e envolver-se em iniciativas que vissem o resgate da cidadania.

Essa vivência contribuiu para a troca de experiências e conhecimento entre mulheres negras, constituição de um grupo de trabalho crítico e atuante na democratização da informação, incentivo para concretização de projetos e sonhos pessoais e coletivos, além de fortalecer os vínculos entre o grupo de participantes do projeto e outras mulheres negras da comunidade. Pessoalmente, o programa GRAL colaborou substancialmente para a conquista de uma titulação acadêmica associada ao tema desenvolvido no projeto **Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora**, decisiva para o sucesso das atividades realizadas no período de 14 meses, cujo trabalho científico registra essa experiência e será disponibilizado, assim que concluído, para a Fundação Carlos Chagas.



**ANEXO 02:****Lei Brasileira das Rádios Comunitárias**

## **Rádio Comunitária: Legislação**

### **LEI Nº 9.612 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.**

#### **Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais.

Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações na operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

- I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;
  - II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do serviço;
  - III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;
  - IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;
- Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:
- I - advertência;
  - II - multa;
  - III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

**ANEXO 03:**

**Matérias para o boletim Informativo 'Piloto' da  
*Escola de Samba Estado Maior da Restinga***

## O vitorioso retorno ao Grupo Especial

*Por Carmen Lúcia da Silva*

A volta ao Grupo Especial foi uma motivação extra para a Tricolor da Zona Sul. Com a garra que lhe é característica, a Estado Maior da Restinga foi a primeira escola do Grupo Especial a desfilar na passarela do Complexo Porto Seco, levando 2,4 mil componentes e o sonho de brigar pelo título. O trabalho da escola foi reconhecido pelo júri e consagrado com o campeonato. “Demonstramos nossa força, união e garra. A Restinga tem competência e capacidade. Mostramos nossa vontade de ganhar”, diz Hélio Garcia, presidente da Estado Maior da Restinga com contrato até 2009.

Com o samba-enredo *O Enigma de Todos os Tempos, a Estado Maior da Restinga Pergunta: Que Mistério é Esse?*, de autoria de Chocolate e interpretado por Sandro Ferraz, a escola deu a volta por cima e aprendeu a lição com a queda em 2003. “Superamos a dor e conseguimos nos levantar rapidamente do susto”, lembra Helinho.

Para garantir a magia da festa, a Estado Maior da Restinga tem um custo de R\$ 300 mil captados junto à prefeitura, empresários e parcerias que a escola possui. Pelo fato de estar localizada no bairro mais populoso de Porto Alegre e com uma das menores rendas familiares, o presidente salienta a importância da escola acolher projetos sociais. “As pessoas estão enxergando a Estado Maior da Restinga como uma grande parceira. Queremos fazer ações voltadas às crianças e de interesse da nossa comunidade”, garante.

### Projetos

Todos os finais de semana, voluntários organizam torneio de futebol infantil na quadra. A brincadeira é levada a sério. O bancário Evandoir dos Santos, conhecido como Nenê, conseguiu doações para uniforme e materiais para a gurizada. “A quantidade de gente talentosa na Restinga é surpreendente. Pena que não dá para dar atenção a todos. São artistas que cantam música pra gente, crianças que têm grande potencial. Todo sábado quando venho aqui me sinto gratificado e vejo que o pagamento (retorno social) é imediato”, afirma Nenê.

A partir de março, a Estado Maior da Restinga firmou parceria com o Consórcio Social da Juventude. O projeto é mantido pelo governo federal e se destina à qualificação profissional de jovens de 15 a 24 anos. Outra iniciativa que está sendo tratada com a Fundação Lima Drumond, Senac Comunidade e Estado Maior da Restinga para oferecer cursos com valores populares de porteiro/zelador, manicure, pedicure e recreacionista.

### Títulos – Campeonatos

1982 – Grupo 2  
 1987 – Especial  
 1991 – Especial  
 1992 – Especial  
 1994 – Especial  
 1999 – Especial  
 2004 – Grupo 1B  
 2005 - Especial

## Os passos para a escolha de um tema enredo

Por Caroline Dilsson

Primeira etapa para mobilizar uma escola de samba, a escolha do tema enredo é resultado de pesquisa e trabalho duro. A temática Egito sugerida pela estudiosa Roseli Carvalho encantou o diretor de Carnaval e conselheiro, Jorge Alberto de Mattos, o famoso Mestre Kid. Ele incrementou o tema com a idéia de contar na avenida junto com as pirâmides egípcias, as construções nas Américas, de índios brasileiros e fazer uma crítica social sobre as desigualdades entre as classes.

Daí, o passo seguinte era convencer a Comissão de Carnaval sobre a originalidade do tema. Naquele momento, foram feitas adaptações, sugeriram mais idéias até ser formatado o teatro ambulante que fez sucesso entre os jurados no Complexo Porto Seco. Mas a coisa não é tão rápida assim. Depois de pronta a imagem da grande noite na cabeça, o pessoal discute a viabilidade financeira, montagem da história e compreensão do tema junto ao público.

Após é elaborado um texto com informações sobre o tema (relise), que é enviado a compositores. É feito um festival na quadra da escola, no qual é escolhido o tão esperado samba-enredo. Os próximos ingredientes do bolo mágico, como Kid define o carnaval, são desenhos e confecção das fantasias e alegorias e muito, mas muito ensaio para garantir uma bela evolução na terça-feira gorda.

-----

## As pirâmides contadas na avenida

Por Caroline Dilsson

Levar o enredo para a avenida não é tarefa fácil. A criatividade do figurinista e conselheiro da escola, Marcos Ceroni, deram o tom para a conquista do campeonato da Estado Maior d Restinga. “Tudo foi pesquisado minuciosamente. Comecei pelo Egito, a descoberta das pirâmides, passando pela América, pelo Brasil até os tempos de hoje, que são as pirâmides modernas contando a desigualdade social”, explica Marcos.

A crise financeira que abala as escolas de samba de Porto Alegre também influencia na confecção das fantasias e no espetáculo na passarela. Neste ano, todas as agremiações foram prejudicadas pelo atraso da liberação da verba um mês antes do carnaval. Isso acarretou na redução de mão-de-obra para 10 a 12 pessoas no barracão da Restinga, sendo que em anos anteriores a média era de 35 a 40 pessoas.

A saída é abusar da imaginação, usar material reciclado e buscar preços mais em conta. O figurinista destaca que são aproveitados arames, **cogunho** e espuma. Outros materiais são comprados em São Paulo porque a diferença chega a 100% com o vendido na capital gaúcha.



## A força feminina dentro da escola de samba

Por Geneci Ferreira

A participação das mulheres no carnaval e em projetos sociais na comunidade é uma dobradinha que dá certo. Alegria, leveza, formosura e consciência fazem parte do dia-a-dia das mulheres da Estado Maior da Restinga.

A jovem Ana Letícia (**sobrenome?**) carrega o pavilhão da Tricolor da Zona Sul e se desdobra como multiplicadora da Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN. Assim como a ritmista Carmen Lúcia da Silva, forma um time que leva informações sobre sexo seguro e distribui preservativos de casa em casa nas vilas da Restinga. “A falta de conhecimento faz com que as pessoas tenham mais chance de terem doenças sexualmente transmissíveis, HIV e aids”, afirma Ana Letícia.

A segunda porta-estandarte percebe que a mulher ainda é vista apenas como símbolo sexual. Ela chama atenção para o samba no pé, fantasia bem feita e atuação na avenida como elementos importantes para o carnaval e a evolução da escola.

Também dedicada à comunidade restinguense, Maria das Dores Abreu da Rosa, conhecida como Mariazinha, vive a paixão pelo mundo carnavalesco. Ela é coordenadora de ala e Promotora Legal Popular (PLP), projeto da Themis Assessoria Jurídica. Através do programa SIM (Serviço de Informação à Mulher), Mariazinha trabalha pela dignidade e auto-estima da mulherada. “Queremos mostrar a nossas companheiras de todas as gerações que podem viver sem violência física e psicológica do marido, namorado, pai, padrasto, tio, irmão, vizinho ou de um desconhecido qualquer”, avisa.

E a presença feminina percorre todos os espaços da escola. Na diretoria não poderia ser diferente. Lá estão Dona Iara, apelidada de Chatinha, e mais cinco mulheres. Mesmo sendo maioria, ainda prevalece a voz masculina nas decisões. Mas a mulherada segue firme e não se abate: persistem e querem mais.

-----

## Fantasia e emoção coletiva no show das alegorias

Por Ionete Corrêa

Vivendo há 30 anos na Restinga Velha, a técnica em contabilidade Neiva Lúcia Tavares Machado é diretora de alas da Estado Maior da Restinga. O fascínio é tanto que Pepina, como é carinhosamente chamada, não perdeu nenhum desfile e seduziu a família a participar desse caso de amor. Passando pelas alas Lilico, seguida por Euzídio, resolveu montar a Lambada, que já conta 15 anos de existência.

Durante a temporada de carnaval, o trabalho é árduo e desgastante. Os tecidos são delicadamente escolhidos e planejados. Pepina pega o cartão da balconista que a atendeu, uma amostra do tecido para dar padrão à fantasia e recomenda a parentes e demais integrantes da ala para que façam suas compras.

Mas o cuidado não pára por aí. “Ficamos em cima das máquinas fabricando chapéus e outras peças para montar as fantasias. Muitas vezes não temos tempo para comer, muito menos para dormir. Gosto do que faço e fico muito feliz quando chego ao resultado desejado”, conta.

Empolgada fala que seu sentimento quando chega na avenida é inexplicável, pois a emoção é grande. Pepina diz ser uma das primeiras mulheres a dirigir alas na Estado Maior da Restinga. Afirma que tem querer e que sempre opinou em tudo relacionado à escola de samba.

Junto da Estado Maior nos momentos de glória e tristeza, Pepina tem liberdade para dizer que o rebaixamento em 2003 e a vitória deste ano mostram a capacidade da comunidade e o respeito que a escola tem que ter com o povo da Tinga.

-----

## **Perfil**

### **A cria da escola que virou diretor de bateria**

*Por Caroline Dilsson*

José Augusto Pereira da Silva, conhecido como Mestre Guto, entrou na escola em 1988, acompanhando sua avó, baiana da escola. Desfilou na ala Claudino passando pela Cisne. Três anos depois da estréia na passarela, transferiu-se para a bateria mirim comandada por Robinho.

A passagem foi rápida e, em 1992, já estava na bateria principal tocando repique. Durante os seis anos em que atuou como ritmista, Guto fez oficinas de percussão para a gurizada que sonhava tocar e adultos que não tinham intimidade com os instrumentos.

Em 1999, foi segundo Diretor de Bateria a convite do falecido Mestre Irajá Guterres, que percebia o talento do jovem. No ano seguinte, Guto lançou-se à composição de samba-enredo, somando entre suas obras “Os Sete Povos das Missões”, em 2000, “Máscaras”, 2001, e “A Origem do Sapato”, em 2002, quando foi promovido a Diretor de Bateria. “A bateria é a alma de tudo, o coração. Nós somos uma máquina de fazer ritmo, de passar emoção e fazer com que as pessoas sintam a energia da escola”, reflete Guto

No ano passado, conquistou a premiação “Bateria Estandarte de Ouro”, fruto de um trabalho anual com 230 ritmistas. Guto dá a receita do sucesso: “A Restinga sempre teve uma característica de ser uma bateria pesada, firme e precisa. O meu espelho foi o Mestre Estevão. A linha do trabalho dele é que eu procuro até hoje dar continuidade”, desabafa.

## Direto e Reto

*Por Sabrina Corrêa*

### Sexo seguro – agora e sempre

Os postos de saúde distribuem gratuitamente camisinhas e pílulas. Todo mês são liberados 15 preservativos masculinos e uma cartela de pílula anti-concepcional. Em algumas unidades de saúde, é necessário fazer um cadastro através de consulta com ginecologista, médico/a ou enfermeiro/a. Na USB Restinga, são distribuídas 8 unidades de preservativo feminino. Caso alguém precise de uma quantidade maior do que a normalmente distribuída, é só falar com um/a profissional de saúde e explicar seus motivos.

Por que usar?

A coluna bateu um papo com a enfermeira Mauria Regina Gueira, da USB Restinga (**é isso?**). Veja o que ela nos falou: “Como há distribuição gratuita de preservativos masculino e feminino, a pessoa tem mais é que se cuidar. Não é só para evitar gravidez, mas doenças sexualmente transmissíveis. Algumas não têm cura como a aids e a hepatite C. Cuidar de si e do/a parceiro/a, não é nenhum bicho de 7 cabeças”.

Também é importante saber o HIV (vírus da aids) pode ser pego no uso de agulhas, seringas e objetos cortantes em contato com sangue, sexo sem camisinha ou no parto quando a mãe estiver infectada. Por isso, é importante se proteger, fazer testagens de HIV (que também são grátis) e tirar dúvidas com profissionais ou agentes de saúde.

## Acontece na Estado Maior

*Por Sabrina Corrêa e Carmen Silva*

**Assessoria Jurídica** – O escritório funciona de segunda à sexta-feira, das 8h30 às 12h e das 14h às (xxx), na av. João Antônio da Silveira nº 2355, Restinga. Para falar com os advogados André Barbosa e Leonardo Fontoura é preciso agendar horário com a secretária Jenifer Garcia no local ou pelo telefone (51) 9989-7614. O serviço é particular, sendo necessário pagar os honorários dos advogados.

**Piscinas** – A temporada das piscinas encerra em maio, mas se tiver interesse dos/as associados/as pode permanecer aberta durante todo o ano, informa o diretor social do Parque Aquático e vice-presidente da Estado Maior, Dalcir Martins. Para frequentar é preciso ter a carteirinha, que é feita com uma foto 3x4 por pessoa mais pagamento da taxa de R\$ 40,00 por família. O valor é revertido para manutenção do Parque Aquático. O horário de funcionamento é de terças a sextas-feiras das 14h30 às 20h e aos

sábados e domingos das 9h às 12h e das 14h30 às 22h. Menores de 12 anos só entram acompanhados dos pais.

### **Expediente**

**No *Compasso do Samba*** é uma publicação experimental gratuita da Sociedade Recreativa Estado Maior da Restinga, produzida pelas integrantes do projeto Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora do programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança da Fundação Carlos Chagas, desenvolvido em parceria com a Associação Cultural de Mulheres Negras - ACMUN. Reportagem: Alda Corrêa, Carmen Lúcia da Silva, Caroline Dilsson, Geneci Ferreira, Ionete Corrêa e Sabrina Corrêa. Revisão: Neusa Ribeiro. Redação e Edição: Isabel Clavelin. Jornalista Responsável: Isabel Clavelin MTb 11.512. Projeto Gráfico: \_\_\_\_\_. Impressão: \_\_\_\_\_. Tiragem: 1 exemplares. Periodicidade: Bimestral.

**Estado Maior da Restinga**, avenida João Antônio da Silveira nº 2355, bairro Restinga, Porto Alegre/RS, CEP 91780-430. Presidente: Hélio Garcia. Vice-presidente: Dalcir Martins. Diretoria: Jorge Alberto de Mattos (Kid) \_\_\_\_\_.

**ANEXO 04:****Estatuto da *CooperUnião***

---

**Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde Ltda**  
**Cooper União**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPITULO I**

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E ANO SOCIAL

**Artigo 1.º** - A Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais em vigor, tendo

a) Sede e administração sito à rua do Bosque, número mil, setecentos e trinta e oito, no bairro Boa Saúde, em Novo Hamburgo; b) área de ação, para todos os fins, abrangendo todo o estado do RIO GRANDE DO SUL; c) O prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de Dezembro; d) Elege o foro jurídico da Comarca de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

**CAPITULO II**

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

**Artigo 2.º** - A Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde Ltda com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, tem como objetivo principal proporcionar o exercício da atividade profissional aos sócios, residentes em sua área de ação na:

- a) Costura e Confecção de Calçados de Couro;
- b) Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios;
- c) Fabricação de Outros Artefatos de Couro.

**Parágrafo Único** - Para a consecução de seus objetivos e programação:

- a) Contratar serviços para seus associados em condições e preços convenientes;
- b) Fornecer assistência aos associados no que for necessário para melhor executar o trabalho;
- c) Providenciar e organizar os trabalhos de modo a aproveitar a capacidade dos associados, sempre os distribuindo conforme aptidões e interesses coletivos dos mesmos;
- d) Realizar em companhias seguradoras, em benefício de seus interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho;
- e) Promover, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico, profissional e educacional de seus associados, tendo sempre em vista a educação cooperativista e a racionalização dos meios de produção.

**CAPÍTULO III**

DOS ASSOCIADOS

**Seção I - ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES.**

**Artigo 3.º** - Poderá ingressar na cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que esteja desenvolvendo suas atividades na área de ação da cooperativa, desde que com as disposições deste Estatuto e não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

**Parágrafo único** - O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá em hipótese alguma, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

**Artigo 4.º** - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde Ltda, assinando-a com outro associado proponente.

**Parágrafo 1.º** - Aprovada pelo Conselho de Administração a sua proposta de inscrição, o candidato subscreverá as quotas-partes de capital nos termos e condições previstas neste Estatuto e, juntamente com o presidente da Cooperativa, assinará o livro ou ficha de matrícula;

**Parágrafo 2.º** - A subscrição de quotas-partes de capital pelo associado e assinatura no livro ou ficha de matrícula complementarão a sua admissão na Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado do Jardim Liberato/Boa Saúde;

**Artigo 5.º** - Cumprindo o que dispõe o artigo 4º, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pelas Assembléias.

**Artigo 6.º** - O associado tem direito a:

- a) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, ressalvados os casos previstos no artigo 25;
- b) Propor ao Conselho de Administração ou as Assembléias Gerais medidas de interesses da Cooperativa;
- c) Votar e ser votado para membro do Conselho de Administração ou Fiscal da Cooperativa ou de outros órgãos da mesma, salvo se estiver estabelecida relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquire tais direitos após a aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado de ser empregado;
- d) Demitir-se da Cooperativa quando lhe convier;
- e) Realizar com a Cooperativa as operações que constituam o seu objetivo;
- f) Solicitar por escrito, quaisquer informações sobre os negócios da cooperativa, bem como
- g) Consultar os livros e peças do balanço geral e outros documentos que julgar necessário;
- h) Convocar Assembléia Geral Extraordinária juntamente com outros associados;
- i) Destituir os Administradores ou Conselheiros em Assembléia;
- j) Propor critérios da distribuição da sobras líquidas;
- l) Participar da Provisão de Solidariedade, constituído por valores estimados de encargos sociais e cuja regulamentação constará no Regimento próprio.

**Parágrafo único** - A fim de serem apreciadas pela Assembléia Geral, as propostas dos associados referidas na letra “b”, deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a necessária antecedência, e constar do respectivo Edital de Convocação.

**Artigo 7.º** - O associado tem o dever e a obrigação de:

- a) Subscrever e realizar as quotas-partes de capital nos termos deste Estatuto, e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) Cumprir as disposições da lei e do Estatuto, bem como respeitar as Resoluções regularmente tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembléias Gerais;
- c) Satisfazer pontualmente seus compromissos para com a cooperativa, dentre os quais o de participar de sua vida societária e empresarial;
- d) Realizar as operações econômicas que constituem suas finalidades, dentro das limitações, se for o caso, estabelecido pelo Conselho de Administração;

- e) Participar das perdas do exercício, proporcionalmente às operações que realizou com a cooperativa, se o fundo de Reservas não for suficiente para cobri-las;
- f) Prestar à cooperativa, esclarecimento sobre as suas atividades relacionadas com os objetivos sociais;
- g) Acusar o seu impedimento nas deliberações sobre qualquer operação em que tenha interesse oposto ao da cooperativa;
- h) Levar ao conhecimento do Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei do Estatuto.

**Artigo 8.º** - A perda não justificada da produção, parcial ou total, a juízo do Conselho de Administração, dará lugar à multa de 5%(cinco por cento) sobre a mesma, podendo ser aplicada em dobro, em caso de reincidência pagamento no final do mês.

**Artigo 9.º** - O associado responde solidariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital pôr ele subscrito.

**Parágrafo único** - A responsabilidade do associado, como tal, pelos compromissos da cooperativa, em face de terceiros, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa.

**Artigo 10.º** - As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a cooperativa e as decorrentes de sua responsabilidade como associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, após 1 (um) ano do dia da abertura da sucessão.

**Parágrafo único** - Os herdeiros dos associados falecidos tem direito ao Capital realizado e demais créditos pertencentes ao “de cujos” ficando-lhes assegurado o direito de ingresso na cooperativa desde que preencham as condições estabelecidas deste Estatuto.

## **Seção II - DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO**

**Artigo 11.º** - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida ao Presidente, sendo por este levada ao Conselho de Administração em sua primeira reunião e averbada no livro de matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente e pelo associado demissionário.

**Artigo 12.º** - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiterada notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinaram constar ao termo lavrado no livro matrícula e assinado pelo presidente.

**Parágrafo 1.º** - Além de outros motivos, que porventura vierem a ocorrer, o Conselho de Administração poderá eliminar o associado que:

- a) Vier exercer qualquer atividade considerada prejudicial à cooperativa ou que colida com seus objetivos;
- b) Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, das Resoluções ou Deliberações da Cooperativa;
- c) Deixar de exercer, na área de ação da cooperativa a atividade que lhe facultou associar-se.

**Parágrafo 2.º** - Cópia autêntica da decisão será remetida ao interessado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da decisão do Conselho de Administração, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

**Parágrafo 3.º** - O associado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral.

**Artigo 13.º** - A exclusão do associado será feita:

- a) Por dissolução da pessoa jurídica;



- b) Por morte do associado, pessoa física;
- c) Por incapacidade civil não suprida;
- d) Por deixar de atender os requisitos Estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

**Parágrafo Único** - A exclusão do associado com base nas disposições da alínea d, deste artigo, será feita por decisão do Conselho de Administração, aplicando-se o disposto do Artigo 12º, caput e parágrafos 2º e 3º.

**Artigo 14.º** - Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado só terá direito à restituição do Capital que integralizou, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

**Parágrafo 1.º** - A restituição, de que se trata este artigo, somente poderá ser exigida em Assembléia Geral depois que o balanço do exercício, for aprovado, em que o associado tenha sido desligado da cooperativa.

**Parágrafo 2.º** - O Conselho de Administração poderá determinar que a restituição deste capital seja feita em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir, ao em que se deu o desligamento.

**Parágrafo 3.º** - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados, em número tal, que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômica financeira da cooperativa, esta poderá restituí-la mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

**Artigo 15.º** - Os atos de demissão ou exclusão, acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do associado na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

**Parágrafo Único** - A qualidade de associado, para os demitidos, eliminados ou excluídos, em relação aos seus direitos e deveres sobre resultados do exercício em que se deu o desligamento, perdura até a data da Assembléia Geral que aprovar o respectivo balanço de contas, de cujos debates poderá participar, observando o disposto no Artigo 26º deste Estatuto.

## CAPÍTULO IV

### DO CAPITAL

**Artigo 16.º** - O capital da cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limites quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a R\$ 1050,00 (um mil e cinqüenta reais).

**Parágrafo 1.º** - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 10,00 (dez reais), cada.

**Parágrafo 2.º** - A quota parte é indivisível e intransferível a não associado, não podendo ser negociado de modo algum, devendo sua subscrição, realização, transferência ou restituição, ser sempre escriturada no livro de matrícula.

**Parágrafo 3.º** - As quotas partes, depois de integralizadas poderão ser transferidas proporcionalmente em igual quantidade entre todos os associados, a partir do primeiro balanço de exercício social, mediante averbação do livro de matrícula, termo que conterà a assinatura do Cedente dos Cessionários e do Presidente, de forma que todos os associados mantenham a mesma quantidade de quotas.

**Parágrafo 4.º** - A cooperativa poderá criar capital rotativo, consoante proposição do conselho de Administração, aprovada pela Assembléia Geral.

**Parágrafo 5.º** - Para efeito de integralização das quotas partes ou de aumento de capital social, poderá a cooperativa receber bens avaliados previamente e após homologação da Assembléia Geral.

**Artigo 17.º** - Cada associado obriga-se, no ato de sua matrícula, a subscrever, no mínimo, 05 (cinco) quotas-partes, cuja integralização se dará pelo pagamento em moeda corrente nacional, ou através de bens, avaliados previamente, e homologados pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** - O Conselho de Administração poderá autorizar a integralização das quotas-partes, em no máximo cinco parcelas, atendendo o interesse da Cooperativa.

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

#### Seção I - DA DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

**Artigo 18.º** - A Assembléia Geral dos Associados, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, e dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, tomará todas e quaisquer decisões de interesse da sociedade, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

**Artigo 19.º** - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

**Parágrafo 1.º** - Poderá ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida.

**Parágrafo 2.º** - Não poderá participar da Assembléia Geral o associado que :

- a) Tenha sido admitido após a sua convocação;
- b) Esteja na infringência de qualquer disposição do Artigo 7º deste Estatuto.

**Artigo 20.º** - As Assembléias Gerais, serão convocadas por edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, 1(uma) hora de antecedência para segunda convocação, e 1 (uma) hora de antecedência para a terceira.

**Parágrafo Único** - Não havendo no horário estabelecido, “quórum” de instalação, as assembléias poderão ser realizadas em 2ª ou 3ª convocações, desde que conste no respectivo edital, observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora, entre uma convocação e outra.

**Artigo 21.º** - Não havendo quorum suficiente para instalação das Assembléias Gerais, convocadas nos termos do artigo anterior, será feita nova convocação com antecedência de dez dias.

**Artigo 22.º** - Nos editais de convocação das Assembléias Gerais deverão constar:

a) A denominação da Cooperativa seguida da expressão “Convocação da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária”, conforme o caso;

b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local e a sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;

c) A seqüência ordinal das convocações;

d) A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;

e) O número de associados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quorum de instalação;

f) Data e assinatura do responsável da convocação.

**Parágrafo 1.º** - No caso da convocação ser feita por associados, o Edital será assinado, no mínimo, pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

**Parágrafo 2.º** - Os Editais de Convocação serão afixados em locais visíveis das dependências comumente freqüentadas pelos associados e publicados em jornal de circulação local ou regional, e através de circulares aos associados.

**Artigo 23.º** - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou de outros.

**Parágrafo Único** - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, poderá a Assembléia Geral designar administradores e conselheiros fiscais provisórios até a posse dos novos cuja eleição se efetuará no prazo de 30 dias.

**Artigo 24º** - O quorum para instalação da assembléia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados, na primeira convocação;
- b) metade mais 1(um) dos associados, em segunda convocação.
- c) mínimo de dez associados em terceira convocação

**Parágrafo 1.º** - Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de associados presentes em cada convocação, será contado por sua assinatura, seguida dos respectivos números de matrícula, apostas no Livro de Presenças.

**Parágrafo 2.º** - Constatada a existência de quorum e estando no horário estabelecido no Edital de Convocação, o Presidente instalará a Assembléia e tendo encerrado o Livro de presença, mediante termo que contenha a declaração do número de associados presentes da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

**Artigo 25.º** - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa, sendo por aquele, convidados para participar da mesa os ocupantes de cargos sociais presentes.

**Parágrafo 1.º** - Na ausência do secretário e do seu substituto, o Presidente convidará outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

**Parágrafo 2.º** - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

**Artigo 26.º** - Os ocupantes de cargos sociais como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais, de prestação de contas, não ficando, porém, privados de tomar parte nos respectivos debates.

**Artigo 27.º** - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos o Balanço das contas, o Presidente e o Tesoureiro da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um associado para coordenar os debates da votação da matéria.

**Parágrafo 1.º** - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente, os demais administradores e os Fiscais deixarão a mesa, permanecendo contudo no recinto, a disposição da Assembléia Geral para os esclarecimentos que forem solicitados.

**Parágrafo 2.º** - O coordenador indicado escolherá, entre os associados, um secretário para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembléia Geral.

**Artigo 28.º** - As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do Edital de Convocação e os que tenham com eles imediata relação.

**Parágrafo Único** - O coordenador indicado escolherá entre os associados, um secretário para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembléia Geral.

**Artigo 29.º** - O que ocorre na Assembléia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no Livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, por todos presentes.

**Artigo 30.º** - As deliberações das Assembléias Gerais, serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar.

**Parágrafo Único** - Em regra a votação será a descoberto, mas a Assembléia Geral poderá optar pelo voto secreto, atendendo então as normas usuais.

**Artigo 31.º** - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações das Assembléias Gerais viciadas em erro, dolo, fraude ou simulações, ou tomadas de violação da Lei do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia Geral tiver sido realizada.

## **Seção II - DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

**Artigo 32.º** - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar na Ordem do Dia:

a) Prestação de contas dos órgãos da Administração, acompanhada do Conselho Fiscal, compreendendo:

1-Relatório da gestão;

2- Balanço Geral;

3- Demonstrativos das Sobras Apuradas ou das Perdas e do parecer do Conselho Fiscal;

4- Plano da atividade da cooperativa para o exercício seguinte:

b)- Destinação das Sobras Apuradas ou rateio das Perdas, deduzindo-se no primeiro caso as parcelas para os fundos Obrigatórios;

c)- Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

d)- Fixação dos limites das remunerações conforme artigo 58º deste estatuto;

e)- Quaisquer assuntos de interesse social, excluído os enumerados do artigo 33º deste Estatuto.

**Parágrafo 1.º** - Os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, não poderão participar da votação das matérias referidas na letra “a”, deste artigo.

**Parágrafo 2.º** - A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de Administração, desonera seus componentes da responsabilidade, ressalvados aos casos de erros, fraude ou simulação, bem como de infração da Lei deste Estatuto.

## **Seção III - DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Artigo 33.º** - A Assembléia Geral Extraordinária, realizar-se-á sempre que necessário, e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no Edital de Convocação.

**Artigo 34.º** - É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

a) Reforma do Estatuto;

b) Fusão, incorporação ou desmembramento;

c) Mudança de objeto da sociedade;

d) Dissolução voluntária e nomeação de liquidante;

e) Contas do liquidante.

**Parágrafo Único** - São necessários votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

## **Seção IV - DAS ELEIÇÕES**

**Artigo 35.º** - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembléia Geral, o Conselho Administrativo, com antecedência idêntica ao respectivo prazo de convocação, notificará o Conselho Consultivo, para que este assuma a coordenação do processo eleitoral.

**Artigo 36.º** - O associado para candidatar-se às eleições, deverá solicitar a inclusão de seu nome entre os concorrentes do mesmo cargo, em petição que contenha além da sua assinatura, de mais dois associados no gozo de seus direitos sociais, assim como a declaração de não estar incluído nos casos de inelegibilidade, enumeradas no artigo 39º.

**Artigo 37.º** - No exercício de suas funções e coordenação do processo eleitoral, compete ao Conselho Consultivo:

- a) Cientificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os associados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;
- c) Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se os membros estão no gozo de seus direitos sociais e se foram observadas as disposições contidas no artigo 35º deste Estatuto;
- e) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por associados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidade nas eleições, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração, para que este tome as devidas providências.

**Parágrafo 1.º** - A Comissão Eleitoral fixará o prazo para inscrição de candidatos, de modo que possam ser conhecidos e divulgados os seus nomes 5(cinco) dias antes da data da Assembléia Geral que vai proceder às eleições.

**Parágrafo 2.º** - Não se apresentando candidatos ou seu número insuficiente, caberá a Comissão Eleitoral proceder à seleção entre outros interessados que atendam as condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades previstas neste tópico.

**Artigo 38.º** - O Presidente da Assembléia Geral suspenderá os trabalhos desta para que um membro da Comissão Eleitoral dirija o trabalho das eleições, compreendendo este a repetição dos nomes dos candidatos ou chapas, se houverem, submetendo-os à votação por voto secreto, nomeando atendentes e escrutinadores, cabendo-lhe proclamar os eleitos.

**Parágrafo 1.º** - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembléia Geral.

**Parágrafo 2.º** - Os eleitos extemporaneamente para as vagas parciais ou totais do Conselho de Administração e Fiscal exercerão cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

**Parágrafo 3.º** - A posse ocorrerá sempre na Assembléia Geral em que se realizou a eleição, depois de encerrada a Ordem do Dia.

**Artigo 39.º** - Não se efetivando nas épocas devidas a eleição dos sucessores, por motivo de força maior devidamente justificado os prazos dos mandatos dos administradores e fiscais em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário a que se efetive a sucessão, nunca além de 90(noventa) dias.

**Artigo 40.º** - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fê pública ou a propriedade.

## CAPITULO VI

### Seção I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 41.º** - O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva responsabilidade a decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da Cooperativa ou de seus associados, nos termos da Lei, deste Estatuto e de recomendação da Assembléia Geral.

**Artigo 42.º** - O Conselho de Administração será composto de 3(três) membros, todos associados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos seus componentes.

**Parágrafo 1.º** - Compõe o Conselho de Administração o Presidente, Secretário e Tesoureiro.

**Parágrafo 2.º** - Nenhum membro do Conselho de Administração poderá exercer mais de 2 (dois) mandatos consecutivos.

**Parágrafo 3.º** - Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 39º deste Estatuto, os parentes entre si até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

**Artigo 43.º** - Nos impedimentos por prazo inferior a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo secretário.

**Parágrafo 1.º** - O secretário será substituído pelo tesoureiro.

**Artigo 44.º** - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

a) Deverá reunir-se Ordinariamente uma vez por semana e Extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria ou do próprio Conselho, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.

b) As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes do conselho.

**Parágrafo Único** - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar 4 (quatro) reuniões Ordinárias consecutivas, ou a 12 (doze) durante o ano.

**Artigo 45.º** - Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, as seguintes atribuições:

a) Propor a Assembléia Geral as políticas e metas para a orientação geral das atividades da Cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamentos, além de sugerir as medidas a serem tomadas;

b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;

c) Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;

d) Estabelecer as normas para funcionamento da sociedade;

e) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade que venham a ser expedidas;

f) Deliberar sobre admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;

g) Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia, considerando as proposições dos associados nos termos do Parágrafo único do Artigo 6º;

h) Estabelecer a estrutura operacional dos negócios sociais da administração executiva, criando cargos e atribuindo funções, reservando-se a contratação dos prestadores de serviços graduados e fixando normas para admissão e demissão dos demais prestadores de serviços;

i) Fixar as normas de disciplina funcional;

j) Julgar os recursos formulados pelos associados contra decisões disciplinares;

l) Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os sócios ou empregados que manipulam dinheiro ou valores da Cooperativa;

m) Fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;

n) Contratar quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, para o fim e conforme o disposto no artigo 112º da Lei 5.764, de 16.12.1971- Lei Cooperativista;

o) Indicar o banco, ou bancos, nos quais devem ser feitos os depósitos de numerários disponíveis e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;

p) Estabelecer as normas de controle das operações de serviços, verificando no mínimo mensalmente, o estado econômico - financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;

q) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembléia Geral;

r) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;

s) Fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgastes dos valores que compõem o ativo permanente da sociedade;

t) Zelar pelo cumprimento das Leis do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal;

**Parágrafo 1.º** - O Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam com a antecedência mínima de 3 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos, projetos e outros documentos sobre os quais tenham que se pronunciar, sendo-lhes facultado, ainda antes da reunião correspondente, inquirir empregados ou associados, pesquisar documentos e outros, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

**Parágrafo 2.º** - O Conselho de Administração solicitará sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduado, funcionários especializados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar em quais assuntos deva apresentar previamente, projetos sobre questões específicas.

**Parágrafo 3.º** - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em formas de Resoluções, Regulamento ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da Cooperativa.

**Artigo 46.º** - Ao Presidente compete, entre outros, os seguintes poderes e atribuições:

- a) Dirigir e supervisionar todas as atividades da Cooperativa;
- b) Encaminhar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- c) Assinar, conjuntamente com o Tesoureiro, ou outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- d) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembléias Gerais dos associados;
- e) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária:
  - 1- Relatórios da gestão;
  - 2- Balanço Geral;
  - 3- Demonstrativo das sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o parecer do Conselho Fiscal;
- f) Representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo ou fora dele;
- g) Representar os associados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da Cooperativa, realizados nas eliminações da Lei e deste Estatuto;
- h) Elaborar plano anual de atividades da Cooperativa;
- i) Verificar freqüentemente o saldo em caixa;
- j) Assinar os cheques bancários em conjunto com tesoureiro.

**Artigo 47.º** - Ao secretário compete, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Interesse permanente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o em seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias;
- b) Secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pela guarda dos livros, documentos e arquivos referentes aos mesmos;

**Artigo 48.º** - Ao Tesoureiro compete, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Assinar conjuntamente com o presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações.

**Artigo 49.º** - Os administradores eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa ou dolo.

**Parágrafo 1.º** - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

**Parágrafo 2.º** - Os que participarem de atos ou operações sociais em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Parágrafo 3.º** - O membro do Conselho de Administração que, em qualquer operação, tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

**Parágrafo 4.º** - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

**Parágrafo 5.º** - Sem prejuízo de ação que possa caber a qualquer sociedade cooperada, por seus dirigentes, ou representada por associados escolhidos em Assembléia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

## **Seção II - DOS COMITÊS ESPECIAIS**

**Artigo 50.º** - Os comitês especiais, temporários ou permanentes, serão órgãos auxiliares da Administração da Cooperativa, que poderão ser criados pelo Conselho de Administração para estudar e apresentar, solução de questão específicas, cabendo-lhes apreciá-las, adotá-las ou modificá-las, e ainda fazê-las cumprir.

## **CAPITULO VII**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 51.º** - A Administração da Cooperativa será fiscalizada assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição apenas de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

**Parágrafo 1.º** - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 40º deste Estatuto, os parentes dos membros do Conselho de Administração, bem como os parentes entre si, em linha reta ou colateral até 2º grau.

**Parágrafo 2.º** - Os associados não podem exercer cumulativamente cargos no Conselho de Administração e Fiscal.

**Artigo 52.º** - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com participação de 3(três) de seus membros (efetivos ou suplentes),

**Parágrafo 1.º** - Na sua primeira reunião escolherá dentre seus membros efetivos, um secretário e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir os trabalhos das reuniões.

**Parágrafo 2.º** - As reuniões poderão ser convocadas ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembléia Geral.

**Parágrafo 3.º** - Na ausência do coordenador será escolhido um substituto, para dirigir os trabalhos.

**Parágrafo 4.º** - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada, em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião pelos 3(três) fiscais presentes.

**Artigo 53.º** - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal, o Conselho de Administração determinará a convocação da Assembléia Geral, para o devido preenchimento.

**Artigo 54.º** - Compete ao conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, examinando contas e documentos, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Conferir mensalmente, o saldo numerário existente em caixa, verificando também, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- c) Examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;



- d) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor, as previsões feitas e as conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- e) Certificar-se, se o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- f) Averiguar se existem reclamações dos associados quanto ao serviço prestado;
- g) Inteirar-se, se o recebimento dos créditos estiver sendo feito com regularidade e se os compromissos sociais estão sendo atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se está havendo problemas com associados;
- i) Certificar-se se existem exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem como quanto aos órgãos do Cooperativismo.
- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais estão sendo feitos com observância das regras próprias;
- l) Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- m) Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões de seus trabalhos, denunciando este, a Assembléia Geral ou as autoridades competentes, das irregularidades constatadas e convocar a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

**Parágrafo 1.º** - Para o desempenho de suas funções, terá, o Conselho Fiscal, acesso a quaisquer livros, contas, documentos, empregados associados e outros.

**Parágrafo 2.º** - Poderá o Conselho Fiscal ainda, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, ocorrendo, as despesas, por conta da Cooperativa.

## CAPITULO VIII

### DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

**Artigo 55.º** - A Cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

a) Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo presidente:

- 1- Matrícula;
- 2- Presença de associados às Assembléias Gerais;
- 3- Atas das Assembléias Gerais;
- 4- Atas do Conselho de Administração;
- 5- Atas do Conselho Fiscal.

b) Autenticados pela autoridade competente:

- 1- Livros Fiscais;
- 2- Livros contábeis.

**Parágrafo Único** - É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

**Artigo 56.º** - Os serviços de contabilidade da Cooperativa deverão ser organizados segundo as normas gerais da contabilidade cooperativista e exigências e recomendações dos órgãos do cooperativismo.

**Parágrafo Único** - O profissional responsável pela contabilidade será administrativamente vinculado à estrutura referida no artigo 51º deste Estatuto, e hierarquicamente subordinado ao Conselho de Administração.

## CAPITULO IX

### DAS SOBRAS, PERDAS, FUNDOS E BALANÇO GERAL

**Artigo 57.º** - A apuração dos resultados do exercício social será realizada no dia 31(trinta e um) de dezembro de cada ano, mas o levantamento do balanço geral será realizado mensalmente.

**Artigo 58.º** - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

**Artigo 59.º** - A Cooperativa constituirá os seguintes fundos:

- I. Fundo de Reserva, constituído de 20% (dez por cento) das sobras anuais;
- II. FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras anuais, o qual deve constar como quota-parte dos associados de acordo com a participação de cada um dos trabalhos realizados durante o respectivo exercício;
- III. Fundo de Desenvolvimento Social, constituído de 10% (dez por cento), das sobras líquidas apuradas no exercício, destinado a:
  - a) Atender programas especiais de treinamento de recursos humanos e modernização de equipamentos;
  - b) Criar projetos especiais para benefícios dos associados, a serem definidos em regimento interno próprio.

**Parágrafo 1.º** - As Despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas operações referidas neste artigo.

**Parágrafo 2.º** - Os resultados negativos, nos termos deste artigo serão rateados pelos associados se o fundo de reserva não for suficiente para cobri-lo.

**Parágrafo 3.º** - O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras.

- a) Os créditos não reclamados pelos associados, decorridos 5 (cinco) anos;
- b) Os auxílios e doações sem destinação especial;
- c) Os saldo que excederem a constituição das cotas partes, uma vez satisfeitas estas, antes do período de 2 (dois) anos, conforme Plano de Capitalização aprovado;

**Parágrafo 4.º** - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-Fates, destina-se à prestação de serviços aos associados, seus familiares e empregados, assim como aos empregados da própria Cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas oficiais.

**Parágrafo 5.º** - Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembléia Geral ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

**Parágrafo 6.º** - Das sobras líquidas, 50% (cinquenta e cinco por cento) ficará a disposição da Assembléia para criação de outros fundos ou distribuição entre os associados segundo o numero de horas trabalhadas no exercício financeiro.

## CAPITULO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 60.º** - Além dos motivos de direito, a Cooperativa poderá ser dissolvida voluntariamente, quando assim o deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo, não se disponham a assegurar a continuidade.

**Parágrafo 1.º** - Resolvida a dissolução, será procedida a liquidação da sociedade, segundo as disposições atinentes da Lei 5.764, de 16.12.1971 - Lei Cooperativista.

**Parágrafo 2.º** - O remanescente do patrimônio será vendido e o produto da venda será distribuído entre os sócios proporcionalmente ao valor das cotas-partes de cada um.

**Artigo 61.º** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispostos legais.

**Artigo 62.º** - Este estatuto entrará em vigor a partir da sua aprovação em Assembléia Geral

Aprovado na assembléia de constituição realizada no dia 23 de agosto de 2003.

**Romilda da Silva Pianesso**

**Solange Teresinha Voese**

**Luis Eduardo Voese**

**Natalina da Rosa Marques**

**Airton Binello Machado**

**Tania Binello da Rosa**

**Clair Carmen Forquim**

**Vanderlei Luiz Altenhofen**

**Rejane de Fátima Lima Altenhofen**

**Telísia Ines Steffens**

**Greomar Fátima de Oliveira**

**Vera da Rosa Maria**

**Tania Benedito**

**Celia Ritzel**

**Ivanir Fantinel**

**Erli Bueno Benedito**

**Jacira da Rosa Silveira**

**Carlos Ritzel Kohler**

**Sandra Siqueira da Costa**

**Eliz Bernadete Steffens**

**Visto em 23 de agosto de 2003**

***Claudio Ritzel Kohler***

***Bel. José Lúcio Costa da Silveira***  
**OAB/RS 48.102**

**ANEXO 05:****Folder da *CooperUnião***

**ANEXO 06:****E-mail de denúncia do fechamento da Rádio *Comunitária da Restinga***

Enviada em: quinta-feira, 5 de agosto de 2004 08:30

Para: [OMIVANNOUNCE@lists.ou.edu](mailto:OMIVANNOUNCE@lists.ou.edu)

Assunto: La policia y la rádio Restinga - We must Protest (Modified by Aliza Dichter)

Cerca de 12 homens entre Polícia Federal e fiscais da Anatel fecharam a rádio Comunitária Restinga ontem por volta das 17 horas. A polícia agiu com mandado judicial expedido em 7 de julho, originado do processo encaminhado em março de 2004. Eles levaram todos os equipamentos. Segundo Marisa Godinho, coordenadora da rádio, os papéis solicitando a outorga já foram encaminhadas para o Ministério das Comunicações, porém como houve eleições recentemente para a diretoria, eles estão reencaminhando a ata de eleição. "Um policial correu para explicar que a rádio estava operando fora do Dial em que havia solicitado outorga ao Ministério das Comunicações. Como os equipamentos apresentaram defeito e foram para conserto, no retorno teve alteração no dial de 88,1 para 88,5. Isto é suficiente para configurar que a rádio não existe", relatou. Marisa disse também que a comunidade está indignada com o fechamento. A notícia está correndo mundo através da lista do Our Media, entidades nacionais já começaram a enviar mensagens de apoio. É importante neste momento divulgar a informação. A coordenação da rádio já está conversando com a assessoria jurídica para ver qual o encaminhamento.

Luis Henrique Silveira

{can someone provide translation?}

A POLÍCIA FEDERAL CAÇOU A RÁDIO RESTINGA.

Novamente esta rádio comunitária, que funcionava no Bairro Restinga em Porto Alegre, e serviu de exemplo para os participantes da CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DOS MEMBROS DE OURMédia/NUESTROSMedios, que aconteceu aqui em de 22 a 25 de julho, com participantes do mundo inteiro, FOI FECHADA PELA POLÍCIA FEDERAL.

A atitude prova que nós no Brasil, não estamos num Estado totalmente de direitos. A violência do impedimento de se comunicar é histórica no Brasil e em outros países latino-americanos. E é exatamente durante este governo federal, que estas coisas acontecem em todo o país diariamente. Rádios comunitárias são fechadas pela polícia a pedido da elite insensível e autoritária que domina os meios de comunicação no Brasil. Até porque, no Rio Grande do Sul, o próprio secretário de segurança compõe um grupo de "especialistas", que se reuniram e discutiram em Cachoeira do Sul, junto com representantes das empresas de comunicação, no primeiro semestre deste ano, formas de boicotar as rádios comunitárias.

Não podemos tolerar mais esta situação. O Estado brasileiro precisa definir e regulamentar a legislação de Rádios e TVs Comunitárias e estabelecer orçamentos para seu funcionamento a fim de incluir suas comunidades carentes e de articular o seu desenvolvimento de base. É necessário encaminhar Ações de Protesto e Indignação aos Ministérios das Comunicações, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos e ao Presidente Lula para esta atitude humilhante seja revista e a Rádio Restinga volte a ser aberta imediatamente.

O Estado brasileiro não tem, e não dá, as condições de direitos básicos de Comunicação a seu povo, o que manda aqui é a lei da mordada da grande imprensa que fala sosinha e cala o povo. É necessario que nossos amigos de Porto Alegre e da Rádio Restinga nos informem das ações de solidariedade que podemos realizar para poder abrir a rádio outra vez, e acompanhar os desdobramentos dos fatos para novamente aquela comunidade tenha de volta um bem tão necessário e precioso.

-----Mensagem original-----

De: dombali

Enviada em: quinta-feira, 5 de agosto de 2004 08:30

Para: [OMIVANNOUNCE@lists.ou.edu](mailto:OMIVANNOUNCE@lists.ou.edu)

Assunto: La policia y la rádio Restinga - We must Protest (Modified by Aliza Dichter)

{English below}

Caros Amigos e Amigas de todo o mundo o fechamento da Rádio Restinga prova que nós no Brasil, não estamos num Estado toalmente de direitos. Há 5004 anos o Brasil e o Povo Brasileiros vivem a violência do impedimento de se Comunicar. Infeilzmente em pleno governo de um membro do povo ( LULA) estas coisas acontecem em todo o país diariamente rádios comunitárias são fechadas pela polícia a pedido da elite insensível e autoritária que domina os meios de comunicação no Brasil.

Não podemos tolerar mais esta situação. O Estado brasileiro precisa definir e regulamentar a legislação de Rádios e TVs Comunitárias e estabelecer orçamentos para seu funcionamento a fim de incluir suas comunidades carentes e de articular o seu desenvolvimento de base.

É necessário encaminhar Ações de Protesto e Indignação aos Ministérios das Comunicações, Ciência e Tecnologia, Direitos Humanos e ao Presidente Lula para esta atitude humilhante seja revista e a Rádio Restinga volte a ser aberta imediatamente.

A S.C. Dombali se sente profundamente ameaçada com este fato. O Estado brasileiro não tem, e não dá, as condições de direitos básicos de Comunicação a seu povo, o que manda aqui é a lei da mordada da grande imprensa que fala sosinha e cala o povo.

É necessario que nossos amigos de POA e da Rádio Restinga nos informe das ações de solidariedade que podemos realizar para poder abrir a rádio outra vez, e acompanhar os desdobramentos dos fatos para novamente aquela comunidade tenha de volta um bem tão necessário e precioso.

Sorry my English

Dear friends from all of the world. The closing of the Restinga Radio

Proves that we in Brazil, we are not in a State of rights. In 5004 years Brazil and Brazilian People lives the violence of the impediment of Communicating itself . Unfortunataly on Lula Government one member of the people these things all happen. In the country daily communitarian radios are closed for the policy the order of the authoritarian elite that dominates the medias in Brazil. We cannot tolerate any more this situation. Is necessary to define and prescribed Brazilian State the legislation of Communitarian Rádios and TVs and to establish budgets for its functioning in order to include its communities devoid and to articulate its development of base. It is necessary to direct Action of Protest the Ministries of the Communications, Science and Technology, Human Rights and to President Lula for this attitude must be reviewed and the Restinga Radio comes back to be opened immediately.

The S.C. Dombali if feels threatened deeply with this fact. The Brazilian State does not have, and it does not give, the conditions of basic rights of Communication its people, what it orders here is the law of the gag of the great press that says and silences the people. It is necessario that our friends of POA and of the Restinga Radio informs all of the actions of solidarity that we can carry through to be able to open the radio another time, and to follow the unfoldings of the facts for that community has in return a much-needed and precious good again.

Regina dos Santos

S.C.Dombali - TV Afirmação



**ANEXO 07:**

**Jornal *Região Restinga* - PMPA**



**ANEXO 08:**

***Jornal A voz do bairro***

**ANEXO 09:****Roteiro do Programa de Rádio***A voz das mulheres negras do gueto pra fora*

## **Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN**

### **Mulheres Negras: Multiplicadoras em Prevenção as DST, HIV e Aids**

#### **A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora**

##### **Descrição do Tema**

Programa de rádio produzido por grupo de mulheres negras, integrantes da Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN vinculadas ao projeto Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora, desenvolvido por bolsista do programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança 2004 da Fundação Carlos Chagas em parceria com a ONG, sobre a temática Movimento Negro: Experiências. A presente proposta pretende abordar, em programa documentário de rádio, ações desenvolvidas por organizações de mulheres negras nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Amapá, sendo uma em cada unidade da federação, relevantes para o processo dos movimentos negro e de mulheres negras contemporâneos nas áreas de saúde, educação, políticas de ação afirmativa, feminismo, religiosidade e direitos humanos.

##### **Justificativa**

A invisibilidade e/ou visibilidade estereotipada da população negra nos veículos de comunicação é um fator que reforça a discriminação. A mídia, que utiliza mecanismos que trabalham com o imaginário coletivo e pode influenciar na manutenção e/ou questionamento do status quo, não consegue reproduzir de forma proporcional, materiais jornalísticos e publicitários que expressem e valorizem a participação desse grupo étnico-racial na sociedade.

Os/as afro-brasileiros/as, cujos ancestrais foram vítimas durante quase quatro séculos de trabalho escravo no Brasil - período perverso da história do país em que se explorou uma mão-de-obra de homens, mulheres e crianças numa estrutura que propiciava o aniquilamento cultural e o extermínio deste grupo étnico-racial - ainda têm dificuldades de representação e participação na mídia. Isso decorre da reprodução do poder hegemônico pelos meios de comunicação de massa e adoção de um modelo eurocêntrico que alija as identidades, sobretudo, de origem africana.

Considerando essa realidade, vimos empenhadas em construir uma via de inclusão na comunicação a partir do olhar comunitário, popular e respeitador das diferenças. Nessa perspectiva, parte do grupo Mulheres Negras: Multiplicadoras em Prevenção em DST, HIV e Aids, projeto desenvolvido pela organização não-governamental Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN, está participando do projeto Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora. Essa iniciativa vem sendo realizada por bolsista do programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança 2004 da Fundação Carlos Chagas com enfoque em comunicação comunitária, abordando questões como direitos sexuais e reprodutivos, raça/etnia, gênero e cidadania. Por meio de oficinas semanais, de julho de 2004 a março de 2005, o grupo formado por seis mulheres negras está sendo capacitado nessa área. Os encontros ocorrem na comunidade do bairro Restinga, periferia de Porto Alegre, que possui cerca de 130 mil habitantes (10% da população total da cidade). A estimativa é que a comunidade tenha 70% de afro-brasileiros/as. Em relação ao projeto Reaprendendo a Comunicar - A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora, a programação prevê a realização de programas em rádio comunitária, criação de boletim informativo para a escola de samba Estado Maior da Restinga e colaboração com os jornais de bairro existentes na comunidade.

Para esse concurso, apresentamos a intenção de produzir programa de rádio, no estilo documentário sobre as experiências de organizações de mulheres negras dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Amapá, limitando uma entidade por unidade da federação, nas

áreas de saúde, educação, políticas de ação afirmativa, feminismo, religiosidade e direitos humanos por registrarmos a atuação expressiva das mulheres negras brasileiras. Dentre as articulações, destacamos a participação da 3ª Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban no ano de 2001, e a presença em cargos diretivos como na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Unesco, entre outras inserções, somadas à relação internacional orquestrada por mulheres negras.

A partir dessa trajetória que se configura como fundamental para o avanço do movimento negro brasileiro em geral, propomos um programa radiofônico sobre as iniciativas exitosas que possam ser socializadas em rádios comunitárias, universitárias e também pela internet usando como hospedeiro o site da ACMUN. Apontamos que tal proposta se adequa ao trabalho desenvolvido, desde julho de 2004, por compreendermos a necessidade de fortalecer a comunicação comunitária com recorte de gênero e raça/etnia, democratização da informação e geração de continuidade ao projeto A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora.

### **Sinopse**

Documentário radiofônico sobre experiências de organizações de mulheres negras brasileiras de cinco estados e entrevistas com lideranças da luta anti-racista e sexista, produzido por integrantes do projeto Reaprendendo a Comunicar – A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora.

Estratégias de Abordagem

Roteiro

- Panorama das Mulheres Negras no Brasil
- Ícones da luta anti-racista e sexista no Brasil
- Mulheres Negras Brasileiras no cenário internacional: 3ª Conferência contra o Racismo e participação em espaços de discussão e articulação internacional
- Atuação das organizações de mulheres negras brasileiras

### **Script Detalhado**

**Documentário: A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora**

**TEC ABERTURA – Roda trilha.**

LOC 1 - Brasil./ Um país com mais de cento e oitenta milhões de habitantes./ Último país a abolir a escravidão e segundo em população negra no mundo, ficando atrás somente da Nigéria./ É nesse gigante da América Latina que vivem vinte e três por cento de mulheres negras./ Guerreiras, personagens de resistência que ergueram a nação ao longo de quase quatro séculos de trabalho não-remunerado./ Fortaleza e base para que o povo negro permanecesse vivo de 1888 aos dias de hoje./ É para as mulheres negras que damos voz para que suas ações saiam do gueto e repercutam mundo afora, assim como a sua luta tem sido escrita e modificado a vida de afro-brasileiros.//

segue

LOC 2 – E a voz ecoa da base da pirâmide social brasileira./ Mesmo com a média salarial mais baixa e poucos anos de escolarização, as mulheres negras brasileiras são exemplos de luta./ As trincheiras são as periferias, quilombos e mesas de negociação por melhores condições de vida.//

LOC 1 – Na educação, as mulheres negras ingressam três vezes mais que as mulheres brancas no ensino superior./ Mas não se engane, a população branca tem maior escolaridade do que a afro-descendente em todas as idades./ No mercado de trabalho, as mulheres negras ganham cinquenta e cinco por cento menos que as mulheres não-negras./ São as negras que apresentam maiores taxas de desemprego, correspondem a mais da metade das empregadas domésticas do país e sustentam suas famílias com menos de um salário mínimo.//

TEC – Roda CD Coletânea Negra faixa 12 (em BG)

LOC 2 - A expectativa de vida das mulheres negras é mais baixa do que a de mulheres e homens brancos./ E ainda na saúde, as negras têm cinquenta por cento a mais de chance de se tornarem diabéticas e têm quatro vezes mais miomas./ Na mídia, as mulheres negras buscam visibilidade e dignidade.//

LOC 1 – É nesse quadro que demonstra a discriminação racial e de gênero no Brasil, que as organizações de mulheres negras agem./ E agem muito em cada canto do país./ Seja no Amapá ou no Rio Grande do Sul, geram ações para mulheres, jovens, idosos e homens negros.//

LOC 2 - As principais lutas pela liberdade durante o regime escravista tiveram participação de mulheres negras como na fundação de irmandades religiosas, Revolta dos Malês e Quilombo de Palmares.//

LOC 1 - No início do século vinte, as mulheres negras estiveram atuantes em espaços como sociedades negras, terreiros de religiões de matriz africana, Frente Negra Brasileira e Teatro Experimental do Negro./ Mas foi nos anos oitenta, precisamente em 1988 que surgiu o movimento de mulheres negras brasileiras após tentativas de discussões com o movimento negro e feminista./ NILZA IRACI, coordenadora de Comunicação do Geledés – Instituto da Mulher Negra, fala sobre esse processo de criação do movimento de mulheres negras.//

SONORA 1 – MULHER NEGRA

LOC 2 – As sucessoras de Luiza Mahin, Anastácia, Chica da Silva, Maria Nascimento, Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez e Nelma Oliveira (VER OUTROS NOMES) criaram no ano 2001 a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras./ Essa organização teve importante participação na terceira Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata./ EDNA ROLAND, atual coordenadora da Unesco de Combate ao Racismo na América Latina e Caribe, foi a relatora da conferência.//

SONORA 2 – EDNA ROLAND

LOC 1 – Na nossa viagem pelo Brasil em busca de algumas das experiências das organizações de mulheres negras, fazemos nossa primeira parada no Rio Grande do Sul./ Na terra do chimarrão e do chur-

rasco, encontramos na capital a Associação Cultural de Mulheres Negras e Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.//

LOC 2 - Conhecida como ACMUN, essa organização tem se destacado com projetos de prevenção as DST e Aids, direitos sexuais e reprodutivos, educação, comunicação comunitária e direitos humanos./ Além dessas áreas de trabalho, a ACMUN tem feito relações internacionais com Moçambique e Atlanta./ A diretora-executiva, ELAINE OLIVEIRA SOARES, fala sobre o encontro estratégico Lai Lai Apejo.//

#### SONORA 3 - ELAINE OLIVEIRA SOARES

LOC 1 – Ainda na sede brasileira do Fórum Social Mundial, Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras tem dezesseis anos de luta pelos direitos das mulheres negras./ A ONG tem sede na Vila Cruzeiro do Sul, periferia de Porto Alegre, e atende mulheres vítimas de violência doméstica./ O programa consiste em geração de renda em panificação./ Em 2004, foram atendidas XXXX mulheres./ A presidente de Maria Mulher, MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA, explica o programa.//

#### SONORA 4 – MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA

LOC 2 – No centro financeiro do Brasil, as organizações de mulheres negras são fortes e combatentes./ Em São Paulo estão localizadas as organizações Geledés, Fala Preta! e no litoral a Casa de Cultura da Mulher Negra.//

LOC 1 - É da terra da gora que vamos conhecer um pouco mais da experiência de Geledés no campo das ações afirmativas./ A organização tem o Programa SOS Racismo e ações na área da comunicação./ CIDINHA DA SILVA, coordenadora do Programa Geração XXI, fala sobre o projeto que oportunizou a entrada de 21 jovens negros e negras na universidade.//

#### SONORA 5 – CIDINHA DA SILVA

LOC 2 – No Rio de Janeiro, Criola – Organização de Mulheres Negras desenvolve projetos nas favelas cariocas, mantém um curso pré-vestibular para negros e incentiva jovens e mulheres negras em ações de geração de renda e saúde./ Além desse trabalho, Criola luta pela liberdade de credo e defesa dos terreiros de matriz africana./ MÃE BEATA, uma das coordenadoras de Criola, comenta as ações da organização para o livre culto dos orixás.//

#### SONORA 6 – MÃE BEATA

LOC 1 – Na ponta do Brasil, localizamos Imena – Organização de Mulheres Negras e o importante trabalho com comunidades quilombolas./ As distâncias entre Macapá e o interior são vencidas pelo uso de balsas, chão batido e muita coragem em interagir com remascentes de quilombos./ VANILDA, presidente de Imena, conta uma das ações realizadas.//

#### SONORA 7 - VANILDA



LOC 2 – É fazendo uso da coragem e ousadia que as mulheres negras brasileiras estão escrevendo uma nova história./ Além do trabalho constante e sólido em favor do povo negro realizado em comunidades, as negras estão conquistando o cenário político./ Sempre lembrada como exemplo de luta, BENEDITA DA SILVA exerceu cargos públicos desafiando padrões e modelos.//

SONORA 8 – BENEDITA DA SILVA

LOC 1 – A exemplo da ex-ministra BENEDITA DA SILVA, MATILDE RIBEIRO é a titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República./ Mulher negra, vinda do movimento social, MATILDE RIBEIRO analisa as contribuições das organizações de mulheres negras.//

SONORA 9 – MATILDE RIBEIRO

LOC 2 – É com essa força que as mulheres negras ousam em busca de dignidade e oportunidades para a população afro-brasileira./ Um sonho que contagia gerações, se mantém vivo e combatente.//

LOC 1 - O programa A Voz das Mulheres Negras do Gueto pra Fora é uma produção do grupo de mulheres negras da ACMUN, de Porto Alegre, formado a partir de capacitação em comunicação comunitária do programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança 2004, da Fundação Carlos Chagas, viabilizado com recursos de premiação da Fundação Cultural Palmares./ Produção de CAROLINE DILSON e GISELE CORREA, Reportagem de CARMEN FERREIRA, Redação de GENECI FERREIRA, Apresentação de IONETE CORREA e SABRINA CORREA./ Técnica de RADIOATIVA PRODUTORA DE ÁUDIO e Coordenação de ISABEL CLAVELIN.//

#### **Indicativo de Possíveis Entrevistas**

##### **Organizações de Mulheres Negras:**

**Amapá - Imena**

**Minas Gerais – Nzinga Mbandi**

**Rio Grande do Sul – Associação Cultural de Mulheres Negras**

**Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras**

**Rio de Janeiro – Criola – Organização de Mulheres Negras**

**São Paulo – Geledés – Instituto da Mulher Negra**

##### **Depoimentos de Mulheres Negras Brasileiras:**

Benedita da Silva – ex-senadora e ex-ministra da Assistência Social

Edna Roland – coordenadora de Combate ao Racismo na América Latina e Caribe

Nilza Iraci – coordenadora de Comunicação do Geledés e integrante da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras

Matilde Ribeiro – ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

##### **Equipe Autora do Projeto**

Alda da Silva – Comunicadora Popular / Produtora

Carmen Lúcia Ferreira da Silva – Comunicadora Popular / Repórter

Caroline Dilson – Monitora / Produtora

Geneci Ferreira – Comunicadora Popular / Redatora

Ionete Côrrea – Comunicadora Popular / Apresentadora e Editora

Sabrina Doroti Côrrea – Comunicadora Popular / Apresentadora

Isabel Clavelin – Jornalista Responsável / Coordenadora

Porto Alegre – Outubro de 2004

**ANEXO 10:**

**Fotografias**



Equipamentos de  
trabalho e trabalhadora  
da CooperUnião  
em Novo Hamburgo





Espaço interno e  
produção da CooperUnião



outros ambientes da Cooperativa

Mulheres do bairro Restinga  
no estúdio da Rádio da Univ.  
Federal do RGSul



Mulheres do bairro Restinga durante realização de Oficina sobre Crítica da Mídia



Visita aos arquivos de CDs da Rádio Gaúcha /RBS



Visita à redação da Rádio Gaúcha / RBS



Visita ao Museu Hipólito José da Costa - Porto Alegre